

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM HISTÓRIA

Eduardo Gomes da Silva Filho

**BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA: HISTÓRIA,
MEMÓRIA E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS
NOS ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS COM A
PRESENÇA DO 1.º E 3.º PELOTÕES ESPECIAIS DE
FRONTEIRA EM RORAIMA, 1991 – 2022**

**Niterói
2024**

EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO

Linha de Pesquisa
Política, Movimentos Sociais e Memória

**BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS NOS ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS COM A
PRESENÇA DO 1.º E 3.º PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA EM RORAIMA,
1991 - 2022**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Coorientador: Prof. Dr. Tássio Franchi

NITERÓI
2024

Ficha Catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

S586	Silva Filho, Eduardo Gomes da. Braço forte, mão amiga: história, memória e os impactos socioeconômicos nos espaços transfronteiriços com a presença do 1º e 3º Pelotões Especiais de Fronteira em Roraima, 1991 - 2022. / Eduardo Gomes da Silva Filho. -- Niterói, RJ, 2024. xxvi, 27-372p. il.; graf., tabs. Numeração da publicação: [i] – xxvi, 27-372p]. Referência(s): P. 317-361. Apêndice(s): P. 362-365. Anexo(s): P. 366-372. Orientador: PhD. Fernando da Silva Rodrigues. Coorientador: PhD. Tássio Franchi. Tese (Doutorado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2024. 1. Roraima – História – Impactos socioeconômicos (1991-2022). 2. Roraima – História – Presença Militar - Fronteira. 3. Pelotões Especiais de Fronteira – Roraima - História. I. TÍTULO. CDD 981.098114

Elaborado pela Biblioteca Universo Niterói, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO

**BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS NOS ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS COM A
PRESENÇA DO 1.º E 3.º PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA EM
RORAIMA, 1991 – 2022**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História, aprovada no dia 02 de outubro de 2024 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Documento assinado digitalmente

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES

Data: 02/10/2024 12:18:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Documento assinado digitalmente

MIGUEL PATRICE PHILIPPE DHENIN

Data: 03/10/2024 19:32:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Miguel Patrice Philippe Dhenin

Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)



Documento assinado digitalmente

CLEBER BATALHA FRANKLIN

Data: 02/10/2024 16:35:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cleber Batalha Franklin

Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR)



Documento assinado digitalmente

AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JÚNIOR

Data: 02/10/2024 17:01:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior

Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Documento assinado digitalmente

VIVIAN CRISTINA DA SILVA ZAMPA

Data: 03/10/2024 13:20:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Vivian Cristina da Silva Zampa

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Resumo

Esta tese analisa os impactos socioeconômicos resultantes da presença militar brasileira nas fronteiras com a Guiana e a Venezuela entre os anos de 1991 e 2022, com foco nos contextos do 1º Pelotão Especial de Fronteira – 1º PEF, localizado no município de Bonfim-RR, e do 3º Pelotão Especial de Fronteira – 3º PEF, localizado no município de Pacaraima-RR. Ambos pelotões existem sob a jurisdição do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva - Bda Inf SI (Brigada Lobo D'Almada) e, consequentemente, do 7º Batalhão de Infantaria de Selva - 7º BIS, que estão localizados na cidade de Boa Vista-RR. Este estudo emprega o método hipotético-dedutivo e uma abordagem qualiquantitativa, com análise de fontes primárias e secundárias, além dos dados estatísticos dos censos do IBGE e da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima - SEPLAN. Entende-se que a pesquisa é relevante tanto para a compreensão do desenvolvimento socioeconômico de parte da região transfronteiriça do estado de Roraima quanto para o preenchimento da lacuna que permeia as relações entre o exército e a sociedade civil nesses espaços, já que o município de Bonfim faz fronteira com a cidade de Lethem, na divisa com a Guiana, e o município de Pacaraima faz fronteira com a cidade de Santa Elena de Uairén - Venezuela. No decorrer dos capítulos, os objetivos descritos incluem a compreensão da presença militar na Amazônia ao longo da história, a investigação dos modelos desenvolvimentistas e a avaliação dos impactos socioeconômicos decorrentes da presença militar nesses municípios.

Palavras-Chave: Impactos Socioeconômicos, Presença Militar, Pelotões Especiais de Fronteira, Amazônia, Roraima.

Abstract

This thesis analyzes the socioeconomic impacts resulting from the Brazilian military presence on the border with Guyana and Venezuela between 1991 and 2022, focusing on the contexts of the 1st Special Border Platoon - 1st PEF, located in the municipality of Bonfim-RR, and the 3rd Special Border Platoon - 3rd PEF, located in the municipality of Pacaraima-RR. Both platoons exist under the jurisdiction of the Command of the 1st Jungle Infantry Brigade - Bda Inf SI (Brigada Lobo D'Almada) and, consequently, under the 7th Jungle Infantry Battalion - 7th BIS, which are located in the city of Boa Vista-RR. This study uses the hypothetical-deductive method and a qualitative-quantitative approach, with analysis of primary and secondary sources in addition to statistical data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) censuses and the Roraima Planning and Development Secretariat - SEPLAN. The research is considered relevant both for an understanding of the socioeconomic development of part of the cross-border region from the state of Roraima and for filling the gap that permeates relations between the army and civil society in these spaces, since the municipality of Bonfim borders the city of Lethem, on the frontier with Guyana, and the municipality of Pacaraima borders the city of Santa Elena de Uairén - Venezuela. Throughout the chapters, the objectives described include understanding the military presence in the Amazon across history, investigating developmental models, and evaluating the socioeconomic impacts resulting from the military presence in these municipalities.

Keywords: Socioeconomic Impacts, Military Presence, Special Border Platoons, Amazon, Roraima.

*Aos meus filhos, Gabriel, Eduarda Vitória Clio e Eduardo Neto, minhas fontes
de inspirações e resiliência.*

*In memoriam
Eduardo Gomes da Silva
Edvaldo Batista de Araújo*

Agradecimentos

Esta caminhada acadêmica, culminando nesta Tese de Doutorado, ocorreu em um período desafiador. O início deste trabalho coincidiu com o surgimento da pandemia da Covid-19, um momento que redefiniu não apenas a maneira como vivemos, mas também como conduzimos a pesquisa e interagimos academicamente.

Neste contexto, enfrentei desafios inesperados e incertezas que afetaram diretamente o desenvolvimento deste estudo. A adaptação a novos métodos de trabalho remoto, a limitação no acesso a recursos e a mudança nas dinâmicas acadêmicas foram apenas algumas das adversidades enfrentadas.

No entanto, também testemunhei uma incrível resiliência e solidariedade, tanto na comunidade acadêmica quanto em meu círculo pessoal. A perseverança mútua e o apoio contínuo foram fundamentais para superar esses obstáculos e alcançar esta etapa significativa. Neste espírito de superação e colaboração, tenho imensa gratidão às pessoas e instituições que estiveram ao meu lado, oferecendo orientação, apoio e compreensão.

Primeiramente, sou imensamente grato aos meus pais, Vilma e Eduardo (*in memoriam*), pela educação, amor e carinho que me deram, desde a minha infância, até a presente data.

Aos meus filhos, Gabriel, Eduarda Vitória Clio e Eduardo Neto, que mesmo, crianças, souberam compreender meus momentos de ausência, para a feitura deste trabalho.

À Universidade Federal de Roraima, pela liberação para a realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, pela oportunidade concedida, acolhimento e excelência do corpo docente e das atividades de ensino e pesquisa ofertadas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues, pela orientação, apoio, paciência, ética e compartilhamento dos seus conhecimentos sobre o tema, sem sua orientação meticulosa e *insights* valiosos, esta tese não teria sido possível.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Tássio Franchi, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pela sugestão de redirecionamento do tema, na fase de reestruturação do projeto, onde ainda me pairavam muitas dúvidas e seus sólidos conhecimentos abriram novos caminhos para esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa-taxa concedida, sem ela, esta trajetória seria bem mais difícil.

Aos professores do PPGH Universo, em particular, Márcia Amantino, Vivian Zampa, Marcelo Timotheo e Diogo Pereira, pelo profissionalismo e excelência no ensino.

À Secretária do PPGH Universo, Amanda Fonseca, pela paciência, dedicação, profissionalismo e o pronto atendimento às demandas solicitadas.

Aos amigos do PPGH Universo, Antônio Raúl Siteo, Karina Brotherhood e Felipe Sanches, pela solidariedade, interações e, acima de tudo, companheirismo.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, Márcia Amantino e Cleber Batalha Franklin, pelas valiosas observações e caminhos apontados para a finalização desta pesquisa.

Estendo a minha gratidão aos professores Miguel Dhenin, Augusto Teixeira, Vivian Zampa e novamente a Fernando Rodrigues e Cleber Batalha, pelas participações na banca de defesa, e suas contribuições assertivas para esta Tese.

Aos meus amigos, Wender Ciricio, Raynner Rilke, Davi Moura, Amaury Pio e Francisco Eleud, por estarem presentes comigo no fatídico ano de 2021, sem a solidariedade deles, talvez eu não estivesse concluindo esta etapa da vida.

Ao meu amigo de todas as horas, Emerson Dias da Silva, que me apoiou desde a graduação até esta etapa, sem ele, a caminhada não seria possível.

Aos amigos da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima, em particular, Marcos Sachet e Silvio Márcio, pelos diversos momentos de descontração, conversas e reflexões, assim como agradeço à professora Gabriela Pacheco Amaral, pelo profissionalismo e ética na condução da presidência da Comissão do Plano de Qualificação da Unidade.

Ao Prof. Dr. Américo Lyra, membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRR, pela sensibilidade de acatar meu recurso para análise, acerca do meu pedido de vista para reinserção no Plano de Qualificação da Unidade para fins de liberação para a conclusão deste trabalho.

À Mayara Nunes Cardoso, servidora da Coordenação de Capacitação do Servidor da UFRR, pelo profissionalismo, paciência e gentileza na prestação das informações necessárias da minha licença para cursar a Pós-Graduação, um exemplo de servidora, comprometida com a informação e a transparência institucional.

À Dra. Luzileide Correia Lima, Secretária dos Conselhos Superiores da UFRR, pela competência, atenção, cordialidade, gentileza e senso de humanidade.

Aos amigos Carlos e Clarice, pela ajuda na análise dos dados.

Aos amigos da Graduação na Fundação de Ensino Superior de Olinda, Batista (*in memoriam*), Fábio Mohamed, Gilmar, Márcio, Tuca, Daniel, João Paulo Chokito, Jhonatas,

Serginho, Anderson, José Moacir, José Ricardo Filhinho, Wanderson, Lorena, Edna e Thiago, pelos momentos felizes que passamos juntos.

Aos meus professores e professoras da Graduação, Glória Maria Medeiros (in memoriam), Patrícia Peregrino, Maria Stella Mulatinho, Silvia, Belkiss Cavalcanti, Eva Maria, Marcus Sanzzoni, Michilles e José Procópio, saibam que vocês fazem parte desta história.

Aos amigos da Especialização em História da África, Luiz Henrique e Leandro Nascimento, duas figuras humanas que levo no coração com carinho.

Aos professores do Mestrado em História da Universidade Federal do Amazonas, César Queirós, Davi Avelino, Luís Balkar e Marcos César Borges da Silveira, este último, meu orientador no PPGH/UFAM, que contribuíram para meu processo de formação como historiador.

Aos amigos que fiz no Mestrado e tenho grande estima, Fernando Fernandes, Lucas Montalvão, Daniel Barros, Marcos Paulo Mendes Araújo, Ângela Panzu, André Luiz Passos, Wanderlene Barros, Girlane e Alexandre, saibam que vocês são muito especiais para mim.

Ao Sr. Luiz Mário Severo Ávila, pela gentileza em me receber no seu escritório, e me ceder um valioso material para a realização desta pesquisa.

À família Schwade, em particular, Egydio Schwade, Maiká Schwade, Adu Schwade e Doroty Schwade (in memoriam), pela defesa dos povos indígenas da Amazônia.

Aos amigos venezuelanos que fiz em Roraima, Trina Palmares, Gerzon Davi, Batman e Luis, pessoas simples, mas de enorme coração.

Também deixo minha solidariedade às vidas ceifadas pela pandemia, decorrente do vírus da Covid-19 e do negacionismo científico.

Por fim, agradeço a todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para esta conquista.

Fronteira guarnecida, país soberano!

(3.º PEF – Pacaraima – Comando de Fronteira
Roraima/ 7.º Batalhão de Infantaria de Selva)

Abreviaturas

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia

BAPE - Base de Proteção Etnoambiental

BC – Batalhão de Caçadores

BEC - Batalhão de Engenharia de Construção

BEF - Batalhão Especial de Fronteira

BIS - Batalhão de Infantaria de Selva

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAER - Companhia de Águas e Esgotos de Roraima

CAF - Comitê de Articulação Federativa

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBDL - Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira

CEF – Companhias Especiais de Fronteira

CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CERR - Companhia Energética de Roraima

CFR - Comando de Fronteira de Roraima

CG - Companhia de Guardas

CGEES-RR - Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais de Roraima

CGPTERR - Centro de Geotecnologia, Cartografia e Planejamento Territorial

CHDD - Centro de História e Documentação Diplomática

CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CMA - Comando Militar da Amazônia

CMN - Comando Militar do Norte

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CTEx - Centro Tecnológico do Exército

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DMT - Doutrina Militar Terrestre

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

DPCN - Departamento do Programa Calha Norte

EB - Exército Brasileiro

ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EMCFA - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

EME – Estado-Maior do Exército

ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

ESG - Escola Superior de Guerra

FAB - Força Aérea Brasileira

FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

FDCO – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FT Log Hum - Força Tarefa Logística Humanitária

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GEF - Grupamento de Elemento de Fronteira

GLO - Garantia da Lei e da Ordem

GSI - Gabinete de Segurança Institucional

GTI - Grupo de Trabalho Interfederativo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPA - Instituto de Pesquisas da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPTU - Imposto Territorial Urbano

ITR - Imposto Territorial Rural

LED - *Light Emitting Diode* (diodo emissor de luz)

MD - Ministério da Defesa

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

MECOR - Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais

MEVA - Missão Evangélica do Amazonas

NICT - Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica

OGU – Orçamento Geral da União

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OM – Organizações Militares

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

PCBDL - Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

PCN - Programa Calha Norte

PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDFF - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PDN - Política de Defesa Nacional

PEF - Pelotão Especial de Fronteira

PEFRON - Policiamento Especializado de Fronteiras

PFI - Programa Fronteira Integrada

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico

PNC - *People's National Congress*

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNR – Próprios Nacionais Residenciais

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPIF - Programa de Proteção Integrada de Fronteiras

PPP - *People's Progressive Party*

PQVEA - Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia

PROBOR - Programa de Incentivos à Produção de Borracha

PROMESO - Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PTE - Processo de Transformação do Exército

PWA - Projeto Waimiri-Atroari

RA - Regulamento Aduaneiro

RADAM – Radar da Amazônia

RM - Região Militar

SADEN - Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SCBDL - 2ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República

SEPLAN-RR - Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIMEB - Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência

SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SRI - Secretaria de Relações Institucionais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRR - Universidade Federal de Roraima

Lista de Imagens

Imagem 1 - Detalhe do Rio Marañon no mapa de André Thevet (1575)	36
Imagem 2 - Mapa de localização das Fortificações na Amazônia.....	52
Imagem 3 - Conceito operativo do Exército (exemplos de situações).....	80
Imagem 4 - Distribuição do número de municípios por Estado em cada um dos Arcos na Faixa de Fronteira	113
Imagem 5 - Arcos da Faixa de Fronteira	116
Imagem 6 – Mapa Ilustrado da Fronteira Brasil/Guiana.....	131
Imagem 7 – Mapa da Trijunção Brasil – Guiana – Venezuela (Monte Roraima).....	131
Imagem 8 – Mapa de localização do município de Bonfim-RR e a fronteira com a Guiana.....	144
Imagem 9 – Ponte Binacional Prefeito Olavo Brasil Filho sobre o rio Tacutu, interligando Bonfim à cidade de Lethem	145
Imagem 10 - Instalações do 1.º Pelotão Especial de Fronteira em 1972.....	148
Imagem 11 - Fotografia aérea feita pela Empresa de Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A para a implantação do 3.º PEF em 1972.....	153
Imagem 12 - Faixa de Fronteira internacional do Brasil: cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén.....	154
Imagem 13 - 3.º PEF implantado em Pacaraima – 1973.....	155
Imagem 14 - Posto de vigilância venezuelano que existia na fronteira entre o Brasil e a Venezuela no início da década de 1970	156
Imagem 15 – Fronteira do Brasil com a Venezuela em frente ao marco demarcatório BV-8.....	157
Imagem 16 – Decreto n.º 68.907, de 13 de julho de 1971, que criou a reserva indígena Waimiri-Atroari, reduzindo a 1/5 o território indígena	186
Imagem 17 – Mapa do Programa de Integração Nacional	195
Imagem 18 - Mapa do território Waimiri-Atroari, após o Decreto n.º 86.630 de 23 de novembro de 1981, que reduziu suas terras em cerca de 526.800 há	196
Imagem 19 – Inauguração do trecho da BR-174 Manaus/Caracarái, em 1977.....	198
Imagem 20 - SEHE, Gerônimo. Desenho Kiña: Homem chorando ao ser metralhado.....	200
Imagem 21 – SEHE, Gerônimo. Desenhos Kiña: Kamña matou todos.....	201
Imagem 22 – PANAXI, Olindo. Homens com fuzil, bomba [maxi] e escondidos.....	201
Imagem 23 – JOSÉ MARIA. Desenho Kiña: Kamña manô.....	202
Imagem 24 – ESCOLA YAWARÁ. Desenho Kiña: Maiká morava na sua aldeia.....	202

Imagem 25 – Placas confeccionadas pelo Exército, presentes no território Waimiri-Atroari em homenagem aos integrantes da missão Calleri e aos militares mortos nos confrontos com os índios.....	204
Imagem 26 – Locais de memória do povo Waimiri-Atroari em decorrência das mortes durante a abertura da BR-174	208
Imagem 27 – Região do Programa Calha Norte.....	219
Imagem 28 – Visualização da estrutura do SIVAM/SIPAM.....	232
Imagem 29 – Mapa das Terras Indígenas de Bonfim-RR.....	241
Imagem 30 – Mapa das Terras Indígenas de Pacaraima-RR	242
Imagem 31 - Mapa de localização do Município de Bonfim	246
Imagem 32 - Indicadores econômicos de Bonfim – 2020	249
Imagem 33 - IDMH de Bonfim: 2020	265
Imagem 34 - Mapa de localização do Município de Pacaraima.....	277
Imagem 35 - Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano, nos municípios de Roraima e Pacaraima, entre 2017 a 2019.....	285
Imagem 36 - Operação Centro Legal (fiscalização interagências) Terminal Rodoviário Rubens Cabral de Macêdo – Pacaraima.....	310

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução dos valores distribuídos por Estado no 2.º governo Lula.....	227
Gráfico 2 - Panorama dos recursos destinados ao MD entre 2010 – 2022 e o percentual do PIB	228
Gráfico 3 - Série histórica do total de focos ativos de queimadas detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 – 2023.	229
Gráfico 4 - Desmatamento na Amazônia (2008 – 2023)	230
Gráfico 5 - Produto Interno Bruto do município de Bonfim (RR) e do Estado de Roraima...	248
Gráfico 6 - Renda Per Capita do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim: 1991-2021	250
Gráfico 7 - comparativo do IDHM do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim: 1991-2020	251
Gráfico 8 - Comparativo do Índice de Gini do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim	252
Gráfico 9 - Comparativo da taxa de desemprego da UF de Roraima e do Município de Bonfim	254
Gráfico 10 - Comparativo da Longevidade do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim	255
Gráfico 11 – Comparativo entre o Brasil, UF de Roraima e o município de Bonfim, referente à Escolaridade: 1991 – 2010.....	256
Gráfico 12 - Comparativo entre a UF de Roraima e o município de Bonfim, referente ao Crescimento Vegetativo entre os anos de 1970 a 2021	258
Gráfico 13 - Oferta de Serviços Públicos – Coleta de lixo em Roraima e Bonfim: 2010.....	259
Gráfico 14 - Renda Per Capita e PIB em Real Brasileiro – Bonfim: 1991 a 2020.....	262
Gráfico 15 - PIB em Real Brasileiro e IDMH - Bonfim: 1991 a 2020.....	264
Gráfico 16 - PIB em Real Brasileiro e Índice de Gini – Bonfim: 1991 a 2020.	267
Gráfico 17 - População economicamente ativa – Bonfim: 2000 a 2010	268
Gráfico 18 - Abastecimento populacional de água em Bonfim – 2010 a 2020.....	275
Gráfico 19 - Evolução do PIB do município de Pacaraima a preços correntes: 1991 a 2020	278

Gráfico 20 - Comparativo entre a Renda Per Capita de Boa Vista e Pacaraima: 1991 a 2021	279
Gráfico 21 - IDHM detalhado do município de Pacaraima: 1991 a 2010.....	280
Gráfico 22 - Coeficiente de Gini do Município e Pacaraima: 1991 a 2021.....	282
Gráfico 23 - Taxa de Desemprego em Pacaraima: 2000 a 2010.....	283
Gráfico 24 - Expectativa de Vida no município de Pacaraima: 1991 a 2010.....	286
Gráfico 25 - Taxa de Escolaridade no Brasil, Roraima e Pacaraima, 18 anos ou mais com Ensino Médio completo: 1991 a 2010	287
Gráfico 26 - Taxa de Escolaridade no Brasil, Roraima e Pacaraima, 25 anos ou mais com Ensino Superior completo: 1991 a 2010	288
Gráfico 27 - Crescimento Vegetativo de Roraima (1970-2021) e Pacaraima (1991 - 2021) ...	289
Gráfico 28 - Coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica em Pacaraima - 2010.....	291
Gráfico 29 - Distribuição das áreas urbanas e rurais de esgotamento sanitário do município de Pacaraima.....	293
Gráfico 30 - PIB e Renda Per Capita de Pacaraima: 1991 a 2020.....	295
Gráfico 31 - Relação entre o PIB e o Índice de Gini – Pacaraima: 1991 – 2010.....	296
Gráfico 32 - Evolução do IDEB em Pacaraima nos anos iniciais do Ensino Fundamental: 2007 a 2017.....	299
Gráfico 33 - Evolução do IDEB em Pacaraima nos anos finais do Ensino Fundamental: 2007 a 2017	300
Gráfico 34 - Rendimento nominal mensal domiciliar: Bonfim e Pacaraima – 2010.....	307

Lista de Tabelas

Tabela 1- Quantitativo de Militares na Região Amazônica.....	221
Tabela 2 - Produto Interno Bruto e Renda Per Capita do Município de Bonfim: 1991 a 2020	261
Tabela 3 - Produto Interno Bruto e Longevidade da população do município de Bonfim: 1991, 2000 e 2010.....	269
Tabela 4 - Número de Matrículas, Professores e Escolas por Nível e Modalidade de Ensino: Bonfim	272
Tabela 5 - Abastecimento de Água em Bonfim – 2010 a 2020.....	274
Tabela 6 - Volume de água faturado em Bonfim – 2010 a 2020.....	275
Tabela 7 - População Economicamente Ativa, por sexo e situação de ocupação em Pacaraima: 2000 a 2010	297
Tabela 8 - Produto Interno Bruto e População do Município de Pacaraima: 2000 a 2022.....	301

Lista de Quadros

Quadro 1: Fortificações na região Amazônica.....	58
Quadro 2 - Colônias Militares instaladas no Brasil entre 1840 e 1858.....	63
Quadro 3 - Colônias Militares na Amazônia (séculos XIX e XX)	65
Quadro 4 - Inter-relacionamento dos componentes do Poder Nacional.....	79
Quadro 5 - Fronteiras Terrestres do Brasil	107
Quadro 6 - Documentos oficiais, atas das comissões mistas e de densificação	128
Quadro 7 – Descrição dos limites Brasil/Guiana.....	130
Quadro 8 - Tríade das ações dos PEFs.....	149
Quadro 9 - Atividades Recentes da Coordenação-Geral de Demarcação de Limites.....	165
Quadro 10 – Cronologia dos Superintendentes e do interventor à frente da SPVEA.....	171
Quadro 11 – Zonas recuperáveis economicamente na Amazônia, conforme o I Plano Quinquenal.....	176
Quadro 12 – Relação dos Superintendentes da SUDAM durante o período ditatorial.....	181
Quadro 13 - Setores e atribuições do Projeto RADAM	191
Quadro 14 – Dados demográficos do povo Waimiri-Atroari.....	205
Quadro 15 – Serviço de abastecimento de água em Bonfim.....	260
Quadro 16 - PIB e IDMH de Bonfim: 1991 a 2010	264
Quadro 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Bonfim: 1991 a 2010	265
Quadro 18 - Nascidos Vivos e Mortalidade em Bonfim – Expectativa de Vida ao nascer no Brasil: 2010-2022.....	270
Quadro 19 - Evolução progressiva das taxas de desemprego e ocupação no município de Pacaraima e no Estado de Roraima	283
Quadro 20 - PIB e Renda Per Capita do município de Pacaraima: 1991 a 2010.....	294
Quadro 21 - Nascidos vivos e Mortalidade – Pacaraima: 2010 a 2022.....	298
Quadro 22 - Número de matrículas, professores e escolas por nível e modalidade de Ensino – Pacaraima: 2000 a 2020	301
Quadro 23 - Média salarial dos militares lotados nos PEFs de Bonfim e Pacaraima em relação aos trabalhadores formais – 2020 a 2021	304

Sumário

Introdução	27
 Capítulo I – Colonização, ocupação e presença militar na Amazônia: análise do passado e do presente.....	34
1.1 A expedição de Francisco de Orellana ao rio das Amazonas (1542)	34
1.2 Breves desdobramentos da Dinastia Filipina para a Amazônia (1580-1640)	39
1.3 A primeira grande expedição portuguesa na Amazônia (1637)	41
1.4 O ufanismo nacionalista militar <i>versus</i> a ideia de pátria.....	44
1.5 A presença militar nas fortificações da região Norte.....	51
1.6 As Colônias Militares do Século XIX: a gênese dos PEFs.....	59
1.7 Ocupação humana e presença militar em Roraima.....	67
1.8 A estratégia da presença militar no tempo presente: conceito e desafios para a Amazônia brasileira.....	76
 Capítulo II – Formação e legislação das fronteiras do Brasil e do Arco Norte e a presença militar nas implantações dos PEFs de Bonfim e Pacaraima.....	83
2.1 Sobre o conceito de fronteira e suas interfaces com o espaço, território, modernidade, tempo histórico e presença militar	84
2.2 A formação histórica das fronteiras brasileiras e os Tratados de Tordesilhas (1494), Utrecht (1713), Madri (1750), El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801)	95
2.3 Um breve panorama sobre a integração regional e a delimitação das fronteiras internacionais Brasil/Venezuela e Brasil/Guiana	104
2.4 A legislação brasileira sobre a formação da Faixa de Fronteira e os aspectos do Arco Norte	106
2.5 Conflitos, independências e tensões territoriais no século XIX.....	116
2.6 A Questão Pirara e a Fronteira Brasil/Guiana.....	123
2.7 A Questão do Acre e assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903.....	132
2.8 A Revolta do Rupununi, as cidades gêmeas de Bonfim e Lethem e a implantação do 1.º PEF.....	140
2.9 As cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén e a implantação do 3.º PEF... ..	150
2.10 Legislação e Políticas Públicas para Faixa de Fronteira no Século XXI.....	158
 Capítulo III – A influência do pensamento e das ações militares nos projetos desenvolvimentistas para a Amazônia e a presença militar nas terras indígenas de Roraima	168
3.1 A Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953).....	169
3.2 Aspectos do I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia – PQVEA, (1955-1959)	174
3.3 A Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966)....	179

3.4 O I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971): o Programa de Integração Nacional – PIN, a Transamazônica e o Projeto RADAM – Brasil.....	184
3.5 Os Projetos de Desenvolvimento da Ditadura Civil-Militar e os impactos da presença militar ao povo Waimiri-Atroari na construção da BR-174	192
3.6 O I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1974)	209
3.7 O II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-1979)	212
3.8 O III Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1980-1985) e o Programa Calha Norte: potencialização dos Pelotões Especiais de Fronteira.....	214
3.9 O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989) e demais nuances do período	224
3.10 As criações do SIVAM e do SIPAM, suas funcionalidades e o auxílio nas ações dos PEFs na Amazônia Setentrional	231
3.11 Atuação dos PEFs nas terras indígenas de Roraima	236

Capítulo IV - Impactos Socioeconômicos da Presença Militar: A Influência dos PEFs em Bonfim e Pacaraima.....

4.1 Contextualização Territorial: Bonfim.....	245
4.1.1 Indicadores Demográficos do Município de Bonfim: Produto Interno Bruto (PIB), Renda Per Capita, IDH e IDHM, Coeficiente de Gini, Taxa de Desemprego, Expectativa de Vida, Escolaridade, Crescimento Vegetativo, Oferta de Serviços Públicos.....	247
4.1.2 Análise associativa qualitativa de dados quantitativos: PIB e indicadores socioeconômicos - Bonfim	261
4.2 Contextualização Territorial: Pacaraima.....	276
4.2.1 Indicadores Demográficos do Município de Pacaraima: Produto Interno Bruto (PIB), Renda Per Capita, IDH e IDHM, Coeficiente de Gini, Taxa de Desemprego, Expectativa de Vida, Escolaridade, Crescimento Vegetativo, Oferta de Serviços Públicos	278
4.2.2 Análise associativa qualitativa de dados quantitativos: PIB e indicadores socioeconômicos - Pacaraima	293
4.3 As Contribuições econômicas e sociais do 1.º e do 3.º PEF para as populações dos municípios de Bonfim e Pacaraima	304

Conclusão.....	312

Instituições e Sítios Eletrônicos.....	317

Fontes	321

Bibliografia	332

Apêndices	362

Apêndice A - Entrada do 1.º PEF - Bonfim	362
Apêndice B - Ponte sobre o rio Tacutu: Fronteira Brasil/Guiana.....	362
Apêndice C - Guarita do 3.º PEF - Pacaraima	363

Apêndice D - Entrada do 6.º BEC.....	363
Apêndice E - Organograma do 1. PEF - Bonfim-RR	364
Apêndice F – Organograma do 3.º PEF - Pacaraima-RR	365

Anexos.....	366

Anexo A – Carta de apresentação e solicitação de autorização para pesquisa.....	366
Anexo B – Pedido de acesso à informação junto à 1.ª Brigada de Infantaria de Selva de Roraima sobre a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira e da Operação Acolhida.....	367
Anexo C – Pedido de acesso à informação sobre a Operação Acolhida em Roraima – Dados migratórios	368
Anexo D – Pedido de acesso à informação sobre as ações dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado de Roraima – Comando do Exército.	369
Anexo E – Pedido de acesso à informação sobre a Operação Acolhida em Roraima – Relatórios dos Postos de Triagem e dados estatísticos.....	370
Anexo F - Pedido de acesso à informação - Remuneração dos Militares nos Pelotões Especiais de Fronteira em Bonfim e Pacaraima, Roraima.....	371
Anexo G - Pedido de acesso à informação - Organograma de oficiais e praças lotados no 1.º PEF/Bonfim-RR e no 3.º PEF/Pacaraima-RR	372

Introdução

A historiografia aborda aspectos da história escrita e da memória para a compreensão dos fatos históricos ocorridos na humanidade a partir de um regime de historicidade.¹ Ela é utilizada em diferentes períodos como um instrumento de análise e compreensão desses fatos históricos.

Com base nesse pressuposto, o trabalho está em consonância com a área de concentração Sociedade e Movimentos, especialmente ligado à linha de pesquisa Política, Movimentos Sociais e Memória, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira, evidenciando a relevância dos PEFs não apenas como agentes de segurança, mas também como atores que impactam a memória e a dinâmica social e econômica dos municípios de Bonfim e Pacaraima na faixa de fronteira setentrional amazônica.

Nesse contexto, analisaremos os impactos socioeconômicos ocasionados pela presença militar na faixa de fronteira do Estado de Roraima, a partir da atuação do 1.º Pelotão Especial de Fronteira, localizado no município de Bonfim, fronteira com a República Cooperativista de Guiana e do 3.º Pelotão Especial de Fronteira, localizado no município de Pacaraima, fronteira com a Venezuela.

Contudo, conforme a cientista política Adriana Marques, professora do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a presença militar nesses municípios, não pode ser entendida meramente como uma distribuição ou redirecionamento do efetivo militar, pois ela representa uma dimensão material e simbólica de uma Organização Militar presente nesses locais.²

Todavia, as atribuições desses pelotões nessas regiões, vão além das suas prerrogativas de defesa, ocupação e vivificação do território nacional, pois, o olhar do historiador, procura verticalizar essa perspectiva de análise acerca das questões que envolvem o Estado e a Defesa, com base na abrangência de outros aspectos inerentes às ações militares, sob a ótica da situação de segurança/insegurança, a partir de um cenário de possíveis vulnerabilidades internas e externas que possam ameaçar o Estado ou seu regime político.³

¹HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, pp. 37-42.

²MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 19.

³RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.53, n. 1, pp. 5 - 24, jul. 2010, p. 10. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/VxLnyTqsYNHYnrZ3fxTjwRg/?lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2024.

Nesse sentido, o Exército Brasileiro-EB tem um papel primordial na defesa do território nacional, se valendo da estratégia da presença frente às possíveis ameaças geopolíticas ou securitárias. Segundo o Informativo Estratégico do EB, publicado em 2015, existe a necessidade da presença militar no território brasileiro, a fim de se cumprir os preceitos nacionais.⁴

Conforme aponta o Professor Fernando da Silva Rodrigues:

[...] a Segurança Nacional é uma atribuição fundamental do Estado moderno ocidental, [...] o objetivo é assegurar, em todos os lugares, a todo o momento, em todas as circunstâncias, a integridade do território, a proteção da população e a soberania contra todo tipo de ameaça e agressão externa ou interna.⁵

Segundo o cientista político Miguel Patrice Philippe Dhenin, professor do mestrado profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá, esses pelotões atuam como sensores de inteligência, alertando os batalhões quando surgem ameaças para a Soberania Nacional.⁶ De fato, essas Organizações Militares têm essa prerrogativa, mas também impactam em outras áreas, além da segurança.

Trabalhos mais recentes publicados sobre a presença militar e sua relação com os impactos socioeconômicos locais, como na análise feita pelos pesquisadores, Carlos Henrique Arantes de Moraes, Dan Milli Pereira e Tássio Franchi, intitulado: *O reflexo socioeconômico da presença militar na fronteira norte: Barcelos-AM e o 3.º Batalhão de Infantaria de Selva*,⁷ trazem aspectos de indicadores socioeconômicos como: PIB, renda per capita, taxas de ocupação e empregos formais e a contribuição para o comércio local, que nos dão uma dimensão da importância dessas pesquisas para a compreensão da presença militar nessas regiões.

⁴ INFORMATIVO ESTRATÉGICO. Brasília. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Estratégia da Presença Antigos Conceitos, Novas Ideias*. Ano 1, n.º 1, abr, 2015, p. 3. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExIE/article/view/1145/1142>. Acesso em: 04 jan. 2024.

⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. O conceito de “Segurança Nacional” frente ao amplo espectro de ameaças na faixa de fronteira brasileira. *Análise Estratégica*, vol. 25, n. 3, Jun/Ago. 2022, p. 36. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/10648>. Acesso em: 06 jan. 2024.

⁶ DHENIN, Miguel Patrice Philippe. *Transformações do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira: a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado do Acre e no Estado de Roraima (1985-2016)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência Política, Niterói - RJ, 2017, p. 5.

⁷ MORAES, Carlos Henrique Arantes de; PEREIRA, Dan Milli; FRANCHI, Tássio. O reflexo socioeconômico da presença militar na fronteira norte: Barcelos-AM e o 3.º Batalhão de Infantaria de Selva. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 55, pp. 107-132, janeiro/abril, 2022, pp. 110-122. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/8515>. Acesso em: 06 jan. 2024.

Portanto, este trabalho se enquadra na ótica do tempo presente,⁸ no recorte temporal supramencionado, e proporcionará uma análise inédita acerca dos impactos socioeconômicos no entorno do 1.º e do 3.º PEF. Nesse sentido, destaca-se também, além do ineditismo do trabalho, sua relevância social, com a possibilidade deste estudo servir de base para a geração de futuras políticas públicas para ambos os municípios.

No tocante à relevância acadêmica, para o campo da História, a pesquisa busca ressignificar parte de uma narrativa acerca de questões do cotidiano, que ajudem a descortinar elementos que corroboram com a vida dos sujeitos partícipes da pesquisa, ficando por conta do historiador, concatenar balizas teóricas e metodológicas que investiguem os fatos, questionem as fontes e analise o discurso.

É mister salientar, que existe uma necessidade de entender melhor os impactos socioeconômicos nos municípios de Bonfim e Pacaraima, em Roraima, especialmente relacionados à presença do Exército Brasileiro nessas áreas de fronteira. Além disso, a relação entre o Exército, a sociedade civil e os povos indígenas locais, também é um ponto de interesse deste trabalho. Diante das questões ainda não respondidas, a pesquisa se concentra em formular e investigar a seguinte pergunta: Como a presença militar nos 1.º e 3.º Pelotões Especiais de Fronteira contribuiu para os municípios de Bonfim e Pacaraima em termos socioeconômicos?

Contudo, é crucial delinear os objetivos que nortearão este estudo e as hipóteses que serão investigadas. Desta forma, o objetivo geral visa analisar de que forma a presença militar na Amazônia e as ações do 1.º e 3.º Pelotões Especiais de Fronteira, contribuíram para os impactos socioeconômicos nos municípios de Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima.

Já os objetivos específicos compreendem: analisar a evolução da presença militar terrestre na Amazônia brasileira ao longo dos períodos históricos; discutir a formação territorial e a construção da legislação para as fronteiras no Brasil, com ênfase na fronteira amazônica e a presença militar, articulados com a instalação dos PEFs de Bonfim e Pacaraima; identificar e discutir os modelos desenvolvimentistas brasileiros em relação à Amazônia e a Roraima e seus efeitos na sociedade civil e povos indígenas e analisar a partir da memória coletiva local,

⁸ A História do Tempo Presente se pauta em uma análise crítica do passado e dos processos históricos em andamento. A esse respeito Cf: FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, pp. 43-59, junho, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?lang=pt>. Acesso em 08 de out. 2024. Cf. TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp. 39-50. Cf. RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do tempo presente? In: CHAUVEAU, Agnès; RÉMOND, René. *Uma história presente*. In: _____[Dir.]. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 13-36.

institucional e da coleta de dados, os efeitos práticos para o desenvolvimento dos municípios de Bonfim e Pacaraima.

As hipóteses levantadas neste trabalho baseiam-se nas seguintes premissas: a presença militar na Amazônia proporcionou uma sensação de segurança à região; os atos ilícitos relacionados à criminalidade diminuíram com a intensificação da atuação militar no arco norte da fronteira amazônica; os projetos de desenvolvimento, juntamente com a atuação dos PEFs, beneficiaram a população local além das expectativas previstas para as atribuições militares e com base na análise dos dados coletados, destaca-se a relevância tanto da atuação dos PEFs quanto da presença militar nessas cidades.

Nesse ínterim, após definir os objetivos e hipóteses deste estudo, é essencial delinear a metodologia que será empregada para investigar e responder às questões propostas. Neste caso, utilizaremos o método hipotético-dedutivo. De acordo com Karl Popper, uma pesquisa científica deve seguir procedimentos lógicos de análise e utilizar a experiência como método de validação.⁹

Já para Thomas Kuhn, com o passar do tempo, os métodos de pesquisa alcançaram avanços significativos e guiados sob um novo paradigma, adotaram e se apropriam de novos instrumentos que conduziram olhares para novas direções.¹⁰ No texto de *A Operação histórica*, Michel De Certeau, argumenta que “Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”.¹¹

Segundo o Professor José D’Assunção Barros, o historiador necessita inteirar-se da metodologia, para ter a noção de quais materiais e instrumentos irão utilizar na pesquisa, para fazê-la.¹² É a partir dessa premissa que Marconi e Lakatos,¹³ Antonio Carlos Gil,¹⁴ e Roberto Richardson,¹⁵ nos ajudaram a compreender a importância sobre o delineamento metodológico da pesquisa, no que diz respeito à sua instrumentalização analítica, metódica e da hermenêutica das fontes.

⁹ POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 40.

¹⁰ KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 145.

¹¹ CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995, p. 18.

¹² BARROS, José D’Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 13.

¹³ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003, p. 95.

¹⁴ GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002, p. 162.

¹⁵ RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. colaboradores José Augusto de Souza Peres, (et al.). 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012, p. 20.

No tocante à abordagem, esta pesquisa é de caráter qualiquantitativa, com base na coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos, como Produto Interno Bruto (PIB), Renda Per Capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Coeficiente de Gini (Índice de Gini), taxa de desemprego, expectativa de vida e escolaridade, entre outros. Além disso, buscou-se analisar os dados demográficos e referentes à presença militar nos municípios pesquisados.¹⁶

Nesse sentido, a convergência dessas abordagens, nos permitiu uma complementariedade na análise dos dados coletados e contribuiu para a apresentação de resultados mais sólidos, a partir do cruzamento desses dados, culminado na confirmação e/ou refutação das hipóteses levantadas neste trabalho e na resposta ao problema de pesquisa.

Outrossim, no aspecto qualitativo, foi feita uma vasta revisão bibliográfica sistematizada, com base na leitura e análise de trabalhos que versam sobre o tema. Somam-se a isso, os aspectos quantitativos, a partir do levantamento e análise de dados estatísticos, censitários e da análise de relatórios e fontes primárias.

Já em relação aos objetivos, a pesquisa é explicativa, que conforme Antônio Carlos Gil, “[...] é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.¹⁷ Nesse sentido, o autor nos permitiu compreender que o conhecimento científico, foca nos resultados dos estudos explicativos.

Quanto ao universo da pesquisa, ela incide no universo das amostras dos militares que servem nos PEFs e da população civil e indígena em seu entorno.

Para realizar esse empreendimento investigativo, fez-se necessário adentrar o repertório de indicadores providos por órgãos de pesquisa nacionais, notadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, dados fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, através da plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - alimentados pelo IPEA. Outras fontes de dados foram coletadas e analisadas da Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais de Roraima - CGEES-RR e do Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.

Os dados quantitativos foram coletados, tabulados, analisados e apresentados nos formatos de gráficos, mapas, quadros e tabelas. Parte do material cartográfico foi elaborado pelo sistema QGIS, a fim de possibilitar uma melhor edição e análise de dados georreferenciados.

¹⁶ Os dados populacionais e os indicadores socioeconômicos como PIB, renda per capita, IDH, Coeficiente de Gini, taxa de desemprego, oferta de serviços públicos, expectativa de vida, nível de escolaridade e crescimento vegetativo, foram coletados com base nos Censos do IBGE, realizados entre os anos de 1991 a 2022, assim como na base de dados da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima-SEPLAN-RR.

¹⁷ GIL, *Como elaborar projetos de pesquisa...*, p. 42.

Outros materiais bibliográficos foram coletados por meio de buscas em Plataformas como: *SciELO*, portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações de Universidades como: USP, UFF, UFRJ, UFAM, UFRR, UFPA, Biblioteca do Exército – BIBLIEx, Biblioteca digital da ECEME, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, entre outras bases.

Na pesquisa de campo, ocorreram visitas para fins de observação em diversas Organizações Militares, como no 1.º PEF de Bonfim, no 3.º PEF em Pacaraima, na 1.ª Brigada de Infantaria de Selva (1.ª Bda Inf SI), no Comando de Fronteira de Roraima/7.º Batalhão de Infantaria de Selva-7.º BIS, no 6.º Batalhão de Engenharia de Construção-6.º BEC e nas instalações da Operação Acolhida em Pacaraima e Boa Vista.

Nessas visitas, foram registradas informações importantes no caderno de campo, que contribuíram no suporte da escrita desta pesquisa. Para uma melhor compreensão acerca da dinâmica socioeconômica transfronteiriça, também foram visitadas as cidades de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, fronteira com a cidade de Pacaraima e Lethem, na Guiana, fronteira com a cidade de Bonfim.

Os capítulos deste trabalho foram estruturados a partir de uma visão geral para o particular, a fim de permitir a compreensão de contextos mais amplos, antes de adentrarmos em detalhes específicos.

Desta forma, o primeiro capítulo oferece uma análise histórica detalhada, desde a expedição de Francisco de Orellana ao rio das Amazonas em 1542, passando por breves desdobramentos da Dinastia Filipina até a estratégia da presença militar no tempo presente. Exploraremos a presença militar nas fortificações da região Norte, as Colônias Militares do Século XIX e a ocupação humana e presença a militar em Roraima. Dessa forma, o capítulo contextualiza a importância histórica e geográfica da região amazônica, destacando os desafios e oportunidades que surgem da presença militar.

Já o segundo capítulo, abordará a formação histórica das fronteiras brasileiras, desde os tratados de Tordesilhas até os conflitos e questões territoriais no século XIX. Discutiremos a legislação brasileira sobre a formação da Faixa de Fronteira, os aspectos do Arco Norte e os desdobramentos das cidades gêmeas de Bonfim e Lethem, bem como de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, relacionando-os à implantação dos PEFs.

O terceiro capítulo explorará os projetos de desenvolvimento da Amazônia e sua relação com a presença militar, desde a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia até a atuação dos PEFs nas terras indígenas de Roraima.

No quarto capítulo, apresentaremos uma análise detalhada dos dados coletados, incluindo indicadores demográficos dos municípios de Bonfim e Pacaraima e suas associações, além da influência das Organizações Militares - OM na economia local.

Capítulo I – Colonização, ocupação e presença militar na Amazônia: análise do passado e do presente

Neste capítulo inicial, faremos uma análise histórica acerca dos processos de colonização, ocupação e da presença militar na Amazônia, circunspecto à luz de um regime de historicidade próprio, conforme François Hartog.¹⁸ Nesse sentido, seguiremos a lógica dos fatos a partir de um caráter temporal, espacial, econômico e, por vezes, social, revisitando o delineamento da divisão historiográfica em períodos distintos, evidenciando fatos inerentes à colonização, com ênfase nas fases: colonial, imperial e republicana, tendo como peça central as nuances da presença militar na Amazônia brasileira.

1.1 A expedição de Francisco de Orellana ao rio das Amazonas (1542)

A Amazônia começou a ser descortinada por volta do ano de 1541, pelo então explorador espanhol Francisco de Orellana. Ele já tivera uma experiência pretérita na conquista do Império Inca, quando, posteriormente, saiu de Quito no Equador e se juntou a uma expedição liderada por Gonzalo Pizarro, irmão do famoso conquistador espanhol Francisco Pizarro.

A expedição de Pizarro tinha como objetivo encontrar um caminho para a região das minas de prata na América do Sul, explorá-la para verificar se havia ouro e outros tesouros, motivados pela lenda El Dorado, uma cidade de ouro lendária na América do Sul. Sobre a lenda do El Dorado, Johnni Langer discorre:

A origem do Eldorado remonta a 1531-1532, quando o conquistador Diego de Ordaz foi informado sobre a existência do País de Meta, que seria rico em ouro e pedras preciosas. Sua localização (entre o Peru e a Colômbia) foi influenciada pela cultura pré-colombiana Chibcha - também denominada de Muisca. Logo depois, em 1534, Luiz de Daza encontrou no Equador um índio chamado Muequetá (ou Muiziquitá), que se dirigia ao rei de Quito para solicitar ajuda na guerra contra os Chibcha. Ao descrever o seu país, referiu-se pela primeira vez ao cacique que se banhava com ouro em uma lagoa. Sebastião de Becalcázar (ou Benalcázar), o fundador de Quito, foi um dos iniciadores da busca ao mítico personagem. Para diferenciar este local de outras províncias espanholas, Becalcázar denominou-o de Província del Dorado em 1534. O primeiro relato impresso sobre o Eldorado foi de Gonçalo de Oviedo, em 1541 (*História general y natural de las Índias*). Segundo esse cronista, um príncipe indígena diariamente se cobria com uma espécie de resina, sobre a qual era aplicado ouro em pó por toda a extensão de seu corpo.¹⁹

¹⁸ HARTOG, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 37.

¹⁹ LANGER, J. O mito de Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI). *Revista de História*, [S. l.], n. 136, pp. 25-40, 1997, p. 28. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18809>. Acesso em: 29 dez. 2022.

Nota-se, que a visão hispano-peninsular estava envolta em uma perspectiva mítica, a partir de uma notória e sagaz busca metalista no Novo Mundo. Contudo, a expedição sofreu duros percalços, obrigando Orellana e seus comandados a não retornarem ao encontro de Pizarro, como haviam combinado.

Segundo Carvajal, Rojas e Acuña,²⁰ houve a necessidade da construção de outra embarcação, que contou com a ajuda de alguns nativos da região. Após seguir viagem, atingiram no dia 12 de fevereiro de 1542, o rio que seria batizado de Amazonas,²¹ em alusão a uma tribo indígena local, composta exclusivamente por mulheres guerreiras, comparadas metaforicamente às míticas Amazonas da Grécia antiga.

O cronista da expedição foi o frei Gaspar de Carvajal, Padre espanhol da ordem dominicana, era o responsável por registrar os acontecimentos diários. Em suas anotações, ele descreveu os constantes embates entre os tripulantes e indígenas locais, com ênfase da sua narrativa na defesa da tripulação com seus arcabuzes e balhestras.²²

Apesar dos registros das narrativas enveredar por um discurso mais divino, eles acabaram explicitando as dificuldades encontradas pela tripulação, principalmente a busca por comida, além dos embates com os índios já citados. O frei construiu uma narrativa singular, imprimindo uma cronologia à viagem, desde à saída de Orellana de Quito, passando pelo processo de separação de Pizarro e Orellana, dos primeiros contatos com os índios locais, as primeiras notícias das Amazonas, além do conflito nas Províncias de Machiparo²³ e na recepção feita pelo povo Omágua²⁴, conforme aponta o frei Gaspar de Carvajal.²⁵

²⁰ CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de & ACUÑA, Cristobal. *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Companhia Editora Nacional, 1941, pp. 14-15.

²¹ SCHULTZ, B. S. O léxico do português sob o olhar de Gaetano Osculati: elementos da fauna e flora. *Revista de Italianística*, [S. l.], n. 35, pp. 125-149, 2017, p. 125 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/141896>. Acesso em: 29 dez. 2022, o rio Amazonas foi inicialmente chamado por Vicente Pinzón em 1500 de Santa Maria de la Mar Dulce. Também o chamam de Marañon. Cf. CARVAJAL; ROJAS & ACUÑA. *Descobrimientos do Rio das Amazonas*, p. 218. Esse termo também é explicado pelo Padre João Daniel. Cf. DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 50.

²² CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso Rio Grande descoberto pelo capitão Francisco Orellana*. Rio de Janeiro: Scritta, 1992, p. 43.

²³ Para aprofundamento nessa questão, ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 179.

²⁴ A respeito do topônimo Omágua, ver: PORRO, Antonio. *Dicionário etno-histórico da Amazônia Colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2007, p. 75.

²⁵ CARVAJAL, Fray G. de. *Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas. Edición y notas de Nieves Pinillos Iglesias, realizada para Babelia*, Madrid, 2011, p. 39.

Imagem 1 - Detalhe do Rio Marañon no mapa de André Thevet (1575)



Fonte: Rabelo (2015, p. 158).²⁶

Para Neide Gondim,²⁷ os cronistas e viajantes da época encontraram eco no imaginário dos antigos viajantes, que viam a Amazônia a partir de uma concepção pragmática, eurocêntrica e preconceituosa, assemelhando-a muito mais às representações da antiguidade e da idade média, do que propriamente à realidade dos povos que a habitavam tradicionalmente.

O espanhol Toribio de Ortiguera, erradicado no Peru, narrou momentos importantes das expedições de Orellana e Orsúa, tendo como base as memórias dos expedicionários acerca das experiências vivenciadas na região amazônica, teve seu texto traduzido pelas professoras Andréa Cesco e Lilian Cristina Barata Pereira Nascimento, a partir dos relatos das crônicas na obra *Jornada del río Marañon*.²⁸

Para tanto, as autoras argumentam que “Ortiguera precisou reunir as memórias e escritos de suas testemunhas oculares”.²⁹ Mas coube à narrativa dos cronistas Gaspar de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristóbal de Acuña, dimensionar com maior clareza o encontro com as mulheres guerreiras, após a captura de um indígena:

²⁶ RABELO, Lucas Montalvão. *A Representação do Rio das Amazonas na Cartografia Quinhentista: entre a tradição e a experiência*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015, p. 158.

²⁷ GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Ed. Marco Zero, 1994, p. 79.

²⁸ CESCO, Andréa; NASCIMENTO, Cristina Barata Pereira. Desafios tradutórios em um relato de viagem do século XVI, de Toribio de Ortiguera. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 42, nº esp. 1, set/dez, 2022, pp. 15-41. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/90689/52044>. Acesso em: 29 dez. 2022.

²⁹ CESCO; NASCIMENTO, *Desafios tradutórios em um relato de viagem do século XVI...*, p. 18.

Nesse pouso o Capitão tomou o índio que havia agarrado acima, porque já o entendia por um vocabulário que havia feito e lhe perguntou ele onde era natural. Disse o índio que dá povoação onde fôra feito prisioneiro. Perguntou o Capitão como se chamava o senhor dessa terra, e o índio, respondeu que se chamava Couynco, e que era grande senhor, estendendo-se o seu senhorio até onde estávamos. Perguntou-lhe o Capitão que mulheres eram aquelas que tinham vindo ajudá-los e fazer-nos guerra. Disse o índio que eram umas mulheres que residiam no interior, a umas sete jornadas da costa, e por ser este senhor Couynco seu súdito, tinham vindo guardar a costa.³⁰

Os questionamentos do Capitão ao índio se seguiam, numa tentativa de compreender o real perigo que essas mulheres guerreiras poderiam representar, tanto à sua integridade quanto aos demais tripulantes, além das suas pretensões de explorar seu território.

Perguntou o Capitão se estas mulheres eram casadas e o índio disse que não. Perguntou o Capitão de que modo vivem. Respondeu o índio que viviam no interior, e que ele tinha lá estado muitas vezes e visto o seu trato e residências, pois como seu vassalo ia levar o tributo, quando o senhor o mandava. Perguntou o Capitão se estas mulheres eram muitas. Disse o índio que sim, e que ele sabia, pelo nome, setenta aldeias, e os contou diante dos que aí estávamos, e que em algumas havia estado. Perguntou o Capitão se estas aldeias eram de palha. Disse o índio que não, mas de pedra e com portas, e que de uma aldeia a outra iam caminhos cercados de um e outro lado e de distância em distância com guardas, para que não possa entrar ninguém sem pagar direitos.³¹

Além de exímias guerreiras, como pode-se observar a partir dos registros dos cronistas, elas também tinham práticas tributárias, eram numerosas e se preocupavam com a segurança das suas aldeias. No entanto, o Capitão Orellana segue indagando o índio acerca de outros detalhes peculiares, como elas engravidavam e davam à luz, por exemplo? O índio respondeu que isso ocorria de maneira periódica, quando havia vontade, capturavam homens na guerra e os traziam para as suas aldeias, quando conseguiam engravidar, no caso de nascer menino, matam e devolvem ao pai, se for menina, criam e educam para a guerra.³²

Com base nesses relatos, além da influência Homérica no imaginário europeu acerca das Amazonas, forjou-se um discurso metonímico americanizado na construção do imaginário desses viajantes, que, no que lhe concerne, foi levado ao conhecimento do rei espanhol Carlos V, que sugere que o nome do rio passe a se chamar Amazonas, posteriormente estendido à região como Amazônia.

³⁰ CARVAJAL; ROJAS e ACUÑA, *Descobrimentos do Rio das Amazonas...*, pp. 65-66.

³¹ CARVAJAL; ROJAS e ACUÑA, *Descobrimentos do Rio das Amazonas...*, p. 66.

³² CARVAJAL; ROJAS e ACUÑA, *Descobrimentos do Rio das Amazonas...*, p. 66.

Antonio Porro, em sua obra: *Dicionário Etno-histórico da Amazônia Colonial*, nos remete com maior precisão à etimologia da palavra, à medida que aprofunda sua análise semântica, a partir da descrição dos relatos de Carvajal em 1542.

Em 1542 Carvajal chamou país das Amazonas o território que se estendia nas duas margens do r. Amazonas, desde o Nhamundá até abaixo do Tapajós. Não declarou o nome da nação, mas o seu chefe, Couynco ou Quenyuc, seria tributário de uma nação de mulheres que viviam de 4 a 7 jornadas pela terra adentro, não sendo claro se pelo Nhamundá ou Trombetas, ou pelo Tapajós. Concretamente foram vistos grandes povoados, tanto à beira do r. Amazonas como pela terra adentro, e um grande número de guerreiros com algumas mulheres em supostas posições de comando. A nação de mulheres não foi vista, mas relatada por um prisioneiro cuja descrição, pelas palavras de Carvajal, trai elementos culturais andinos que os espanhóis já conheciam. A rainha se chamaria Conori, nome associável aos Conduri (v.) seiscentistas da bacia do r. Trombetas.³³

Nesse diapasão, para além da análise semântica feita por Antonio Porro, o professor José Ribamar Bessa Freire, fez um exame pormenorizado do termo, tomando como base, não apenas as questões linguísticas, mas as particularidades culturais e identitárias que separam o tempo das Amazonas gregas do tempo das guerreiras amazônidas americanas do século XVI, mas alertando que o imaginário europeu foi um fator decisivo na construção da narrativa do frei dominicano na época, como podemos observar a seguir:

O novo, o estranho e o diferente não podem ser identificados com as categorias e valores europeus, condicionadores da capacidade de percepção. Por isso, missionários e viajantes recorreram a imagens inteligíveis para seu próprio universo cultural que, por não conseguirem transferir toda a carga de significados de uma cultura a outra, reduziram, simplificaram e até deformaram a diversidade cultural e ambiental.³⁴

É válido destacar, conforme afirma Reinhart Koselleck,³⁵ que até meados do século XVIII tínhamos uma noção da história ligada à antiguidade, a partir do discurso de Cícero, da *História Magistra Vitae*, voltado aos exemplos do passado para comprovar convicções de cunho político, religioso, jurídico e moral. Já para François Hartog,³⁶ o século XVIII marcou com a Revolução Francesa um novo regime de historicidade.

³³ PORRO, *Dicionário etno-histórico...*, p. 16.

³⁴ FREIRE, J.R.B. Tradução e interculturalidade: o passarinho, a gaiola e o cesto. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp. 321-340, 2009, pp. 324-325. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/6wDfTTz67mK9VZyNdjJDC9Q/>. Acesso em: 30 dez. 2002.

³⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 11.

³⁶ HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 20.

Após intensos embates entre expedicionários e índios, e afugentados pela destreza das guerreiras Amazonas, finalmente, em 26 de agosto de 1542, a embarcação chegou ao delta do rio Amazonas, seguindo viagem até o posto espanhol de Trinidad, onde Carvajal fez os registros da viagem, naquela que se tornaria sua célebre obra: *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande de las Amazonas*, reeditado em 2011.³⁷

Com o Tratado de Tordesilhas³⁸ em plena vigência, após a expedição de Orellana, os espanhóis tiveram uma maior dimensão acerca do potencial exploratório na nova região, fato que não passou despercebido também pelos portugueses e outras potências europeias, intensificando-se assim a luta pela ocupação do território por parte dos portugueses, mesmo eles estando cientes que pela divisão proposta no Tratado, essas terras pertenciam à Espanha.

Outrossim, em sua análise acerca dos dois primeiros séculos da administração Ibérica na América, o historiador Rafael Ale Rocha, reflete sobre a crescente importância dos territórios atlânticos em detrimento das possessões ibéricas na África e na Ásia, com o escoamento da prata peruana, que poderia sair pelo rio Amazonas, pois o rio Prata seria um trajeto mais distante. O pesquisador também afirma que: “Em relação à Ásia, conforme determinadas autoridades, as especiarias do Oriente poderiam ser substituídas pelas drogas encontradas na Amazônia ou seriam ambientadas nessa região”.³⁹

1.2 Breves desdobramentos da Dinastia Filipina para a Amazônia (1580 - 1640)

Os séculos XVI e XVII foram cruciais para as pretensões de portugueses e espanhóis na América, e, sobretudo, na Amazônia. Entre os anos de 1580 a 1640, ocorreu a chamada União Ibérica, a partir da unificação das Coroas espanhola e portuguesa, devido a uma crise gerada

³⁷ CARVAJAL, Fray G. de. *Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas. Edición y notas de Nieves Pinillos Iglesias, realizada para Babelia*, Madrid, 2011, pp. 68-70.

³⁸ A chegada ao Novo Mundo foi alcançada pelo navegador genovês Cristóvão Colombo em 1492, financiada pelos reis Isabel de Castela e Fernando Aragão, consolidando Portugal e Espanha como os grandes impérios ultramarinos modernos. O aumento das tensões entre as potências ibéricas pela posse do Novo Mundo deu-se no ano 1493, quando o Papa Alexandre VI, a pedido da Espanha, assinou a Bula Inter Coetera, que delimitava territorialmente as possessões de terras que cada país poderia explorar, assim como as correções das inconsistências na medição dos meridianos, reivindicadas por negociadores portugueses. Ver. CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae lusitana monumenta historica*, 3 vols. Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, 1956, pp. 70-71, v. 1-2. No documento havia a alusão a uma linha imaginária de cerca de 100 léguas, a partir da ilha de Açores, dividindo assim Novo Mundo. Essa nova configuração territorial estabelecia que as terras a oeste da linha seriam de propriedade da Espanha, já as terras da parte leste, de Portugal. D. João II, não ficou satisfeito e exigiu uma revisão da decisão papal, fato que só ocorrera no ano seguinte, em 07 de julho de 1494, data da assinatura do Tratado de Tordesilhas.

³⁹ ROCHA, Rafael Ale. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). *Revista Tempo*, vol. 23, núm. 3, pp. 528-545, set/dez., 2017, p. 531. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/BWXpWfq7n8vGDf5Tr6cFXcw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jan. 2023.

pela sucessão ao trono português, vago desde o desaparecimento de D. Sebastião, rei de Portugal, na batalha de Alcácer-Quibir, na parte norte do continente africano, atual Marrocos, na tentativa de expulsar os mouros daquela região.

A decadência da Dinastia de Avis, deixou uma lacuna no poder imperial, pois não havia herdeiros diretos ao trono, a solução encontrada para a linha sucessória, foi elevar ao trono D. Henrique, que por questões de laços consanguíneos, era tio-avô de D. Sebastião. Ele falecera apenas dois anos após subir ao trono e, novamente, não deixou herdeiros diretos. A solução encontrada, em detrimento do apoio de parte da nobreza portuguesa, foi a escolha pelo rei da Espanha, Filipe II. Sua coroação, deu início à soberania como monarca do trono da Espanha e de Portugal, dando início a chamada Dinastia Filipina ou Dinastia de Habsburgo, como também ficou conhecida.⁴⁰

Francisco Adolfo de Varnhagen na obra *História Geral do Brasil*, afirma que a Dinastia Filipina foi um acidente na historiografia brasileira, pois os espanhóis falharam em não ter dado à devida atenção à defesa da costa brasileira.⁴¹

Não obstante, Capistrano de Abreu, fez uma análise em *Capítulos de História Colonial*, acerca das consequências tanto da União Ibérica, alegando que “com a união das duas coroas decresceu a importância dos limites meridionais e a atenção concentrou-se na Amazônia”.⁴²

Destarte, o professor Rafael Chambouleyron, analisa no texto: *plantações, sesmarias e vilas, uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista*, a maneira como a presença europeia influenciou na conquista e ocupação da região amazônica:

A Amazônia portuguesa foi conquistada por soldados portugueses e “brasileiros” vindos do nordeste do Brasil, no início do século XVII. A presença europeia na costa norte e na Amazônia, principalmente, de franceses, ingleses e holandeses, foi o elemento central do esforço português (nessa época dependente da coroa de Castela), que organizou a conquista da região.

⁴⁰ A Dinastia de Habsburgo iniciou-se com o reinado de Rodolfo I, com a conquista da Áustria em 1272, dando início a uma expansão territorial. Um dos seus sucessores, Frederico III, casou seu filho, Maximiliano I em 1452 com Maria de Borgonha, herdeira dos Países Baixos. Desse matrimônio nasceu Filipe I, que acabou herdando as terras entre a Espanha e a América, que pertenciam aos Habsburgos. Cf: FILHO, José Eduardo Mesquita B. Habsburgos: a mais particular das Dinastias. Revista de Villegagnon, *Revista Acadêmica da Escola Naval*, ano VII, número 7, pp. 83-93, 2012, p. 84. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/villegagnon/article/view/2094/2040>. Acesso em: 31 dez. 2022.

⁴¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil* – Antes da sua separação e independência de Portugal; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 368.

⁴² ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial: 1500-1800*. - Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 185.

Após a tomada de São Luís aos franceses, em 1615, os portugueses fundaram, na desembocadura do Amazonas, a cidade de Belém do Pará, em 1616.⁴³

Uma das ações mais emblemáticas da administração filipina foi a divisão feita no Brasil em 1621 em dois Estados, Estado do Maranhão e Estado do Brasil. O Estado do Maranhão, agregava também o Ceará e o Pará e tinha a cidade de São Luís como sua capital,⁴⁴ já o Estado do Brasil, continuou com a cidade de Salvador, primeira capital da colônia. Soma-se a isso, as ações de defesas ibéricas contra holandeses e franceses.⁴⁵

O processo de ocupação portuguesa na Amazônia foi determinado de duas formas distintas, inicialmente, com as instalações de fortalezas militares às margens dos rios, em uma tentativa de dominar o fluxo fluvial e a defesa territorial. A outra forma, foi por intermédio das ordens católicas, com o advento das missões, que objetivava a catequização dos nativos locais.

Os jesuítas chegaram juntamente com a primeira tropa de resgate aos Confins Ocidentais, ainda em meados do século XVII, estabeleceram missões na região da grande Tupinambarana, no rio Madeira e incursionaram pelo baixo e médio rio Negro. Em seguida foi à vez dos mercedários, que também acompanhando as tropas de resgate à região do rio Urubu, no terceiro quartel do século XVII, onde estabeleceram missões. Depois restabeleceram a Missão dos Tarumãs, localizada um pouco acima do sítio, do único estabelecimento militar daquele rio: a Fortaleza da Barra do Rio Negro.⁴⁶

A partir da passagem acima, pode-se notar a importância da presença militar nesta região, principalmente com o advento das construções das fortificações, a fim de reforçar a força militar terrestre do império ultramarino português na Amazônia.

1.3 A primeira grande expedição portuguesa na Amazônia (1637)

No caso particular da Amazônia, a unidade ibérica, representada por um soberano comum, permitiu que a expansão portuguesa fosse não só autorizada por Madri, como também foi determinado que os esforços para a expulsão de estrangeiros e a guarda do litoral norte coubessem aos lusitanos. A unidade

⁴³ CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, EHESS, Paris - FRANÇA, v. 6, p. 2260, 2006, p. 1. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/2260?lang=en>. Acesso em: 01 jan. 2023.

⁴⁴ “Extinto em 1652, o Estado do Maranhão e do Grão-Pará foi restaurado em 1654”. Cf. GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Revista Estudos Avançados*, 16 (45), 63-80, 2002, p. 78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9869>. Acesso em: 03 fev. 2023.

⁴⁵ REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993, pp. 23-45, vol. 1.

⁴⁶ SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012, p. 28.

política d período filipino permitiu a legalidade das ações portuguesas desde a conquista de São Luís e a fundação de Belém.⁴⁷

São com estas palavras acima, que o historiador Tadeu Rezende discorreu acerca dos horizontes do cenário geopolítico que propiciou as condições necessárias para o avanço e, conseqüentemente, expansão portuguesa na Amazônia.

Motivado pela expedição realizada por Francisco de Orellana, o general Pedro Teixeira⁴⁸ partiu da cidade de Cametá, no Pará, em direção à cidade de Quito, no então Vice-Reino do Peru, perpassando por toda a extensão o rio das Amazonas. Segundo João Batista Magalhães,⁴⁹ a cultura militar da Europa foi influenciada pela doutrina militar portuguesa, sobretudo, no período colonial, pois Pedro Teixeira já havia ajudado a expulsar os franceses do Maranhão, no emblemático episódio da batalha do Forte da Natividade, em meados de 1614.

De acordo com Ribeiro,⁵⁰ Jácome Raimundo Noronha, que governara o Grão-Pará, deu a ordem para a partida da expedição de Pedro Teixeira visando reforçar o intuito de ocupação da região amazônica para o fortalecimento da exploração da coroa portuguesa.

A expedição contava com 47 canoas e cerca de 70 soldados portugueses, e uma tripulação composta por escrivães, religiosos e cartógrafos. Também utilizaram mão de obra indígena, com aproximadamente 1100 indivíduos, além de pessoas escravizadas, trazidas compulsoriamente do continente africano por intermédio da ação do tráfico atlântico, que trabalhavam como intérpretes e remadores.⁵¹

Em meados do mês de junho de 1638, chegaram à altura dos rios Napo e Aguarico, aonde parte da tropa ficou. O restante seguiu e atravessou a Cordilheira dos Andes a pé,

⁴⁷ REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006, p. 69.

⁴⁸ Desde dessa época, com a empreitada de Pedro Teixeira até o episódio da guerra do Paraguai, houve um avanço no armamento luso-brasileiro. Cf. GIGLOTTI, João Carlos J. *Estudo da História Militar*. Vol. II: idade contemporânea da fase revolucionário ao século XX. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2006, p. 452.

⁴⁹ MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p. 233.

⁵⁰ RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Edições do Senado Federal, 64. Conselho Editorial, 2005, pp. 46-47. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1112>. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁵¹ Para um maior aprofundamento acerca da escravidão e do tráfico atlântico, Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 34. E para particularidades da escravidão africana e indígena na Amazônia ver: GOMES, Flavio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)*. (Tese de Doutorado). Unicamp, Campinas, 1997, pp. 38-40; BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará - 1840/1860. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar., 2001, pp. 73-112. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/5jpPD9NrRJ3z3ghyqHrF4DQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2023 e MELO, Patrícia. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, século XIX. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, 2021, pp. 1-12. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79516/45979>. Acesso em: 12 jan. 2023.

chegando a Quito no dia 14 de agosto, onde foram recepcionados por Don Juan Vásquez de Acuña, governador espanhol. Para a viagem de volta, o governador indicou entre alguns de seus subordinados, o seu irmão Cristóbal de Acuña, padre jesuíta que ficou encarregado de fazer um relatório da viagem.

Contudo, parte da narrativa de Acuña apoiou-se em relatos de outros cronistas que já haviam se debruçado sobre o tema, como Alonso de Rojas e Gaspar de Carvajal. Para Acuña, em *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*,⁵² ao se referir aos indígenas locais, comparou-os aos antigos bárbaros, pautado em uma visão eurocêntrica, em relação à sua percepção de mundo, mas ressaltou as suas habilidades e inteligência nas práticas consuetudinárias.

Acuña voltou a se referir às Amazonas, muito embora, como dito anteriormente, influenciado pelos relatos de Carvajal:

Têm estas mulheres varonis seu assentamento entre grandes montes e eminentes cerros [...] o que mais se destaca [...] São as Amazonas mulheres de grande valor, que sempre se têm conservado sem contato comum com varões e mesmo quando estes [...] vêm a cada ano a suas terras [...] recebem-nos por hóspedes naqueles poucos dias [...] repetindo todos anos esta viagem na mesma época. As filhas que desta união lhes nascem elas conservam e criam entre si, que são as que levarão adiante os valores e costumes de sua nação, mas os filhos não há muita certeza do que com eles fazem.⁵³

Muito além do imaginário, Acuña tentou ressignificar o seu discurso no espectro da disputa territorial da Amazônia entre os reinos ibéricos, que era envolto numa premissa catequizadora, metalista e da busca das drogas do sertão, tecendo críticas ao apresamento de indígenas feito pelos portugueses. Por outro lado, sua narrativa, alicerçada em relatos de cronistas anteriores, reforçava, além do modo de vida dos indígenas locais, suas práticas cosmológicas, hábitos alimentícios e estratégias de defesa.

Os relatos de viagem escritos por Acuña repercutiram na Europa, apesar de ele prestar um serviço que interessava a Portugal, a coroa espanhola enalteceu seu trabalho, acirrando ainda mais as disputas geopolíticas entre os dois países nos anos seguintes.

Por volta do mês de fevereiro de 1639, Pedro Teixeira volta-se para o cumprimento da missão atribuída a ele pelo governador Noronha, pois na altura dos rios Napo e Aguarico, tratou

⁵² ACUÑA, Christóbal de. *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*. Edição, tradução e introdução: Antônio R. Esteves. Edição bilíngue. Coedição: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil. Asesoría Lingüística. Oltaver S.A. Buenos Libros Activos. Uruguay, 1994, pp. 68-70.

⁵³ ACUÑA, *Novo Descobrimento do Rio Amazonas...*, pp. 177-181.

de ratificar uma cerimônia formal de conquista territorial daquela região em prol da coroa portuguesa, exaltando o rei Filipe IV.

Este ato, na prática, estendeu o território português em aproximadamente 2.400 km para o ocidente, redirecionando a lógica da divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas em 1494. Para as pretensões coloniais portuguesas, a entrada no território amazônico com o seu aparato militar, significava na época, além de um avanço na exploração territorial e econômica, um fortalecimento nas ações de repressão a outras nações europeias.

De fato, pelo Tratado de Tordesilhas, a região amazônica era espanhola, mas as ações determinadas pelo governador Jácome Raimundo Noronha e cumpridas por Pedro Teixeira, colocaram as terras que pertenciam a Espanha sob o domínio de Portugal. Esse entrave só foi resolvido por intermédio da assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

O regresso da expedição à Belém ocorreu no mês de dezembro de 1639, após o reconhecimento do seu feito pelas autoridades locais, Pedro Teixeira foi nomeado em fevereiro de 1640 como capitão-mor, além de receber o título de marquês de *Aquella Blanca* por determinação de Filipe IV, na sequência, foi nomeado como governador do Pará.

O capitão-mor Pedro Teixeira é uma referência cívica para o Exército Brasileiro, exaltado pelos militares da ativa e da reserva como o principal expoente militar do Brasil colônia, pois, em parte, deve-se a ele, a extensão territorial do Brasil para além das fronteiras de Tordesilhas. “O Exército o homenageou dando seu nome como denominação histórica do Batalhão da Selva, sediado em Manaus.”⁵⁴

1.4 O ufanismo nacionalista militar *versus* a ideia de pátria

Os ideais que permeiam a construção dos valores e conceitos simbólicos atrelados ao Exército Brasileiro, estão alicerçados no bojo do Estado-nação, a partir da construção da ideia de Pátria pelos militares, ancorada na união das raças em prol da defesa territorial. Este sentimento coletivo, foi materializado no episódio da expulsão dos holandeses durante a insurreição pernambucana em 1648, que de acordo com Cláudio Moreira Bento, ocorreu na área:

[...] dos chamados Montes Guararapes, hoje terras pertencentes ao Patrimônio da União e destinadas à construção do Parque Histórico Nacional dos

⁵⁴ BENTO, Cláudio Moreira. *A conquista da Amazônia por Pedro Teixeira em 1º de agosto de 1639*. Rio de Janeiro: DNER, 1973, p. 11. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/A%20CONQUISTA%20DA%20AMAZ%C3%95NIA.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023. O Governo Federal também homenageou o Capitão Pedro Teixeira batizando o trecho da BR-316 – São Luís – Belém -, com seu nome na década de 1970. Cf. BENTO, *A conquista da Amazônia...*, p. 3.

Guararapes. Os Montes Guararapes são três, a saber, e com base principalmente na análise e descrição feitas por Diogo Lopes Santiago na época das batalhas e, no século passado, pelo Padre Lino do Monte Carmelo. Monte atual da Igreja dos Prazeres, [...] Monte do Oitizeiro e [...] Monte do Telégrafo.⁵⁵

Contudo, para além da ideia de pátria, o historiador Ronaldo Vainfas afirma em um sentido mais amplo, que a ideia de nação no período colonial não guarda relação com o fenômeno do nacionalismo, nem muito menos de uma consciência nacional na colônia, mesmo que alguns autores busquem justificar com movimentos contestatórios e rebeldes, algum esboço de nacionalismo.⁵⁶

Como observado por Vainfas acima, o ufanismo nacionalista militar tentou forjar esse sentimento de nação desde o período colonial, amparado na narrativa de autores como Gustavo Barroso,⁵⁷ José de Mesquita⁵⁸ e Aurélio de Lyra Tavares.⁵⁹

O historiador José Murilo de Carvalho, no livro *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, analisa o processo republicano brasileiro para além da ótica positivista. Inicialmente, o autor faz uma abordagem acerca da influência de Deodoro da Fonseca com o início da república militar⁶⁰, que ele classificou como deodorismo.

Nesta fase, “[...] ele foi defendido principalmente por setores militares desvinculados da propaganda republicana. Os deodoristas era, sobretudo, os oficiais superiores que tinham lutado na guerra contra o Paraguai”.⁶¹ Carvalho segue afirmando que “para esse grupo, a proclamação foi algo estritamente militar, corporativo, executado sob a liderança insubstituível de Deodoro. “Os civis pouco ou nada influíram.”⁶²

É mister salientar, como Carvalho descortina, a narrativa do discurso ufanista militar no processo de amálgama da mitificação de heróis republicanos, como Tiradentes.⁶³ Seguido da constituição de elementos simbólicos à pátria, como nos casos da bandeira e do hino nacional.⁶⁴ Notadamente, ele esmiúça as ações dos positivistas e demonstra como elas manipularam e

⁵⁵ BENTO, Cláudio Moreira. *As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar*. 2.ed. - Porto Alegre: Gênesis, 2004, pp. 51-52.

⁵⁶ VAINFAS, Ronaldo. Org. *Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 420.

⁵⁷ BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 16.

⁵⁸ MESQUITA, José de. *O Exército, Fator de Brasilidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941, p. 7.

⁵⁹ TAVARES, Aurélio de Lyra. *Exército e Nação*. Recife: Imprensa Universitária, 1965, p. 14.

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 38.

⁶¹ CARVALHO, *A formação das almas...*, p. 38.

⁶² CARVALHO, *A formação das almas...*, p. 38.

⁶³ CARVALHO, *A formação das almas...*, pp. 55-74.

⁶⁴ CARVALHO, *A formação das almas...*, pp. 109-128.

permearam o imaginário nacional, com a ideia de uma pátria ufanista e longe da realidade civil.⁶⁵

Carvalho também endossa essa premissa acima, na obra: *O pecado original da República: Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*, à medida que explicita o processo de exclusão política do povo no âmbito público e o compara metaforicamente a um pecado republicano.⁶⁶

André Porto Ancona Lopez, tendo como base a obra de Carvalho, argumenta:

O processo de construção histórica da República, enquanto memória é mostrado num percurso de criações simbólicas do fato, do mito, da coisa em si e dos símbolos oficiais. Tal análise é feita, porém, não dentro da acepção positivista da verdade do fato e sim no processo de recriação do fato, no processo de fetichização da proclamação, sua criação enquanto lugar de memória. Deste modo, o que está em jogo não é a proclamação em si, mas sua construção, mediada politicamente, enquanto memória. Os modelos políticos-filosóficos (ou as utopias republicanas) degladiam-se em todos os momentos da construção do imaginário (e dos símbolos) da República do Brasil.⁶⁷

Já para Anderson dos Santos Leite,⁶⁸ a ideia de pátria no contexto dos envolvidos nas batalhas dos Guararapes e, por conseguinte, na premissa da análise do argumento defendido pelo Exército Brasileiro em seu discurso para exemplificar esta ideia de forma uníssona, encontra ressonância muito mais nos anseios da restauração portuguesa e das pretensões do próprio Exército do que propriamente no sentimento patriótico desses indivíduos pelo Brasil na época, enquanto Estado-nação.

Destarte, o historiador marxista britânico Eric Hobsbawm afirma que:

[...] como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a nação como uma entidade social originária ou imutável. A nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação.⁶⁹

⁶⁵ CARVALHO, A formação das almas..., pp. 129-140.

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República*. Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, pp. 36-41.

⁶⁷ ANCONA LOPEZ, André Porto. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. *Diálogos*, UEM, 01:219 - 226, 1997, p. 222. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37431/19402>. Acesso em: 14 ago. 2023.

⁶⁸ LEITE, Anderson dos Santos. *O nascimento do Exército Brasileiro: o duelo entre a História e a Memória*. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar – Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2007, p. 34.

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6ª ed.; tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo - Paz e Terra, 2013, p. 18.

Por outro lado, nota-se que a visão militar do processo de formação da pátria brasileira tem uma influência endógena muito grande, como pode-se observar na narrativa do historiador militar Cláudio Moreira Bento, onde ele corrobora a tese que movimento insurgente contribuiu para emergir etimologicamente a ideia pátria, a partir de um sentimento ligado à restauração portuguesa em uma reunião realizada por 18 líderes, no dia 23 de maio de 1645, assim como seu cognato, patriota, em alusão ao compromisso de lutas assinado entre os presentes, como indicado abaixo:

Nós abaixo assinados nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam.⁷⁰

A defesa da simbologia do evento ocorrido no Monte dos Guararapes como data para a criação do Exército Brasileiro e, conseqüentemente, do processo histórico da construção da identidade nacional, é defendida por Hiago Rolim,⁷¹ e corroborada por Gabriel Fernandes,⁷² que alega que essas batalhas, além de originar o Exército Brasileiro, também garantiram a plenitude da defesa do território nacional.

Já para Amanda Gondim, 19 de abril de 1648 foi o dia em que a batalha ocorreu, e acabou se tornando “objeto de afirmação da identidade nacional brasileira”.⁷³ Ainda conforme a autora:

O ápice desse discurso foi a criação e inauguração de um parque no local onde ocorreram as batalhas, no século XVII. Resultado do Projeto Rondon, Operação Guararapes, o Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG) representou o esforço do governo federal em fazer emergir espaços para a exaltação de uma narrativa histórica que antecede à própria existência do Estado brasileiro.⁷⁴

⁷⁰ BENTO, Cláudio Moreira. *As guerras holandesas 1624-1654 na história do Exército em 1972*. Boletim Especial da AMAN, nº 002, de 17 de novembro de 2014, p. 69. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/BOLETIM%20ESPECIAL%20N%C2%BA%20002%20de%2017%20NOV%202014%20DOA%C3%87%C3%82O%20ACERVOA%20DA%20FAHIMTB%20A%20AMAN.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

⁷¹ ROLIM, Hiago Brasil Barros. *Batalha de Guararapes e a formação do Exército Brasileiro*. Monografia - Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende-RJ, 2020, p. 10. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7697/1/7448%20Hiago%20Barros.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

⁷² FERNANDES, Gabriel Machado. *O Exército Brasileiro na defesa da integridade nacional: das Batalhas dos Guararapes à Revolução Farroupilha*. Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Resende-RJ, 2019, p. 10. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/6364/1/6277.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

⁷³ GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. A identidade nacional nas Batalhas dos Guararapes. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 31, nº 1, pp. 189-204, jan-jun., 2020, p. 190. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/14807>. Acesso em: 18 jan. 2023.

⁷⁴ GONDIM, A identidade nacional nas Batalhas dos Guararapes..., p. 190.

Anderson Leite cita a exposição de motivos trazida pelo noticiário do Exército n.º 8.786, de 19 de abril de 1994⁷⁵ como o principal argumento para a escolha do dia 19 de abril como o dia do Exército Brasileiro. Essa exposição, ensejou a assinatura do Decreto de 24 de março de 1994, pelo Itamar Franco, que instituiu o dia do Exército Brasileiro:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e considerando que as datas de 19 de abril de 1648 e de 19 de abril de 1971 registram a 1ª Batalha dos Guararapes e a criação do Parque Nacional dos Guararapes, respectivamente, e que o Exército Brasileiro possui suas raízes fincadas na Região de Guararapes, fato consagrado pela historiografia militar do Brasil, DECRETA: Art. 1º Fica instituído o dia 19 de abril como o "Dia do Exército Brasileiro". Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de março de 1994; 173º da Independência e 106º da República. ITAMAR FRANCO. Zenildo de Lucena.⁷⁶

Uma corrente de pensamento corroborada por militares da reserva e da ativa, defende que as duas batalhas ocorridas no Monte dos Guararapes, forjaram o berço do Exército Brasileiro. Contudo, a decisão final quanto à data, de 19 de abril, - em alusão à 1.ª batalha -, como o dia do seu aniversário, coube ao ministro e general do Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, que centralizou a decisão, sem maiores discussões.

Contudo, o próprio Leite em uma passagem anterior da sua obra, sugere que a criação do Exército está atrelada, simbolicamente, a outras datas da nossa historiografia. A primeira delas, refere-se à chegada da família real ao Brasil em 1808, culminando em 16 de dezembro de 1815 com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, sendo esta data ideal, conforme o autor, para aludir o nascimento do Exército Brasileiro.⁷⁷

Por outro lado, há outra hipótese ventilada sobre esta questão, desta feita, no ano de 1822, vejamos:

[...] ocorre em meados do ano de 1822. Por ocasião das desavenças entre D. Pedro, Príncipe Regente, e o tenente-general Jorge Avilez Zuzarte de Souza Tavares, comandante da Divisão Auxiliadora, organização militar portuguesa, que faz com que D. Pedro reunisse tropas para enfrentá-lo, com isso despertando um espírito de voluntariado, tanto entre os soldados dentro dos quartéis, quanto da população, por um sentimento de fidelidade a ele e ao Brasil. Desavenças que iriam fazer com que D. Pedro pensasse na criação de um Exército genuinamente Brasileiro, onde ele poderia depositar sua

⁷⁵ LEITE, Anderson dos Santos. *O nascimento do Exército Brasileiro: o duelo entre a História e a Memória*. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar – Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2007, p. 24.

⁷⁶ BRASIL. Decreto de 24 de março de 1994. *Institui o "Dia do Exército Brasileiro"*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1994/decreto-42659-24-marco-1994-579403-publicacaooriginal-102296-pe.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.

⁷⁷ LEITE, *O nascimento do Exército Brasileiro...*, p. 11.

confiança e que veio, depois com a independência, a ser responsável por manter a unidade nacional e a integridade do Brasil.⁷⁸

Outrossim, Cláudio Moreira Bento, pertencente a linha mais ufanista militar, alega que “foram os corações unidos dos patriotas luso-brasileiros que venceram a 1.^a Batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648, hoje consagrada como o dia do Exército Brasileiro”.⁷⁹

Por outro lado, oficiais do próprio Exército defenderam outro marco temporal, é o caso do general Virgílio Ribeiro Muxfeldt e do coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, (ex-presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – RS), que alegaram no livro: *Raízes do Exército Brasileiro: período colonial: 1500-1822*, que “o Exército Brasileiro nasceu com a independência nacional. Não existia oficialmente antes de 1824”.⁸⁰

Contudo, os autores destacam que a Insurreição Pernambucana, ocorrida entre os anos de 1645–1654, “foi um processo histórico da maior relevância para a formação da nacionalidade brasileira e para as origens do Exército”.⁸¹

Eles ainda lembraram um episódio ocorrido no ano de 1945, quando o general João Baptista Mascarenhas de Moraes, retornara da Itália, com outros integrantes da Força Expedicionária Brasileira - FEB, onde se saíram vitoriosos ante aos inimigos do eixo, segundo eles, Mascarenhas de Moraes proferiu as seguintes palavras:⁸² “Nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da Nação brasileira.”⁸³

Neste caso, o discurso nacionalista se volta à mitificação do passado, em uma tentativa de forjar heróis, sobre o pretexto de formação de nação, mas com interesses elitistas e uso político deste discurso para perpetuação dos poderes militares e políticos.⁸⁴

Na análise feita por José Murilo de Carvalho no livro: *os bestializados*, coube a Raul Pompéia atrelar à imagem do Exército com a identificação do povo e o sentido de Nação

⁷⁸ LEITE, *O nascimento do Exército Brasileiro...*, p. 11.

⁷⁹ BENTO, Cláudio Moreira. *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)*. Barra Mansa/RJ: Gráfica Drumond, 2017, p. 255.

⁸⁰ MUXFELDT, Virgílio Ribeiro; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Raízes do Exército Brasileiro: Período Colonial: 1500-1822*. Porto Alegre: Renascença, 1^a Edição, 2019, p. 7.

⁸¹ MUXFELDT; GIORGIS, *Raízes do Exército Brasileiro...*, p. 103.

⁸² O general Mascarenhas de Moraes proferiu estas palavras nos Guararapes, quando regressou vitorioso da II guerra mundial em 1945, onde comandou as tropas da FEB na Itália contra as tropas do eixo. Para um maior aprofundamento a respeito da atuação da FEB nesse período, Cf: SILVA, Marcos Valle Machado da; FOLY, Fernanda Martins. Força Expedicionária Brasileira: 70 Anos. Uma Análise Política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano IV – n.º 11, ago., 2013, pp. 14-32. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-IV-11.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

⁸³ MUXFELDT; GIORGIS, *Raízes do Exército Brasileiro...*, p. 103.

⁸⁴ BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 176.

brasileira, exaltando sua organização com base na efeméride da proclamação da República.⁸⁵ À baila desta afirmação, Celso Castro, Vitor Izecksohn, e Hendrik Kraay argumentam na obra *Nova História Militar Brasileira*, que após esse período foi que os militares intensificaram a construção da sua história institucional, propriamente sobre os auspícios do gênero da historiografia militar.⁸⁶

No século seguinte, ocorreram algumas tentativas por parte do Exército da validação desse discurso ufanista por meio da seara acadêmica. A primeira delas, foi por intermédio da linha editorial da revista *A Defesa Nacional*,⁸⁷ que versava sobre o alinhamento do desenvolvimento do Exército com a Nação. “A questão central, para discutirmos a fundação da Liga da Defesa Nacional, é a de que, à época, tínhamos um Estado, mas não possuíamos uma Nação.”⁸⁸

A segunda tentativa, foi a partir da validação do discurso proferido pelo sociólogo Gilberto Freyre, que palestrou para os militares na Escola do Estado Maior do Exército no dia 30 de novembro de 1948. Na oportunidade, Freyre argumentara que no Brasil, a única força organizada era o Exército, em contraste com uma massa desorganizada de Nação.⁸⁹

Essa aproximação de Freyre com os militares e o possível alinhamento com um discurso mais autoritário, foi objeto de uma análise crítica feita por Fabrício Maciel no livro: *O Brasil Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da Identidade Nacional*, onde o autor proferiu que “[...] estas afirmações fortes possibilitam o desenvolvimento de explicações engessadas como, por exemplo, cultura política e caráter nacional para explicar e justificar o êxito do autoritarismo político brasileiro”.⁹⁰

Registra-se amiúde, que a decisão majoritária do general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, em ratificar o dia 19 de abril como dia do Exército Brasileiro, em alusão à 1.^a Batalha dos Guararapes, está longe de ser uma opinião unânime entre pesquisadores da própria história militar.⁹¹ Tampouco, o conceito de nação ou o despertar dessa nacionalidade, pode ser remetido

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 50.

⁸⁶ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 13.

⁸⁷ A primeira edição da Revista contou com o auxílio do Clube Militar e foi lançada no dia 10 de outubro de 1913, a partir da iniciativa de um grupo de oficiais brasileiros, tendo como objetivo principal a modernização do Exército. Ver. OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2012, p. 47.

⁸⁸ OLIVEIRA, *A Liga da Defesa Nacional...*, p. 38.

⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Nação e Exército*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. p. 16.

⁹⁰ MACIEL, Fabrício. *O Brasil Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da Identidade Nacional*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 64.

⁹¹ Gustavo Barroso por exemplo, acrescenta que a verdadeira história militar no Brasil e o sentido de nação, só surgiu de fato, com a vinda da família real para o Brasil em 1808 e à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves

ao período colonial, como sugerem José Murilo de Carvalho,⁹² e Marco Antonio Cunha,⁹³ que o sentimento de patriotismo no Brasil só foi desencadeado com a Guerra do Paraguai.

1.5 A presença militar nas fortificações da região Norte

As fortificações militares são estruturas planejadas e construídas visando manter a defesa e a integridade territorial em tempos de guerra e de paz. Ao longo da nossa história, várias delas foram construídas, em diferentes tempos e regiões do país, em pontos estratégicos e em áreas fronteiriças. No que concerne a estas construções, existem particularidades que diferenciam cada tipo.

Na esteira destas informações, as Fortalezas se constituem em edificações militares de grande porte, com uma estrutura de artilharia de canhões e torres de observação, que facilita a visualização e espreita do inimigo. Já os Fortes, são construções militares proporcionalmente menores do que as Fortalezas, com baterias de artilharias concentradas, para facilitar a precisão nos ataques e otimizar as ações de defesa.

Outra edificação utilizada pelos militares na defesa foram os Fortins, idealizados e construídos em locais estratégicos, a fim de facilitar a defesa de povoados e pequenas vilas, contra as tentativas de invasões pelos rios e mares.

Essa ideia de que o povoamento ratifica a conquista do território foi cultivada pelos militares e constantemente associada à ideia de integração. Integrar, mais que delimitar fronteiras com fortificações avançadas no meio da selva, significava promover condições para o povoamento.⁹⁴

Nota-se, portanto, que gradativamente, o processo de ocupação e colonização no Brasil, com ênfase na região Amazônica, ensejou o início da presença militar, a partir das disputas travadas pelos reinos ibéricos e demais nações europeias, como nos casos da França, Inglaterra e Holanda, para tanto, a construção de fortificações foi fundamental, principalmente para as pretensões portuguesas, que pretendia à época defender seus interesses territoriais e

em 1815, quando o Brasil saiu da condição de colônia e passou a ser um reino. Ver: BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 93.

⁹² CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 335.

⁹³ CUNHA, Marco Antonio. *A Chama da Nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000, p. 66.

⁹⁴ FRANCHI, Tássio. *Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX*. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013, p. 114.

econômicos. Um exemplo dessas construções na Amazônia, foi descrito pela professora Graciete Guerra da Costa, abaixo:

Imagem 2 - Mapa de localização das Fortificações na Amazônia



Fonte: Costa (2016, p. 117).⁹⁵

A respeito dos aspectos que concernem à colonização no Brasil e da presença militar na região amazônica, o professor Fernando Rodrigues comenta:

No caso da colonização no Brasil, o Estado foi o principal interessado no processo, cedendo desta forma os agentes mais importantes, como foi o caso dos militares, que agiram através de uma política de ação, articulada com a utilização de mecanismos de controle do espaço e da população local em todo território. [...] a ocupação da região Norte, especificamente da Amazônia foi ganhando forma, e a principal característica dessa ocupação foi o processo de militarização regional.⁹⁶

Um dos casos mais peculiares de construção de fortificação na região amazônica, ocorreu em meados do início do Século XVII, uma expedição partiu do Porto Marítimo de Vlissingen, na Holanda, num veleiro chamado *Gouden Haan*,⁹⁷ rumo ao rio Amazonas. O

⁹⁵ COSTA, Graciete Guerra da. Cartografia das Fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, pp. 116-133, jan./jun. 2016, p. 117. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/664/694>. Acesso em: 21 out. 2024.

⁹⁶ RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da Presença e Evolução Militar no Brasil: Passado e Presente. *Análise Estratégica*. Vol. 15 n. (1), Dez/Fev 2020, pp. 52-53 Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE/article/view/3403>. Acesso em: 10 ago. 2023.

⁹⁷ Em livre tradução, este termo significa Galo de Ouro.

comandante da pequena embarcação, se chamava Pieter Adrianszon, que impulsionado pelas pretensões metalistas, pretendia estreitar os laços com os indígenas locais, a fim de potencializar possíveis relações comerciais.

A tentativa de demonstrar amabilidade com os indígenas locais deu certo, pois em pouco tempo, eles começaram a ajudar os holandeses como guias na subida do rio Amazonas. Apesar do percurso tortuoso, além das intempéries do tempo, a expedição chegou ao seu objeto alguns meses após sua partida, ainda no ano 1623, aportaram próximo à aldeia de Paru, atual município de Almeirim-PA, onde construíram o Forte do Morro da Velha Pobre.

Contudo, essa fortificação durou pouco tempo, pois, a construção do Forte foi delatada à coroa portuguesa, que entendeu essa ação como uma possível ameaça às suas pretensões expansionistas na Amazônia. No mesmo ano, houve uma forte reação portuguesa, capitaneada pelo militar Bento Maciel Parente, que reprimiu os holandeses e destruiu o Forte, os mandando de volta à Holanda.

Para consolidar seu feito, e demarcar a presença militar portuguesa na região, Bento Maciel Parente ordenou que o veleiro *Gouden Haan* fosse levado à terra e queimado, pondo um fim aos interesses colonizatórios holandeses no rio das Amazonas. A rápida repreensão por parte de Portugal, denota, além do seu poderio, a tentativa de monopolizar a exploração das riquezas locais, como analisa o historiador Rafael Chambouleyron a seguir:

A dominação portuguesa da Amazônia durante o século XVII significava seguramente uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica. Esta última foi identificada pela historiografia com os esforços dos portugueses na busca pelas drogas do sertão e pelos escravos indígenas e com a atividade das ordens missionárias, principalmente os jesuítas. Seria somente em meados do século XVIII, graças ao Marquês de Pombal, que segundo boa parte dos autores, a região foi objeto de uma política colonial propriamente dita.⁹⁸

A respeito dos interesses na região amazônica pelos reinos ibéricos, e da questão da presença militar, uma pertinente contribuição foi dada pelos pesquisadores Marcos de Lima Gomes e Elói Martins Senhoras, que analisaram a questão Geopolítica e militar, a partir de uma visão hermenêutica. Nesse sentido, segundo os autores:

A revelação da “descoberta” da Amazônia aguçou uma gama de exploradores para a região ocasionando o fenômeno da europeização no mundo amazônico

⁹⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, EHESS, Paris - FRANÇA, v. 6, p. 2260, 2006, p. 9. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/2260?lang=en>. Acesso em: 01 jan. 2023.

aumentando disputas geopolíticas entre países ibéricos, que ao longo do tempo desencadearia um extenso processo de militarização por meio da construção de fortes, consolidando a ocupação e a defesa territorial pelas as nações da Europa.⁹⁹

O processo de militarização da Amazônia, por meio da construção de Fortes, irá se estender e ratificar o domínio do império português nos próximos séculos. O exemplo trazido da construção do Forte do Morro da Velha Pobre, evidenciou uma tentativa frustrada dos holandeses dominarem a região. Mas, sem dúvida alguma, o episódio mais emblemático acerca do início da construção das fortificações na Amazônia, ocorreu alguns anos antes, precisamente, no ano de 1616, com a construção do Forte do Presépio em Belém.¹⁰⁰

No final de 1615, o Governador-geral do Brasil, Gaspar de Sousa, ordenou que uma expedição militar expulsasse todos os invasores do Grão-Pará,¹⁰¹ e delegou para esta empreitada o Capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco. A viagem durou 18 dias, sendo descrita por Capistrano de Abreu¹⁰² de maneira pormenorizada em: *Capítulos de história colonial* e por Renata Malcher de Araújo¹⁰³ em: *As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*.

Os portugueses, acreditavam que o capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco e seus soldados, foram guiados pela estrela de Belém até o local, batizando-o de Feliz Lusitânia, em relação ao topônimo Luso. A elevação do terreno onde o forte foi construído, permitia uma ampla visão da Baía de Guajará, se constituindo como um local estratégico para defesa.

⁹⁹ GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins. *Geopolítica e geohistória militar: da Amazônia a Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, pp. 22-23.

¹⁰⁰ No mesmo processo geopolítico de ocupação militar, os holandeses se instalaram no interior do rio Essequibo, com a construção do Forte Kijkoveral, 1616, contando também com a cooperação dos povos Karíb e Arawak. Os franceses tomaram dos holandeses parte do litoral, instalando-se em Caiena por volta de 1604. Os portugueses, durante a União Ibérica, ocuparam o delta direito do rio Amazonas, com a construção do Forte do Presépio, em 1616 (hoje, capital Belém-PA), ver: GOMES; SENHORAS, *Geopolítica e geohistória militar...*, p. 60.

¹⁰¹ Este território era composto pelos estados hoje denominados: Ceará, Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas (assim como alguns estados circunvizinhos a eles). Primeiramente denominado “Maranhão”, depois “Maranhão e Grão-Pará” e, posteriormente, “Grão-Pará e Maranhão”, este estado da América portuguesa se constituiu em unidade administrativa autônoma separada do Estado do Brasil. Compreendendo uma região que hoje se aproxima dos territórios dos estados citados anteriormente, esta segunda possessão portuguesa foi criada em 1621 e perdurou até 1772, existindo, portanto, durante pouco mais de um século e meio, ver: DAMASCENO, Alberto; MIRANDA, Joaquina Ianca. *Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder. Novos Cadernos NAEA*. v. 24, n. 2, pp. 37-61, maio-ago., 2021, p. 38. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8811/7509>. Acesso em: 24 jan. 2023.

¹⁰² ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial: 1500-1800*. - Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, pp. 75-77.

¹⁰³ ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 77.

Para a pesquisadora Renata Malcher de Araújo, foi a partir da construção do Forte do Presépio que houve o desenvolvimento e expansão dos núcleos urbanos, ratificando uma prática dos portugueses, com o incentivo da construção de cidades em suas colônias.¹⁰⁴

Ao findar o século XVI I, a ocupação da vastíssima capitania do Grão-Pará sintetizava-se nos seguintes números: uma cidade, Belém; quatro vilas, Vila Souza do Caeté (1634), Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá (1637), Gurupá (1637) e Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (1693); oito fortificações, três em Belém, forte do Presépio ou de Santo Cristo (1616), fortim de São Pedro Nolasco (1665), fortaleza de Nossa Senhora das Neves da Barra (1685), e cinco fora da cidade, o forte do Gurupá (1623), o forte do Desterro (1638), o forte de Araguari (1660), a fortaleza de São José do Rio Negro (1669) e o forte dos Pauxis (1698); mais cerca de 70 estabelecimentos missionários entre aldeamentos de índios descidos e fazendas das missões.¹⁰⁵

Existia toda uma simbologia envolvida na atribuição ao nome do Forte do Presépio. Ele foi chamado pôr diferentes nomes com o passar do tempo. Entre eles, podemos destacar: “Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo, Forte do Senhor Santo Cristo e Forte do Castelo. Atualmente é denominado Forte do Presépio, nome dado pelos portugueses”.¹⁰⁶

Corroborando com essa afirmação, Cláudio Moreira Bento comenta:

Em 1616, depois de Portugal haver expulsado os franceses do Maranhão, Francisco Caldeira Castelo Branco foi nomeado Capitão-Mor para a conquista do Grão-Pará (atual Amazônia Brasileira). O perfil desse militar foi traçado por Ernesto Cruz em sua *História de Belém*.v.1. Ele viajou para o estuário do Amazonas e, na baía de Guajará, levantou um forte a que chamou Presépio (1616). A partir daí, foi que se lançaram os militares luso-brasileiros à conquista do território, assumindo relevo, desde o início, os trabalhos de exploração e defesa da imensa calha fluvial contra intrusos estrangeiros e índios da região que se opunham à presença do branco.¹⁰⁷

No que concerne à conquista da Amazônia brasileira, a Coroa portuguesa se pautou em uma estratégia Geopolítica, partindo além da conquista do espaço terrestre, para o domínio das bacias hidrográficas da região. Na segunda metade do século XX, o Brasil modificou sua atuação na política externa, que antes estava atrelada aos EUA, incentivando a adesão de países

¹⁰⁴ ARAÚJO, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII...*, p. 95.

¹⁰⁵ ARAÚJO, *As Cidades da Amazônia no Século XVIII...*, p. 95.

¹⁰⁶ COSTA, Graciete Guerra da. *Fortes Portugueses na Amazônia brasileira*. Tese (Pós-Doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília: UnB, 2015, p. 21.

¹⁰⁷ BENTO, Cláudio Moreira. *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção* (história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2017). Barra Mansa/RJ: Gráfica Drumond, 2017, pp. 70-71.

como Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, conhecido popularmente como Pacto Amazônico em 1978.¹⁰⁸

Consoante a esse entendimento, a Dissertação de Mestrado defendida por Pedro Henrique Luz Gabriel no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense - UFF em 2012, esmiuçou o pensamento Geopolítico de Meira Mattos, sobretudo, a partir da sua análise da expansão das fronteiras brasileiras, com base na assinatura do Tratado de Madri, como exposto abaixo:¹⁰⁹

No período colonial (1500 a 1808) Mattos destaca o papel exercido por Alexandre de Gusmão e o princípio do *uti possidetis*, onde este fez valer o tratado de Madri - 1750, regulamentando juridicamente o que os bandeirantes haviam conquistado.¹¹⁰

De maneira incontestável, os reinos ibéricos desejaram sob a ótica mercantilista avançar seus domínios coloniais, expandindo seus projetos de construção de fortificações na América, e, sobretudo, na Amazônia, tendo como base uma burguesia mercantil.¹¹¹ Em seguida, a partir desta premissa, conforme Cláudio Moreira Bento,¹¹² houve a construção do Forte de Santo Antônio de Gurupá, edificado estrategicamente em cima das antigas ruínas de um fortim holandês, chamado Forte de Tucujus.

No decorrer do período colonial, a Amazônia permaneceria fechada aos estrangeiros. Tal medida foi alcançada pelo estabelecimento de um sistema de fortificações que visava a impedir o contrabando, a exploração de recursos naturais e também a instalação de fortes ou vilas por intrusos de outros países.¹¹³

A partir desse entendimento, outra fortificação foi erguida pelos portugueses na Amazônia em 1669. Trata-se do Forte de São José da Barra do Rio Negro, atribuído ao capitão de artilharia Francisco da Mota Falcão. “O forte foi levantado sobre um outeiro, três léguas acima da confluência do Negro com o Solimões. O fortim, uma obra leve, recebeu o nome de São José do Rio Negro e foi artilhado com quatro canhões.”¹¹⁴

¹⁰⁸ MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Coleção documentos brasileiros, 1980, p. 136.

¹⁰⁹ No II capítulo, iremos nos debruçar sobre o processo de expansão das fronteiras no Brasil.

¹¹⁰ GABRIEL, Pedro Henrique Luz. *O pensamento geopolítico brasileiro: a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2012, pp. 81-82.

¹¹¹ FALCON, Francisco. J. C. *Mercantilismo e transição*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 27.

¹¹² BENTO, *Amazônia brasileira...*, p. 90.

¹¹³ BENTO, *Amazônia brasileira...*, pp. 80-81.

¹¹⁴ BENTO, *Amazônia brasileira...*, p. 80.

Localizado na margem esquerda do rio Negro, emergiu no entorno do forte o povoado do Lugar da Barra, que mais tarde, em alusão aos índios manaós, foi batizada de Manaus. Foi por intermédio da Carta Régia de 3 de março de 1755, que foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, com sede em Mariuá.¹¹⁵

Contudo, o então governador na época, Manuel da Gama Lobo d'Almada, temia que houvesse novamente invasões no local, principalmente espanholas, pois havia muitas tensões entre os dois países por conta das disputas territoriais. Logo, ordenou que a sede voltasse para o Lugar da Barra no ano de 1791, para aproveitar a localização estratégica entre os rios Negro e Solimões.

Aos poucos a população foi crescendo, e por volta de 1832, o povoado que àquela altura, ainda atendera pelo nome de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, passou a se chamar Vila de Manaus e “foi elevado à categoria de Vila”.¹¹⁶ Em 24 de outubro de 1848, houve novamente outra mudança, passando à categoria de cidade.¹¹⁷

No dia 5 de setembro de 1850, foi sancionada pelo Imperador D. Pedro II, a Lei n.º 592, que elevou o Amazonas à categoria de província, tendo como primeiro governador João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha. No dia 4 de setembro de 1856, a antiga Barra do rio Negro, passou a ser reconhecida pela Assembleia Provincial por intermédio da Lei n.º 68 como Cidade de Manaus.

Os fatos elencados acima, guardam uma relação intrínseca com as construções das primeiras fortificações na Amazônia. Contudo, a lista na região é bem mais extensa, pois havia um planejamento do Império Português, no tocante à construção de fortificações nesta região, a fim de potencializar seus domínios, como podemos observar abaixo:

O Plano de Fortificações da Amazônia com vistas a assegurar a soberania de Portugal na área, foi iniciativa em 1695, pelo Rei de Portugal D. Pedro II, ao ordenar que fosse elaborado um plano regional de Fortificações abrangendo o Maranhão e a Amazônia.¹¹⁸

¹¹⁵ Atual município de Barcelos.

¹¹⁶ IPHAN. *História - Manaus (AM)*, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1214/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

¹¹⁷ A Lei n.º 147, de 24 de outubro de 1848, aprovada pela Assembleia Provincial do Pará, elevou a vila de Manaus a cidade, com o nome de cidade da Barra do Rio Negro. A letra da lei fazia retornar a antiga denominação do povoado que começara a se formar 179 anos antes, em 1669, à sombra do forte de São José do Rio Negro, ver: O PODER JUDICIÁRIO NA HISTÓRIA DO AMAZONAS. *Justiça e política no Amazonas Imperial*, 2022. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/images/2018/documentos/historia02.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

¹¹⁸ REIS, Arthur César. As fortificações da Amazônia no Período Colonial, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 344, Jul/Set, 1984, pp. 217/227 *Apud* BENTO, *Amazônia brasileira...*, p. 81.

Tal plano, estava alicerçado em um propósito muito maior de conquista portuguesa, com ênfase no domínio e soberania das fronteiras, exploração comercial, além do monopólio de navegação na bacia do rio Amazonas e seus afluentes. Avança-se a partir daí em frentes importantes no cenário da conquista territorial pelos luso-brasileiros, e, posteriormente, brasileiros. Abaixo, podemos observar um quadro com as principais fortificações construídas na Amazônia para fins de defesa da região.

Quadro 1 – Fortificações na região Amazônica

Fortificação	Local	Ano
Forte do Castelo/Presépio	Belém-PA	1616
Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá	Gurupá-PA	1623
Forte de São Pedro Nolasco ou Forte das Mercês	Belém-PA	1665
Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro	Manaus-AM	1670
Fortaleza da Barra ou Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra	Belém-PA	1685
Fortes Santo Antônio e São José de Macapá	Amapá	1686
Fortaleza de São José de Macapá ¹¹⁹	Macapá-AP	Lançada em 1686 Inaugurada em 1782
Forte do Rio Baboute	Amapá	1688
Fortaleza de Santarém ou Fortaleza dos Tapajós	Santarém-PA	1695
Fortaleza de Óbidos	Óbidos-PA	1698
Forte do Paru	Almeirim-PA	1695
Fortim e Bateria da Ilha dos Periquitos	Belém-PA	1738
Casa Forte do Guamá	Ourém-PA	1750
Fortaleza do Rio Negro	Barcelos-AM	1754
Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição	Guaporé-RO	1759
Fortaleza de Macapá	Amapá	1761
Forte São Francisco Xavier	Tabatinga-AM	1766
Forte de São Gabriel – hoje Uaupés	São Gabriel da Cachoeira-AM (Rio Negro)	1762
Forte de Marabitanas	Cucuí - São Gabriel da Cachoeira-AM (Cucuí)	1763
Reduto São José	Belém-PA	1771

¹¹⁹ Incluídas na lista indicativa a Patrimônio Mundial da humanidade, tombada pelo IPHAN em 1950. Foi inaugurada em 19 de março de 1782, dia do seu padroeiro, São José. Atualmente, é um espaço de cultura e lazer, administrado pela Fundação Museu Fortaleza de São José de Macapá, criada para gerenciar e planejar a sua ocupação, ver: IPHAN. Patrimônio Material – AP. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/522/>. Acesso em: 31jul. 2023.

Forte de São Joaquim do Rio Branco	Roraima	1778
Bateria de Val de Cans	Belém-PA	1780
Forte Príncipe da Beira ¹²⁰	Rondônia	1785
Forte Bateria de Santo Antônio	Belém-PA	1791
Forte da Cachoeira de Itaboca – (São João do Araguaia)	(Rio Tocantins) - Pará	1797
Forte de Araguari	Amapá	s/d
Bateria da ilha de Bragança	Amapá	1804

Fonte: Adaptado de Bento (2017, pp. 88-103).¹²¹

Além da defesa, a construção dessas fortificações tinha também um caráter preventivo, visando a preservação do território conquistado, além da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Cada fortificação construída traz em seu bojo uma série de significados, sejam eles de caráter simbólico, bélico e da ratificação da presença militar.

1.6 As Colônias Militares do Século XIX: a gênese dos PEFs

As instituições das Colônias Militares ocorreram no Brasil durante o II Reinado, já no período imperial. Entre os principais objetivos para as suas construções, estavam a defesa territorial, o afastamento de delinquentes condenados, além de intensificar o povoamento das regiões interioranas do país.¹²² Desta feita, Cláudio Moreira Bento afirma que:

A primeira colônia militar brasileira foi a D. Pedro II, na Amazônia, à margem do rio Araguari. Foi criada em 1840 face às pressões sobre o território entre os rios Oiapoque e Araguari, contestado ao Brasil pela França. Em 1849, foi criada, no local chamado Remansão, no rio Tocantins, a colônia militar Santa Tereza do Tocantins. Com a Lei nº 555 de 15 de junho de 1850, que instituiu a colonização militar, foram criadas colônias militares por todo o Brasil.¹²³

¹²⁰ É considerado a maior fortificação militar portuguesa construída no Brasil. Para mais detalhes acerca deste Forte, Cf. BARCELOS, Giovani da Silva. *Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação*. Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018, pp. 31-37.

¹²¹ BENTO, *Amazônia brasileira...*, pp. 88-103.

¹²² PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tássio. Colônias militares na região norte do Brasil: colonização, povoamento e seu arcabouço jurídico ao longo dos anos. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, pp. 705-738, setembro/dezembro, 2020, p. 705. Disponível em: <https://www.revistadaegn.com.br/index.php/revistadaegn/article/view/986/908>. Acesso em: 03 fev. 2023.

¹²³ BENTO, *Amazônia brasileira...*, pp. 103-104.

Conforme o professor Fernando da Silva Rodrigues, as políticas de instalação das colônias militares na Amazônia por parte do Império brasileiro, ocorreram como uma estratégia de povoamento, com ênfase no processo de administração militar. Elas se constituíram com o objetivo de defender as fronteiras nacionais, além da manutenção territorial.¹²⁴

Em um espectro mais amplo, Rodrigues discorre acerca das vinte e uma Colônias Militares que foram criadas no Brasil a partir do ano de 1850. O pesquisador destaca, no entanto, as instalações das Colônias Militares no Pará, entre elas: Colônia Militar Pedro II (1840), Colônia Militar de São João D’Araguaia (1851) e a Colônia Militar de Óbidos (1854).¹²⁵

Acerca da Colônia Militar Pedro II, o pesquisador Rafael Amaro da Silva, sinaliza para a sua importância, no que concerne a uma proposta verossímil de definição territorial da região norte brasileira.¹²⁶ Neste aspecto, a região da implantação da colônia, compreendia os arredores do rio Araguari, e passava por uma disputa territorial entre o Brasil e a França.¹²⁷

Na obra *Questões de Limites: Guiana Francesa*, publicada pelo Conselho Editorial do Senado Federal em 2008, o Barão do Rio Branco,¹²⁸ já alertara para as imprecisões cartográficas apresentadas pela França em relação à fronteira norte do Brasil. Inclusive, esta disputa foi levada no ano de 1897 à arbitragem do Governo da Confederação Suíça.¹²⁹

Tais imprecisões, apontavam para uma nova delimitação na fronteira local, acirrando as disputas entre Brasil e França, não necessariamente, a partir dos limites do rio Araguari, mas, do Rio Oiapoque.¹³⁰ Conforme relatou o Major José Figueiredo de Albuquerque, em um artigo

¹²⁴ RODRIGUES, Fernando da Silva. Ocupar, povoar e defender: o projeto de Estado para a colonização militar da Amazônia nos oitocentos. In: VANIN, Alex Antônio; TEDESCO, João Carlos. (Orgs.). *As Sentinelas dos Sertões: as colônias militares do Império do Brasil*. Passo Fundo, Acervus, 2024, p. 17.

¹²⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. O Estado Imperial brasileiro e a colonização militar da Amazônia (1840-1867). *Tempo*, Niterói, vol. 28 n. 3, pp. 99-117, set./dez., 2022, p. 104. Disponível em: www.scielo.br/j/tem/a/c73CF8tk9KLgx5zCdfRBtK/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

¹²⁶ SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2013, p. 82.

¹²⁷ REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993, pp. 23-45, vol. 1.

¹²⁸ José Maria da Silva Paranhos Júnior, foi um Diplomata brasileiro, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Foi Ministro das Relações Exteriores, foi agraciado com o título de Barão do Rio Branco, no final do período imperial, mantendo sua assinatura desta forma, após a proclamação da República, em homenagem ao seu pai José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como o Visconde do Rio Branco, que já havia falecido.

¹²⁹ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Questões de Limites: Guiana Francesa*. Brasília, Senado Federal – Vol. 97, Conselho Editorial, 2008, p. 19. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/188908>. Acesso em: 14 abr. 2023.

¹³⁰ SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF, N° 26, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônica, UFPA, Belém, pp. 2-14, 2011, p. 12. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XR20uvuO915mZudv5600g-3u5M5IER4X/view>. Acesso em: 14 abr. 2023.

publicado na Revista *A Defesa Nacional* em 1965, anos mais tarde, para tentar resolver parte deste conflito:

O Governo do Brasil, atento ao problema, fez deslocar da guarnição do Exército em Belém um Destacamento de tropa e sediou-o em frente a Saint George, num lugar a que denominou Santo Antonio do Oiapoque; em seguida, atribuiu ao Ministério da Agricultura o encargo de implantar uma colônia agrícola na margem do rio Oiapoque, o que foi feito a cerca de 8 Km a montante de Santo Antonio, isto por volta de 1921.¹³¹

No que concerne especificamente à região amazônica, “os portugueses construíram fortes em pontos estrategicamente situados, os quais garantiram as terras conquistadas, [...] alguns fortes foram sendo substituídos por colônias militares”.¹³² Ainda, segundo os autores, houve a regulamentação dessas colônias no ano de 1850, por intermédio da Lei n.º 555, que em tese:

[...] autorizava o Poder Executivo a estabelecer presídios e colônias onde fosse necessário segundo Rodrigues e Silva (2017, p. 67, grifo nosso). Da mesma forma, o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, mandava executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850), que tratava sobre as terras devolutas do Império, (Art. 82).¹³³¹³⁴

Nesse sentido, as Colônias Militares do século XIX na Amazônia, foram criadas pelo governo imperial brasileiro como uma estratégia para ocupar e integrar a região às demais áreas do país. A Amazônia, que é uma região rica em recursos naturais, mas que na época era pouco povoada e desenvolvida, era objeto de disputas entre o Brasil e outros países, o governo imperial buscava, portanto, fortalecer a presença do Estado na região e garantir a integridade do território nacional.

As Colônias Militares enfrentaram diversos desafios na tentativa de colonizar a região, o principal deles, era a falta de infraestrutura e o isolamento geográfico, que dificultava o acesso a insumos e suprimentos. Além disso, a região apresentava uma forte resistência climática, com chuvas frequentes e temperaturas elevadas, o que dificultava a produção agrícola.

Outro desafio enfrentado pelas Colônias Militares, foi a falta de sucesso econômico. A maior parte das colônias fracassou economicamente, pois a produção agrícola não conseguiu

¹³¹ ALBUQUERQUE, José Figueiredo de. Colônia Militar do Oiapoque. *A Defesa Nacional*, v. 51, nº 600, 1965, p. 109. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4895>. Acesso em: 03 fev. 2023.

¹³² PAIM; FRANCHI, *Colônias militares na região norte do Brasil...*, p. 706.

¹³³ PAIM; FRANCHI, *Colônias militares na região norte do Brasil...*, p. 707.

¹³⁴ Segundo essas leis, os oficiais e soldados do Exército que prestavam serviço na Amazônia tinham direito a receber terras para cultivar e explorar. As colônias militares eram formadas por pequenas propriedades rurais, que eram habitadas por soldados e suas famílias.

gerar renda suficiente para sustentar os colonos. Isso se deveu em parte à falta de experiência dos colonos na produção agrícola em condições tão adversas, bem como à falta de incentivos permitidos para o desenvolvimento econômico da região. Abaixo, Bento relata o surgimento das primeiras Colônias Militares na região amazônica.

Na Amazônia foram criadas as colônias militares de São João do Araguaia, em 1850, com base na transferência, com o nome de São João do Araguaia, da extinta Santa Teresa do Tocantins; a de Rio Branco, nas proximidades do Forte São Joaquim e, em 1854, a Colônia Militar de Óbidos. Essas colônias foram vinculadas ao Ministério do Império (Interior) até 1860, quando passaram para a jurisdição do Ministério da Agricultura, cabendo ao Exército fornecer a tropa, equipá-las e pagá-las, sem interferir na escolha do local.¹³⁵

Nas palavras do professor Fernando da Silva Rodrigues “Essa estratégia de ocupação terrestre na fronteira teve um papel relevante no processo de consolidação dos limites do Estado nacional”.¹³⁶ Ato contínuo, o autor ainda afirma que:

A instalação das colônias militares pode ser compreendida no contexto de um propósito do Estado Imperial brasileiro em promover a ocupação territorial e tornar os ocupantes desses espaços colonos produtivos, a partir de um regime militarizado, baseado na disciplina e em normas jurídicas próprias. Um instrumento que visava criar as condições próprias de produtividade em um ambiente de natureza hostil e isolado. Um modelo de colonização que pretendia ser, ao mesmo tempo, um processo de ocupação, de segurança e de defesa do território, que exigia dos colonos a superação das dificuldades impostas pelo espaço inóspito.¹³⁷

Regina Maria Gadelha, nos direciona para um panorama de conquista territorial na Amazônia até meados do século XVIII.¹³⁸ O pesquisador Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, referência nos estudos de defesa, se debruçou sobre a perspectiva da defesa da Amazônia, alertando a comunidade internacional, sobre as potencialidades e riscos que a falta de controle pode ocasionar à região. Desta forma, ele argumenta que:

Os contenciosos com a França (Questão do Amapá) e Grã-Bretanha (Questão do Pirara) só viriam a ser resolvidos no início da República. No entanto, o

¹³⁵ BENTO, *Amazônia brasileira...*, p. 104.

¹³⁶ RODRIGUES, *O Estado Imperial brasileiro...*, p. 103.

¹³⁷ RODRIGUES, *O Estado Imperial brasileiro...*, p. 115.

¹³⁸ GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Revista Estudos Avançados*, 16 (45), 63-80, 2002, p. 65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9869>. Acesso em: 03 fev. 2023.

aprofundamento da defesa da Amazônia só seria iniciado no século seguinte, quando aquelas colônias foram substituídas por pelotões de fronteira.¹³⁹

Para Paim e Franchi, o Brasil acabou adotando um modelo de Colônia Militar baseado na experiência francesa na Argélia, que envolvera uma dinâmica própria de povoamento e controle militar.¹⁴⁰ Segundo Tássio Franchi, havia uma pretensa resistência dos nativos locais em relação à presença dos civilizados na região.¹⁴¹

Outrossim, a instalação de Colônias Militares, emergiu como uma estratégia para o povoamento, contensão de conflitos e tensões sociais, além da abertura de estradas e da concentração militar nessas áreas, a fim de manter o controle nos rincões mais distantes. As implantações ocorreram de forma escalonada, inicialmente, duas na região do Pará, seguidas de Pernambuco, Alagoas e São Paulo. Abaixo, Oliveira esclarece as pretensões do Estado em relação à implantação e do papel das Colônias Militares.

O Estado procurava abrir caminhos para a modernização administrativa em amplas frentes, e diversas estavam relacionadas com o controle da população considerada perigosa. Se não valia a pena atacar abertamente crenças tradicionais, instituía-se colônias militares, construía-se estradas que mesmo não ligando pontos economicamente importantes do território, facilitavam o acesso aos locais dominados por escravos fugidos, homens livres pobres, índios bravos [...].¹⁴²

Desde a instalação da primeira Colônia Militar em 1840, até meados 1858, houve uma intensificação neste tipo de estratégia governamental, com o uso da presença militar nestas regiões, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 2 - Colônias Militares instaladas no Brasil entre 1840¹⁴³ e 1858

Nome da Colônia Militar	Província
Leopoldina	Alagoas

¹³⁹ CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. *Introdução à Defesa da Amazônia*. Carta Internacional, Funag-USP, ano X, nº 107/108, pp. 19-21, jan/fev., 2002, p. 19. Disponível em: <https://xoomer.virgilio.it/leonildoc/pdf/amazonia.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2023.

¹⁴⁰ PAIM; FRANCHI, *Colônias militares na região norte do Brasil...*, p. 709.

¹⁴¹ FRANCHI, Tássio. Medo e miscigenação: a visão dos povos da floresta nos relatos dos militares brasileiros no século XX. *Revista Silva*, v. 1, pp. 48-65, 2017, p. 50. Disponível em: <http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/pt/silva/2-uncategorised/24-medo-e-miscigenacao-a-visao-dos-povos-da-floresta-nos-relatos-dos-militares-brasileiros-no-seculo-xx>. Acesso em: 03 fev. 2023.

¹⁴² OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *As Colônias Militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011, p. 8. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300216724_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf. Acesso em: 04 fev. 2023.

¹⁴³ Tomou-se como marco inicial a instalação da colônia militar Pedro II - PA, primeira colônia militar instalada no Brasil, no ano de 1840.

Pimenteiras	Pernambuco
Gurupy	Maranhão
Cachoeirinha	Bahia
Óbidos	Pará
Pedro II	Pará
São João de Araguaya	Pará
Cazeros	São Pedro (Rio Grande do Sul)
Urucu	Minas Gerais
Santa Thereza	Santa Catarina
Dourados	Mato Grosso do Sul
Itapura	São Paulo
Porto Souza	Espírito Santo
Santa Bárbara	Goiás
Santo Antonio	Goiás
Jatahy	Paraná

Fonte: Adaptado de Oliveira (2011, p. 11).¹⁴⁴

Ato contínuo, Maria Luíza Ferreira de Oliveira informa que muitas destas colônias passaram para a condição de vilas e cidades, contribuindo no caráter de povoamento destas regiões, com ênfase nas atividades ligados à produção agrícola, com a perda do interesse militar.¹⁴⁵ Cabe ressaltar, conforme Paim e Franchi, que a Lei n.º 555 de 1850, também autorizou a instalação de presídios militares.¹⁴⁶

Contudo, “cabe destacar que a partir de 1900, os presídios militares deixaram de ser mencionados nos diversos relatórios analisados, o que sinaliza possível desvinculação do aspecto penal das colônias militares”.¹⁴⁷

No século XIX, o governo Imperial promoveu uma reorganização das colônias e presídios militares. O foco incidiu nas colônias do Sul. O Relatório final foi apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura em 1889, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Thomaz José Coelho d’Almeida, com diagnóstico geral sobre a situação das colônias e presídios militares da região Sul no final do século XIX.¹⁴⁸

¹⁴⁴ OLIVEIRA, As Colônias Militares na consolidação do Estado Nacional..., p. 11.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, As Colônias Militares na consolidação do Estado Nacional..., p. 9.

¹⁴⁶ PAIM; FRANCHI, Colônias militares na região norte do Brasil..., p. 707.

¹⁴⁷ PAIM; FRANCHI, Colônias militares na região norte do Brasil..., p. 715.

¹⁴⁸ BRASIL. *Relatório da participação dos negócios da guerra*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, pp. 45-51. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1888_00001.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023. Para um maior aprofundamento desta questão, Cf: PEREGRINO, Umberto. Origem e Fixação dos Órgãos Básicos da Organização Militar no Brasil. *Revista do Serviço Público*, n. 66, v. (1), pp. 54-64, 1955, p. 56. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5283/2836>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Em relação à Amazônia, houve a instalação a partir de uma lógica de distribuição geográfica que tentou potencializar o controle e a presença militar na região entre os séculos XIX e XX, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3 - Colônias Militares na Amazônia (séculos XIX e XX)

Ano de criação		Denominação	Município/ Distrito – UF atual onde estava localizada a colônia ou presidio
Séc. XIX	1840	Colônia Militar Pedro II	Ferreira Gomes - AP
	1850	Colônia de São João do Araguaia	São João do Araguaia - PA
	1850	Colônia Militar do Rio Branco	Boa Vista - RR
	1853	Colônia de São Pedro de Alcântara do Gurupi	Carutapera - MA
	1854	Colônia de Óbidos	Óbidos - PA
	1854	Colônia de Clevelândia do Norte	Clevelândia do Norte - AP
	1869	Colônia de Tabatinga	Tabatinga - AM
	1894	Colônia do Oiapoque	Clevelândia do Norte - AP
Séc. XX	1907	Colônia de Clevelândia do Norte	Clevelândia do Norte - AP
	1919	Colônia Militar do Oiapoque	Clevelândia do Norte - AP
	1964	Colônia de Clevelândia do Norte	Clevelândia do Norte - AP
	1967	Colônia de Tabatinga	Tabatinga - AM

Fonte: Adaptado de Paim; Franchi (2020, p. 716).¹⁴⁹

Do ponto de vista estratégico, o governo imperial verticalizou suas ações militares, expandindo a partir de meados do ano de 1850 seu domínio, no eixo Amazonas/Roraima/Amapá, com as instalações das Colônias Militares do Rio Branco em 1850, localizada na antiga Província do Amazonas (atualmente, Roraima), Clevelândia do Norte em 1854, na cidade homônima no Amapá e Oiapoque em 1894, também no Amapá.

A respeito da Colônia Militar do Rio Branco, Francivaldo Alves Nunes nos alerta da existência de planos para a construção de outra colônia antes, no mesmo local onde se situava o Forte de São Joaquim, sob a justificativa de haver uma melhor logística fluvial e, consequentemente, uma defesa mais eficiente.¹⁵⁰

No Amapá, a implantação da Colônia Militar do Oiapoque teve algumas peculiaridades e interesses governamentais para explicitar a presença militar na região. Isto, porque, inicialmente, ela data do ano de 1894, mas houve a transferência em 1907 da Colônia Militar

¹⁴⁹ PAIM; FRANCHI, *Colônias militares na região norte do Brasil...*, p. 716.

¹⁵⁰ NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império: Povoamento, Segurança, Defesa do Território e Conflitos. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III – n.º 07, pp. 6-24, abril, 2012, p. 8. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-III-07.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

D. Pedro II para a região do Oiapoque, tendo a colônia do Oiapoque, chegado ao seu fim no ano de 1922, para que fosse criada a colônia de Clevelândia do Norte.¹⁵¹

A colônia agrícola de Clevelândia do Norte, recebeu esse nome em homenagem ao presidente norte americano Stephen Grover Cleveland “que esteve à frente da Casa Branca entre os anos de 1893 e 1897 [...]”.¹⁵² Segundo o Maj. Inf. José Figueiredo de Albuquerque:

Em 1961 a atual política para as Unidades de Fronteira transformou Clevelândia em Colônia Militar, reminiscência atualizada do antigo método de colonização dos Jesuítas, que tão relevantes frutos deram no Sul do país. Dentro dessa nova orientação, estabelecendo condições capazes de atrair e fixar colonos nacionais para humanizar e desenvolver a área, várias entidades sediadas na Amazônia participaram do empreendimento, como o Instituto de Pesquisas, Agronômicas do Norte (CIPEAN) a Superintendência do Plano a Valorização Econômica da Amazônia (CSPVEA), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Território Federal do (MAPA CTFA), cada um dentro de sua especialidade, financiando, saneando, estudando e indicando solos e culturas adequadas à Colônia.¹⁵³

Todavia, três anos antes, o Decreto n.º 44.359, de 23 de agosto de 1958, normatizou a organização e instalação de Colônias Militares de Fronteira na Amazônia., regulamentando os Pelotões Especiais de Fronteira, como podemos observar abaixo:

Art. 1º Fica o Ministério da Guerra autorizado a determinar as providências necessárias para a organização e instalação de Colônias Militares nas sedes das: 1ª/3ª Batalhão de Fronteira (Clevelândia - AP), 7ª Companhia de Fronteira (Tabatinga - AM), 8ª Companhia de Fronteira (Cruzeiro do Sul - AC); nas sedes dos 2º Pelotão (Ipiranga - AM), 3º Pelotão de Fronteira (Vila Bitencurt - AM), 4º Pelotão de Fronteira (Cucuí - AM), 7º Pelotão de Fronteira (Príncipe da Beira - RD), 8º Pelotão de Fronteira (Palmeira - AM), 9º Pelotão de Fronteira (Estirão do Equador - AM), 10º Pelotão de Fronteira (Brasiléia - AC), 11º Pelotão de Fronteira (Taumaturgo - AC) e nas Regiões de Caracará - (RB) Paraíso - (RB), Fazenda Tipografia - (RB), Uaupés - (AM), Santo Antônio do Içá - (AN) e Abunã - (RD).¹⁵⁴

¹⁵¹ BENTO, *Amazônia brasileira...*, pp. 104-105. Esse episódio também foi descrito por PAIM; FRANCHI, *Colônias militares na região norte Brasil...*, p. 713.

¹⁵² PAIM; FRANCHI, *Colônias militares na região norte do Brasil...*, p. 713.

¹⁵³ ALBUQUERQUE, José Figueiredo de. Colônia Militar do Oiapoque. *A Defesa Nacional*, v. 51, nº 600, 1965, p. 110. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4895>. Acesso em: 03 fev. 2023.

¹⁵⁴ BRASIL. Decreto n.º 44.359, de 23 de agosto de 1958, Art., 1º. *Organização e instalação de Colônias Militares de Fronteira na Amazônia*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/9/1958, página 19513. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44359-23-agosto-1958-383469-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

A partir dessa nova legislação em vigor, e com o golpe militar depois de 1964, foi publicado no dia 20 de abril de 1967 o Decreto n.º 60.606,¹⁵⁵ que permitiu a instalação da Colônia Militar de Tabatinga no Alto Solimões-AM. Nesta mesma região, no dia 10 de janeiro de 1969, foi criado, através do Decreto n.º 63.975,¹⁵⁶ o Comando de Fronteira do Solimões e transforma a 7.ª Companhia de Fronteira em 1.º Batalhão Especial de Fronteira, que abarcou a jurisdição da Colônia Militar de Tabatinga, sob a sua responsabilidade. Em relação aos PEFs:

[...] ressalta-se que os mesmos, atualmente, possuem semelhança com o trabalho ora realizado pelas colônias militares, uma vez que os PEF representam em grande medida o Estado nos locais mais longínquos, além de servirem de suporte para as populações locais, bem como serem os responsáveis pela defesa da pátria.¹⁵⁷

Nesse sentido, os PEFs assumem um importante papel na defesa da região amazônica, assim como na prestação de serviços a determinadas demandas locais, como na área da saúde e projetos educacionais voltados à população em seu entorno.¹⁵⁸

Todavia, o modelo de colônias militares, conforme discutido, não foi uma unanimidade na época. Mesmo que seus objetivos preliminares voltados à promoção de ocupação, segurança e desenvolvimento das regiões de fronteira, sobretudo da Amazônia, tenham logrado um certo êxito. Por outro lado, a eficiência desse modelo foi contestada por parte da sociedade civil, por apresentar falta de infraestrutura adequada, além da inabilidade em conciliar as ações militares com as necessidades e direitos das populações indígenas e ribeirinhas.

Em síntese, embora o modelo tenha encontrado alguns avanços nos seus objetivos, no sentido de manter a segurança e o controle territorial, de outra forma, fracassou na tentativa de promover um desenvolvimento sustentável nas áreas de fronteira, além da ocorrência de ações autoritárias com as comunidades locais.

1.7 Ocupação humana e presença militar em Roraima

¹⁵⁵ BRASIL. Decreto n.º 60.606, de 20 de abril de 1967. *Cria a Colônia Militar de Tabatinga*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/4/1967, página 4593. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60606-20-abril-1967-401505-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁵⁶ BRASIL. Decreto n.º 63.975, de 10 de janeiro de 1969. *Cria o Comando de Fronteira do Solimões, transforma a 7ª Companhia de Fronteira em 1º Batalhão Especial de Fronteira e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/1/1969, página 277. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63975-10-janeiro-1969-405561-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

¹⁵⁷ PAIM; FRANCHI, *Colônias militares na região norte do Brasil...*, p. 728.

¹⁵⁸ Nos aprofundaremos sobre a fundação dos PEFs no capítulo II deste trabalho.

Para a compreensão dos aspectos que versam sobre a ocupação humana no antigo vale do rio Branco, atualmente, o Estado de Roraima, recorreu-se a trabalhos que investigaram mais profundamente questões sociais, econômicas, culturais, migratórias, alianças e de relações de poder, como observado por autores como Paulo Santilli¹⁵⁹ e Nádia Farage.¹⁶⁰

A cobiça portuguesa no território que abrangia o vale do rio Branco, ocorria desde meados do século XVII. Contudo, efetivamente, só a partir da segunda metade do século XVIII, que isto veio a se concretizar, tendo como pano de fundo, as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, que culminaram a partir de 1770, em um plano por parte dos portugueses, para a construção de uma fortificação na região.

A construção foi iniciada no ano de 1775 e recebeu o nome de Forte São Joaquim do Rio Branco. É válido salientar, que “o vale do rio Branco, assim como toda a Amazônia, ao chegarem os portugueses, já era povoada por diversas etnias indígenas, que possuíam estrutura social, política e cultural consolidadas”.¹⁶¹

O início da colonização na região, está diretamente atrelada à construção do forte, pois isso já estava nos planos dos portugueses, que pretendiam com a instalação da base militar, consolidar núcleos populacionais no seu entorno, para fins de habitação e defesa. Os núcleos populacionais se instalaram em locais estratégicos da região, tanto nas margens do rio Branco, como nos povoados de Santa Bárbara, Santa Izabel e Nossa Senhora do Carmo, quanto às margens do rio Uraricoera, no caso do povoado de Nossa Senhora da Conceição, além do povoado de São Felipe, nas imediações do rio Tacutú, próximo ao forte.¹⁶²

¹⁵⁹ SANTILLI, Paulo. *Fronteiras da República: História e Política entre os Macuxi no vale do rio Branco. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – NHII, FAPESP, 1994, pp. 65-102.*

¹⁶⁰ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização.* Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1986, pp. 303-333.

¹⁶¹ VIEIRA, Jaci Guilherme; FILHO, Gregório F. Gomes. Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX. *Revista Textos e Debates*, Boa Vista, n.28, pp. 117-136, jul./dez, 2015, p. 118. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/3390>. Acesso em: 05 fev. 2023. A preocupação de conter o avanço holandês era nítida por parte dos portugueses, já que eles tinham interesses econômicos na região do rio Branco. Com isso, aceleraram o interesse na construção da fortificação, por intermédio de uma Carta Régia no ano de 1752, fato que não chegou a se concretizar naquele ano, por questões orçamentárias. O Governador da Capitania de São José do rio Negro, Manuel da Gama Lobo D'Almada, desmembrada do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e criada pelo Rei Dom José I de Portugal, por sugestão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, através da Carta Régia de 03 de março de 1755, chegou a criticar a localização do forte, apontando para as fragilidades do alcance da artilharia. Cf. D'ALMADA. Manoel da Gama Lobo. Descrição relativa ao rio Branco e seu território (1787) In: COSTA, Clovis Nova da. *O vale do rio Branco: suas realidades e perspectivas.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949, p. 181.

¹⁶² BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação Humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia*, vol. 9, nº 1, 1993, p. 125. Disponível em: http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/1993Ocup%20Humana_I_BMPEG.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

Desde então, passou-se a produzir nos locais itens voltados à economia extrativista, como madeira, salsaparrilha e cacau.¹⁶³ No quesito defesa, a construção do forte, significou uma grande proteção contra os iminentes ataques de holandeses e espanhóis na região, pois “[...] o lugar mais propício para sua construção era a união dos rios Uraricoera e Tacutu, porque d'aqui se dominava, quanto era possível, a entrada dos mesmos; pela parte do Uraricoera a respeito dos espanhóis, e pela do Tacutú pelo que tocava aos holandeses”.¹⁶⁴

Efetivamente, o processo de ocupação portuguesa se acelerou a partir das ameaças das invasões espanholas, que já exploravam o local em expedições pretéritas, entre os anos de 1769 e 1773. Sendo assim, para consolidar seu domínio, os portugueses recorreram ao princípio do *Uti possidetis*,¹⁶⁵ a fim de garantir a ocupação do território de fato e de direito.

Nos anos seguintes, o foco da produção, baseado no extrativismo das drogas do sertão, foi mudando gradativamente para pecuária, e passou a girar em torno da indústria pastoril.¹⁶⁶ No final do século XVIII, isso culminou com a criação das fazendas de São Marcos, São Bento e São José. No entanto, para Paulo Santilli, a pecuária não gerou desenvolvimento até o século XIX.¹⁶⁷

Para Durval de Magalhães, as intenções portuguesas na região, estavam ligadas à busca das drogas do sertão, apresamento e catequese indígena.¹⁶⁸ Com a preocupação quanto ao interesse espanhol na região, logo, o general João Pereira Caldas, que governava o Grão-Pará, ordenou fortificar a região, se preocupando em povoá-la a partir da introdução da pecuária.¹⁶⁹

Em 1793, o Governo Português cria três estabelecimentos para criar gado nos campos do vale do rio Branco. Estas fazendas, estatais e denominadas de Fazendas Reais, eram ribeirinhas e localizadas acima do ponto onde hoje se

¹⁶³ FARAGE, *As muralhas dos sertões...*, p. 25.

¹⁶⁴ SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*: Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro; Apêndice ao Diário da Viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa. Manaus, ACA- Fundo Editorial, 1985, p. 222.

¹⁶⁵ *Uti possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa como possuíis, assim possuiais.

¹⁶⁶ SOUZA, Antônio Ferreira de. *Roraima fatos e lendas*. Boa Vista: Governo do Território Federal de Roraima, 1979, pp. 29-30.

¹⁶⁷ SANTILLI, *Fronteiras da República...*, p. 20. Para o professor Raimundo Nonato Gomes dos Santos, “a pecuária foi introduzida na região do rio Branco com a instalação da fazenda São Bento em 1787, a primeira de três fazendas estatais, fundadas na região ainda no século XVIII, as chamadas Fazendas Reais: São Bento, São José e São Marcos”. SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. *Pecuária, memória e política em Roraima nas décadas de 1970 e 1980*. In: Anais do X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política. Recife, 15 pp. - 26 a 30 de abril de 2010, p. 9. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270431729_ARQUIVO_MemoriadaPecuariaXEncNHOra.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

¹⁶⁸ MAGALHÃES, Durval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1986, p. 18.

¹⁶⁹ HEMMING, John. *Roraima: Brazil's Northemmost frontier*. University of London, 1. of Latin American Studies, 1990, p. 3.

encontra Boa Vista. Mais para o norte, como pré-proteção militar, foi construído um forte (São Joaquim), no mesmo momento. As fazendas deveriam, através do transporte fluvial, oferecer gado vivo ao vale amazônico. De fato, a pecuária nos campos do rio Branco só viria realmente a se expandir na segunda metade do século 19, quando o boom da borracha aia mercado de carne para as fazendas. A fundação destas fazendas, na realidade, foi guiada sobretudo pelo objetivo lusitano de assegurar a posse da área em relação aos impérios espanhol e holandês.¹⁷⁰

A hipótese de introduzir o gado na região, já tinha sido ventilada pelo ouvidor da capitania de São José do Rio Negro, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que em visita à região do rio Branco, alertara para a imensidão dos pastos, sua qualidade e potencial para criação bovina.¹⁷¹

Em 1786, Alexandre Rodrigues Ferreira reforçava a importância estratégica da pecuária para a ocupação do Vale do Rio Branco. Escrevia em seu Diário do Rio Branco (1786) que os aldeamentos da região poderiam ser úteis à Coroa de três formas: pela pesca, pelos gêneros que se colherem da floresta e se plantarem nas povoações, e pelo gado que seja introduzido na região.¹⁷²

O gado era transportado de maneira fluvial da vila de Ega, atual cidade de Tefé, no Amazonas.¹⁷³ Como vimos anteriormente, com a instalação da Colônia Militar do rio Branco em 1850, o império português avançou na tentativa de pacificar a região. O técnico Adler Homero Fonseca de Castro, do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - RJ, alerta que as fortificações representam o poder e a segurança do Estado.¹⁷⁴

O forte passou por reformas pontuais nos anos de 1842 e 1849, mas que não evitaram o seu abandono e, posterior, ostracismo, evidenciado devido à falta de armamento e do contingente militar.¹⁷⁵ Em 1900, início do século XX, o forte foi desativado, ficando sob a responsabilidade

¹⁷⁰ BARROS, Nilson Crocia de. Mobilidade populacional, fronteira e dinâmica das paisagens na Amazônia: o caso de Roraima, Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife. v. 12, n. 2, pp. 237-284, jul/dez., 1996, p. 254. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1187>. Acesso em: 11 fev. 2023.

¹⁷¹ SAMPAIO, As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775) ..., pp. 104-105.

¹⁷² FILHO, Gregório Ferreira Gomes. *O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo Norte: ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco (1775-1800)*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande do Sul, 2012, p. 131.

¹⁷³ A vila de Ega está vinculada as primeiras tentativas de estabelecer na Amazônia, região do El Dorado, uma colônia mercante, frente a um desafio enorme de desnaturalizar o mundo amazônico pelos missionários de diferentes ordens religiosas e agentes diversos. Cf. QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2015, p. 39.

¹⁷⁴ CASTRO, A. H. F. *Estudos históricos sobre o forte de São Joaquim do Rio Branco*. Parecer Proteção/DEPAM. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011, pp. 12-13.

¹⁷⁵ RAMALHO, Paulina Onofre; RAMALHO, Carla Onofre. *Forte São Joaquim: Patrimônio Cultural do Brasil*. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores, velhos e novos desafios.

do 1.º Distrito Militar, criado por intermédio do Decreto n.º 431, no ano de 1891, que dividiu em sete distritos militares o território da recém-proclamada República, como podemos observar abaixo.

Art. 1º O territorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil fica dividido em sete districtos militares, formados de Estados diferentes, do seguinte modo: 1º Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, com séde na capital do Pará; 2º Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Pernambuco, com séde na de Pernambuco; 3º Bahia, Sergipe e Alagoas, com séde na da Bahia; 4º S. Paulo, Minas Geraes e Goyaz, com séde na de S. Paulo; 5º Paraná e Santa Catharina, com séde na do Paraná; 6º Rio Grande do Sul; 7º Matto Grosso.¹⁷⁶

Entretanto, mesmo com a desativação do forte, ficaram claras as intenções da política de defesa portuguesa para a região amazônica até aquele presente momento, com base na presença militar a partir da construção de fortificações.

No período contemporâneo, no que concerne a Roraima, a presença militar pode ser evidenciada a partir de 1920, com a criação dos chamados Destacamentos de Fronteira, transformados depois em Contingentes. Assim, por volta de 1927 ocorreu a instalação do Contingente Especial de Fronteira, com origem no 27.º Batalhão de Caçadores, que atualmente responde pelo 1.º Batalhão de Infantaria de Selva - 1.º BIS, localizado em Manaus, no Estado do Amazonas.¹⁷⁷

Alguns anos mais tarde, “[...] em 1938, ao atender uma sugestão do comandante da 8.ª Região Militar (RM), o general Góes Monteiro, então chefe do EME (Estado-Maior do Exército) autorizou a criação de Batalhões de Fronteiras”.¹⁷⁸

Assim, em 1943 criou-se o primeiro Pelotão de Fronteira (sua oficialização somente em 1962 por meio Decreto nº 50.480, de abril de 1961), sendo este considerado os baluartes mantenedores de nossa integridade territorial, teve

Florianópolis – SC, pp. 1-14, 27 a 31 de julho de 2015, p. 8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945018_31d8bc5ae9600e5de268d8f4f232c292.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

¹⁷⁶ BRASIL. Decreto nº 431, de 2 de julho de 1891. *Divide em sete districtos militares o territorio da Republica e extingue os lugares de commandante de armas e de brigada*. Coleção de Leis do Brasil - 1891, página 1, vol. 2, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-431-2-julho-1891-525018-publicacaooriginal1pe.html#:~:text=Divide%20em%20sete%20districtos%20militares,de%20armas%20e%20de%20brigada>. Acesso em: 09 fev. 2023.

¹⁷⁷ BRASIL. Ministério da Defesa. *Comando Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS). Histórico*. Portal eletrônico do CFR/7º BIS, 2022. Disponível em: https://7bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=220:resumohistorico&catid=68&Itemid=345. Acesso em: 09 fev. 2023.

¹⁷⁸ NASCIMENTO, Durbens Martins. Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a Defesa no século XXI. *Portal Eletrônico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*, v. 18, n. 1, pp. 1-17, 2009, p. 10. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11395/7855>. Acesso em: 09 fev. 2023.

o mérito de ser o marco do início da colonização do estado de Roraima, bem como a presença do Exército nesta região [...].¹⁷⁹

Conforme o general Carlos de Meira Mattos, nas primeiras décadas do século XX, o Estado brasileiro implementou uma série de medidas a fim de ocupar e demarcar presença na região amazônica.¹⁸⁰ Já para Bertha Becker, existia uma necessidade de assegurar formas para a vivificação e integração das fronteiras.¹⁸¹

Nesse contexto, a Geopolítica¹⁸² de Roraima estava como ponto-chave para o sucesso desta empreitada, a partir de um espectro maior, pautado na criação de unidades militares na região amazônica, além da criação dos chamados Territórios Federais, no qual Roraima também se enquadrou, no ano de 1943, já no governo Vargas, quando foi criado o território Federal do Rio Branco.

Art. 1º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. [...] § 2º O Território do Rio Branco terá os seguintes limites: - a Noroeste, Norte, Nordeste e Leste, pelos limites com a República da Venezuela e Guiana Inglesa; - a Sueste e Sul, pelo rio Anauá, até sua foz no rio Branco, e por este à sua confluência com o rio Negro; - a Sudoeste, subindo pelo rio Negro da foz do rio Branco até à foz do rio Padauari e por este até à foz do rio Mararí e subindo às suas cabeceiras na Serra do Tapirapecó.¹⁸³

A esse respeito, as criações dos Territórios Federais, tinha o objetivo de fomentar a defesa nacional, com o povoamento das regiões de fronteiras do Brasil, promover a integração das áreas mais distantes e adequar a população brasileira à luz dos grandes centros urbanos, como defende o general Eduardo Villas Bôas.¹⁸⁴ Nesse sentido, “[...] após a criação dos

¹⁷⁹ GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins. *Geopolítica e geohistória militar: da Amazônia a Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 41.

¹⁸⁰ MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Coleção documentos brasileiros, 1980, p. 60.

¹⁸¹ BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp. 63-64.

¹⁸² “A Geopolítica tem por fim precípua auxiliar a formulação da política estratégica nacional. Quer dizer, ela visa fornecer elementos que possibilitem, dentro de uma estratégia global de planejamento, dotar o país de certo poder, auxiliando-o a desempenhar papel de realce no concerto internacional.” Cf. MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 12.

¹⁸³ BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943. *Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1943, página 13731, grifos nossos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

¹⁸⁴ VILLAS BÔAS, E. D. C. Meira Mattos, a Amazônia e o livro. *Cadernos de Estudos Estratégicos*, n. 12, dezembro, 2013, pp. 53-61. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEE/article/view/1257>. Acesso em: 09 fev. 2023. Desde 2010, há uma regulamentação através do Decreto n.º 7.276 do MD, que aprova a Estrutura Militar de Defesa, ratificando a importância do Poder Militar para o Estado. Cf. BRASIL. Decreto n.º 7.276, de 25 de agosto de 2010. *Aprova a Estrutura Militar de Defesa e dá outras providências*. Diário Oficial da União.

Territórios Federais, foram criadas as respectivas Guardas Territoriais, as quais tinham como missão vigiar e proteger as fronteiras internacionais”.¹⁸⁵

No âmbito da Defesa Nacional, foi por meio do Decreto n.º 39.863, de 28 de agosto de 1956, que foram criados os Exércitos constitutivos das Forças Terrestres, fixados em 4 Exércitos, para constituição das Forças Terrestres para os tempos de paz. O denominado IV Exército, localizava-se no território da extinta Zona Militar do Norte, com sede do Comando em Recife, capital de Pernambuco.¹⁸⁶

O ano de 1956, marcou a criação do Comando Militar da Amazônia - CMA, por intermédio do Decreto n.º 40.179, sediado em Belém e com jurisdição sobre os elementos do Exército sediados nos Estados do Amazonas, Pará, parte Norte de Goiás (a partir de Porto Nacional) parte do Estado de Mato Grosso (município de Aripuanã) e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia.¹⁸⁷

Em 1968, houve a criação do 6.º Batalhão de Engenharia de Construção – 6.º BEC, a partir da publicação do Decreto presidencial n.º 63.184.¹⁸⁸ O 6.º BEC, teve origem na 1.ª Companhia Especial de Engenharia, que tinha sua sede na cidade de Manaus.¹⁸⁹ Posteriormente, o 6.º BEC transferiu-se da cidade de Manaus para a cidade de Boa Vista, em decorrência das tensões provocadas pelos acontecimentos na fronteira entre o Brasil e a Guiana.

A chegada do 6.º BEC à Boa Vista, reforçou a presença militar na cidade, principalmente, com a dinâmica de construções implementadas por ele, a fim de melhorar a infraestrutura local, como nos casos da construção da BR-174, que liga Boa Vista à Manaus, a BR-401, que liga Boa Vista à cidade Bonfim, fronteira com Lethem na Guiana e do Ginásio desportivo da Guarnição de Boa Vista.¹⁹⁰

26/08/2010, p. 10. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7276.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

¹⁸⁵ GOMES; SENHORAS, *Geopolítica e geohistória militar...*, p. 93.

¹⁸⁶ BRASIL. Decreto n.º 39.863, de 28 de agosto de 1956. *Cria os Exércitos constitutivos das Forças Terrestres*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/8/1956, p. 16313. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39863-28-agosto-1956-333390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁸⁷ BRASIL. Decreto n.º 40.179, de 27 de outubro de 1956. *Cria o Comando Militar da Amazônia*. Diário Oficial da União - seção 1 - 27/10/1956, p. 020513. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1956/D40179.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁸⁸ BRASIL. Decreto n.º 63.184, de 27 de agosto de 1968. *Cria o 6º Batalhão de Engenharia de Construção*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/8/1968, p. 7676. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63184-27-agosto-1968-404479-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

¹⁸⁹ A 1.ª Companhia Especial de Engenharia foi criada na cidade de Manaus em 1967, tendo suas instalações concluídas no ano de 1968, especificamente no dia 9 de agosto. Esta data que passou a ser lembrada em comemoração à criação do Batalhão.

¹⁹⁰ Para maiores informações acerca do papel do 6.º BEC no âmbito da construção da BR-174, Cf. SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014*.

De acordo com Vagner Ferreira, no ano de 1969, a sede do CMA mudou-se para Manaus no Amazonas.¹⁹¹ Para o general Carlos de Meira Mattos, o CMA representa um baluarte para a presença militar na Amazônia, cuja missão de proteger a região, herdou do Exército Brasileiro, desde o período das construções das fortificações na região.¹⁹²

Nas décadas de 1960 e 1970, o Exército reformulou a Doutrina Militar com a criação de Divisões e Infantarias. Soma-se a isso, a criação em 1961, por meio do Decreto n.º 50.480, da 9.ª Companhia de Fronteira - 9ª Cia Fron, localizada na cidade de Boa Vista - RR, sob as ordens do Grupamento de Elementos de Fronteira, instalado na cidade de Manaus no Estado do Amazonas.¹⁹³

A criação dos primeiros Pelotões Especiais de Fronteira nas regiões transfronteiriças de Roraima, surgiu no âmbito das disputas territoriais na República Cooperativa da Guiana,¹⁹⁴ com a chamada Questão Rupununi, entre 1966 e 1969.¹⁹⁵ Nesse sentido, o Exército reforçou a presença militar na região de fronteira, a partir de uma reorganização estrutural com a criação do Comando de Fronteira de Roraima - CFR, denominado: 7.º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron Roraima / 7.º BIS),¹⁹⁶ com sede na cidade de Boa Vista, por intermédio do Decreto n.º 64.497, em 13 de maio de 1969.¹⁹⁷

Destarte, houve “a transformação da 9.ª Companhia de Fronteira para o 2.º Batalhão Especial de Fronteira (2.º BEF), conforme Decreto Federal n.º 65.133,¹⁹⁸ [...] sendo efetivados

Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História, Manaus-AM, 2015, pp. 57-58.

¹⁹¹ FERREIRA, Vagner. *Exército Brasileiro e Amazônia: intervenções educativas sociocomunitárias, intersubjetividade e tecnologias sociais no 3.º Pelotão Especial de Fronteira - 3.º PEF, em Pacaraima-RR*. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, São Paulo, 2016, p. 25.

¹⁹² MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Coleção documentos brasileiros, 1980, p. 93.

¹⁹³ BRASIL. Decreto n.º 50.480, de 20 de abril de 1961. *Cria a 9.ª Companhia de Fronteira com sede em Boa Vista - Território Federal do Rio Branco, subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/4/1961, p. 3722. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50480-20-abril-1961-390114-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

¹⁹⁴ O termo Guiana Inglesa é amplamente utilizado no Estado de Roraima para se referir à Guiana. Contudo, o processo de independência guianense ocorreu no ano de 1966, portanto, adotaremos apenas o termo “Guiana” desta data em diante.

¹⁹⁵ A esse respeito, trataremos da Questão Rupununi e da criação dos primeiros PEFs de forma mais adensada no capítulo II, referente à formação de fronteira.

¹⁹⁶ No dia primeiro de janeiro de 1992, foi dada a denominação de Comando de Fronteira Roraima/7.º Batalhão de Infantaria de Selva, que está diretamente subordinado ao Comando da 1.ª Brigada de Infantaria de Selva, conhecida como Brigada Lobo D’Almada.

¹⁹⁷ BRASIL. Decreto n.º 64.497, de 13 de maio de 1969. *Cria o Comando de Fronteira de Roraima*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/5/1969, p. 4065. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64497-13-maio-1969-405979-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

¹⁹⁸ BRASIL. Decreto n.º 65.133, de 11 de setembro de 1969. *Transforma Organização Militar na Amazônia e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/9/1969, p. 7732. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65133-11-setembro-1969-406343-norma-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

a partir de 31 de março de 1976”.¹⁹⁹ A Guarda Territorial do Rio Branco, ficou ativa até meados do ano de 1974, sendo substituída no ano seguinte, com as criações da Polícia Militar de Roraima e do Corpo de Bombeiros. No dia 31 de dezembro de 1982, foi criado o 12.º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado – 12.º Esqd C Mec. Este Esquadrão, foi instalado na cidade de Boa Vista, obedecendo às ordens do CMA.

Na década seguinte, ao nível de Amazônia, tivemos a implantação do Projeto Calha Norte,²⁰⁰ criado em 1985, no governo José Sarney. Seu foco compreendeu a defesa das calhas dos rios Solimões e Amazonas, a fim de manter a soberania nacional, a presença militar e o combate às ilicitudes cometidas próximas aos núcleos populacionais da região. Este projeto objetivava a vivificação da fronteira norte brasileira, além do reforço na segurança através da presença militar e da atuação das Forças Armadas.²⁰¹

O ano de 1988 foi emblemático, por conta da promulgação da Constituição cidadã, que transformou Roraima em Estado. Neste mesmo ano, mais precisamente, no dia 12 de julho, houve a publicação da Portaria Ministerial n.º 654, que amplia e ratifica a presença militar em Roraima, concedendo ao Comando de Fronteira Roraima,²⁰² o nome histórico de Batalhão Forte São Joaquim.²⁰³

No início da década de 1990, novamente em Roraima, houve a criação da 1.ª Brigada de Infantaria de Selva - 1.ª Bda Inf SI, começando a funcionar oficialmente a partir do “dia 1.º de janeiro de 1992, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis para Boa Vista (RR)”.²⁰⁴

Ainda a partir dos desdobramentos das ações promovidas pelo Projeto Calha Norte, a presença militar em Roraima foi ampliada, com as criações dos Pelotões Especiais de Fronteira de Surucucu (4.º PEF, em 1988), Auaris (5.º PEF, em 1995) e Uiramutã (6.º PEF, em 2002).²⁰⁵ A criação desses Pelotões, ampliou a presença militar em Roraima, mantendo sob vigilância constante as fronteiras entre o Brasil, Venezuela e Guiana. Com subordinação ao CMA, os PEFs

¹⁹⁹ GOMES; SENHORAS, *Geopolítica e geohistória militar...*, p. 106.

²⁰⁰ O Projeto Calha Norte, é um programa com parceria civil-militar, na região Norte do Brasil, para a segurança das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Trataremos dele mais profundamente no IV capítulo deste trabalho.

²⁰¹ CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana. *A defesa militar da Amazônia*. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz. Londrina, Paraná, 2005, p. 6. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_0453d58e8f3e1ef3d75b458217815aee.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

²⁰² 2.º Batalhão Especial de Fronteira.

²⁰³ BRASIL. Ministério da Defesa. *Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS)*. Histórico. Portal eletrônico do CFR/7º BIS, 2019, p. 1. Disponível em: <https://7bis.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 09 fev. 2023.

²⁰⁴ GOMES; SENHORAS, *Geopolítica e geohistória militar...*, p. 42.

²⁰⁵ Abordaremos mais precisamente as implantações dos Pelotões Especiais de Fronteira em Roraima no II capítulo desde trabalho, referente à defesa das fronteiras.

cumprem a missão de fazer valer a presença militar em locais de difícil acesso, com base no seu lema de combate, vida e trabalho.

Com isso, pode-se depreender, que o Exército Brasileiro procurou se organizar a partir de estratégias de ocupação e presença militar nessas áreas fronteiriças, para fins de defesa e de manter a soberania nacional, sobretudo, no que tange à Amazônia setentrional.²⁰⁶ Acrescenta-se, amiúde a esse contexto, a criação do 10.º Grupo de Artilharia de Selva, em 2002, do 1.º Pelotão de Comunicações de Selva em 2004 e do 1.º Batalhão Logístico de Selva em 2014.

Nesse ínterim, para ratificar a presença militar através do uso das Forças Armadas, outras organizações militares foram criadas a fim de exercer suas funções em nome do Estado brasileiro, e, por vezes, deslocadas para Roraima, com o intuito de agregar esforços na proposta de integração, defesa, diplomacia e ajuda humanitária,²⁰⁷ que pautam os valores dessas organizações militares.

1.8 A estratégia da presença militar no tempo presente: conceito e desafios para a Amazônia brasileira

Desde os períodos coloniais e imperiais, diversas ações foram rompidas, inicialmente pelas forças militares portuguesas e, posteriormente, pelas forças armadas brasileiras, para

²⁰⁶ Através de seu espaço amazônico, o Brasil faz fronteira com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além do Departamento Ultramarino Francês, a Guiana Francesa. Cf. SILVA, Gutemberg Vilhena; SUPERTI, Eliane. Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. *Revista Intellector*, ano XI, volume XI, n.º 22, pp. 129-147. Rio de Janeiro, jan/jun, 2015, p. 131. Disponível em: <https://revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/278/221>. Acesso em: 17 abr. 2023.

²⁰⁷ No caso da ajuda humanitária, destaca-se o caso da Operação Acolhida. Amparado pela legislação existente, principalmente pela Constituição Federal, o Exército Brasileiro recebeu a missão de planejar, coordenar e executar a resposta do Estado Brasileiro ao problema decorrente da maciça entrada de migrantes venezuelanos pela fronteira norte do País. Examinada a situação existente, e decidido pela nomeação do Coordenador Operacional para a crise humanitária no Estado de Roraima, o Ministro da Defesa expediu a Diretriz Ministerial de nº 3, de 28 de fevereiro de 2018, a qual autorizou a Operação Acolhida. Designado pela Presidência da República na função de Coordenador Operacional, o então General de Brigada Eduardo Pazuello, comandante da Base de Apoio Logístico do Exército Brasileiro, localizada no Rio de Janeiro/RJ, a partir do trabalho de seu Estado-Maior, elaborou o Plano Operacional da Operação Acolhida para o Estado de Roraima, dividindo os esforços entre a Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) e a Força Aérea Componente. O planejamento apresentado visualizou a utilização inicial das instalações do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, localizadas na região de Boa Vista e de Pacaraima, para tanto levou em consideração a concentração de imigrantes de assistidos e a localização das sedes dos principais órgãos federais e estaduais na capital do Estado de Roraima. Nesse momento inicial, a 1.ª Brigada de Infantaria de Selva seria o grande suporte para o desencadeamento das ações, com o Posto de Comando da FT Log Hum em Boa Vista e uma base avançada na cidade de Pacaraima. Na análise da missão recebida, decidiu-se que o foco seria a cooperação entre as esferas municipal, estadual e federal para receber, cadastrar e acolher os migrantes em situação de vulnerabilidade. Estendendo a capacidade da FT Log Hum, seriam agregados ao esforço, ONG, organismos internacionais e demais entidades para que, em um ambiente interagências, fosse buscada uma maior eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Estado brasileiro. Cf. PINHO, Alessandro Paiva de. *O Exército Brasileiro na Operação Acolhida*. Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) -- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019, pp. 26-28.

conquistar e manter o domínio territorial por meio da presença militar. Ainda nos primórdios desses desafios, o que se convencionou chamar de Estratégia da Presença refere-se à posse territorial, baseada na instalação de organizações militares e civis nas regiões fronteiriças do Brasil, com o objetivo de manter o controle territorial e garantir a soberania nacional.

Na fase republicana, pensar a presença enquanto estratégia, envolveu um profícuo diálogo com a Geopolítica, como podemos observar na análise feita da marcha para o oeste no Estado Novo Vargasista por Mário Travassos²⁰⁸ e, mais recentemente, com a preocupação sobre a defesa das fronteiras, descritas pelo general Meira Mattos.²⁰⁹

Soma-se a isso, a criação da Escola Superior de Guerra – ESG em 1949, que disseminou o pensamento estratégico nas décadas seguintes. Partindo desse entendimento, a presença militar, sobretudo, na região amazônica, reforça o papel do Estado na perspectiva de integração nacional com base na Geopolítica brasileira.

É mister salientar, que o discurso de integração nacional, foi pautado pelos pensamentos integracionistas e desenvolvimentistas dos militares, guiados por uma lógica de defesa nacional, principalmente a partir do golpe militar de 1964, que utilizou o slogan integrar para não entregar como ferramenta política, provocando reações e sentimentos diversos em parte da população.

De um lado, empresários, norte-americanos, os institutos de pesquisas, a imprensa e a classe média, todos contrários às reformas de base propostas por João Goulart e do seu alinhamento com as causas socialistas. Do outro lado, a resistência formada por artistas, estudantes, trabalhadores de centrais sindicais e movimentos sociais.²¹⁰

Por outro lado, com o endurecimento do regime e a intensificação das obras desenvolvimentistas na região amazônica,²¹¹ cresceu a insatisfação de organizações não-governamentais e do movimento indígena, que colocaram à baila pautas de reivindicações de proteção ao meio ambiente e demarcações territoriais, que desagradaram os interesses militares para a região, tendo como consequência, a instalação do Projeto Calha Norte em 1985.²¹²

Contudo, abaixo, temos um indicativo do percurso realizado pelos militares na Amazônia após este período.

²⁰⁸ TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 210-214.

²⁰⁹ MATTOS, Carlos de Meira. Brasil: geopolítica e destino. In: MATTOS, C. M. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: Bibliex; FGV Editora, 2011, p. 39.

²¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 433-466.

²¹¹ Retornaremos a este tópico no capítulo III.

²¹² Nos deteremos mais adiante neste tópico no capítulo III.

Em consequência de todas essas ações realizadas, praticamente configurou-se, no que concerne à esfera militar, a atual presença das Forças Armadas na Amazônia. A par disso, a preocupação com a efetiva ocupação do território, ou seja, a presença do Estado em suas diversas vertentes, e o intenso envolvimento do Exército nos debates a ela relacionados e nas ações decorrentes foi uma constante em todas as ações mencionadas, permeando-as num encadeamento da mesma ideia predominante, que acabou se enraizando na mente dos oficiais do Exército.²¹³

Nota-se, a partir da citação acima, que houve uma intensificação da presença militar na região amazônica após a criação do Projeto Calha Norte e que estas ações, reforçavam o que pensavam os oficiais militares dos altos escalões. Outrossim, acerca do termo Estratégia da Presença, segundo o Informativo Estratégico do Exército Brasileiro, publicado em 2015:

[...] caracteriza-se por dois aspectos fundamentais. O primeiro, direcionado à expressão militar, no qual a presença militar, no território nacional e suas extensões, tem por finalidade cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias, sendo efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também, preponderantemente, pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário, caracterizando a mobilidade estratégica. No segundo aspecto, direcionado às expressões psicossocial e política, caracteriza-se pelo desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade.²¹⁴

Corroborando com esse entendimento, o general francês André Beaufre, nos apresenta no seu livro *Introdução à Estratégia*, um estudo pormenorizado acerca do tema que se tornou referência nos estudos de estratégia. Do mesmo modo, ele acrescenta que a estratégia se refere “a arte da dialética das vontades, empregando a força para resolver seu conflito”.²¹⁵

Desta forma, a estratégia da presença se configura como um desafio para o Exército Brasileiro, que a partir de 2010, publicou uma diretriz para implantação do Processo de Transformação do Exército – PTE, que nas palavras do professor Fernando Rodrigues indica que: “a primeira capacidade registrada remete à Estratégia da Presença”.²¹⁶²¹⁷

²¹³ SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes. A estratégia da presença à luz do conceito de estratégia e suas raízes no imaginário do Exército. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. esp., pp. 1-13, dezembro 2021, p. 5. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/7343/7678>. Acesso em: 13 fev. 2023.

²¹⁴ BRASIL. Ministério da Defesa. Informativo Estratégico. *Estratégia da presença*: Antigos conceitos, novas ideias. Ano 1. Número 1, abril 2015, p. 7. Brasília. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército - CEEEx. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEExIE/article/view/1145/1142>. Acesso em: 13 fev. 2023.

²¹⁵ BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998, p. 27.

²¹⁶ RODRIGUES, Fernando da Silva. A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa do Brasil. *Revista Artigos Estratégicos*, Brasília, v. 8, n. 1, jan./jun. 2020, p. 64. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEExArE/article/view/4844>. Acesso em: 13 fev. 2023.

²¹⁷ Etimologicamente, o termo “estratégia” originou-se, na Grécia Antiga, a partir do que se convencionou denominar de “arte do estrategista” (*strátēgos*), militar responsável por conduzir e desdobrar os exércitos (*stratou*)

A Estratégia da Presença está inclusa no bojo do Poder Nacional. A esse respeito, segundo o que consta no *Manual Estratégia do Exército Brasileiro*:

O poder, em sua acepção mais simples, é a capacidade de impor à vontade. É por meio da aplicação do poder que se atingem os objetivos fixados pela política. O poder apresenta-se como uma síntese de vontade e de meios de toda ordem, destinado a cumprir o papel fundamental de assegurar o patrimônio e os interesses nacionais (sentido amplo). A aplicação do poder compreende dois elementos básicos: a vontade de agir (expressa pela política) e a capacidade dos meios (humanos e materiais) para atingir os objetivos propostos. Na essência dessa concepção, destacam-se os elementos constitutivos do poder: o homem (como agente do seu emprego e como beneficiário dos resultados obtidos); a vontade nacional (interpretada pelas elites dirigentes); e os meios (de toda ordem, de que dispõe a nação).²¹⁸

Para um melhor entendimento acerca do tema, o quadro abaixo apresenta uma versão sintetizada da Escola Superior de Guerra, sobre os elementos constitutivos do Poder Nacional.

Quadro 4 - Inter-relacionamento dos componentes do Poder Nacional

PODER NACIONAL					
FUNDAMENTOS	EXPRESSÕES				
	Política	Econômica	Psicossocial	Militar	Científico tecnológica
Homem	Povo	Recursos humanos	Pessoa	Recursos humanos	Recursos humanos
Terra	Território* ²¹⁹	Recursos naturais	Ambiente	Território*	Recursos naturais e materiais
Instituições	Instituições políticas	Instituições econômicas	Instituições sociais	Instituições militares	Instituições C & T

Fonte: (BRASIL, 2020, pp. 1-7).²²⁰

Nesse sentido, o Poder Nacional representado pelo Exército Brasileiro, com o objetivo de prevenir e combater possíveis ameaças e conflitos, elaborou e publicou o Manual de Doutrina Militar Terrestre (DMT). Nele, estão descritas as definições acerca do ambiente operacional, em suas dimensões física, humana e informacional, além de caracterizar o espaço de batalha, com ênfase nos “espaços marítimo, terrestre, aéreo, espacial e cibernético, as forças

em campanhas. Por extensão, o termo passou a ser considerado como a “arte do general”, conceito eminentemente militar que perdurou por longo tempo. Cf. BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Fundamentos: Estratégia*: EB20-MF-03.106, 5ª Edição, 2020, pp. 1-1. Disponível em: https://12cgcfxeb.mil.br/images/1secao/2020/Mnl_Estrategia_-_AGO_20.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

²¹⁸ BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Fundamentos...*, pp. 1-6.

²¹⁹ BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Fundamentos...*, pp. 1-7.

²²⁰ BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Fundamentos...*, pp. 1-7.

amigas e inimigas, o espectro eletromagnético, as condições climáticas e meteorológicas e a população local”.²²¹

Ademais, o referido manual explicita os espectros de conflitos, com base nos diferentes graus de violência, e demonstra o conceito de operação, como pode ser visto na figura abaixo, por meio da ação das forças terrestres, assim como a logística empregada nas operações.

Imagem 3 - Conceito operativo do Exército (exemplos de situações)



Fonte: (BRASIL, 2019, pp. 2-8).²²²

Os aspectos de insegurança nas áreas de fronteira, se devem pela questão da porosidade.²²³ Já Emerson Flávio Euzébio retrata que: “para os Estados Nacionais, acentuar a porosidade territorial de suas fronteiras faz parte da atual conjuntura econômica globalizante e visa facilitar os fluxos com o exterior”.²²⁴ Desta forma, a Estratégia da Presença se faz

²²¹ BRASIL. Exército Brasileiro. EB20-MF-10.102. *Doutrina Militar Terrestre*. Brasília, DF, 2019, pp. 2-2. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4760>. Acesso em: 14 jan. 2023.

²²² BRASIL, *Doutrina Militar Terrestre*..., pp. 2-8.

²²³ OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)*, v. 11, n. 15, pp. 233-256, jan-jun., 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6454/3400>. Acesso em: 06 mar. 2023. Apud MORAES, Carlos Henrique Arantes de. *A influência da Estratégia da Presença Militar para atual ocupação da faixa de fronteira na região da Amazônia Brasileira*. Dissertação De Mestrado em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021, p. 52.

²²⁴ EUZÉBIO, Emerson Flávio. A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). *Cuadernos de Geografía*. Revista Colombiana de Geografía. Vol. 23, n.º 1, jan/jun. del 2014, p. 110. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270123812_A_porosidade_territorial_na_fronteira_da_Amazonia_as_cidades_gemeas_Tabatinga_Brasil_e_Leticia_Colombia. Acesso em: 14 fev. 2023.

necessária na Amazônia, tanto sob o prisma militar quanto à integração e o desenvolvimento nacional.

Soma-se a isso, a importância da mobilidade e vivificação das tropas terrestres. Portanto, é indispensável o Exército brasileiro repensar o modelo atual, visto que, existe uma necessidade de articulação com o avanço tecnológico e de transporte, além da combinação das Organizações Militares com as agências estatais, à medida que “[...] a estratégia da presença utilizada no Brasil é um desafio para a instituição, no contexto atual do processo de transformação militar”.²²⁵

No entanto, a estratégia da presença ainda demonstra muita eficácia contra os atos beligerantes e é determinante para proteção nas faixas de fronteiras, sobretudo na Amazônia, diante disso:

Pode-se inferir que a estratégia da presença, [...] influenciou e continua a influenciar a vivificação na faixa de fronteira da Amazônia Legal, contribuindo com a fixação de efetivos populacionais nos municípios, na medida em que possuem oferta de postos de trabalho com remunerações condizentes e mesmo superiores às médias locais.²²⁶

Em termos gerais, a estratégia da presença se baseia na presença militar no território nacional, visando garantir a lei e a ordem e assegurar a soberania e integração nacional, além de contribuir para o desenvolvimento nacional.²²⁷

À luz das informações presentes neste tópico e ao logo deste capítulo, pode-se inferir, que a estratégia da presença tem a finalidade de manter as forças militares presentes nas áreas transfronteiriças para combater ameaças à Defesa Nacional, preconizado pelo Decreto n.º 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Estratégia Nacional de Defesa - END. Segundo ele, nos artigos 1.º e 2.º fica aprovada a Estratégia Nacional de Defesa [...], os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional.²²⁸

Notadamente, a presença militar pode ser evidenciada de forma gradativa no Brasil desde o período colonial. Entretanto, a estratégia da presença começou a ser normatizada e

²²⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. *Estratégia da Presença e Evolução Militar no Brasil: Passado e Presente. Análise Estratégica*. Vol. 15, n. (1), Dez/Fev 2020, p. 52. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEAE/article/view/3403>. Acesso em: 10 ago. 2023.

²²⁶ MORAES, *A influência da Estratégia da Presença Militar...*, p. 75.

²²⁷ BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Campanha Estratégica C-124-1*. 3ª Edição, 2001, pp. 3-11. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/115/1/C-124-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

²²⁸ BRASIL. Decreto n.º 6.703, de 18 de dezembro de 2008. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. 19/12/2008, Arts. 1.º e 2.º, p. 4. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

implementada a partir das publicações de manuais do Exército Brasileiro e do Ministério da Defesa, reafirmando o papel político, social e econômico da presença militar por meio da ação das Forças Armadas nacionais, sobretudo na Amazônia brasileira.

Sem dúvida, a Geopolítica portuguesa para a Amazônia teve um papel central no sentido de ocupação e anexação territorial, assemelhando-se à estratégia da presença em determinados aspectos, guardadas as devidas proporções. Todavia, manteve a essência tácita de defesa e soberania nacional, adequando-se as dificuldades e ameaças do tempo presente, incorporando novas tecnologias ao seu capital humano.

Em síntese, este capítulo procurou evidenciar a importância da ocupação e da presença militar durante os períodos históricos no Brasil, com ênfase na região amazônica e em Roraima e, mais recentemente, como a estratégia da presença surgiu e se consolidou na fase contemporânea, para agregar experiências e técnicas de estratégia às forças terrestres do Exército Brasileiro, a fim de incorporar essas estratégias na missão da defesa do território e da soberania nacional.

Capítulo II – Formação e legislação das fronteiras do Brasil e do Arco Norte e a presença militar nas implantações dos PEFs de Bonfim e Pacaraima

O foco de análise deste capítulo incidirá sobre a formação das fronteiras terrestres brasileiras, desde o período colonial até a fase contemporânea da nossa historiografia. Para tanto, abordar-se-á a parte teórica acerca de determinados conceitos, que convergem para o entendimento do espaço fronteiriço brasileiro e seus respectivos limites, com ênfase na relação de análise entre a fronteira, a Geopolítica e os elementos necessários para garantir à defesa e à soberania nacional brasileira.

É mister salientar, que a presença militar em regiões de fronteiras, traz benefícios tangíveis e intangíveis à nação. A instalação de Organizações Militares são vetores de desenvolvimento local, com geração de emprego e renda, além da presença militar fazer a manutenção da posse, ela ajuda na harmonização das necessidades institucionais com os objetivos nacionais.

Outrossim, os principais tratados firmados entre os reinos ibéricos e do Brasil com outros países neste intervalo de tempo, também farão parte deste estudo, a fim de compreender como eles contribuíram ou não, para as delimitações territoriais do Brasil.

Destarte, observar-se-ão as nuances inerentes às criações das legislações de fronteira à luz do ordenamento jurídico de cada momento específico. Nesse sentido, ressaltar-se-á, o chamado Arco Norte, onde a presença militar tem um papel fundamental, sobretudo, com a implantação e as ações desenvolvidas nos PEFs de Bonfim e Pacaraima, sendo o principal objeto de investigação deste trabalho.

Soma-se a isso, a análise de fatos pontuais de disputas territoriais, ocorridos entre os séculos XIX e XX, com base em tensões existentes neste período, com destaque para as disputas territoriais entre o Brasil e Guiana, (Questão Pirara), Brasil e Bolívia, pelo Acre e o caso da Revolta do Rupununi, que culminou com a presença militar nesta região, por intermédio das criações dos PEFs citados.

Neste caso, também analisar-se-á, as cidades gêmeas de Bonfim e Lethem, local de instalação do 1.º PEF (fronteira com a Guiana) e as cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén (fronteira com a Venezuela), local de instalação do 3.º PEF. No epílogo da análise deste capítulo, abordar-se-ão as novas legislações implementadas no século XXI, assim como as políticas públicas para as faixas de fronteira no Brasil.

2.1 Sobre o conceito de fronteira e suas interfaces com o espaço, território, modernidade, tempo histórico e presença militar

Como conceito geral, “fronteira” é a zona periférica do território de um Estado que termina onde começa o do vizinho; e “limite” é a linha periférica do território de um Estado que se superpõe à do vizinho, ou seja, o termo fronteira é mais abrangente e se refere a uma região, enquanto limite está ligado a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno.²²⁹

Para uma maior compreensão acerca do conceito de fronteira, faz-se necessário um entendimento mais amplo do processo de formação e consolidação do Estado nacional e seus respectivos limites. No caso do Brasil, deve-se levar em consideração os aspectos históricos, políticos e colonizatórios, além das disputas territoriais existentes entre os reinos ibéricos e outros países europeus, como nos casos da Holanda, França e Inglaterra.

Conforme Lia Osório Machado, a fronteira pode ser compreendida pela ótica do domínio dos povos. Por outro lado, o limite está atrelado ao domínio da alta diplomacia, configurando a fronteira em um espectro de realidade espacial e social, contendo características particulares, inerentes aos lugares ocupados e os contatos feitos. Já o limite, se refere propriamente a uma abstração política, com o papel de separar, por meio de acordos que envolvem a diplomacia, com o objetivo delimitar as soberanias e jurisdições do Estado-Nação.²³⁰

André Roberto Martin, indica que o limite é reconhecido como linha, portanto, não pode ser habitado. Diferente disto, a fronteira ocupa uma faixa e constitui uma zona povoada com intensa atividade humana.²³¹ David Newman especifica as diferenças entre os conceitos *boundary* (limites), no sentido de evidenciar a linha que estabelece os limites da soberania de cada Estado. Por outro lado, o autor também esclarece o significado do termo *frontier*, ou as

²²⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites*, PCDL, 2023, p. 2. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/IntroducaoFRANA.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023. Os municípios localizados numa faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, dispõe de dispositivos regulamentares básicos pertinentes à Faixa de Fronteira (Lei n.º 6.634, de 02 de maio de 1979 regulamentada pelo Decreto n.º 85.064 de 26 de agosto de 1980). Cf. VALE, Ana Lia Farias; PAZ, Sandra Elaine Trindade da, VERAS, Antonio Tolrino de Resende. Produção do espaço urbano em área de fronteira: Pacaraima / Roraima / Brasil. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 10, n. 23, mai./ago., pp. 18-37, 2016, p. 24. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/3557/2050>. Acesso em: 10 ago. 2023.

²³⁰ MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v.5, n. 8, pp. 9-29, jan./jun. 2000, p. 9. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323548220_Limites_e_fronteras_da_alta_diplomacia_aos_circuitos_da_ilegalidade. Acesso em: 12 ago. 2023.

²³¹ MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1994, p. 47.

regiões de fronteiras propriamente ditas, com o fluxo, refluxo e contato entre os grupos humanos que habitam estes espaços.²³²

Para além da parte conceitual, Maristela Ferrari esclarece a origem específica do termo fronteira, em consonância com três línguas e países distintos, mas ambos com o mesmo significado. Na língua espanhola, temos o termo *frontera*, na francesa *frontière* e na inglesa é utilizado o termo *frontier*. Estes termos derivam do latim e indicam a parte do território que está situada em frente.²³³

Desde o bandeirantismo, entre os séculos XVI e XVII, passando pelos interesses dos ciclos econômicos, até a chegada à marcha para o oeste no governo Varguista, houve a tentativa da ampliação do domínio do Estado nas regiões do interior do país, no sentido político-administrativo, culminando em um planejamento e efetivação de ações de cunho expansionistas e de domínio territorial por parte dos governos militares, sobretudo, na Amazônia.²³⁴

A partir desta premissa, os governos militares intensificaram sua presença na região amazônica, principalmente nas regiões de fronteiras, com auxílio das Forças Armadas. Conforme Catherine Prost “as forças armadas são instituições cuja razão de ser é fundamentalmente geopolítica por serem as guardiãs da nação, do Estado e do território nacional, e por serem as ferramentas de uma conquista territorial”.²³⁵

Em linhas gerais, podemos compreender o conceito de fronteira a partir das definições apresentadas por Oscar Medeiros Filho,²³⁶ Fábio Vargas,²³⁷ e Fernando da Silva Rodrigues,²³⁸ à medida que os autores esclarecem de forma concisa, além deste conceito, sua importância para a consolidação dos limites do Estado Nacional. Nesse sentido:

²³² NEWMAN, David; Chapter: Boundaries. In: *A companion to Political Geography*. Blackwell Publishing Ltd, 2003, pp. 123-137.

²³³ FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. *Revista Perspectiva Geográfica*. Unioeste, vol. 9, n. 10, 2014, p. 3. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²³⁴ SILVA, Halline Mariana Santos; SILVA, Suely dos Santos. Fronteira: uma categoria histórica. *Itinerarius Reflectionis* – Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG. Vol. II, n. 5, pp. 1-10, jul/dez., 2008, pp. 1-2. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20421/19179>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²³⁵ PROST, Catherine. Forças Armadas, Geopolítica e Amazônia. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). *Papers do NAEA*, n.º 156, vol. 1, n. 1. Belém, pp. 1-39, dezembro de 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11675>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²³⁶ MEDEIROS FILHO, Oscar. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 14, n. 49, pp. 77-97, 21 jan., 2020, p. 78. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/2965>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²³⁷ VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 35.

²³⁸ RODRIGUES, Fernando da Silva. O conceito de “Segurança Nacional” frente ao amplo espectro de ameaças na faixa de fronteira brasileira. *Análise Estratégica*. Vol 25, n. 3, pp. 31-46, Jun/ Ago., 2022, p. 33. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE/article/view/10648/8595>. Acesso em: 20 abr. 2023.

De acordo com sua localização, as fronteiras podem ser terrestres, quando se encontram no continente ou em território insular, ou marítimas, quando localizadas no mar. As fronteiras terrestres podem, ser ainda, secas (sem curso d'água, como a fronteira Brasil-Paraguai entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero), fluviais (assinaladas por rios, tal como a fronteira Argentina-Brasil no trecho delimitado pelo rio Iguaçu) ou lacustres (assinaladas por lagos, a exemplo do Lago Titicaca, na fronteira entre Bolívia e Peru).²³⁹

Por outro lado, é preciso, em certos casos, ampliar esta análise, como mostra o sociólogo José de Souza Martins abaixo:

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.²⁴⁰

No que concerne à formação das fronteiras brasileiras, houve uma grande influência da Geopolítica portuguesa desde a fase colonial, contrastando com o processo de ocupação e presença militar. Acrescenta-se a isso, toda a mudança do paradigma conjuntural e territorial da fase Pombalina, além das assinaturas de tratados, com desdobramentos de perdas e ganhos, que moldaram os limites territoriais nacionais.

Isto posto, temos na Geopolítica uma importante ferramenta para consolidar as pretensões do Estado, a partir de uma política que visa o controle interno e externo das faixas de fronteira, como sugere Wanderley da Costa.²⁴¹ Já o geógrafo Claude Raffestin, nos chama a atenção para a necessidade legal demarcatória, com ênfase nas ações de controle e fiscalização militar.²⁴²

A ideia de fronteira geopolítica, por sua vez, sugeria a necessidade de visualizar a Amazônia como um espaço de afirmação do poder nacional, especialmente nas áreas de fronteira, a fim de coibir incursões estrangeiras e pressões criminosas para dentro do país.²⁴³

²³⁹ VARGAS, *Formação das fronteiras latino-americanas...*, p. 67.

²⁴⁰ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11.

²⁴¹ COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. Ed. USP. Coleção Repensando a Geografia, 1988, p. 65.

²⁴² RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, série temas, v. 29, 1993, pp. 167-168.

²⁴³ SILVA, Tiago Luedy; RIBEIRO, Daniel Santiago Chaves. Defesa, desenvolvimento e securitização na fronteira setentrional da Amazônia brasileira: preocupações, atores e conexões regionais. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 9, n. 3, pp. 225-238, dez., 2016, p. 229. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2833>. Acesso em: 24 abr. 2023.

Esse diálogo necessário entre a História e a Geografia para a percepção das fronteiras, foi estreitado desde os primórdios dos *Annales*, na obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*,²⁴⁴ a partir do imbricamento das ideias do historiador francês Fernand Braudel e do geógrafo Paul Vidal de la Blache.²⁴⁵

Outrossim, o pensamento Braudeliano evidencia um novo jeito de enxergar a História, tendo como base material e escrita a Revista dos *Annales*²⁴⁶ e a chamada Nova História.²⁴⁷ Com isso, também é possível encontrar no Mediterrâneo de Braudel, uma centralidade geográfica que determina e possibilita as atividades humanas no seio do diálogo interdisciplinar entre a História e a Geografia, com destaque conceitual para o espaço, economia e sociedade.

Os esforços pessoais e profissionais de Fernand Braudel catalisaram o espírito de renovação do conhecimento histórico disseminado por Marc Bloch e Lucien Febvre, a partir da década de 1920, aglutinado em torno destes dois historiadores e, desde 1929, nos *Annales d'histoire économique et sociale*, sobretudo ao longo das décadas de 1950 e 1960.²⁴⁸

Na perspectiva Braudeliana, os movimentos históricos estão divididos em escalas de tempo, interligados pela perspectiva geográfica de análise de longa duração.²⁴⁹ A partir desse entendimento, François Dosse, defende que cabe à Geohistória e ao historiador fazer uma reflexão sobre a realidade do passado, tendo como base a metodologia instrumental e analítica dos geógrafos, ficando a cargo dos historiadores, romper os obstáculos naturais a partir do esforço humano para poder superá-los.²⁵⁰

Segundo a premissa acima, acrescida da perspectiva Geopolítica, que a delimitação das fronteiras no Brasil começou a tomar forma em meados do século XVIII, seguindo algumas etapas primordiais para este processo. Inicialmente, fazia-se um estudo pormenorizado acerca

²⁴⁴ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols., São Paulo, Martins Fontes, 1984, pp. 23-24.

²⁴⁵ A esse respeito, Cf. RIBEIRO, Guilherme. *Fernand Braudel, Geohistória e Longa Duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico*. São Paulo: Annablume, 2017, p. 30.

²⁴⁶ Para um maior aprofundamento acerca das primeiras décadas de publicações da Revista dos *Annales*, Cf. OSÉS, Mariana Ladeira. “Do ponto de vista dos nossos *Annales*”: a Revista dos *Annales* e a produção da história econômica e social (1929-1944). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, pp. 435-463, maio-ago. 2021, pp. 437-457. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1716/957>. Acesso em: 12 ago. 2023.

²⁴⁷ Cf. BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 7-37.

²⁴⁸ MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, [S. l.], n. 146, pp. 11-27, 2002, p. 13, grifo do autor. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18929/20992>. Acesso em: 12 ago. 2023.

²⁴⁹ BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...*, p. 25.

²⁵⁰ DOSSE, François. O recurso geográfico dos historiadores. In: Dosse, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 115-148.

das características históricas e culturais dos habitantes das áreas pretendidas, com o levantamento de todas as tentativas pregressas naquela região.

Na sequência, partia-se para a ratificação dos acordos via tratado, a fim de estabelecer a delimitação territorial, com intuito de demarcar e caracterizar os locais, principalmente os habitados, pois existia neste caso, a necessidade do estabelecimento de marcos específicos, para não restarem dúvidas dos limites acordados. No entanto, como podemos observar abaixo, houve algumas mudanças na legislação na faixa de fronteira ao longo dos anos:

No caso de faixa de fronteira, a primeira vez que a legislação brasileira a reconheceu foi pela Lei 601, de 18/09/1850, em que D. Pedro II estabelecia, nos limites do Império com os países vizinhos, uma zona de 10 léguas (66 km), a qual se destinava ao estabelecimento de colônias militares. Na sequência, a Constituição da República de 1891 manteve a faixa de 66 km sob o domínio da União; a Constituição de 1934 manteve a faixa fronteira de 66 km sob a responsabilidade do governo federal; a Constituição de 1937 ampliou essa faixa para 150 km, mantendo sob a jurisdição federal apenas os 66 km anteriormente estabelecidos; a Constituição de 1946 transferiu a delimitação da faixa de fronteira à lei ordinária (Lei 2597, de 12/09/1955), que consolidou a faixa de 150 km como indispensável a defesa do país. Esta é a política consolidada pela Constituição de 1988, estabelecendo a faixa fronteira de 150 km, em toda a linha limítrofe terrestre.²⁵¹

A linha de fronteira se relaciona com o limite, baseada em uma linha imaginária que pode ser de caráter natural ou artificial, com o seguimento do rito preconizado nos tratados internacionais.²⁵² Soma-se a isso, em determinados casos específicos, a colocação de marcos que possam trazer maior clareza à demarcação. Já a faixa de fronteira, está regulamentada conforme capítulo II, art. 20, alínea XI, § 2º da Constituição Federal, determina que esta faixa tenha até 150 km de largura, ao longo do traçado da linha de fronteira, com normas pré-determinadas que visem a imperiosa defesa da soberania do território nacional.²⁵³

A faixa de fronteira é considerada área de segurança nacional, ocorreram mudanças durante o tempo, que oscilaram entre 66 km (dez léguas), 100 km e 150 km. Existem ainda outras duas sub definições no espectro dessas faixas, que correspondem às zonas de fronteiras e pontos de fronteira. As zonas de fronteiras, são determinadas áreas definidas pelo governo

²⁵¹ BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 2, pp. 59-78, 2013, p. 61. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131/2524>. Acesso em: 16 fev. 2023. A esse respeito, Cf. BRASIL. *Constituição 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988, Art. 20, § 2º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

²⁵² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Atlas Histórico: Tratados de Fixação de Limites Territoriais*, 2016, p. 1. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/tratados-de-fixacao-de-limites-territoriais>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²⁵³ BRASIL. *Constituição 1988*, Art. 20, alínea XI, § 2º.

brasileiro, que abrange uma faixa de 50 km ao longo das fronteiras terrestres internacionais do país. Essa área é considerada de interesse estratégico e é regulada por leis específicas.²⁵⁴

Nessa perspectiva, podemos ponderar que, as zonas de fronteira, notadamente aquelas formadas por cidades-gêmeas, são lugares que não são formados apenas pela racionalidade política territorial dos Estados nacionais, mas também pelos espaços carregados de sentido para aqueles que a habitam ou que a frequentam.²⁵⁵

Já os pontos de fronteira,²⁵⁶ são locais onde a fronteira terrestre se encontra fisicamente. Esses pontos podem ser demarcados por marcos ou monumentos e são geralmente monitorados pelas autoridades de fronteira. Do ponto de vista jurídico e político podemos inferir que:

Em seu tradicional sentido jurídico-político, a fronteira representa os limites entre dois Estados. É ela que determina a área territorial precisa de um dado Estado, dando coesão e unidade a sua base física. A fronteira funciona como uma barreira que impede a atuação da soberania estrangeira no espaço nacional.²⁵⁷

Nas faixas de fronteiras brasileiras, sobretudo, na amazônica, existem vários desafios a serem enfrentados, que demandam ação das Forças Armadas por meio da presença das Organizações Militares na região. “Tal iniciativa levou a um aumento da presença militar na Amazônia. A transferência de unidades militares do centro-sul do País para a região testemunha essa mudança estratégica.”²⁵⁸

Para o Tenente-coronel Luís Carlos Falcão Escorrega, em um contexto mais amplo, as ameaças securitárias estão no bojo de um conjunto de “razões que permitem inferir que a

²⁵⁴ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais - SPR. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009, pp. 15-16. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

²⁵⁵ FERRARI, Maristela. Como pensar a identidade nacional em zonas de fronteira? uma análise a partir de dois conjuntos de cidades-gêmeas brasileiro-argentinas. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, pp. 1-18, 2019, p. 16. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55900/33387>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²⁵⁶ De acordo com o art. 3.º o Regulamento Aduaneiro (RA), Decreto n.º 6.759, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior, o território nacional é dividido em zona primária e zona secundária. A zona primária é constituída pelos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados. A zona secundária é o restante do território nacional. Cf. BRASIL. Decreto n.º 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, art. 3.º. *Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

²⁵⁷ VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 35.

²⁵⁸ MEDEIROS FILHO, Oscar. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 14, n. 49, pp. 77-97, 21 jan., 2020, p. 89. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/2965>. Acesso em: 20 abr. 2023.

globalização contribuiu decisivamente para a redefinição desse paradigma”.²⁵⁹ Nesse sentido, as ameaças descritas por Vargas abaixo, explicitam questões que permeiam os espaços transfronteiriços nacionais e internacionais.

Existe um claro consenso, hoje, de que os problemas de segurança (nacional ou humana), no mundo, vão além dos limites das fronteiras nacionais e da capacidade individual dos Estados enfrentarem as ameaças a que estão sujeitos. A cada vez mais frequente conexão entre os problemas internos e os externos torna as fronteiras, por vezes controladas por grupos marginais, espaços essenciais para a ação contra o crime organizado, demandando a cooperação das forças armadas.²⁶⁰

A esse respeito, Fernando Rodrigue comenta:

A Segurança Nacional só pode ser compreendida como um problema político quando há uma ideia definida sobre a natureza das ameaças e das vulnerabilidades do sujeito para o qual a ameaça é dirigida. Por isso, é importante entender que a organização das forças de segurança frente a diferentes tipos de ameaças, tanto externa quanto interna, é um desafio necessário para o Brasil.²⁶¹

Para tanto, a necessidade principal da presença militar na faixa de fronteira da região amazônica se concentra no combate às ameaças geopolítica e securitárias. No que diz respeito à questão geopolítica, os principais fatores de ameaças são externos, já no tocante à questão securitária, nota-se a ameaça à soberania interna do país, como observado por Medeiros Filho²⁶² e Felipe José Piletti.²⁶³

No que concerne ao espaço, o geógrafo Milton Santos, evidencia que este conceito pode ser compreendido a partir da representatividade das relações sociais que permeiam o passado e o presente, mostrando-se desigual no processo da evolução espacial, mas que dispõe de uma certa autonomia.²⁶⁴

²⁵⁹ ESCORREGA, Luís Carlos Falcão. A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar*, n.º 2491/2192 - ago/set., 2009, p. 23. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/499>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²⁶⁰ VARGAS, *Formação das fronteiras latino-americanas...*, p. 58

²⁶¹ RODRIGUES, Fernando da Silva. O conceito de “Segurança Nacional” frente ao amplo espectro de ameaças na faixa de fronteira brasileira. *Análise Estratégica*. Vol 25, n. 3, pp. 31-46, Jun/ Ago., 2022, p. 32. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/10648/8595>. Acesso em: 20 abr. 2023.

²⁶² MEDEIROS FILHO, *Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas...*, p. 92.

²⁶³ PILETTI, José Felipe. *Segurança e Defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não-tradicionais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre - RS, 2008, pp. 152-162.

²⁶⁴ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978, pp. 122-145.

Destarte, o autor em tela, afirma que a maneira como o homem organiza o espaço corresponde à forma de organização e subordinação das estruturas sociais.²⁶⁵ Já na obra *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, Milton Santos explicita que “[...] é assim que os lugares se criam, e se recriam e renovam, a cada movimento da sociedade”,²⁶⁶ logo, quando o homem utiliza o território, cria o espaço. Outrossim, percebe-se, que, o território antecede o próprio espaço. Nota-se, contudo, que esta percepção está no bojo de uma área específica, delimitada e assentada nas estratégias de poder utilizadas pelo Estado.

Nesse sentido, o território é o resultado da relação entre a sociedade e o espaço, que se estabelece a partir de uma ação conduzida pelos atores em qualquer nível de atuação. Ao se apropriarem de um espaço, os atores territorializam esse espaço, seja de forma concreta ou abstrata. Desta forma, o conceito de território, assim como outros conceitos geográficos, como lugar, paisagem e região, serve para compreender as diferentes formas de apropriação, uso e ocupação do espaço.

Importante ressaltar que a noção de território, assim como todos os conceitos geográficos, é histórica e se constrói a partir das relações culturais que a sociedade estabelece com a própria natureza e entre si. Partindo desta premissa, o território é modificado a partir desta dinâmica por um conjunto de forças cuja extensão é historicamente variável e sua substância é dada por intermédio sociais e territoriais cuja ação se manifesta pelo modo de produção dominante e pelos sistemas políticos.²⁶⁷

Consoante as informações acima, pode-se inferir, que o conceito de delimitação territorial passa por um processo de ocupação, construção e desconstrução, mediante o tempo histórico, assim como nas influências das relações de poder. No que tange ao espaço, este pode ser mudado conforme a dinâmica de cada sociedade, a partir de processos que delimitam determinadas categorias de forma, função e estrutura, que ajudam na compreensão do conceito de território.

Em termos gerais, o que compreendemos como espaço, precisa ser imperiosamente organizado pelo homem em sociedade, obedecendo um conjunto de regras, normas e funções constituídas ao longo da história. Outrossim, o território caracteriza-se fundamentalmente como

²⁶⁵ SANTOS, *Por uma Geografia Nova...*, pp. 143-153.

²⁶⁶ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 14.

²⁶⁷ SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL: *Observatório Social de América Latina*. Año 6 n.º. 16, jun, 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 251-261. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

o espaço delimitado, que segue o ordenamento jurídico de uma nação, em decorrência das ações dos homens e suas relações sociais, no tocante à ocupação, domínio e defesa.

No que tange à formação das fronteiras amazônicas, Arthur Reis relatou o importante papel que as fortalezas exerceram no sentido de afirmação da soberania e delimitação fronteira, com as estratégias geopolíticas de colonização territorial portuguesa. Contudo, ele alega que a implantação e criação dessas fortificações e dos demais núcleos militares de defesa da região, criaram significativas despesas para a coroa portuguesa.²⁶⁸

Isso pode ser evidenciado em outra obra do próprio autor, publicada originalmente na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1942, e relançada pelo Governo do Estado do Amazonas em 1966, chamada - *Roteiro histórico das fortificações no Amazonas* -, onde ele exalta a imponência que as fortalezas exerciam nos seus inimigos, impondo-lhes respeito e lhes mantendo distantes, inclusive a partir de alianças com grupos indígenas locais.²⁶⁹ A importância dos estudos de Arthur Reis para o tema, é evidenciada pelo professor Sidney Lobato abaixo:

[...] inspiradas nos ideais nacionalistas do pós-30, Reis realizou diversos estudos sobre a política de conquista territorial e de manutenção das fronteiras do governo português no Brasil colonial (isto para apresentar tais fronteiras como um patrimônio nacional que teríamos legado do heroísmo de nossos ancestrais comuns). Já no pós-64, interessou-se pelas iniciativas do governo federal brasileiro no sentido de racionalizar e explorar os recursos naturais e humanos da Amazônia, opondo-se ao grupo pertencente à cúpula militar do regime ditatorial, que tendia ao favorecimento da ação do capital internacional nesta região.²⁷⁰

Já no tocante ao conceito de fronteira em si, recorreu-se a Tito Carlos Machado de Oliveira, que argumenta que ele está relacionado à ideia de integração regional, onde as fronteiras nacionais devem ser compreendidas como zonas de fluidez e porosidade, com interação e cooperação, em vez de barreiras ou limites estritos.²⁷¹

Desta forma, ele descreve as fronteiras como espaços onde as relações de poder e a influência das identidades culturais são constantemente negociadas e redefinidas. O autor

²⁶⁸ REIS, Arthur César Ferreira. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Imprensa Oficial, 1940, p. 120.

²⁶⁹ REIS, Arthur César Ferreira. *Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966, p. 34.

²⁷⁰ LOBATO, Sidney da Silva. Estado, Nação e Região na obra de Arthur César Ferreira Reis. *Revista Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, pp. 625-642, 2009, p. 640. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36722>. Acesso em: 18 fev. 2023.

²⁷¹ OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)*, v. 11, n. 15, pp. 233-256, jan-jun., 2015, p. 235. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6454/3400>. Acesso em: 06 mar. 2023.

ênfatisa a importância de superar as visões tradicionais das fronteiras como fronteiras políticas e militares e, em vez disso, reconhece a complexidade dos fluxos transfronteiriços e as múltiplas formas de interação que ocorrem nas áreas de fronteira.

Nota-se, portanto, que para Oliveira, a fronteira deve ser entendida como um espaço de transição, onde as identidades culturais são misturadas, e as normas e valores dos estados e das sociedades são negociados com oportunidades de cooperação e exploração transfronteiriça.

Contudo, o pensamento militar vale-se da premissa da estratégia Geopolítica colonial e imperial portuguesa e, por conseguinte, do pensamento militar mais contemporâneo, que está alicerçado na onipresença do Estado, no sentido desenvolvimentista, de ocupação de espaço, e por vezes, autoritário, visando ratificar a soberania nacional, por meio da presença militar nas faixas de fronteira.

Desta forma, a presença do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira Amazônica tem sido uma questão de grande importância para o país e estratégica para a defesa da soberania nacional, contra as ações ilícitas de tráfico de armas e drogas, imigração ilegal e contrabando, além de garantir a segurança da população local. Para o pesquisador Fernando da Silva Rodrigues, o Exército Brasileiro tem um papel fundamental para a defesa nessas áreas, como podemos observar abaixo:

Como parte necessária para o cumprimento de suas missões constitucionais, o Exército Brasileiro concentra suas ações no sistema de defesa da Amazônia, para proteção do território na fronteira do Arco Norte (Amazônia Ocidental), [...] na estratégia da presença/resistência para o contexto nacional e na cooperação regional, como importantes elementos para pensar o seu planejamento estratégico e, principalmente, na preparação de pessoal que atua na região.²⁷²

Contudo, é válido salientar, a importância que a presença militar tem na região em outras frentes, a partir de ações de desenvolvimento social e econômico que possibilitam o acesso da população local a serviços básicos como saúde, educação e infraestrutura, como nos casos dos PEFs.²⁷³

²⁷² RODRIGUES, Fernando da Silva. As Ameaças no Arco Norte da Faixa de Fronteira brasileira e sua relação com segurança integrada. *Análise Estratégica*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército-CEEEEx. Vol. 27, n.º 5, pp. 29-41, set/nov., 2022, p. 35. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/11159/8953>. Acesso em: 23 fev. 2023.

²⁷³ MORAES, Carlos Henrique Arantes de; PEREIRA, Dan Milli; FRANCHI, Tássio. O reflexo socioeconômico da presença militar na fronteira norte: Barcelos-AM e o 3.º Batalhão de Infantaria de Selva. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 55, pp. 107-132, janeiro/abril, 2022, p. 126. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/8515>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Outrossim, na base do Estado moderno, o domínio da fronteira é tido como prioridade para segurança nacional, com ênfase na garantia de soberania e integridade do território.²⁷⁴ Corroborando com esse entendimento, André Roberto Martin evidencia que os Estados modernos precisam de limites exatos, a fim de exercer a sua soberania nas faixas de fronteiras, tendo especificamente este limite reconhecido como linha, não podendo ser habitado.²⁷⁵

Para o mesmo autor, a situação da faixa de fronteira, constituída por uma zona, é na grande maioria das vezes habitada, possibilitando o estreitamento das relações humanas e comerciais entre as pessoas dos Estados vizinhos, com os limites podendo serem alterados se os dois Estados envolvidos tenham disposição política de fazê-lo.²⁷⁶

Já Claude Raffestin, argumenta que mesmo quando elas aparecem apagadas, as fronteiras acabam sobrevivendo em diferentes instituições.²⁷⁷ Deste modo, elas são dinâmicas e se articulam nos encerramentos dos espaços e na delimitação dos territórios, fixando superfícies mediante marcos que limitam e separam os sentidos do processo de socialização dos reconhecimentos.²⁷⁸

Para um maior entendimento acerca das relações que permeiam o tempo histórico e os conceitos de espaço, território e das fronteiras na contemporaneidade, buscaram-se elementos teóricos em Anthony Giddens,²⁷⁹ e a perspectiva do olhar do historiador em John Lewis Gaddis,²⁸⁰ a fim de compreender como as mudanças sociais, políticas e culturais da modernidade afetaram a maneira como as sociedades concebem e lidam com as fronteiras e os limites territoriais, ancorados em uma perspectiva entre teoria e práxis do pensamento histórico, como sugere o historiador alemão Jörn Rüsen em *Razão histórica*.²⁸¹

A partir das reflexões de Giddens sobre a natureza reflexiva e incerta da modernidade, podemos entender como as fronteiras não devem ser vistas apenas como linhas separadas, passando a ser compreendidas como espaços de integração e fluxos de pessoas, bens e ideias.

²⁷⁴ Para fins do conceito acerca do Estado moderno, tomou-se com base a lógica Weberiana. Cf. WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 9.

²⁷⁵ MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. 4ª ed - São Paulo: Contexto, 1998, p. 36.

²⁷⁶ MARTIN, *Fronteiras e nações...*, p. 48.

²⁷⁷ RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T.C.M (Org). *Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFMS, pp. 9-15, 2005, p. 13.

²⁷⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). *Revista del CESLA*. Uniwersytet Warszawski- Polónia, núm. 8, pp. 9-19, 2006, p. 10. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243321208002>. Acesso em: 18 fev. 2023.

²⁷⁹ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991, pp. 21-24.

²⁸⁰ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro, ed. Campus, 2003, pp. 148-171.

²⁸¹ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teorias da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 16.

Já as ideias de Gaddis sobre a subjetividade da construção histórica são fundamentais para entender como as fronteiras e os territórios são socialmente construídos e como suas delimitações são influenciadas pelas perspectivas e valores de cada época.

Desta forma, em sua obra *As consequências da modernidade*, Giddens apresenta um conceito inovador de modernidade, no qual, a tradição é substituída pela reflexividade. Nesse sentido, ele sustenta que a modernidade é caracterizada por uma ruptura com a tradição, pela crescente importância do conhecimento científico e pela valorização da autonomia individual. Para ele, a modernidade é um processo contínuo de mudança e transformação, resultante em uma sociedade cada vez mais reflexiva e consciente de suas próprias ações e escolhas.²⁸²

Essa perspectiva sobre a modernidade se relaciona com a maneira que os historiadores interpretam o passado, ressignificando o presente sem o uso do anacronismo, pois o que já aconteceu não pode ser alterado, conforme apresentado por Gaddis²⁸³ e defendido por Lucien Febvre.²⁸⁴ Para ele, a história não é um registro objetivo e imparcial do passado, mas sim, uma construção subjetiva influenciada pelos valores e perspectivas do presente, que de acordo com José D’Assunção Barros envolve: “um tempo que é sentido ou percebido subjetivamente pelo ser humano, e não meramente um tempo cronométrico”.²⁸⁵

Cabe, portanto, aos historiadores reconhecerem que as suas interpretações do passado são sempre condicionadas por sua própria época e contexto, e que a história está em constante transformação e renovação. Em outras palavras, assim como a modernidade é caracterizada pela reflexão, a história está em constante revisão e reformulação, em função dos novos questionamentos, teorias e perspectivas que surgem ao longo do tempo.

2.2 A formação histórica das fronteiras brasileiras e os Tratados de Tordesilhas (1494), Utrecht (1713), Madri (1750), El Pardo (1761) Santo Ildefonso (1777) e Badajoz (1801)

O processo da formação histórica das fronteiras brasileiras iniciou-se ainda mesmo antes da chegada dos europeus em meados de 1500. Isso nos remete de maneira pretérita às disputas territoriais existentes entre os reinos ibéricos, com a descoberta do Novo Mundo em 1492.

²⁸² GIDDENS, *As consequências da modernidade...*, pp. 37-44.

²⁸³ GADDIS, *Paisagens da História...*, p. 29.

²⁸⁴ FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Tradução: Maria Lúcia Machado; tradução dos trechos em latim: José Eduardo dos Santos Lohner - São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 33.

²⁸⁵ BARROS, José D’Assunção. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 34.

Objetivando resolver essas disputas, inicialmente, o sumo pontífice Alexandre VI, determinou a edição da *Bula Inter Coetera* no ano de 1493, a fim de outorgar aos reinos de Castela e Aragão a imperiosa posse das ilhas e terras localizadas a uma faixa de cem léguas da parte leste do meridiano do arquipélago dos Açores e de Cabo Verde.

Entretanto, houve uma insatisfação imediata por parte do rei de Portugal D. João II, que renegociou com o Vaticano e com o reino de Castela as condições da Bula, culminando com a assinatura do Tratado de Tordesilhas no ano de 1494, para fins de delimitação territorial entre os dois reinos.

Na nova configuração, as possessões ultramarinas pertencentes à Península Ibérica passariam especificamente pelo meridiano localizado a 370 milhas (595,46 km) da parte oeste de Cabo Verde. Na época, existia uma dificuldade na forma como eram feitas as medidas, contudo, elas eram tidas como verdadeiras, conforme se pode observar abaixo:

A latitude media-se através do astrolábio com precisão de 0,3° a 0,5°, fazendo observações ao sol do meio dia. Já a longitude era avaliada por léguas percorridas, na direção leste-oeste e transformados para graus e compatibilizados com as latitudes, medidas de maneira independente e tidas sempre como corretas.²⁸⁶

Esses desentendimentos entre os reinos ibéricos acerca das demarcações dos limites territoriais no Novo Mundo, se arrastavam desde o descobrimento da América em 1492, até a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494.²⁸⁷ Após as negociações diplomáticas entre Portugal e Espanha, o Tratado de Tordesilhas estabeleceu um meridiano de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde como a linha divisória entre os territórios das duas coroas no Novo Mundo. Essa linha não passava por áreas como Belém ou Laguna, mas sua imprecisão levou, com o tempo, a interpretações e disputas sobre a verdadeira extensão dos territórios, especialmente à medida que novas terras eram exploradas e colonizadas.

Contudo, Borba afirma que: “a fronteira terrestre seria uma linha reta de Belém a Laguna. Se assim prevalecesse, a possessão portuguesa teria menos de três milhões de quilômetros quadrados. O território brasileiro não teria a Amazônia, o Centro oeste e o extremo

²⁸⁶ CINTRA, Jorge Pimentel. Raposo Tavares e a formação territorial brasileira. *Revista do IHGSP*. Vol. XCVIII, 2014, p. 105. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Raposo-Tavares-e-a-forma%C3%A7%C3%A3o-territorial-brasileira.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

²⁸⁷ CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos Pré-Colombianos dos Portugueses*. Lisboa, 1967, pp. 80-81.

sul”.²⁸⁸ Este acordo, tecnicamente, deu início ao processo de expansão portuguesa na América do Sul, particularmente, para as regiões norte, oeste e sul, inclusive com o avanço nos territórios espanhóis, como nos casos da viagem de Pedro Teixeira em 1637 à região amazônica e do avanço do bandeirantismo no século XVII, principalmente com a expedição da bandeira de limites de Raposo Tavares, que chegara à capitania de São Vicente em 1618.²⁸⁹

Após a assinatura do Tratado de Tordesilhas, é possível constatar, que houve apenas a partir do início século XVIII, uma fonte documental que versou sobre os limites territoriais coloniais brasileiros. Trata-se de um documento assinado entre a França e a Espanha no ano de 1713, após a Guerra da Sucessão Espanhola,²⁹⁰ chamado de Tratado de Utrecht.²⁹¹

Na verdade, ao final da Guerra da Sucessão da Espanha, vários acordos foram negociados nesta cidade holandesa, entre as nações europeias beligerantes. Portugal, que tinha bons negociadores, como D. Luís da Cunha, e contava com a boa vontade da Inglaterra, assinou dois, bastante benéficos para a formação territorial do Brasil: o tratado acima mencionado, sobre a devolução da Colônia do Sacramento pela Espanha; e, antes desse, o de 1713, com a França, estabelecendo o rio Oiapoque como nossa divisa com a Guiana Francesa. Ambos tratados se constituíram nos únicos amparos legais de que dispunham os lusos para justificar, em pequena parte que fosse, seus avanços territoriais no continente Sul-americano.²⁹²

²⁸⁸ BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Revista História*, Rio Grande, v. 4, n. 2, pp. 59-78, 2013, p. 62. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131/2524>. Acesso em: 16 fev. 2023.

²⁸⁹ CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 88.

²⁹⁰ Em termos gerais, a Guerra da Sucessão Espanhola ocorreu após a morte do rei Carlos II no ano de 1700, provocando uma corrida pelo trono, mesmo sem ele ter deixado herdeiros diretos. Felipe de Bourbon, conhecido como Duque de Anjou, também era sobrinho de Luís XIV e poderia se tornar herdeiro do trono na França. Após reunião das cortes espanholas ocorridas no ano de 1701, houve um consenso para aclamar Felipe como rei da Espanha, com o título de Felipe V. Contudo, a Inglaterra se opôs à decisão e potencializou uma enorme tensão à sucessão do trono espanhol, culminando em uma guerra de onze anos, que adentrou nos limites territoriais ultramarinos ibéricos.

²⁹¹ A assinatura desse documento foi primordial para o embasamento feito pelo Barão de Rio Branco, no caso do interesse territorial do Brasil na questão do Amapá, no início do século XX. Cf. OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO III: *questões de limites Guiana francesa primeira memória*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, pp. 49-50.

²⁹² GOES FILHO, Synesio Sampaio. Territórios e fronteiras ou porque o Brasil ficou tão grande. In: Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). *Temas da História Diplomática: Fronteiras*. Cadernos do CHDD. Editora FUNAG, 1ª Edição, ano 21, n.º Especial, pp. 63-101, 2.º Semestre de 2022, p. 66. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/1200/cadernos_do_chdd_-_ano_21_-_numero_especial_-_segundo_semestre_de_2022. Acesso em: 23 fev. 2023.

Para Júnia Furtado,²⁹³ as negociações em relação à América ocorridas no Congresso de Utrecht,²⁹⁴ abordaram além da Colônia do Sacramento,²⁹⁵ devolvida aos portugueses, uma devolução de navios lusos, apreendidos na cidade Buenos Aires, capital da Argentina, que tinham sido acusados na época de praticarem contrabando.

Tecnicamente, a assinatura do Tratado, delimitou as bases lusas na região Norte do Brasil, tendo o reconhecimento do rio Oiapoque como o limite natural entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte. Contudo, “poucos anos após sua assinatura, [...] a partir de 1725, as autoridades francesas de Caiena começaram a manifestar dúvidas sobre a localização do rio “Japoc ou Vicente Pinzón” do Tratado de Utrecht”.²⁹⁶ “Esse processo de renegociação das fronteiras luso-espanholas culminará em 1750 com o estabelecimento do Tratado de Madri.”²⁹⁷

A partir da premissa vista acima, houve em meados da segunda metade do século XVIII, mais precisamente, no ano de 1750, uma nova tentativa de entendimento entre os reinos ibéricos, acerca dos limites e domínios territoriais coloniais na América. Tal iniciativa, buscava distensionar o clima beligerante estabelecido ao longo do período colonial entre eles, devido às disputas fronteiriças, motivadas pela exploração e tentativas expansionistas de ambos os lados.

Sendo assim, neste mesmo ano, portugueses e espanhóis assinaram o Tratado de Madri, fato que marcou a diplomacia da era moderna, com uma nova configuração das áreas limítrofes, redefinindo a influência dos dois países em cada uma delas. A França como parte interessada, desde à época da Guerra da Sucessão e da questão da Colônia do Sacramento, ajudou a intermediar as negociações, visto que também tinha interesse em possessões na região Norte.

Existia um interesse na delimitação e controle dos dois impérios, principalmente no que diz respeito à região do rio da Prata e aos territórios que hoje correspondem ao Brasil e ao Uruguai, visando acabar com as “disputas territoriais ultramarinas e a manutenção de relações diplomáticas menos conflitivas entre os dois impérios”.²⁹⁸

²⁹³ FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. *Revista Topoi*. Vol. 12, n.º 23, pp. 66-83, jul/dez., 2011, p. 69. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/xkDVWhJgfGfdn49QDnMB4HP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

²⁹⁴ O Congresso ocorreu na cidade de Utrecht nos Países Baixos (Holanda), entre os anos de 1713-1715.

²⁹⁵ A Colônia do Sacramento foi fundada na região do rio da Prata, no ano de 1680 pelo governador Manuel Lobo, com o objetivo da expansão territorial do Estado português e do escoamento da produção da prata.

²⁹⁶ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 94.

²⁹⁷ FURTADO, *Guerra, diplomacia e mapas...*, p. 70.

²⁹⁸ BASTOS, Carlos Augusto. Demarcações de limites e circulações nas fronteiras da Amazônia ibérica (c.1780-c.1790). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.16, pp. 147-168, jan/jun., 2017, p. 167. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/27128/19595>. Acesso em: 23 fev. 2023.

O caráter diplomático nas negociações, pode ser observado a partir da presença de Alexandre de Gusmão, como visto em Rio-Branco,²⁹⁹ e evidenciado por Borba abaixo:

Esforço objetivo para dividir as terras das duas Coroas ocorreu com a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri, cuja negociação foi conduzida pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, na época Secretário do Rei D. João V e membro do Conselho Ultramarino português. Os limites foram estabelecidos com base na ocupação real de territórios por uma e outra Coroa, introduzindo-se o princípio de *uti possidetis* (direito derivado da posse pelo uso), que colaborou para a aceitação pela Espanha da ampliação dos territórios luso-brasileiros no Continente.³⁰⁰

Ainda, segundo Borba, o ano de 1751, marcou a assinatura das instruções ordenadas pelo Marquês de Pombal para que houvesse as demarcações acordadas pelo Tratado de Madri, a partir da formação de duas Comissões de Limites, com funções específicas de cada uma delas.³⁰¹

No caso da primeira, ela ficou responsável pelo processo de demarcação e exploração das fronteiras meridionais, em territórios que passavam pelo Uruguai, Oceano Atlântico e no rio Paraguai. Já a segunda, ficou responsável pelas fronteiras setentrionais, tendo como base o rio Jauru, na Bacia do rio Paraguai, atual Estado de Mato Grosso.

Contudo, após uma década da assinatura do Tratado de Madri, emergiram algumas complicações no tocante à questão limítrofe da região norte, principalmente devido aos obstáculos encontrados pela segunda comissão, que não logrou êxito no processo demarcatório dos limites das fronteiras amazônicas, sobretudo, pelo atraso na chegada do Comissário espanhol, D. José de Iturriaga, que deveria se encontrar com Mendonça Furtado³⁰² em Barcelos, nas imediações do rio Negro em 1753, mas só chegou ao seu destino no ano de 1759, inviabilizando os trabalhos da comissão, já que a esta altura, Mendonça Furtado já havia partido.

Outro fator que contribuiu para o insucesso dos trabalhos, desta feita, da primeira comissão, foram algumas interrupções nas operações, em decorrência das Guerras Guaraníticas

²⁹⁹ RIO BRANCO, Miguel Paranhos. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750: a tormentosa nomeação do Jovem Rio Branco para o Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 2010, pp. 14-21.

³⁰⁰ BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 59-78, 2013, pp. 63-64. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131/2524>. Acesso em: 16 fev. 2023.

³⁰¹ BORBA, *Fronteiras e faixa de fronteira...*, p. 64.

³⁰² Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, foi indicado por ele em 1751 para assumir o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, durante o reinado de D. José I. Foi o homem forte da administração Pombalina nos territórios das capitanias da região Norte do Brasil, sendo responsável direto pela delimitação de fronteiras, impostas pelo Tratado de Madri. A respeito desse personagem. Cf. VAINFAS, Ronaldo. Org. *Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 388.

nas Regiões das Missões no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1753 e 1758. Esses dois problemas são descritos abaixo de maneira sucinta pelo Diplomata brasileiro Synesio Sampaio Goes Filho, como fatores determinantes para o recrudescimento das relações diplomáticas, culminando na anulação do Tratado de Madri com a assinatura entre Portugal e Espanha do Tratado de El Pardo, no ano de 1761.

Problemas de demarcação no Norte, dificuldades para a remoção dos indígenas dos Sete Povos no Sul e, principalmente, novo e pior ambiente entre as cortes peninsulares explicam, em 1761, o Tratado de El Pardo, anulatório de Madri. Em 1777, entretanto, pelo Tratado de Santo Ildefonso, as fronteiras de Madri eram retomadas, à exceção do extremo sul, onde os Sete Povos retornaram à soberania espanhola.³⁰³

As delegações compostas pelo Conde de Aranda, representando a Espanha e o Marquês de Pombal, representante de Portugal, reuniram-se na Cidade de Madrid, no distrito homônimo de El Pardo, em 1761 e ratificaram a assinatura do Tratado de El Pardo. Nele, foram anulados os termos do Tratado de Madri, assinado em 1750, trazendo de volta os conflitos fronteiriços entre os dois reinos ibéricos.

De fato, a Colônia dos Sete Povos não foi conquistada e nem ocupada pelos portugueses, devido à resistência guaranítica. Por outro lado, os próprios portugueses, resistiram à ideia de entregar à Espanha a Colônia do Sacramento, limitando o Tratado de El Pardo à anulação do Tratado de Madri e à situação anterior a este, como previsto no artigo II, do novo Tratado.

Logo que êste tratado for ratificado, farão os sobreditos Sereníssimos Reis expedir cópias dele autênticas aos seus respectivos comissários e governadores nos limites da América, declarando-lhes por cancelado, cassado e anulado o referido tratado de limites, assinado em 13 de janeiro de 1750, com tôdas as convenções que dele e a êle se seguiram; e ordenando-lhes que, dando por nulas, e fazendo cessar tôdas as operações e atos respectivos à sua execução, deribem os monumentos ou padões que foram erigidos em consequência dela e evacuem imediatamente os terrenos que foram ocupados a título da mesma execução, ou com o motivo do referido tratado, demolindo as habitações, casas ou fortalezas, que em consideração do sobredito tratado abolido se houveram feito ou levantado por uma e outra Parte: e declarando-lhes que desde o mesmo dia da ratificação do presente tratado em diante só lhes ficarão servindo de regras para se dirigirem os outros tratados, pactos e convenções que haviam sido estipulados entre as duas Corôas antes do referido ano de 1750; porque todos e tôdas se acham instaurados e restituídos à sua primitiva e devida fôrça como se o referido tratado de 13 de janeiro de 1750 com os mais que dele se seguiram nunca houvessem existido.³⁰⁴

³⁰³ GOES FILHO, *As fronteiras do Brasil...*, p. 16.

³⁰⁴ TRATADO, *Anulatório de El Pardo*, 1761, Art. II. Disponível em <http://info.lncc.br/pardo.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Isto posto, com a efetivação do Tratado de El Pardo, houve uma posição mais assertiva acerca da definição dos limites territoriais das fronteiras coloniais na região do rio da Prata. Soma-se a isso, um maior entendimento sobre a comercialização de mercadorias, que, na prática, beneficiava tanto Portugal quanto a Espanha naquele momento.

Pode-se afirmar, que a assinatura do tratado, encerrou, pelo menos temporariamente, o período de hostilidade entre Portugal e Espanha na América do Sul, visto à criação de uma comissão conjunta mista para a resolução das disputas fronteiriças e a preocupação com a proteção dos direitos dos povos indígenas.³⁰⁵

Contudo, este conceito de paz e estabilidade entre os reinos ibéricos, alcançados pela assinatura do Tratado de El Pardo, ficara ameaçado por causas das disputas territoriais ocorridas em outras regiões da América do Sul, principalmente na Cisplatina, atual Uruguai. Logo no início do ano de 1777, mais precisamente, no dia 24 de fevereiro, houve a morte do rei D. José I, além da queda do Marquês de Pombal, contrário à paz com a Espanha.³⁰⁶

Com o trono vago, a filha mais velha e herdeira de D. José I chamada, Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança, ascendeu ao poder com título de Maria I. É nesse contexto que o Tratado de Santo Ildefonso foi assinado em 1.º de outubro de 1777, por D. Maria I, agora rainha de Portugal, e pelo rei espanhol Carlos III, na província de Segóvia na cidade homônima ao nome do tratado, visando delimitar os territórios ultramarinos na América do Sul e na Ásia.

No caso da América do Sul, ele fez uma revisão sistemática no Tratado de El Pardo, definindo as fronteiras entre os territórios coloniais no Brasil, na tentativa de resolver as antigas questões territoriais pendentes entre portugueses e espanhóis. Segundo Fernando Camargo, o Tratado Preliminar de Paz e Limites, assinado em Santo Ildefonso em 1777, teve sua reafirmação só no ano seguinte, por intermédio do Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, assinado no dia 11 de março de 1778, na cidade de El Pardo.³⁰⁷

³⁰⁵ Apesar de não ter incluído diretamente no Tratado disposições específicas sobre a situação dos povos indígenas no rio da Prata, as atribuições da comissão mista, previam a proteção dos direitos dos povos indígenas. Além disso, a linha de fronteira acordada no Tratado de El Pardo e posteriormente no Tratado de Santo Ildefonso (1777) foi desenhada de tal forma a evitar a divisão de comunidades indígenas.

³⁰⁶ FARIA, Maria Dulce de; OLIVEIRA, Uilton dos Santos. *A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional*. In: Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte - MG, pp. 86-95, 2016, p. 87. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf.

Acesso em: 24 fev. 2023.

³⁰⁷ CAMARGO, Fernando. *A pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso*. In: XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2003, Curitiba. Anais da XXIII Reunião. Curitiba: SBPH, vol. 1, pp. 235-240, 2003, p. 236.

Inicialmente, ele determinava uma linha limítrofe com base em acidentes geográficos.³⁰⁸ Este tratado foi mais extenso que o de Madri, e objetivava fundamentar legalmente e de forma definitiva, os limites fronteiriços ibéricos, no caso da América do Sul, que de acordo com Camargo:

[...] seguia as linhas gerais do Tratado de Madri, com alguns ajustes decorrentes dos últimos conflitos, especialmente os mais recentemente acontecidos na fronteira do Rio Grande de São Pedro com o Vice-Reino do Rio da Prata. A paz garantida pelo Tratado de Santo Ildefonso foi bastante duradoura, se comparada aos períodos anteriores, desde a restauração da soberania portuguesa frente ao habsburgos espanhóis, em 1640. Em linhas gerais, na parte mais meridional da disputada divisa ibérica. Santo Ildefonso previa que à Espanha caberia a Colônia do Sacramento e toda a Banda Oriental do Uruguai, incluindo o território das Missões Orientais. Portugal, por sua vez, garantia sua soberania sobre o Rio Grande e adjacências, passando o limite fronteiro pelo rio Jacuí e, quando esse rio faz sua curva de quase 90°. pelo caminho seco entre os galhos do mesmo Jacuí e do Ibicuí, Alguns ajustes foram feitos também nas divisas de Mato Grosso e do Amazonas.³⁰⁹

Notadamente, o Tratado de Santo Ildefonso acabou reafirmando os pontos principais do Tratado de Madri, devolvendo a Portugal a ilha de Santa Catarina, e deixando com a Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos. Regulamentou por ora a fronteira entre Brasil e Uruguai, tendo como linha de demarcação o rio Uruguai.

Além disso, permitiu a Portugal o acesso ao rio da Prata e incentivou à expansão da fronteira sul brasileira. Contudo, o tratado não foi capaz de resolver todas as questões fronteiriças entre Portugal e Espanha, o que acabou gerando tensões e conflitos entre os dois países ao longo do século XIX.

Por sua vez, a França também participou na mediação desde acordo, assim como no caso anterior, referente à assinatura do Tratado de Madri, havia interesse por parte dela em possessões na América, deixando algumas questões no ar, que seriam retomadas no ano início do século XIX, com a assinatura de um novo tratado em 1801, denominado de Tratado de Badajoz.

O ano de 1801, foi marcado por um novo conflito militar entre Portugal e Espanha. Trata-se da Guerra da Laranja, ocorrida durante o reinado de D. João V, motivada devido à disputa entre os dois países pela posse da cidade de Olivença, localizada na fronteira entre Portugal e Espanha. A região estava ocupada por Portugal desde 1297, mas a Espanha reivindicava sua posse.

³⁰⁸ FARIA; OLIVEIRA, *A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso...*, p. 88.

³⁰⁹ CAMARGO, *A pendenga interminável...*, p. 236.

A Espanha aproveitou-se da tensão gerada pela aliança entre Portugal e a Inglaterra na Guerra Anglo-Espanhola e invadiu a região de Olivença. Portugal respondeu declarando guerra à Espanha, e os dois países se enfrentaram em uma série de batalhas na fronteira. O conflito ficou conhecido como Guerra das Laranjas devido à abundância de laranjas confiscadas dos pomares portugueses pelas tropas espanholas. Desta forma:

O Tratado de Badajoz (1801) que encerrou o conflito, não revalidou explicitamente as fronteiras estabelecidas em 1777 e, portanto, não haveria, no momento das independências, nenhum instrumento jurídico em vigor para regular os limites entre os impérios português e espanhol na América. Assim, na falta de tratados válidos, como única alternativa à guerra, prevaleceria o status quo, ou seja, a ocupação efetiva no momento da independência.³¹⁰

Conforme o autor acima, “[...] o conflito, [...] foi curto e teve o desfecho formalizado em um tratado de paz [...] que não previu expressamente a devolução das áreas ocupadas [...] por uma ou outra parte, seja na Europa, ou seja na América”.³¹¹ Em síntese:

[...] o Tratado de Badajoz, de 1801, que restabeleceu a paz entre os reinos peninsulares, nada proveu sobre as fronteiras sul-americanas. Ao ficarem independentes, o Brasil e as então chamadas Repúblicas do Pacífico (Peru, Colômbia e Equador), o que havia entre as duas partes era, pois, uma enorme zona florestal, quase despovoada e de limites incertos.³¹²

Pode-se depreender, com base nas informações acima, que a assinatura do Tratado de Badajoz, teve como consequência imediata, mas não definitiva, a resolução do conflito entre Portugal e Espanha, iniciado naquele mesmo ano. Contudo, não houve uma especificação clara acerca dos limites fronteiriços reivindicados por esses dois países na América.

O documento trouxe uma série de condições para a paz entre os dois países, mantendo à posse da região de Olivença com Portugal, além da restituição dos bens confiscados para ambos, a libertação dos prisioneiros de guerra e o compromisso de manter a paz. Mesmo com todas essas medidas, o imbróglio acerca das fronteiras sul-americanas ainda teria outros desdobramentos, sobretudo, entre os séculos XIX e XX.

³¹⁰ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Diplomacia e História Territorial. In: Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). *Temas da História Diplomática: Fronteiras*. Cadernos do CHDD. Editora FUNAG, 1ª Edição, ano 21, n.º Especial, pp. 103-123, 2.º Semestre de 2022, p. 117.

³¹¹ SANTOS, *Temas da História Diplomática...*, p. 107.

³¹² GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 34.

2.3 Um breve panorama sobre a integração regional e a delimitação das fronteiras internacionais Brasil/Venezuela e Brasil/Guiana

A compreensão do processo de integração e delimitação dos espaços transfronteiriços regionais e internacionais na Amazônia setentrional, sobretudo, na Tríplice Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana, não se limita à ideia original de *frontier* ou *front*, como pode-se observar abaixo:

Fronteira é o que está à frente, tem a ver com o **front** – que se traduziu em um sentido de batalha, muitas vezes. Logo, o que marca a fronteira é justamente a sua capacidade de fricção, de atrito, de porosidade, o que faz passar, o que se negocia. Podemos pensar fronteiras como projeto e projeto como algo não dado, não delimitado, mas tecido, feito e refeito, negociado. Fronteira não se confunde com limite. Limite demarca o fim de um território, por exemplo. A fronteira não é um fim, um ponto de limite. Ao contrário, é o lugar da negociação, do plano da política, tomada no sentido da composição – sempre negociada – de um mundo, composição de verdades contingentes. Um arranjo que posiciona o que conta e o que não conta no mundo, momentaneamente, porque é sempre permeável; mesmo que se objetive fazer parecer um mundo imutável.³¹³

De fato, a fronteira, “outrota entendida apenas sob o viés estratégico-político-militar, assume novas nuances a partir da segunda metade do século XX”.³¹⁴ Em Roraima, o espaço transfronteiriço engloba parte das terras do rio Branco com a *Gran Savana venezolana*, além das savanas do Rupununi, na região da Guiana. Essas regiões são entrecortadas por áreas militares, reservas indígenas, áreas de preservação ambiental e núcleos rurais e urbanos.³¹⁵

“A fronteira tríplice se configura na atualidade como uma zona de relações internacionais entre três países, que compartilham o suporte despretensioso instalado e praticam um comércio formal e informal.”³¹⁶ Essa realidade também pode ser evidenciada pela influência

³¹³ SANTOS, Maria Aparecida dos. O pesquisador de fronteira e outras subjetivações: uma questão de método. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro v. 15 n. 4, pp. 1160-1180 2015, p. 1169, grifo do autor. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v15nspe/v15n4a03.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

³¹⁴ AGUIAR, Paloma Silva de Oliveira. *Esse quibo em foco*: Um estudo de caso de um Contencioso Sul-americano. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, UFRR, Boa Vista-RR, 2016, p. 20.

³¹⁵ FREITAS SILVA, Paulo Rogério de. *A fronteira em Roraima*: marco de integração regional. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP-SP, 20 a 26 de março de 2005, p. 14776. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/26.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

³¹⁶ FREITAS SILVA, *A fronteira em Roraima...*, p. 14778.

do comércio formiga, que dinamiza as relações econômicas nas cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén (Brasil/Venezuela),³¹⁷ e Bonfim e Lethen (Brasil/Guiana).³¹⁸

No que concerne ao processo de delimitação fronteiriço, os tratados citados no tópico anterior,³¹⁹ fizeram parte de acordos diplomáticos para o estabelecimento de balizas territoriais na América do Sul.

Merecem destaque: em 1807, a viagem de Alexander von Humboldt, o Tratado de Caracas em 1859, o Tratado do Rio de Janeiro em 1928, os Protocolos de 1905, 1912 e 1928, o Tratado de Londres de 1901, o Tratado de Roma de 1904, a Convenção Especial e Complementar de 1926 e os Acordos de 1930 e 1932 que conseguiram estabelecer a atual fronteira.³²⁰

No caso da viagem do naturalista Alexander von Humboldt, ocorrida em 1807,³²¹ se caracterizou como o fio condutor dos limites ibéricos na América do Sul, reconhecidos posteriormente pelo Tratado de Limites e Navegação de 1859.³²²

Esse tratado era definido por um divisor de águas entre duas bacias hidrográficas, a do rio Orinoco e a do rio Amazonas, o que desencadeou longas discussões. Partiu-se para a identificação das nascentes dos rios e a construção de marcos de fronteiras que, ao se definir a direção das águas, assim se determinariam quais terras pertenciam ao Brasil ou à Venezuela. Só que esse trabalho foi dificultado pelo difícil acesso à floresta e pelas fortes chuvas que assolam essas áreas na maior parte do ano. No presente os marcos são inter visíveis em uns poucos trechos, principalmente entre as cidades de Pacaraima, no lado brasileiro, e Santa Elena de Uairén, no lado venezuelano.³²³

O processo demarcatório continuou no século XIX com a criação das comissões de demarcação de fronteira. Já no século XX, “foram assentados 231 marcos, estabelecendo uma fronteira a partir de leste a oeste, do marco trinacional Brasil-Venezuela-Guiana até o marco internacional das coordenadas geográficas de 3°40’29’’ Norte e 62°44’30’’ Oeste”.³²⁴

³¹⁷ FERREIRA, Max André de Araújo. *Comércio formiga fronteiriço entre Venezuela e Brasil*, 2010-2014. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, UFRR, Boa Vista, 2015, pp. 18-162.

³¹⁸ SIMÕES, Sulamita Oliveira; SENHORAS, Elói Martins. A Dinâmica fronteiriça do comércio formiga na fronteira Guyana-Brasil. In: RODRIGUES, Francilene dos Santos; FERNANDES, Maria Luiza. *Fronteiras e Interdisciplinaridade: limites e desafios*. Boa Vista - Coletânea Sociedade e Fronteiras, v. 1, Editora da UFRR, 2016, pp. 2-23.

³¹⁹ Tratados de Tordesilhas, Utrecht, Madri, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz.

³²⁰ FREITAS SILVA, A *fronteira em Roraima...*, p. 14779.

³²¹ BOLLE, Willi. O caráter exemplar da obra de Alexander von Humboldt. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 81, pp. 18-41, abr. 2022, p. 27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/hS47cTjSFT7NjWqYwHwLzmb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

³²² FREITAS SILVA, A *fronteira em Roraima...*, p. 14780.

³²³ FREITAS SILVA, A *fronteira em Roraima...*, p. 14780.

³²⁴ FREITAS SILVA, A *fronteira em Roraima...*, p. 14781.

No que diz respeito à Guiana, o século XIX marcará uma tensão entre brasileiros e ingleses, conhecida como *Questão Pirara*, com uma tentativa de resolução a partir do arbitramento do rei da Itália, no início do século XX e da assinatura de uma “Convenção Complementar e de um Tratado Geral de Limites”,³²⁵ em 22 de abril de 1926.

Outrossim, novas fases ainda se seguiram para a tentativa de um entendimento pleno acerca dos limites territoriais Brasil/Guiana:

Aprovação do protocolo de instruções para demarcação dessa fronteira - Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil-Guiana, em 18 de março de 1930; troca de Notas Reversais - acordo para a delimitação de áreas ribeirinhas na fronteira entre os dois países em 1932; assinada a Ata da Décima Primeira e última conferência da Comissão Mista – aprovou a descrição da fronteira com seus respectivos apêndices, mapas e coordenadas de marcos em 1939; realização da primeira conferência da nova Comissão Mista Brasileiro-Guianense de limites – para a realização de uma inspeção geral dos marcos em 1994.³²⁶

2.4 A legislação brasileira sobre a formação da Faixa de Fronteira e os aspectos do Arco Norte

Ao abordar o tema sobre legislação de fronteira, faz-se necessário um entendimento prévio acerca de determinados conceitos inerentes a ele. Vimos no tópico anterior, uma discussão mais teórica a esse respeito, agora, pretende-se abordar à luz do ordenamento jurídico brasileiro, de forma mais direta, tendo como base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art., 20,³²⁷ a Lei Federal n.º 6.634, de 02.05.79,³²⁸ que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, o Decreto Federal n.º 85.064, de 26.08.80,³²⁹ que regulamenta a Lei Federal n.º 6.634/79 e o Decreto-Lei Federal n.º 9.760, de 05.09.46,³³⁰ que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências, a fim de especificar definições como: faixa ou zona de fronteira, linha e limite.

³²⁵ FREITAS SILVA, A *fronteira em Roraima...*, p. 14781.

³²⁶ FREITAS SILVA, A *fronteira em Roraima...*, pp. 14781-14782.

³²⁷ BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988, Art. 20. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 fev. 2023.

³²⁸ BRASIL. Lei Federal n.º 6.634, de 2 de maio de 1979. *Dispõe sobre a Faixa de Fronteira*, altera o Decreto n.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970 e dá outras providências. Diário Oficial da União – 03/05/1979, reificado em 11/05/1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

³²⁹ BRASIL. Decreto n.º 85.064, de 26 de agosto de 1980. *Regulamenta a Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira*. Diário Oficial da União, 27/08/1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d85064.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

³³⁰ BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946. *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 6/09/1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

O Estado brasileiro em sua extensão e domínio terrestre é determinado por limites que demarcam seu território e a sua soberania. Cabe ao Estado demarcá-los, a fim de ratificar seus limites. Nesse sentido, o jurista José Cretella Júnior, nos esclarece que a faixa ou zona de fronteira é um determinado “segmento de terra contíguo aos limites terrestres do Brasil com países da América do Sul”.³³¹ Ainda conforme o autor, para isso, existe um fundamento tríplice, que consiste na segurança nacional, no progresso e na nacionalização.³³² Ele ainda adverte que:

O Brasil, país de extensa faixa lindeira, limitando com os demais países da América do Sul, exceto com o Equador e com o Chile, viu-se forçado a exercer severa vigilância na zona limítrofe, o que se traduziu, em concreto, no estabelecimento de colônia militares ou postos de observação, desde a época imperial.³³³

Logo abaixo, podemos observar um quadro das fronteiras terrestres do Brasil.

Quadro 05 – Fronteiras Terrestres do Brasil

País	Informações	Estados brasileiros que fazem fronteira	Fonte
Argentina	A fronteira do Brasil com a Argentina tem extensão de 1.261,3 km, dos quais 1.236,2 km são por rios e apenas 25,1 km por divisor de águas.	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Fronteiras brasileiras http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
Bolívia	A fronteira do Brasil com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais.	Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Fronteiras brasileiras http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
	A fronteira do Brasil com a Colômbia tem extensão de 1.644,2		

³³¹ JÚNIOR, José Cretella. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 1269.

³³² JÚNIOR, *Comentários à Constituição...*, p. 1269.

³³³ JÚNIOR, *Comentários à Constituição...*, p. 1269.

Colômbia	km, dos quais 808,9 km são por rios e canais, 612,1 km por linhas convencionais e 223,2 km por divisor de águas.	Amazonas	Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Fronteiras brasileiras http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
Guiana	A fronteira do Brasil com a Guiana tem extensão de 1.605,8 km, dos quais 698,2 km são por rios e canais e 907,6 km por divisor de águas.	Roraima e Pará	Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Fronteiras brasileiras http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
Departamento Ultramarino Francês da Guiana	A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa tem extensão de 730,4 km, dos quais 427,2 km são por rios e 303,2 km por divisor de águas.	Amapá	Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Fronteiras brasileiras http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
Paraguai	A fronteira do Brasil com o Paraguai tem extensão de 1.365,4 km, dos quais 928,5 km são por rios e 436,9 km por divisor de águas.	Paraná e Mato Grosso do Sul	Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Fronteiras brasileiras http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
Peru	A fronteira do Brasil com o Peru tem extensão de 2.995,3 km, dos quais 2.003,1 km são por rios e canais, 283,5 km por linhas convencionais e 708,7 km por divisor de águas.	Acre e Amazonas	Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Fronteiras brasileiras http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
Suriname	A fronteira do Brasil com o Suriname tem extensão de 593,0 km, dos quais os 593,0 km são por divisor de águas.	Amapá e Pará	Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Fronteiras brasileiras http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/
Uruguai	A fronteira do Brasil com o Uruguai tem extensão de 1.068,1 km, dos quais 608,4 km são em rios e canais, 140,1 km em lagoas, 57,6 km por linhas convencionais e 262,0 km por divisor de águas.	Rio Grande do Sul	Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Fronteiras brasileiras http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/

Venezuela	A fronteira do Brasil com a Venezuela tem extensão de 2.199,0 km, dos quais 90,0 km são por linhas convencionais e 2.109,0 km por divisor de águas.	Amazonas e Roraima	Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - Fronteiras brasileiras http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/

Fonte: Adaptado da 1.^a PCBDL e 2.^a SCBDL, 2023.³³⁴

Com base nas informações do quadro acima, o Brasil compartilha uma extensa rede de limites com dez países sul-americanos, totalizando 16.885,7 km. As fronteiras são demarcadas predominantemente por rios, canais e divisores de águas, como a fronteira com a Bolívia, que é a mais longa, com 3.423,2 km, e com o Suriname, a mais curta, com 593 km. Estados como Amazonas e Roraima fazem fronteira com vários países, como Colômbia, Peru, Venezuela e Guiana. O Brasil também compartilha limites com territórios não independentes, como a Guiana Francesa (730,4 km de fronteira com o estado do Amapá). Essas fronteiras foram condicionais e mantidas por meio de acordos internacionais e são monitoradas pela Primeira e Segunda Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, de acordo com as divisões geográficas e hidrológicas do território.

Na caracterização da fronteira terrestre brasileira, prevalecem dois conceitos: (a) de fronteira linha (limite), que é constituída pela linha imaginária (natural ou artificial) que segue o traçado estabelecido em tratados internacionais, completada, quando necessário, pelo detalhamento de acidentes físicos e pela colocação de marcos que a torne mais nítida; e, (b) de fronteira faixa (faixa de fronteira), que é uma faixa de até 150 km de largura, ao longo da fronteira linha, regrada por normas para ocupação, trânsito e exploração econômica, tendo em vista a preservação dos interesses e defesa da soberania do território nacional.³³⁵

Corroborando com esse entendimento, a Lei n.º 6.634/79, estabelece que a Faixa de Fronteira “é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km

³³⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1.^a PCBDL e 2.^a SCBDL. *Brasil, Fronteiras terrestres*. Adaptado de Eduardo Pereira de Castilho. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, Brasília, 2023, pp. 1-2. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

³³⁵ BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 2, pp. 59-78, 2013, pp. 59-60. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131/2524>. Acesso em: 16 fev. 2023. Cf: Cap. II, art. 20, alínea XI, § 2º da Constituição Federal de 1988, *idem*, BORBA, *Fronteiras e faixa de fronteira...*, p. 60.

de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira”.³³⁶

Conforme Celso Mello, o processo de delimitação territorial é importante não apenas em caráter nacional, mas, internacional. À medida que se estabelecem três fatores distintos, como paz, independência e segurança, com ênfase nas ações de preparo, delimitação e execução.³³⁷ Ainda conforme o autor “[...] o território é o objeto de um direito real do Estado, que tem sobre ele um direito de propriedade”.³³⁸

Pari passu, o jurista Ives Gandra Martins, esclarece que os processos de ocupação e utilização das faixas de fronteiras, obedecem à regulamentação do ordenamento jurídico nacional, e não excluem o direito de propriedade dos que as possuem, com fulcro na Constituição Federal de 1988 e nas demais leis, portarias e decretos ancorados.³³⁹

Contudo, existe uma ressalva em relação à afirmação acima que o autor alerta, que tais regulações, não excluem o direito tácito de propriedade daqueles que a possuem, com o direito objetivo exercido inexoravelmente nos termos do ordenamento jurídico vigente. É válido ressaltar, que os imóveis que estão localizados nestas faixas de fronteiras não pertencem à União, conforme consta no Art. 20, inc. I da Constituição Federal de 1988.³⁴⁰

Ademais, o Decreto-Lei n.º 9.760/46,³⁴¹ explicita que são bens da União os chamados terrenos marginais,³⁴² além das ilhas que porventura neles estejam situadas, no espectro das faixas e das zonas de fronteira do território nacional que se façam sentir pela influência das marés. Portanto, não há na Constituição Federal de 1988, nenhuma inferência específica acerca desses bens, salvo o que preconiza artigo 20, inciso II, “as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras”.³⁴³

³³⁶ BRASIL. Lei Federal n.º 6.634, de 2 de maio de 1979. *Dispõe sobre a Faixa de Fronteira*, altera o Decreto n.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970 e dá outras providências. Diário Oficial da União – 03/05/1979, reificado em 11/05/1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

³³⁷ MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Prefácio de Miguel Franchini Netto à 1.ª edição. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pp. 1071-1085.

³³⁸ MELLO, *Curso de Direito Internacional...*, p. 1073.

³³⁹ MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, vol. 3, tomo I, 1988, p. 103.

³⁴⁰ BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988, Art. 20, Inc. I. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

³⁴¹ BRASIL. Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946. *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 6/09/1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

³⁴² No Art. 4º deste Decreto, há a definição de terrenos marginais, como aqueles que são banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias.

³⁴³ BRASIL. *Constituição 1988*, Art. 20, inciso II.

No que concerne à Linha de Fronteira, ela corresponde à “faixa geográfica que limita dois territórios e que geralmente é mantida por acordos internacionais, tratados, leis, entre outros instrumentos jurídicos”.³⁴⁴ O Limite de Fronteira é a “marca ou sinal estabelece em um terreno, que materializa a linha de fronteira entre dois ou mais Estados”.³⁴⁵ Já o conceito de Linha, é reforçado por Ferreira abaixo, à medida que ela:

[...] marca a divisão entre duas nações. É o resultado de impacto entre os países para estabelecer a demarcação territorial. Pode ser natural, quando a linha segue um acidente geográfico, ou artificial, estabelecido por meio de acordos internacionais.³⁴⁶

Além disso, no que tange ao Limite de Fronteira, encontrou-se outra definição que nos ajudou a compreender este conceito, a partir das palavras de Neto e Silva:

É a extensão linear imaginária que se estende desde a costa até um ponto de encontro entre dois países. Ou seja, é a medida da extensão territorial de um país, medida desde o ponto de encontro com um outro país ou do litoral até um ponto de encontro com um outro país.³⁴⁷

Segundo o livro *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*, organizado pelo Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça, publicado em 2010, “[...] a Fronteira é resultante de um processo histórico com base na preocupação do Estado com a garantia de sua soberania e independência nacional desde os tempos da Colônia”.³⁴⁸ Consoante a esse entendimento, “o desenvolvimento da Faixa de Fronteira configura-se em uma importante diretriz da política nacional e internacional brasileira [...]”.³⁴⁹

³⁴⁴ AMORIM, Anny Reis Andrade. *Vocabulário Internacional de Termos de Fronteira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2016, p. 170.

³⁴⁵ BIZERRA, Antônio José de Araújo. Demarcação de fronteiras e os estudos em geociências. In: CATELLI, Armando Márcio; MOURA, Rodrigo Leão de; BIZERRA, Antônio José de Araújo (Org.). *Geociências e Sociedade*. Rio de Janeiro: CPRM, 2015, p. 36.

³⁴⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 973.

³⁴⁷ NETO, Manuel Alves; SILVA, Luiz Edson Fachin da. *Dicionário de termos geográficos*. 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019, p. 68.

³⁴⁸ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010, p. 17. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixaFronteira.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

³⁴⁹ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais - SPR. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* - PDF. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009, p. 11. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

O Governo Federal trabalha com um planejamento estratégico para a faixa de fronteira, subdividindo-as em três arcos, como consta no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, publicado em 2005,³⁵⁰ em consonância com a legislação mais recente, que institui pelo Decreto n.º 9.810, de 30 de maio de 2019 a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.³⁵¹

Desta forma, a base territorial da União implementa ações em três arcos distintos: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul. Cada Arco compreende uma Faixa de Fronteira com determinados Estados da Federação, tendo como critérios principais adotados para esta escolha, as diferentes bases produtivas e as identidades culturais, como requisitos principais para a divisão em 27 sub-regiões.³⁵²

Soma-se a isso, os critérios adotados pela presença de comunidades indígenas e a existência de áreas de preservação ambiental, como parques nacionais e reservas extrativistas. Além disso, foi considerada a existência de atividades planejadas, como a mineração e a agropecuária, e a presença de infraestrutura logística, como rodovias, hidrovias e ferrovias.

Ademais, outro traço importante foi a proximidade com países vizinhos, e a necessidade de promover a integração regional e a cooperação internacional. A partir desses critérios, foram definidas as áreas que compõem os Arcos de Fronteira, que contam com incentivos fiscais e financeiros para atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

Nesse contexto, para facilitar as ações da União, foram feitas subdivisões em regiões. No que diz respeito ao Arco Norte, houve a divisão em seis delas, como pode-se observar abaixo:

Sub-Região I: Oiapoque, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Pracuúba, Calçoene, Amapá, no Estado do Amapá; Alenquer, Almeirim, Faro, Oriximiná, Óbidos, no Estado do Pará; Urucará, Nhamundá, no Estado do Amazonas; Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima.

Sub-Região II: Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis, Pacaraima e Uiramutã (dentro da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol), no Estado de Roraima.

³⁵⁰ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, pp. 11-49. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

³⁵¹ BRASIL. Decreto n.º 9.810, de 30 de maio de 2019, Art. 1.º-19º. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: 22 ago. 2023.

³⁵² PÊGO, Bolívar; et al. *Fronteiras do Brasil*: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. V. 2 - Brasília: IPEA: MI, 2017, p. 10.

Sub-Região III: Alto Alegre, Amajari, Iracema no Estado de Roraima; Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

Sub-Região IV: Tabatinga, Benjamim Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Jutai, Tonantins, no Estado do Amazonas (Fonte Boa, situada fora da Faixa de Fronteira, faz parte da Mesorregião do Alto Solimões).

Sub-Região V: Envira, Guajará, Ipixuna, no Estado do Amazonas; Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá, no Estado do Acre.

Sub-Região VI: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guimar e Xapuri, no Estado do Acre; Boca do Acre, Canutama, Lábrea e Pauini, no Estado do Amazonas.³⁵³

Na sequência, pode-se verificar uma imagem, que compreende a faixa de fronteira de cada arco, com seus respectivos Estados e a distribuição do número de municípios.

Imagem 4 - Distribuição do número de municípios por Estado em cada um dos Arcos na Faixa de Fronteira

Arco	Estado	Quantidade de Municípios
Norte	Amapá	8
	Pará	5
	Roraima	15
	Amazonas	21
	Acre	22
	Total	71
Central	Rondônia	27
	Mato Grosso	28
	Mato Grosso do Sul	44
	Total	99
Sul	Paraná	139
	Santa Catarina	82
	Rio Grande do Sul	197
	Total	418
TOTAL DE MUNICÍPIOS		588

Fonte: (BRASIL, 2010, p. 18).³⁵⁴

³⁵³ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais - SPR. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* - PDF. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009, p. 59, grifos do autor. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

³⁵⁴ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010, p. 18. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixaFronteira.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

O Arco Norte tem uma grande relevância estratégica para a economia do país. Segundo o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, ele:

[...] abrange a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. Apesar de também fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e outros indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar a Faixa de Fronteira de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso, outro Estado componente da Amazônia Legal). Diferenças na base produtiva, posição geográfica e predomínio de população indígena foram os principais critérios para a definição das sub-regiões do Arco Norte. Apesar de fluxos migratórios procedentes de outras regiões do país (principalmente nordestina), a Faixa de Fronteira Norte constitui um “arco indígena”, tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva) como da identidade territorial (importância étnico-cultural indígena mesmo fora das áreas de reserva). As sub-regiões identificadas são: (I) Oiapoque-Tumucumaque; (II) Campos do Rio Branco; (III) Parima - Alto Rio Negro; (IV) Alto Solimões; (V) Alto Juruá; (VI) Vale do Acre-Alto Purus.³⁵⁵

Destarte, Oscar Medeiros Filho, alerta acerca da necessidade da composição regional estratégica, com ênfase na soberania nacional e integração regional, com papel relevante para a defesa da região Amazônica, sobretudo, a partir da década de 1980, com a intensificação da presença militar nesta região, com base no interesse tanto pela sua posição geográfica em relação a outros países sul-americanos, quanto as diferentes estratégias geopolíticas utilizadas pelo Estado e pelas forças militares.³⁵⁶

Por outro lado, os economistas do IPEA Bolívar Pêgo e Rosa Moura, contextualizam no livro *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Norte*, uma fala proferida por Alessandra Vilhena, Coordenadora Geral de Planejamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima - (SEPLAN/RR), feita na atividade de um Grupo de Trabalho, acerca das especificidades do Arco Norte, com ênfase no Estado de Roraima.³⁵⁷

Desta forma, à luz dos esclarecimentos da coordenadora em tela, os autores especificam que a Faixa de Fronteira possibilita várias oportunidades, tanto no sentido de desenvolvimento,

³⁵⁵ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 52. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

³⁵⁶ MEDEIROS FILHO, Oscar. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 14, n. 49, pp. 77-97, 21 jan., 2020, p. 87. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/2965>. Acesso em: 20 abr. 2023.

³⁵⁷ PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa. Apresentação da Atividade: o Arco Norte, a Pesquisa Fronteira e o Trabalho em Grupo. In: PÊGO, Bolívar; et al. *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Norte*. Rio de Janeiro: IPEA, MI, 2018, pp. 112-113.

quanto de integração. Desde modo, ressaltou-se o papel de Roraima, que por se tratar de um Estado voltado para a região de fronteira, apresenta aspectos positivos e negativos.³⁵⁸

No que diz respeito aos aspectos positivos, ressaltou-se à adequação correta da largura da Faixa de Fronteira, correspondente aos 150 km determinados pelo ordenamento jurídico vigente. No tocante às dificuldades, citaram-se questões de ordem geral, como a necessidade de regulamentação no trânsito de cargas e pessoas, o gargalo dos voos transfronteiriços, (demanda e atividades irregulares em TI indígena). Além de outros fatores que impactam o cotidiano das pessoas, tanto na oferta de serviços, quanto na necessidade de uma maior atenção e efetividade aos habitantes locais pelo Sistema Único de Saúde SUS, além de uma intensificação nas medidas feitas pela vigilância sanitária, setores de segurança, economia e serviços públicos.³⁵⁹

No sentido logístico, o eixo de circulação de produtos do Arco Norte sofre com algumas limitações para a interligação das áreas de produção com os principais portos, tendo o Rio Amazonas como o principal eixo de circulação e escoamento desses produtos, como se pode observar abaixo:

Seu principal eixo de circulação, o Rio Amazonas, articula a faixa de fronteira e a Região Amazônica à Colômbia e ao Peru. Dois eixos de articulação rodoviária com os países vizinhos encontram-se parcialmente estabelecidos: a rodovia Transamazônica em direção ao Peru (leste-oeste) e o eixo do Caribe, sentido norte-sul, na direção da Venezuela e Guiana. Estes cortam ou estão nas proximidades de reservas extrativistas, áreas indígenas e unidades de conservação.³⁶⁰

A esse respeito, é possível inferir que existem inúmeras dificuldades para a circulação de produtos nos portos da região. Para complementar essa rede, existem dois eixos rodoviários parcialmente estruturados: a rodovia Transamazônica, que se dirige para o Peru no eixo leste-oeste, e o eixo do Caribe, que se estende na direção norte-sul, rumo à Venezuela e à Guiana.

³⁵⁸ PÊGO; MOURA, *Apresentação da Atividade...*, pp. 112-113.

³⁵⁹ PÊGO; MOURA, *Apresentação da Atividade...*, p. 112.

³⁶⁰ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010, p. 19. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixadeFronteira.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

Imagem 5 - Arcos da Faixa de Fronteira



Fonte: Medeiros Filho (2000, p. 87).³⁶¹

Como demonstrado por Medeiros Filho na imagem acima, a disposição do Arco Norte, integra uma importante Faixa de fronteira, contudo, chama-nos a atenção, a falta de infraestrutura logística, a carência de serviços básicos de saúde e educação em algumas áreas, como nos casos das áreas indígenas e ribeirinhas, além de questões relacionadas à segurança pública e à proteção ambiental, que precisam de mais atenção por parte do poder público.

2.5 Conflitos, independências e tensões territoriais no século XIX

Mesmo após os embates, acertos e desacertos travados entre portugueses e espanhóis, nos casos dos tratados de Madri, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz, as disputas pelas demarcações e controles de fronteira permaneciam de duas formas, conforme o entendimento da Espanha e conforme o entendimento de Portugal.³⁶²

³⁶¹ MEDEIROS FILHO, Oscar. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 14, n. 49, pp. 77-97, 21 jan., 2020, p. 87. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/2965>. Acesso em: 20 abr. 2023.

³⁶² CORTESAO Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*: tomo II. Brasília, DF: FUNAG, 2022, pp. 387-388.

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, surgiram movimentos de independência, sobretudo na América hispânica, com a tentativa da formação de confederações republicanas, livres da influência da metrópole espanhola. Isso se deu por alguns fatores específicos, como a insatisfação dos criollos³⁶³ frente aos benefícios dos chapetones.³⁶⁴

Além disso, ocorreram insurgências de povos indígenas e afrodescendentes, igualmente insatisfeitos com o monopólio colonial. Soma-se a isso, um cenário externo que trouxe à baila uma instabilidade política provocada pelo período pós-Napoleão no poder, além da disseminação das ideias iluministas.

A situação se agravou com as abdições ao trono espanhol dos reis, Carlos IV e de seu filho e sucessor, Fernando VII, em favorecimento a Napoleão Bonaparte, que indicou seu irmão ao trono espanhol, sob o título de José I.³⁶⁵ As intenções de Napoleão dominar as possessões americanas logo ficaram claras, como podemos observar abaixo:

Napoleão Bonaparte, sob o pretexto de invadir Portugal, angariou com Carlos IV, rei da Espanha, a autorização de introduzir as tropas francesas pelo território espanhol. Desta forma justificava a necessidade de entrada no território como caminho até Portugal. Inicialmente, o diálogo foi feito de maneira estratégica por Carlos IV, pois qualquer tipo de desentendimento com Napoleão – e suas tropas – não era a melhor opção. Além disso, a recente Revolução Francesa, então republicana, representava uma ameaça ao poder monárquico espanhol, e a melhor saída no caso de negociações com Bonaparte seriam acordos – jamais discórdias. É assinado então entre Espanha e França o Tratado de Fontainebleau na Convenção Secreta. Assim, a França afirmava ter por objetivo alcançar Lisboa através do território espanhol.³⁶⁶

Por outro lado, com o acordo feito para a renúncia ao trono por parte dos monarcas espanhóis, o sentimento de vácuo no poder tomou conta das colônias espanholas na América, sobretudo na Argentina e no Uruguai, com a latente insatisfação dos criollos. Esse avanço Napoleônico no domínio da política francesa, capitaneado pelo bloqueio continental³⁶⁷ e das ameaças belicosas de invasão ao território português, além da sua ambição rumo à conquista

³⁶³ Eram filhos de espanhóis que nasceram na América e não detinham os mesmos privilégios que os chapetones.

³⁶⁴ Espanhóis legítimos.

³⁶⁵ Este episódio ficou conhecido como Abdições de Baiona, pelas abdições terem ocorridas na cidade homônima francesa.

³⁶⁶ COLVERO, Ronaldo Bernardino. O retorno de Fernando VII ao trono: repercussão na América Espanhola e Portuguesa. *Semina* - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 18, n. 3, pp. 102 - 115, dez, 2019, p. 104. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10503/114114957>. Acesso em: 23 ago. 2023.

³⁶⁷ O Bloqueio Continental decretado por Bonaparte, em novembro de 1806, tinha como meta o enfraquecimento da economia inglesa, um obstáculo fundamental aos objetivos expansionistas da França. O bloqueio exigia – sob ameaça de invasão militar – que todos os países da Europa se fechassem ao comércio britânico a fim de que a economia inglesa entrasse em colapso. Cf. MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015, p. 7.

das possessões luso-espanholas na América, aceleraram a chegada da família real ao Brasil, em meados de 1808, como vemos a seguir:

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil aconteceu em meio a uma conjuntura política europeia muito delicada: as guerras napoleônicas que assolavam a paz no Velho Mundo (1805-1815). Nesse período, Napoleão não apenas destituiu dinastias e refez o mapa da Europa, como também insuflou um povo inteiro com a mística da nação. Já nos territórios conquistados, implantou uma série de valores da Revolução Francesa, cuja contribuição foi decisiva para o nascimento da política no sentido moderno.³⁶⁸

Paralelo a esse acontecimento, no mesmo ano, a Inglaterra cobrou a dívida a Portugal pelo apoio concedido na escolta da corte para o Brasil. Isso se concretizou com a promulgação da carta régia assinada pelo Príncipe-regente português D. João de Bragança, que decretou a abertura dos portos às nações amigas, no dia 28 de janeiro de 1808, em Salvador, acabando com o antigo pacto colonial.

Nesse sentido, o professor Antonio Penalves Rocha, argumenta que esse processo de abertura dos portos demonstra uma latente articulação para a convergência de interesses entre lusos e ingleses, à medida que a implantação do livre comércio no Brasil atendeu tanto aos interesses monárquicos, quanto outros interessados, haja vista a nova situação em que a corte portuguesa se encontrava em terras tupiniquins, que beneficiava além do comércio inglês, os monocultores escravocratas, em ambos os casos, apoiaram as ações do governo.³⁶⁹

Isso revoltou os colonos locais, que perderiam parte dos seus lucros para os comerciantes ingleses, e deixou D. João VI apreensivo quanto ao recuo do apoio político local às pretensões da corte. Mesmo assim, no dia 19 de fevereiro de 1810, foram assinados entre Portugal e Inglaterra os Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade, ratificados posteriormente, pelas cartas de lei de 26 de fevereiro de 1810 e reforçados pelo Decreto de 15 de março de 1810, que remeteu à mesa de despacho marítimo a cobrança de ancoragens das embarcações estrangeiras.

Contudo, existia um atenuante para essa cobrança, outro Decreto posterior, publicado no dia 18 de outubro de 1810, liberou o pagamento de apenas 15% das mercadorias inglesas importadas pelos portugueses, como se pode observar abaixo:

Estando estabelecido no art. 15 do Tratado do Commercio de 19 de Fevereiro do corrente anno, celebrado entre a minha Real Corôa, e o meu antigo e fiel Alliado El-Rei da Grande Bretanha, que todos os generos, mercadorias e

³⁶⁸ MEIRELLES, *A família real no Brasil...*, p. 7.

³⁶⁹ ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo, Editora 34, 2001, p. 37.

artigos da produção, manufactura, industria ou invenção dos domínios e dos vassallos Britannicos, paguem por estrada somente 15% de direitos; e não sendo conforme nem à razão e à justiça, nem à igualdade que convém haver nas transacções mercantis, que os meus vassallos paguem maiores direitos pelos mesmos generos e mercadorias, o que impediria o augmento e prosperidade do commercio nacional, que muito desejo adiantar e promover em benefício da riqueza e felicidade pública: sou servido ordenar, que os sobreditos generos e mercadorias de produção, manufactura, industria ou invenção inglesa, que por conta dos meus fieis vassallos forem importados nas Alfandegas do Reino, deste Estado do Brazil e Domínios Ultramarinos em navios nacionais ou estrangeiros, paguem por entrada 15% somente, derogados nesta parte a Carta Régia de 28 de Janeiro, e o Decreto de 16 de Junho de 1808, ficando em tudo o mais em seu inteiro vigor e plena observância. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1810.³⁷⁰

Outrossim, analisando essas manobras jurídicas utilizadas entre portugueses e ingleses, duas coisas chamam a atenção, uma delas, acerca das assinaturas dos tratados, com o beneficiamento da entrada dos produtos ingleses, e a outra, que também estava pautada nos interesses ingleses na extinção do tráfico de pessoas escravizadas da África para a América, já que com ascensão da revolução industrial, era mais rentável para os eles venderem os seus produtos industrializados a um número maior de possíveis consumidores, do que propriamente continuar com tráfico de pessoas via oceano atlântico, que demandava maiores recursos financeiros e humanos.

Na esteira desses acontecimentos, a própria Inglaterra, mediante interesses econômicos, demonstrou interesse no processo de independência espanhola, estimulou a união das duas potências ibéricas e as ajudou a romper bloqueio continental Napoleônico e vencê-lo no ano de 1813. Mesmo com a saída de Napoleão do cenário político, percebia-se um clima diferente entre as colônias lusas e hispânicas na América.

Enquanto a América espanhola fervilhava com a alternância de poder, a América portuguesa estava passando por um momento de reorganização sociopolítica. Com a mudança da Família Real para o Rio de Janeiro e a utilização do aparato administrativo a fim de promover mudanças estruturais significativas na colônia, além da antecipação do processo de independência.

³⁷⁰ BRASIL. Decreto de 18 de outubro de 1810. *Manda que só paguem 15% de direitos de entrada os generos e mercadorias inglezas importadas por conta de portugezes*. Collecção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891, pp. 216 - 217. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/Legimp-B1_58.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

Entretanto, ainda havia uma preocupação por parte da coroa portuguesa com a região do Prata, demonstrando a nítida vontade de ampliação dos limites territoriais lusitanos na parte das colônias espanholas na América. Essa preocupação portuguesa com o avanço de limites no Brasil, muito se deu pelo cenário vivenciado nas colônias espanholas, desde os movimentos insurgentes ocorridos no Peru em 1780³⁷¹ e em Nova Granada em 1781.³⁷²

Os conflitos ocorridos pela independência latino-americana, vão ao encontro do discurso colonialista, ancorados na exploração da mão de obra indígena e africana. No caso dos índios, nota-se na citação abaixo, como se deu parte do processo colonizatório luso-hispânico:

O avanço da colonização ibérica no Novo Mundo ocorreu, em grande parte, à custa das populações nativas. Grupos de diferentes troncos linguísticos e traços culturais distintos povoavam a atual América do Sul. Os espanhóis encontraram sociedades muito complexas e organizadas, ou resquícios das mesmas, como foi o caso dos Impérios Inca (a população estimada no momento do contato era de doze milhões de pessoas), Maia e Asteca. Os portugueses também encontraram um mosaico de grupos, que contava com cinco a dez milhões de pessoas. Em muitos casos, havia relações de dominação entre os diferentes povos e a chegada dos europeus representou uma transferência dessa dominação.³⁷³

Apesar de terem interesses em comum, espanhóis e portugueses se estruturaram de formas administrativas diferentes em suas colônias. No caso espanhol, elas foram divididas basicamente “em quatro grandes vice-reinados, [...] o Reino da Prata, o Peru, a Nova Granada e a Nova Espanha, além de algumas capitânicas. Os vice-reis e capitães gerais eram subordinados ao Conselho Real e Supremo das Índias”.³⁷⁴

³⁷¹ Ocorrida no ano de 1780, foi liderada por um descendente mestiço dos índios da etnia curaca misturada com criollos chamado José Gabriel Condorcanqui, que após ter estudado em Lima, na Universidade de São Marcos, teve contato com as ideias emancipatórias iluministas e a história do líder inca Tupac Amaru, que resistiu aos espanhóis no início do processo de colonização. Ele então passou a auto denominar-se Tupac Amaru II e lutou contra as forças hispânicas com o apoio de parte da elite crioula. Contudo, após intensificação do movimento de resistência e a popularização das ideias revolucionárias de Tupac Amaru II, grande parte da elite crioula retirou o seu apoio, pois, a generalização do conflito feriu alguns dos seus interesses políticos e econômicos, culminando com a prisão, tortura e morte em 1781.

³⁷² Nova Granada foi um Vice-Reino espanhol, fundado em 27 de maio de 1717, numa região que atualmente corresponde ao Panamá, Colômbia, Equador e Venezuela. No ano de 1781, o chamado Movimento Comunero, basicamente composto por índios, mestiços e criollos, atentou contra a dominação espanhola na região. Contudo, após a saída dos criollos do movimento e sua mudança de lado, passando a apoiar os espanhóis, houve uma grande derrocada, e as elites coloniais espanholas saíram-se vitoriosas. Entretanto, mais adiante, uma série de outros movimentos seriam influenciados pela coragem dos Comuneros.

³⁷³ DORFMAN, Adriana.; FRANÇA, Arthur Borba Colen; ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *Fronteiras Sul-americanas: História, formas e processos contemporâneos. Anuário UNBRAL das Fronteiras Brasileiras*, v. 2, pp. 97-123, 2015, pp. 102-103. Disponível em: <https://www.editoraletra1.com.br/epub/2525-913X/2015-2/10218262525-913x-2015-2p97-123.pdf#page=1/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

³⁷⁴ DORFMAN; FRANÇA; ASSUMPÇÃO, *Fronteiras Sul-americanas...*, p. 103.

No caso luso, tivemos inicialmente a exploração de madeira e, posteriormente, houve a predominância do sistema de capitanias hereditárias, seguido pelos governos gerais. É necessário frisar, que este contexto administrativo, também está atrelado à expansão do cristianismo no Novo Mundo e a influência da Companhia de Jesus nas missões de catequese indígena, acabaram servindo de balizas fronteiriças, principalmente nas regiões dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai.

No ano de 1759, ocorreu um fato que mudou os rumos do processo de demarcação territorial no Brasil. Trata-se do episódio da expulsão dos jesuítas, sob à alegação da Coroa Portuguesa de que eles tinham laços de amizade com os conspiradores que haviam planejado, um ano antes, a morte do rei D. José I.

O responsável direto pela expulsão foi o Marquês de Pombal, que, entre outras alegações, afirmou que os jesuítas não estavam colaborando nas ações das expedições para fins demarcatórios, atrapalhando desta forma as pretensões expansionistas da administração colonial portuguesa.

No século seguinte, os movimentos insurgentes pela independência se alastraram entre as colônias ibéricas, principalmente nas colônias espanholas, com destaque para o vice-reino do Prata e Nova Granada. Isso, em grande parte, deveu-se em um primeiro momento à questão da guerra pela independência espanhola, que ocorreu entre os anos de 1808 a 1814.

Nesse intervalo de tempo, enquanto espanhóis e franceses batalhavam, ainda no contexto dos embates contra Napoleão Bonaparte, ocorrerem alguns processos de proclamações de independência na América hispânica, como nos casos da Venezuela e do Paraguai, em 1811, das Províncias Unidas do Prata (Argentina), em 1813 e do Chile, entre os anos de 1810 e 1814.

Um caso peculiar que chama a atenção foi a divisão de Nova Granada, ocorrida no ano de 1811, com o desmembramento territorial nos respectivos estados de Quito, Cundinamarca (atual Colômbia) e Nova Granada, este último, apesar de preservar o mesmo nome, ficou com um território menor em relação ao seu território homônimo original, fato que, posteriormente, foi motivo de disputas territoriais, comandadas por Simon Bolívar visando obter centralidade política.³⁷⁵

A derrota napoleônica trouxera ainda outros desdobramentos imediatos, principalmente com a assinatura do Tratado de Valençay em 1813, que devolveu o trono espanhol a Fernando

³⁷⁵ FREDRIGO, Fabiana de Souza. As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX: leituras da correspondência bolivariana. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, n.º 38, pp. 293-314, jul/dez, 2007, p. 305. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/wMQ3yWQyJQzDbKJD7vy9TQN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2023.

VII. No início do ano seguinte, ele restaurou o absolutismo monárquico e voltou novamente seu interesse para as colônias hispânicas na América do Sul.³⁷⁶

O envio de tropas para a reconquista da soberania dos territórios que haviam se declarados independentes, foi uma das suas primeiras atitudes ao voltar ao poder. Como consequência disso, houve uma série de prisões das principais lideranças envolvidas, com o exílio da maioria delas. Das colônias que se autoproclamaram independentes, apenas o Paraguai em 1811 e a Argentina em 1813 (ambas as províncias pertencentes à antiga região do Vice-Reino do Rio da Prata), conseguiram permanecer independentes da coroa espanhola, o restante, tiveram que reiniciar as lutas pela independência, mas desta vez, com o apoio mais explícito dos ingleses e norte-americanos.³⁷⁷

Logo, depois disso, ocorreram as independências do “Chile em 1818; Peru em 1821; Colômbia (Nova Granada) em 1819; Venezuela em 1821; Equador em 1822 [...]”.³⁷⁸ Segundo os autores em tela, a união da Venezuela com a Nova Granada, Panamá e o Equador formou a República da Gran Colômbia, que durou até meados de 1831.³⁷⁹

Ainda de acordo com Dorfman, França e Assumpção, os processos emancipatórios do Peru e da Bolívia pôs fim ao poderio espanhol na América hispânica. Já no caso da banda oriental, o Uruguai ainda se viu envolvido em disputas entre as coroas ibéricas, além de reivindicações de expansão territorial do Brasil e da Argentina, tornando-se independente, só no ano de 1828, por intermédio do Tratado de Montevideu.³⁸⁰

No que tange à questão da independência do Brasil em relação a Portugal, alguns fatores foram primordiais para o seu desencadeamento, como a influência das ideias iluministas que pairavam na cabeça do Marquês de Pombal, adepto ao despotismo esclarecido, que além da expulsão dos jesuítas, também aumentou os impostos sobre a mineração, causando insatisfação na colônia. Soma-se a isso, a crescente disseminação de movimentos insurgentes na América do Sul, motivados ao longo do século XVIII, por fatores externos como a independência dos EUA (1776), e a Revolução Francesa (1789).

Mesmo que de maneira gradativa, o início do século XIX foi um divisor de águas para o processo de independência do Brasil, como visto anteriormente, a partir de fatos que foram decisivos para esta empreitada, como a chegada da corte portuguesa em 1808, a abertura dos

³⁷⁶ COLVERO, *O retorno de Fernando VII ao trono...*, pp. 110-111.

³⁷⁷ DORFMAN; FRANÇA; ASSUMPÇÃO, *Fronteiras Sul-americanas...*, pp. 105-106.

³⁷⁸ DORFMAN; FRANÇA; ASSUMPÇÃO, *Fronteiras Sul-americanas...*, p. 106.

³⁷⁹ Inclui-se também neste contexto territorial a Guiana Essequiba, além de outros territórios que se tornariam parte do Brasil, Peru e da Nicarágua, por força da celebração de acordos internacionais futuros.

³⁸⁰ DORFMAN; FRANÇA; ASSUMPÇÃO, *Fronteiras Sul-americanas...*, p. 106.

portos para os ingleses em 1810 e, finalmente, quando a elite brasileira teve a percepção que os portugueses não estavam dispostos a soltar as rédeas coloniais administrativas, mesmo com a quebra do pacto colonial com o aceno comercial feito à Inglaterra.

Portanto, nota-se, que a independência do Brasil em 1822, foi muito mais por uma questão política e administrativa, principalmente devido às reivindicações ocorridas no ano de 1820 com a Revolução do Porto, do que propriamente, como ocorrera nas colônias hispânicas, onde predominou os movimentos de independência.

Com isso, o caso da independência brasileira difere dos processos da América hispânica, principalmente pela manutenção de um sistema escravocrata, conservador e mantenedor das elites rurais, fato que gerou profundas insatisfações ao longo do século XIX e não sacramentou a questão das divisões fronteiriças, há já vista a conturbada anexação do Uruguai em 1816, culminando com a Guerra da Tríplice Aliança, além do crescente movimento bolivariano, em particular, os que ocorriam na fronteira Norte.

O século XIX, ainda traria outras consequências para as pretensões luso-brasileiras no tocante às disputas territoriais, protagonizado desta vez com a Inglaterra. Trata-se da questão do rio Pirara, que envolveu um imbróglia na fronteira com a Guina Inglesa, como veremos a seguir.

2.6 A Questão Pirara e a Fronteira Brasil/Guiana

Em meados da primeira metade do século XIX, iniciou-se uma disputa territorial, com desdobramentos diplomáticos e jurídicos entre o Brasil e a Inglaterra pela região que compreende a fronteira da Guiana com o atual Estado de Roraima. Para a historiadora Mariana Cunha Pereira, a colonização do território que atualmente corresponde à Guiana Inglesa, passou por várias fases de dominação de países distintos, quando ainda não estava unificada.³⁸¹

Os primeiros contatos com os colonizadores espanhóis ocorreram no final do século XV, efetivamente no ano de 1499, e se estendeu até o século XVI, com o nome de Guiana Essequibo, quando parte do território ainda integrava o que hoje corresponde à Venezuela. Entre os séculos XVII e XIX, as três colônias ainda não unificadas de “Essequibo, Demerara e Berbice, passaram a domínio holandês, de 1648 a 1814 [...], posteriormente, ainda no século XIX, passaram ao

³⁸¹ PEREIRA, Mariana Cunha. A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi na fronteira Brasil – Guiana. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 28, pp. 223-234, jul./dez., 2015, p. 225. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/3393/1905>. Acesso em: 04 fev. 2023.

domínio inglês”.³⁸² Nesse sentido, “As colônias inglesas Essequibo, Demerara e Berbice foram unificadas em 1831 com o nome de Guiana Inglesa”.³⁸³

Conforme o consultor legislativo da Câmara dos Deputados José Theodoro Mascarenhas Menck, em 1835 foi enviado para uma expedição na Guiana Inglesa o explorador e Diplomata Saxão, mas, naturalizado inglês, Robert Hermann Schomburgk.³⁸⁴ Já o Diplomata Synesio Sampaio Goes Filho, descreve que ele veio para esta empreitada, com o apoio da *Royal Geographical Society*, uma empresa privada com sede na cidade de Londres, que já havia explorado outros territórios nos continentes asiático e africano.³⁸⁵

Até então, nem os ingleses, nem os holandeses, antecessores daqueles na soberania sobre a atual Guiana, manifestaram dúvidas sobre os limites com o Brasil. Reconheciam como brasileira a região dos rios formadores do rio Branco (o Pirara inclusive) e dos outros afluentes da margem esquerda do Amazonas. Tal como reconhecíamos como inglesa a região drenada pelos formadores do Essequibo e do Courantyne, rios que deságuam no Atlântico, não pertencendo, portanto, à bacia hidrográfica do Amazonas.³⁸⁶

Ainda segundo Goes Filho, Schomburgk retornou à região entre os anos de 1837 e 1838, mas, desta vez, para prestar serviço direto ao governo inglês, deparando-se com a ausência militar na região do rio Pirara.³⁸⁷ Aproveitando-se desta fragilidade e sob o argumento de proteger parte da população local, “Schomburgk teria conseguido do bispo anglicano de Barbados um missionário religioso para a área, por meio do qual a Inglaterra consolidaria o domínio da região”.³⁸⁸

Conforme Menck, vários documentos da Igreja Missionária já indicavam à tentativa de ocupação pretérita da região do Pirara, desde o ano de 1829, através da ação missionária, conduzida, inicialmente, por John Armstrong e, posteriormente, pelo pastor anglicano Thomas Youd.³⁸⁹

A partir de 1840, Schomburgk passou a defender abertamente junto ao governo inglês, um novo ordenamento de fronteira para a Guiana Inglesa, tendo como referência na parte Sul a Serra do Acaraí e na parte leste os rios Tacutu e Cotingo, ficando essa linha conhecida como

³⁸² PEREIRA, *A memória de brasileiros e guianenses...*, p. 225.

³⁸³ PEREIRA, *A memória de brasileiros e guianenses...*, p. 225.

³⁸⁴ MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A Questão do Rio Pirara (1829-1904)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 25.

³⁸⁵ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 101.

³⁸⁶ GOES FILHO, *As fronteiras do Brasil...*, pp. 101-102.

³⁸⁷ GOES FILHO, *As fronteiras do Brasil...*, p. 102.

³⁸⁸ MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 41.

³⁸⁹ MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 41.

Schomburgk Line.³⁹⁰ Uma publicação feita neste mesmo ano por Schomburgk, chamada: *Description of British Guiana*, influenciou nas futuras ações e pretensões do governo inglês para a região do rio Pirara.³⁹¹

Em 1842, ambos os Governos resolvem neutralizar a zona em litígio, mas o fazem de forma prejudicial ao Brasil: não só a área do Pirara era considerada litigiosa, mas também a dos rios Cotingo, Maú e Tacutu, todos formadores do rio Branco.³⁹²

Como visto acima, estava estabelecida e consolidada uma disputa fronteiriça entre o Brasil e a Inglaterra, que contaria com algumas tentativas de acordos que ocorreriam em anos posteriores, mas sem sucesso, até a sua resolução no ano de 1904. Entretanto, antes disso, Menck aponta que:

Durante o século XIX, o Brasil teve seus dois únicos incidentes territoriais com a Inglaterra: o primeiro versou acerca da posse e domínio de um pequeno arquipélago atlântico, localizado a 1.112 quilômetros da costa do Brasil, na latitude do Espírito Santo, cujas principais ilhas são as de Trindade e Martim Vaz,³⁹³ já o segundo relacionou-se com a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guiana inglesa.³⁹⁴

Segundo com Goes Filho, entre os anos de 1890 e 1900, foram feitas tentativas fracassadas de acordo, por intermédio do Ministro plenipotenciário do Brasil na Inglaterra, Artur de Souza Correia. Contudo, cinco anos antes, em 1895, os ingleses resolveram ocupar a ilha de Trindade,³⁹⁵ “incorporando-a, assim como Martim Vaz, ao território britânico”.³⁹⁶

Já para o Diplomata Martin Normann Kämpf, este episódio de ocupação ocorreu no ano de 1895.³⁹⁷ Destarte, conforme o professor Virgílio Caixeta Arraes, isso fazia parte de uma estratégia da política imperialista inglesa de anexação territorial, que após ter sido contemplada

³⁹⁰ GOES FILHO, *As fronteiras do Brasil...*, p. 102.

³⁹¹ MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 509.

³⁹² GOES FILHO, *As fronteiras do Brasil...*, p. 103.

³⁹³ O arquipélago, objeto do primeiro litígio, fora descoberto, em 1501, pelos portugueses. Transformado em capitania, foi, em 1539, doada a Belchior Camacho, porém ficara desocupado até 1700, quando Edmundo Halley dele tomou posse, em nome da Inglaterra. Nenhuma colonização foi feita, entretanto. Setenta e cinco anos depois, James Cook aportou nas ilhas. Em 1782, os britânicos tentaram colonizá-las. Portugal protestou e, quando a Inglaterra desocupou as ilhas, preocupou-se em mandar para lá uma expedição de colonos militares e agrícolas. Em 1797, diante das dificuldades resultantes da aridez do solo vulcânico, a tentativa de colonização lusitana foi abandonada, não mais se repetindo a experiência, não obstante as periódicas visitas feitas ao local ao longo do século XIX, fosse pelos franceses - em 1817, 1825 e 1829 -, fosse pelos brasileiros - em 1825, 1846, 1871 e 1873. Cf. MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 49.

³⁹⁴ MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 49.

³⁹⁵ GOES FILHO, *As fronteiras do Brasil...*, p. 103.

³⁹⁶ MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 50.

³⁹⁷ KÄMPF, Martin Normann. *Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)*. Coleção relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2016, p. 9.

pelo Brasil em suas pautas comerciais no início do século XIX, resolveu distanciar-se dele, e se impôs sobre o continente africano na segunda metade do mesmo século, pelas novas pretensões exploratórias, como se pode observar abaixo:

A ocupação da ilha da Trindade revestiu-se de significados diferentes para ambas as nações: para a Grã-Bretanha, a anexação de territórios ou a colocação de áreas sob sua zona de influência era um ato rotineiro desde a segunda metade do século XIX, quando a competição entre os países europeus passou a desenvolver-se mais intensamente fora da Europa, o que acarretou a partilha da África e Ásia; por outro lado, para o Brasil, sob a vigência de um regime que não conseguia firmar-se ainda internamente, exprimia uma ação despropositada e inesperada, por parte de um antigo aliado, que, em detrimento de interesses comuns, espoliava-o para a satisfação comercial do setor telegráfico, um dos mais importantes, na época.³⁹⁸

Para o autor acima, esse conflito foi uma forma de Portugal tentar se reaproximar do Brasil, já que os países haviam cortado relações um ano antes, devido à Revolta Armada.³⁹⁹ Portugal colaborou no processo de resolução do conflito, culminando com a devolução do território ao Brasil, com a ressalva da permissão a possíveis solicitações inglesas de utilização da ilha para fins telegráficos. Contudo, não registros oficiais nos arquivos do Itamaraty que indiquem a autorização para a instalação de uma estação telegráfica na Ilha da Trindade.⁴⁰⁰

De volta ao caso do rio Pirara, conforme aponta José Theodoro Mascarenhas Menck, o presidente da Província do Grão-Pará, brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréia, tratou de expulsar o missionário inglês da região, trocando-o por outro da ordem Carmelita. Contudo, Schomburgk havia voltado da Inglaterra com ordens expressas para reclamar a posse da parte oeste do rio Rupununi e da parte leste do rio Branco.⁴⁰¹

Entre os anos de 1841 e 1842, o litígio entre Brasil e Inglaterra continuou pelo interesse da região do rio Pirara. Contudo, após assinatura de um acordo entre as partes, o território foi

³⁹⁸ ARRAES, Virgílio Caixeta. A presença britânica na ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília - DF, v. 39, n.153, pp. 241-253, 2002, p. 242. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/760/R153-18.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 04 fev. 2023.

³⁹⁹ A Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893 foi um conflito que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. O conflito mobilizou a maior parte da esquadra brasileira, inicialmente liderada pelo almirante Custódio de Melo, contra o governo do Marechal Floriano Peixoto. Durante seis meses os navios de guerra da Marinha, fundeados na baía de Guanabara, apontaram seus canhões para Capital Federal reivindicando a renúncia do Vice-Presidente da República, que exercia o cargo máximo do Executivo. Cf. SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Entre barcos e telegramas: a crise do asilo diplomático depois do fim da Revolta da Armada (1894). *Revista Antíteses*, v. 7, n. 13, pp. 134-157, jan./jun., 2014, p. 135. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/16551>. Acesso em: 24 abr. 2023.

⁴⁰⁰ KÄMPF, *Ilha da Trindade...*, pp. 183-184.

⁴⁰¹ MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 52.

declarado neutro, até que uma decisão definitiva fosse tomada a seu respeito, com a ressalva da não intervenção militar dos países interessados na área limítrofe.

Todavia, Schomburgk ignorou o acordo, e tentou ratificar os limites fronteiriços em favor dos ingleses a todo o custo. Isso desagradou o governo brasileiro, que protestou junto à Inglaterra, que, por outro lado, recuou temporariamente, ordenando que todos os marcos demarcatórios fossem retirados e houvesse o retorno imediato da expedição exploratória inglesa na região do rio Pirara.⁴⁰²

Em 1895, o problema voltou à ordem do dia, quando um boato de que a Inglaterra voltara a ocupar, *manu militari*, o território neutro, convulsionou a cidade do Rio de Janeiro. Três anos mais tarde, quando o ministro brasileiro em Londres protestou contra a expedição promovida pelas autoridades da Guiana inglesa, lorde Salisbury respondeu que o funcionário inglês que entrara na zona neutra apenas realizara uma visita de inspeção e que sequer houvera sido içado o pavilhão britânico, muito menos proclamada a soberania inglesa sobre a área. Londres, assim expressou-se o ministro, já ordenara a retirada do único posto estabelecido pela expedição.⁴⁰³

Mesmo com a retirada inglesa do posto, como visto acima, a questão da disputa territorial entre os dois países estava longe de ser resolvida e ainda duraria mais alguns anos. No início do século XX, mais precisamente, no ano de 1901, o caso foi encaminhado ao rei da Itália, Vítor Emanuel III, para que houvesse uma análise dos pedidos feitos por ambas as partes e se chegasse a um consenso, com uma decisão definitiva, que gerasse segurança jurídica ao vencedor do pleito.

Sendo assim, “coube a Joaquim Nabuco defender os interesses brasileiros, apresentados em dezoito volumes, cuja conclusão expunha o seguinte parecer: o Brasil sustenta que a Inglaterra não tem direito algum a atravessar o Rupununi e estabelecer-se na bacia do Amazonas”.⁴⁰⁴

A análise do pedido se estendeu ainda por alguns anos, tendo o resultado só saindo por volta de 1904, especificamente no dia 06 de junho daquele ano. O rei italiano alegou que os argumentos defendidos por brasileiros e ingleses sobre o território em questão, não eram

⁴⁰² Parte deste recuo inglês, deve-se ao fato da resistência do Brasil à renovação ou assinatura de novos acordos comerciais com os ingleses, até o conflito territorial ser resolvido. De fato, a não assinatura ou renovação de acordos pretéritos, como nos casos dos que foram assinados em 1810, prejudicavam os interesses comerciais ingleses, mas, por outro lado, o imperialismo e estratégia anexionista fazia parte de um conjunto de ações muito maior, que alçaria a Inglaterra ao patamar de potência econômica mundial no século XIX.

⁴⁰³ MENCK, A *Questão do Rio Pirara*..., p. 53.

⁴⁰⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – CBDL*, 2022, p. 3. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/ResumoHistoricoGUIANA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

suficientes para determinar com exatidão quais dos dois países tinha o direito à soberania da região do rio Pirara.

Portanto, a base da sua decisão foi assentada “nas características geográficas naturais”,⁴⁰⁵ “estabelecendo que nossa fronteira com a Guiana Inglesa passaria pela serra de Pacaraima, pelos rios Maú, Tacutú e a serra de Acaraí, o que muito se aproximava das pretensões da Inglaterra e ainda lhe garantia acesso à bacia Amazônica”.⁴⁰⁶

Após o anúncio, a Inglaterra acabou sendo a maior beneficiada, pois ficou com a maioria do território pleiteado. Por outro lado, o Brasil não recorreu da decisão, aceitando-a e encerrando a disputa com os ingleses.⁴⁰⁷

Já a fronteira do Brasil com a Guiana, foi ratificada pela Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), tendo como base uma série de documentos oficiais, analisados desde o ano de 1928, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro 6 - Documentos oficiais, atas das comissões mistas e de densificação

Listagem da documentação oficial e seus antecedentes		
Evento – Documento		Data de realização
Convenção Especial e Complementar de Limites e Tratado Geral de Limites		22/04/1926
Relatório do Serviço Executado na Linha Fronteira do Rio Tacutú e Região da Serra da Lua, apresentado ao General Inspetor pelo Major Adjunto Boanerges Lopes de Souza		20/04/1928
Acordo referente à estrutura das Comissões Mistas Brasileiro-Britânicas		18/03/1930
Atas das Conferências da Comissão Mista Brasileiro - Britânica Demarcadora de Limites		
Ata	Data	Local
Ata da Primeira Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	30 de abril de 1930	Fazenda Conceição, margem direita do rio Maú
Ata da Segunda Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	10 de maio de 1930	Fazenda Conceição, margem direita do rio Maú

⁴⁰⁵ MENCK, *A Questão do Rio Pirara...*, p. 53.

⁴⁰⁶ BRASIL. 1ª CBDL, pp. 3-4. “Trata-se de um território com 13.570 quilômetros quadrados, atualmente demarcado por completo”, *Idem*, p. 4.

⁴⁰⁷ O traçado completo da linha divisória do Brasil é obra do começo da República. O grande artífice da chamada “política de limites” foi Barão do Rio Branco: sem guerras, conseguiu consolidar e até ampliar as fronteiras de sua terra, feito dado a poucos. Antes de ser nomeado Ministro, em 1902, já havia sido o vitorioso advogado do Brasil nos arbitramentos das Questões de Palmas, com a Argentina (1895), e do Amapá, com a França (1900); além de ter feito o estudo preliminar da Questão do Pirara, com a Inglaterra (1904). Cf. GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013, pp. 18-19.

Ata da Terceira da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	13 de novembro de 1930	Acampamento britânico de Soni-wao, margem direita do rio Tacutú
Ata da Quarta Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	03 de fevereiro de 1931	Fazenda Conceição, margem direita do rio Maú
Ata da Quinta Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	07 de janeiro de 1932	Acampamento britânico de Arabopo
Ata da Sexta Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	14 de novembro de 1932	Acampamento brasileiro próximo ao marco B/5, margem esquerda do rio Tacutú
Ata da Sétima Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	03 de fevereiro de 1933	Acampamento da Comissão Brasileira, margem do rio Tacutú, confluência do Wamuriak
Ata da Oitava Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	25 de junho de 1936	Paramaribo, capital do Suriname
Ata da Nona Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	08 de agosto de 1938	Belém, capital do estado do Pará
Ata da Décima Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	09 de agosto de 1938	Belém, capital do estado do Pará
Ata da Décima Primeira Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Britânica Demarcadora de Limites	19 de janeiro de 1939	Rio de Janeiro
Atas da fase de Densificação		
Ata	Data	Local
Ata da Primeira Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites	23 de novembro de 1994	Georgetown, capital da Guiana
Ata da Segunda Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites	23 de janeiro de 2002	Georgetown, capital da Guiana

Fonte: (BRASIL, 1ª CBDL, 2022, pp. 1-3).⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. *Documentos oficiais, atas das comissões mistas e de densificação*, 2022, pp. 1-3. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt->

O primeiro Tratado Oficial de Limites foi discutido na Convenção Especial e Complementar de Limites entre o Brasil e a Grã-Bretanha, assinado na cidade de Londres, no dia 22 de abril de 1926, ratificado pelo Decreto n.º 5.646 de 08 de janeiro de 1929, com os seguintes limites descritos no quadro abaixo:

Quadro 7 – Descrição dos limites Brasil/Guiana

PONTOS	LINHAS
Trijunção Brasil-Guiana-Venezuela (monte Roraima)	Div. Cotingo Mazaruni (monte Caburaí e outros)
Nascente do rio Maú	rio Maú
Confluência Maú/Tacutú	rio Tacutú
Confluência do rio Tacutú, com formador dos rios Tacutú Leste e Tacutú Sul	rio Tacutú Leste
Nascente do rio Tacutú e monte Wamuriwaktawa	Serra Acaraí, divisor Trombetas Mapuera (Courantine – Essequibo)
Trijunção Brasil-Guiana-Suriname, entre as nascentes dos rios Uanamu e Kutari	Serra Acaraí, divisor Trombetas Mapuera (Courantine – Essequibo)

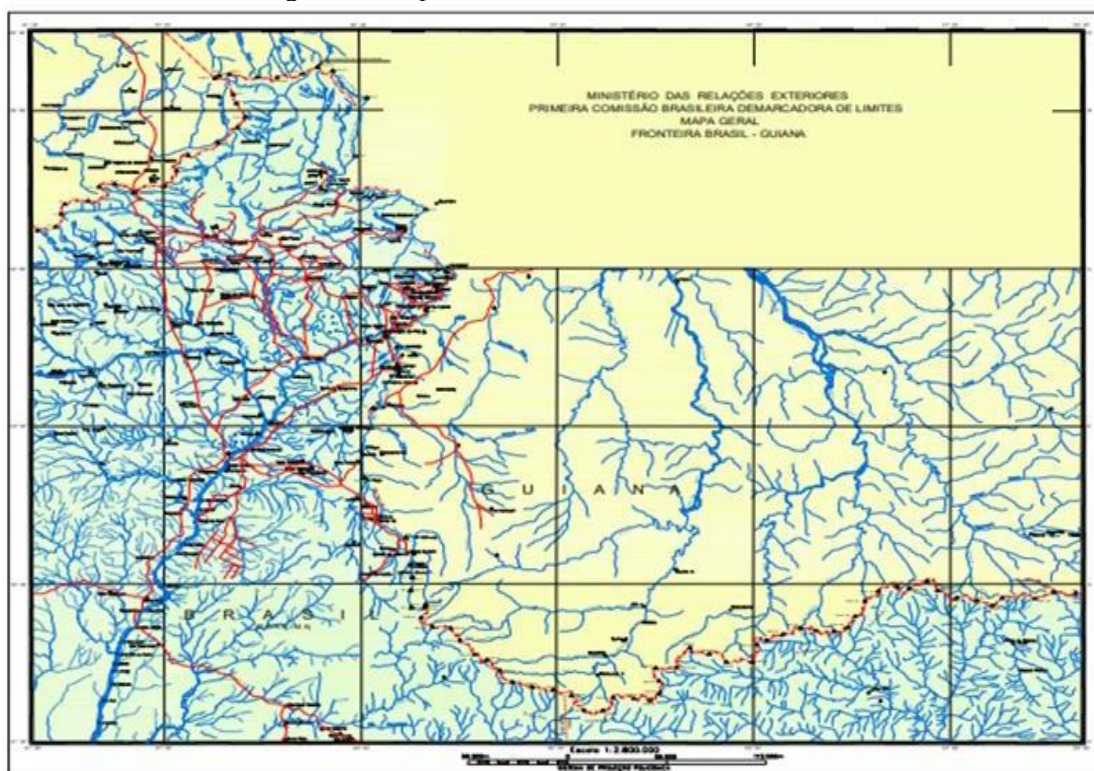
Fonte: (BRASIL, 1ª CBDL, 2022, Descrição de Limites, p. 3).⁴⁰⁹

Abaixo, pode-se observar, na imagem 5, um mapa geral ilustrado da fronteira entre o Brasil e a Guiana, produzido pela Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores. Na sequência, na imagem 6, pode-se observar, um mapa da trijunção entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela, com ênfase para o Monte Roraima.

[br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/ListagemdaDocumentaoOficialGUIANA.pdf](https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/ListagemdaDocumentaoOficialGUIANA.pdf). Acesso em: 08 set. 2023.

⁴⁰⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. *Descrição de Limites*, 2022, p. 3. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/QuadroResumoGUIANA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

Imagem 6 - Mapa Ilustrado da Fronteira Brasil/Guiana



Fonte: (BRASIL, 1ª CBDL, Mapa Geral Ilustrado, 2022, p. 1).⁴¹⁰

Imagem 7 – Mapa da Trijunção Brasil – Guiana – Venezuela (Monte Roraima)



Fonte: (BRASIL, 1ª CBDL, 2022, p. 1).⁴¹¹

⁴¹⁰ BRASIL, 1ª CBDL, *Mapa Geral Ilustrado...*, p. 1.

⁴¹¹ BRASIL, 1ª CBDL, *Mapa da Trijunção Brasil – Guiana – Venezuela...*, p. 1.

Em ambos os casos, pode-se observar, como a fronteira entre o Brasil e a Guiana ficou delimitada, após todos as questões territoriais que envolveram os interesses ingleses, além da atuação da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, a fim de pacificar de vez as disputas, com base no ordenamento jurídico vigente apresentado.

2.7 A Questão do Acre e assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903

Assim como ocorreram disputas territoriais litigiosas entre o Brasil e a Inglaterra, como se viu no tópico anterior, o início do século XX trouxe consigo outros dilemas para o Brasil, sobretudo, com a Bolívia, pelo território do Acre.

O início da ocupação populacional no Acre, se deu a partir do boom da borracha, e aumentou a sua dimensão a partir da descoberta feita por Charles Goodyear⁴¹² em 1839 de uma nova técnica denominada de vulcanização, que consistia em um processo químico que conseguia modificar as características naturais do látex, matéria-prima da borracha, a partir de uma combinação com uma determinada quantidade de enxofre, tornando o produto mais resistente e, consequentemente, mais atraente para o mercado fabril.⁴¹³

Contudo, o sucesso na produção da borracha, dependia de um esforço enorme da mão de obra migrante nordestina, pois uma parcela significativa do que o mercado externo consumia era extraída, produzida e comercializada pelos inúmeros seringais acrianos da região amazônica.

Grande parte dessa leva de migrantes vieram do Ceará, atraídos pela promessa de altos lucros e de forma rápida “tais fluxos se dirigiam principalmente para as bacias dos rios Juruá e Purus, por esses serem os rios de mais fácil navegação, com comércio promissor e indústria de borracha relativamente avançada”.⁴¹⁴

Até por volta do ano de 1903, o Brasil reconhecia aquela região como boliviana, entretanto, ocupou-a, com ações diplomáticas açodadas, gerando uma tensão que só seria resolvida com a assinatura de um tratado entre os dois países, fomentando o que seria conhecido pela historiografia como a Questão do Acre.

⁴¹² Ele foi um inventor, químico e empresário norte-americano, lembrado por descobrir o processo de vulcanização da borracha no século XIX. Sua descoberta teve um impacto significativo na indústria de borracha e em muitos outros setores que dependem do material, como o automotivo, o aeroespacial e o de calçados.

⁴¹³ ANDRADE, José Henrique Fischel de; LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 46, n.1, pp. 94-117, 2003, p. 96. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tC8P4CV9YqJL94F4QtCFnLc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴¹⁴ ANDRADE; LIMOEIRO, *Rui Barbosa e a política externa brasileira...*, p. 97.

Os dois países já haviam assinado em 1867 o Tratado de Ayacucho, que fazia uma proposição às revisões dos limites impostos aos dois países pelos Tratados de Madri e Santo Ildefonso, além disso, o novo tratado, estreitava as relações comerciais entre ambos, principalmente com a facilitação da compra de produtos oriundos dos seringais acrianos para o Brasil, tendo como contrapartida para os bolivianos, a liberação da navegação pelo rio Madeira.

Para o Diplomata Álvaro Lins, a assinatura deste tratado foi prejudicial para o Brasil na época, pois nem havia ainda sinais de povoamento às margens do alto Purus e Juruá, que geograficamente pertenciam à maioria ao Brasil.⁴¹⁵ Observa-se abaixo, um trecho do Decreto n.º 4.280, de 28 de novembro de 1868, que ratificou o Tratado de Ayacucho:

Havendo-se concluído e assignado na Cidade de la Paz de Ayacucho, no dia 27 de Março de 1867, um Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação; e tendo sido este acto ratificado e trocadas as ratificações na mesma Cidade aos 22 dias de Setembro do referido anno, Hei por bem Mandar que o dito Tratado seja observado e cumprido, tendo-se em vista o que dispõem as notas reversaes trocadas entre os respectivos Plenipotenciarios em 19 do mencionado mez de Setembro com referencia aos arts. 2º e 27º. Art. 2º Sua Magestade o Imperador do Brasil e a Republica de Bolivia concordão em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre os seus respectivos territorios, o uti possidetis, e, de conformidade com este principio, declaram e definem a mesma fronteira do modo seguinte: A fronteira entre o Imperio do Brasil e a Republica do Bolivia partirá do rio Paraguay na latitude de 20º, 10', onde desagua a bahia Negra; seguirá pelo meio desta até ao seu fundo e dahi em linha recta á lagôa de Caceres, cortando-a pelo seu meio; irá daqui á lagôa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as lagôas Gahiba e Uberaba, em tantas rectas quantas forem necessarias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua. Do extremo norte da lagôa Uberaba irá em linha recta ao extremo sul da Corixa-Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas que ficarao respectivamente do lado do Brasil ou da Bolivia; do extremo sul da Corixa-Grande irá em linha recta ao Morro da Boa-Vista e aos Quatro Irmãos; destes, tambem em linha recta, até as nascentes do rio Verde; baixará por este rio até a sua confluencia com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o rio Madeira. Deste rio para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10º, 20', até encontrar o rio Javary. Se o Javary tiver as suas nascentes ao norte daquella linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary, [sic].⁴¹⁶

⁴¹⁵ LINS, Álvaro de Barros. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco)*: Biografia pessoal e História política. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996, p. 262.

⁴¹⁶ BRASIL. Decreto n.º 4.280, de 28 de novembro de 1868. *Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação*, Celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolivia. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1868, p. 583, vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

Na verdade, a região que corresponde à bacia do rio Purus, só despertou oficialmente o interesse brasileiro por volta do ano de 1847, quando foram organizadas as primeiras expedições ao local. Elas se estenderam nos anos seguintes, nos rios Arraia em 1852 e Acre em 1860.⁴¹⁷ Mesmo com a suposta vantagem territorial conseguida pela assinatura do Tratado de Ayacucho, parte do povo boliviano e até do congresso, demonstraram insatisfação quanto à demarcação das linhas limítrofes das regiões do Alto Purus e Alto Juruá.

O jornalista Cassiano Ricardo Leite, se baseou em fontes cartográficas de 1860 para atestar antes da assinatura do Tratado de Petrópolis os limites territoriais favoráveis ao Brasil.⁴¹⁸ Tecnicamente, a insatisfação boliviana quanto às demarcações desses territórios encontrou ressonância no que determinava o tratado, pois ele não cedia necessariamente o território do Acre para a Bolívia, pois a base de entendimento utilizada era o princípio do *uti possidetis*, que determinava que as calhas dos rios Juruá e Purus eram de fato brasileiras, pois já haviam sido exploradas e povoadas antes pelo Brasil.

Nos anos posteriores, entrou em cena a atuação da Primeira Comissão Demarcadora, com atuação na parte técnica do processo demarcatório, conduzida inicialmente pelo Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, mais conhecido pela alcunha de Visconde de Maracaju, que iniciou os trabalhos em 1870. Os trabalhos avançaram até próxima à calha do rio Madeira, e dois anos depois, ele também foi nomeado para a chefia da Comissão de Engenheiros, responsável pela demarcação com a fronteira com o Paraguai.

Foi substituído na missão demarcatória no ano de 1878, pelo Tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, conhecido como o Barão de Parimá, que optou em interromper os trabalhos da comissão para fins de revisar os limites territoriais existentes. Conforme o Tenente-coronel Gregório Thaumaturgo de Azevêdo, houve uma paralisação da delimitação fronteira entre o Brasil e a Bolívia até meados do ano de 1895, fato que fez com que o ministro Plenipotenciário da Bolívia, Federico Díez de Medina, assinasse um protocolo no dia 19 de fevereiro daquele mesmo ano, solicitando ao governo brasileiro para que o processo demarcatório seguisse.⁴¹⁹

O governo brasileiro havia aceitado a sugestão da proposta apresentada por uma comissão mista formada por integrantes do Brasil e do Peru, que o primeiro marco fronteiriço

⁴¹⁷ COSTA, João Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre*. Edição Ilustrada. Introdução e notas de Abguar Bastos. Companhia Editora Nacional: São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre, 1940, pp. 95-96.

⁴¹⁸ RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: MRE, 2 v, 1954, p. 232.

⁴¹⁹ AZEVÊDO, Gregório Thaumaturgo de. *O Acre: limites com a Bolívia*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & Comp., 1901, p. 105.

com o Peru seria a última referência limítrofe fronteiriça com a Bolívia. No entanto, como representante da comissão mista, Gregório Thaumaturgo de Azevêdo, discordou desse entendimento, alegando que isso seria prejudicial para o Brasil, não apenas do ponto de vista territorial, mas, sobretudo, econômico.

Por outro lado, os bolivianos refutaram as alegações do coronel Azevêdo, e se negaram a reiniciar todo o processo, agravando a crise entre os países. Em 1896, o novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, se opôs ao entendimento proposto pelo coronel Azevêdo, retirando-o sumariamente da comissão.

O Ministro Cerqueira afirmara que o Acre não poderia ser cedido à Bolívia, pois nos termos do Tratado de Ayacucho ele já era boliviano. Contudo, ele alegara que já havia um benefício para o Brasil no que tange à bacia amazônica. Porém, após muita pressão de ambos os lados, ele acabou mudando de opinião, solicitando uma nova revisão dos limites demarcatórios entre os anos de 1897 e 1898.

Outrossim, em 22 de outubro de 1898, o Ministro Dionísio Cerqueira assinou um protocolo que reconhecia a tese demarcatória boliviana, inclusive permitindo uma instalação alfandegária do país vizinho no território que estava sendo ocupado pelos brasileiros naquele momento e a ocupação territorial boliviana na região do Acre e do Alto Purus, foi ratificada no dia 2 de janeiro de 1899.⁴²⁰

Segundo aponta Gregório Azevêdo, a administração boliviana gerou grande insatisfação nos seringais do Acre,⁴²¹ além do aumento de impostos, também sugeriram rumores, conforme reforça João Craveiro Costa, de que os bolivianos tinham planos de arrendar o território aos EUA.⁴²² Isso provocou uma reação do lado brasileiro, encabeçada por Luis Gálvez Rodríguez de Arias, que apoiado pelo governo amazonense, a fim de enterrar de vez as pretensões bolivianas, proclamou no dia 14 de julho de 1899 a República do Acre.⁴²³

Quase um ano depois da assinatura do protocolo feita por Dionísio Cerqueira, o novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Olinto Máximo de Magalhães, assinou um protocolo no dia 30 de outubro de 1889. Esse documento, versava sobre a linha demarcatória entre os limites dos rios Madeira e Javari, mas continuava atendendo muito mais os interesses territoriais bolivianos do que propriamente dos brasileiros.⁴²⁴

⁴²⁰ RICARDO, *O Tratado de Petrópolis...*, p. 111.

⁴²¹ AZEVÊDO, *O Acre...*, p. 35.

⁴²² COSTA, *A conquista do deserto ocidental...*, pp. 90-91.

⁴²³ É válido ressaltar, que o governo brasileiro acabou dissolvendo esta primeira República Acriana no dia 15 de março de 1900, já havia a predominância do entendimento diplomático que dava a posse territorial à Bolívia na época. O fato ocorreu com o envio de forças militares, provocando a renúncia de Galvez.

⁴²⁴ RICARDO, *O Tratado de Petrópolis...*, p. 28.

Por volta de 1902, começou a circular outra notícia sobre o possível arrendamento dos seringais acrianos, desta vez, ao *Bolivian Syndicate*, um grupo ligado à indústria da borracha, financiado com capital inglês e norte-americano. Isso, de acordo com Leandro Narloch, gerou um clima de desconfiança e revolta entre os seringalistas locais, pois eles temiam o que poderia acontecer a eles e as suas terras com uma administração estrangeira no local, podendo até mesmo desencadear uma corrida colonial ao território amazônico.⁴²⁵

Logo, isso chamou a atenção do agrimensor e ex-militar gaúcho José Plácido de Castro, que havia se radicado recentemente no Acre. Ele então se reuniu com mais alguns seringueiros e planejou uma revolução com o apoio do governo do Amazonas, a fim de impedir o domínio do *Bolivian Syndicate* na região.⁴²⁶

O Vice-almirante Roberto da Gama e Silva, explicita em sua análise feita sobre a *Epopeia do Acre*, publicada na Revista Defesa Nacional, insatisfação com as decisões dos Diplomatas brasileiros que antecederam o Barão do Rio Branco, que se posicionaram para contemplar mais as pretensões territoriais bolivianas do que as do Brasil.⁴²⁷

Nesse sentido, houve a organização de uma junta revolucionária sob o comando de Plácido de Castro, formada por Joaquim Vitor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho, que tinha como objetivo a proclamação do Acre como estado independente.⁴²⁸

Pari passu, as investidas do grupo revolucionário comandado por Plácido de Castro iniciaram pela região do Xapuri, nas imediações da confluência entre os rios Xapuri e Acre. Essa iniciativa se deu pelo fato daquela região ser economicamente estratégica para os bolivianos, e a desintrusão do local enfraqueceria a resistência adversária.⁴²⁹

A fim de surpreendê-los, o ataque dos revolucionários ocorreu precisamente no dia 6 de agosto de 1902, data da comemoração do aniversário da independência boliviana e da proclamação do Estado independente do Acre.⁴³⁰ A estratégia deu certo, a região do Xapuri foi dominada, e, em seguida, “estava por terra o domínio da Bolívia. Durara essa gloriosa fase revolucionária 171 dias – de 5 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903”.⁴³¹

⁴²⁵ NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009, p. 154.

⁴²⁶ COSTA, *A conquista do deserto ocidental...*, pp. 138-139.

⁴²⁷ GAMA E SILVA, Roberto. A Epopeia do Acre. *A Defesa Nacional*, v. 90, n. 798, pp. 53-70, 2004, pp. 64-65. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5934/5150>. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴²⁸ GAMA E SILVA, *A Epopeia do Acre...*, p. 61.

⁴²⁹ COSTA, *A conquista do deserto ocidental...*, p. 145.

⁴³⁰ COSTA, *A conquista do deserto ocidental...*, p. 231.

⁴³¹ COSTA, *A conquista do deserto ocidental...*, p. 233.

No dia seguinte, 25, pela manhã, teve lugar a solene e comovedora cerimônia da entrega da praça e armamento. Foi um momento tocante. Plácido, nessa hora, revelou-se -em toda a sua grandeza de alma, traçando o mais belo e empolgante episódio da revolução.⁴³²

Um pouco antes disso, Rodrigues Alves, quando assumiu à Presidência da República em 15 de novembro de 1902, nomeou como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, popularmente conhecido como Barão do Rio Branco.⁴³³ Ele foi “o vetor principal da política de fronteiras do Brasil”.⁴³⁴

Ao se deparar com a questão territorial do Acre, o Barão do Rio Branco mantinha uma postura de ressalva quanto à resolução do problema via decisão arbitral, haja vista que na documentação existente o território não constava como brasileiro. A saída encontrada por ele para tentar resolver o conflito, foi partir para a negociação.

[...] a estratégia de ação do Barão do Rio Branco em relação a questão do Acre concentrou-se em dois pontos fundamentais: o primeiro, não romper com os Estados Unidos frente as suas pretensões de expansão em direção aquela região. Segundo manter-se alerta para impedir que a soberania do Brasil fosse prejudicada em meio ao fogo cruzado dos interesses em pauta.⁴³⁵

A partir de então, algumas medidas foram tomadas por ele. A primeira delas, foi a suspensão imediata do contrato com o *Bolivian Syndicate*, com o intuito de viabilizar um acordo, além de tratar dos interesses da soberania nacional. É por esta postura que o professor Luís Viana Filho o destaca como grande estadista.⁴³⁶

Contudo, a Bolívia não tinha condição financeira para arcar com a multa rescisória, ficando a cargo do Brasil o pagamento de uma indenização de cento e quatorze mil libras esterlinas.⁴³⁷ A segunda medida ocorreu no mês de março de 1903. Trata-se da ocupação militar no território que estava em disputa, seguida da assinatura de um protocolo de negociação, que impedia o avanço das forças militares bolivianas na área de litígio e, por fim, a terceira medida, tratava do avanço direto nas negociações com o governo da Bolívia.

⁴³² COSTA, A conquista do deserto ocidental..., p. 222.

⁴³³ Ele ganhou esse título após a Proclamação da República no Brasil em 1888, e passou a assinar seu nome como José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco.

⁴³⁴ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 69.

⁴³⁵ BEZERRA, Maria José. *Invenções do Acre: de território a Estado – um olhar social*. Tese de Doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: USP, 2006, p. 60.

⁴³⁶ VIANA FILHO, Luís. *Três Estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 1042.

⁴³⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª ed - Brasília: EdUnB, 2002, p. 207.

No mês de julho de 1903, os bolivianos concordaram na formação de uma comissão para haver uma permuta territorial. Do lado do Brasil, o Barão do Rio Branco teve como aliado na comissão o senador Rui Barbosa. As experiências exitosas anteriores de Rio Branco, com as negociações dos limites com a Argentina e a Guina Francesa, serviram de base para que as negociações com os bolivianos, culminassem com a assinatura do Tratado de Petrópolis, no dia 17 de novembro de 1903.

“Somente após o Tratado de Petrópolis [...] é que a produção de borracha no Alto Acre e Abunã, tornou-se mais significativa e, embora fosse explorada por mão de obra brasileira, era controlada por entidades fiscais bolivianas.”⁴³⁸

O Tratado versava sobre a permuta de territórios e outras compensações. Nele, ficaram especificados como Plenipotenciários pelo lado do Brasil, além do próprio Rio Branco, o Presidente Rodrigues Alves e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que já havia prestado serviços diplomáticos para o governo brasileiro nas embaixadas dos Estados Unidos e México, do lado boliviano os Ministros Fernando Guachalla e Cláudio Pinilha.

Na prática, além da troca territorial, constava no texto uma indenização à Bolívia de dois milhões de libras esterlinas, conforme consta no artigo III do acordo, além da promessa para construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que facilitaria o escoamento de produtos bolivianos até o Estado de Mato Grosso e o acesso à bacia do rio Prata através do rio Paraguai.

Por não haver equivalencia nas areas dos territorios permutados entre as duas nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indemnisação de £ 2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), que a Republica da Bolivia aceita com o proposito de aplicar principalmente na construcção de caminhos de ferro ou em outras obras tendentes a melhorar as comunicações e desenvolver o commercio entre os dois paízes. O pagamento será feito em duas prestações de um milhão de libras cada uma: a primeira dentro do prazo de tres mezes, contado da troca das ratificações do presente Tratado, e a segunda em 31 de Março de 1905 [sic].⁴³⁹

Pelos termos do Tratado, a Bolívia teria que renunciar a 191.000 quilômetros quadrados da área em disputa, a maioria, referente ao território em litígio e o restante nas áreas de acidentes naturais. Em contrapartida, o Brasil permutaria uma área de 2.295 quilômetros quadrados, não povoada, que compreendia parte dos limites dos rios Madeira e Abunã. Além disso, também renunciaria a mais, 723 quilômetros quadrados da margem direita do rio Paraguai e mais 116

⁴³⁸ BEZERRA, *Invenções do Acre...*, p. 27.

⁴³⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Tratado entre o Brazil e a Bolívia, concluído em Petrópolis aos 17 de novembro de 1903*, Art. III, p. 3. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/acre/BRASBOLI_TratadodePetrpolis.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

quilômetros quadrados na região da Lagoa de Cáceres, 20,3 quilômetros da Lagoa de Mandioré e 8,2 quilômetros da margem meridional da Lagoa Gaíba.⁴⁴⁰

Desta forma, após a saída diplomática encontrada, o governo brasileiro publicou no dia 25 de fevereiro de 1904 o Decreto n.º 1.181,⁴⁴¹ que transformou o Acre em Território Federal. Contudo, no dia 10 março do mesmo ano, houve a promulgação do Decreto n.º 5.161,⁴⁴² assinado por Assis Brasil, Fernando Guachalla e Cláudio Pinilha, que mandava executar o Tratado de permuta de territórios e outras compensações, com base nos termos da assinatura do Tratado de Petrópolis.

Na sequência, “o Decreto n.º 5.188,⁴⁴³ de 7 de abril do mesmo ano, dividiu o território em três departamentos, ou prefeituras, que seriam governados por pessoas da confiança do Presidente da República”.⁴⁴⁴

No dia 6 de fevereiro de 1907, houve um acordo para a prorrogação dos trabalhos do Tribunal Arbitral brasileiro-boliviano, instituído em virtude do Tratado de Petrópolis. Entretanto, dois anos depois, em 1909, novamente as habilidades diplomáticas do Barão do Rio Branco foram colocadas à prova, em uma nova negociação, desta vez, com o Peru, com a assinatura, no dia 8 de setembro daquele ano, do Tratado do Rio de Janeiro.⁴⁴⁵

[...] o acordo final com o Peru tardou até 1909, já no governo de Nilo Peçanha, quando Rio Branco pôde, enfim, dar contornos definitivos ao território brasileiro. Pelo tratado, o Peru reconheceu ao Brasil o direito à uma faixa de terra entre a nascente do Javari e o rio Acre, com base na posse útil e na ocupação da região por brasileiros.⁴⁴⁶

⁴⁴⁰ GAMA E SILVA, *A Epopeia do Acre...*, p. 66.

⁴⁴¹ BRASIL. Decreto n.º 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. *Autoriza o Presidente da Republica a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/2/1904, p. 931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1181-25-fevereiro-1904-583573-norma-pl.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁴² BRASIL. Decreto n.º 5.161, de 10 de março de 1904. *Manda executar o Tratado de permuta de territorios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1900-1909/d05161.html. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁴³ BRASIL. Decreto n.º 5.188, de 7 de Abril de 1904. *Organiza o territorio do Acre*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/4/1904, p. 1676. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-republicacao-107275-pe.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁴⁴ GAMA E SILVA, *A Epopeia do Acre...*, p. 68.

⁴⁴⁵ Com base nesse tratado e no Protocolo de 1913, constituiu-se a Comissão Mista Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites. Cf. BRASIL. *O tratado de limites Brasil-Peru*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, pp. 13-456. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243216>. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁴⁶ PITALUGA, André Luiz Oliveira Guimarães. *O processo decisório da anexação do Acre sob a ótica de uma análise de política externa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2015, pp. 52-53.

Informados no documento, constavam como plenipotenciários o Barão do Rio Branco e o Dr. Hernán Velarde, na época, Ministro Plenipotenciário Peruano no Brasil. Nele, ficaram delimitadas as fronteiras atuais do Acre, desde a nascente do rio Javari, até parte limítrofe da fronteira brasileira com a Bolívia, próxima à bacia do rio Acre, com uma redução de 40 mil quilômetros quadrados até às margens do rio Purus em favor dos peruanos.

Esse tratado foi ratificado pelo Decreto n.º 2.249,⁴⁴⁷ de 29 de abril de 1910, completando a determinação das fronteiras entre os dois países e estabelecendo princípios gerais sobre o seu commercio e navegação na bacia do Amazonas.

Basicamente, todo esse processo de anexação do território do Acre ao Brasil ocorreu em duas fases distintas, a primeira delas militar, na fase das revoluções, entre os anos de 1899 e 1903 e uma segunda diplomática, com a atuação do Barão do Rio Branco, entre os anos de 1903 e 1909.

2.8 A Revolta do Rupununi, as cidades gêmeas de Bonfim e Lethem e a implantação do 1.º PEF

As tensões fronteiriças observadas no tópico anterior entre bolivianos e brasileiros pelo território do Acre, como se viu, foram apaziguadas pela assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903 e pelas demais legislações que se seguiram. Contudo, no século XX, pode-se observar outra grande disputa, desta vez, pela região do rio Rupununi, fronteira entre o Brasil e a Guiana.

Desde 1899, os venezuelanos não se deram por satisfeitos com a decisão do laudo arbitral que definiu a demarcação dos limites fronteiriços em prol dos interesses coloniais ingleses, pois tal decisão, foi mais vantajosa em termos territoriais para a Guiana.⁴⁴⁸

Em fevereiro de 1966, foi feito um acordo entre os governos da Venezuela e da Grã-Bretanha que reconhecia oficialmente, pela primeira vez, o problema colocado sobre a região do Essequibo. O laudo de Paris de 1899, que favoreceu a Inglaterra, seria considerado passível de revisão, perdendo seu caráter, até então, de intangibilidade diplomática e política. O contencioso venezuelano-guianense se agravou quando a Venezuela proclamou, por

⁴⁴⁷ BRASIL. Decreto n.º 2.249 - de 29 de abril de 1910. *Approva o Tratado concluido no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1910 entre o Brazil e o Peru, completando a determinação das fronteiras entre os dous paizes e estabelecendo principios geraes sobre o seu commercio e navegação na bacia do Amazonas.* [sic]. Disponível em: [https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/173042-approva-o-tratado-concluido-no-rio-de-janeiro-a-8-de-setembro-de-1910-entre-o-brazil-e-o-peru-completando-adeterminauo-das-fronteiras-entre-os-dous-paizes-e-estabelecendo-principios-geraes-sobr.html](https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/173042-approva-o-tratado-concluido-no-rio-de-janeiro-a-8-de-setembro-de-1910-entre-o-brazil-e-o-peru-completando-a-determinauo-das-fronteiras-entre-os-dous-paizes-e-estabelecendo-principios-geraes-sobr.html). Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁴⁸ LINHARES, Erick; GEHRE, Thiago. *Brasil e Guiana em tempos de Guerra Fria (1966-1991)*. In: Anais do I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. Boa Vista: UFRR, 2012, p. 326. Disponível em: <https://ufr.br/ppgsof/index.php/component/phocadownload/category/4anaiscomunicacao.html?download=122:023>, Acesso em: 16 set. 2023.

decreto presidencial, o domínio sobre as águas do rio Essequibo, por ser senhora daquele território.⁴⁴⁹

Ainda conforme os autores em tela, houve uma reação do parlamento guianense, que considerou o decreto sem validade, agravando a situação de litígio entre os países. Entretanto, os venezuelanos continuavam reivindicando dois terços do território da Guiana, chegando a invadir ilha de Ankoko no ano de 1966. Por sua vez, a fim de acalmar os ânimos, o Brasil enviou uma missão diplomática e instalou uma embaixada em Georgetown no ano de 1968, sinalizando uma postura mais diplomática em relação ao litígio.⁴⁵⁰

Contudo, Caracas não desistiu, como demonstra a Revolta do Rupununi ocorrida em 1969, no sul da Guiana, considerada por Georgetown a maior ameaça venezuelana contra sua soberania. A Venezuela teria apoiado um movimento armado de fazendeiros, acompanhados por um grupo de indígenas, dispostos a criar um novo país na região, o que daria oportunidade à Venezuela de recuperar a *Zona en Reclamación* (grifo do autor).⁴⁵¹

O Brasil havia perdido o interesse na região do Rupununi, pois seguia o entendimento da decisão arbitral de 1904, que era favorável aos ingleses.⁴⁵² Porém, a Venezuela mantinha seu interesse na região do Essequibo, que procurou se alinhar com os fazendeiros locais na tentativa de retomar militarmente a *zona en reclamación*.

A Guiana está dividida em dez regiões geográficas, a parte específica que faz fronteira com o Brasil é a região número nove, conhecida como Rupununi. Sua Localização está na parte sudoeste da Guiana, banhada pelo rio Rupununi em uma extensão de 6.000 km. Nela, se encontram às fronteiras da Guiana, com o Brasil e com a Venezuela.⁴⁵³

Ainda, segundo Mariana Pereira, no ano de 1969, o poder na Guiana estava nas mãos do primeiro-ministro Forbes Burnham, que pertencia ao *People's National Congress* – PNC, partido formado por maioria negra, que corroborava dos mesmos ideais de independência defendidos pelo *People's Progressive Party* – PPP.⁴⁵⁴

⁴⁴⁹ LINHARES; GEHRE, *Brasil e Guiana em tempos de Guerra Fria...*, p. 326.

⁴⁵⁰ LINHARES; GEHRE, *Brasil e Guiana em tempos de Guerra Fria...*, pp. 326-328.

⁴⁵¹ LINHARES; GEHRE, *Brasil e Guiana em tempos de Guerra Fria...*, p. 329.

⁴⁵² SILVA, Carlos Alberto Borges da. *A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP – Campinas-SP, 2005, p. 61.

⁴⁵³ PEREIRA, Mariana Cunha. A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi na fronteira Brasil – Guiana. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 28, pp. 223-234, jul./dez., 2015, p. 224. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/3393/1905>. Acesso em: 04 fev. 2023

⁴⁵⁴ PEREIRA, *A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi...*, p. 228.

Assim, levados pela ideia de que Burnham tinha intenção de confiscar suas licenças e utilizando-se do discurso de exclusão sobre os ameríndios, os rancheiros do Rupununi, que não apoiavam o governo socialista e negro da Guiana, promoveram aquela revolta.⁴⁵⁵

Para o Tenente-coronel Márcio Antonio Destro⁴⁵⁶ e o Antropólogo Stephen Grant Baines,⁴⁵⁷ houve o apoio dos índios da etnia Wapixana aos fazendeiros brancos e mestiços guianenses, contra o governo socialista. Por outro lado, houve uma repressão por parte do Exército da Guiana, obrigando os insurgentes a se refugiarem no Brasil e na Venezuela.

A família Hart, era a mais interessada na revolta, pois tinham várias terras na região do Rupununi e temiam que elas fossem confiscadas pelo governo. Ainda, conforme o autor, houve a adesão de outros latifundiários locais, como Maurice Mitchell, além de Teddy Melville e seus filhos: Harold, Kenneth, Avarell, Bryan e Tony, que influenciaram na adesão indígena à revolta, por estes, serem, em sua maioria, seus empregados nas propriedades.⁴⁵⁸

O interesse da Venezuela na região da Guiana Essequiba, foi o estopim para a revolta Rupununi. Contudo, não se limitaria exclusivamente aos fatos ocorridos em janeiro de 1969, mas aos anseios dos fazendeiros que estavam alinhados às pretensões territoriais venezuelanas, desde a época da independência.⁴⁵⁹

Até aqueles dois momentos (Independência e revolta do Rupununi) essa região nunca experimentara a presença de militares. Não havia na Guiana uma política de guarda das fronteiras por meio da presença dos militares. Somente quando houve a revolta do Rupununi é que chegaram ali os destacamentos militares cujo meio de locomoção foi aéreo primeiro de Georgetown para Lethem; e depois, via Brasil, pelo aeroporto de Boa Vista /RR. Tratou-se de uma milícia armada que provavelmente deu início à formação do exército.⁴⁶⁰

Logo após o início do movimento, ele foi sufocado rapidamente pelas tropas do governo guianense, provocando a fuga e exílio dos revoltosos. Outrossim, o governo brasileiro, por intermédio dos militares, percebeu a importância da presença militar, a fim de manter a soberania nacional, implantando naquela região o Primeiro Pelotão Especial de Fronteira.⁴⁶¹

⁴⁵⁵ PEREIRA, *A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi...*, p. 229.

⁴⁵⁶ DESTRO, Marcio Antonio. *Soberania no Rio Branco e a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. UnB, Brasília, 2006, p. 82.

⁴⁵⁷ BAINES, Stephen Grant. O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, pp. 33-44, jan/abr., 2012, p. 38. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19330/12526>. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁵⁸ SILVA, *A Revolta do Rupununi...*, p. 111.

⁴⁵⁹ COLINA, 1997 *apud* PEREIRA, *A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi*, p. 230.

⁴⁶⁰ PEREIRA, *A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi...*, pp. 230-231.

⁴⁶¹ CERINO, Pedro de Jesus. *Elite e Poder: Geopolítica de Roraima (Período de Desenvolvimento 1943 a 1994)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2015, p. 107.

Depois da Revolta, os militares que governavam o Brasil passaram a demonstrar maior interesse por essa região de fronteira, criando destacamentos militares que vieram a ser permanente em Bonfim e em Normandia, logo transformados em pelotões de fronteira. Também estradas, como a BR 401 que liga Boa Vista a Normandia, assentamentos povoados a partir de migrações espontâneas, como os de Vila São Francisco, Vilena, Taboca, Surrão, Nova Esperança, entre outros, localizados na área do Município de Bonfim, consolidação de vilas como as sedes dos municípios de Normandia e Bonfim, comunicação e outras modernidades tecnológicas, entre elas rádio e televisão, passaram a ser direcionados para a região, dinamizando a ocupação e estruturação desta faixa de fronteira.⁴⁶²

E é no contexto dessa necessidade da presença militar na região do Rupununi, que houve a implantação do 1.º PEF, localizado no município de Bonfim, Estado de Roraima, fronteira com a cidade de Lethem, na Guiana. Bonfim e Lethem são consideradas cidades- gêmeas, que conforme o Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça:

Em função da posição geográfica dos municípios em relação à linha de fronteira é possível separá-los em dois grandes grupos, os lindeiros e os não-lindeiros. O grupo dos municípios lindeiros pode ser subdividido em três subgrupos: 1) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas).⁴⁶³

Além de integrar dois países em faixa de fronteira, as cidades-gêmeas também oportunizam à entrada de produtos ilícitos, além da saída de minérios e outros recursos naturais.⁴⁶⁴ Nota-se, portanto, a imperiosa necessidade da presença militar nessas zonas de fronteira, que compreendem faixas territoriais que delimitam os limites territoriais internacionais de cada um dos lados.

Bonfim é um dos 15 municípios do Estado de Roraima e se localiza na Amazônia Setentrional brasileira. Aumentou a sua infraestrutura com a construção da BR-401, que interliga Boa Vista a Bonfim. Ao longo dos últimos anos, houve um crescimento populacional, influenciado, principalmente, devido à migração.⁴⁶⁵

⁴⁶² SILVA, A *Revolta do Rupununi...*, p. 135.

⁴⁶³ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. *Bases para uma Proposta de Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010, p. 17. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixadeFronteira.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

⁴⁶⁴ BRASIL, *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira...*, p. 21.

⁴⁶⁵ Especificaremos essas informações com a apresentação e análise dos dados censitários do IBGE nos resultados deste trabalho.

[...] está situado na porção Centro-Oriental do estado de Roraima, na mesorregião Norte, microrregião Nordeste. Limita-se ao Norte com o município de Normandia; ao Sul com o município de Caracará; a Oeste com Boa Vista e Cantá e a Leste com a República Cooperativista da Guiana. Ocupando uma área de 8.095,420 Km² que corresponde a 3,61% do território de Roraima, com densidade demográfica de 1,35 hab./Km², localizado à margem esquerda do rio Tacutu. Possui uma área de limite internacional com a Guiana de 964 Km² – faixa considerada de segurança nacional, e de posição estratégicas às relações internacionais.⁴⁶⁶

Pode-se observar na imagem abaixo, um mapa onde consta a localização do município de Bonfim e a fronteira com a cidade de Lethem, na Guiana.

Imagem 8 – Mapa de localização do município de Bonfim-RR e a fronteira com a Guiana



Fonte: Adaptado por Lucas Migliorini de Oliveira.⁴⁶⁷

⁴⁶⁶ BARBOSA, Tania Maria Sena; FILHO, Artur Rosa. As pequenas cidades da Amazônia Setentrional: um estudo sobre Bonfim – RR. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.9, n.19, pp. 36-61, jan./abr., 2015, p. 45. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/2759/1556>. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁶⁷ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Mapa de localização do município de Bonfim-RR e a fronteira com a Guiana, malha municipal de Bonfim*, 2021. Adaptado por OLIVEIRA, Lucas Migliorini de, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Conforme os professores Júlia Maria Corrêa Almeida e Eduardo Gomes da Silva Filho, a cidade de Lethem está localizada na República Cooperativista da Guiana, na região 9,⁴⁶⁸ na faixa de fronteira do Alto Essequibo, como afirma a professora Mariana Pereira.⁴⁶⁹

[...] no caso de Lethem e Bonfim, são núcleos urbanos relativamente interdependentes localizados de um lado e de outro dos limites transfronteiriços, que apresentam vetores, tanto, convergentes, derivados do elevado potencial da integração transnacional, quanto divergentes, oriundos das novas ameaças e dos contenciosos característicos das fronteiras.⁴⁷⁰

Abaixo, pode-se observar a ponte binacional Prefeito Olavo Brasil Filho, que cruza o rio Tucutu, e interliga as cidades de Bonfim e Lethem.

Imagem 9 – Ponte Binacional Prefeito Olavo Brasil Filho sobre o rio Tucutu, interligando Bonfim à cidade de Lethem



Fonte: Almeida; Silva Filho, (2019, p. 105).⁴⁷¹

⁴⁶⁸ ALMEIDA, Júlia Maria Corrêa; SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. Mobilidade humana e trabalho: o caso de brasileiros em Lethem na Guiana Inglesa. *Canoa do Tempo*, v. 11 n. 01, 2019, p. 105. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/5305/4657. Acesso em: 16 set. 2023.

⁴⁶⁹ PEREIRA, Mariana Cunha. *A ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil- Guiana*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre América Latina e Caribe (CEPPAC), Universidade de Brasília, Brasília, 2005, p. 229.

⁴⁷⁰ PAIXÃO, Shigeaki Ueki Alves da. *Dinâmica fronteiriça entre Guiana e Brasil: um estudo sobre o comercio-formiga*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014, p. 47.

⁴⁷¹ ALMEIDA; SILVA FILHO, *Mobilidade humana e trabalho...*, p. 105.

Como se pode observar acima, a proximidade das duas cidades, além de facilitar o fluxo migratório e as relações comerciais entre ambas, também acendeu um alerta para o governo brasileiro. No ano de 1952, “foi criado o 1º Pelotão de Fronteira, subordinado ao grupamento de elementos de fronteira de Manaus”.⁴⁷² Nesse mesmo ano, ele “assumiu um novo *status* e passou a ser designado de 1.º Grupamento de Elemento de Fronteira (GEF), com um destacamento no município de Bonfim, na fronteira com a Guiana”.⁴⁷³ Como visto anteriormente, em 1961, houve a criação da 9.ª Companhia de Fronteira - 9ª Cia Fron.⁴⁷⁴

Por outro lado, o episódio da revolta do Rupununi em 1969, gerou um alerta ao estado brasileiro, com o envio de tropas para o Bonfim, Normandia e Vila Pereira,⁴⁷⁵ fronteira com a Guiana.⁴⁷⁶ Isso desencadeou por parte do Exército Brasileiro as instalações dos 1.º, 2.º e 3.º Pelotões Especiais de Fronteira.

Consoante as informações presentes nos históricos do 7.º Batalhão de Infantaria de Selva - 7.º BIS (Comando de Fronteira de Roraima) e da 1.ª Brigada de Infantaria de Selva – 1.ª Bda Inf SI, foi por volta das 6h do dia 1.º de janeiro de 1969, que o Capitão Aírton Amorim de Lima, Comandante da 9.ª Companhia de Fronteira – 9.ª Cia Fron, deslocou um Pelotão da Cidade de Boa Vista para combater na região de Bonfim, a fim de conter a revolta do Rupununi.⁴⁷⁷

Nesse ínterim, os militares do 27.º Batalhão de Caçadores – 27.º BC, localizado na cidade de Manaus e atualmente 1.º Batalhão de Infantaria de Selva – 1.º BIS – RR, Centro de Instrução de Guerra na Selva - CIGS, e da 5.ª Companhia de Guardas de Belém (atual 2.º Batalhão de Infantaria de Selva – 2.º BIS), ocuparam a fronteira de Bonfim com Lethem (Guiana) e substituíram os militares da 9.ª Cia Fron.

Os militares representantes do CIGS e da 5.ª Companhia de Guardas, permaneceram na fronteira de Bonfim até meados de março de 1969, quando receberam ordens do Comando do

⁴⁷² BRASIL. Ministério da Defesa. *Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS). Histórico. Portal eletrônico do CFR/7º BIS*, 2019, p. 1. Disponível em: <https://7bis.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 18 out. 2024.

⁴⁷³ BARBOSA DA SILVA, Altiva. *Geopolítica na fronteira Norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações socioespaciais do Estado de Roraima*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2007, p. 137.

⁴⁷⁴ BRASIL. Decreto n.º 50.480, de 20 de abril de 1961. *Cria a 9.ª Companhia de Fronteira com sede em Boa Vista - Território Federal do Rio Branco subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50480-20-abril-1961-390114-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

⁴⁷⁵ A Vila Pereira pertence à reserva indígena Raposa Serra do Sol e atualmente se chama Vila Surumu.

⁴⁷⁶ GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins. *Geopolítica e geohistória militar: da Amazônia a Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, pp. 101-103.

⁴⁷⁷ BRASIL. Exército Brasileiro. *Histórico do 1.º PEF – Bonfim*, 2017, p. 1. Disponível em: https://7bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80. Acesso em: 16 mar. 2023.

Exército para voltarem à Manaus. Posteriormente, a fim de ratificar a presença militar na região fronteira do Brasil com a Guiana, foi estabelecido o primeiro Destacamento de Segurança, formado a época por militares da 9.^a Cia Fron, até a conclusão da instalação do 1.^o PEF, feita pelo 6.^o Batalhão de Engenharia de Construção - 6.^o BEC.⁴⁷⁸

Preliminarmente, foi encomendado à empresa Cruzeiro do Sul S/A, a contratação de serviços aerofotogramétricos. O cenário político do país, no auge da ditadura civil-militar,⁴⁷⁹ facilitou a sua operação, haja vista, que um ano antes, em 1968, foi assinada no dia 4 de junho pelo Presidente da República Artur da Costa e Silva e pelo Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto, a Lei n.º 5.447, que concedeu isenção de impostos sobre produtos industrializados e de importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, destinados às empresas que exploravam os serviços aerofotogramétricos.

Com essa medida, houve um beneficiamento direto para a empresa Cruzeiro do Sul, como se pode observar no trecho abaixo:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para 2 (dois) aviões “Beechcraft”, seus equipamentos adicionais e complementos; 2 (dois) helicópteros “Hughes”, cobertos, respectivamente, pela licença de importação DG-66-107-554 e pelas guias de importação ns. 66-10.625 e 66-10.626, importados por “Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.”; e para 1 (um) avião “Cessna”, modelo executivo Skynight, seus equipamentos adicionais e complementares, cobertos pela guia de importação número 18-67-26.565, importado por “Vasp - Aerofotogrametria S.A.”, todos destinados às atividades aerofotogramétricas.⁴⁸⁰

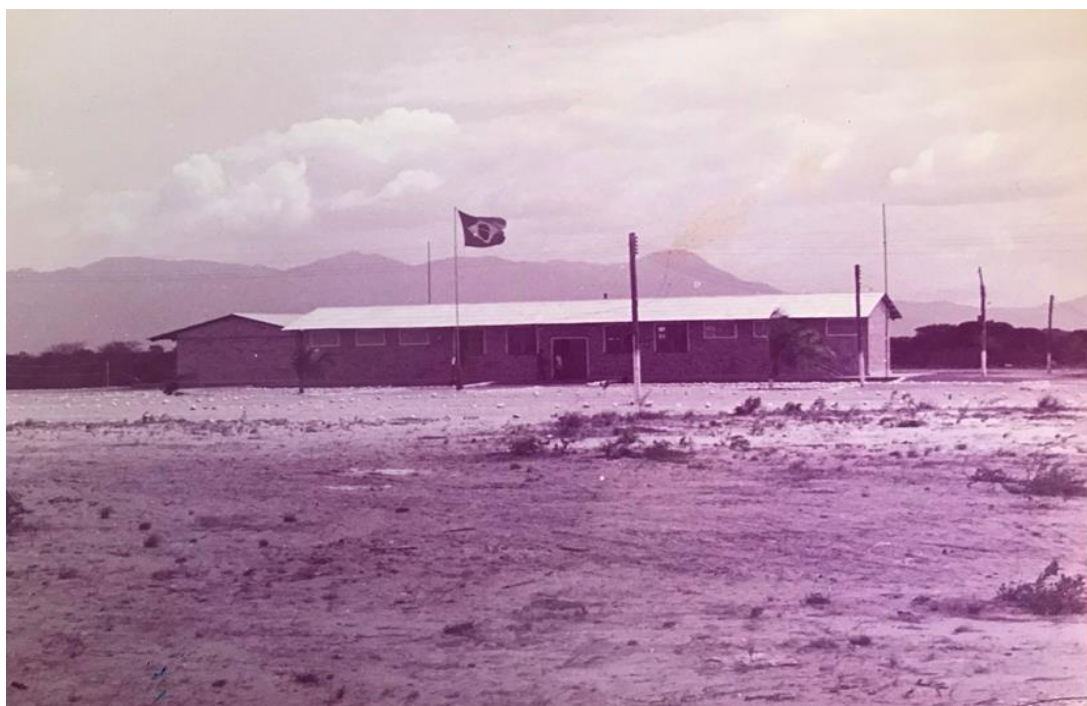
Pode-se observar, na imagem abaixo, cedida pelo topógrafo do Exército Luiz Mário Severo Ávila, uma fotografia tirada por ele no ano de 1972 do 1.^o PEF em Bonfim - RR.

⁴⁷⁸ BRASIL, *Histórico do 1.^o PEF...*, p. 1.

⁴⁷⁹ Para uma melhor compreensão a respeito desse período e do conceito de ditadura civil-militar, Cf. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, jul/set, 2004, pp. 29-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

⁴⁸⁰ BRASIL. Lei n.º 5.447, de 4 de junho de 1968, Art. 1.^o. *Concede isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, destinados a empresas que exploram serviços aerofotogramétricos*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5447.htm. Acesso em: 16 mar. 2023.

Imagem 10 – Instalações do 1.º Pelotão Especial de Fronteira em 1972



Fonte: Acervo pessoal do sargento topógrafo Luiz Mário Severo Ávila, 1972.

Atualmente, o acesso ao 1.º PEF é feito de maneira rápida e segura, via BR-401, que se encontra asfaltada, sendo esse PEF, responsável por parte da faixa de fronteira com a Guiana, com demarcação de limites feita pelo rio Tacutu. Nota-se, ainda, segundo a referência em tela, que este PEF mantém boas relações com as comunidades indígenas locais, principalmente das etnias Macuxi e Wapixana, além de prestar serviços à comunidade civil, incorporando em seus quadros soldados com dupla cidadania.⁴⁸¹

Partindo dessa premissa, os PEFs se baseiam no lema de vida, combate e trabalho, ofertando em suas unidades serviços, médicos, odontológicos, farmacêuticos e veterinários.⁴⁸² O 1.º PEF de Bonfim, possui oito residências ou Próprios Nacionais Residenciais (PNR), que atendem às famílias dos oficiais e sargentos que residem ali, com uma infraestrutura que dispõe de uma pista de pouso com 1100m de comprimento.⁴⁸³

Desse modo, o n.º 189 da Revista Verde Oliva, publicado em 2006, em homenagem ao Duque de Caxias, classifica os PEFs como Organizações Militares, com comando específico, a fim de implantar a estratégia da presença na região amazônica. Nesta edição, pode-se observar

⁴⁸¹ BRASIL, *Histórico do 1.º PEF...*, p. 1.

⁴⁸² NASCIMENTO, Messias Luiz do; SÁ, Alcindo José de. Pelotão Especial de Fronteira: territorialidades e temporalidades na "Cabeça do Cachorro-AM". *Revista de Geografia*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Recife, v. 23, n. 2, pp. 34-54, 2006, p. 43. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228661/23083>. Acesso em: 16 mar. 2023.

⁴⁸³ BRASIL, *Histórico do 1.º PEF...*, p. 1.

a reprodução do pensamento do General Rodrigo Otávio quanto à missão do desenvolvimento da região amazônica, que segundo ele é árdua.

Pessoas simples vivem nas proximidades ou dentro de um PEF e se entusiasma com os desafios do dia-a-dia. Esses brasileiros, militares e civis, guarnecem as fronteiras e fortalecem a soberania brasileira na região, a despeito de todas as dificuldades.⁴⁸⁴

Abaixo, pode-se observar um quadro que contém o lema dos PEFs:

Quadro 8 - Tríade das ações dos PEFs

Vida	Combate	Trabalho
Saúde	Vigilância	Agropecuária
Educação	Guarda	Tecnologia
Lazer	Reconhecimento de Fronteira	Serviços
Alimentação	Adestramento	Construção

Fonte: Verde Oliva (2006, p. 43).⁴⁸⁵

Para além das questões voltada à Defesa Nacional, outras atividades importantes são desenvolvidas pelos PEFs, como nos casos de assistência médica e odontológica, práticas esportivas, campanhas de vacinação, oferta de consultas via telemedicina, orientações voltadas às práticas agrícolas e do atendimento e trato com os animais.⁴⁸⁶

O comando é hierarquizado, iniciando no Ministério da Defesa - MD, passando pelo Estado Maior do Exército – EME, Comando Militar da Amazônia - CMA, 1.ª Brigada de Infantaria de Selva - 1.ª Bda Inf SI, até o 7.º Batalhão de Infantaria de Selva - 7.º BIS-RR. Essas Organizações Militares estão sob a jurisdição do CMA na 12.ª Região Militar, subdividas em Destacamentos, Pelotões e Companhias.⁴⁸⁷

Em relação aos Destacamentos, eles são o “núcleo inicial de um futuro Pelotão ou Companhia. Seus homens permanecem em instalações provisórias, sem familiares. O efetivo

⁴⁸⁴ VERDE OLIVA. *Pelotões Especiais de Fronteira*. ANO XXXIII – n.º 189 – pp. 40-43, jul/ago/set., 2006, p. 41. Disponível em: <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/read/00123820643e6e0b8ee6a>. Acesso em: 16 mar. 2023.

⁴⁸⁵ VERDE OLIVA. *Pelotões Especiais de Fronteira...*, p. 43.

⁴⁸⁶ SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. *A atuação do Exército no espaço transfronteiriço em Roraima: ações dos Pelotões Especiais de Fronteira e da Operação Acolhida*. In: Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia / organização Márcia Maria Menendes Motta. - 1. ed. - São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021, p. 11. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628559101_ARQUIVO_7203f4e48a5fc723c4b0aba3c07305e4.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

⁴⁸⁷ VERDE OLIVA, *Pelotões Especiais de Fronteira...*, p. 41. Em que pese a utilização da citação original na íntegra, vale destacar nessa hierarquia, também a subordinação dos PEFs ao Comando do Exército.

varia entre 10 e 20 homens. Há seis Destacamentos na região Amazônica”.⁴⁸⁸ Um PEF conta com no mínimo 66 homens, sob o comando de um oficial Tenente, com direito ao acompanhamento de seus familiares e dependentes.⁴⁸⁹

O Comando Militar da Amazônia possui 28 PEFs. Por sua vez, às Companhias Especiais de Fronteira - CEF, ficam sob a responsabilidade de um oficial Capitão, que precisa ter como pré-requisito para comandá-las a conclusão do curso de formação na Escola de aperfeiçoamento de oficiais, que versa sobre a tríade dos PEFs e questões sobre a soberania nacional.⁴⁹⁰

2.9 As cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén e a implantação do 3.º PEF⁴⁹¹

As cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén se encontram em uma faixa de fronteira internacional, que compreende a linha limítrofe entre o Brasil e a Venezuela. A cidade de Pacaraima fica situada na Amazônia Setentrional, no estado brasileiro de Roraima, extremo norte do país. Já a cidade de Santa Elena de Uairén se localiza no estado de Bolívar, um dos 23 estados da República Bolivariana da Venezuela.

A existência deste eixo é um dos elementos que confere importância estratégica ao estado no contexto da América do Sul e, principalmente, às cidades gêmeas localizadas no limite internacional visto ser através destes lugares – neste caso, os pontos terrestres de conexão entre o território brasileiro e os demais países – por onde, preferencialmente, se estabelecem as interações transfronteiriça, isto é, os dois pares de cidades-gêmeas apresentam-se como importantes lugares de comunicação, lugares por onde transitam, de um país para o outro, os migrantes, os trabalhadores informais e por onde, da mesma forma, o contrabando penetra no território nacional (no caso das rotas terrestres).⁴⁹²

⁴⁸⁸ SILVA FILHO, *A atuação do Exército no espaço transfronteiriço em Roraima...*, p. 11.

⁴⁸⁹ SILVA FILHO, *A atuação do Exército no espaço transfronteiriço em Roraima...*, p. 11.

⁴⁹⁰ VERDE OLIVA, *Pelotões Especiais de Fronteira...*, p. 42.

⁴⁹¹ “As cidades-gêmeas constituem-se como pontos nevralgicos das mais diversas redes sobrepostas, sendo a sua posição geográfica um dos seus maiores trunfos. Inseridas nas faixas de fronteiras dos seus países, estão sitiadas em regiões que inspiram preocupação quanto à segurança, proteção e soberania nacional.” Cf. SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; MARQUES, Renato de Oliveira. O papel das cidades-gêmeas da região norte brasileira na articulação do comércio exterior. *Caderno de Geografia*, v. 30, n. 60, pp. 128-151, jan/mar., 2020, p. 133. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20743/16398>. Acesso em: 26 abr. 2023.

⁴⁹² NETO, Pedro Fernandes. *A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/ Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/ Lethem (Guiana)*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - 20 a 26 de março de 2005, p. 4817 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/12.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Esta fronteira apresenta, além das tensões provocadas pela recente crise humanitária venezuelana, um alto grau de porosidade. É possível se utilizar do termo porosidade para especificar alguns aspectos deficitários e que possam colocar em risco à soberania nacional.⁴⁹³

À guisa de esclarecimento, “a porosidade das fronteiras é uma condição espaço-temporal que exige o beneplácito do Estado. A porosidade denota uma condição entre a permeabilidade e a impermeabilidade absoluta”.⁴⁹⁴ É a partir desse contexto que se faz necessária, a presença do Estado brasileiro nessas regiões.

Em muitas regiões fronteiriças do Brasil os Pelotões Especiais de Fronteira correspondem unicamente à presença do Estado brasileiro. O autor alerta para as estratégias que são utilizadas nessas faixas de fronteira por essas Organizações Militares, tendo como base a Estratégia Nacional da Defesa, que direcionam as Forças Armadas sob a égide do trinômio de organização e ação militar, baseado no monitoramento/controle, mobilidade e presença.⁴⁹⁵ Nesse sentido:

Os pelotões especiais de fronteira são os responsáveis pela vigilância do território brasileiro na Faixa de Fronteira terrestre com os seguintes países: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana. Portanto, em muitas ocasiões são o primeiro contato com autoridades civis e militares desses países em suas respectivas áreas de responsabilidade.⁴⁹⁶

Com foco na afirmação acima, pode-se depreender a importância da presença militar nesta região, com a melhoria da infraestrutura local atrelada à chegada dos militares, com a institucionalização na faixa de fronteira a partir da instalação do 3.º PEF, que garantiu segurança e prestação de serviços à população local.⁴⁹⁷

Como visto, a revolta do Rupununi, ocorrida no mês de janeiro de 1969 no Distrito de Rupununi, impulsionou as instalações de Pelotões Especiais de Fronteira. Inicialmente, o ano de 1969, foi o marco da instalação do 1.º PEF, em Bonfim, seguido da instalação do 2.º PEF no

⁴⁹³ RODRIGUES, Gabriela Oliveira; *et al.* *A Porosidade das Fronteiras Norte do Brasil e os Mecanismos de Vigilância*: SIPAM, SIVAM, SISFRON e Operações Ágata. In: Brasília: Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, pp. 1-15, 2016, p. 3. Disponível em: www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/a_porosidade_das_fronteras_norte_do_brasil_e_os_mecanismos_de_vigilancia_sipam_sivam_sisfron_e_operacoes_agata.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

⁴⁹⁴ SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As condições espaço-temporais das fronteiras dos estados. *Geosul*, Florianópolis, v. 33, n. 68, pp. 313-334, set./dez., 2018, p. 326. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n68p313/37370>. Acesso em: 17 mar. 2023.

⁴⁹⁵ NUNES, Rogério Marques. A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil. *A Defesa Nacional*, v. 105, n.º 836, pp. 29-42, 2º quadrimestre de 2018, p. 32. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/2580/2044>. Acesso em: 17 mar. 2023.

⁴⁹⁶ NUNES, *A presença do Exército Brasileiro...*, p. 35.

⁴⁹⁷ RAPOSO, Tácio José Natal. *A (Re) Produção do espaço urbano no município de Pacaraima – 1995 - 2013*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRR, Boa Vista-RR, 2015, p. 104.

ano de 1972,⁴⁹⁸ desta feita, no município de Normandia, a 185 km de distância da cidade de Boa Vista.⁴⁹⁹

A instalação do 3.º PEF ocorreu de forma gradual. O destacamento que deu origem a este pelotão se encontrava originalmente na Vila Pereira, região da terra indígena Surumu. Com a abertura da BR-174, houve a chegada de veículos automotores na região, por volta do mês de maio de 1972.⁵⁰⁰

O primeiro carro a chegar no local foi uma caminhonete F-75 que pertencia ao 6.º BEC, sob a responsabilidade do sargento topógrafo Luíz Mário Severo Ávila, oriundo da Escola de Sargento das Armas – ESA, escolheu servir na cidade de Boa Vista, desde o ano de 1969.⁵⁰¹ No livro de memórias do sargento Ávila, que versa sobre a construção da BR-174, foi descrita parte desta experiência vivenciada por ele no início da década de 1970 naquela região fronteiriça, reproduzida parcialmente abaixo por Pavani e Mattioni:

Entre 1970 a 1973, Ávila e a equipe prosseguiram no trecho da BR-174, que ligaria Boa Vista à fronteira com a Venezuela. O inusitado foi que, pela primeira vez, um carro brasileiro alcançou a cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, região que até então vivia da prospecção de ouro e diamante. Ávila comentou que foi uma surpresa para os venezuelanos e os garimpeiros brasileiros ver um carro cruzar a fronteira.⁵⁰²

A chegada do topógrafo com sua equipe, acelerou os trabalhos de terraplanagem, culminando com a conclusão do trecho da BR-174 que interligava finalmente por via terrestre o Brasil à Venezuela, no mês de janeiro de 1973. Após a construção da estrada, o Destacamento, que estava inicialmente na Vila Pereira, se transferiu para a faixa de fronteira com o país vizinho, se estabelecendo na Serra de Pacaraima. Neste mesmo ano, o 6º BEC projetou a demarcação das obras do 3.º PEF.⁵⁰³

⁴⁹⁸ BRASIL. Exército Brasileiro. *Histórico do 1.º PEF* – Bonfim, 2017, p. 1. Disponível em: https://7bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80. Acesso em: 16 mar. 2023.

⁴⁹⁹ SILVA FILHO, A *atuação do Exército no espaço transfronteiriço em Roraima...*, p. 4.

⁵⁰⁰ BRASIL. Exército Brasileiro. *Histórico do 3.º PEF* – Pacaraima, 2017, p. 1. Disponível em: https://7bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83. Acesso em: 17 mar. 2023.

⁵⁰¹ PAVANI, J. D; MATTIONI, José Victor (Org). *Memórias de um fotógrafo topógrafo*: a história de Luiz Mário Severo Ávila e a construção da BR-174. Boa Vista: Mogiana, 2020, p. 44.

⁵⁰² PAVANI; MATTIONI, *Memórias de um fotógrafo topógrafo...*, p. 51.

⁵⁰³ BRASIL, *Histórico do 3.º PEF...*, p. 1.

Imagem 11 - Fotografia aérea feita pela Empresa de Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A para a implantação do 3.º PEF em 1972



Fonte: Acervo pessoal do sargento topógrafo Luíz Mário Severo Ávila, 1972.

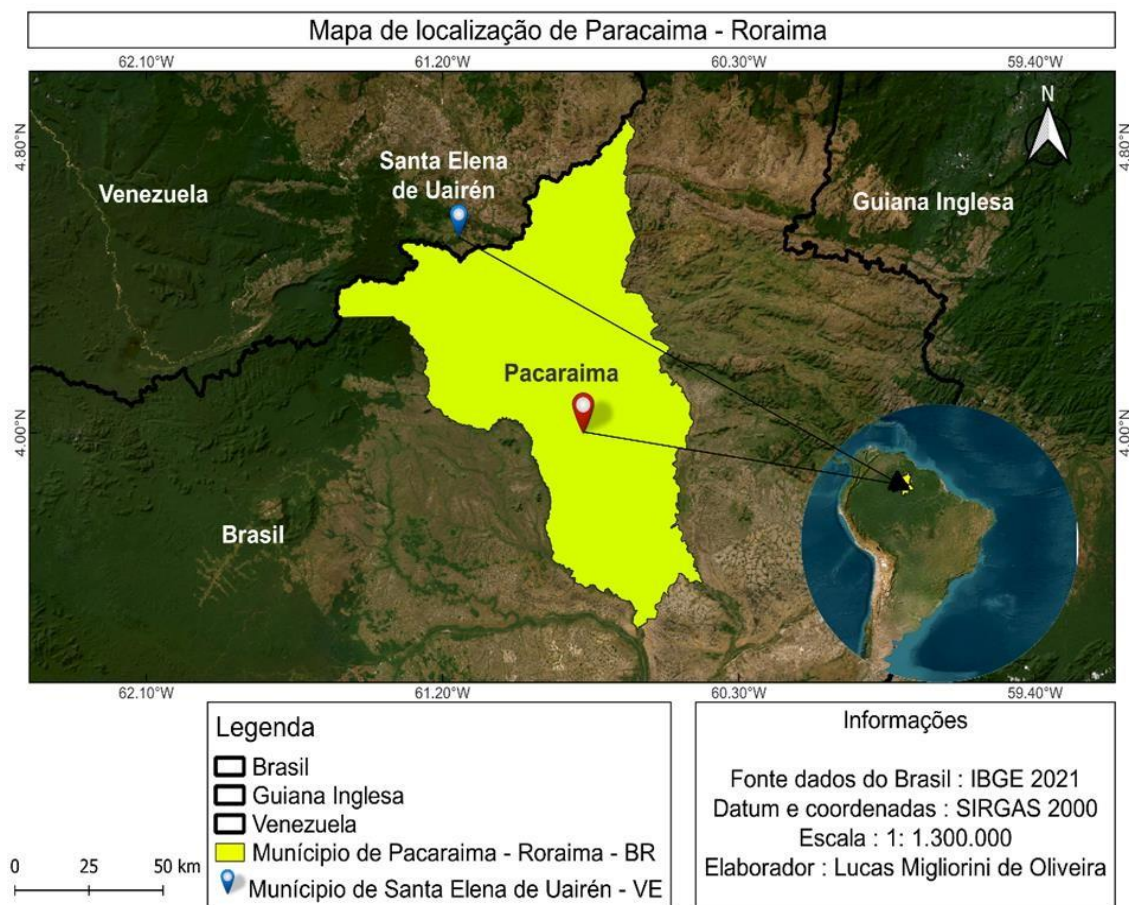
Vencida as fases preliminares de fotografias aéreas e terraplanagem, passou-se para a fase da construção. Inicialmente, os esforços da equipe se voltaram para erguer o aquartelamento do Pelotão. Para facilitar a montagem, todo o material utilizado na obra foi pré-fabricado, importados da Itália, com uma logística de transporte que passava pelo aeroporto da cidade de Santa Elena de Uairén, seguindo via terrestre até a Vila de Pacaraima.⁵⁰⁴

Os materiais eram bastante resistentes, com placas duplas de metal isoladas e acabamento de pintura automotiva. Em meados do dia 11 de março de 1973, o local recebeu uma equipe de militares, sob o comando do 2.º sargento Henrique. Eles estavam em um grupo formado por 9 pessoas, visando se instalar nas novas dependências que foram construídas pela 6.º BEC. Oficialmente, a partir daí, o Destacamento da cidade de Pacaraima, antiga região do Divisor, passou a ser chamado de 3.º Pelotão Especial de Fronteira.⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ BRASIL, *Histórico do 3.º PEF...*, p. 1.

⁵⁰⁵ BRASIL, *Histórico do 3.º PEF...*, p. 1.

Imagem 12 - Faixa de Fronteira internacional do Brasil: cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén



Fonte: Adaptado por Lucas Migliorini de Oliveira.⁵⁰⁶

Abaixo, é possível observar uma fotografia tirada pelo sargento Ávila em 1973, com o 3.º PEF já instalado em Pacaraima.

⁵⁰⁶ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Faixa de Fronteira internacional do Brasil: cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, malha municipal de Pacaraima*, 2021. Adaptado por OLIVEIRA, Lucas Migliorini de, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Imagem 13 – 3.º PEF implantado em Pacaraima - 1973

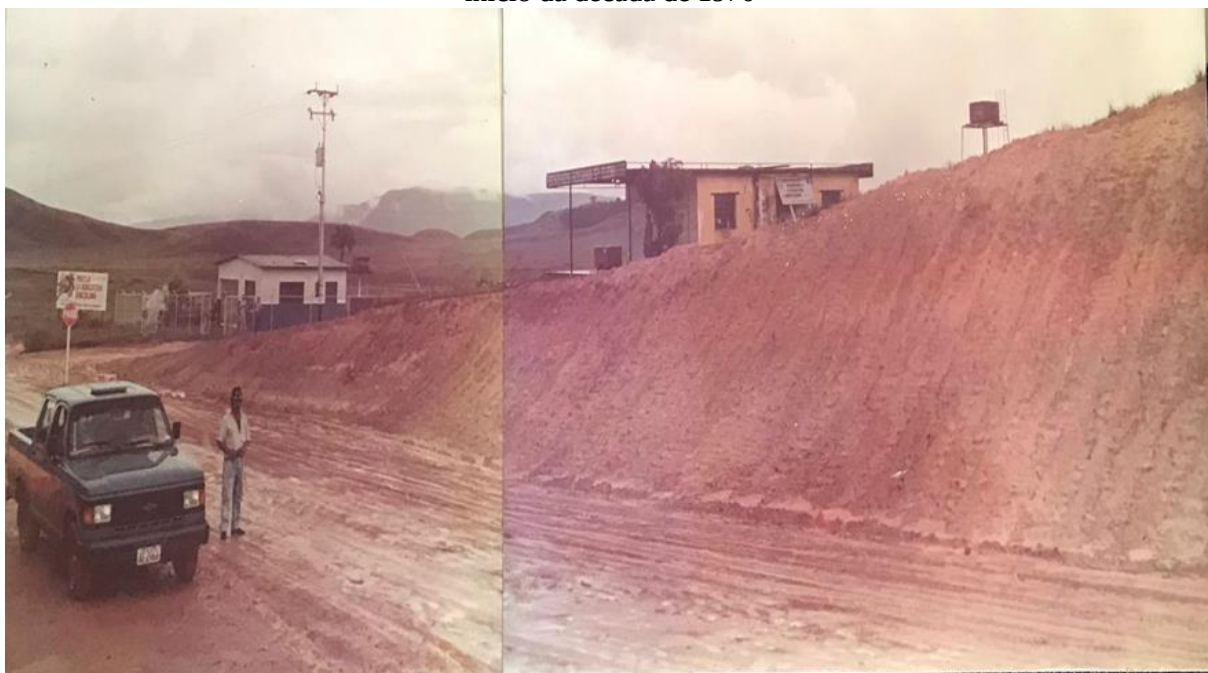


Fonte: Acervo pessoal do sargento topógrafo Luíz Mário Severo Ávila, 1973.

Antes da implantação do 3.º PEF, a fronteira entre o Brasil e a Venezuela apresentava altos índices de porosidade. Portanto, a presença militar brasileira nessa faixa de fronteira, contribuiu para o ordenamento local, a fim de garantir a segurança nacional, além da articulação de medidas de desenvolvimento sustentáveis, e atendimento à população local, que visaram à vivificação desta fronteira setentrional amazônica.

Contudo, o sargento Ávila registrou em uma fotografia no início da década de 1970, uma tentativa precária por parte da Venezuela do ordenamento da faixa de fronteira que entre as cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Trata-se da fotografia de um posto de vigilância venezuelano, bem na divisa entre os dois países, como pode-se observar abaixo:

Imagem 14 - Posto de vigilância venezuelano que existia na fronteira entre o Brasil e a Venezuela no início da década de 1970



Fonte: Acervo pessoal do sargento topógrafo Luíz Mário Severo Ávila, s/d.

Para o professor Miguel Patrice Philippe Dhenin, o fluxo fronteiriço que ocorre em Pacaraima, local onde se encontra o 3.º PEF, é bem maior que em Bonfim, onde está localizado o 1.º PEF.⁵⁰⁷ Ainda, conforme o autor, durante a ditadura civil-militar o governo brasileiro incentivou a construção dos PEFs nas faixas de fronteiras do Brasil, a fim de evitar um suposto avanço comunista, conforme o contexto geopolítico da guerra fria na época.⁵⁰⁸

A estruturação do espaço de Pacaraima perpassa pelas categorias de povoado, vila e finalmente cidade. O Povoado de Divisor como era conhecido a localidade, surgiu inicialmente em função da atividade garimpeira que fazia do local um entreposto de suporte logístico da atividade de extração de ouro e diamante nos dois países.⁵⁰⁹

Antes do agravamento da crise humanitária que assola a Venezuela, a cidade de Santa Elena de Uairén tinha um núcleo urbano maior que Pacaraima. Muitos brasileiros viviam do

⁵⁰⁷ DHENIN, Miguel Patrice Philippe. *Transformações do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira: a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado do Acre e no Estado de Roraima* (1985-2016). Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência Política, Niterói - RJ, 2017, p. 143.

⁵⁰⁸ DHENIN, *Transformações do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira...*, p. 143.

⁵⁰⁹ RAPOSO, Tácio José Natal. *A (Re) Produção do espaço urbano no município de Pacaraima – 1995 - 2013*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRR, Boa Vista-RR, 2015, p. 105.

lado venezuelano, e trabalhavam nas mais diversas atividades, com dinamização da economia local fomentada pelo garimpo.⁵¹⁰

No início dos anos 2000, o 6.º BEC construiu na área patrimonial do 3.º PEF um aeródromo, como 1800 metros de comprimento, todo asfaltado. Atualmente, o 3.º PEF é responsável por parte da fronteira seca com a Venezuela, demarcada por marcos específicos, como o BV-8.⁵¹¹

Imagem 15 – Fronteira do Brasil com a Venezuela em frente ao marco demarcatório BV-8



Fonte: Silva Filho (2021).⁵¹²

Para o professor Nélvio Paulo Dutra Santos, Roraima se constituiu ao longo dos anos como um ponto estratégico para a defesa e soberania nacional, principalmente, a partir das ideias de integração e ocupação, promovidas pelos militares.⁵¹³

Arelado a isso, com as instalações dos PEFs, o Exército passou a estabelecer relações mais próximas com os povos tradicionais das faixas de fronteira, prestando serviços para a

⁵¹⁰ NETO, Pedro Fernandes. *A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/ Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/ Lethem (Guiana). Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005*, p. 4820 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/12.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

⁵¹¹ BRASIL, *Histórico do 3.º PEF...*, p. 1.

⁵¹² Fotografia tirada pelo autor, no dia 25/09/21 no marco BV-8 em Pacaraima, (fronteira do Brasil com a Venezuela), como participante do II Simpósio sobre Defesa Nacional, Fronteiras e Migrações: estudos sobre ajuda humanitária e segurança integrada, no âmbito do Projeto PROCAD-Defesa (ECEME), coordenado pelo Prof. Dr. Tássio Franchi.

⁵¹³ SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013, p. 82.

população local e, admitindo, assim como no caso citado do 1.º PEF, também soldados com dupla cidadania no 3.º PEF.⁵¹⁴

2.10 Legislação e Políticas Públicas para Faixa de Fronteira no Século XXI

Durante os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve um significativo avanço no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas para a faixa de fronteira no Brasil. Um estudo preliminar feito pelo Grupo Retis/UFRJ,⁵¹⁵ elaborou uma Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, que culminou com a criação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF em 2009, ligado ao Ministério da Integração Nacional.⁵¹⁶

Todavia, esta articulação se tornou possível, devido à criação do Comitê de Articulação Federativa – CAF,⁵¹⁷ implementado por meio do Decreto n.º 6.181/2007,⁵¹⁸ ligado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O Decreto supramencionado, visa à articulação de estratégias para a implementação de ações coordenadas entre as três esferas do poder público, a fim de atender as demandas sociais, por intermédio do aprimoramento das relações federativas.⁵¹⁹

Os estudos e as propostas do GSI/PR visaram atender a uma demanda social, em especial aquela formalizada por municípios localizados na faixa de fronteira, com vistas à apresentação de propostas de melhorias à atuação de órgãos e entidades na região, e ao direcionamento de políticas públicas específicas. Como reflexo da ação política encabeçada pelo GSI/PR, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República instituiu um

⁵¹⁴ BRASIL, *Histórico do 1.º PEF...*, p. 1.

⁵¹⁵ O Grupo Retis é formado por pesquisadores-doutores, doutorandos, mestres, mestrands e bolsistas de iniciação científica, atua desde 1994 no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com apoio do CNPq, da FINEP, da FAPERJ e do CEPG/UFRJ e com a participação de pesquisadores associados de outras instituições.

⁵¹⁶ FILHO, Camilo Pereira Carneiro; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas territoriais. *CONFINS* - Paris [online], n. 41, 2019, p. 7. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/22262>. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁵¹⁷ A Câmara Federal, por intermédio da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovou no dia 16/11/10, o Projeto de Lei n.º 7388/10, do Poder Executivo, que incluiu o Comitê de Articulação Federativa – CAF, na estrutura administrativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

⁵¹⁸ BRASIL. Decreto n.º 6.181, de 3 de agosto de 2007. *Institui o Comitê de Articulação Federativa - CAF*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6181.htm. Acesso em: 21 mar. 2023. Esse Decreto foi revogado pelo Decreto n.º 9.784 de 2019 que está em vigência. Cf. BRASIL. Decreto n.º 9.784, de 7 de maio de 2019. Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm#art1. Acesso em: 18 set. 2023.

⁵¹⁹ LOSADA, Paula Ravanelli. *O Comitê de Articulação Federativa: instrumento de coordenação e cooperação intergovernamental de políticas públicas no Brasil. XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008, pp. 1-15. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/CLAD_CP_Paula_Ravanelli.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI), sob coordenação do Ministério da Integração Nacional, que teve por objetivo a elaboração de propostas que visassem ao desenvolvimento e à articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, bem como à coordenação federativa dessas ações.⁵²⁰

No ano seguinte, no dia 19 de novembro de 2008, o CAF publicou a Resolução n.º 8,⁵²¹ para a criação de um Grupo de Trabalho Interfederativo, para elaborar propostas que visem ao desenvolvimento e à articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular, no âmbito do Mercosul, bem como à coordenação federativa dessas ações.

Inicialmente, a composição do grupo foi formada por representantes do Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Associação Brasileira de Municípios, Confederação Nacional de Municípios, Frente Nacional de Prefeitos, Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul e Fórum de Governadores da Amazônia Legal.

Entretanto, após a publicação da Resolução n.º 8, outros grupos reivindicaram espaço e participação no Grupo de Trabalho Interfederativo, pressionando a Secretaria de Relações Institucionais a adicionar novos órgãos para compor o GT. A fim de solucionar a questão, após algumas discussões internas, foi publicada a Resolução do CAF n.º 10,⁵²² de 17 de novembro de 2009, que propusera à inclusão de novos órgãos para compor o Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça.

Após os trâmites legais da publicação, foram incluídos representantes do Ministério do Turismo, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Defesa. A inclusão dos representantes destes órgãos, visava a elaboração de propostas de ações para integrações fronteiriças com países vizinhos.

⁵²⁰ FURTADO, Renata de S. As fronteiras no âmbito do Mercosul: apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça. *Universitas: Relações Internacionais*, Brasília, v. 9, n. 1, pp. 371-381, jan./jun., 2011, p. 374. Disponível em: <https://uniceub.emnuvens.com.br/relacoesinternacionais/article/view/1368/1344>. Acesso em: 18 set. 2023.

⁵²¹ BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais – SRI. Resolução CAF n.º 8, de 19 de novembro de 2008. *Propõe a criação de Grupo de Trabalho Interfederativo para elaborar propostas que visem ao desenvolvimento e à articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, bem como à coordenação federativa dessas ações*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁵²² BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais – SRI. Resolução CAF n.º 10, de 17 de novembro de 2009. *Propõe a inclusão de novos órgãos para compor o Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2023.

A maioria dos representantes destes órgãos argumentara haver a necessidade da ampliação das discussões, para um efetivo planejamento de ações necessárias, que contemplassem políticas públicas para lidar com o aumento dos fluxos migratórios, aumento da segurança nas faixas de fronteira, a fim de coibir atos ilícitos, proteger o meio ambiente, dar apoio à sociedade civil, além de estreitar as relações internacionais.

Nesse ínterim, o PDFF se tornou o estudo principal acerca das fronteiras brasileiras, com influência nas áreas econômicas, geográficas, demográficas e culturais. Tal abrangência, pretendia cumprir o papel de atender às principais demandas sociais, principalmente àquelas ligadas às faixas de fronteiras.⁵²³

Nesse contexto, cresceu ainda mais o foco governamental nos assuntos fronteiriços, principalmente com a apresentação feita ao Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva pelos Ministros João Reis Santana Filho (Integração Nacional), Alexandre Rocha Santos Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e Celso Amorim (Relações Exteriores), da Exposição de motivos Interministerial /MRE/MI/SRI-PR.⁵²⁴

Essa Resolução, apresentava um projeto de decreto para a instituição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF. Posteriormente, no dia 8 de setembro de 2010, decretou oficialmente a CDIF. Nos termos do decreto, compete à CDIF:

- I - definir, respeitadas as especificidades de atuação dos órgãos competentes, critérios de ação conjunta governamental para o desenvolvimento e a integração na área abrangida pela Faixa de Fronteira, estimulando a integração das políticas públicas e a parceria com os demais entes públicos visando a complementaridade das ações.
- II - apresentar estudos que visem a melhoria da gestão multissetorial para as ações do Governo Federal no apoio ao desenvolvimento e à integração da área abrangida pela Faixa de Fronteira;
- III - propor o desenvolvimento de sistema de informações para o gerenciamento das ações a que se refere o inciso anterior;
- IV - apresentar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços; e
- V - interagir com núcleos regionais estabelecidos para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços.⁵²⁵

⁵²³ FILHO; CAMARA, *Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil...*, p. 3.

⁵²⁴ BRASIL. *Exposição de Motivos Interministerial /MRE/MI/SRI-PR de 22 de julho de 2010*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2023.

⁵²⁵ BRASIL. Decreto de 08 de setembro de 2010, Art. 2º, incisos I-V, p. 1. *Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF*. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=08/091&ano=2010&ato=64coXRE1keVpWT9e1>. Acesso em: 21 mar. 2023.

O aspecto plural da CDIF, dado pela parceria dos Ministérios da sua base com os demais órgãos convidados, permitiu o planejamento de uma grande agenda, para a estruturação de propostas e ações nas áreas de fronteira. Tal iniciativa, ensejou a criação de planos de desenvolvimentos nos arcos de fronteira brasileiro, como o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIF.⁵²⁶

Corroborando com esse entendimento, Stefano Moraes Demarco e Claudio Machado Maia, discorram acerca do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO),⁵²⁷ à medida que sua implementação, buscou atenuar as diferenças sociais nessas áreas. Sua criação ocorreu por intermédio do Ministério da Integração Nacional, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).⁵²⁸

Este programa está voltado para redução das desigualdades sociais e econômicas das mesorregiões de fronteira.⁵²⁹ Essas fronteiras estão divididas em 13 mesorregiões diferenciadas, atendidas pelo PROMESO:

São elas: Alto Solimões, Valeo do Rio do Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Xingo, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bacia do Itabapoana, Vale do Ribeira, Guaraqueçaba, Águas Emendadas, Metade Sul do Rio Grande do Sul, Seridó e Grande Fronteira do Mercosul.⁵³⁰

Os autores alegam que o desenvolvimento do território depende não apenas das ações governamentais, mas dos próprios atores sociais, à medida que se reconhecem e tem seu território como referência.

Em sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cuja escala prioritária é a mesorregional, os espaços sub-regionais

⁵²⁶ FILHO; CAMARA, *Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil...*, p. 11.

⁵²⁷ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais (SPR/MI). *Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais: PROMESO - II Relatório de Gestão*. Brasília, 2009, p. 7. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/acessoainformacao/relatoriodegestao/2009/Relatorio-de-Gesto---EX-SPR---Exercicio-2009.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

⁵²⁸ DEMARCO, Stefano Moraes; MAIA, Claudio Machado. O programa de promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais: um estudo de caso sobre a mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*. - Faccat - Taquara/RS - v. 12, n. 1, jan./jun. 2015, pp. 183-184. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/228>. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁵²⁹ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais - SPR. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009, p. 48. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

⁵³⁰ DEVES, Otávio Diel; RAMBO, Anelise Graciele; MIGUEL, Lovois de A. *A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL: uma análise dos sistemas agrários e das políticas de desenvolvimento neste território*. In: Encontro de Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre. 4.º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: PUCRS e FEE, v. 1. pp. 1-27, 2008, p. 2. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30350/000676329.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 mar. 2023.

contemplados pelo PROMESO incluem as Mesorregiões Diferenciadas – caso específico da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL - e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs). As Mesorregiões Diferenciadas são espaços contínuos, formados por territórios de uma ou mais unidades da federação, o que as tornam distintas das mesorregiões adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são desenhadas como base nas fronteiras estaduais. Embora possam abranger territórios de mais de um estado, as Mesorregiões Diferenciadas são menores que as Macrorregiões determinadas pelo IBGE. Como consequência, as Mesorregiões Diferenciadas são formadas por territórios e municípios que apresentam identidades físicas, econômicas, sociais e culturais e permitem a configuração de um arranjo político-institucional com participação da sociedade civil, num processo de busca de coordenação e efetividade das ações territoriais das políticas públicas de diferentes esferas de poder.⁵³¹

Conforme aponta Ana Regina Ferreira da Silva e Aldomar Arnaldo Ruckert, o Plano Estratégico de Fronteiras - PEF, foi pensado em consonância à Lei Complementar n.º 136,⁵³² de 25 de agosto de 2010⁵³³ e instituído pelo Decreto n.º 7.496, de 8 de junho de 2011,⁵³⁴ sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, voltou-se, mais especificamente, para a segurança e a defesa da fronteira nacional, principalmente no que concerne ao combate de delitos.⁵³⁵

Em 2016, foi criado por meio do Decreto n.º 8.903, de 16 de novembro daquele ano o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF, com ênfase nas ações e segurança, controle, fiscalização e repressão de delitos e crimes ambientais na faixa de fronteira. Para tanto, há uma parceria integrada com órgão da Segurança Pública, Vigilância Sanitária, Receita Federal, Forças Armadas, além de outros órgãos parceiros nas esferas municipal, estadual e federal.⁵³⁶

Este plano, determinou a coordenação entre as Forças de Segurança Pública e as Forças Armadas para o combate a crimes transfronteiriços, atribuindo poder de polícia aos militares

⁵³¹ DEVES; RAMBO; MIGUEL, *A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL...*, p. 185.

⁵³² BRASIL. Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. *Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

⁵³³ SILVA, Ana Regina Ferreira da; RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Políticas Públicas Face à Realidade da Faixa de Fronteira Brasileira: O Caso de uma Sub-região do Arco Norte. *Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon*, Ed. Especial, v.11, n.15, pp. 46-54, jul.-dez., 2016, p. 49. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/16317/11077>. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁵³⁴ Revogado pelo Decreto n.º 8.903, de 2016. Cf. BRASIL. Decreto n.º 8.903, de 16 de novembro de 2016. *Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁵³⁵ BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programas e Ações - Plano Estratégico de Fronteiras - PEF, 2011. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁵³⁶ BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. *Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)*, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1>. Acesso em: 19 set. 2023.

que atuam na faixa de fronteira.⁵³⁷ Na esteira desta política pública, foi criado o programa da Estratégia Nacional de Fronteira - ENAFRON, vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP do Ministério da Justiça.⁵³⁸ Os principais objetivos da ENAFRON são o combate aos crimes no espaço fronteiriço e o investimento na gestão de pessoas, a fim de promover uma maior aproximação entre as políticas públicas e a defesa nacional, com o apoio das Forças Armadas.⁵³⁹

Conforme consta no Escritório de Projetos do Exército Brasileiro, o aprimoramento das políticas públicas para a segurança e defesa da faixa de fronteira brasileira, resultaram em ações mais assertivas do ponto de vista do monitoramento.⁵⁴⁰ É nesse sentido, que foi criado no ano de 2012, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON. Ele é composto por um sistema de sensoriamento e monitoramento integrado, a fim de fortalecer a presença militar na faixa de fronteira terrestre.

Existem muitos desafios encontrados pelo Exército brasileiro em gerenciar esse programa, a partir da necessidade do aprofundamento das relações interagências, da identificação e triagem dos problemas e suas possíveis soluções, com essa parceria passando por cinco fases distintas: a) o problema que consta na agenda das políticas públicas, b) as decisões de colaborações institucionais, c) a harmonização das estratégias, d) as políticas e estratégias colaborativas, e) as ações específicas.⁵⁴¹

⁵³⁷ É válido ressaltar, que no ano de 2010 houve a criação do Policiamento Especializado de Fronteiras (PEFRON), no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, instrumento para as polícias militares estaduais atuarem de forma preventiva e repressiva contra circulação de ilícitos, tráfico de pessoas e outros crimes conexos. Esse projeto foi encerrado em 2011 e o seu investimento incorporado à Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). Destarte, a Portaria n.º 29 de 30/08/2010 / SNSP - Secretaria Nacional de Segurança Pública, publicada no D.O.U de 31/08/2010, que Dispõe sobre a paridade entre INC/Força Nacional e a INC específica de Policiamento Especializado de Fronteiras, determina nos seus artigos 1.º e 2.º que: Fica instituído a paridade estabelecida entre Instrução de Nivelamento e Conhecimento - INC da Força Nacional de Segurança Pública e a Instrução de Nivelamento e Conhecimento - INC do Policiamento Especializado de Fronteiras (PEFRON); Os concludentes do Curso de Policiamento Especializado de Fronteiras (PEFRON), passarão a compor o banco de dados da Força Nacional de Segurança Pública, possibilitando o seu emprego especificamente nas regiões de fronteiras. Cf. BRASIL. Portaria n.º 29 de 30/08/2010 / SNSP, Art., 1º e 2.º - Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Dispõe sobre a paridade entre INC/Força Nacional e a INC específica de Policiamento Especializado de Fronteiras*. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/215103-policiamento-especializado-de-fronteiras-dispue-sobre-a-paridade-entre-inc-forua-nacional-e-a-inc-especufica-de-policiamento-especializado-de-fronteiras.html>. Acesso em: 19 set. 2023.

⁵³⁸ SILVA; RUCKERT, *Políticas Públicas Face à Realidade da Faixa de Fronteira Brasileira...*, p. 49.

⁵³⁹ MARTINS, Aurilene Ferreira. *Dinâmica institucional nas políticas para a faixa de fronteira Norte*: PDF e ENAFRON. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017, p. 20.

⁵⁴⁰ BRASIL. Exército Brasileiro. *Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras*. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em: 19 set. 2023.

⁵⁴¹ SOUZA, Deywisson Ronaldo Oliveira de; GARCIA, Stephanie Queiroz. A Abordagem Interagência dos Sistemas Proteger e de Monitoramento das Fronteiras Terrestres (SISFRON). *Revista Hegemonia*, n. 14, v. 18, 2014, p. 3. Disponível em: <https://revistahegemonia.emnuvens.com.br/hegemonia/article/view/120/89>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Com a revogação do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), o governo federal instituiu em 2016, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), que manteve a mesma finalidade do PEF, com a inserção nas suas atividades dos órgãos de inteligência, que atuam por meio do Sistema Brasileiro de Inteligência. A esse respeito, Araújo Neto, Barp e Cardoso comentam:

[...] o Governo Federal acabou revogando o decreto do PEF e, em seu lugar, instituiu o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), por meio do Decreto nº 8.903/2016, mantendo a mesma finalidade do revogado, que é o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços. A principal revisão adotada na nova política foi a inserção dos órgãos de inteligência por meio do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN.⁵⁴²

Recentemente, no ano de 2020, o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, lançou o Programa Fronteira Integrada - PFI. Ele consiste na tentativa de diminuir as desigualdades socioeconômicas na faixa de fronteira terrestre brasileira, com uma série de metas a serem alcançadas, como a geração de renda, melhora na infraestrutura e na qualidade de vida das populações fronteiriças. As prioridades nos atendimentos são das 33 cidades-gêmeas dos arcos Norte, Central e Sul, reconhecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, a fim de fortalecer e desenvolver as regiões das faixas de fronteira do Brasil.⁵⁴³

O PFI vem sendo implantada gradativamente, com base em quatro eixos de ação, que compreendem o desenvolvimento produtivo; infraestrutura econômica e urbana; desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos.⁵⁴⁴

O MDR pode-se valer, quando houver interesse, de parcerias público-privadas, cooperações técnicas e consórcios públicos, com parte dessas atividades podendo ser custeadas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, além de recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, podendo também, no caso de parcerias, a obtenção de fomento nacional e internacional.⁵⁴⁵

⁵⁴² ARAÚJO NETO; José Carlos de; BARP, Wilson José; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Modelo Brasileiro do Ambiente Interagências para Operações na Fronteira. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 4, n.º 2, pp. 241-262, jul./dez., 2017, pp. 242-243. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/74656/42064>. Acesso em: 27 abr. 2023.

⁵⁴³ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *MDR lança programa para fortalecer desenvolvimento nas cidades localizadas na faixa de fronteira*, 2020, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/mdr-lanca-programa-para-fortalecer-desenvolvimento-nas-cidades-localizadas-na-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 19 set. 2023.

⁵⁴⁴ BRASIL, *MDR lança programa...*, p. 1.

⁵⁴⁵ BRASIL, *MDR lança programa...*, p. 1.

Quadro 9 - Atividades Recentes da Coordenação-Geral de Demarcação de Limites

PAÍS	ATIVIDADE	COMISSÃO
Peru	Em seguimento aos trabalhos acordados durante a XV Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos de Fronteira Brasil/Peru, realizada em 31 de janeiro de 2020: - durante o dia 22 de junho de 2022 foi realizada reunião de coordenação entre as comissões de fronteira dos dois países em Iñapari/Peru; - entre os dias 23/06 a 03/07/2022, foram realizados trabalhos de campo na fronteira e levantamento de imagens aéreas com apoio de veículo aéreo não-tripulado na região da confluência dos rios Acre e Yaverija.	PCDL
Colômbia	Em seguimento aos trabalhos acordados durante a XXIX Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana, realizada em 7/7/2021: - entre os dias 1º. a 20 de novembro de 2022, foi realizada a construção de 5 (cinco) novos marcos em trabalhos de campo no setor sul da linha geodésica Tabatinga-Apapóris; - entre os dias 20 de março e 3 de abril de 2023, foi realizado, por iniciativa do lado colombiano, o levantamento de imagens com apoio de um veículo aéreo não tripulado, na zona de assentamentos urbanos que se encontram às margens da quebrada de Santo Antônio.	PCDL
Guiana	Em continuidade aos trabalhos previstos pela X Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Guianense de Limites, realizada em julho de 2017, na cidade de Belém: - entre os dias 12 a 30 de junho de 2023, está sendo realizada a campanha de inspeção dos marcos fronteiriços B/BG-21, B/BG-22, B/BG-23, B/BG-24 e B/BG-25.	PCDL
Paraguai	Em cumprimento das atividades previstas pela LXVI Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, ocorrida em Ponta-Porã, em março de 2022; - nos meses de março e abril, houve a realização da primeira campanha de 2022 e, - entre os dias 5 a 16 de outubro de 2022, foi realizada a segunda campanha no Setor II da fronteira seca bilateral, para finalizar os trabalhos de reconstrução, limpeza e desenterro de mais de 35 marcos de fronteira. - Entre os dias 15 a 17 de março de 2023, foi realizada a LXVII Conferência da Comissão Mista de Limites e	SCDL

	de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, em Pedro Juan Caballero; – e entre os dias 18 de março a 04 de abril de 2023, foi realizada campanha no Setor II da fronteira seca bilateral.	
Uruguai	Em cumprimento das atividades previstas na LXV Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai, ocorrida em Montevideu, em dezembro de 2021: - entre os dias 7 a 30 de novembro de 2022, foi realizada campanha na fronteira seca bilateral. - entre os dias 24 e 28 de abril de 2023, foi realizada a LXVI Conferência da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai no Palácio Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, sede da Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.	SCDL

Fonte: Brasil, 1.^a e 2.^a CBDL/PCDL/SCDL, 2023, p. 1.⁵⁴⁶

Após o detalhamento dessas atividades, é necessário considerar como essas iniciativas influenciaram as políticas de segurança e desenvolvimento nas regiões de fronteira. A premissa dessas demarcações busca estabelecer a soberania territorial de cada país, com a devida clareza nos processos demarcatórios. Isso ressalta a relevância das atividades de demarcação, não apenas como um aspecto técnico, mas como um elemento central na construção de um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento regional e nacional de cada país.

No dia 29 de março de 2023, foi realizada na Secretaria de Estado reunião sobre implementação do Projeto Amazônia Conectada na Secretaria de Estado, da qual participaram Chefes e representantes da Divisão de Integração de Infraestrutura (DINF), da Divisão de Bolívia, Equador, Paraguai e Peru (DIBEP), da Divisão de Temas Digitais (DTD), pelo Itamaraty; da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, da Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz (EAF); e, representando o Ministério das Comunicações (MCOM), o diretor de Projetos de Infraestrutura e de Inclusão Digital e o diretor do Departamento de Projetos e Infraestrutura. No dia 14 de junho de 2023, foi realizada na Secretaria de Estado reunião de coordenação com representante do Ministério da Defesa para implementação da Portaria Interministerial MD-MRE nº 3.217, de 4/8/2021, que estabelece mútua cooperação técnica entre o MD e o MRE, para o apoio às atividades de demarcação, caracterização, adensamento e reconstrução dos marcos de fronteira.⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1.^a e 2.^a CBDL/PCDL/SCDL. Brasil: Fronteiras terrestres, 2023, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/atividades-da-coordenacao-geral-de-demarcacao-de-limites-1>. Acesso em: 19 set. 2023.

⁵⁴⁷ BRASIL, 1.^a e 2.^a CBDL/PCDL/SCDL..., p. 1.

À vista disso, tratou-se neste capítulo, inicialmente, de uma análise mais pormenorizada sobre os conceitos de linha e faixa de fronteira, espaço, território, modernidade, tempo histórico e presença militar. Pautou-se também a relação entre o espaço fronteiriço e a Geopolítica de defesa, além da formação histórica das fronteiras brasileiras a partir de um viés dos tratados internacionais de Tordesilhas, Utrecht, Madri, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz.

Também se discutiu acerca da legislação brasileira sobre a formação de fronteira, com ênfase no Arco Norte, além das consequências causadas pelos conflitos territoriais no século XIX no Brasil, com o tensionamento ocorrido pelas disputas territoriais na região do rio Pirara, fronteira do Brasil com a Guiana.

Já no início do século XX, observou-se a questão da disputa territorial fronteiriça entre brasileiros e bolivianos pelo território do Acre, resolvida pela assinatura do Tratado de Petrópolis, além das mudanças recentes promovidas pela Coordenação-Geral de Demarcação de Limites, no século XXI.

No que concerne especificamente ao objeto de estudo desta tese, conjecturou-se como ocorreu a Revolta do Rupununi, a fim de demonstrar os primórdios da presença militar nesta região e das instalações dos PEFs de Bonfim e Pacaraima em 1969, tendo como base as cidades-gêmeas de Bonfim e Lethem, (local de instalação do 1.º PEF) e Pacaraima e Santa Elena de Uairén, (local de instalação do 3.º PEF).

Por fim, evidenciou-se neste capítulo a legislação de fronteira e as principais políticas públicas decorrentes dessas legislações no século XXI, como elemento de análise histórica à luz do ordenamento jurídico vigente.

Capítulo III – A influência do pensamento e das ações militares nos projetos desenvolvimentistas para a Amazônia e a presença militar nas terras indígenas de Roraima

Buscar-se-á neste capítulo, a identificação e discussão dos principais modelos desenvolvimentistas brasileiros relacionados à Amazônia e ao Estado de Roraima, a partir da segunda metade do século XX. Em particular, compreender como o pensamento e a presença militar se inserem e impactam nesse contexto. Para tanto, se faz necessário, um arrazoado acerca de como as ideias desenvolvimentistas foram atreladas à ideia de modernidade.

Nesse sentido, destaca-se a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que desempenharam papéis fundamentais na busca por promover o progresso econômico e social da região.

Além disso, analisar-se-ão as ações do Plano Quinquenal, dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia e do Programa de Integração Nacional - PIN, que desempenharam papéis importantes na estruturação do desenvolvimento regional, mas sofreram críticas por parte da sociedade civil, órgãos ambientais, movimentos sociais e agências indígenas e, principalmente, do recém-criado Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

Neste contexto, também analisar-se-á a presença militar em Roraima, com base no caso específico da construção da BR-174, que liga as cidades de Manaus à Boa Vista, por meio da atuação do 6.º BEC, que impactou diretamente o povo Waimiri-Atroari.

Na análise dos três planos nacionais de desenvolvimento da região amazônica, daremos ênfase à criação do Programa Calha Norte – PCN e seus investimentos nos Pelotões Especiais de Fronteira. Soma-se a isso, a investigação da atuação do 1.º e do 3.º PEF nas terras indígenas de Roraima.

Na sequência, veremos, quais os impactos que trouxeram o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia na Nova República, juntamente com a análise da criação do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM e do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, que desempenham papéis fundamentais no monitoramento e na gestão dos recursos naturais da região, bem como no apoio aos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia setentrional.

3.1 A Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA (1953)

Para uma compreensão mais ampla acerca da presença militar no âmbito dos projetos desenvolvimentistas da região amazônica, se faz necessário o entendimento das ideias de desenvolvimento que avançaram na América Latina após a II Guerra Mundial, sobretudo, com a consolidação do imperialismo estadunidense, a partir de um discurso do lado vencedor, que verbalizou a modernização e o progresso em contraposição ao avanço socialista.⁵⁴⁸

Essa fase também foi marcada pelo desinteresse internacional na produção de borracha na Amazônia. Consoante a isso, via-se aumentar os índices de pobreza na região. Essa preocupação, ficou explícita com a promulgação da Constituição Federal de 1946, com a elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Com isso, algumas medidas foram tomadas, a primeira delas, foi a mudança do Banco de Crédito da Borracha para o Banco de Crédito da Amazônia, a partir de meados de 1950, quando essa discussão foi retomada com a posse de Getúlio Vargas. Depois disso, em 1953, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA.⁵⁴⁹

O novo órgão tinha atuação sobre os seguintes Estados e Territórios Federais: Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Território do Acre, Território do Amapá, Território do Rio Branco-Roraima, Território do Guaporé-Rondônia.⁵⁵⁰

Na década de 1950, durante os governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek, prevaleceu uma cultura nacional-estatista. “Ela amoldou-se aos jogos institucionais, à liberdade de imprensa, às disputas político-partidárias, em suma, à vigência do registro liberal das liberdades democráticas.”⁵⁵¹

⁵⁴⁸ DUARTE, Teresinha Maria. O projeto de desenvolvimento do regime militar e o Estado de Goiás. *OP SIS*, Catalão, v. 9, n. 12, jan-jun 2009, p. 135. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9446/6534>. Acesso em: 07 nov. 2023.

⁵⁴⁹ CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio. *Formação Socioeconômica da Amazônia*. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2). Belém: NAEA, 2015, p. 188. Cf. BRASIL. Lei n.º 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 nov. 2023.

⁵⁵⁰ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Histórico da SUDAM*. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 10 nov. 2023.

⁵⁵¹ REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 11.

Por outro lado, como apontou Arthur C  zar Ferreira Reis, a Amazônia continuava a despertar   cobiça internacional,⁵⁵² além de permear o imaginário da época como um lugar onde havia exotismo e exuberância.⁵⁵³ Conforme o pesquisador Carlos Renha, a SPVEA foi criada:

[...] a partir de uma mudança de visão e ideologia, possibilitou o início de um novo tratamento dado   região amazônica. A Amazônia passava a ser vista como uma região estratégica, sua efetiva integra  o com o restante do país tornava-se essencial para que ela pudesse alcançar uma condi  o autossustentável a médio prazo.⁵⁵⁴

Cinco anos antes da cria  o da SPVEA, já existia um planejamento da ONU para a América Latina, no que concerne   questão econômica. Trata-se da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, criada pelo Conselho Econômico e Social das Na  es Unidas em 1948, visando acalmar os ânimos dos países da América Latina que estavam exaltados por ficarem fora do Plano Marshall.⁵⁵⁵

A SPVEA formulou o I Plano Quinquenal, que foi o marco para as a  es que seriam empreendidas entre 1955-1959, enfatizando como pontos principais o desenvolvimento da produ  o agrícola e animal, a melhoria dos sistemas de transportes, comunica  es, energia e saúde, o aproveitamento dos recursos minerais, o aumento demográfico, o desenvolvimento do crédito bancário, além da pesquisa e prepara  o de quadros técnicos regionais.⁵⁵⁶

Contudo, desde o ano de 1946, que a ideia da valoriza  o da Amazônia já estava sendo arquitetada e defendida no congresso nacional por parlamentares locais, pois foi da autoria do Deputado Federal Leopoldo Peres a inclusão do artigo 199 na Constitui  o Federal de 1946, que “criou o Plano de Valoriza  o Econômica da Amazônia”.⁵⁵⁷

⁵⁵² REIS, Arthur C  zar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021, pp. 221-258.

⁵⁵³ MIRANDA, Camila Barbosa Moço. *Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário*. In: Anais do XXIX Encontro Nacional de História, Brasília, 2017, p. 7. Disponível em: https://snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488736405_ARQUIVO_textocompletoST.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

⁵⁵⁴ RENHA, Carlos Eug  nio Aguiar Pereira de Carvalho. *A Superintendência do Plano de Valoriza  o Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)*. Disserta  o (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017, p. 11.

⁵⁵⁵ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valoriza  o Econômica da Amazônia...*, p. 22.

⁵⁵⁶ CASTRO; CAMPOS, *Forma  o Socioecon  mica da Amazônia...*, p. 189.

⁵⁵⁷ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valoriza  o Econômica da Amazônia...*, p. 46.

Entre seus principais objetivos, destaca-se a ocupação territorial da Amazônia, assim como à manutenção da sua estabilidade econômica e social e o desenvolvimento da Amazônia como todo, a fim de complementar o crescimento da economia brasileira.⁵⁵⁸

Naquele momento, a Amazônia era vista pela união e militares como um possível risco à soberania nacional, isso mais tarde, reforçaria o discurso militar de desenvolvê-la economicamente e integrá-la ao território nacional, para que ela “alcançasse uma condição autossustentável a médio prazo”.⁵⁵⁹ Desde a sua criação em 1953 até sua extinção em 1967, passaram pelo comando da SPVEA sete superintendentes e um interventor.⁵⁶⁰

Quadro 10 – Cronologia dos Superintendentes e do interventor à frente da SPVEA

Superintendentes	Início - Fim
Arthur Cezar Ferreira Reis	01/08/1953 – 12/12/1955
Waldir Bouhid	14/12/1955 – 31/01/1961
Aldebaro Cavaleiro De Macedo Klautau	01/04/1961 – 19/09/1961
Mário da Silva Machado	20/09/1961 – 25/10/1961
Mário Dias Teixeira	30/10/1961 – 28/03/1963
Francisco Gomes de Andrade Lima	29/03/1963 – 06/04/1964
Ernesto Bandeira Coelho (Interventor)	07/04/1964 – 03/06/1964
Mário de Barros Cavalcanti	04/06/1964 – 27/03/1967 ⁵⁶¹

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Renha (2017, p. 67).⁵⁶²

A gestão de Arthur Reis foi marcada por uma série de atrasos nos pagamentos das ordens de serviços dos convênios firmados para a execução de várias obras que estavam em andamento, fruto da burocracia estatal. Ele também sofreu com inúmeras pressões advindas de políticos locais que visavam mais recursos e as resoluções rápidas de problemas, a fim de aumentarem seu capital político em suas bases eleitorais. Isso culminou com sua saída do comando da Superintendência em 1955.⁵⁶³

Por outro lado, a gestão de Waldir Bouhid foi a mais longa, mas também marcada por denúncias de corrupção, que culminaram na abertura de uma Comissão Parlamentar de

⁵⁵⁸ MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2018, p. 119.

⁵⁵⁹ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, p. 34.

⁵⁶⁰ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, p. 67.

⁵⁶¹ Contando seu período à frente da SUDAM.

⁵⁶² RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, p. 67.

⁵⁶³ RENHA, Carlos Eugênio Aguiar Pereira de Carvalho. A política desenvolvimentista para a Amazônia: implementação, objetivos e o revés da SPVEA (1953-1966). *Sæculum – Revista de História*, n.º 40, pp. 85-107, jan/jun, 2019, p. 92. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/43433/22884>. Acesso em: 07 nov. 2023.

Inquérito - CPI em 1957. Além disso, ele ainda foi alvo de um pedido de punição, feito pelo Ministério da Justiça, há poucos dias do final da sua gestão em 1961.⁵⁶⁴

Neste mesmo ano, ocorreu a fase mais conturbada, em termos de mudança de gestão. Com as passagens efêmeras de Aldebaro Klautau, do general Mário Machado e Mário Dias Teixeira. Klautau recebeu mais de 1600 obras paralisadas da gestão anterior, não encontrando solução, pediu exoneração do cargo com apenas três meses.⁵⁶⁵

Na sequência, o general Mário Machado ficou no cargo apenas por 35 dias, pois enfrentou os mesmos problemas. Seu sucessor, Mário Dias Teixeira, enfrentou dificuldades orçamentárias, além de sofrer denúncias de corrupção na sua condução nas obras da Rodovia Belém-Brasília, já durante o governo Jânio Quadros, “[...] no entanto, não conseguindo avançar sua intenção de implantar um novo Plano Diretor e nem evitar os cortes bilionários no orçamento da Superintendência, Teixeira, completamente frustrado, exonerou-se”.⁵⁶⁶

Coube então a Andrade Lima, a tentativa de resgatar a imagem da SPVEA, principalmente frente à bancada amazônica, que frequentemente acusava o órgão de negligenciar investimentos na economia gomífera. Pressionado, Andrade Lima apresentou um Plano de Ação para a Amazônia na Câmara Federal, com cronograma de execução previsto para ocorrer em dois anos.

Inicialmente, sua iniciativa foi elogiada pelos parlamentares da região norte, que, aparentemente, vislumbravam perspectiva no plano apresentado. Contudo, um novo fato mudaria os rumos da situação. Pois, logo na sequência do golpe militar de 1964, houve a nomeação do general Ernesto Bandeira Coelho como interventor da SPVEA, que também assumiu o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.⁵⁶⁷

Durante este período foram elaborados três relatórios conformando-se uma avaliação negativa das administrações anteriores. Na avaliação negativa e moralista incluem-se falta de competência técnica, de coordenação das ações e organismos federais na região, debilidade acentuada do pessoal da SPVEA (quase todo sem qualificação) e manipulação escusa dos recursos da Superintendência. No primeiro relatório (1966) estes elementos são colocados como comprometedores dos objetivos originais da instituição. Constatase, além do mais, a crise de legitimidade da Superintendência, mas se coloca como objetivo recuperá-la.⁵⁶⁸

⁵⁶⁴ RENHA, *A política desenvolvimentista para a Amazônia...*, pp. 90-96.

⁵⁶⁵ RENHA, *A política desenvolvimentista para a Amazônia...*, p. 97.

⁵⁶⁶ RENHA, *A política desenvolvimentista para a Amazônia...*, p. 98.

⁵⁶⁷ MARQUES, Gilberto, S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.º 34, pp. 163-198, fevereiro 2013, pp. 180-181. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/6>. Acesso em: 08 nov. 2023.

⁵⁶⁸ MARQUES, SPVEA..., p. 181.

O que parecia ser a solução, acabou agravando ainda mais a crise, pois durante o período em que ocorreu a intervenção sob a administração de Ernesto Coelho, todas as ações da SPVEA se mantiveram paralisadas.⁵⁶⁹ Para tentar reverter a situação, o governo militar nomeou em 1964, o general Mário de Barros Cavalcanti, que também comandaria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, em 1966.

Ele colocou em prática na sua gestão medidas de descentralização, a fim de promover mudanças internas que possibilitassem uma maior celeridade aos trabalhos. Destacou-se também na sua gestão, a inauguração da sede da SPVEA em Belém. No entanto, tais medidas não foram suficientes para arrefecer as críticas, que vinham tanto de parlamentares quanto da imprensa na época.⁵⁷⁰

O clima de insatisfação teve consequências, desdobrando-se na criação do Grupo de Trabalho da Amazônia no ano de 1965. Nele, discutiram-se alternativas para o órgão, mas, ao final dos trabalhos, deliberou-se pela proposta da extinção da SPVEA e da criação da SUDAM.⁵⁷¹

A substituição da SPVEA pela Sudam fez parte da Operação Amazônia, um conjunto de instrumentos institucionais legais, adotados nos últimos meses de 1966 e início do ano seguinte. Com a Operação, ademais, regulamentou-se a Zona Franca de Manaus, criando sua superintendência, foi criado o Banco da Amazônia para o lugar do Banco de Crédito da Amazônia e foi instituída uma nova política nacional da borracha. Mas talvez a mais importante das mudanças tenha sido a reformulação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Com isso, os incentivos fiscais foram ampliados e passaram a incorporar fortemente a agropecuária. Objetivava-se instituir um processo coordenado e intenso de ocupação territorial da região, visando “integrá-la” ao restante do país. A integração mostrou-se autoritária, conservadora centralizadora no Executivo Federal (com as principais decisões tomadas fora dos espaços regionais). Respondia, fundamentalmente, aos interesses principais do grande capital e da grande propriedade.⁵⁷²

O Professor Daniel Chaves de Brito apresenta duas interpretações distintas, acerca da extinção da SPVEA. A primeira delas, se baseia na crítica regionalista, apontando a incapacidade do Governo Federal em cumprir as metas pré-estabelecidas no Plano de Valorização para a Amazônia. A segunda, teve um caráter conservador, emitida por membros

⁵⁶⁹ RENHA, *A política desenvolvimentista para a Amazônia...*, p. 99.

⁵⁷⁰ RENHA, *A política desenvolvimentista para a Amazônia...*, p. 100.

⁵⁷¹ MARQUES, *SPVEA...*, p. 184.

⁵⁷² MARQUES, *SPVEA...*, p. 185.

do próprio governo, onde alegavam que a ineficiência do órgão, era fruto da decorrência de processos socioculturais e políticos da região norte.⁵⁷³

Pela análise do período exposto, depreende-se que a primeira versão que criticava a ineficácia do governo é mais crível, dado os inúmeros escândalos de corrupção que emergiram durante a existência do órgão. Conforme Carlos Renha, ela não conseguiu concretizar nenhum dos seus objetivos, com destaque apenas para as medidas implementadas nos Estados do Amazonas e do Pará. Contudo, o planejamento inicial, que estava focado na resolução de questões de interesse amazônico, não conseguiu ser executado, em decorrência de todos os problemas expostos nas gestões da Superintendência.⁵⁷⁴

Em síntese, o caráter interventor dos governos militares na economia, reforça o ideal do grande capital, além da supressão autoritária da democracia no cenário político. Com isso, estabeleceram-se ações técnico-burocratas, que fomentaram o nacional-desenvolvimentismo, compreendido sob a ótica militar, como um conjunto de ações estatais que visavam o favorecimento das medidas de industrialização, com base na valorização de recursos naturais e de melhorias nos serviços de transporte e energia. Soma-se a isso, o protecionismo ao mercado interno e a integração regional.⁵⁷⁵

3.2 Aspectos do I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia – PQVEA, (1955-1959)

Dois anos após a criação da SPVEA, uma comissão interna foi responsável pela elaboração do primeiro Plano Quinquenal, com implementação e execução das ações, previstas para ocorrerem entre os anos de 1955 a 1959. Seu principal objetivo, visava o processo de “recuperação econômica da Amazônia através de um planejamento técnico estruturado com base no artigo 199 da Constituição Federal utilizando os recursos provenientes das rendas tributárias da União, Estados e Municípios”.⁵⁷⁶

Elaborado num período record de nove meses e concluído no tempo previsto pela lei nº 1.806, consigna um estudo metódico da região amazônica, estabelece o zoneamento da Amazônia para fins de planejamento, analisa os

⁵⁷³ BRITO, Daniel Chaves de. A SUDAM e a crise institucional do desenvolvimento na Amazônia. *Papers do NAEA*, n.º 096, 1998, p. 17. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11869>. Acesso em: 08 nov. 2023.

⁵⁷⁴ RENHA, A política desenvolvimentista para a Amazônia..., pp. 103-104.

⁵⁷⁵ BRITO, A SUDAM e a crise institucional..., pp. 11-12.

⁵⁷⁶ SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *Levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas institucionais norteadores dos planos de desenvolvimento da Amazônia*. – Belém: SUDAM, 2019, p. 8.

problemas de base, traça diretrizes para o planejamento, estima os recursos orçamentários do Fundo de Valorização e orçamenta as despesas previstas com a execução do Plano no quinquênio para 1955-1959.⁵⁷⁷

As diretrizes e as metas estabelecidas no plano foram divididas em duas fases. A primeira delas, se debruçou na questão normativa, além de priorizar aspectos inerentes à produção agrícola, recursos naturais e o desenvolvimento regional. Já a segunda, incidiu nas áreas de transporte, comunicação e energia. Além disso, ela também focou na concessão de crédito, fomento ao comércio, saúde e ao desenvolvimento cultural regional. Para tanto, essa segunda parte, priorizou a dotação orçamentária para a exequibilidade do plano.⁵⁷⁸

Nesse sentido, é mister salientar, que tais medidas visavam atender a um modelo aderido pelo Estado nacional, ratificado pela criação da SPVEA, mas direcionado para atender uma demanda de crescimento regional, pautada em interesses capitalistas e integracionistas.⁵⁷⁹ Conforme as metas divulgadas no I Plano Quinquenal, publicadas pelo setor de coordenação e divulgação da SPVEA em 1954, a procura do desenvolvimento e valorização da região amazônica consistia em:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;
- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;
- c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.⁵⁸⁰

Contudo, os idealizadores do plano enxergavam dois grandes problemas para o sucesso na sua execução. O primeiro deles, consistia na dispersão populacional da região, que dificultava as pretensões integracionistas governamentais. O segundo problema, trata-se da recuperação do homem e da ocupação política da terra. Para tanto, a fim de tentar viabilizar essas questões, os organizadores dividiram a Amazônia em 28 zonas recuperáveis economicamente.⁵⁸¹

⁵⁷⁷ SUDAM, *Levantamento bibliográfico...*, p. 8.

⁵⁷⁸ SUDAM, *Levantamento bibliográfico...*, p. 8.

⁵⁷⁹ SILVA, José Bittencourt da; BATISTA, Iane Maria Silva. O 1.º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 15, n.º 66, pp. 56-72, dez/2015, p. 61. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643702/11218>. Acesso em: 10 nov. 2023.

⁵⁸⁰ SPVEA. *Perspectivas do I Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Belém-PA, 1954, p. 4.

⁵⁸¹ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, p. 4.

Quadro 11 - Zonas recuperáveis economicamente na Amazônia, conforme o I Plano Quinquenal

Locais das zonas recuperáveis	
Belém - Bragança	Eirunepé
Manaus	Boca do Acre
São Luiz	Campos de Puciri (Humaitá)
Cuiabá	Parintins
Macapá	Tefé
Rio Branco (Acre)	Uapês – Cucuí
Porto Velho	Vila Bittencourt (Rio Japurá)
Boa Vista (Rio Branco)	Guajará - Mirim
Santarém	Cruzeiro do Sul
Marajó	Parnã (Alto Tocantins)
Altamira	Bacia dos rios Mearim e Pindaré
Tucuruí (Jatobal)	Oiapoque
Itaituba	Poxoréu
Benjamin Constant	Tocantinópolis

Fonte: SPVEA, 1954, p. 5.⁵⁸²

Na prática, a execução do plano seria quinquenal, em vista do seu planejamento a longo prazo, sob os auspícios da SPVEA.⁵⁸³ Nesse sentido, o PQVEA buscava soluções para implementar mudanças na dinâmica estrutural da cadeia produtiva extrativista ligada à economia gomífera local, com base na premissa de desenvolvimento coletivo, defendida pelos militares.⁵⁸⁴

No entanto, a visão etnocêntrica demonstrada pela administração da SPVEA, referente ao modo de vida tradicional amazônico, denotou seu ideal desenvolvimentista, baseado no crescimento econômico, técnico e científico, mas que negligenciou os costumes e tradições locais,⁵⁸⁵ como pode-se verificar abaixo:

A partir de um evolucionismo social, o PQVEA negligenciou e simplificou as complexas relações produtivas pré-capitalistas, historicamente efetivadas ao longo de milhares de anos pelas populações instaladas nas margens dos rios e/ou nos interstícios das florestas.⁵⁸⁶

Na tentativa de solucionar os problemas encontrados, (população dispersa, espaços vazios, recuperação social e ocupação política), indicou-se a industrialização dos grandes centros urbanos, a fim de fomentar a economia regional. Mas, para que isso ocorresse, existiram

⁵⁸² SPVEA. *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, p. 5.

⁵⁸³ SILVA; BATISTA, *O 1.º Plano Quinquenal...*, pp. 59-60.

⁵⁸⁴ SILVA; BATISTA, *O 1.º Plano Quinquenal...*, p. 63.

⁵⁸⁵ SILVA; BATISTA, *O 1.º Plano Quinquenal...*, p. 67.

⁵⁸⁶ SILVA; BATISTA, *O 1.º Plano Quinquenal...*, p. 67.

vários obstáculos, principalmente, por conta da falta de mão de obra especializada, além da precariedade na infraestrutura.⁵⁸⁷

A ideia da divisão populacional em zonas recuperáveis economicamente seguiu adiante, mas com uma ponderação feita pela equipe técnica responsável, que apontou a necessidade das resoluções dos problemas encontrados de forma conjunta. Entre os principais gargalos a serem resolvidos, estavam questões ligadas aos problemas alimentares, produção de matérias-primas, industriais, transportes, distribuição de renda, saúde precarizada, recuperação das populações extrativistas, além da preocupação com o nível cultural dos indivíduos, uma questão muito subjetiva e preconceituosa, tratada como um problema.⁵⁸⁸

Como possíveis soluções, foram apontados investimentos e melhorias para determinadas áreas. Entre elas, destaque para os investimentos na Agricultura, visando promover o equilíbrio alimentar das populações locais. Por outro lado, os alimentos de origem animal, como a carne vermelha, eram consumidos em baixa escala, pelo pequeno poder aquisitivo da maioria da população e da de acesso aos rebanhos, que se encontravam nas zonas rurais.⁵⁸⁹

O documento produzido pela SPVEA em 1954, tecia críticas à agricultura extrativista, sugerindo um processo de colonização, com a assistência técnica de um profissional agrônomo, além do incentivo à formação de associações e cooperativas, com incentivos para a aquisição de sementes e concessão de crédito rural. Tais medidas, visavam aumentar e melhorar a produção do campo, com ênfase no aumento das exportações.⁵⁹⁰

No que tange à resolução do problema das matérias-primas, o plano previa investimentos na capacitação dos trabalhadores florestais, para a otimização do trabalho nas produções de juta e borracha. As projeções do plano, giravam em torno de 45 mil hectares plantados de seringueiras para a produção de 45 mil toneladas de borracha.⁵⁹¹

Na produção de juta, a subcomissão agrícola da SPVEA estipulou um aumento de 50 mil hectares, a fim de atender à demanda externa. Para tanto, também se apoiou pesquisas científicas desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia - INPA, além da criação de um Centro de Pesquisas Florestais.⁵⁹² No que concerne à distribuição de capital,

⁵⁸⁷ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, p. 57.

⁵⁸⁸ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, pp. 59-60.

⁵⁸⁹ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, pp. 60-62.

⁵⁹⁰ SPVEA. *Perspectivas do I Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Belém-PA, 1954, p. 6.

⁵⁹¹ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, p. 7.

⁵⁹² RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, p. 62.

Para tentar solucionar o problema da distribuição de capital, a SPVEA previu no documento a realocação de recursos financeiros para as produções agrícolas, de matérias-primas e industrial, com a difusão de crédito bancário rural, com base na implantação de uma rede de caixas rurais, buscando-se alcançar os trabalhadores dos municípios do interior, com participação e o financiamento de empresas e do Fundo de Fomento à Produção do Banco de Crédito da Amazônia.⁵⁹³

Para os setores de transportes, comunicação e energia, traçou-se um planejamento de zoneamento, com base na criação de núcleos populacionais, visando, num primeiro momento, tentar resolver o problema dos transportes. Desta feita, o plano previu a criação de um sistema de transportes interiores, que visava o rápido deslocamento das safras até as calhas dos rios. Também se ressaltou, à necessidade de interligar a Amazônia por via terrestre, mas priorizando o transporte fluvial para os habitantes do interior.⁵⁹⁴

Além dessas medidas, o plano também apontava para a necessidade da construção de estradas e rodovias, a fim de interligar a Amazônia com o restante das demais regiões do país.⁵⁹⁵ Já para a área da saúde, o documento aponta uma série de causas para sua precariedade na região, com ênfase na economia e educação. Portanto, para tentar solucionar esta questão, o documento apontou uma série de diretrizes, que visavam impulsionar avanços na saúde.

Entre elas, pode-se destacar, apoio aos serviços básicos de saneamento, assistência médica e sanitária, campanhas contra a proliferação de doenças endêmicas, como a malária, febre amarela, esquistossomose e doença de Chagas. Soma-se a isso, a prestação de assistência para gestantes e lactantes, apoio às crianças da pré-escola, além de fomento à pesquisa científica e apoio aos serviços de bioestatística e educação sanitária.⁵⁹⁶

O documento também faz menção ao nível cultural dos amazônidas. Para isso, foi criada uma Comissão de Desenvolvimento Cultural, que teceu críticas quanto ao “desconhecimento das normas de vida e dos métodos eficientes de trabalho”.⁵⁹⁷ Nele, aborda-se ainda, a importância da educação e do desenvolvimento cultural na região amazônica, com destaque para as dificuldades enfrentadas pela população local. Ele também enfatiza que a educação não se resume ao ensino de letras ou à cultura literária, mas sim à capacitação do homem para executar tarefas comuns da vida e compreender o modo correto de viver dentro do ambiente e

⁵⁹³ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, p. 8.

⁵⁹⁴ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, pp. 8-9.

⁵⁹⁵ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, pp. 9-12.

⁵⁹⁶ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, p. 13.

⁵⁹⁷ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, p. 14.

das circunstâncias que o cercam. Além disso, destaca a importância de promover a educação profissional em todos os níveis, difundindo as técnicas de trabalho próprias da região.⁵⁹⁸

Ele também ressaltou a necessidade de pesquisas científicas para compreender a realidade amazônica em profundidade, além da adaptação de técnicas de trabalho adequadas ao meio ambiente e ao homem, e à promoção da formação de técnicos capazes de intervir na sua produção e vivificação, por meio do aprimoramento tecnológico, com ênfase na necessidade de investimentos na educação, pesquisa e no desenvolvimento cultural na região amazônica, como parte fundamental do processo de valorização econômica e social da região.⁵⁹⁹ Contudo, tais metas eram ambiciosas, e muitas delas precisariam ser readequadas, conforme à necessidade, no período do quinquênio.⁶⁰⁰

3.3 A Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (1966)

A década de 1960 foi emblemática para a política nacional. Uma turba de autoritarismo tomou conta do cenário político e social, por meio da instauração do Golpe Civil-Militar no ano de 1964. Consoante a isso, como visto nos tópicos anteriores deste trabalho, desde a segunda metade do século XX, ocorreram iniciativas governamentais que visavam o desenvolvimento e a integração da Amazônia brasileira.

Outrossim, o não cumprimento das metas estabelecidas no I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia e as inúmeras denúncias de corrupção ocorridas no âmbito da SPVEA, foram decisivas para a extinção deste órgão no ano de 1966 e para a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no mesmo ano.⁶⁰¹

O anúncio foi feito pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em um pronunciamento na cidade Macapá, no dia 1.º de fevereiro de 1966. Na oportunidade, ele também anunciou a criação da Operação Amazônia. Em termos gerais, a criação dessa operação “visava estabelecer a posse definitiva daquele território, a exploração dos recursos minerais, vegetais e animais e, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento agropecuário e industrial na região”.⁶⁰²

⁵⁹⁸ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, p. 14.

⁵⁹⁹ SPVEA, *Perspectivas do I Plano Quinquenal...*, pp. 15-16.

⁶⁰⁰ RENHA, *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia...*, p. 65.

⁶⁰¹ SUDAM. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Histórico da SUDAM*, 2023, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 13 nov. 2023.

⁶⁰² COELHO, George Leonardo Seabra. A Amazônia euclidiana e os programas de integração da hileia durante o governo Geisel (1974-1979). *Revista Tempo*, Niterói, v. 26, n. 2, maio/ago. 2020, p. 463. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/fGLVmhjwrM85mNvXrWhQcFp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

As premissas desta operação, consistiam em metas para a transformação econômica da Amazônia e o fortalecimento das suas áreas de fronteira, assim como sua interação ao espaço nacional. *Pari passu*, no dia 14 de setembro de 1966, os Ministros Roberto de Oliveira Campos e João Gonçalves de Souza, membros do Grupo de Trabalho da Amazônia, encaminharam ao Presidente Castelo Branco, “o projeto de lei votado pelo Congresso Nacional, que resultou na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a SPVEA e criando a SUDAM, [...], concedendo incentivos fiscais à região amazônica ”.⁶⁰³

Votadas as leis da Sudam e dos incentivos fiscais para a Amazônia, Castelo quis sancioná-las concomitantemente com o encaminhamento ao Congresso de novos projetos de lei sobre a região. Houve pequena solenidade, no Laranjeiras, presentes os ministros Bulhões, Campos e João Gonçalves, o presidente do Banco da Amazônia, Armando Mendes, o coordenador do grupo de trabalho sobre a Zona Franca de Manaus, Artur Amorim, e o coronel Moraes Rego, responsável, na Casa Militar, pelos assuntos da região. Era a maneira de o Presidente dar ênfase ao interesse com que acompanhava o desenvolvimento dessa operação regional. Não eram, porém, profundas as convicções sobre as riquezas desse eldorado: as opiniões oscilavam entre o “paraíso perdido” de Euclides e o “inferno verde” de Alberto Rangel.⁶⁰⁴

A integração da Amazônia ao restante do país era vista como fundamental para fortalecer a unidade nacional. A criação de infraestrutura e a promoção de atividades econômicas na região foram consideradas estratégias para evitar a ocupação desordenada e promover o desenvolvimento sustentável.

A SUDAM, criada em substituição à SPVEA, passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e, em seguida, passou a ser vinculada ao Ministério do Interior. É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional.⁶⁰⁵

Ela foi instalada de fato, no dia 30 de novembro de 1966. O general Mário de Barros Cavalcanti foi nomeado por Castelo Branco como o primeiro superintendente. Ele fez duras críticas as administrações anteriores da SPVEA, alegando a atuação de grupos políticos-

⁶⁰³ SUDAM, *Histórico...*, p. 1.

⁶⁰⁴ VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975, p. 256.

⁶⁰⁵ VIANA FILHO, *O Governo Castelo Branco...*, p. 1.

partidários com interesses nada republicanos, além dos desvios de verbas e a acomodação de aliados políticos em cargos estratégicos.⁶⁰⁶

Durante o período ditatorial, ocorreram alternâncias na gestão da Superintendência. Essa rotatividade, se deu em parte, pela imposição do governo a um novo modelo anti- inflacionário, conhecido como Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, lançado em 1964. Nesse ínterim, a SUDAM foi mantida sob uma forte intervenção da máquina burocrática estatal. O órgão perdeu a ligação direta com a presidência da República e passou a se vincular a uma secretaria do Ministério do Planejamento.

Quadro 12 – Relação dos Superintendentes da SUDAM durante o período ditatorial

Nome	Período
Mário de Barros Cavalcanti	Período de transição entre a extinção da SPVEA e criação da SUDAM – 19/05/1964 a 27/03/1967 ⁶⁰⁷
João Walter de Andrade	31/03/1967 a 27/01/1969
Ernesto Bandeira Coelho	13/12/1969 a 15/08/1972
Milton Câmara Penna	21/08/1972 a 13/03/1974
Oscar Dias Teixeira	14/03/1974 a 03/04/1974
Hugo de Almeida	03/04/1974 a 14/03/1979
Elías Sefer	15/03/1979 a 02/04/1985

Fonte: Elaborado pelo autor.⁶⁰⁸

O que se observa neste período, é mão dura do Estado na economia, fruto de uma parceria com empresas nacionais e internacionais, que corroboravam com as ideias desenvolvimentistas defendidas pelo governo autoritário.

Durante o governo militar de Emílio Médici estabeleceu-se, por fim, o paradigma de organização geopolítica para a colonização da Amazônia (Tratado de Golbery). O objetivo era integrar a Amazônia às demais regiões do Brasil, torná-la habitável e, principalmente, produtiva, bem como assegurar a presença do Estado brasileiro, por meio das Forças Armadas, nos limites da

⁶⁰⁶ CAVALCANTI, Mário de Barros. *Da SPVEA à SUDAM: (1964-1967)*. Belém: Sudam, 1967, pp. 46-47.

⁶⁰⁷ No dia 7 de abril de 1964, o general na reserva Ernesto Bandeira Coelho assumiu o cargo de Interventor da Spvea. Dois meses depois, assumia essa responsabilidade o general Mário de Barros Cavalcanti. Sob a direção de Cavalcanti, que seria o primeiro Superintendente da Sudam, foi apresentado o plano denominado Operação Amazônia (1966/67) e elaborou-se o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967- 1971) que nortearia, nesse período, as ações da Sudam. Cf. PETIT, Pere. Políticas Públicas do Governo Federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018, p. 102. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosfronteiras/index.php/v03n02/article/view/852>. Acesso em: 13 nov. 2023.

⁶⁰⁸ SUDAM. Informações institucionais. *Relação de Superintendentes e Diretores*, s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/relacao-superintendentes-e-diretores-desde-fundacao.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

região amazônica. Idealizou-se, assim, o projeto “Calha Norte”, para proteger a extensa faixa de fronteira.⁶⁰⁹

Contudo, as prerrogativas acima, tinham sido reforçadas desde a entrega do relatório apresentado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais - MECOR, o Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, no governo Castelo Branco. Nele, constavam uma série de recomendações de possíveis soluções que pudessem ser consideradas para o sucesso da Operação Amazônia.⁶¹⁰

Entre essas recomendações, destacou-se a necessidade de uma mobilização nacional, no sentido de reunir esforços a fim de fortalecer a operação, assim como a criação das chamadas Zonas Francas,⁶¹¹ com destaque para a criação da Zona Franca de Manaus em 1967, dinamizada pela gestão de Hugo Almeida, a partir de 1974.⁶¹² Para tanto, o documento também previa atualizações na legislação vigente, além da concessão de estímulos fiscais.⁶¹³

A saída de Oswaldo Farias do MECOR foi a pedido, pois ele se desentendeu com o alto escalão do Exército por causa do aumento das medidas de repressão. Mesmo assim, o Presidente Castelo Branco, lhe endereçou uma carta, onde elogiava sua gestão à frente do MECOR.⁶¹⁴

Na esteira das políticas para o desenvolvimento regional, também foram criadas a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1957,⁶¹⁵ Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA,⁶¹⁶ e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO,⁶¹⁷ ambas em 1967.

⁶⁰⁹ SOUZA, Nádia Simas. A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*. Brasília-DF, ano 9 – Números 32/33 – jan/dez, 2010, pp. 203-204.

⁶¹⁰ RELATÓRIO. *Operação Amazônia*: apresentado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais - MECOR, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias ao Presidente Castelo Branco, 1966, p. 137.

⁶¹¹ RELATÓRIO, *Operação Amazônia...*, p. 137.

⁶¹² SUDAM, *Histórico...*, p. 1.

⁶¹³ RELATÓRIO, *Operação Amazônia...*, p. 137.

⁶¹⁴ SOBRINHO, Antonio Ferreira; FERREIRA, Maristela da Silva. A atuação de Cordeiro de Farias nos governos pré-64 e nos primeiros anos do governo Castelo Branco. In: SOBRINHO, Antonio Ferreira; FERREIRA, Maristela da Silva. *Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias: um líder estratégico e militar*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2021, p. 264.

⁶¹⁵ BRASIL. Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959. *Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-norma-pl.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

⁶¹⁶ BRASIL. Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967. *Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-288-28-fevereiro-1967-376805-publicacaooriginal1pe.html#:~:text=Altera%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20da%20Lei,a%20Zona%20Franca%20de%20Manaus>. Acesso em: 14 nov. 2023.

⁶¹⁷ BRASIL. Lei n.º 5.365, de 1º de dezembro de 1967. *Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15365.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

Outrossim, quando o Estado intervém diretamente no espaço regional por meio de políticas de desenvolvimento, ele se coloca como agente compensatório de políticas macroeconômicas, com atuação em setores específicos de interesse. Muitas vezes, isso acarreta críticas de outros atores regionais, sobretudo, no espaço nacional, por via de regra, sobrepor interesses.⁶¹⁸

Nos anos seguintes, com o insucesso do I Plano Quinquenal, foi elaborado um novo plano, desta feita, planejado para ser executado entre os anos de 1968 a 1970. Trata-se do I Plano Diretor da SUDAM, onde previa que a arrecadação de todos os impostos regionais fosse repassada integralmente ao órgão durante a vigência do plano.⁶¹⁹

Porém, por conta do desequilíbrio regional provocado pela centralização de recursos na parte oriental da Amazônia,⁶²⁰ em detrimento da política desenvolvimentista aplicada na parte ocidental, onde se situava a Zona Franca de Manaus,⁶²¹ o governo federal decidiu não aprovar formalmente o plano, deixando a SUDAM apenas com a opção dos incentivos fiscais do setor privado.⁶²²

A partir dos anos de 1970, o Brasil enveredou pelo modelo do capitalismo industrial,⁶²³ sobretudo, com a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com ênfase na região amazônica.⁶²⁴ Nesse sentido, a SUDAM teve um papel importante, à medida que “redefiniu a aplicação dos recursos públicos previstos nesse modelo de crescimento”.⁶²⁵

Na fase de redemocratização, o órgão foi alvo de uma série de denúncias de corrupção, que culminaram na sua extinção no ano de 2001, sendo substituído pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA.⁶²⁶

Os anos 2000 foram marcados por profundas mudanças na política nacional. Se por um lado, os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram marcados por uma perspectiva privatista, que decretou o fim das agências de desenvolvimento, como nos casos da SUDAM e da SUDENE em 2001. Por outro lado, a mudança de paradigma político que ocorreu nos dois

⁶¹⁸ LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. *Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2005, p. 67.

⁶¹⁹ LIRA, *Morte e ressurreição da SUDAM...*, p. 97.

⁶²⁰ Compreendem os Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

⁶²¹ Atualmente, Polo Industrial de Manaus.

⁶²² LIRA, *Morte e ressurreição da SUDAM...*, pp. 97-98.

⁶²³ PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. *História das políticas regionais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2020, p. 71.

⁶²⁴ LIRA, *Morte e ressurreição da SUDAM...*, pp. 99-100.

⁶²⁵ LIRA, *Morte e ressurreição da SUDAM...*, p. 103.

⁶²⁶ LIRA, *Morte e ressurreição da SUDAM...*, p. 172.

mandatos subsequentes durante o governo Lula, criou um clima favorável para a recriação desses órgãos.

Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a nova Sudam pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O Decreto N° 6.218, de 4 de outubro de 2007, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e suas Funções Gratificadas. A SUDAM passa a ser uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), tendo como missão institucional promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal.⁶²⁷

A recriação da SUDAM vem impactando positivamente os Estados da região amazônica, principalmente, com aporte dos incentivos fiscais oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.⁶²⁸

3.4 O I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971): o Programa de Integração Nacional – PIN, a Transamazônica e o Projeto RADAM – Brasil

Para a ala militar, o final dos anos de 1960 e o início dos anos de 1970, ficaram marcados pelo milagre econômico brasileiro.⁶²⁹ Especificamente, ele ocorreu entre os anos de 1968 a 1973, onde o país registrou taxas de 10% de crescimento do PIB ao ano. Isso impulsionou os investimentos estatais em infraestrutura e no setor industrial, além de abertura para o capital internacional. Mesmo com a tentativa do governo em controlar os índices inflacionários, isso não foi possível, culminando também com o aumento da dívida externa, forte repressão política e o prolongamento da crise. A respeito do conceito de milagre econômico, vejamos:

A expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo do *boom* econômico

⁶²⁷ SUDAM. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Histórico da SUDAM*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acao-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 13 nov. 2023.

⁶²⁸ SUDAM, *Relatório de Avaliação Sudam nos Estados*, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/sudam/pt-br/RelatorioSudamnosEstados.cdrRelatorio_Sudam_nos_Estados_compressed_compressed1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

⁶²⁹ RANGEL, Ignacio. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, pp. 73-81.

observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo.⁶³⁰

Já para grande parte da sociedade civil, esse mesmo período, ficou conhecido como anos de chumbo.⁶³¹ Nessa fase, os militares intensificaram o planejamento das ações desenvolvimentistas para a Amazônia, passando, inicialmente, pela SPVEA e, posteriormente, pela SUDAM, com a elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia.

Ele foi aprovado em 1967, por meio do Decreto n.º 60.296,⁶³² que versou sobre o Plano Diretor para o desenvolvimento desta região. Ele visava o seu crescimento econômico, livrando-a das práticas extrativistas, com incentivos nas áreas de Agricultura, Pecuária e Indústria.⁶³³ Entre as principais orientações do plano, dispostas no artigo 3.º, constavam:

- a) realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da região, como base para a ação planejada a longo prazo;
- b) definição dos espaços econômicos, suscetíveis de desenvolvimento planejado, com fixação de polos de crescimentos capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de autossustentação;
- e) adoção de política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras.
- g) ordenamento da exploração das diversas espécies de essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável.
- h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e a piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- i) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoa especializado necessária às exigências de desenvolvimento da região;
- j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;

⁶³⁰ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs). *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4, 2ª ed, Civilização Brasileira, RJ, 2007, p. 219.

⁶³¹ Ocorrido entre os anos de 1968 a 1974, quando houve um substancial aumento dos atos de violência e censura, praticados por agentes da ditadura civil-militar. A esse respeito Cf: LIMA, Luiz Octavio. *Os anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2020, pp. 205-373.

⁶³² BRASIL. Decreto n.º 60.296, de 3 de março de 1967. *Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967, 1971*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60296-3-marco-1967-401136-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

⁶³³ MAHAR, J. Dennis. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, p. 26.

l) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:

I - assegurar a elevação da taxa de reinserção na região dos recursos nela gerados;

II - atrair investimentos nacionais e estrangeiros para desenvolvimento da região.

m) revisão e adaptação continua da ação federal na Região;

n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.⁶³⁴

Essa política econômica e integracionista, foi implantada com base no Programa de Integração Nacional - PIN, lançado durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici.⁶³⁵ Nesse sentido, também foi criado em 1970 o Projeto RADAM, que tinha como objetivo, fazer o sensoriamento remoto do território nacional, para levantar dados sobre os recursos naturais amazônicos. Posteriormente, no ano de 1975, ele se tornou nacional e recebeu o nome de RADAM - Brasil.⁶³⁶

Imagem 16 – Mapa do Programa de Integração Nacional



Fonte: Amazônia Latitude, 2023, p. 1.⁶³⁷

⁶³⁴ BRASIL, *Plano Diretor de Desenvolvimento...*, art. 3.º.

⁶³⁵ BRASIL. Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970. *Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

⁶³⁶ LAURINO, Ângela Antonieta Athanázio. *Um projeto para conhecer e mapear o Brasil*. Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, 2021, p. 1. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/um-projeto-para-conhecer-e-mapear-o-brasil-37>. Acesso em: 15 nov. 2023.

⁶³⁷ AMAZÔNIA LATITUDE. *Como a Ditadura usou bancos, estradas e decretos para ocupar a Amazônia*, 2023, p. 1. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/>. Acesso em: 21 out. 2024.

Em 1970, o governo Médici publicou o documento *Metas e Bases para Ação de Governo*. Nele, constavam três metas a serem alcançadas no âmbito do Plano de Integração Nacional. A primeira delas, consistia na modernização e no desenvolvimento de núcleos populacionais. Já a segunda, reforçava esse entendimento, ligado ao desenvolvimento da população, numa perspectiva integracionista.⁶³⁸ Além disso, ele também almejava:

Tirar partido, para o desenvolvimento nacional, da dimensão continental do País, mediante estratégia que promova o progresso de áreas novas e a ocupação de espaços vazios, sem comprometer o ritmo de crescimento objetivado para o núcleo desenvolvido e o produto global do País.⁶³⁹

Essencialmente, esta terceira meta, acima, visava a modernização e o desenvolvimento do Estado e da sociedade brasileira, com o máximo aproveitamento dos recursos humanos para este fim. Porém, para os militares, projeta-se essa participação da população por um viés de utilização econômica, levando-se em consideração, apenas à lógica do capital.⁶⁴⁰

Pari passu, como pode-se observar acima, a terceira meta, reafirmaria o discurso nacionalista governamental, principalmente contra a internacionalização da Amazônia, com base na integração nacional do seu território e na utilização da mão de obra local. Nesse sentido:

Encarar a população governada como um recurso ao desenvolvimento faz parte da estratégia de segurança e controle da ditadura civil-militar. A meta do governo Médici que corresponde ao aproveitamento dos recursos humanos, portanto, não cumpre apenas um objetivo econômico do Estado brasileiro, mas faz parte das técnicas de controle político.⁶⁴¹

O documento tinha um caráter ufanista. Um exemplo disso, constata-se logo no início, no primeiro tópico da parte 1, denominado “a grande tarefa nacional”.⁶⁴² Onde pode-se observar o discurso governamental militar, exaltando o golpe de 1964 como se fosse uma revolução, atribuindo-o um caráter supostamente positivo e autêntico, em consonância, conforme o documento, às aspirações nacionais.⁶⁴³

⁶³⁸ SOARES, Felipe Menezes. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015, pp. 59-60.

⁶³⁹ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e Bases para Ação de Governo*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 10.

⁶⁴⁰ SOARES, *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional...*, p. 60.

⁶⁴¹ SOARES, *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional...*, p. 60.

⁶⁴² MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo...*, pp. 3-4.

⁶⁴³ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo...*, p. 3.

Para tanto, foram apresentadas uma série de propostas, chamadas de “conquistas essenciais”.⁶⁴⁴ Elas preconizavam um equilíbrio no sistema econômico entre os setores público, privado e estrangeiro, visando estabelecer uma estabilidade neste sistema, com base na reversão das medidas de estatização. Além disso, também foram propostas melhorias nas condições de trabalho no setor público, a fim de dinamizar a oferta de serviços oferecidos à população.⁶⁴⁵

Outrossim, foi reforçado, segundo o ponto de vista ditatorial, liberdade à iniciativa privada, com ênfase nas empresas nacionais e o apelo aos países desenvolvidos a não criarem novas barreiras que limitem o crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. Além disso, foi proposto uma melhora no sistema educacional, para fins de alinhamento às metas científicas e tecnológicas previstas.⁶⁴⁶

Vislumbrou-se, também, o ingresso na II Revolução Industrial, com destaque para os setores de educação, comunicação, navegação, meteorologia, navegação e sensoriamento remoto. Em tese, pelo exposto no documento, isso correria, a partir da implementação de Projetos Integrados de Ensino, que visavam à instalação de centros aplicados de ciência e tecnologia em universidades públicas e instituições de pesquisas. Concomitante a isso, também havia o foco na exploração mineral, agricultura, e a integração das regiões norte e nordeste, por meio de um Programa de Integração Social.⁶⁴⁷

Com base nessas propostas, principalmente no tocante à integração regional, a prioridade máxima para a área de transportes, voltou-se para as construções das rodovias Transamazônica (BR – 230) e a Cuiabá-Santarém (BR – 163).⁶⁴⁸ Nesse período, também foi iniciada a construção da rodovia Manaus-Porto Velho (BR – 319).⁶⁴⁹ Em vista disso:

Com o golpe civil-militar de 1964, a Amazônia brasileira foi posta na rota de exploração econômica gerada a partir de uma estratégia política de expansão da fronteira agropecuária, concessão de incentivos fiscais, construção de polos minerais e siderúrgicos, rodovias, hidrelétricas, além da exploração de madeiras.⁶⁵⁰

⁶⁴⁴ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo...*, p. 10.

⁶⁴⁵ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo...*, p. 10.

⁶⁴⁶ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo...*, pp. 11-12.

⁶⁴⁷ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo...*, pp. 12-14.

⁶⁴⁸ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, *Metas e Bases para Ação de Governo...*, p. 80.

⁶⁴⁹ PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. *História das políticas regionais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2020, p. 75.

⁶⁵⁰ SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História, Manaus-AM, 2015, p. 25.

O governo do presidente Médici, incentivou à migração camponesa para a Amazônia, com a promessa da concessão de lotes de até 100 hectares por família de colonos, às margens da Transamazônica, com base no *slogan* Terra sem Homem para Homens sem Terra, com uma meta para o recebimento imediato de 100 mil famílias e 500 mil em dez anos.⁶⁵¹

Em outra frente, a propaganda governista visava à adesão popular, com um forte *marketing* feito com base na imagem da seleção brasileira, que disputou e ganhou o mundial no México em 1970. *Pari passu*, também houve um forte apelo integracionista, por meio da promoção de *slogans* como: “integrar para não entregar” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”.⁶⁵²

O início dos trabalhos da Transamazônica ocorreu logo após o anúncio feito pelo Presidente Médici, em 20 de julho de 1970, começando formalmente, no dia 09 de outubro daquele ano. A cerimônia de inauguração do primeiro trecho, ocorreu às margens do rio Xingu, próximo à cidade de Altamira, no Pará, no dia 27 de setembro de 1972.⁶⁵³

No projeto original, objetivava-se interligar as cidades de Cabelo na Paraíba à Lábrea no Amazonas. Contudo, vários trechos não foram asfaltados. “O último trecho Itaituba e Humaitá - AM, com 1070 km, foi entregue em 30 de janeiro de 1974 pelo mesmo presidente, em Jacareacanga – PA.”⁶⁵⁴

Para Shiguenoli Miyamoto, as estradas, o Estado e as fronteiras, estão ligadas à Geopolítica dos transportes, com base em iniciativas governamentais, principalmente em regiões fronteiriças, que, constitucionalmente, compõem zonas de Segurança Nacional.⁶⁵⁵ Cientes desta premissa, os militares se apropriaram dos conhecimentos Geopolíticos e das aspirações integracionistas, para tentar promover um domínio territorial, que lhes permitisse, controlar as ações sociais e econômicas gestadas pelo regime.⁶⁵⁶

Entretanto acreditava-se que rodovia Transamazônica proporcionaria um desenvolvimento promovido pela execução de políticas voltadas a

⁶⁵¹ PETIT, Pere. Políticas Públicas do Governo Federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018, p. 110. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/852>. Acesso em: 21 nov. 2023.

⁶⁵² SOUZA, Matilde de. Transamazônica: integrar para não entregar. *Nova Revista Amazônica*, v. VIII, n.º 01, abr. 2020, p. 140. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624/6189>. Acesso em: 21 nov. 2023.

⁶⁵³ MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil grande"*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF, 2007, pp. 55-56.

⁶⁵⁴ MENEZES, *Enunciados sobre o futuro...*, p. 56.

⁶⁵⁵ MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1995, p. 146.

⁶⁵⁶ NETO, Thiago Oliveira. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, v.7, n.1, 2013, p. 296. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1166/1057>. Acesso em: 22 nov. 2023.

colonização de terras e de exploração mineral, contudo em um curto prazo de tempo milhares de pessoas passaram habitar a região amazônica e neste ponto colocar em prática um dos pontos principais do projeto de colonização que era povoar o dito “vazio demográfico”.⁶⁵⁷

Mesmo com a promessa de desenvolvimento alardeada amplamente pelos militares, atualmente, a rodovia se encontra deteriorada, com trechos intrafegáveis nos períodos de chuva, além da grande degradação ambiental ocorrida em decorrência da sua construção, com impacto direto nos povos tradicionais amazônidas.⁶⁵⁸

Outrossim, a ideia da construção de rodovias na Amazônia, também passava pela exploração e escoamento de minérios na região. Nesse sentido, materializou-se no início da década de 1970 o Projeto Radar na Amazônia, a partir de prospecções terrestres e do mapeamento aéreo local.⁶⁵⁹

O Antropólogo norte-americano Shelton Davis, em seu livro *Vítimas do Milagre*, analisou os efeitos colaterais deste projeto, sobretudo, seus impactos nas populações tradicionais. Em uma passagem do livro, ele reproduz uma fala do general Ismarth de Araújo Oliveira,⁶⁶⁰ então Presidente da Funai, vejamos: “Minha tarefa será a de integrar o índio na sociedade nacional porque é impossível deter o processo de desenvolvimento do país com o argumento de que os índios deveriam ser protegidos e mantidos em seu estado puro”.⁶⁶¹

Isso de fato, isso evidencia como a política indigenista, a administração militar e a frente de expansão da mineração na Amazônia estavam conectadas. O autor prossegue em sua análise, recordando o conteúdo de um artigo intitulado “*Sondando a Desconhecida Bacia Amazônica*”, publicado no mês de maio de 1973, no periódico *Engineering and Mining Journal*, pelo geólogo Max White, ligado ao *Geological Survey*, do Serviço Geológico dos Estados Unidos.⁶⁶²

No texto, constava um mapeamento de 21 Programas de expansão mineral no Brasil, como parte de uma cooperação feita entre o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM e o *Geological Survey*, com

⁶⁵⁷ NETO, *Rodovia Transamazônica...*, pp. 296-297.

⁶⁵⁸ NETO, *Rodovia Transamazônica...*, p. 297.

⁶⁵⁹ SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia...*, p. 30.

⁶⁶⁰ O general Ismarth de Oliveira Araújo, costumava usar o seu poder de veto para retaliar as críticas à sua gestão à frente da Funai, feitas pelos missionários do Cimi, além disso, ele utilizava a Assessoria de Segurança e Informações para espionar Padres e Bispos que ele considerava esquerdistas, como Pedro Casaldáliga, Tomás Balduino e Egidio Schwade. Cf. VALENTE, Rubens. *Funai espionou missionários na ditadura*. Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 2009, p. 6. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2402200908.htm>. Acesso em: 25 nov. 2023.

⁶⁶¹ DAVIS, Shelton H. *Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 118.

⁶⁶² DAVIS, *Vítimas do Milagre...*, p. 118

os auspícios do governo do Brasil e da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos.⁶⁶³

Ainda, segundo Max White, havia uma equipe com 225 integrantes, entre geólogos e engenheiros, investigando minérios na Amazônia, com destaque para Belém, Manaus e Porto Velho e, principalmente, Roraima. O autor descreveu três projetos mineralógicos para a região amazônica, o primeiro deles chamado Projeto Norte da Amazônia, com base no reconhecimento geológico e geoquímico de grande parte do território brasileiro. O segundo, denominado Projeto Roraima, que visava a intensificação dos trabalhos geológicos de prospecção e exploração mineral em Roraima, próximo à fronteira com a Guiana e Venezuela.⁶⁶⁴

Já o terceiro projeto, foi batizado de Aripuanã-Sucunduri, que visava a exploração mineralógica nos rios Aripuanã, Roosevelt, Guariba, Juma e Sucunduri, na região sul do Amazonas. Ele também afirma no texto que a conclusão do Projeto RADAM, com base no levantamento aerofotogramétrico e mineral feito na bacia amazônica, mapeou grandes quantidades de minério de ferro, manganês, estanho, bauxita e carvão. No caso específico de Roraima, ele apontou a descoberta da equipe do RADAM de anomalias radioativas, como o urânio. Já em outros locais mapeados, foram encontrados outros minerais, como o colúmbio, tântalo, zircônio, ouro e diamantes. Com base nessa descoberta, constatou-se a enorme diversidade mineral da bacia amazônica.⁶⁶⁵

Em síntese, o Projeto RADAM funcionou entre os anos de 1970 e 1985, realizando um amplo levantamento físico e biótico na maioria do território nacional, sobretudo, na Amazônia, com ênfase nos controles militar, econômico e ecológico desta região.⁶⁶⁶

O projeto foi desenvolvido de maneira escalonada, inicialmente, a partir da análise das imagens produzidas por radar. O passo seguinte, foi a organização para a execução em si, com a divisão de setores e suas atribuições, como se pode observar no quadro abaixo.⁶⁶⁷

Quadro 13 - Setores e atribuições do Projeto RADAM

Setor	Atribuições
Geologia	Mapeamento Geológico
Vegetação	Mapeamento Fitoecológico

⁶⁶³ DAVIS, *Vítimas do Milagre...*, p. 118.

⁶⁶⁴ DAVIS, *Vítimas do Milagre...*, pp. 118-119.

⁶⁶⁵ DAVIS, *Vítimas do Milagre...*, p. 119.

⁶⁶⁶ BORGES, Guilherme de Freitas; RAJÃO, Raoni Guerra Lucas. Projeto Radam: (Re)Descobrimdo o Projeto de Sensoriamento Remoto Aplicado ao Mapeamento da Amazônia. *Revista FSA*, Teresina PI, v. 13, n. 6, nov./dez. 2016, pp. 6-7. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1182>. Acesso em: 23 nov. 2023.

⁶⁶⁷ BORGES; RAJÃO, *Projeto Radam...*, p. 7.

Solos	Mapeamento ao nível exploratório de solos e sua interpretação para o mapa de aptidão agrícola (manejo primitivo e avançado)
Geomorfologia	Mapeamento Geomorfológico
Cartografia	Mapeamento Topográfico
Uso Potencial da Terra	Mapeamento da capacidade natural da terra

Fonte: Adaptado de Borges e Rajão (2016, p. 7).⁶⁶⁸

Também foram criados pontos de apoio em Natal, Goiânia, Florianópolis e Rio de Janeiro, com a sede do projeto fixada na cidade de Salvador, capital da Bahia. Contou-se, ainda, com o apoio de seções que visavam prestar apoio aos setores de recursos naturais da terra, nas áreas de logística, apoio técnico, banco de dados e administração.⁶⁶⁹

É mister salientar, a contribuição que o Projeto RADAM deixou no seu acervo, sobretudo, com a produção de relatórios, cartas geológicas e topográficas, imagens aéreas, entre outros materiais. Com base nesse acervo, foi possível “atualizar e avaliar melhor a potencialidade hidroelétrica, madeireira, volume hídrico, jazidas mineiras, solos agricultáveis e os traçados de estradas que, ainda hoje, são utilizados por diversas entidades”.⁶⁷⁰

Contudo, observou-se que o alinhamento deste projeto aos interesses desenvolvimentistas militares, estava também em consonância com os anseios capitalistas de empreiteiros e empresas mineradoras, com impacto direto em territórios tradicionais, como veremos no tópico seguinte.

3.5 Os Projetos de Desenvolvimento da Ditadura Civil-Militar e os impactos da presença militar ao povo Waimiri-Atroari na construção da BR-174

Os reflexos da proposta desenvolvimentista do governo militar para a Amazônia tiveram consequências diretas em Roraima. O discurso integracionista, que afirmava existir um vazio demográfico nesta região, serviu de base para ratificar a construção de uma obra que, segundo o discurso oficial, tinha a incumbência de interligar Manaus, capital do Amazonas, à cidade de Boa Vista, em Roraima. Essa obra, diz respeito à BR-174.

Contudo, como vimos no exemplo citado por Davis havia pretensões de escoamento de minérios da região, principalmente com o mapeamento feito por intermédio do Projeto

⁶⁶⁸ BORGES; RAJÃO, *Projeto Radam...*, p. 7.

⁶⁶⁹ BORGES; RAJÃO, *Projeto Radam...*, p. 8.

⁶⁷⁰ BORGES; RAJÃO, *Projeto Radam...*, p. 16.

RADAM.⁶⁷¹ Existia, no entanto, uma questão que precisava ser superada, pois a rodovia teria que passar pela Terra Indígena do povo Waimiri-Atroari.

Segundo o Antropólogo Stephen Grant Baines, da Universidade de Brasília, este povo pertence a uma população ligada à família linguística karib, habitando tradicionalmente desde tempos imemoriais parte da região norte do Amazonas e o sul de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiuaú e do igarapé de Santo Antônio do Abonari.⁶⁷²

Conforme aponta Paulo Pinto Monte, o drama das populações indígenas desta região, é decorrente da construção de estradas e hidrelétricas em seu território, sobretudo, nos do povo Waimiri-Atroari. Neste caso, a expropriação das suas terras é consequência da implantação de projetos de desenvolvimento ligados à agropecuária e mineração, a partir de uma política adotada pelo Estado brasileiro para favorecer o avanço do grande capital em seu território tradicional.⁶⁷³

A esse respeito, José de Souza Martins acrescenta, “A expansão territorial do grande capital não se limitou a ameaçar as terras indígenas. Com muito mais facilidade, expulsou e ameaçou centenas de milhares de posseiros e pequenos proprietários em diferentes regiões”.⁶⁷⁴ À luz da compreensão de Alípio Bandeira, desde o século XIX que este povo vinha sendo dizimado por expedições militares, como se pode observar abaixo:

Vieram então as expedições militares, duplamente execrandas pela covardia que representam e pelo número de vítimas que inutilmente fizeram. Primeiro a de Manoel Pereira de Vasconcellos, em 1856, depois a do coronel Rêgo Barros Falcão em 1873, depois os morticínios, em 1874, do tenente Horta, e por último, a nefanda carnificina Catingueira, ordenada sadiamente em 1905 pelo governador do Amazonas⁶⁷⁵ e executada com a mais repugnante atrocidade pelo seu comparsa mandatário.⁶⁷⁶

Corroborando com o entendimento de Bandeira, Barboza Rodrigues também relata na *Pacificação dos Crichanás*, as pretensões do major Manoel Pereira de Vasconcellos em obter

⁶⁷¹ DAVIS, *Vítimas do Milagre...*, p. 119.

⁶⁷² BAINES, Stephen Grant. A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção da "Autodeterminação Indígena" Dirigida. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.36, 1993, p. 2. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111395/109580>. Acesso em: 25 nov. 2023.

⁶⁷³ MONTE, Paulo Pinto. *Etno-História Waimiri-Atroari (1663-1962)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, 1992, pp. 2-3.

⁶⁷⁴ MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. Editora Hucitec, São Paulo, 1993, p. 76.

⁶⁷⁵ Esse fato ocorreu durante o governo de Antônio Constantino Nery (1904-1908).

⁶⁷⁶ BANDEIRA, Alípio. *A Cruz Indígena*. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1926, p. 7.

trabalhadores para as suas roças. Essa pretensão, desencadeou um ataque aos índios Waimiri,⁶⁷⁷ ocorrida no ano de 1856, por 50 homens da guarda nacional, comandados por ele.⁶⁷⁸ Conforme aponta Alípio Bandeira na obra *Jauapery*, esses índios:

Entenderam de resistir à opressão que lhes foi levada às suas próprias malocas, e ganharam por isto o nome de ferozes e até de antropófagos, sendo para os seus perseguidores prova de ferocidade o se defenderem com ardor e bravura, e de antropofagia o terem antigamente feito das tíbias dos inimigos vencidos instrumentos de música.⁶⁷⁹

Observa-se, portanto, com base no contexto visto em Davis, Baines, Monte, Bandeira e Barboza Rodrigues, aspectos importantes para a compreensão da etno-história desse povo, como seu território tradicional foi cobiçado e invadido por militares nos séculos XIX e XX. Nesse sentido, Octavio Ianni acrescenta que desde 1964, com o golpe militar, a história da Amazônia passou a ser evidenciada por uma ótica geopolítica, desencadeada por um movimento extensivo do capitalismo e seu processo de acumulação primitivo, assim como aspectos ligados à luta pela terra e as disputas fronteiriças.⁶⁸⁰

Outrossim, Baines alerta para a invasão do seu território por empresas mineradores, ligadas ao grupo Paranapanema, que exploraria mais tarde estanho⁶⁸¹ na mina de Pitinga, localizada no município de Presidente Figueiredo - AM, por meio da Mineração Taboca.⁶⁸²

Isso foi possível, devido a uma série de manobras implementadas pelos governos militares na época, via decretos, que diminuíram o território Waimiri-Atroari para o avanço da construção da BR-174, da ação mineradora e da Construção da Hidrelétrica de Balbina, também em Presidente Figueiredo.

Abaixo, pode-se observar dois exemplos dessas manobras. O primeiro deles, ocorreu no ano de 1971, no governo Médici, por meio do Decreto n.º 68.907,⁶⁸³ que criou a reserva indígena Waimiri-Atroari, mas que reduziu em 1/5 o território tradicional. Já o segundo

⁶⁷⁷ Segundo Barboza Rodrigues, “como esses índios desciam do rio Jauapery, ficaram conhecidos por Jauperys, passando mais tarde a Jauamerys, e finalmente a Uamerys, Uaimeris e ainda Waimirys”. Cf. BARBOZA RODRIGUES, João. *Pacificação dos Crichanás*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1885, p. 9.

⁶⁷⁸ BARBOZA RODRIGUES, *Pacificação dos Crichanás...*, pp. 9-10.

⁶⁷⁹ BANDEIRA, Alípio. *Jauapery*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 18.

⁶⁸⁰ IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. 1ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 209.

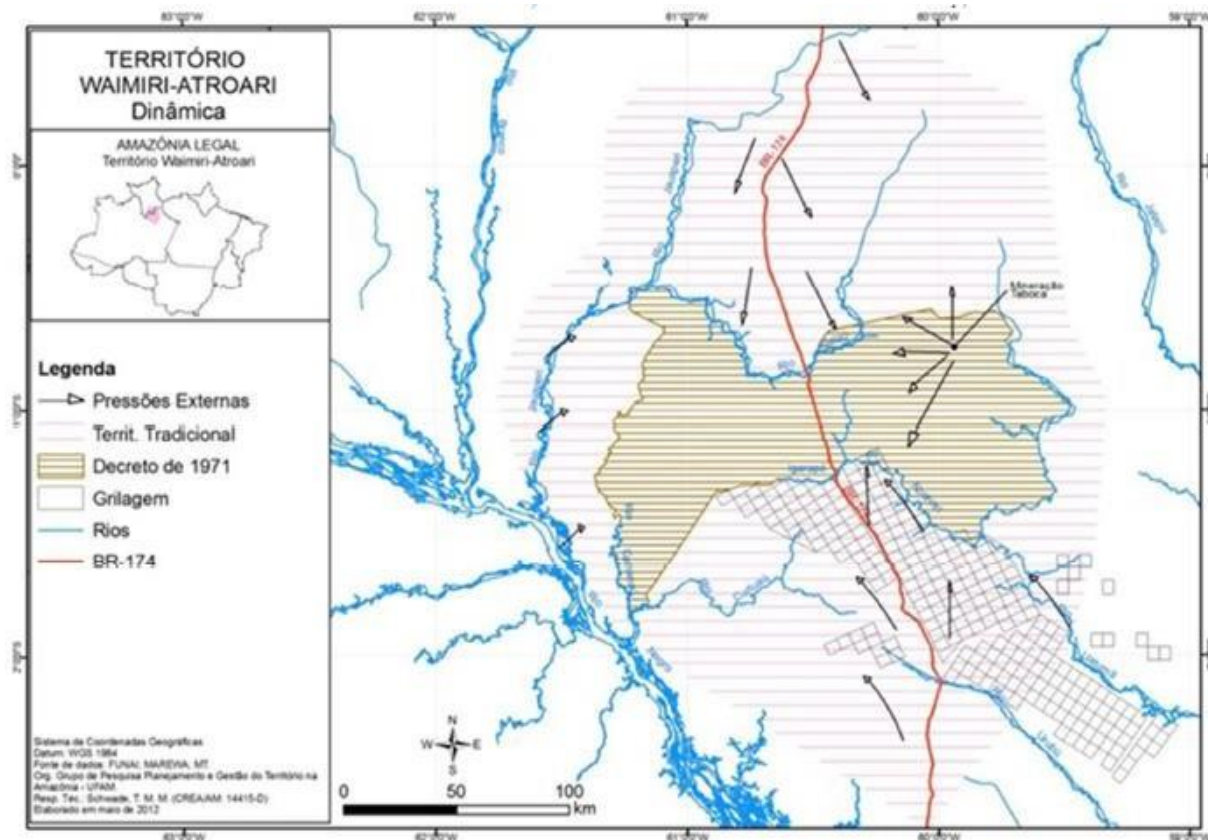
⁶⁸¹ Cassiterita.

⁶⁸² BAINES, A *Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari...*, p. 209.

⁶⁸³ BRASIL. Decreto n.º 68.907, de 13 de julho de 1971. *Cria a Reserva Waimiri-Atroari*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68907-13-julho-1971-411391-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

exemplo, ocorreu no governo do general Figueiredo em 1981, por meio do Decreto n.º 86.630,⁶⁸⁴ que tirou mais 526.800 há das suas terras.

Imagem 17 – Decreto n.º 68.907, de 13 de julho de 1971, que criou a reserva indígena Waimiri- Atroari, reduzindo a 1/5 o território indígena

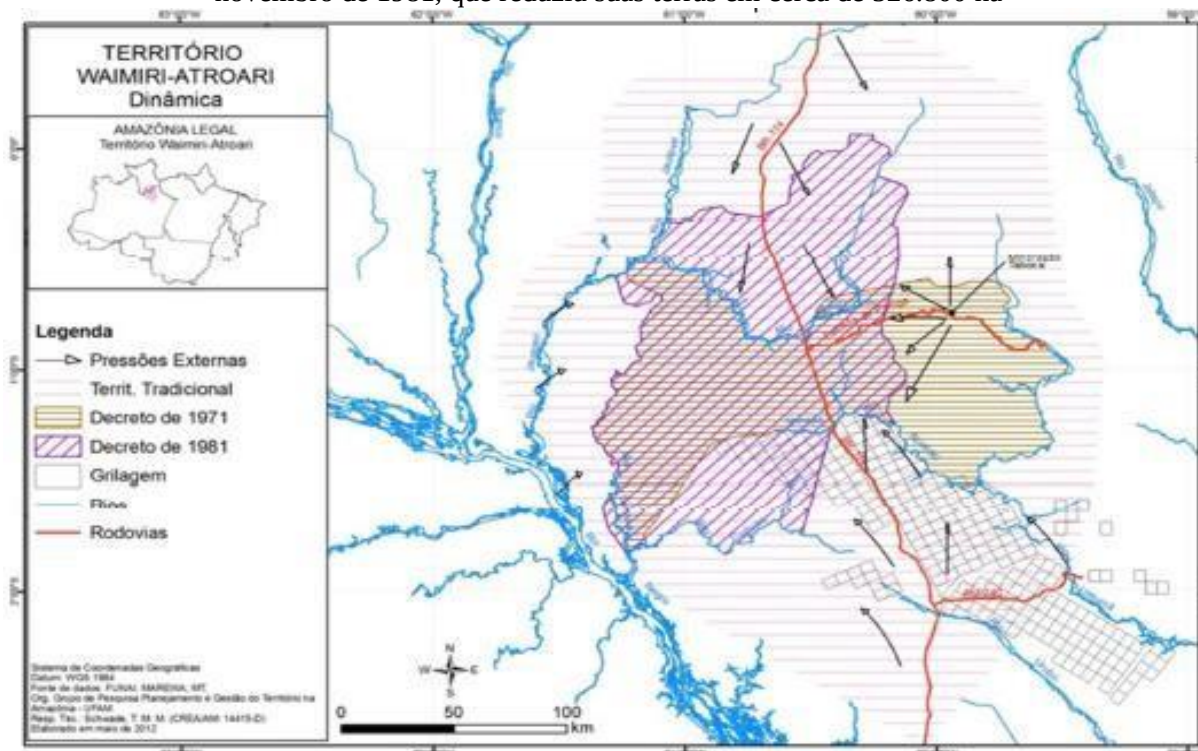


Fonte: Adaptado de Maiká Schwade, 2012.⁶⁸⁵

⁶⁸⁴ BRASIL. Decreto n.º 86.630, de 23 novembro de 1981. *Declara interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas, área que discrimina nos Municípios de Novo Airão e Itapiranga, no Estado do Amazonas, e Caracaraí, no Território Federal de Roraima, e da outras providências.* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86630-23-novembro-1981-436058-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

⁶⁸⁵ SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia...*, p. 105.

Imagem 18 - Mapa do território Waimiri-Atroari, após o Decreto n.º 86.630 de 23 de novembro de 1981, que reduziu suas terras em cerca de 526.800 ha



Fonte: Adaptado de Maiká Schwade, 2012.⁶⁸⁶

A partir do exposto acima, depreende-se que o *modus operandi* dos governos militares culminavam para uma política entreguista, que abriria caminho para a quase dizimação do povo Waimiri-Atroari, como evidenciado no Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas.⁶⁸⁷

Entretanto a empresa Paranapanema S/A, não satisfeita com os 526. 800 hectares das terras indígenas que lhe foram, não se sabe a que preço, cedidas pela direção da Funai, passou a exigir daquele órgão que autorizasse a construir, dentro da nova área interdita, uma estrada para a utilização em caráter privado e exclusivo, com o fim de escoar, por rodovia, o minério a ser retirado da jazida de estanho que se encontrava na área indígena, em poder daquela empresa.⁶⁸⁸

Segundo Luíz Mário Severo Ávila “[...] a área por onde passaria a rodovia BR-174, serviu de palco para recorrentes conflitos entre os índios Waimiri-Atroari, garimpeiros, caçadores, castanheiros, tartarugueiros e aventureiros de todo tipo [...]”.⁶⁸⁹

⁶⁸⁶ SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia...*, p. 113.

⁶⁸⁷ COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: “por que kamña matou kiña”?* Campinas, São Paulo: Curt Nimuendajú, 2014, pp. 17-93.

⁶⁸⁸ CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. *Waimiri-Atroari a história que ainda não foi contada*. Brasília, 1982, p. 228.

⁶⁸⁹ PAVANI, J. D; MATTIONI, José Victor (Org). *Memórias de um fotógrafo topógrafo: a história de Luiz Mário Severo Ávila e a construção da BR-174*. Boa Vista: Mogiana, 2020, p. 68.

Contudo, na obra acima mencionada, pouco se fala sobre os impactos da presença militar durante a construção da BR-174. No ano de 1967, por causa da fama de ferozes atribuídas a esses índios, a Funai criou uma equipe de atração para fins de pacificação. Durante os primeiros contatos, eles se depararam com um grupo de 50 índios Waimiri-Atroari, próximos à foz do rio Pitinga, além de outros encontros ocorridos na bacia do rio Uatumã, onde constatarem atividades de pesca e caça.⁶⁹⁰

Ainda no mesmo ano, em expedição realizada pela equipe de atração no território indígena, a equipe foi informada por alguns índios que havia uma grande maloca na margem esquerda do Uatumã, este fato foi comprovado posteriormente em sobrevoos realizados sobre o rio Pitinga.⁶⁹¹

Em 1968, os trabalhos topográficos para a construção da BR-174 no território tradicional Waimiri-Atroari foram intensificados, assim como os avanços da frente de atração, além de uma expedição chefiada pelo Padre italiano João Calleri, com o mesmo fim de pacificação, com o aval de José de Queiroz Campos, então Presidente da Funai.⁶⁹²

Doravante, no ano de 1970, Queiroz Campos pediu exoneração do cargo, alegando que havia corrupção na Funai. Ele publicou uma carta com esclarecimentos à imprensa, publicada no Jornal Correio Brasiliense, explicitando seus motivos.⁶⁹³

Acrescenta-se, ainda, um fato a respeito de José de Queiroz Campos. Trata-se da escrita de um livro em 1969, proibido de ser lançado pelo regime militar, chamado: *Nós, os assassinos dos índios*, onde ele evidencia a autorização para a expedição do padre Calleri fazer contato com os índios Waimiri-Atroari e admite irregularidades na Funai.⁶⁹⁴

A expedição do Padre Calleri foi exterminada no território Waimiri-Atroari, no ano de 1968, mas existe mais de uma versão sobre este fato. A primeira delas, aponta para os próprios índios, reproduzida amplamente pela mídia naquele ano.⁶⁹⁵ A segunda versão, foi levantada pelo Padre Silvano Sabatini, e aponta para uma suposta emboscada que teria sido promovida pelos missionários da Missão Evangélica do Amazonas - MEVA,⁶⁹⁶ a fim de incriminar os índios, por interesses nas reservas de estanho existentes no seu território.

⁶⁹⁰ SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvementistas na Amazônia...*, p. 23.

⁶⁹¹ SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvementistas na Amazônia...*, p. 23.

⁶⁹² SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvementistas na Amazônia...*, p. 44.

⁶⁹³ CORREIO BRAZILIENSE. *Carta do jornalista José de Queiroz Campos, ex-presidente da Funai, esclarecendo episódios relacionados com sua exoneração do cargo*. Brasília - DF, 1970, p. 4.

⁶⁹⁴ CAMPOS, José de Queiroz. *Nós, os assassinos dos índios*, 1969, p. 7. Obra proibida de ser lançada pela Ditadura Civil-Militar.

⁶⁹⁵ SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvementistas na Amazônia...*, p. 53.

⁶⁹⁶ SABATINI, Silvano. *Massacre*. São Paulo: Edições Loyola; Brasília: CIMI, 1998, pp. 142-144.

Os índios continuaram resistindo ao avanço da construção da rodovia, mesmo assim, o primeiro trecho foi concluído em 06 de abril de 1977.⁶⁹⁷ Isso ocorreu com grande pompa, e contou com a presença do alto escalão do governo militar, representados por oficiais do 6.º BEC e do vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos.⁶⁹⁸

Imagem 19 – Inauguração do trecho da BR-174 Manaus/Caracarái, em 1977



Fonte: Memória do 6.º BEC.⁶⁹⁹

Um dos grandes pontos de tensão entre índios e militares, foi a morte do indigenista Gilberto Pinto Figueiredo em 1974, em uma emboscada feita pelos índios.⁷⁰⁰ Contudo, antes da sua morte, ele já alertara para o desrespeito das normas estabelecidas pela Funai para os militares do 6.º BEC, que proibiam:

⁶⁹⁷ PAVANI; MATTIONI, *Memórias de um fotógrafo topógrafo...*, p. 70.

⁶⁹⁸ MONTEIRO, E. W. Q; LAROQUE, L. F. S. A abertura da rodovia BR 174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o Estado de Roraima. *Revista Presença Geográfica*, v. 5, n.º 2, 2018, p. 75. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/3848>. Acesso em: 29 nov. 2023.

⁶⁹⁹ Foto do acervo pessoal do pesquisador, cedida pela assessoria do 6.º BEC, com base nas fotografias da construção da BR-174 do acervo da Memória Técnica desta Organização Militar.

⁷⁰⁰ LARAIA, Roque de Barros. Histórias ainda não contadas. *Anuário Antropológico*, v. 7, n.º 1, 2018, p. 339. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6270/7730>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Não visitar as aldeias; não oferecer presentes aos índios; não caçar no território dos índios; não pescar nas águas dentro do território dos índios; não ser portador de doenças contagiosas; não portar objetos que poderiam atrair a curiosidade dos índios; não portar armas de fogo.⁷⁰¹

A retaliação dos militares à morte do sertanista foi dura, com a utilização de técnicas de guerrilha e ataques com metralhadoras, helicópteros e até napalm, uma espécie agente incendiário, usado para potencializar o efeito de bombas aéreas e aumentar o poderio de explosões. Além disso, também foi utilizado o agente laranja, um desfolhante altamente tóxico, como relatado pela jornalista Memélia Moreira, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade.⁷⁰²

A esse respeito, entre os anos de 1985 e 1986, o casal de missionários Egydio e Doroti Schwade, foi convidado pela Funai para participar de um projeto de alfabetização junto aos índios Waimiri-Atroari na aldeia Yawará, em Roraima.⁷⁰³ Após o aceite do convite, eles iniciaram os trabalhos aplicando o método de alfabetização utilizado por Paulo Freire, que consiste na utilização de objetos e elementos do próprio cotidiano para formação de palavras e frases.⁷⁰⁴

Para a surpresa dos missionários, os primeiros resultados evidenciados da experiência de ensino, descortinaram as memórias indígenas dos ataques sofridos, atribuídos aos militares, como vimos no relato de Memélia Moreira e por meio de um dos sobreviventes, o índio Panaxi:

Antigamente não tinha doença. Kiña estava com saúde. Olha civilizado aí!
Olha civilizado ali! Lá! Acolá! Civilizado escondido atrás do toco-de-pau!
Civilizado matou com bomba.
Civilizado matou Sere.
Civilizado matou Podanî.
Civilizado matou Mani.
Civilizado matou Akamamî.
Civilizado matou Priwixi
Civilizado matou Txire.
Civilizado matou Tarpiya.
Com bomba.
Escondido atrás do toco-de-pau!⁷⁰⁵

⁷⁰¹ LARAIA, *Histórias ainda não contadas...*, p. 341.

⁷⁰² FERRERO, Mônica. *Comissão da Verdade recebe as recomendações sobre violações aos povos indígenas*. Alesp, 2014, p. 1. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=360823>. Acesso em: 01 dez. 2023.

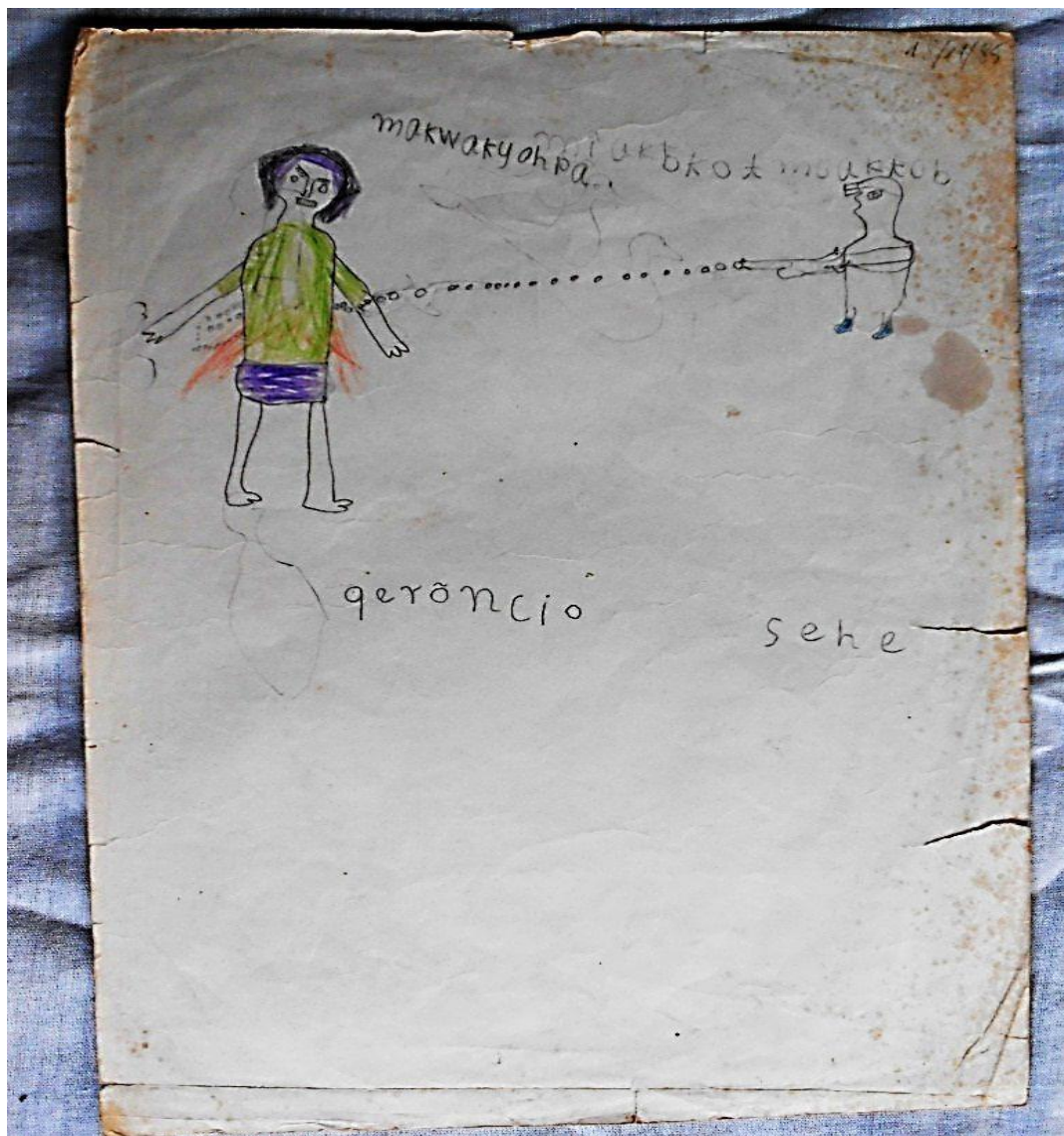
⁷⁰³ SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. A escrita Waimiri-Atroari, uma etnografia da etnologia indígena: memórias e a construção social da resistência. *Muiraqitã*, UFAC, v. 4, n. 1, 2016, p. 50. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/730/379>. Acesso em: 01 dez. 2023.

⁷⁰⁴ FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 124.

⁷⁰⁵ 1º RELATÓRIO DO COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE do AMAZONAS. *O genocídio do povo Waimiri-Atroari*, 2012, pp. 9-10.

Além desse relato, outros índios começaram a desenhar o que supostamente havia ocorrido, como pode-se observar abaixo:

Imagem 20 - SEHE, Gerônimo. Desenho Kiña: Homem chorando ao ser metralhado.



Fonte: Acervo Egydio Schwade.⁷⁰⁶

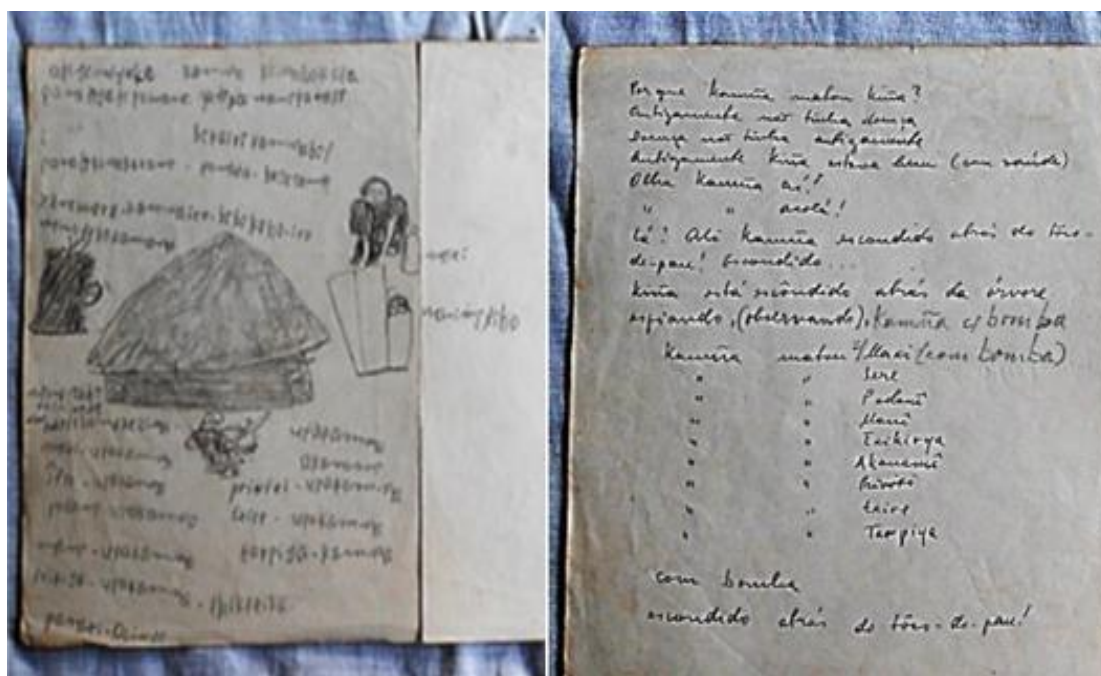
⁷⁰⁶ Escola Yawará, 18 de novembro de 1985.

Imagem 21 – SEHE, Gerônimo. Desenhos Kiña: Kamña matou todos



Fonte: Acervo Egydio Schwade.⁷⁰⁷

Imagem 22 – PANAXI, Olindo. Homens com fuzil, bomba [maxi] e escondidos

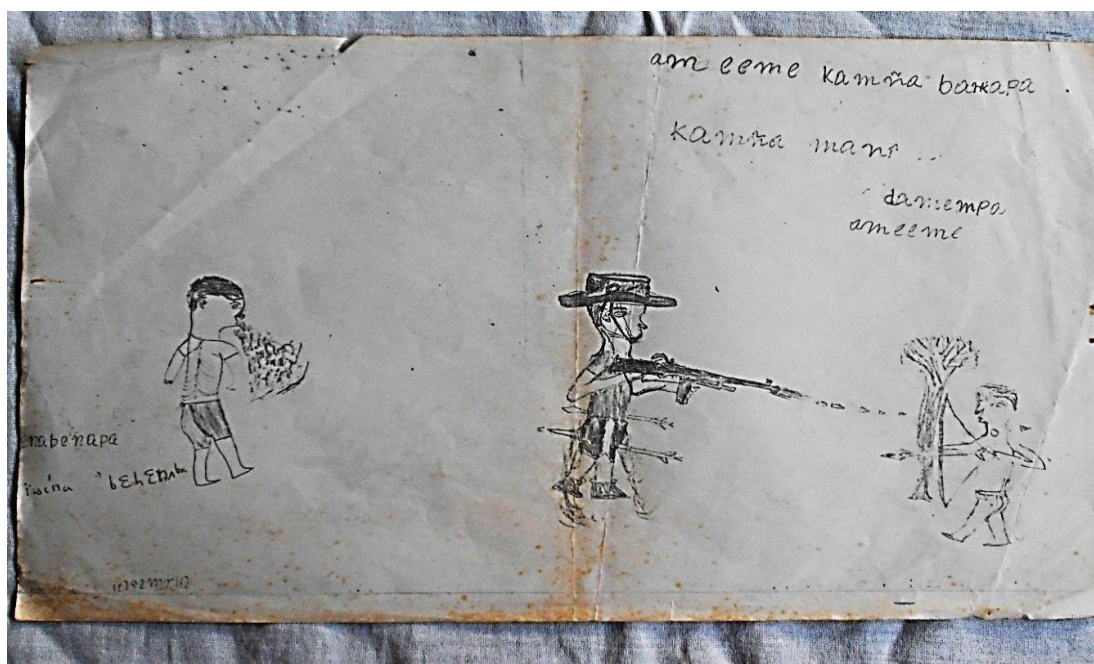


Fonte: Acervo Egydio Schwade.⁷⁰⁸

⁷⁰⁷ Escola Yawará, 28 de maio de 1986.

⁷⁰⁸ Escola Yawará, 25 de maio de 1986 (com anotações de aula de Egydio Schwade no verso).

Imagem 23 - JOSÉ MARIA. Desenho Kiña: Kamña manî



Fonte: Acervo Egydio Schwade.⁷⁰⁹

Imagem 44 – ESCOLA YAWARÁ. Desenho Kiña: Maiká morava na sua aldeia



Fonte: Acervo Egydio Schwade.⁷¹⁰

⁷⁰⁹ Escola Yawará, s/d.

⁷¹⁰ Escola Yawará, 24 de abril da 1986.

Após esses relatos, o casal de missionários se deu conta da gravidade da situação, e informou o fato a Funai. Órgão indigenista reagiu de maneira autoritária e inesperada, expulsando-os da aldeia. Em uma circular publicada pelo CIMI no dia 20 de janeiro de 1987,⁷¹¹ os missionários explicaram os motivos da sua retirada compulsória. Ela foi ordenada pelo Superintendente da Funai, Sebastião Amâncio da Costa, sob a alegação de atender à comunidade indígena.⁷¹²

Em sua defesa, o casal de missionários alegou que estavam em plena atividade, e sua saída coincidiu com a conclusão da casa de um missionário da MEVA na aldeia.⁷¹³ Segundo os missionários, a introdução das missões evangélicas no território Waimiri-Atroari tinha como objetivo minar a resistência indígena. Além disso, a estratégia da política indigenista praticada pela Funai visava manipular as decisões tomadas pelos índios.⁷¹⁴

Representantes do CIMI se reuniram em Brasília no dia 12 de fevereiro de 1987, com membros do Governo Federal e com o Presidente da Funai na época, Romero Jucá Filho, para cobrar uma resposta acerca da expulsão dos missionários da aldeia indígena. Romero Jucá manteve a punição imposta por Sebastião Amâncio, fato que desencadeou uma reação do CIMI, que solicitou a Funai a cópia do processo. Nesse ínterim, verificou-se que as acusações produzidas contra os missionários foram produzidas após sua saída da aldeia.⁷¹⁵

Essas práticas autoritárias empregadas pela Funai, foram descritas por Stephen Baines desde a formação do Grupo de Trabalho que desenvolvia atividades na frente de atração, agindo para outorgar as decisões do órgão em prol da política indigenista ditatorial e, principalmente, da ação mineradora.⁷¹⁶

Chamou-nos a atenção, a alusão feita por Egydio, referente às placas confeccionadas pelo Exército Brasileiro, onde foram enumerados os nomes dos integrantes que foram mortos pelos índios na expedição realizada pelo Padre Calleri em 1968 e de um grupo de militares que morreram durante a construção da BR-174, ao adentrarem no território indígena. Contudo, como se pode observar abaixo, Egydio ratifica que se tratou da resistência indígena frente à prática invasora e que não houve sequer o nome de um indígena morto registrado.

⁷¹¹ CIRCULAR n.º 03, de 20 de janeiro de 1987. *Carta dos missionários Egydio e Doroti Schwade, expulsos da Aldeia Waimiri-Atroari*. CIMI, Brasília-DF, 1987, pp. 1-8.

⁷¹² CIRCULAR n.º 03, *Carta dos missionários...*, p. 1.

⁷¹³ CIRCULAR n.º 03, *Carta dos missionários...*, p. 1.

⁷¹⁴ CIRCULAR n.º 03, *Carta dos missionários...*, p. 4.

⁷¹⁵ CIRCULAR n.º 04, de 12 de fevereiro de 1987. *Campanha Waimiri-Atroari*. CIMI, Brasília-DF, 1987, p. 1.

⁷¹⁶ BAINES, Stephen Grant. “É a FUNAI que sabe”: A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991, p. 235.

Em 1968, o Governo começou a romper o território Waimiri-Atroari com a BR-174. Os índios começaram a resistir tendo na época a sua frente, naquela região, os líderes Maiká e o legendário Maroaga. Nesta resistência os Waimiri-Atroari conseguiram matar 24 invasores, cujos nomes são conhecidos e inclusive gravados em placas de bronze dentro do território daqueles índios, hoje controlado por quatro forças de ocupação. Entretanto, nenhum nome ou sequer morte, foi registrada do lado dos índios. Tudo foi contado como se só os invasores tivessem sido barbaramente agredidos. Os massacres sofridos pelos índios, que os reduziu, em menos de três anos, ou seja, entre 1972 e 1975, de 3.000 para menos de 1.000 pessoas; o desaparecimento súbito de dezenas de aldeias; as suas arriscadas tentativas de pacificação dos civilizados agressores. Nada disso foi registrado.⁷¹⁷

Imagem 25 – Placas confeccionadas pelo Exército, presentes no território Waimiri-Atroari em homenagem aos integrantes da missão Calleri e aos militares mortos nos confrontos com os índios



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Luiz Mário Severo Ávila.⁷¹⁸

Outrossim, em relação à afirmação feita por Egydio Schwade referente ao decréscimo populacional dos índios durante a construção da BR-174, constatou-se que logo no início dos trabalhos para a construção da rodovia, houve um levantamento feito pelo Padre Calleri em 1968, que apontou, com base em sobrevoos feitos nas bacias dos rios Uatumã, Abonari e Alalaú, uma população estimada de 3.000 índios.

⁷¹⁷ CIRCULAR n.º 03, *Carta dos missionários...*, pp. 4-5.

⁷¹⁸ Agradeço a generosidade do Sr. Luiz Mário Severo Ávila, em ceder este material e outras imagens da construção da BR-174, onde na época, ele era o topógrafo responsável, servindo pelo 6.º BEC.

Já em 1983, o Antropólogo Stephen Baines, ao percorrer a mesma região, anotou apenas 332 índios, que sobreviveram aos embates contra os militares e os avanços da construção da rodovia em seu território.⁷¹⁹ Com o final do regime ditatorial, a população indígena começou a crescer novamente,⁷²⁰ mas, isso se deu por meio de um processo gradativo, com o apoio do Projeto Waimiri-Atroari – PWA, implementado em 1987 pelo ex-indigenista da Funai José Porfírio Fontenele de Carvalho, a partir de um convênio firmado entre a Funai e a Eletronorte, com atividades descritas em Relatórios anuais, apresentados a estes órgãos. Contudo, o último documento que tive acesso foi publicado em 2013.⁷²¹

Quadro 14 – Dados demográficos do povo Waimiri-Atroari

Ano	População	Fonte
1905	6.000	HÜBNER, G.; KOCK-GRUNBERG, T.
1968	3.000	CALLERI, João G. (Pe.) - FUNAI
1972	3.000	FUNAI
1974	600/1.000	COSTA, Gilberto P.F. - FUNAI
1982	571	CRAVEIRO, Giusepe - FUNAI
1983	350	FUNAI
1983	332	BAINES, Stephen G. – Museu Emílio Goeldi
1987	420	SILVA, Márcio - UNICAMP
1991	505	Programa Waimiri-Atroari - ELETRONORTE
2011	1515	Programa Waimiri-Atroari - ELETROBRAS

Fonte: Comitê Estadual da Verdade (2014, p. 26).⁷²²

Em um artigo publicado na Revista Estudos Avançados em 2005, os missionários do CIMI Egon Heck e Francisco Loebens e a assessora de comunicação desta entidade Priscila D. Carvalho, ratificam o decréscimo populacional de 2.000 índios Waimiri-Atroari, associando-o ao avanço dos projetos desenvolvimentistas em seu território tradicional.

A história recente da Amazônia, por ocasião da abertura das estradas que apregoavam a integração nacional, é repleta de fatos que atestam como esses povos tiveram sua opção pela liberdade desrespeitada, sendo vítimas de enormes atrocidades. Contra eles foram usadas modernas armas de fogo, gases tóxicos, arsênico misturado no açúcar e terríveis doenças epidêmicas. Nessa época, caso a ação de “pacificação” feita pelas agências do Estado não alcançasse os resultados esperados para retirar os “obstáculos do

⁷¹⁹ COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: “por que kamña matou kiña”? Campinas, São Paulo: Curt Nimuendajú, 2014, p. 25. COMITÊ ESTADUAL, *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari...*, p. 26.

⁷²⁰ COMITÊ ESTADUAL, *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari...*, p. 26.

⁷²¹ RELATÓRIO DE ATIVIDADES. *Programa Waimiri-Atroari*: referente ao exercício do ano de 2012. Convênio FUNAI/Eletronorte. Janeiro de 2013, pp. 15-228.

⁷²² COMITÊ ESTADUAL, *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari...*, p. 26.

desenvolvimento”, recorria-se à força das armas. É o que acontece com a abertura da BR 174, diante da defesa organizada dos Waimiri-Atroari de seu território. Entre 1968 e 1971, estima-se que dois mil índios foram mortos, seja pelas forças repressivas do Estado ou de mercenários a seu serviço.⁷²³

Com base na afirmação acima, depreende-se que este modelo desenvolvimentista imposto durante a ditadura civil-militar, ignorou totalmente os direitos deste povo, sob o pretexto do progresso, gerando profundos impactos no seu modo de vida tradicional e no seu habitat,⁷²⁴ com os sucessivos decréscimos territoriais, feitos sob encomenda, para atender aos interesses empresariais.⁷²⁵

No ano de 2011, no início do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi promulgada a Lei n.º 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade.⁷²⁶ Ela foi instituída formalmente no dia 16 de maio de 2012 e “teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”.⁷²⁷

Para a sua composição final, entre os materiais coletados, contou-se com os dados do 1.º Relatório do Comitê Estadual do Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, publicado no ano de 2012, onde constam os graves crimes cometidos ao povo Waimiri-Atroari. O Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, foi publicado no ano de 2014 em três volumes, nele, constam registros desses crimes e de tantos outros praticados aos povos tradicionais do Brasil.

Mais recentemente, uma ação civil pública foi ajuizada no Ministério Público Federal do Amazonas por 35 lideranças indígenas, solicitando tutela de urgência para reparação por parte do Estado brasileiro, das atrocidades cometidas contra os índios durante o período ditatorial.⁷²⁸ No tomo II do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, há a seguinte afirmação acerca destes fatos, que corroboram com a ação:

⁷²³ HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 53. 2005, p. 250. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10057/11629>. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁷²⁴ MONTEIRO, E. W. Q; LAROQUE, L. F. S. A abertura da rodovia BR 174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o Estado de Roraima. *Revista Presença Geográfica*, v. 5, n.º 2, 2018, p. 77. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/3848>. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁷²⁵ BAINES, Stephen Grant. *O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial*. Série Antropologia, Brasília, n.º 138, 1993, p. 4.

⁷²⁶ BRASIL. Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁷²⁷ BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços. *Arquivo Nacional – Memórias Reveladas*, CNV, 2022, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 02 dez. 2023.

⁷²⁸ SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. A verdade revelada: índios, militares e a BR 174, uma cartografia dos cemitérios indígenas Waimiri-Atroari. In: SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.). *Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 93.

“Não são esporádicas nem acidentais essas violações: elas são sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões”.⁷²⁹

A memória desse povo em relação a esses episódios é uma peça-chave para a compreensão e medidas de reparação. Nesse sentido, buscou-se ampliar o entendimento desse conceito à luz de Pierre Nora e Michael Pollak. Para Nora, os lugares de memória simbolizam uma memória coletiva.⁷³⁰ À baila desse entendimento, foi possível um aprofundamento da análise do caso do povo Waimiri-Atroari, que também emergiu esses fatos por meio de uma memória coletiva. Já Pollak, nos ajudou a compreender essa memória fragmentada, com base na experiência traumática vivida por esse povo.⁷³¹

Anos após a publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, existem ainda muitos questionamentos feitos pelo povo Waimiri-Atroari e pela sociedade civil sobre a responsabilização dos culpados. Em depoimentos prestados no Ministério Público Federal do Amazonas por alguns índios sobreviventes, foram revelados os locais onde estão enterrados os restos mortais dos seus parentes, mortos durante a construção da rodovia, que eles chamam de *lugares de memória*.⁷³² São 21 lugares de memória, sagrados na cosmologia Waimiri-Atroari, na cultura dos não-índios, esses lugares representam os cemitérios.

Os depoimentos também apontam para várias áreas de aldeias que foram bombardeadas pelo Exército e que dizimaram sumariamente centenas de índios. Os mortos eram enterrados nas áreas de terraplanagem da abertura da BR 174, além de outros locais que serviam para esse propósito, tais como: locais de plantio, caça e pequenos cemitérios [...].⁷³³

⁷²⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Brasília: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*; v. 1, CNV, 2014, 402 p. Tomo II, p. 198.

⁷³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. (São Paulo). n.10, pp. 1-178, dez. 1993.

⁷³¹ POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro). v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

⁷³² SILVA FILHO, A *Verdade revelada...*, p. 91.

⁷³³ SILVA FILHO, A *Verdade revelada...*, p. 91.

3.6 O I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1974)

Entre os anos de 1969 e 1974, o Brasil passou por uma fase de grande crescimento econômico, denominada de milagre brasileiro.⁷³⁵ Com forte intervenção estatal na economia, além da entrada de capital estrangeiro, esse período foi marcado pelos investimentos em projetos de desenvolvimento, principalmente os que estavam atrelados à indústria, incentivos habitacionais por meio do fomento à construção civil, além da aceleração de obras de usinas hidrelétricas e rodovias.

O Plano Rodoviário Nacional, de 1950, previu a construção da BR-174 (Manaus-Boa Vista) e da BR-71 (Boa Vista-Guyana), fato que serviu para estimular o governo do Território a continuar com sua política de colonização. Porém, os projetos não saíram do papel, a não ser um pequeno trecho da BR-17 entre Boa Vista e Caracaraí.⁷³⁶

Contudo, como visto no tópico anterior, tais medidas desencadearam efeitos colaterais nas populações tradicionais. No caso de Roraima, a presença militar na construção da BR-174, impactou diretamente o povo Waimiri-Atroari, que ainda aguarda reparação pelos danos sofridos. O modelo de desenvolvimento adotado pelo governo Médici, pautava-se no capitalismo industrial, com base em uma agenda de fomento empresarial, a partir de ações coordenadas com o PIN.⁷³⁷

É nesse contexto que foi elaborado o I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, para ser executado entre os anos de 1972 e 1974. Nesse sentido, ficou estabelecido por meio da deliberação de atos complementares, “que cada governo executará o último ano do PND aprovado anteriormente, com as correções que julgar necessárias, e preparará seu próprio plano, cuja duração se estenderá até o primeiro ano do mandato presidencial seguinte”.⁷³⁸

Este plano foi gestado em torno de um projeto maior, contido no bojo de três grandes instrumentos, que convergiram para metas e bases para as ações de governo, recursos para o orçamento plurianual e investimentos socioeconômicos do I PND.⁷³⁹ Para tanto, foram estipuladas tarefas básicas, voltadas para o Plano Regional de Desenvolvimento, que incluíam:

⁷³⁵ PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. *História das políticas regionais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2020, p. 70.

⁷³⁶ LIMA, Bruno Teixeira. *BR-174 e BR-364: a Engenharia Militar integrando a Amazônia*. Especialização em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022, p. 41.

⁷³⁷ PORTUGAL; SILVA, *História das políticas regionais no Brasil...*, p. 71.

⁷³⁸ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e Bases para Ação de Governo*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 11.

⁷³⁹ SUDAM. *Planos e Metas do Governo: O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*, Manaus, Amazonas, julho de 1971, pp. 6-7.

Levantamento dos indicadores regionais nos setores e subsetores considerados. Compatibilização dos índices regionais com os nacionais. Programação financeira dos investimentos a serem realizados no período 1972/1974, a fim de que a região alcançasse em 1974 as metas estabelecidas pelo Governo Federal. Seleção de áreas prioritárias nas regiões consideradas para estes investimentos, em decorrência do curto espaço de tempo considerado (1972/1974). Compatibilização do Plano Regional de Desenvolvimento com os planos dos Governos Estaduais. Compatibilização do Plano Regional de Desenvolvimento com a Programação dos Bancos de Desenvolvimento Regional.⁷⁴⁰

Segundo o historiador Pere Petit, esse plano contribuiu para os objetivos pleiteados pelo governo militar para a Amazônia Legal, à medida que estava em sintonia com o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA, a ser executado no mesmo período.⁷⁴¹

Entre as áreas prioritárias deste plano, estava o Território Federal de Roraima,⁷⁴² com ênfase na capital, Boa Vista. Os critérios para tal escolha, tiveram como premissa a localização deste território na faixa de fronteira, apesar de ele corresponder na época a apenas 3% da área total contemplada pelo plano.⁷⁴³

Além desse critério, segundo o documento, pesou na escolha a tentativa de fomentar o crescimento do rebanho bovino local, que outrora se constituiu como uma das principais fontes de renda desta região.⁷⁴⁴ O historiador Jaci Guilherme Vieira, esclarece à forma como esse projeto pecuarista foi implementado na antiga região do Rio Branco, a partir de ações de ocupação, que culminaram na usurpação das terras indígenas e no enriquecimento de uma elite ligada à produção pecuária.⁷⁴⁵

Ademais, o escoamento de minérios estava entre as principais prioridades dos setores empresariais, com a rodovia servindo de rota de fuga para a ação de garimpeiros e madeireiros. “A mineração ilegal em terras indígenas na Amazônia é atividade criminosa que se desenvolve há aproximadamente 50 anos e envolve logística arquitetada e onerosa.”⁷⁴⁶

⁷⁴⁰ SUDAM, *Planos e Metas do Governo...*, p. 8.

⁷⁴¹ PETIT, Pere. Políticas Públicas do Governo Federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018, p. 106. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/852>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁷⁴² Transformado em Estado pela Constituição Federal de 1988.

⁷⁴³ SUDAM, *Planos e Metas do Governo...*, p. 22.

⁷⁴⁴ SUDAM, *Planos e Metas do Governo...*, p. 38.

⁷⁴⁵ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 a 1980*. 2ª ed. Revisada e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014, pp. 42-69.

⁷⁴⁶ RAMOS, Alan Robson Alexandrino; RODRIGUES, Francilene dos Santos. O Garimpo Ilícito na Terra Indígena Yanomami entre a Cosmovisão Indígena e Ações Estaduais. *Unisul de Fato e de Direito*: Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina, v. 9, n. 16, pp. 25-35, 2018, p. 26. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/19827/13316. Acesso em: 08 dez. 2023.

De fato, a citação acima, evidencia parte dos métodos ilegais adotados pela ação mineradora nas terras indígenas amazônicas ao longo de décadas. A abertura de rodovias em seus territórios, sob o lema do progresso, facilitou essas ações, com a possibilidade de maior mobilidade dos infratores.⁷⁴⁷

O discurso de desenvolvimento contido no cerne do próprio PDA (1972-1974), em relação à construção da Transamazônica, já admitira que esta rodovia só viabilizaria “a interligação do desenvolvimento do Nordeste, com a estratégia da ocupação econômica da Amazônia”.⁷⁴⁸

Em síntese, este plano previa uma estratégia governamental de integração e desenvolvimento para a Amazônia, com ênfase na ocupação de vazios demográficos, para a ocupação e promoção econômica desta região.⁷⁴⁹ Como vimos, a política indigenista promovida pela Funai falhou visceralmente, com o aparelhamento deste órgão com as Organizações Militares, que culminou na diminuição de territórios tradicionais e embates com indígenas locais, sobretudo com o povo Waimiri-Atroari, provocando tensionamento e baixas para ambos os lados, mas com um número bem maior de vidas indígenas ceifadas.⁷⁵⁰

Outrossim, o planejamento militar para a região amazônica teve continuidade, a partir da elaboração de um novo plano, previsto para ser executado durante o governo do general Ernesto Geisel, tido como moderado por alguns membros da cúpula militar.⁷⁵¹ Seu governo ficou marcado pela transição do regime ditatorial para a abertura política e por uma agenda econômica neoliberal, como veremos a seguir.

⁷⁴⁷ Sobre o conluio entre militares e a ação mineradora nesse período, se destaca o trabalho de Adriana Gomes Santos, que analisou as atividades da empresa Sacopã (empresa paramilitar de segurança), a serviço da mineradora Paranapanema, que agia com grande hostilidade na mina de Pitinga, localizada no município de Presidente Figueiredo-AM, TI Waimiri-Atroari. Cf. SANTOS, Adriana Gomes. *Controle e repressão aos Waimiri-Atroari na fronteira Amazonas-Roraima no período da ditadura brasileira (1964-1985): uma faceta da parceria entre Estado e o mundo empresarial (Paranapanema-Sacopã)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021, pp. 230-234.

⁷⁴⁸ SUDAM. Ministério do Interior. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém, 1971, p. 14.

⁷⁴⁹ SUDAM, *Plano de Desenvolvimento da Amazônia...*, p. 13.

⁷⁵⁰ BAINES, Stephen Grant. Uma tradição indígena no contexto de grandes projetos: os Waimiri-Atroari. *Anuário Antropológico*, v. 21 n. 1, 1997, p. 70. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6660/7524>. Acesso em: 08 dez. 2023.

⁷⁵¹ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, jul/set, 2004, p. 34. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

3.7 O II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1975-1979)

Este plano foi elaborado pela SUDAM, no âmbito do planejamento das ações do governo militar para a Amazônia. Sua execução foi prevista para ocorrer entre os anos de 1975 a 1979, conforme as diretrizes adotadas pelo governo militar.⁷⁵² Nele, ainda continuavam as premissas de integração e desenvolvimento, com base em projetos agropecuários, agroindustriais e de colonização, com estímulos aos setores privados, além da proposta de assistência técnica e da concessão de créditos.⁷⁵³

O Professor Jean Hébette, acrescenta que este plano estava ligado às propostas contidas no Programa de Integração Nacional - PIN, Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA e ao Plano Nacional de Desenvolvimento - PND.⁷⁵⁴

Paralelo a esses projetos, também foi criado durante o governo Geisel o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, cujo objetivo se baseava na promoção do aproveitamento integrado do potencial agropecuário, industrial, florestal e mineral amazônico. Conforme as palavras do Presidente Geisel, este programa também estava atrelado à SUDAM, e visava uma abertura física para o desenvolvimento amazônico.⁷⁵⁵

Para Roraima, além da continuação dos trabalhos da BR-174, o II PND também previu investimentos no setor energético, por meio da exploração do potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Branco, a fim de aumentar a produção de energia elétrica local, que na época dependia da geração de energia por meio de Centrais Térmicas.⁷⁵⁶ Soma-se a isso o Planejamento feito pela Eletronorte para a instalação de uma unidade hidrelétrica no Rio Cotingo, para atender a demanda de Boa Vista.⁷⁵⁷

O plano também previa investimentos no setor de Telecomunicações, que funcionava no antigo modelo de Tropodifusão, com base em transmissões feitas em radiofrequência, que

⁷⁵² SUDAM. Ministério do Interior. *II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo para a Amazônia (1975-1979)*. Belém, 1976, p. 3.

⁷⁵³ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 39.

⁷⁵⁴ HÉBETTE, Jean. *A Amazônia no Processo de Integração Nacional*. Coleção NAEA/FIPAM, UFPA, Belém, 1974, pp. 47-48.

⁷⁵⁵ COELHO, George Leonardo Seabra. A Amazônia euclidiana e os programas de integração da hileia durante o governo Geisel (1974-1979). *Revista Tempo, Niterói*, v.26, n. 2, maio/ago, 2020, p. 463. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/fGLVmhjwrM85mNvXrWhQcFp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

⁷⁵⁶ Para um maior aprofundamento da questão hidrelétrica de Roraima, principalmente sobre os casos de Jatapu e Cotingo, Cf. FEARNSIDE, Philip Martin. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015, pp. 35-58.

⁷⁵⁷ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, pp. 39-40.

atendia aos sistemas de comunicação das cidades de Manaus e Boa Vista, além de outras capitais amazônicas.⁷⁵⁸

O projeto também incentivava a colonização e previa investimentos em Educação e Saúde, além de oferecer capacitação e treinamento para formação de mão de obra qualificada e de incentivos fiscais, que segundo o governo, fomentaria um modelo brasileiro de desenvolvimento.⁷⁵⁹

No que concerne às potencialidades regionais, o plano se baseou nas informações disponibilizadas pelo Projeto RADAM, para a exploração de minerais na região amazônica. O foco se voltou para a extração de Ferro, Manganês, Bauxita, Cassiterita, Caulim, Salgema e Calcário.⁷⁶⁰ Com essa medida, o governo militar pretendia arrecadar cerca de 375 milhões de dólares por ano.⁷⁶¹

Especulava-se também a possibilidade da existência de lençóis de petróleo na região, que despertou o interesse imediato do governo para explorá-lo, assim como os recursos florestais (madeira) e os recursos pesqueiros.⁷⁶² No geral, o discurso do governo militar pregava o crescimento da economia e a melhora nos índices de igualdade de renda, e na “redução das desigualdades inter-regionais”.⁷⁶³

Além das parcerias com o Programa Polamazônia e RADAM, o II PND também estreitou os laços com o Programa do Trópico Úmido, que tinha o objetivo de coordenar as ações ligadas às áreas de Ciência e Tecnologia e melhorar o conhecimento humano e científico para a preservação e equilíbrio ecológico da região amazônica.⁷⁶⁴

Na minuta do Projeto original, também havia a previsão de investimentos para a Extensão Rural e a volta dos incentivos à produção gomífera, por meio do Programa de Incentivos à Produção de Borracha - PROBOR.⁷⁶⁵ Ainda estavam previstos investimentos na pesca artesanal e no melhoramento de sementes.⁷⁶⁶ Também constavam ações de saneamento básico e treinamento de pessoal.⁷⁶⁷

Destacou-se, também, a oferta de Programas de crédito, sobretudo pelo Banco da Amazônia.⁷⁶⁸ Para o Território Federal de Roraima, foi apresentado um esboço dos

⁷⁵⁸ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 42.

⁷⁵⁹ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, pp. 42-45.

⁷⁶⁰ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 46.

⁷⁶¹ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 48.

⁷⁶² SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, pp. 48-49.

⁷⁶³ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 52.

⁷⁶⁴ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 66.

⁷⁶⁵ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 68.

⁷⁶⁶ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 69.

⁷⁶⁷ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 80.

⁷⁶⁸ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 85.

investimentos a serem realizados durante a vigência do plano. Entre os setores contemplados, estavam o Agropecuário, Abastecimento, Recursos Naturais, Serviços Básicos, Transportes, Comunicações, Energia, Saneamento, Urbanismo e Habitação, Recursos Humanos, Educação e Saúde.⁷⁶⁹

É mister salientar, que durante o governo Geisel, houve um período de distensão, onde o país passou por uma lenta abertura política, que culminaria entre outras medidas, na promulgação da lei da anistia, no início do governo do Presidente João Baptista Figueiredo.⁷⁷⁰ A respeito deste processo de abertura, Elio Gaspari comenta:

A direita brasileira precipitou o Brasil na ditadura porque construiu um regime que, se tinha a força necessária para desmobilizar a sociedade intervindo em sindicatos, aposentando professores e magistrados, prendendo, censurando e torturando, não a teve para disciplinar os quartéis que garantiam a desmobilização. Essa contradição matou primeiro a teoria castelista da ditadura temporária, em seguida liquidou as promessas inconsistentes de abertura política feitas por um governo desastroso como o de Costa e Silva ou simplesmente falsas, como a de Garrastazu Medici. Restabeleceu-se a ordem com Geisel porque, de todos os presidentes militares, ele foi o único a perceber que, antes de qualquer projeto político, era preciso restabelecer a ordem militar.⁷⁷¹

Na perspectiva econômica, o II PND de Geisel pretendia conter o avanço inflacionário, com medidas pautadas no crescimento econômico. Contudo, algumas dessas medidas intervencionistas, foram associadas às práticas neoliberais, com uma abertura para o capital do comércio externo, e um esforço para tentar modernizar o Estado por meio de investimentos também em indústrias estatais. No início do governo do Presidente Figueiredo, houve a elaboração de outro plano, que detalharemos a seguir.

3.8 O III Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1980-1985) e o Programa Calha Norte: potencialização dos Pelotões Especiais de Fronteira

O III Plano Nacional de Desenvolvimento foi elaborado no início do governo do general João Baptista Figueiredo, com previsão de execução entre os anos de 1980 a 1985. Ele previu metas objetivas a serem alcançadas pelo seu governo, estabelecendo também orientações para

⁷⁶⁹ SUDAM, *II Plano Nacional de Desenvolvimento...*, pp. 89-92.

⁷⁷⁰ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, pp. 171-186, janeiro-junho de 2010, p. 182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

⁷⁷¹ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 144-145.

os setores privados.⁷⁷² Coube ao Ministério do Interior, elaborar suas diretrizes por volta do ano de 1978, com ênfase na projeção da melhoria dos índices econômicos e sociais do país.⁷⁷³

Nesse sentido, a contribuição desse Ministério para o III PND foi realizada em duas fases. A primeira delas, versou sobre a elaboração do Projeto Minter, que se desdobrou em três outras etapas, contidas nos Projetos I, II e III.⁷⁷⁴ A primeira etapa, versou sobre o Pré-Projeto I, com ênfase nos seguintes aspectos:

Considerações globais sobre as preocupações do Ministério com o planejamento regional e urbano, destacando-se certos pontos de suas ações de natureza especificamente setorial; Visão sintética da evolução relativa ao I e ao II PND, em termos globais, regionais e setoriais; Visão prospectiva do III PND, com base na indicação de objetivos e diretrizes para o desenvolvimento regional, tanto na perspectiva nacional como na expectativa de cada uma das regiões; Indicação preliminar de elementos a serem detalhados na segunda etapa.⁷⁷⁵

Já a segunda, correspondeu ao Pré-Projeto II, ocorreu com base nas discussões feitas a partir do Pré-Projeto I, a partir disso, foram incluídas as seguintes diretrizes:

Visão geral e sintética das diferentes regiões (econômica, social e institucional) a ser elaborada com base em indicadores selecionados; Indicação preliminar da política e da programação (regional, urbana e setorial) para cada uma das regiões.⁷⁷⁶

A terceira etapa, correspondeu ao Pré-Projeto III e deu “lugar à concepção do Pré-Projeto Minter”,⁷⁷⁷ onde se abordou:

Visão sistemática dos problemas relativos às áreas setoriais sob a responsabilidade do Minter (irrigação, habitação, saneamento, assistência ao índio, assistência aos municípios, Projeto Rondon, meio ambiente, territórios federais, migrações internas, etc.), complementando-se, assim, o quadro esboçado na primeira parte da segunda etapa; Indicação da política e da programação para todas as áreas sob a responsabilidade do Ministério.⁷⁷⁸

⁷⁷² BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *III Plano Nacional de Desenvolvimento*, 1980, p. 10.

⁷⁷³ SUDAM. Ministério do Interior. *Esquema de Trabalho do Ministério para a elaboração do III Plano Nacional de Desenvolvimento*. Pré-Projeto Minter I. Brasília, junho de 1978, p. 1.

⁷⁷⁴ SUDAM, *Esquema de Trabalho do Ministério...*, p. 2.

⁷⁷⁵ SUDAM, *Esquema de Trabalho do Ministério...*, p. 2.

⁷⁷⁶ SUDAM, *Esquema de Trabalho do Ministério...*, p. 2.

⁷⁷⁷ SUDAM, *Esquema de Trabalho do Ministério...*, p. 2.

⁷⁷⁸ SUDAM, *Esquema de Trabalho do Ministério...*, pp. 2-3.

Outrossim, a segunda fase estava prevista para ocorrer no ano de 1979, também sob os auspícios do Ministério do Interior. Com foco no aprofundamento e detalhamento da fase pretérita, baseado no domínio das ações de desenvolvimento regional e urbano, visando “à elaboração do Projeto Minter para o III PND”.⁷⁷⁹

Formulado o planejamento, partiu-se para a prática, que consistiu na realidade do enfrentamento dos desafios dos problemas regionais e urbanos, assim como das desigualdades sociais do país. Desta forma, foi promulgada no dia 20 de maio de 1980 a Resolução n.º 01, que aprovou o III PND para o período de 1980 a 1985.⁷⁸⁰

A base das definições, segundo o Ministério do Interior, estava pautada na capacidade da motivação social para enfrentar os desafios, com vistas aos ajustes necessários aos prazos para a consolidação do processo de desenvolvimento econômico do país, para que isso pudesse refletir na melhoria da condição de vida da população. Com foco no setor privado, e cumprindo uma agenda técnica e exequível para o aumento do trabalho e renda do brasileiro, a fim de suprir suas necessidades básicas.⁷⁸¹

Contudo, o discurso oficial do governo estava longe de se consolidar na prática, pois o país atravessava uma forte crise econômica, em decorrência, principalmente, dos altos índices de inflação.⁷⁸²

E diferentemente das administrações anteriores de Geisel e Médici, a nova emergência dando a impressão de que o firme apoio à expansão industrial – a locomotiva da brilhante trajetória de crescimento das décadas anteriores – seria posto à margem da nova agenda, devendo a economia ajustar-se a um crescimento lento à medida que a política macroeconômica fosse direcionada à correção dos desequilíbrios geradores da alta inflação.⁷⁸³

Nesse sentido, foi formulada por parte do governo militar uma política anti-inflacionária, idealizada pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto, que voltava ao governo reafirmando uma política econômica desenvolvimentista. Com problemas para alavancar a produção nacional, ele recorreu ao Fundo Monetário Internacional – FMI. O maior problema

⁷⁷⁹ SUDAM, *Esquema de Trabalho do Ministério...*, p. 3.

⁷⁸⁰ BRASIL. Resolução n.º 01, de 20 de maio de 1980. *Aprova as partes reformuladas do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para os exercícios de 1980 a 1985*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/1980-1987/resolucao-1-20-maio-1980-534686-publicacaooriginal-20686-pl.html>. Acesso em: 11 dez. 2023.

⁷⁸¹ BRASIL, *III Plano Nacional de Desenvolvimento...*, pp. 10-12.

⁷⁸² MARCARINI, José Pedro. *Crise e política econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984)*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n.º 144, junho 2008, p. 1.

⁷⁸³ MARCARINI, *Crise e política econômica...*, p. 5.

estava nas altas taxas de juros que eram cobradas por esta organização ao Brasil, que deteriorou mais uma vez os cofres públicos e impactou as pretensões de investimentos no III PND.⁷⁸⁴

Destarte, na seara militar, o III PND pretendia contemplar suas principais demandas, com intuito de:

[...] atender às suas finalidades essenciais – defesa da Pátria e garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem – e às ações complementares, estas no campo do desenvolvimento nacional, principalmente através da atuação nas esferas de educação, transportes, cartografia, meteorologia, prospecção geofísica, oceanografia, tráfego aéreo, colonização, pesquisa e desenvolvimento e ação cívico-social.⁷⁸⁵

Ademais, em relação à proposta para o desenvolvimento nacional, o plano visou a orientação dos estabelecimentos militares no tocante a permitir o aproveitamento de civis nos níveis primário, médio e superior.⁷⁸⁶ *Pari passu*, também constava na pauta, a ampliação dos sistemas de transportes marítimo, terrestre e aéreo, assim como a intensificação das construções de estradas, a fim de intensificar militar de integração.⁷⁸⁷

Este plano também previu a continuidade dos levantamentos do mapeamento territorial nacional, com base na prospecção em diversas áreas, com foco, principalmente, nas regiões de fronteira norte e oeste, com a previsão da instalação de postos de controle e colônias militares. Para tanto, ele tinha como estratégia, a adequação das tecnologias civis para o ambiente militar, com o intuito de aplicá-las nas Forças Armadas.⁷⁸⁸

Somam-se a isso, os incentivos para a produção científica e tecnológica militar, com fomento no setor industrial, para o reaparelhamento das Forças Armadas e, principalmente, do setor bélico, para a diminuição da dependência das importações para esses fins. Também houve a previsão da potencialização de ações cívico-sociais, com ênfase na educação e na assistência médica e sanitária para as populações mais carentes.⁷⁸⁹

Chamou-nos à atenção, o incentivo explícito no documento a uma campanha de civismo coletivo, direcionado principalmente à esfera pública, no âmbito das Universidades, escolas estaduais e municipais, além de outras entidades representativas. Por fim, o plano enfatizou à necessidade do aumento de estudos no território marítimo nacional, ratificando o discurso desenvolvimentista.⁷⁹⁰

⁷⁸⁴ MARCARINI, *Crise e política econômica...*, p. 35.

⁷⁸⁵ BRASIL, *III Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 101.

⁷⁸⁶ BRASIL, *III Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 101.

⁷⁸⁷ BRASIL, *III Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 101.

⁷⁸⁸ BRASIL, *III Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 102.

⁷⁸⁹ BRASIL, *III Plano Nacional de Desenvolvimento...*, p. 102.

⁷⁹⁰ BRASIL, *III Plano Nacional de Desenvolvimento...*, pp. 102-103.

Entre o final da década de 1970 e início de 1980, se intensificaram processos de redemocratização na América Latina, em países como a Bolívia, Argentina e Uruguai, além do próprio Brasil. Esses processos ganharam força com a luta pelos direitos humanos evidenciada durante o governo do presidente norte-americano Jimmy Carter. Já no Brasil, isso ocorreu de maneira gradativa, desde a transição do governo Geisel, outrora marcado pelo esgotamento do modelo econômico responsável pelo milagre brasileiro para o governo Figueiredo, onde se encerrou o regime militar.⁷⁹¹

A esse respeito, o final do governo Figueiredo foi marcado por uma série de protestos populares que reivindicavam o fim do regime ditatorial e a volta da democracia com base no movimento Diretas Já!⁷⁹² Ele se espalhou rapidamente pelo país, com o apoio de vários setores da sociedade, “além de artistas, intelectuais e políticos de diversas alas de centro e de esquerda”.⁷⁹³

Apesar da derrota no Congresso Nacional da Emenda Dante de Oliveira, que tinha como objetivo reestabelecer as eleições diretas para a presidência da República, a pressão do movimento popular, artistas, centrais sindicais, políticos de oposição e da ala progressista ligada à Igreja Católica, acabou dando resultado, e o regime ditatorial acabou em 1985.

Contudo, a primeira eleição após esse período foi indireta, vencida pela chapa do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves e do vice, José Sarney, governador do Maranhão.⁷⁹⁴ O programa de governo proposto Tancredo Neves, previa uma convocação de uma Assembleia Constituinte e a consolidação da redemocratização, sendo ele responsável por cunhar o termo Nova República.⁷⁹⁵

Com sua morte prematura, ocorrida no dia 21 de abril de 1985, José Sarney assumiu a Presidência da República. Foi durante o seu governo que foi implantado o Programa Calha Norte - PCN, cujo objetivo é “contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável na sua área de atuação”.⁷⁹⁶

⁷⁹¹ DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7, n. 3 (set./dez. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016, p. 254. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5654/3587>. Acesso em: 13 dez. 2023.

⁷⁹² NERY, Vanderlei Elias. A campanha Diretas Já e a transição brasileira. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18, n.32, pp. 240-253, jan./jun. 2014, pp. 240-244. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25706/18339>. Acesso em: 13 dez. 2023.

⁷⁹³ DIAS, Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil..., p. 258.

⁷⁹⁴ DIAS, Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil..., p. 258.

⁷⁹⁵ DIAS, Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil..., p. 258.

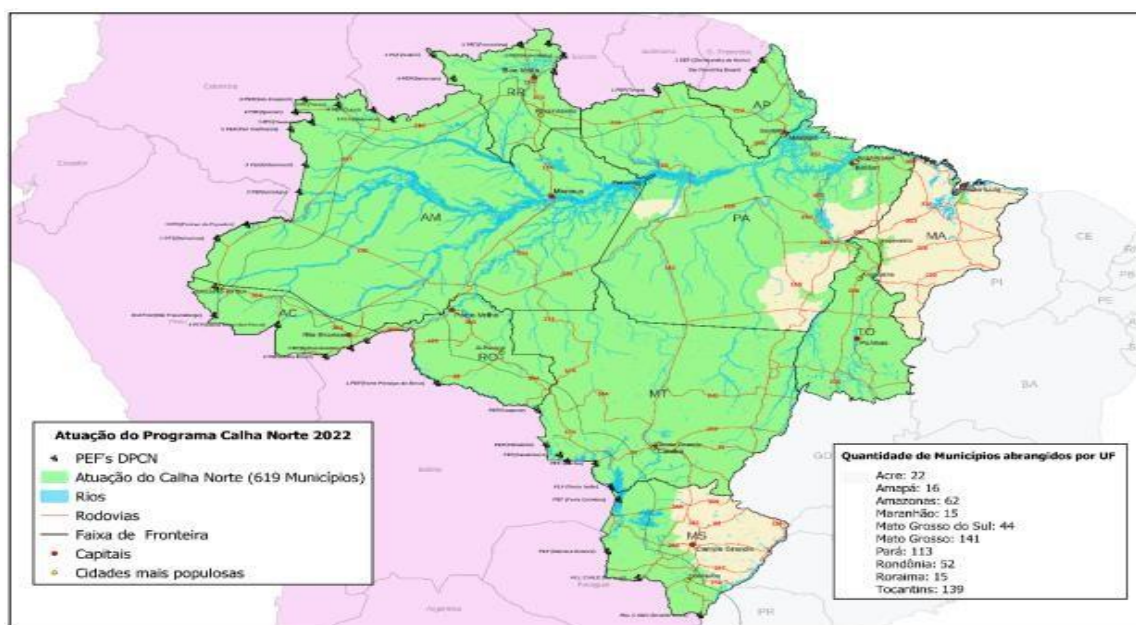
⁷⁹⁶ PCN. Ministério da Defesa. *Programa Calha Norte*, 2022, p. 1. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte. Acesso em: 13 dez. 2023.

Pode-se analisar a evolução do Programa Calha Norte em três períodos distintos. O primeiro deles, vai de 1985 a 1989, no contexto da redemocratização da política nacional e do final da Guerra Fria. Essa fase foi marcada por investimentos elevados, voltados à proteção de comunidades indígenas, além do combate ao garimpo e ao tráfico de drogas.⁷⁹⁷

O segundo período, compreendeu os anos de 1990 a 2002 e foi marcado por uma escassez de recursos, culminando em uma redefinição das estratégias e do planejamento civil-militar, com base em novas políticas para a área de defesa, como nos casos da formulação da Política de Defesa Nacional e da criação do Ministério da Defesa.⁷⁹⁸

A partir de 2003, o PCN passou uma reformulação, com aumento orçamentário e a ampliação da área de abrangência. A premissa dessa mudança se baseou no binômio segurança e desenvolvimento, com base na importância da valorização das dinâmicas regionais para a implementação das políticas de segurança nacional. Observou-se, também, a partir desse período, que houve uma maior flexibilização hierárquica na gestão do Programa, além de uma maior aproximação com os setores do governo.⁷⁹⁹

Imagem 27 – Região do Programa Calha Norte



Fonte: PCN, 2022, p. 20.⁸⁰⁰

⁷⁹⁷ MONTEIRO, Lício Caetano do Rego. O Programa Calha Norte: redefinições das políticas de segurança e defesa nas fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, nov/2011, pp. 2-4. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/398/374>. Acesso em: 21 out. 2024.

⁷⁹⁸ MONTEIRO, *O Programa Calha Norte...*, p. 4.

⁷⁹⁹ MONTEIRO, *O Programa Calha Norte...*, pp. 1-5.

⁸⁰⁰ PROGRAMA CALHA NORTE. *Manual de Convênios e Contratos de Repasse*. Brasília, Ministério da Defesa, 2022, p. 20.

Conforme visto na imagem acima, a área de abrangência do PCN é vasta, atualmente, ela engloba “442 municípios, distribuídos em dez Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins”.⁸⁰¹ Os recursos financeiros para o PCN são oriundos do Ministério da Defesa-MD, “que visam, respectivamente, apoiar às ações de governo na promoção do desenvolvimento regional; e contribuir para a manutenção da soberania e integridade territorial”.⁸⁰²

Sendo assim, na vertente civil, têm sido celebrados convênios entre o MD e os estados e municípios abrangidos para permitir a realização de projetos em diversas áreas temáticas (saúde, educação, infraestrutura, saneamento básico, esporte, transporte) complementar a aquisição de equipamentos agrícolas, veículos diversos e equipamentos para a manutenção de vias, que servirão de polos irradiadores do desenvolvimento social e sustentável. Por sua vez, na vertente militar, o PCN executa suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários diretamente para os Comandos das Forças Armadas, visando à implantação e ampliação de unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica na região.⁸⁰³

Em decorrência das dimensões continentais da região amazônica, o PCN intensificou a presença militar, a partir de novas instalações, com o intuito de fortalecer as tropas do Comando Militar da Amazônia, com os auxílios das Brigadas de Selva, Batalhões de Fronteira e dos Pelotões Especiais de Fronteira.⁸⁰⁴

No âmbito das atividades desenvolvidas pelos PEFs, os militares promovem ações juntos às comunidades indígenas, trocando experiências sobre a selva e orientando-os para o alistamento no serviço militar. Além disso, há o incentivo da participação da população em seu entorno em atividade cívico-militares.⁸⁰⁵

Contudo, vale salientar, que antes da instalação do PCN, só existiam apenas três PEFs na região, com a mudança de paradigma e os investimentos que foram realizados, logo após 1985, esse número para vinte e um PEFs.⁸⁰⁶

⁸⁰¹ PAIM, Rodrigo de Almeida. Segurança e Defesa na faixa de fronteira amazônica: contribuição do Programa Calha Norte. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 36, n. 78, pp. 40-65, set./dez. 2021, p. 50. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1213/1017>. Acesso em: 13 dez. 2023.

⁸⁰² PAIM, *Segurança e Defesa na faixa de fronteira amazônica...*, p. 51.

⁸⁰³ PAIM, *Segurança e Defesa na faixa de fronteira amazônica...*, pp. 51-52.

⁸⁰⁴ COSTA, Cláudio Rafael Mendes. *Programa Calha Norte: guardião das fronteiras amazônicas e tentativa de implantação de uma política pública de desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, FGV, Rio de Janeiro, 2022, p. 87.

⁸⁰⁵ COSTA, *Programa Calha Norte...*, p. 88.

⁸⁰⁶ COSTA, *Programa Calha Norte...*, p. 92.

Atualmente, os números do efetivo militar na Amazônia são representados pela Força Terrestre, Comando Militar Naval da Amazônia Ocidental e do Comando do 9.º Distrito Naval cresceram significativamente,⁸⁰⁷ como pode-se observar na tabela abaixo:

Tabela 1- Quantitativo de Militares na Região Amazônica

Força	Organização	Sede	Qtde Militares	% da respectiva Força
EB	CMA	Manaus/AM	20.259	9,64%
	CMN	Belém/PA	9.440	4,49%
Presença do EB na região amazônica:			29.699	14,13%
MB	4.º DN	Belém/PA	3.471	4,70%
	9.º DN	Manaus/AM	2.950	3,99%
Presença da MB na região amazônica:			6.421	8,69%
FAB	Região Norte	-	8.182	12,73%
Total de militares na região amazônica representatividade frente ao quantitativo total das três Forças:			44.302	12,72%

Fonte: Adaptado de Costa (2022, p. 92).⁸⁰⁸

Os números apresentados na tabela acima, evidenciam o incremento da presença militar na região amazônica, sobretudo nas cidades de Belém e Manaus, que recebem e acomodam militares de diversas patentes, que são treinados e distribuídos para missões em áreas de fronteiras, como nos casos dos militares enviados aos PEFs.

Atualmente, o PCN é coordenado pelo Ministério da Defesa e tem como missão contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável na sua área de atuação, representada pela Amazônia Legal e o Estado do Mato Grosso do Sul.⁸⁰⁹

Existe uma infraestrutura organizada de governança para a gestão do PCN, que atua por meio do Departamento do Programa Calha Norte – DPCN, com atribuições voltadas para a

⁸⁰⁷ COSTA, Programa Calha Norte..., p. 92.

⁸⁰⁸ COSTA, Programa Calha Norte..., p. 92.

⁸⁰⁹ MARQUES, Alessandro Lima. *A contribuição do Exército Brasileiro, no contexto do Programa Calha Norte, para o desenvolvimento da Amazônia Legal*. Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021, p. 15.

firmação de convênios, orientações e acompanhamento de coordenações técnicas, além da gestão dos recursos provenientes de emendas parlamentares destinados ao programa.⁸¹⁰

Destarte, os PEFs atuam como sensores avançados de vigília e alerta, combatendo ilicitudes nas áreas de fronteira.⁸¹¹ Outrossim, no bojo do PCN, eles também exercem um papel de integração com os povos indígenas e no atendimento à comunidade no seu entorno, com a oferta de serviços de saúde, corroborando com a premissa de apoio e desenvolvimento social à região amazônica idealizado pelo PCN.

Conforme consta no relatório produzido pela equipe técnica do PCN em 1987, o Programa foi idealizado para ser implantado por meio de projetos especiais, divididos em quatro categorias distintas, voltados para o incremento das relações bilaterais, aumento da presença militar, intensificação das campanhas de recuperação de marcos limítrofes e do incremento das ações da Funai na faixa de fronteira.⁸¹²

Ainda conforme o documento, o Ministério das Relações Exteriores foi um dos colaboradores do PCN no âmbito dos Projetos Especiais, sobretudo com o auxílio na intensificação dos marcos limítrofes e no incremento das relações bilaterais.⁸¹³

Para tanto, esse Ministério apresentou um Projeto Especial, a ser executado pela Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites - PCBDL, com o título de *Campanha de Recuperação e Adensamento de Marcos Limítrofes*, que tinha por objetivo, a recuperação e ampliação dos marcos de fronteira e o fortalecimento da PCBDL.⁸¹⁴

A instalação de Pelotões Especiais de Fronteira na região amazônica, sobretudo nas áreas de abrangência do PCN, atraiu a construção de outras obras, que contribuiu para o aumento da infraestrutura local e para a proposta inicial de integração e defesa nacional.⁸¹⁵

A disposição e a manutenção de Pelotões Especiais de Fronteira, em posições estratégicas dos estados sob responsabilidade dos Comandos Militares sediados na Amazônia, estimulam a ocupação e a permanência de nacionais em áreas inóspitas e pouco desenvolvidas do país, particularmente na região fronteira da Amazônia Legal.⁸¹⁶

⁸¹⁰ MARQUES, *A contribuição do Exército Brasileiro, no contexto do Programa Calha Norte...*, p. 15.

⁸¹¹ MARQUES, *A contribuição do Exército Brasileiro, no contexto do Programa Calha Norte...*, p. 27.

⁸¹² PROGRAMA CALHA NORTE. Relatório n.º 008/3ª SC/87. *Análise dos Projetos Especiais do Projeto Calha Norte*, 1987, p. 2.

⁸¹³ PROGRAMA CALHA NORTE, *Análise dos Projetos Especiais do Projeto Calha Norte...*, p. 4.

⁸¹⁴ PROGRAMA CALHA NORTE, *Análise dos Projetos Especiais do Projeto Calha Norte – Anexo 2...*, p. 9.

⁸¹⁵ GUAITA, Humberto André Prazeres. *A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira da Calha Norte do Rio Amazonas para a integração nacional, a partir da década de 1980*. Especialização em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022, p. 31.

⁸¹⁶ GUAITA, *A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira da Calha Norte...*, p. 32.

A presença militar por meio do Exército Brasileiro e dos Pelotões Especiais de Fronteira, é um elemento chave para o êxito das ações de interiorização e integração do PCN na região amazônica. Com melhorias na infraestrutura regional e na implantação de novas Organizações Militares.⁸¹⁷

O Programa atua diretamente nas vertentes militar e civil, gerenciando e empregando os recursos oriundos do Ministério da Defesa, por meio de convênios firmados com Estados e Municípios e do recebimento de emendas parlamentares, como já observado.⁸¹⁸

Após 1988, o governo implementou a Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional - SADEN, que coordenou as atividades do PCN por dois anos, sendo substituída em 1990 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, que geriu o programa até 1998, quando desestruturou-se, e abriu caminho para a criação da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, no ano seguinte. Após essas modificações, o organograma final do PCN, atendeu a seguinte disposição: Ministério da Defesa; Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais; Departamento de Política e Estratégia e Programa Calha Norte.⁸¹⁹

No que concerne à participação das Forças Armadas, em particular, do Exército Brasileiro no PCN, há o auxílio na implantação de infraestrutura básica nos municípios da região; construção de unidades militares; conservação de rodovias; manutenção de pequenas centrais elétricas e a manutenção da infraestrutura instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira.⁸²⁰

Durbens Martins Nascimento, acrescenta que o PCN se apropriou da estratégia de proteção ostensiva da faixa de fronteira por meio dos Pelotões Especiais de Fronteira, baseado na experiência da constituição das vilas militares, com foco no desenvolvimento sustentável e nas ações de segurança.⁸²¹

Essa integração entre o Projeto Calha Norte e os Pelotões Especiais de Fronteira contribui para o fortalecimento da segurança nacional e impulsiona o crescimento das regiões fronteiriças, com a promoção da presença militar nessas áreas estratégicas.

⁸¹⁷ GUAITA, *A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira da Calha Norte...*, p. 34.

⁸¹⁸ GUAITA, *A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira da Calha Norte...*, p. 35.

⁸¹⁹ NASCIMENTO, Durbens Martins. *Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea*. Tese de Doutorado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2005, pp. 177-178.

⁸²⁰ PCN. Ministério da Defesa. *Programa Calha Norte*, 2022, p. 1. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte. Acesso em: 20 dez. 2023.

⁸²¹ NASCIMENTO, *Projeto Calha Norte...*, p. 318.

3.9 O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989) e demais nuances do período

Para uma compreensão mais ampla acerca dos meandros da Nova República, no tocante ao planejamento do desenvolvimento da região amazônica, se faz necessário, uma breve análise deste período, com base em uma nova proposta governamental, mas, que retomou a ideia integracionista, atrelada ao paradigma do desenvolvimento econômico e da soberania nacional.

Isto posto, o novo governo civil, com o intuito de desenvolver um reordenamento socioeconômico, deu continuidade às pretensões desenvolvimentistas militares, sob uma ótica de ordenamento do espaço amazônico⁸²² e apresentou mais um plano de desenvolvimento nacional, que apesar de aparentar ser algo novo e dinâmico, trazia objetivos e metas já explicitadas nos planos lançados anteriormente.

Este plano foi lançado oficialmente no dia 6 de junho de 1986, por meio da publicação da Lei n.º 7.486.⁸²³ Idealizado para ser um novo motor de desenvolvimento nacional, foi ofuscado pelo cenário negativo da economia do período, que apresentava altos índices de inflação, mesmo com o lançamento do Plano Cruzado.⁸²⁴

Este plano teve efeitos paliativos na economia, pois se utilizou de uma estratégia de congelamento de preços por um longo período, fato que gerou o desabastecimento de vários produtos no comércio, causando transtornos à população e trazendo de volta a inflação.⁸²⁵ Durante o governo Sarney o I PND da Nova República ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – SEPLAN, que havia passado recentemente por uma reorganização administrativa.⁸²⁶

⁸²² NAHUM, João Santos. Região, Discurso e Representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 29, n.º 2, 2011, pp. 17-18. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/11001/9033>. Acesso em: 22 dez. 2023.

⁸²³ BRASIL. Lei n.º 7.486, de 6 de junho de 1986. *Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7486-6-junho-1986-368175-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

⁸²⁴ MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2002, p. 71.

⁸²⁵ MATOS, *Análise dos Planos de Desenvolvimento...*, p. 71.

⁸²⁶ BRASIL. Decreto n.º 94.159 de 31 de março de 1987. *Altera a denominação, a estrutura básica e a competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94159-31-marco-1987-444625-norma-pe.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

Com base na premissa do crescimento econômico, na perspectiva de reformas operacionais e no combate à pobreza, o plano foi dividido em nove partes, dispostas da seguinte forma:

- I - Retomada do Desenvolvimento;
- II - Desenvolvimento Social;
- III – Desenvolvimento Econômico;
- IV – Ciência e Tecnologia;
- V – Cultura;
- VI – Política Ambiental;
- VII – Desenvolvimento Regional e Urbano;
- VIII – Forças Armadas;
- IX - Relações Exteriores.⁸²⁷

Notou-se, portanto, a preocupação por parte do governo Sarney de apresentar um conjunto de medidas que pudesse impactar positivamente diversos setores estratégicos para o desenvolvimento do país.

Quanto à parte econômica o I PND-NR evitou quantificações que pudessem representar compromissos mensuráveis. Enfatizou, principalmente, a mudança no padrão de negociação da dívida externa e a necessidade de reduzir as transferências de recursos ao exterior. Quanto ao setor público, priorizou a reestruturação do aparelho estatal por meio de medidas que iam desde a privatização seletiva de empresas estatais à reforma administrativa.⁸²⁸

No tocante às Forças Armadas, o documento destacou a contribuição militar para o segmento da indústria bélica nacional, com ênfase na geração de tecnologia e benefícios para o setor econômico.⁸²⁹ Em tom ufanista, o documento também reforçou o caráter de defesa das Forças Armadas aos interesses políticos, econômicos e sociais do país,⁸³⁰ em um típico aceno aos militares.

⁸²⁷ BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República: 1986-1989*. SEPLAN/PR, Brasília-DF, 1986, pp. 7-8.

⁸²⁸ MATOS, *Análise dos Planos de Desenvolvimento...*, p. 72.

⁸²⁹ BRASIL, *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República...*, p. 247.

⁸³⁰ BRASIL, *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República...*, p. 247.

Chamou-nos à atenção, este afago feito pelo governo civil, que visivelmente não pretendia tensionar sua relação com os militares, preferindo exaltar seu papel no atendimento de demandas regionais, ligadas ao desenvolvimento nacional.⁸³¹

Por outro lado, o documento também trouxe à luz objetivos setoriais para as Forças Armadas, como se pode observar abaixo:

Estruturação de força militar dissuasória que possibilite ao país maior liberdade de ação política no plano internacional; capacitação das Forças Armadas para defenderem a integridade do patrimônio nacional e interesses brasileiros onde quer que se vejam ameaçados; preservação de suas funções básicas, reduzindo-se ao mínimo a participação das Forças Armadas em regiões ou atividades nas quais os setores civis da sociedade podem e devem estar presentes.⁸³²

Detalhou-se no documento às decisões estratégicas setoriais a serem tomadas por parte do Conjunto das Forças Armadas, a fim de promover:

Harmonização do preparo e emprego da força militar com as necessidades de respaldo à política externa; consolidação da doutrina de emprego combinado das Forças Armadas; equipamento adequado das Forças Armadas, tanto quantitativa como qualitativamente; melhoria de seu nível operacional, buscando assegurar a maior prontidão possível; concessão de prioridade à nacionalização dos meios, sistemas, equipamentos e material em geral; adoção de medidas visando à mobilização adequada e oportuna de recursos humanos e materiais, em caso de necessidade militar; modernização da estrutura administrativa das Forças Armadas, a fim de racionalizar o emprego de recursos; estímulo à atuação e presença dos setores civis da sociedade em atividades ou regiões onde as Forças Armadas os substituem por razões diversas; articulação da colaboração das Forças Armadas nas atividades de defesa civil; conscientização dos diversos setores da sociedade quanto ao significado e real papel do seu segmento militar; aumento do índice de proficiência e do nível de apoio aos militares e funcionários civis, de modo a contar com pessoal competente e motivado, tanto da ativa como dos quadros da reserva.⁸³³

Com fulcro nessas decisões, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, receberam papéis de destaque neste plano, no sentido de planejamento estratégico. No caso da Força Terrestre, o documento exaltou o seu preparo para lidar com as exigências modernas dos cenários nacional e internacional.⁸³⁴

⁸³¹ BRASIL, *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República...*, p. 247.

⁸³² BRASIL, *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República...*, pp. 247-248.

⁸³³ BRASIL, *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República...*, pp. 248-249.

⁸³⁴ BRASIL, *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República...*, p. 252.

Contudo, apesar do otimismo da proposta desenvolvimentista governamental, tanto a inflação, quanto as dívidas internas e externas do país cresceram no período, causando sérios entraves à implementação das metas a médio e a longo prazo, praticamente, inviabilizando a efetivação prática deste plano.⁸³⁵

Ainda durante o governo Sarney, com o insucesso do I PND, foi lançado o Plano de Consistência Macro Econômica e o Programa de Ação Governamental, ambos no ano de 1987, mas que surtiram pouco resultado, em decorrência do fracasso do Plano Cruzado.⁸³⁶ Com o passar dos anos, outros planos e ações foram elaboradas pelos governos seguintes, não apenas com objetivos econômicos, mas com impacto direto nas Forças Armadas do país.

Durante os governos dos Presidentes Fernando Collor e Itamar Franco, não ocorreram propostas de um projeto civil específico para o fortalecimento das Forças Armadas. Já durante a gestão FHC, foi deixado o legado da criação do Ministério da Defesa, que fortaleceu as ações militares. Inicialmente, parte da alta cúpula militar demonstrou resistência à sua criação, mas com o passar dos anos e do reforço orçamentário, o órgão se consolidou como uma ação de estratégia militar.⁸³⁷

No âmbito das ações de desenvolvimento para a Amazônia, as administrações dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, se notabilizaram pela preocupação com as políticas ambientais e às medidas de sustentabilidade, como observado nos investimentos feitos no Plano Amazônia Sustentável e Fundo da Amazônia, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Gráfico 1 – Evolução dos valores distribuídos por Estado no 2.º governo Lula



Fonte: BNDES, 2010, p. 82.⁸³⁸

⁸³⁵ MATOS, *Análise dos Planos de Desenvolvimento...*, p. 73.

⁸³⁶ MATOS, *Análise dos Planos de Desenvolvimento...*, pp. 63-64.

⁸³⁷ FILHO, João Roberto Martins. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. *Revista Olhar*, ano 2, n.º 4, UFSCar, São Carlos, SP, dez. 2000, pp. 3-4. Disponível em: <https://www.revistaolhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/view/54/46>. Acesso em: 22 dez. 2023.

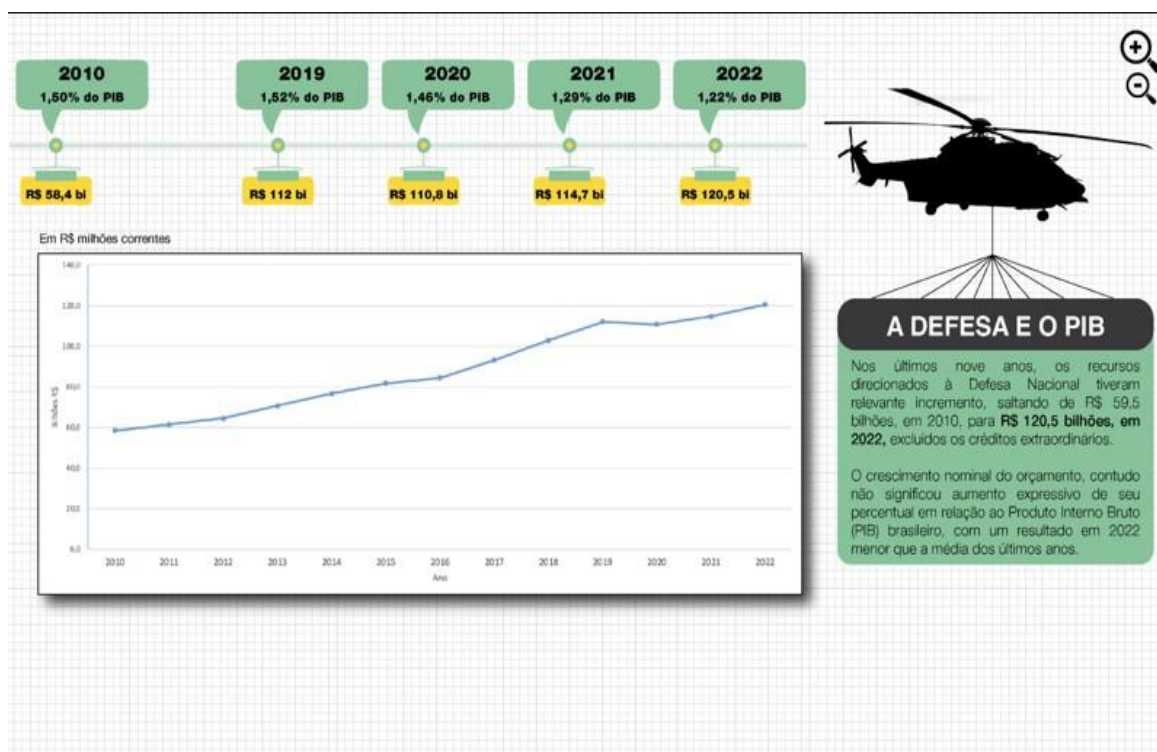
⁸³⁸ BNDES, *Fundo Amazônia. Relatório de Atividade*, 2010..., p. 82.

Nota-se, que, a partir do ano de 2010, o Estado de Roraima aparece nas estatísticas, mas com investimentos menores do que os Estados do Pará e Mato Grosso. “Naquela data, esses projetos eram responsáveis por quase 53% do total da demanda de recursos do Fundo Amazônia.”⁸³⁹

No ano de 2015, próximo ao final do segundo governo da Dilma, interrompido por um golpe parlamentar mediante processo de *impeachment*, os investimentos na região amazônica também podem ser evidenciados com o beneficiamento das populações atendidas pelo PCN, por meio de projetos que visavam o fortalecimento da gestão ambiental, controle do desmatamento e a regularização fundiária.⁸⁴⁰

No que concerne às Forças Armadas, os governos Lula e Dilma investiram no processo de modernização, incentivaram a participação em missões internacionais e alocaram recursos federais para defesa das fronteiras amazônicas, por meio de aumentos escalonados, oriundos do orçamento destinado ao Ministério da Defesa, como se verifica abaixo:

Gráfico 2 – Panorama dos recursos destinados ao MD entre 2010 - 2022 e o percentual do PIB



Fonte: BRASIL, 2023.⁸⁴¹

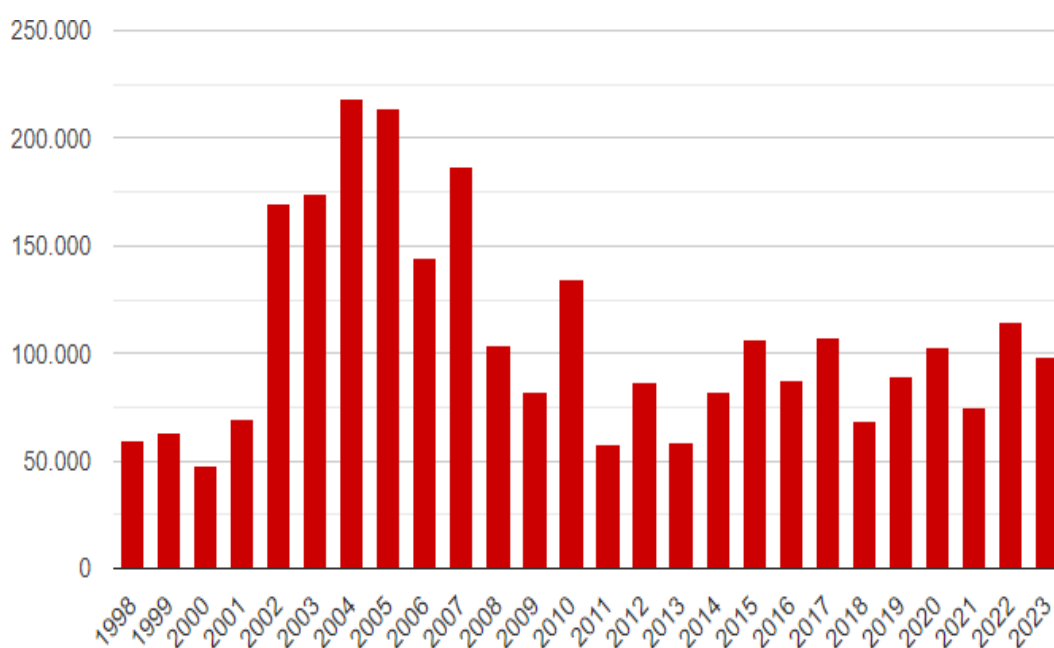
⁸³⁹ BNDES, *Fundo Amazônia. Relatório de Atividade*, 2010..., p. 83.

⁸⁴⁰ BNDES, *Fundo Amazônia. Relatório de Atividade*, 2015..., p. 105.

⁸⁴¹ BRASIL. Ministério da Defesa. *Orçamento de Defesa, 2010-2022*. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1>. Acesso em: 26 dez. 2023.

Por outro lado, nos governos dos Presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, apesar da imagem demonstrar a continuidade do aumento orçamentário para o MD, esse crescimento não acompanhou a projeção do PIB brasileiro para o ano de 2022. No tocante à Amazônia, em ambas as gestões, optou-se por uma política de flexibilização ambiental e de desregulamentação, que impactou diretamente esta região, com aumento no número de desmatamentos e queimadas, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, como se pode observar abaixo:

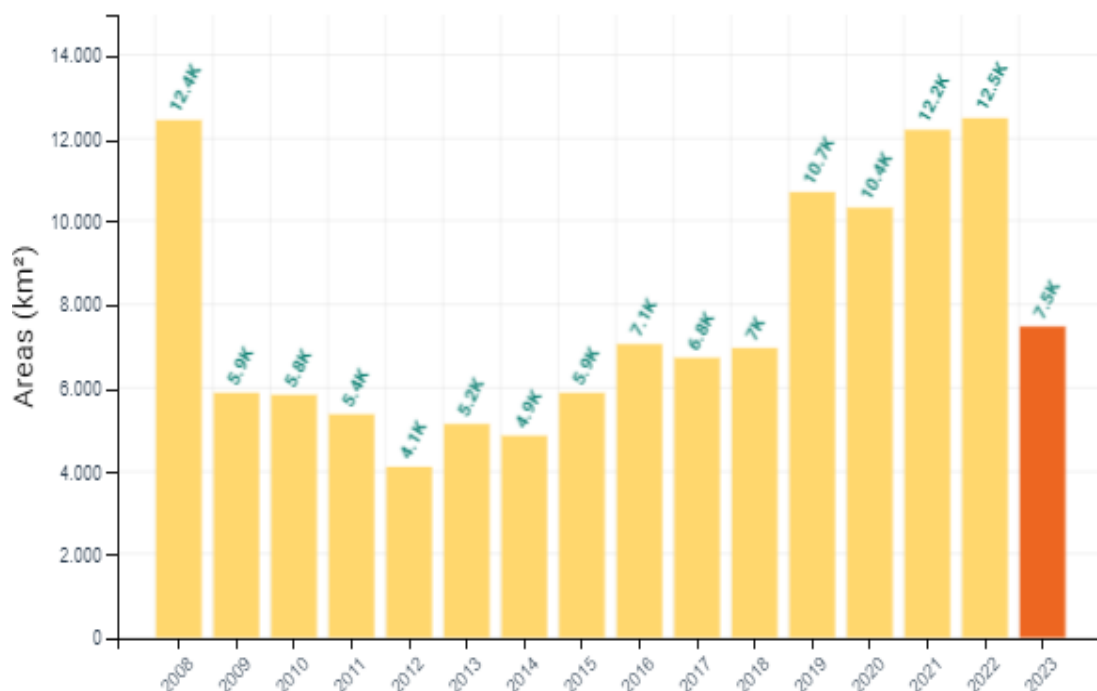
Gráfico 3 – Série histórica do total de focos ativos de queimadas detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 – 2023



Fonte: INPE, 2023.⁸⁴²

⁸⁴² INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. *Monitoramento dos Focos Ativos por Bioma: Amazônia (1988-2023)*. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/. Acesso em: 26 dez. 2023.

Gráfico 4 - Desmatamento na Amazônia (2008 - 2023)



Fonte: INPE, 2023.⁸⁴³

Notadamente, os dados demonstram um aumento no número da degradação ambiental na Amazônia, sobretudo durante os anos do governo Bolsonaro. Esses episódios desencadearam um aumento da pressão internacional contra o aumento dos desmatamentos e das queimadas na região, tensionando a relação de setores ligados ao agronegócio e das relações diplomáticas do Brasil com os países financiadores do Fundo Amazônia.

Na seara militar, a partir do governo Temer e, principalmente, durante o governo Bolsonaro, observou-se um aumento substancial da participação militar em cargos do governo, nos mais variados escalões, que ensejou uma maior presença militar na tomada de decisões políticas e estratégicas, com discussões voltadas para revisão da Política de Defesa Nacional e de novos investimentos nas Forças Armadas.

O Bolsonarismo se apropriou do discurso nacional desenvolvimentista, outrora alardeado no período da ditadura civil-militar como o modelo econômico ideal, para promover um aparelhamento político e ideológico no Poder Executivo. Para tanto, além da distribuição de cargos para militares de alta patente, aprovou no Congresso Nacional uma série de benefícios

⁸⁴³ INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. *Incrementos de desmatamento na Amazônia (1988-2023)*. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 26 dez. 2023.

que os militares levarão para a reserva e aumentou cerca de 89% o percentual de investimentos nas Forças Armadas, em relação ao início do governo Temer em 2016.⁸⁴⁴

Ao analisar a fase da Nova República, constatou-se que o I PND do período teve sérios problemas para ser efetivado, nos anos seguintes, com a alternância governamental do poder, as metas e objetivos voltados para as Forças Armadas caminharam conforme os interesses militares e políticos, pautados em acordos que potencializam o orçamento militar e que tentaram apaziguar as tensões provocadas pelas sequelas do regime ditatorial.

3.10 As criações do SIVAM e do SIPAM, suas funcionalidades e o auxílio nas ações dos PEFs na Amazônia Setentrional

O Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, foram programas criados pelo governo brasileiro, em atenção à demanda da Defesa, que pleiteava uma maior presença das Forças Armadas na região amazônica, a fim de ratificar a soberania nacional, tendo como base a estratégia de defesa da Amazônia Legal.

O SIPAM/SIVAM é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional integrada, com atuação na Amazônia Legal nos âmbitos federal, estaduais, municipais e não governamentais, para a gestão do conhecimento, proteção e desenvolvimento humano e sustentável da região. Este projeto foi delineado no momento de fortalecimento da tese de que as demandas internacionais pela preservação do meio ambiente e pela demarcação das terras indígenas representavam uma ameaça à soberania nacional e, conseqüentemente, crescia a pressão das potências ocidentais e das organizações não governamentais acerca da devastação da floresta amazônica.⁸⁴⁵

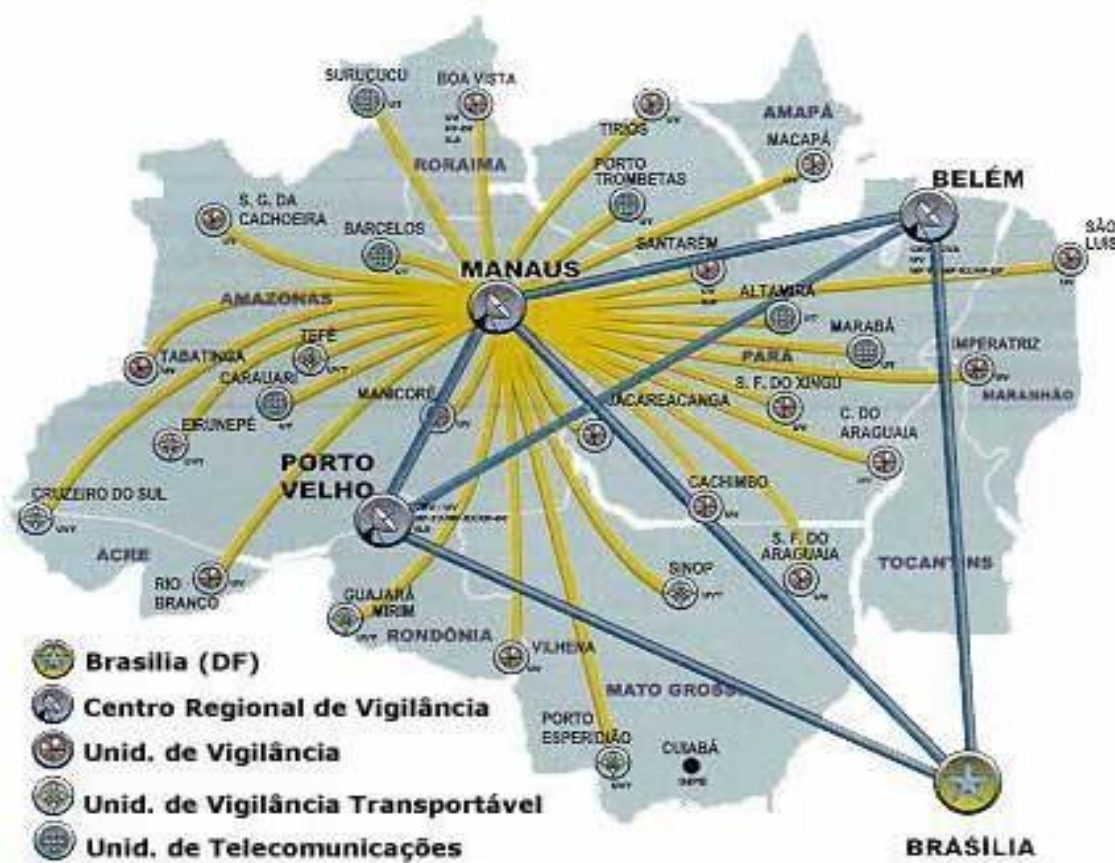
Para a implementação desses sistemas no cenário descrito acima, tomou-se como base as diretrizes da Política de Defesa Nacional - PDN, principalmente com as mudanças ocorridas na conjuntura internacional no período pós-Guerra Fria. Isso motivou uma mudança de

⁸⁴⁴ PODER 360. *Com Bolsonaro, peso da Defesa no investimento federal cresce 33%*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/com-bolsonaro-peso-da-defesa-no-investimento-federal-cresce-33-dw/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

⁸⁴⁵ SANTOS, Jean Carlo Silva Dos. *Gestão Estratégica da Informação como Fator Condicionante para a Definição e Implementação de Políticas de Defesa e Segurança Nacional no Contexto da Amazônia Legal: o Caso SIPAM/SIVAM*. Dissertação (Mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2007, pp. 95-96.

paradigma do Brasil em relação à Segurança Nacional, repensando sua abordagem e estratégia, voltando-se para defesa, sobretudo da região amazônica.⁸⁴⁶

Imagem 28 – Visualização da estrutura do SIVAM/SIPAM



Fonte: Ferreira (2016, p. 11).⁸⁴⁷

Desde meados da década de 1990, houve uma intensificação da presença militar na região amazônica, com a criação dos “Batalhões Especiais de Fronteira e Batalhões de Infantaria na Selva, além de duas transferências de unidades militares para a região amazônica: de Santo Ângelo (RS) para Tefé (AM); e de Petrópolis (RJ) para Boa Vista (RR)”.⁸⁴⁸

Nesse sentido, objetivando redimensionar as estratégias de defesa e presença militar para a Amazônia, a criação do SIVAM representou uma nova concepção de defesa para essa

⁸⁴⁶ LOURENÇÃO, Humberto José. *A Defesa Nacional e a Amazônia: O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)*. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2003, p. 53.

⁸⁴⁷ FERREIRA, Luís Fernando Tavares. *A questão da segurança fronteiriça na Amazônia Ocidental e suas consequências políticas e militares para a defesa da região amazônica - 1985 a 2015*. IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), Florianópolis, 2016, p. 11.

⁸⁴⁸ LOURENÇÃO, *A Defesa Nacional e a Amazônia...*, p. 55.

região,⁸⁴⁹ à medida que, monitora e fornece informações das atividades aéreas, com o suporte de uma tecnologia de ponta, composta por sensores e radares. Sua criação foi por meio da exposição de motivos n.º 194, de 21 de setembro de 1990,⁸⁵⁰ com sua ratificação implantada pelo Decreto n.º 892, de 12 de agosto de 1993.⁸⁵¹

O SIVAM, passou a funcionar como um grande banco de dados, idealizado inicialmente pela Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, passando a alimentar principalmente os centros de vigilância das cidades de Manaus, Belém e Porto Velho, a partir de um sistema de transmissão de dados que envolvem estações meteorológicas e radares. Nessas unidades existe um rigoroso sistema de controle de tráfego aéreo, que envia as informações às demais unidades, localizadas nas cidades de São Gabriel da Cachoeira -AM, Manicoré - AM, Boa Vista - RR, Jacareacanga - PA, Cachimbo - PA, Santarém - PA, Conceição do Araguaia - PA, São Félix do Araguaia - PA, São Félix do Xingu - PA, Tiriós - PA, Rio Branco - AC, Vilhena - RO, Imperatriz - MA, Macapá – AP e São Luís - MA.⁸⁵²

Dessa forma, o SIVAM possui equipamentos tecnológicos que possibilitam um conjunto de estratégias para a ação, com o objetivo de estabelecer padrões de vigilância e segurança no espaço aéreo amazônico, assim como, coletar dados que são enviados para o SIPAM.⁸⁵³ “A partir do recolhimento e análises desses dados, o governo conseguiu complementar as ações antes planejadas e executadas pelo Programa Calha Norte.”⁸⁵⁴

O SIPAM está alicerçado em duas áreas distintas, a primeira delas com subordinação ao Ministério da Defesa, com foco na vigilância do espaço fronteiriço e no controle e defesa dos espaços aéreos e fluvial, com suporte para as unidades militares. Já a segunda área, é subordinada à Casa Civil, com foco em informações meteorológicas e com suporte às prefeituras e demais órgãos parceiros.⁸⁵⁵

⁸⁴⁹ LOURENÇÃO, *A Defesa Nacional e a Amazônia...*, p.56.

⁸⁵⁰ FURTADO, Everaldo Bastos; FRANCHI, Tássio. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM): uma estratégia de monitoramento ambiental e dissuasão para a Amazônia brasileira. *Revista de Geopolítica*, v. 14, n.º 4, pp. 1-15, out/dez. 2023, p. 2. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/481/357>. Acesso em: 27 dez. 2023.

⁸⁵¹ BRASIL. Decreto n.º 892, de 12 de agosto de 1993. *Define orientação para o processo de implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0892.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

⁸⁵² SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. *Projetos Desenvolvementistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História, Manaus-AM, 2015, p. 38.

⁸⁵³ FURTADO; FRANCHI, *O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)...*, p. 2.

⁸⁵⁴ SILVA FILHO, *Projetos Desenvolvementistas na Amazônia...*, p. 38.

⁸⁵⁵ SILVA, Luiz Otavio Maciel da; MENEZES, Márcio José Pereira. *Projeto SIPAM como Sistema de Informação*. XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, São Paulo, 2008, p. 2. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/30/4327/SNBU2008_176.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

“Historicamente, os planejamentos, programas ou projetos de desenvolvimento regional a que se referiam a atual Amazônia Legal sempre foram permeados e determinados por condutas de ordem estratégica e militar.”⁸⁵⁶ Nesse diapasão, as informações integradas do SIVAM e SIPAM, são fornecidas para os Pelotões Especiais de Fronteira, a partir de um conjunto de dados, que servem de base para o planejamento e a execução de operações militares, sobretudo nas áreas de fronteira.

Outrossim, o apoio logístico ofertado por ambos os projetos aos PEFs, proporciona um maior êxito operacional para essas Organizações Militares, principalmente no monitoramento e combate aos crimes fronteiriços.

Os sete Comandos de Fronteira, juntamente com suas subdivisões, abrangem uma extensão de mais de nove mil quilômetros da fronteira terrestre da Amazônia. Essas organizações não só lideram unidades especiais de fronteira, mas também atuam como catalisadores de parcerias intergovernamentais. Eles são a força motriz por trás de programas como Calha Norte e SIVAM/SIPAM, iniciativas que trazem avanços significativos e esperança para as comunidades remotas e negligenciadas.⁸⁵⁷

Com base nas informações acima, e na análise do pesquisador Carlos Moraes, pode-se constatar que a evolução tecnológica corroborou para o aprimoramento das estratégias de defesa e segurança, por meio da presença militar nas regiões de fronteira com o apoio dos sistemas de vigilância, como nos casos do SIVAM e SISFRON.⁸⁵⁸

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM é o órgão governamental que formula, coordena, avalia e implementa as políticas, diretrizes e programas ligados aos SIPAM.⁸⁵⁹ Ele está vinculado à Casa Civil, criado em 17 de abril de 2002, por meio do Decreto n.º 4.200.⁸⁶⁰ No entanto, em 5 de janeiro de 2011, o Decreto n.º

⁸⁵⁶ FALCONI, Paulo Gustavo. A modernização da FAB pelo SIVAM. *Textos & Debates*, n.º 8, pp. 43-59, jul. 2005, p. 47. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2829/1620>. Acesso em: 27 dez. 2023.

⁸⁵⁷ JORNAL DO COMMERCIO. *Pelotões Especiais de Fronteira: defesa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental*. Manaus, s/d. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/colunas/pelotoes-especiais-de-fronteira-defesa-e-desenvolvimento-na-amazonia-ocidental/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

⁸⁵⁸ MORAES, Carlos Henrique Arantes de. A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira. *Revista Agulhas Negras*, Resende, v. 5, n.º 6, pp. 101-112, 2021, p. 110. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman/article/view/7750/7320>. Acesso em: 27 dez. 2023.

⁸⁵⁹ LEITE, Miguel Crisóstomo Brito. *Alinhamento Estratégico do CENSIPAM - Parceria, Eficiência e Eficácia na Gestão Pública*. Brasília-DF, 2004, p. 1.

⁸⁶⁰ BRASIL. Decreto n.º 4.200, de 17 de abril de 2002. *Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM*, altera sua denominação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4200.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.200%2C%20DE%2017%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Transfere%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Defesa,denomina%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 28 dez. 2023.

7.424, transferiu a autonomia da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Defesa.⁸⁶¹

O Censipam utiliza dados gerados por uma infraestrutura tecnológica composta por subsistemas integrados de sensoriamento remoto, radares, estações meteorológicas e plataformas de coleta de dados na região amazônica. Toda essa infraestrutura foi instalada pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), projeto que teve como objetivo implantar meios para permitir o monitoramento sistêmico do território amazônico. Graças a esse aparato, o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) é capaz de monitorar a região e produzir informações em tempo próximo ao real.⁸⁶²

A infraestrutura tecnológica do CENSIPAM atende demandas das Forças Armadas, assim como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas amazônicas, para fins do fornecimento de informações que propiciam ações de fiscalização.⁸⁶³ Tais medidas, têm um impacto direto no planejamento das ações dos PEFs, sobretudo os que atuam diretamente nas terras indígenas de Roraima, como veremos no tópico seguinte.

Tais diretrizes, reforçam o papel da Força Terrestre para a consecução da Estratégia da Presença na região amazônica, como no caso do planejamento da reestruturação do Exército para a instalação do 6.º PEF/ 7º BIS em Uiramutã-RR, no ano de 2001.⁸⁶⁴ Além disso, existem incentivos para os militares que vão servir nos PEFs, entre eles, destacam-se a verba de transferência, conforme à distância da sua localidade de origem, o tempo de serviço, o número de dependentes e a patente.⁸⁶⁵

Existe também uma gratificação para servir em localidade especial (fronteiras), que são classificadas como primeira categoria (A), que recebe 20% de gratificação e segunda categoria (B), que recebe 10% de gratificação.⁸⁶⁶ Para cada oito meses servido em localidade especial o militar ganha 4 meses para a aposentadoria.

⁸⁶¹ BRASIL. Decreto n.º 7.424, de 5 de janeiro de 2011. *Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7424.htm. Acesso em: 14 abr. 2024.

⁸⁶² CENSIPAM. *Relatório de Atividades (2015-2022)*, p. 5. Disponível em: <https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/relatorios/arquivos/relatorio-de-atividades-2019.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

⁸⁶³ CENSIPAM. *Infraestrutura Tecnológica do Censipam*. Disponível em: <https://panorama.sipam.gov.br/panorama/pages/painel.html#>. Acesso em: 28 dez. 2023.

⁸⁶⁴ GOMES, Vítor Moreira Aguiar. *A atuação estratégica do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental em prol do desenvolvimento sustentável e da integração nacional*. Especialização em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022, p. 57.

⁸⁶⁵ FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. *As Políticas de Segurança e Defesa para a Fronteira Brasileira como Estratégia Territorial Estatal: uma abordagem interinstitucional de seu processo decisório*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2018, p. 145.

⁸⁶⁶ BRASIL. Decreto-Lei n.º 728, de 6 de agosto de 1969. *Institui o Código de Vencimentos dos Militares, dispõe sobre indenizações, proventos, outros direitos e dá outras providências*. Disponível em:

Outrossim, esses sistemas de vigilância auxiliam os PEFs na proteção ambiental, com envio de dados sobre os desmatamentos e queimadas, controle e ocupação do solo, monitoramento dos recursos hídricos, vigilância e defesa das fronteiras, combates às atividades ilícitas, além de informações meteorológicas.⁸⁶⁷

Em síntese, pode-se depreender, com base na análise feita pelo pesquisador Miguel Dhenin, que a implantação do projeto Sivam/Sipam, passou inicialmente por controvérsias, mas se consolidou ao longo do tempo como uma experiência de sucesso, demonstrando a capacidade do Estado Brasileiro em fomentar novas tecnologias que auxiliam nas atividades de monitoramento integrado e defesa.⁸⁶⁸

3.11 Atuação dos PEFs nas terras indígenas de Roraima

O Censo de 2022, realizado pelo IBGE com apoio da Funai, trouxe informações sobre a população indígena do Brasil, que contabilizou 1.693.535 indígenas, representando cerca de 0,83% da população total. A maior parte 51,2%, está na Amazônia Legal.⁸⁶⁹ O Estado de Roraima é proporcionalmente o que tem mais indígenas no país, com 15,29% do total de 636.303 da sua população.⁸⁷⁰

No tocante às etnias, existem 11, representadas pelos povos Macuxí, Wapichana, Jaricuna, Taurepang, Ingarikó, Waimiri-Atroari, Patamona, Yanomami, Wai Wai, Sapará e Yekuana,⁸⁷¹ que são divididas em 32 terras devidamente regularizadas,⁸⁷² com mais duas em

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-728-6-agosto-1969-376267-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

⁸⁶⁷ PILETTI, Felipe José. *Segurança e Defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não-tradicionais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008, pp. 69-70.

⁸⁶⁸ DHENIN, Miguel Patrice Philippe. Do SIPAM ao SISFRON: a questão da segurança da faixa de fronteira na doutrina militar brasileira. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rabelo. *Fronteiras em Perspectiva Comparada e Temas de Defesa e Segurança da Amazônia*. Belém, NAEA, 2013, p. 235.

⁸⁶⁹ FUNAI. *Índios: Quem São*, 2023, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 01 jan. 2024.

⁸⁷⁰ FUNAI, *Índios: Quem são...*, p.1.

⁸⁷¹ SILVA, Nayara Cristhina dos Santos. Conhecer a história e o modo de vida dos povos indígenas de Roraima: etnias Macuxi e Wapichana. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v.3, n.º 2, jan./jun., 2019, p. 92. Disponível em: https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/444/250. Acesso em: 01 jan. 2024.

⁸⁷² Em Roraima são 32 terras indígenas, sendo elas Ananás, Anaro, Aningal, Anta, Araçá, Barata, Livramento, Bom Jesus, Boqueirão, Cajueiro, Canaúanim, Jabuti, Jacamim, Malacacheta, Mangueira, Manoa / Pium, Moskow, Muriru, Ouro, Pium, Ponta da Serra, Raimundão, Raposa Serra do Sol, Santa Inez, São Marcos, Serra da Moça, Sucuba, Tabalascada, Trombetas / Mapuera, Truaru, Waimiri-Atroari, Wai Wai e Yanomami. Cf. FOLHA BV. *Roraima possui a maior população indígena do país*. Disponível em: <https://www.folhadv.com.br/cotidiano/roraima-possui-a-maior-populacao-indigena-do-pais/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

fase de estudo, como nos casos da TI Pirititi, em Rorainópolis, e Waimiri-Atroari, na divisa com o Amazonas.⁸⁷³

Esses territórios tradicionais sofrem com as invasões de madeireiros, grileiros, contrabandistas e, principalmente, garimpeiros. Nesse sentido, a atuação dos militares dos Pelotões Especiais de Fronteira nessas áreas, visa combater essas atividades ilegais, atuando na proteção das comunidades tradicionais e nas áreas de fronteira.

Comando da 1.^a Brigada de Infantaria de Selva, juntamente com suas Organizações Militares diretamente subordinadas, possuem um efetivo de 3.300 militares entre homens e mulheres, sendo que: 800 estão atuando na cidade de Manaus no 1.^o Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel, 400 nos seis Pelotões Especiais de Fronteira (1.^o PEF em Bonfim; 2.^o PEF em Normandia; 3.^o PEF em Pacaraima; 4.^o PEF em Surucucu; 5.^o PEF em Auaris e 6.^o PEF em Uiramutã) e os demais militares atuando nas mais diversas Organizações Militares em operações, entre elas a Operação Acolhida.⁸⁷⁴

Conforme os autores acima, a presença militar por meio da atuação dos seis PEFs em Roraima, contribui para o combate aos ilícitos nas regiões de fronteira, aos crimes ambientais, além do apoio às populações em seu entorno e da defesa da soberania.⁸⁷⁵ Desse modo, observou-se que: “[...] as Forças Armadas encontram-se representadas nas atividades de prevenção e repressão à garimpagem ilegal em razão do cumprimento das atribuições subsidiárias de atuar contra crimes transfronteiriços e ambientais”.⁸⁷⁶

Os PEFs, além das missões de presença e de guarda das suas próprias instalações, servem como sensores de inteligência do C Fron RR/7.^o BIS e da 1.^a Brigada de Infantaria de Selva (1.^a Bda Inf SI), maior escalão militar do EB em Roraima. Aos Pelotões chegam os primeiros informes acerca da movimentação de garimpeiros na sua área de responsabilidade. Além disso, as patrulhas de reconhecimento de fronteira permitem uma aproximação com as comunidades indígenas que acabam por compartilhar informações sobre quaisquer anormalidades ocorridas, inclusive a garimpagem. Dessa maneira, contribuem significativamente para prevenir o ilícito e servir de alerta aos escalões superiores.⁸⁷⁷

⁸⁷³ FOLHA BV. *RR tem 11 etnias em 32 Terras Indígenas*. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/rr-tem-11-etnias-em-32-terras-indigenas/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

⁸⁷⁴ GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins. *Poder militar na Amazônia: Estudo de caso da 1.^a Brigada de Infantaria de Selva*. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, pp. 69-70.

⁸⁷⁵ GOMES; SENHORAS, *Poder militar na Amazônia...*, p. 105.

⁸⁷⁶ ABREU, Caio Guilherme de Souza. *A garimpagem ilegal na faixa de fronteira oeste de Roraima*. Especialização em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022, p. 56.

⁸⁷⁷ ABREU, *A garimpagem ilegal na faixa de fronteira oeste de Roraima...*, p. 56.

Contudo, algumas críticas em relação à presença militar nessas áreas são feitas por professores, antropólogos, jornalistas e indigenistas, que questionam, principalmente, as omissões ocorridas durante o governo Bolsonaro, que incentivou a atuação de garimpeiros, em vários territórios tradicionais do país, sobretudo na TI Yanomami.

A esse respeito, o Antropólogo e Jornalista Moisés Ramalho, relembra que o Exército Brasileiro mantém três PEFs na TI Yanomami, nas regiões de Maturacá e Auaris (5.º PEF) e em Surucucu (4.º PEF), que segundo ele, poderiam ter agido com maior rigor contra a ação dos garimpeiros.⁸⁷⁸ Ele ainda alegou que o Sivam poderia ter coibido o tráfego das aeronaves que servem ao garimpo na região, assim como cobrou uma maior intensidade por parte das Forças Armadas no controle ao comércio de combustíveis dessas aeronaves.⁸⁷⁹

Embora as afirmações do parágrafo acima estejam ancoradas em situações de insatisfação por parte do interlocutor, as Forças Armadas não têm a prerrogativa de poder de polícia, exceto quando atuam sob a égide da Garantia da Lei e da Ordem (GLO),⁸⁸⁰ ou sob o escopo de operações, como as Operações Ágata e Escudo. Tampouco o Sivam tem a prerrogativa de coibir crimes, pois neste caso, a responsabilidade é da FAB, com base na Lei do Abate, alcinha dada a Lei n.º 9.614,⁸⁸¹ de 5 de março de 1998, que permitiu a hipótese da destruição de aeronaves.

Ainda, a respeito da prerrogativa das Forças Armadas quanto à utilização da GLO, o parecer exarado abaixo pela Câmara dos Deputados, esclarece que:

O fato de que as Forças Armadas se encontram diretamente subordinadas à autoridade do Presidente da República, com os Comandantes de cada uma das Forças gozando do status constitucional de Ministros de Estado, sob a direção do Ministro de Estado da Defesa, localiza essa instituição nos quadros do Poder Executivo. À expressão “autoridade suprema” do Presidente da República, contudo, exige alguns esclarecimentos adicionais. Em uma democracia constitucional, nenhuma autoridade está fora do alcance da Lei Maior. À autoridade de que dispõe o Presidente da República é suprema em

⁸⁷⁸ RAMALHO, Moisés. *Como Bolsonaro lançou os Yanomami ao inferno*. Congresso em foco, 2023, p. 1. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/como-bolsonaro-lancou-os-yanomami-ao-inferno/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

⁸⁷⁹ RAMALHO, *Como Bolsonaro lançou os Yanomami ao inferno...*, p. 1.

⁸⁸⁰ “Reguladas pelo artigo 142 da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, as operações de GLO concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade.” Cf. BRASIL. Ministério da Defesa. *Garantia da Lei e da Ordem*, 2022, p. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 01 out. 2023. Urge salientar, que o artigo 142 não dá carta branca, nem tampouco autoriza intervenção militar, pois as Forças Armadas não tem a função de poder moderador na República e nem arbitra ou faz qualquer mediação entre os poderes constitucionais.

⁸⁸¹ BRASIL. Lei n.º 9.614, de 5 de março de 1998. *Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese destruição de aeronave*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9614.htm. Acesso em: 11 abr. 2024.

relação a todas as demais autoridades militares, mas, naturalmente, não o é em relação à ordem constitucional. Tal preceito consigna, de fato, a ideia de que o poder civil, representado pela figura do Presidente da República, dirige, nos termos da Constituição e das leis, o poder militar, sem que tal direção possa ser contrastada por qualquer outra autoridade militar. Por fim, quanto à missão institucional das Forças Armadas, encontra-se em primeiro lugar a defesa da pátria, que se confunde com a preservação da soberania da República Federativa do Brasil. Trata-se, aqui, em primeira linha, da defesa do País, de seu povo, de sua integridade territorial e de suas instituições frente a ameaças estrangeiras.⁸⁸²

Doravante, o Decreto Presidencial n.º 8.265,⁸⁸³ de 11 de junho de 2014, permitiu em função da realização da Copa do mundo no Brasil, o abate de aeronaves em áreas densamente povoadas, delegando competência ao Comando da Aeronáutica para os possíveis abates, entre o período de 12 de junho de 2014 a 17 de julho de 2014. Acrescenta-se, também, que a atividade de controle do comércio de combustíveis, é de responsabilidade de agência reguladora e de setores e órgãos da segurança pública ligados à repressão do comércio ilegal, não sendo esse, neste caso, o papel das forças Armadas.

Os pesquisadores Marcos Gomes e Martins Senhoras da Universidade Federal de Roraima, ainda destacam fatores negativos da 1.ª Bda Inf SI, como a forte hierarquização, a burocracia e a rotatividade militar, fatos que atrapalham os processos administrativos e do acesso às informações e dados das pesquisas científicas.⁸⁸⁴ A esse respeito, registra-se amiúde, as dificuldades impostas por esse aparato burocrático militar, sendo necessário durante a pesquisa em tela, recorrer a fim da obtenção de fontes à lei de acesso à informação.

Por outro lado, em relação às constantes críticas recebidas por parte da mídia e de organismos internacionais, além das pressões populares pela negligência governamental em relação à atuação do garimpo nas terras indígenas, em 2022, no último ano do governo Bolsonaro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio da Operação Guardiões do Bioma, autorizou um investimento de 2,5 milhões de reais para ações de coibição de ilícitos e do garimpo na faixa de fronteira oeste de Roraima, que engloba a TI Yanomami, com base em uma parceria interagências.⁸⁸⁵

⁸⁸² BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parecer*: Interpretação do art. 142 da Constituição Federal. Papel das Forças Armadas num Estado Democrático de Direito. Brasília, 3 de junho de 2020, p. 5. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/06/parecer.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁸⁸³ BRASIL. Decreto Presidencial n.º 8.265, de 11 de junho de 2014. *Regulamenta a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, no tocante às aeronaves sujeitas à medida de destruição, no período de 12 de junho a 17 de julho de 2014*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8265.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%207.565,17%20de%20julho%20de%202014. Acesso em: 114 abr. 2024.

⁸⁸⁴ GOMES; SENHORAS, *Poder militar na Amazônia...*, p. 105.

⁸⁸⁵ ABREU, *A garimpagem ilegal na faixa de fronteira oeste de Roraima...*, pp. 59-60.

Existe uma previsão dessas ações no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, com a coordenação do Ministério da Defesa, por meio da Operação Ágata, no espectro da gestão política governamental para segurança da faixa de fronteira, com base em uma vertente militar intermitente. Além disso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no âmbito de uma vertente policial permanente, criou a Operação Sentinela, desativada no ano de 2016.⁸⁸⁶

Acerca da segurança na região do Arco Norte, o pesquisador Fernando da Silva Rodrigues enfatiza o papel do Exército Brasileiro em apoio às operações securitárias. Somam-se a isso, o alinhamento no discurso e ações da política externa sul-americana para proteção da Amazônia, além das implementações das operações intermitentes e permanentes e o reconhecimento do Exército Brasileiro como uma instituição de segurança de Estado.⁸⁸⁷

Outrossim, a visão endógena do alto escalão militar acerca da atuação dos PEFs em Roraima nos trouxe um panorama diferente. Trata-se das palavras do Gen Bda da Reserva Franklimberg Ribeiro de Freitas, ex-presidente da Funai, em entrevista concedida para Alex Vander Lima Costa, reproduzida em sua Dissertação de Mestrado denominada: *A demarcação de terras indígenas na Amazônia e a Defesa Nacional: o caso de Roraima (1988/2018)*, defendida no ano 2020, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança da Universidade Federal Fluminense.⁸⁸⁸

Nela, o oficial afirma que há uma sensação de segurança na faixa de fronteira onde estão as terras indígenas, destacando inicialmente o 1.º PEF, localizado no município de Bonfim, que apesar de não estar em uma terra indígena, ele garante a estabilidade na fronteira deste município com a cidade de Lethem na República Cooperativa de Guiana.⁸⁸⁹

As duas principais etnias que habitam este município são a Macuxi e a Wapixana, no entanto, como se pode observar na imagem abaixo, existem várias outras terras indígenas no perímetro do município.

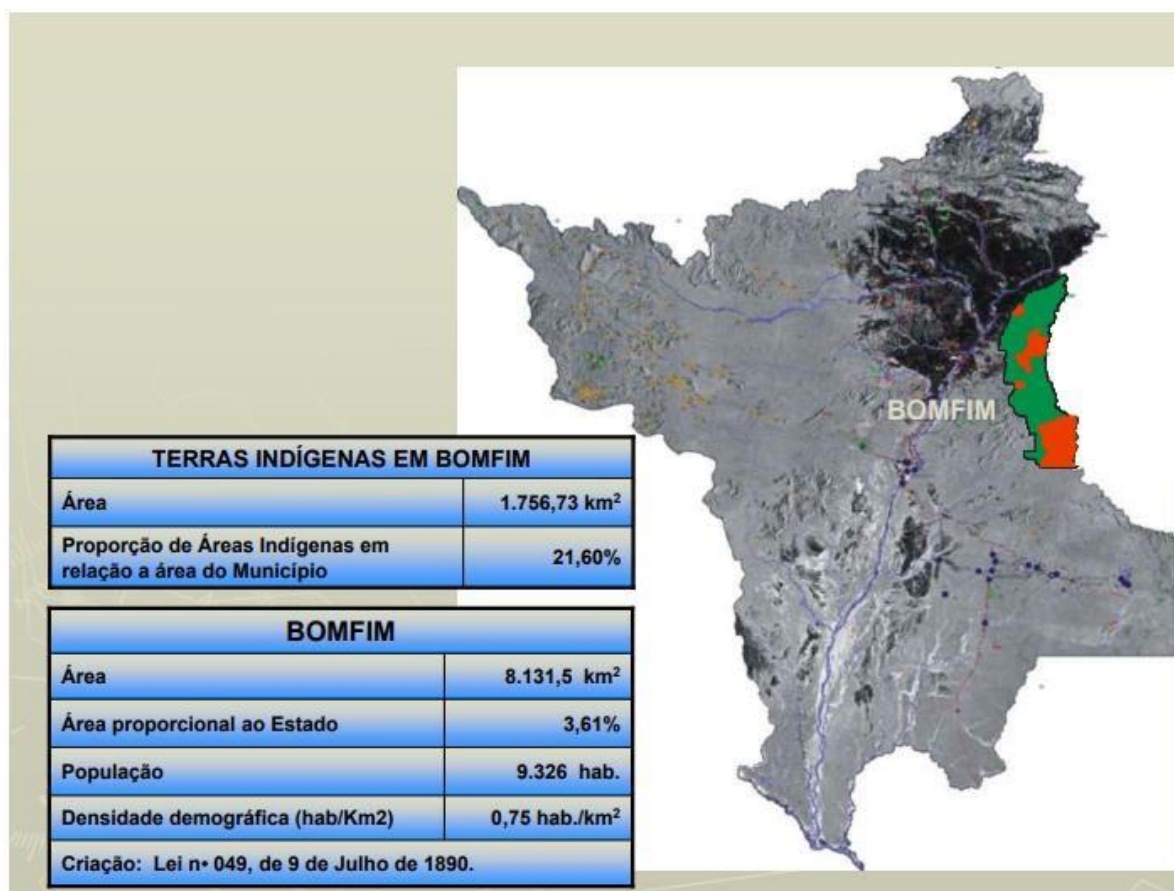
⁸⁸⁶ ABREU, *A garimpagem ilegal na faixa de fronteira oeste de Roraima...*, p. 60.

⁸⁸⁷ RODRIGUES, Fernando da Silva. As Ameaças no Arco Norte da Faixa de Fronteira brasileira e sua relação com segurança integrada. *Análise Estratégica*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército-CEEEEx, vol. 27, n.º 5, set/nov., 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/11159/8953>. Acesso em: 11 abr. 2024, pp. 28-39.

⁸⁸⁸ COSTA, Alex Vander Lima. *A demarcação de terras indígenas na Amazônia e a Defesa Nacional: o caso de Roraima (1988/2018)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020, 118f.

⁸⁸⁹ COSTA, *A demarcação de terras indígenas na Amazônia...*, p. 112.

Imagem 29 – Mapa das Terras Indígenas de Bonfim-RR



Fonte: ITERAIMA, 2007.⁸⁹⁰

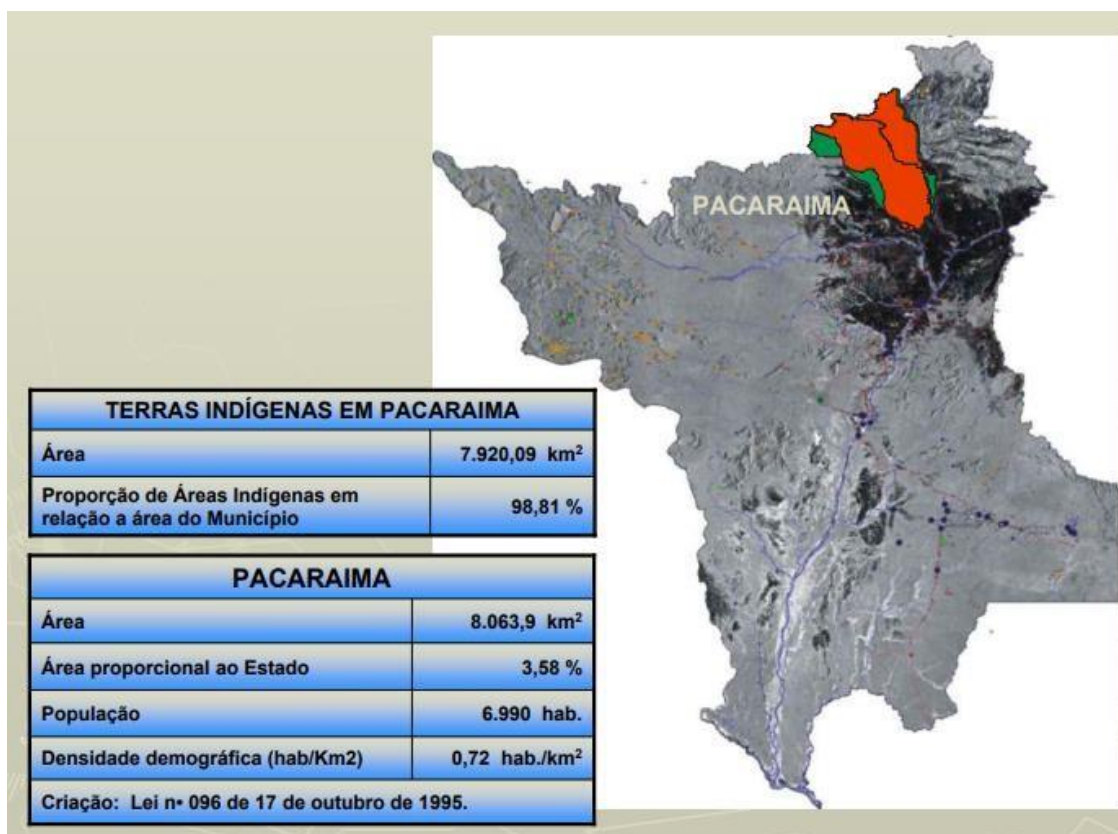
O general também reforça a importância da presença militar nos PEFs de Normandia, que fica dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e Uiramutã, município com maior número de indígenas, conforme o Censo de 2022 do IBGE.⁸⁹¹ Ele segue destacando o bom relacionamento existente na Raposa Serra do Sol entre indígenas e militares, estendendo na sequência essa opinião para o caso do 3.º PEF, localizado na cidade de Pacaraima, Terra Indígena São Marcos,⁸⁹² com predominância das etnias Macuxi, Wapichana e Taurepang.

⁸⁹⁰ ITERAIMA - Instituto de Terras e Colonização de Roraima. *Mapa das Terras Indígenas de Bonfim-RR*, 2007, p. 19.

⁸⁹¹ COSTA, A demarcação de terras indígenas na Amazônia..., p. 112.

⁸⁹² COSTA, A demarcação de terras indígenas na Amazônia..., p. 112.

Imagem 30 – Mapa das Terras Indígenas de Pacaraima-RR



Fonte: ITERAIMA, 2007.⁸⁹³

Como pode ser observado na figura acima, no município de Pacaraima existe uma grande demanda indígena, que é atendida pelos militares do 3.º PEF. No trabalho *Danos socioambientais em terras indígenas: o estudo de caso da Terra Indígena São Marcos em Roraima*, da pesquisadora Bárbara Daniella Lago Modernell, discutiu-se o início dessa relação, à medida que:

Os primeiros brancos que chegaram na região de São Marcos foram os militares, vindos por conta da construção do 3.º Pelotão Especial de Fronteiras, construído a fim de garantir a segurança nacional na região fronteiriça com a Venezuela.⁸⁹⁴

O fato narrado pela pesquisadora acima, relaciona à chegada dos militares (teoricamente brancos) à Pacaraima, que coincidiu com o início dos trabalhos da BR-174, segundo ela:

⁸⁹³ ITERAIMA - Instituto de Terras e Colonização de Roraima. *Mapa das Terras Indígenas de Pacaraima-RR*, 2007, p. 26.

⁸⁹⁴ MODERNELL, Bárbara Daniella Lago. *Danos socioambientais em terras indígenas: o estudo de caso da Terra Indígena São Marcos em Roraima*. Dissertação (Mestrado em Direito Público e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018, p. 29.

[...] a partir de sua criação, houve grande crescimento populacional e desenvolvimento econômico junto com a implantação de programas de infraestrutura como o “Projeto Calha Norte”, o qual possuía como objetivo proteger essa região fronteira e reforçar a soberania nacional.⁸⁹⁵

Apesar da afirmação acima, chamou-nos a atenção outra questão analisada pela pesquisadora, afirmando que “[...] durante esse processo de intrusão, os militares chegaram ao local sem realizar nenhum tipo de consulta prévia com os povos indígenas, que naquele tempo viviam praticamente isolados”.⁸⁹⁶

É válido ressaltar, ainda nas palavras da pesquisadora, que naquele momento, o encontro entre índios e militares em Pacaraima “[...] ocasionou um grande choque interétnico, uma degradação da biodiversidade local e um grande número de mortes devido às doenças que os não indígenas trouxeram para a região”.⁸⁹⁷

Outrossim, de volta à visão do general Franklimberg Ribeiro, desta feita, em relação à presença militar nos PEFs localizados na TI Yanomami, o oficial comentou:

Seguindo mais para o Oeste, temos dois PEFs diferenciados, pois estão em área de selva e que são os PEFs de Auaris e Surucucu. Esses PEFs realmente são a presença do Estado brasileiro dentro da TI Yanomami, naquela região de Roraima. Fora isso, não temos outra presença do Estado na TI Yanomami, dentro do Estado de Roraima. Então, eu vejo como extremamente importante a presença dos nossos PEFs na faixa de fronteira, particularmente onde existe TI. Esses PEFs também, como está acontecendo agora, frequentemente estão realizando operações para coibir ilícitos de garimpo, madeireiros e outros.⁸⁹⁸

Além da importância ressaltada pelo general, no tocante à presença militar nas Terras Indígenas de Roraima, também, se faz necessário, investimentos constantes do Ministério da Defesa nessas Organizações Militares, para fins de manutenção e/ou ampliação dessas unidades e às devidas condições de trabalho para a Força Terrestre, como apontado pelo major de infantaria Charles Paulo Araújo de Almeida.⁸⁹⁹

Ainda segundo Almeida, em relação ao combate dos ilícitos nessas Terras Indígenas, deflagrou-se, mais recentemente, as “Operações Conjuntas Verde-Brasil e Samaúma, com emprego de tropas das três forças e diversas agências governamentais”.⁹⁰⁰

⁸⁹⁵ MODERNELL, *Danos socioambientais em terras indígenas...*, p. 29.

⁸⁹⁶ MODERNELL, *Danos socioambientais em terras indígenas...*, p. 145.

⁸⁹⁷ MODERNELL, *Danos socioambientais em terras indígenas...*, p. 145.

⁸⁹⁸ COSTA, *A demarcação de terras indígenas na Amazônia...*, p. 112.

⁸⁹⁹ ALMEIDA, Charles Paulo Araújo de. *Estudo sobre a reestruturação dos Pelotões Especiais de Fronteira no âmbito do Comando Militar da Amazônia*. Especialização em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022, p. 33.

⁹⁰⁰ ALMEIDA, *Estudo sobre a reestruturação dos Pelotões Especiais de Fronteira...*, p. 39.

Em síntese, observou-se tanto aspectos positivos quanto negativos, acerca da presença indígena nesses territórios tradicionais do Estado e Roraima. Quanto aos aspectos positivos, pode-se ressaltar, à proteção para as comunidades indígenas e aldeias no entorno dos PEFs. Ademais, os PEFs os auxiliam com educação, assistência médica e outras formas de apoio social, com a promoção do bem-estar dessas populações e na geração de emprego e renda.

Por outro lado, essa presença militar, pode apresentar algumas desvantagens e ser motivo de geração de controvérsias, com a possibilidade da violação dos direitos desses povos, com possíveis interferências nos seus costumes e tradições, além desse contato aumentar os riscos de contaminação dos indígenas com doenças que podem ser trazidas pelos militares e o risco do contato com bebidas alcoólicas.

No entanto, a pesquisa aponta mais aspectos positivos do que negativos, em relação à presença militar nessas comunidades indígenas, com base nas ações concretas, sob a responsabilidade dos PEFs. Nesse diapasão, discutiu-se neste capítulo a influência do pensamento e das ações militares nos projetos desenvolvimentistas para a Amazônia e a presença militar nas terras indígenas de Roraima.

Deu-se ênfase aos principais modelos desenvolvimentistas brasileiros e nos planos de desenvolvimento econômico, relacionados à Amazônia e ao Estado de Roraima, com destaque para o caso específico da construção da BR-174 e do genocídio do povo Waimiri-Atroari e como o pensamento e a presença militar se inseriram e impactaram nesse contexto, além das ações dos PEFs nas faixas de fronteira e nos territórios tradicionais roraimenses. No próximo capítulo, abordar-se-á os resultados e discussão da pesquisa, com base em um estudo qualitativo e análise pormenorizada desses dados.

Capítulo IV – Impactos Socioeconômicos da Presença Militar: A Influência dos PEFs em Bonfim e Pacaraima

Este capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, com base na metodologia quali-quantitativa, descrita na introdução deste trabalho. Os resultados se alinham aos objetivos da pesquisa, tendo como foco principal as respostas às hipóteses levantadas e, principalmente, ao problema de pesquisa.

Frequentemente, na análise de dados que abarcam dimensões de cunho econômico e social, emerge a necessidade de construir um conjunto de amostras que englobam os principais indicadores capazes de retratar a mais próxima realidade social de um determinado grupo populacional.

A construção de panoramas sociais assume uma importância incontestável na intenção de viabilizar a experimentação de hipóteses. Essas estão voltadas à investigação da maneira pela qual a presença militar na região Amazônica e as atividades realizadas pelos 1.º e 3.º Pelotões Especiais de Fronteira impactam os resultados socioeconômicos nos municípios de Bonfim e Pacaraima, localizados no Estado de Roraima.

A materialização de uma amostra representativa e a subsequente análise descritiva dos dados requereu uma deliberação cuidadosa no que se refere à seleção da população amostral, a determinação da natureza dos dados empregados e da formulação da metodologia analítica. O propósito fundamental desse procedimento de levantamento, residiu na descrição objetiva dos dados coletados, buscando estabelecer comparações criteriosas entre as realidades observadas nos dois municípios durante o período compreendido entre 1991 a 2022.

4.1 Contextualização Territorial: Bonfim

As origens de Bonfim remontam ao século XIX, como um núcleo comercial para atender à pecuária bovina, mantendo essas características até meados do século XXI. Originalmente, este local era habitado por diversas etnias indígenas, destacando-se os Wapichana e Macuxi.⁹⁰¹

[...] o nome Bonfim é resultado da escolha de um morador, o baiano Manoel Luiz Silva, situado próximo da atual sede do município e que deu nome à localidade em homenagem ao padroeiro de sua terra natal, o Senhor do

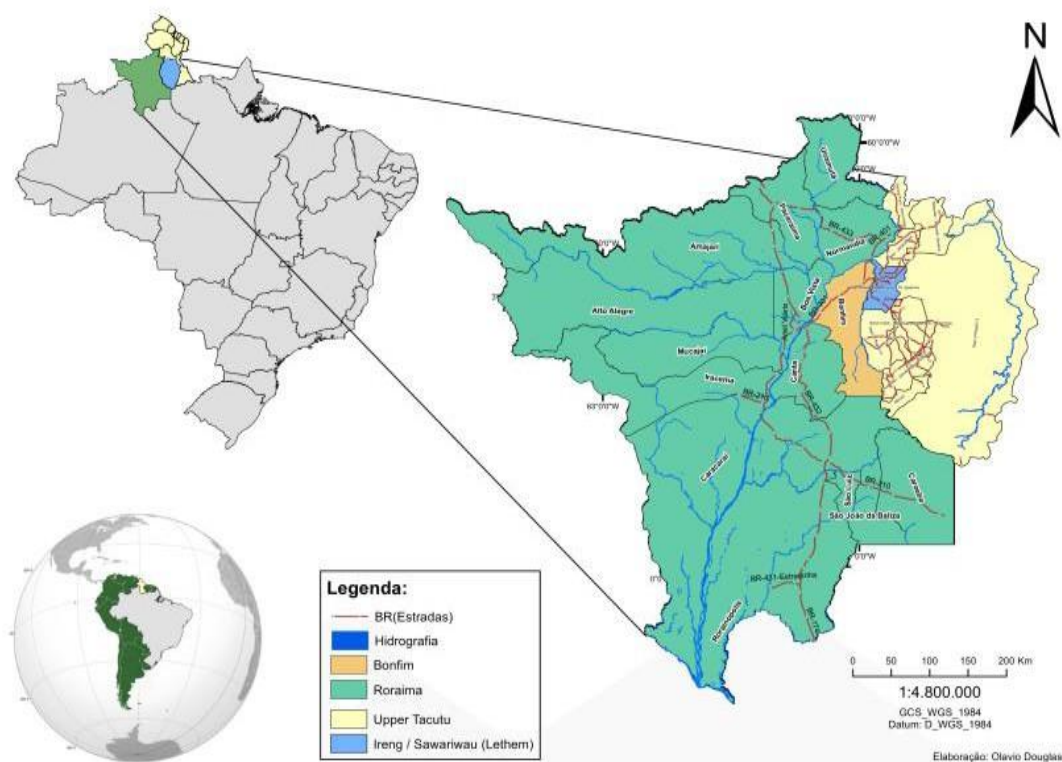
⁹⁰¹ FOLHA BV. *Mapeamento e afirmação da cultura de Roraima 4: Bonfim*, 2023, p. 1. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/opiniaio/mapeamento-e-afirmacao-da-cultura-de-roraima-4-bonfim/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Bonfim. [...] Oficialmente, o município foi criado pela Lei Federal Nº 7.009/1982, com terras desmembradas do município da capital do Estado.⁹⁰²

Ao longo de vários ciclos comerciais com a cidade de Lethem, situada na fronteira com a República Cooperativista da Guiana, a povoação ascendeu à condição de município, e, atualmente, uma parcela substancial de sua população é constituída por descendentes de guianenses.

Sua reconfiguração territorial culminou na constituição dos municípios de Boa Vista e Caracaraí. A sede administrativa encontra-se no distrito atualmente designado como Bonfim, anteriormente conhecido como Vila de Bonfim.

Imagem 31 – Mapa de localização do Município de Bonfim



Fonte: Cosme (2017, p. 18).⁹⁰³

A entidade municipal é formada exclusivamente por este distrito-sede. O processo de instalação foi concretizado em 13 de julho de 1982. Em consonância com a delimitação territorial delineada em 1988, o município subsiste unicamente com a incorporação do

⁹⁰² FOLHA BV, *Mapeamento e afirmação da cultura de Roraima...*, p. 1.

⁹⁰³ COSME, Alexandre da Silva. *O Viver em Bonfim-RR: a percepção de uma área fronteiriça*. Dissertação de Mestrado em Geografia, PPG-GEO, UFRR, Boa Vista-RR, 2017, p. 18.

mentionado distrito-sede. Este arranjo se mantém inalterado na configuração territorial registrada desde 2009.

“Bonfim faz fronteira ao norte com o município de Normandia; ao sul com o município de Caracará; ao leste com a República Cooperativista da Guiana e ao oeste com Boa Vista e Cantá.”⁹⁰⁴ Segundo dados do Censo do IBGE divulgados em 2022, o município tem uma população residente de 13.923 pessoas, com uma área territorial de 8.079,914 km².⁹⁰⁵

No município está instalado o 1.º Pelotão Especial de Fronteira, subordinado ao 7.º Batalhão de Infantaria de Selva, ao Comando de Fronteira de RR e a 1.ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada na cidade de Boa Vista.

4.1.1 Indicadores Demográficos do Município de Bonfim: Produto Interno Bruto (PIB), Renda Per Capita, IDH e IDHM, Coeficiente de Gini, Taxa de Desemprego, Expectativa de Vida, Escolaridade, Crescimento Vegetativo, Oferta de Serviços Públicos

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma do valor de todos os bens e serviços que constituem a atividade econômica de um país. Em um contexto de pesquisa mais aprofundada, o PIB desempenha um papel fundamental como um indicador que oferece uma visão geral da saúde econômica de uma determinada área geográfica. Apesar de sua ampla utilização, o PIB por si só não é suficiente para atingir a complexidade dos padrões abrangentes de desenvolvimento humano. Ele tende a refletir primariamente uma avaliação quantitativa da produção econômica, e pode deixar de capturar as nuances e dimensões mais amplas do bem-estar e progresso social.

Ao examinar os dados apresentados pelo IBGE entre os anos de 1991 a 2020, conforme representados no gráfico a seguir, emerge uma clara tendência de crescimento no PIB do Estado de Roraima. Esse crescimento culminou em um pico notável em 2013, com um valor máximo registrado de R\$ 9.010.725,00. Ao observar o município de Bonfim, é evidente que não houve um aumento quantitativo significativo no PIB ao longo do período estudado. Esse fenômeno pode ser atribuído a uma série de fatores intrínsecos à história e à economia local.

Alguns aspectos podem influenciar nesse sentido, como a natureza das atividades econômicas, que podem ter desempenhado um papel crucial na limitação do crescimento. Durante este desenvolvimento do Estado em 2013, Bonfim apresentou um valor

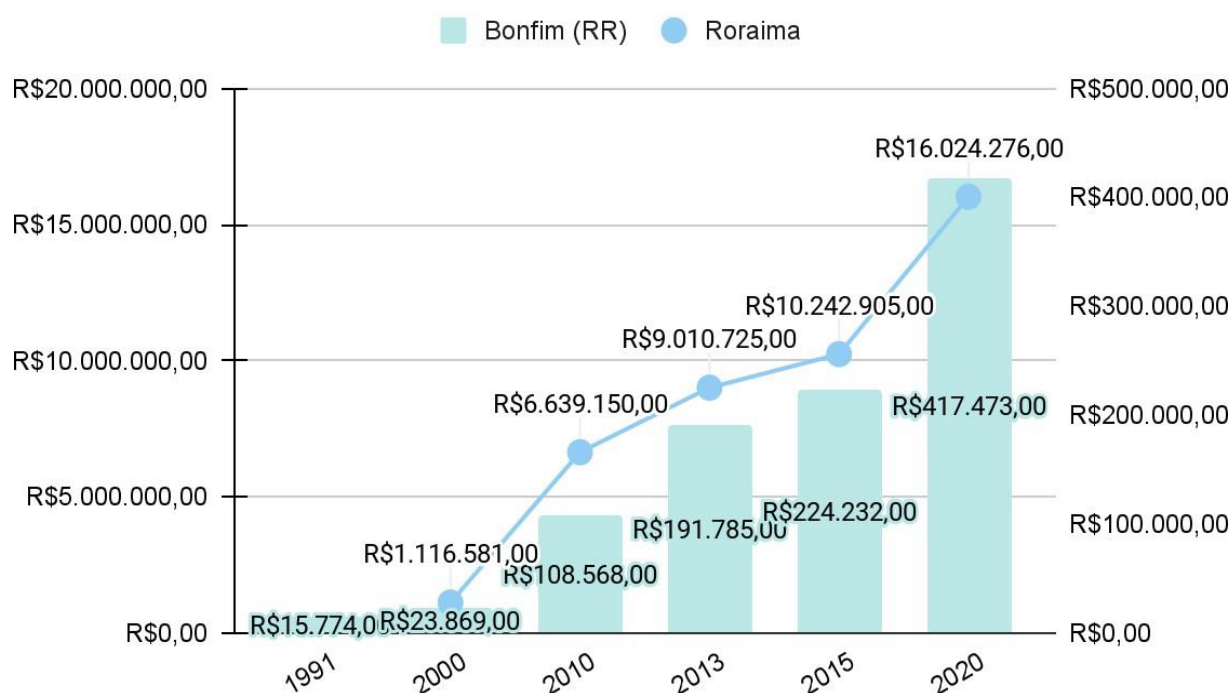
⁹⁰⁴ FOLHA BV, *Mapeamento e afirmação da cultura de Roraima...*, p. 1.

⁹⁰⁵ IBGE. Cidades e Estados. *População residente e área territorial de Bonfim*, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/bonfim.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

substancialmente inferior de R\$ 191.785,00 em contraste com o Estado de Roraima, que registrou um valor significativo de R\$ 9.010.725,00.⁹⁰⁶

Gráfico 5 - Produto Interno Bruto do município de Bonfim (RR) e do Estado de Roraima

PIB - Bonfim x Roraima



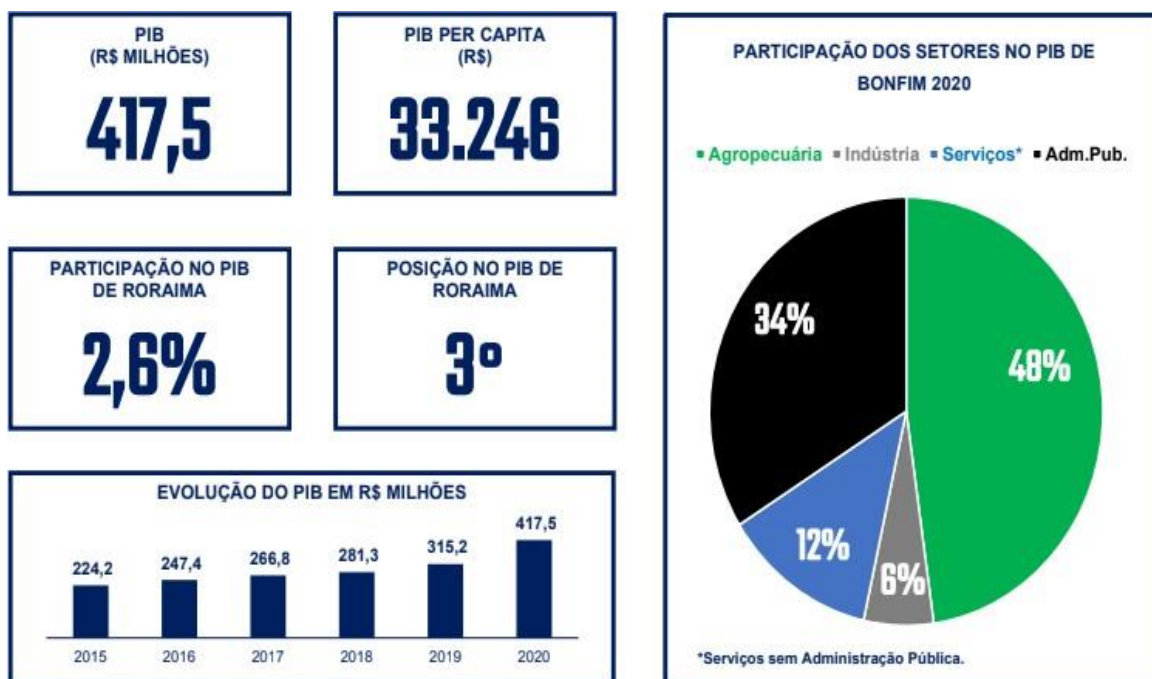
Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁰⁷

A economia do município tem sua base fundamentada em atividades predominantemente ligadas ao setor agropecuário. No ano de 2020, o PIB da localidade alcançou a cifra de R\$ 417,5 milhões de reais, com uma participação de 2,6% no PIB de Roraima, ficando na 3.º posição entre os municípios na composição geral do PIB do Estado daquele ano, como pode-se observar na imagem abaixo:

⁹⁰⁶ É válido registrar que o PIB Per Capita do município em 2021 teve um valor total de R\$ 41.131,03, segundo consulta ao IBGE.

⁹⁰⁷ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados. Disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Imagem 32 – Indicadores econômicos de Bonfim - 2020



Fonte: Contas Regionais IBGE, 2022.⁹⁰⁸

Ainda de acordo com a imagem, o PIB Per Capita⁹⁰⁹ girou em torno de R\$ 33.246,00 milhões de reais e houve uma evolução do PIB do município, entre os anos de 2015 a 2020.⁹¹⁰ Por outro lado, examinando o município de Bonfim em detalhes, na década de 1990, a renda Per Capita média exibiu uma concentração de rendimentos na ordem de R\$ 202.84,00, a qual, posteriormente, testemunhou uma diminuição para R\$ 192.73,00, representando um decréscimo de 1,011% em relação à fase precedente. No ano de 2010, o valor médio da renda Per Capita experimentou um notável aumento, alcançando a cifra de R\$ 329.22,00, correspondendo a uma taxa média anual de crescimento de 13,64%.

No gráfico a seguir, temos um comparativo da Renda Per Capita do Brasil, Estado de Roraima e do município de Bonfim, entre os anos de 1991 a 2021.

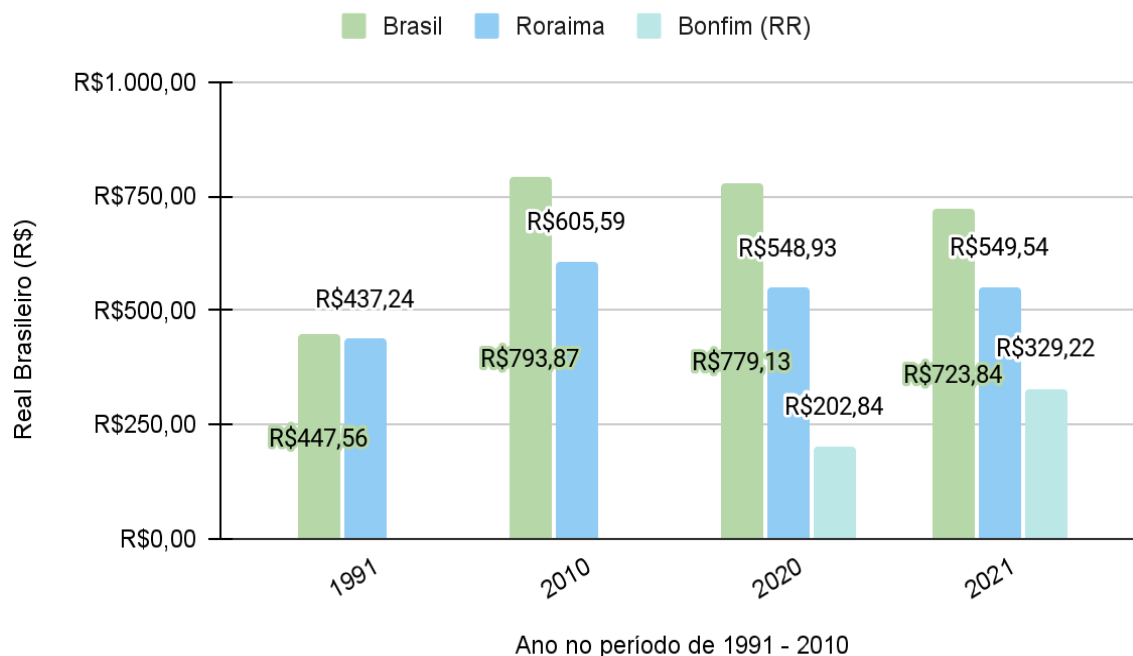
⁹⁰⁸ IBGE. *Contas Regionais, Bonfim, 2022*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1-3R9kw5kg9rzzxTTI61PWjPqbbZti2AA>. Acesso em: 12 jan. 2024.

⁹⁰⁹ É um indicador econômico utilizado para avaliar a situação econômica de um país, ele é fundamentado na média dos rendimentos dos cidadãos em um intervalo de tempo determinado, variando conforme as exigências de amostragens especificadas.

⁹¹⁰ Com base nos dados preliminares divulgados em 2023, que correspondem ao censo realizado entre 2020 e 2022, observou-se que o município de Bonfim, registrou um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 417 milhões de reais. Esse valor reflete um aumento notável de 284% em relação ao ano de 2010.

Gráfico 6 - Renda Per Capita do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim: 1991-2021

Renda Per Capita - Brasil, Roraima e Bonfim (RR)



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹¹¹

Conforme o gráfico, quando comparados com os indicadores nacionais, observa-se que o Brasil registrou um crescimento na renda Per Capita entre os anos de 1991 e 2010. Em contrapartida, o Estado de Roraima também exibiu um crescimento durante o mesmo período. Já o município de Bonfim, apresentou um crescimento entre os anos de 2020 e 2021.

No que tange ao IDH e IDHM, eles são indicadores que visam mensurar o desenvolvimento humano em diferentes regiões ou países. Ambos foram criados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, emprega uma abordagem metodológica de coleta e análise de dados que incorpora uma série de indicadores. São considerados nessa conta, diversos aspectos relacionados ao progresso de uma nação, como a avaliação de bens tangíveis, níveis educacionais e de alfabetização, expectativa de vida, entre outros.

Em relação ao município de Bonfim, conforme dados do PNUD dos anos de 1991, 2000 e 2010, o IDH deste município vem apresentando crescimento, saltando de 0,340 em 1991 para 0,458 em 2000. De acordo com dados do IBGE de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano

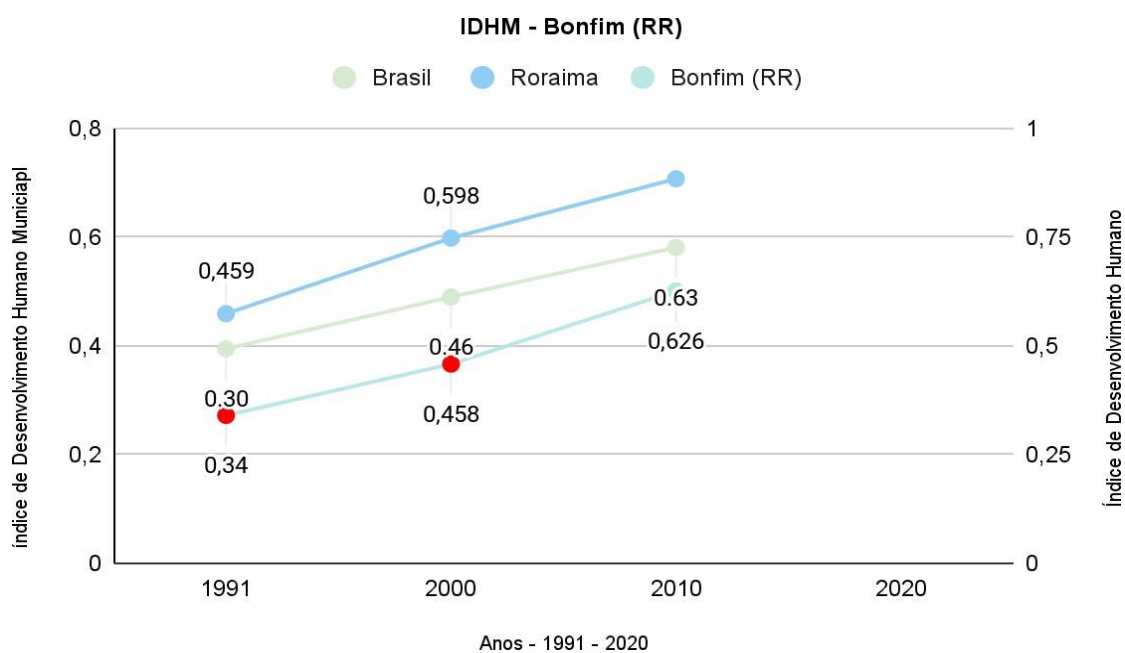
⁹¹¹ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Municipal de Bonfim foi estimado em 0,626 neste ano, levando em consideração as dimensões de renda, educação e longevidade, com pesos uniformes para cada uma dessas dimensões. Nesse sentido, Bonfim é categorizado como pertencente à faixa de Desenvolvimento Médio (IDHM entre 0,550 e 0,699).

O propósito subjacente é apresentar uma representação objetiva do bem-estar dessas populações. No contexto do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, essa avaliação é realizada por meio de uma abordagem metodológica similar à empregada no cálculo do IDH, e ela é aplicada a municípios abrangendo todo o território nacional.

No gráfico a seguir, é possível observar a evolução cronológica do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 1991 a 2010. Fica evidente que o município tem apresentado melhorias consistentes em todos os índices desde o ano de 1991, chegando a 2010 com indicadores de desenvolvimento significativamente aprimorados.

Gráfico 7 – comparativo do IDHM do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim: 1991-2020



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹¹²

Em relação aos valores do IDHM no Brasil, é perceptível um aumento notável entre 1991 e 2000, seguido por um crescimento entre 2000 e 2010. O Estado de Roraima segue a

⁹¹² Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 12 jan. 2024.

tendência nacional de desenvolvimento progressivo, registrando um avanço de 1990 a 2000, e um subsequente aumento entre 2000 e 2010.

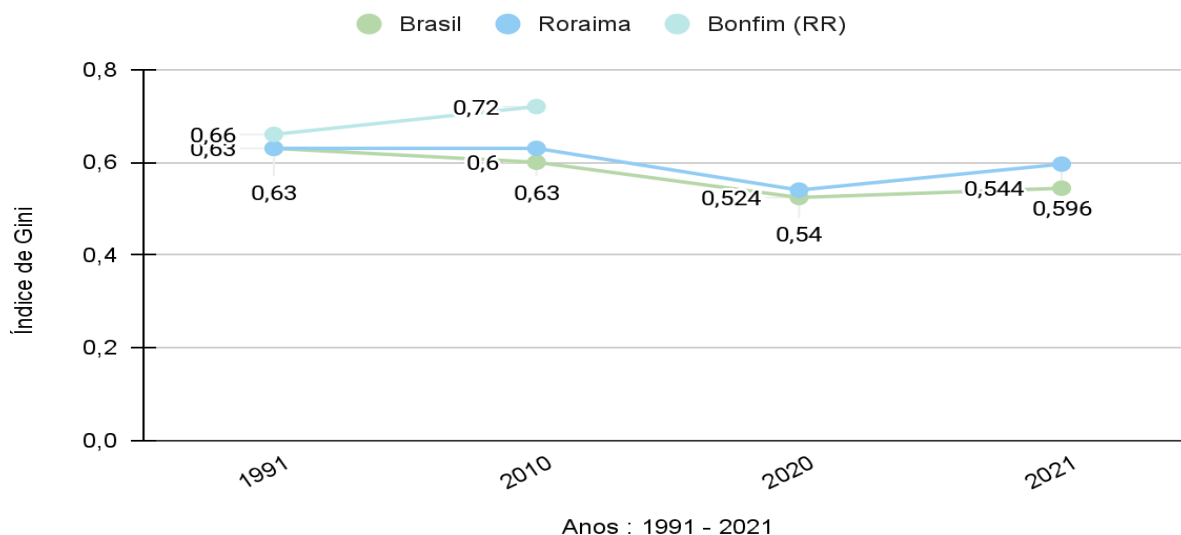
No tocante ao Coeficiente de Gini, ele agrega aspectos igualmente pertinentes para a análise de indicadores de desenvolvimento social, econômico e geográfico. Também conhecido como Índice de Gini. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, define o coeficiente de Gini como:

[...] um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam valor de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor de um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos [...].⁹¹³

Na projeção comparativa entre o Brasil, Roraima e Bonfim, nota-se uma variação positiva do município em relação aos períodos anteriores. Mesmo obtendo um valor de déficit no período do ano 2000, acompanhando a tendência nacional e estadual, é possível perceber a variação acima da média estadual e nacional, assim como apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Comparativo do Índice de Gini do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim

Gini - Brasil, Roraima, Bonfim (RR)



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹¹⁴

⁹¹³ IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *O que é? - Índice de Gini?* Ano 1. Edição 4, 2004, p. 1. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 jan. 2024.

⁹¹⁴ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 13 jan. 2024.

Em contraste com os anos subsequentes, durante o intervalo de 2010 a 2019, é possível constatar a progressiva evolução do índice, evidenciando uma melhora gradual na distribuição e concentração de renda no município de Bonfim.

No contexto estadual, foi observada uma tendência positiva nos índices desde a década de 2000, mantendo o coeficiente inserido na faixa de alto desenvolvimento humano (entre 0,700 a 0,799). Por fim, o contraste do último ano contabilizado, Roraima se mostra acima do percentual nacional, alcançando a marca de 0,554, que sugere uma distribuição de renda pouco equitativa, com uma considerável disparidade entre os níveis de renda.

No âmbito da atividade profissional, torna-se crucial contextualizar a dinâmica do emprego e do desemprego. A taxa de desemprego é uma medida fundamental que busca avaliar, por meio da relação entre a população economicamente ativa e a população não ativa, a proporção de indivíduos desprovidos de ocupação remunerada. Este indicador desempenha um papel significativo ao oferecer uma percepção sobre a saúde econômica de uma região ou país, fornecendo uma visão quantitativa da disponibilidade de trabalho e das condições do mercado de trabalho.

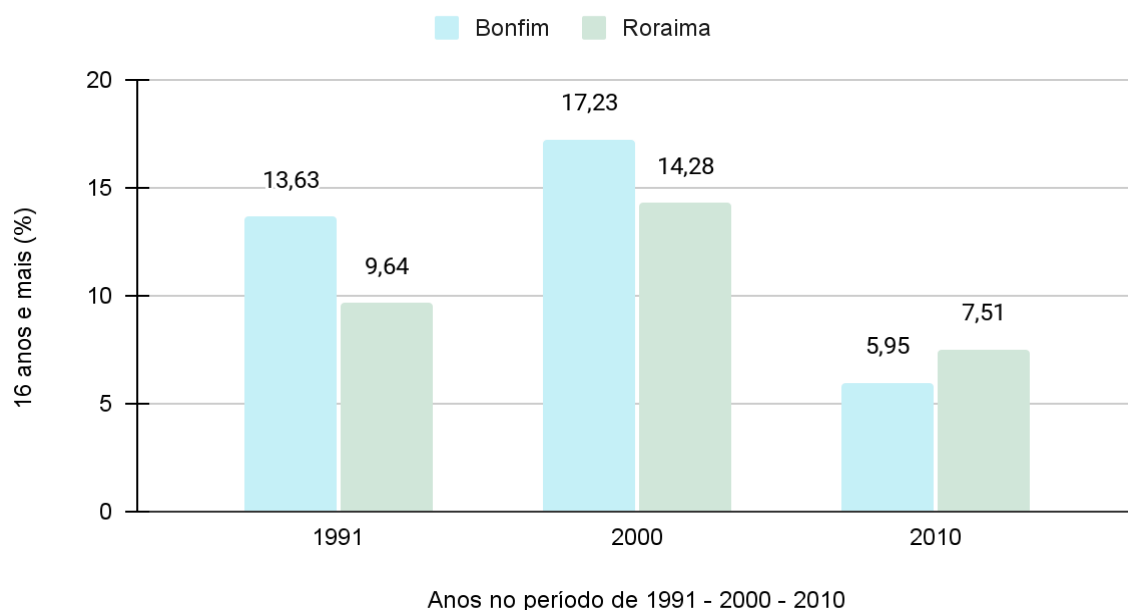
No município de Bonfim, durante o período de 1991 a 2000, os índices de taxa de desemprego registraram valores superiores aos índices estaduais. Em 1991, o percentual de indivíduos com idade acima de 16 anos alcançou 13,63%, contrastando com a média estadual de 9,64%. Em 2000, esses valores aumentaram em relação ao período anterior (17,23%), bem como em comparação com os números estaduais (14,28%).⁹¹⁵

Na década subsequente, a partir de 2010, a taxa de desemprego em Bonfim se situou em patamares inferiores aos observados nos dois períodos anteriores. Notavelmente, o ano de 2000 foi marcado pelo índice mais elevado entre os períodos analisados. Contudo, em 2010, a proporção de desempregados em Bonfim foi de 5,95%, mantendo-se abaixo da média estadual, que se encontrava em 7,51%, como pode-se observar no gráfico abaixo:

⁹¹⁵ Em vista disso, há uma relevância no papel do 1.º PEF na região, pois ele absorve as demandas locais de jovens civis e indígenas, com idade para o alistamento e o serviço militar, proporcionando geração de trabalho e renda, como veremos mais adiante neste trabalho.

Gráfico 9 - Comparativo da taxa de desemprego da UF de Roraima e do Município de Bonfim

Taxa de desemprego - Roraima x Bonfim (RR)

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹¹⁶

Conforme dados do IBGE, publicados em 2022, a população ocupada no município em 2021, correspondia a um percentual de 7,61%, dos trabalhadores economicamente ativos.⁹¹⁷

No tocante à Expectativa de Vida, esse indicador tem o objetivo de avaliar a média de anos de vida e projetar a expectativa de vida de uma nação. Essa expectativa guarda uma relação intrínseca com o Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto, uma vez que abarca indicadores e elementos de qualidade como educação, saúde, assistência social, provisão de serviços públicos, segurança ocupacional, entre outros.

No âmbito do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, a categoria de longevidade expressa os patamares de progresso durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, em âmbito nacional, estadual e municipal. Destaca-se o notável incremento na década de 2000, quando comparado com períodos precedentes. O Brasil alcançou a pontuação de 816 na escala de longevidade.

Um aspecto crucial é a evolução da curva em Roraima e Bonfim, que seguiram essa trajetória de desenvolvimento, atingindo as pontuações de 809 e 816, respectivamente. Tal cenário, ilustra a consolidação dos serviços públicos e uma estruturação eficaz do aparato

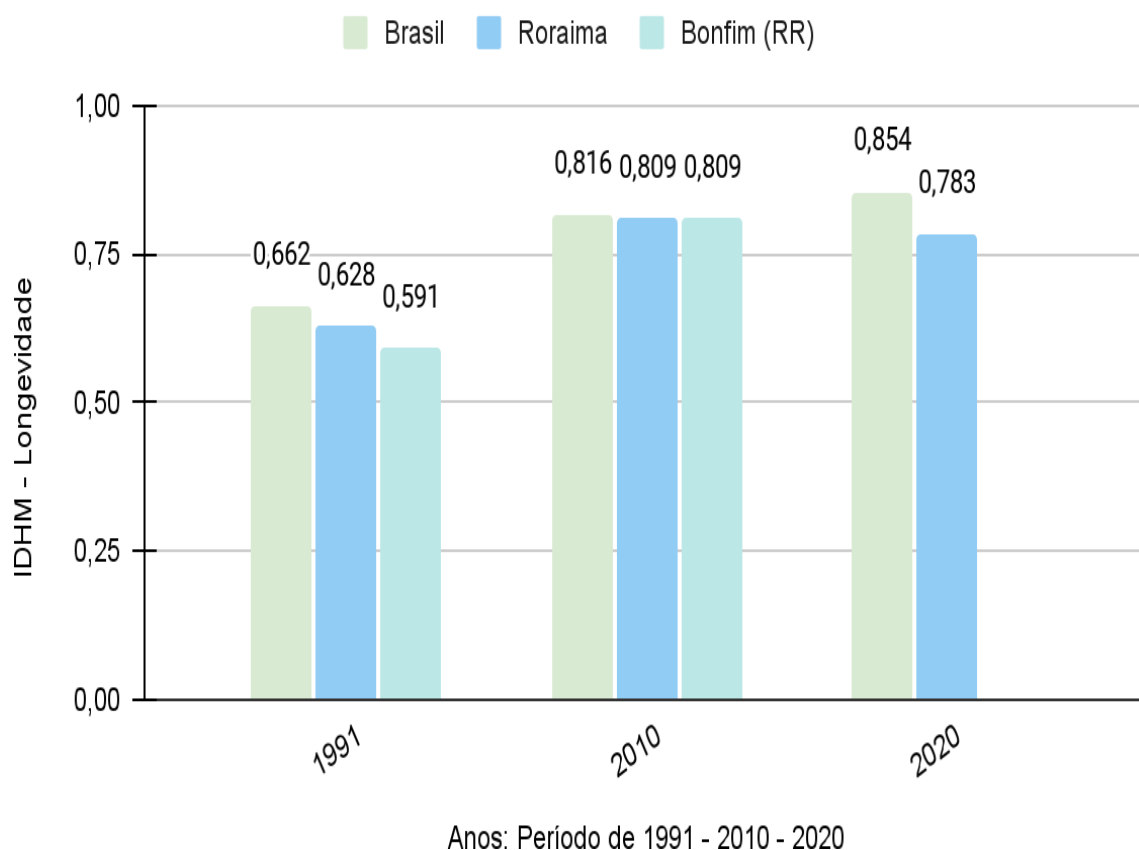
⁹¹⁶ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 13 jan. 2024.

⁹¹⁷ IBGE. *Dados econômicos do município de Bonfim-RR: população ocupada, 2022*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2024.

governamental municipal, onde esta taxa supera a estadual, conforme observado no gráfico a seguir.

Gráfico 10 - Comparativo da Longevidade do Brasil, da UF de Roraima e do Município de Bonfim

Brasil, Roraima e Bonfim (RR)



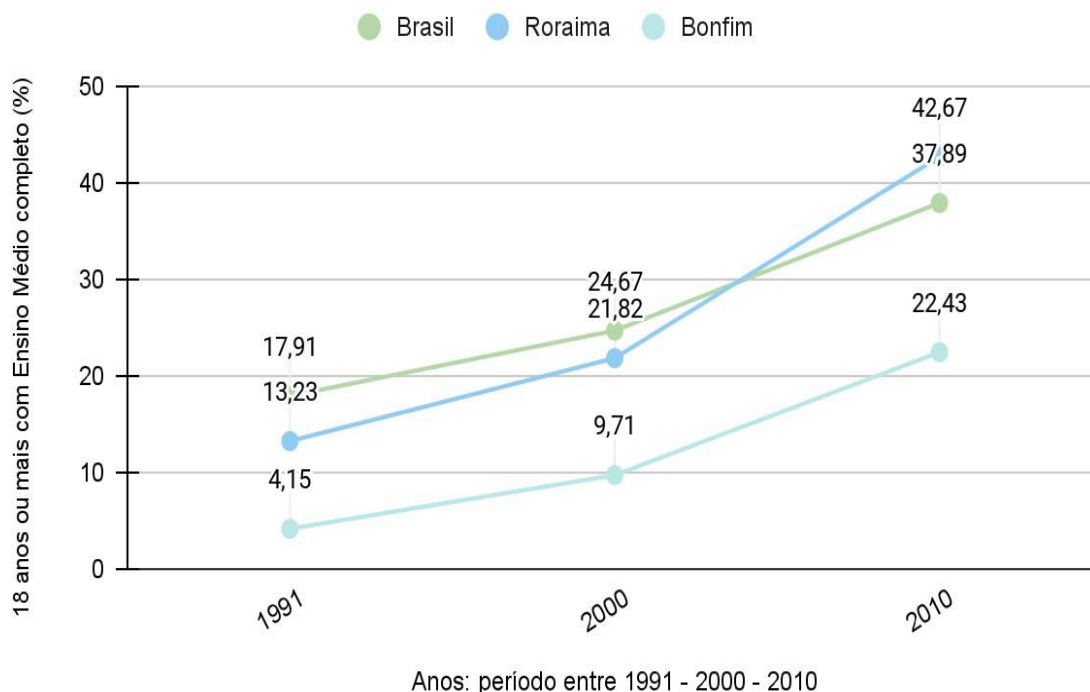
Fonte; Elaborado pelo autor.⁹¹⁸

O quesito Escolaridade, está no âmbito dos padrões de desenvolvimento e da expansão das oportunidades de renda e cidadania. Nesse sentido, a educação assume um papel de extrema relevância nas análises direcionadas à melhoria da qualidade de vida, e à capacitação de diversas populações. Outrossim, o gráfico abaixo ilustra as taxas de conclusão do ensino médio e superior durante os períodos de 1991 a 2010, no Brasil, Roraima e Bonfim.

⁹¹⁸ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 13 jan. 2024.

Gráfico 11 – Comparativo entre o Brasil, UF de Roraima e o município de Bonfim, referente à Escolaridade: 1991 - 2010

Escolaridade - Brasil, Roraima e Bonfim



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹¹⁹

Ao comparar os índices nacionais e estaduais com os de Bonfim em 1991, nota-se uma notável discrepância. Enquanto a média nacional situava-se em 17,91% e a estadual em 13,23%, Bonfim exibía um modesto índice total de 4,15% de conclusão do ensino médio. No ano de 2000, tanto Bonfim quanto o Brasil e Roraima, registraram um crescimento, com Bonfim alcançando uma taxa de 9,71% de pessoas com ensino médio completo.

Em 2010, Roraima superou os índices nacionais no quesito conclusão do ensino médio, com uma taxa de 42,67%, excedendo a média nacional de 37,89% em 4,78%. Isso teve um impacto direto no aumento da proporção de pessoas com ensino médio completo em Bonfim, que atingiu 22,43%. É de suma importância compreender que essas proporções percentuais estão intrinsecamente ligadas também ao aspecto quantitativo das respectivas populações.

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 91,9%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 9 de 15. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 5402 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do

⁹¹⁹ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ensino fundamental na rede pública era 4,5 e para os anos finais, de 3,9. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 4 e 2 de 15. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 4477 e 4435 de 5570.⁹²⁰

Registra-se amiúde, que no ano de 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, para os anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino, alcançou o patamar de 4,5. Já em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, alcançou o índice de 3,9.⁹²¹

Por outro lado, com base na análise de outros indicadores, que pudessem nos indicar elementos significativos para este estudo, buscou-se observar dados acerca do Crescimento Vegetativo. Nesse diapasão, ele se constitui a partir de uma análise fundamentada em dados, examinando o desenvolvimento demográfico de uma população em um espaço específico, tomando como elementos estruturais a quantidade de indivíduos nascidos durante um determinado período em comparação com o número de óbitos registrados.

No contexto de Roraima, uma progressão gradual do crescimento vegetativo se evidencia a partir do primeiro conjunto de dados disponíveis por meio das fontes abordadas neste estudo. Desde a década de 1970, observou-se um incremento neste segmento, principalmente, ao longo do período que compreende os anos de 1970 a 2010, onde a população local, experimentou um aumento de 409.594 indivíduos.

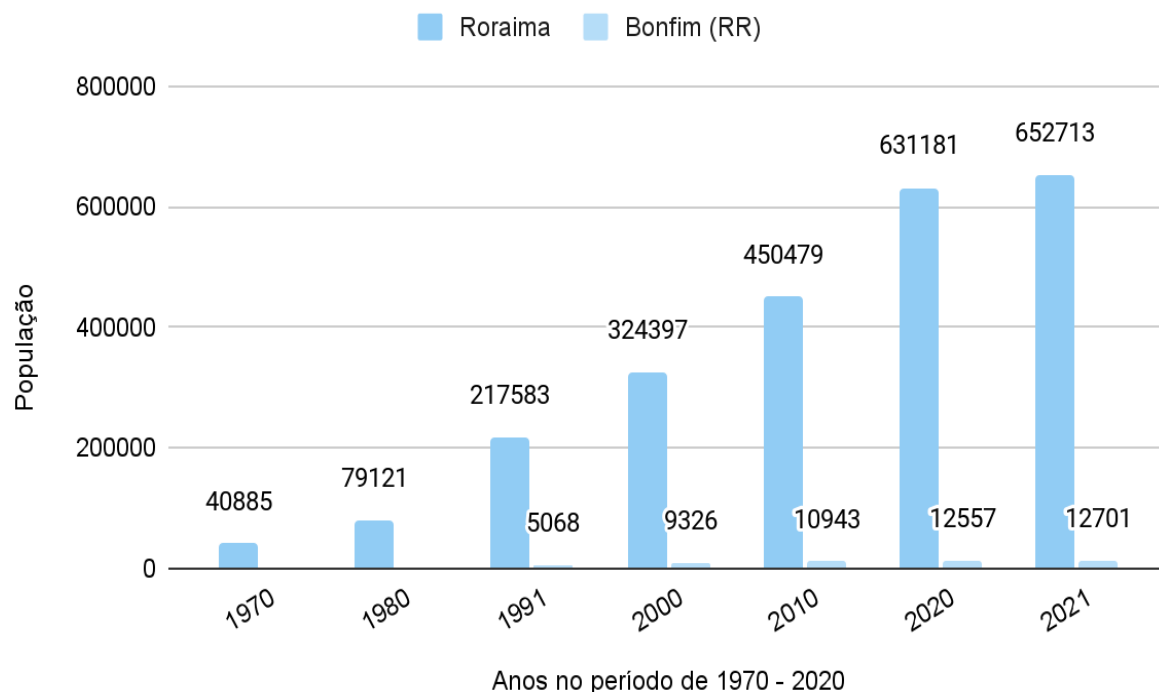
Já no contexto de Bonfim, o crescimento vegetativo se caracterizou por índices consistentes, porém, de proporções mais modestas. É válido ressaltar, que os registros relacionados a essa dimensão somente foram viabilizados a partir de 1991, evidenciando um crescimento vegetativo de 9.478 indivíduos em 2010, culminando na marca de 10.493 indivíduos, neste mesmo ano, como se pode observar no gráfico abaixo:

⁹²⁰ IBGE. *Dados educacionais do município de Bonfim*, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2024.

⁹²¹ IBGE, *Dados educacionais do município de Bonfim*, 2021.

Gráfico 12 - Comparativo entre a UF de Roraima e o município de Bonfim, referente ao Crescimento Vegetativo entre os anos de 1970 a 2021

Crescimento Vegetativo - Roraima e Bonfim (RR)



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹²²

No que concerne à Oferta de Serviços Públicos, essa atividade se concentra na provisão de serviços sob a responsabilidade do Estado. Que, por sua vez, os ofertam e administram, mediante, leis e regulamentos, por meio de concessões, permissões e licitações. Os dados relevantes para a análise desses indicadores, abrangem áreas como coleta de resíduos sólidos, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico.

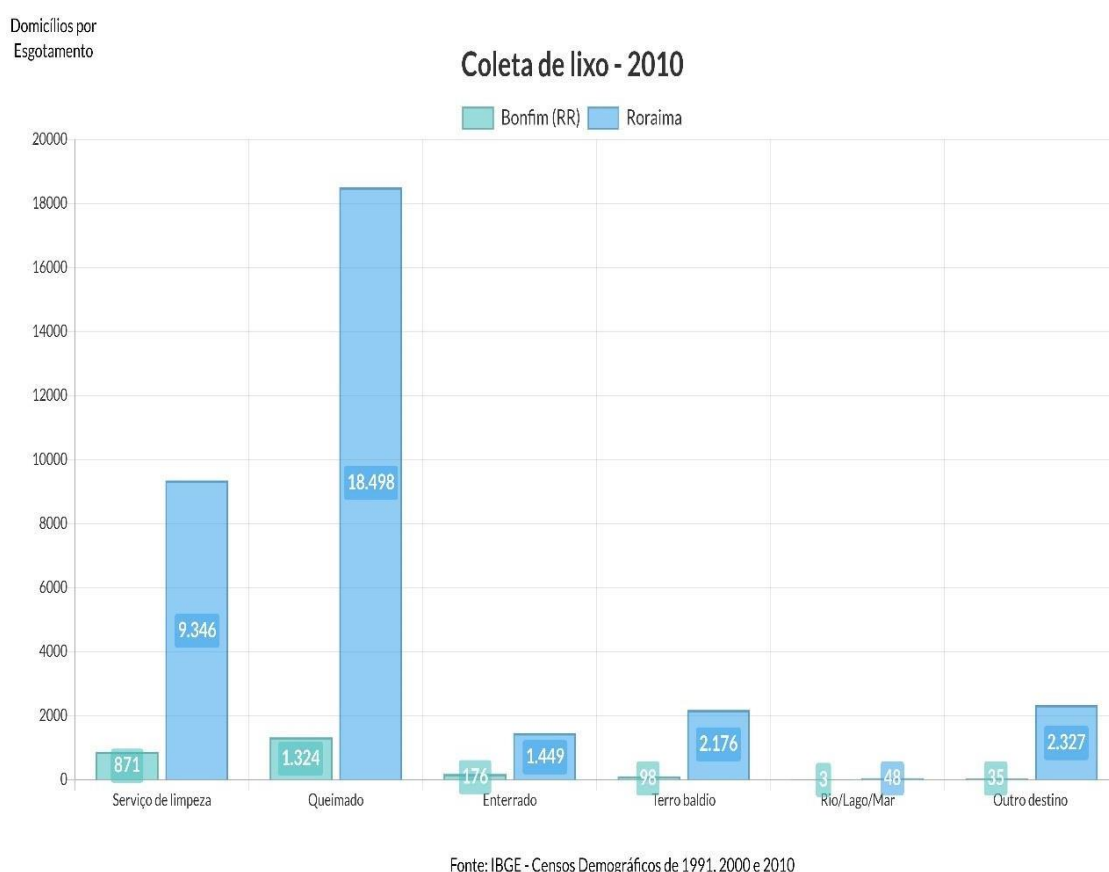
A oferta de serviços públicos, são orientados para melhorar a qualidade de vida de uma população e está intrinsecamente vinculada às suas condições sanitárias e habitacionais. É crucial compreender como é feita a gestão do lixo nessas comunidades, e, consequentemente, no município, além da qualidade da prestação desses serviços pelo Estado.

Ao examinarmos os dados mais recentes sobre a destinação de resíduos, notamos que, em 2010, o município de Bonfim seguiu a tendência de descarte adotada pelo Estado de Roraima, onde ambos utilizaram queimadas como método de descarte final desses resíduos.

⁹²² Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 13 jan. 2024.

Os índices municipais de destinação de resíduos alcançaram o patamar de 1.324 domicílios em Bonfim, enquanto no Estado de Roraima, esse número foi de 18.498 domicílios atendidos. Em Bonfim, o segundo serviço com maior índice é a coleta regular do lixo, oferecida pelo serviço público de manejo de resíduos, atendendo a 871 domicílios, como observou-se no gráfico abaixo:

Gráfico 13 – Oferta de Serviços Públicos – Coleta de lixo em Roraima e Bonfim: 2010



Fonte: elaborado pelo autor.⁹²³

No que tange ao serviço de fornecimento de energia elétrica, desde o ano de 2013, a gestão municipal passou a cobrar dos consumidores uma taxa para o custeio da iluminação pública, tanto para a área urbana quanto rural. O município foi contemplado com o *Programa Luz para Todos* do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, que firmou contrato com a empresa Eletrogil para instalação da infraestrutura necessária para o fornecimento de energia elétrica ao município, que por sua vez, recebe parte dos recursos a

⁹²³ Com base nos Censos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010, com destaque para este último ano.

partir de um acordo firmado com o governo do Estado de Roraima, por meio da Companhia Energética de Roraima - CERR.⁹²⁴

O serviço de abastecimento de água é fornecido pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER. Os indicadores do quadro abaixo utilizam os dados declarados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS em 2020 pelo prestador de serviços no município, com a representação do consumo médio de água por habitante, além da média de perda de água para distribuição de água no município.⁹²⁵

Quadro 15 - Serviço de abastecimento de água em Bonfim

Responsável pelo abastecimento de água	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER
Consumo médio de água por habitante	132,30L/(hab.dia)
Índice médio de perdas	73,59%
Custo do serviço de abastecimento de água	R\$ 7,98/ m ³
Tarifa média de água	R\$ 3,38/ m ³
Domicílios com canalização interna em pelo menos um cômodo	52,23%
Domicílios com canalização interna somente no terreno	8,88%
Domicílios sem canalização interna	37,85%

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹²⁶

O saneamento básico do município é regido pela Prefeitura, que declarou ter uma política municipal para este fim. Contudo, a própria Prefeitura, informou não ter um Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme informação do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.⁹²⁷

A canalização dos resíduos do banheiro pode ser conectada à rede pública de esgoto, inexistir com despejo direto no solo ou cursos d'água. A ligação pode ser realizada por encanamento próprio até uma fossa séptica impermeabilizada, sujeita a tratamento ou decantação. Alternativamente, os dejetos podem ser direcionados para uma fossa rústica,

⁹²⁴ FOLHA BV. *Moradores do Bonfim denunciam falta de energia*, 2015. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/moradores-do-bonfim-denunciam-falta-de-energia/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹²⁵ INFOSANBAS. *Abastecimento de água no município de Bonfim*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/bonfim-rr/#Abastecimento-de-%C3%A1gua>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹²⁶ Com base nos dados fornecidos pelo SNIS/Ministério das Cidades (2020) /Censo - IBGE (2010).

⁹²⁷ INFOSANBAS. *Políticas Públicas de Saneamento Básico – Bonfim*. Disponível em: https://infosanbas.org.br/municipio/bonfim-rr/#politicas_publicas_saneamento. Acesso em: 22 jan. 2024.

escavada no solo e sem revestimentos, chamada de fossa comum, resultando na contaminação direta do ambiente.⁹²⁸

4.1.2 Análise associativa qualitativa de dados quantitativos: PIB e indicadores socioeconômicos – Bonfim

A análise associativa qualitativa referente aos dados quantitativos do município de Bonfim neste trabalho, corresponde aos seguintes indicadores: PIB e Renda Per Capita; PIB e IDH; PIB e IDHM; PIB e Coeficiente de Gini (Índice de Gini); PIB e Taxa de Desemprego; PIB e Expectativa de Vida; PIB e Escolaridade; PIB e Crescimento Vegetativo; PIB e Oferta de Serviços Públicos.

Desta forma, a primeira análise, versa sobre a relação entre o PIB e a Renda Per Capita deste município. Como visto anteriormente, o PIB representa a produção econômica total de um país, enquanto a renda Per Capita é a média da renda. Um aumento no PIB sugere geralmente um crescimento econômico mais amplo, podendo resultar em um aumento potencial da Renda Per Capita.

No entanto, a relação entre o PIB e a Renda Per Capita pode ser influenciada por fatores como: desigualdade de renda, distribuição de renda e o tamanho da população. É importante notar que, a renda Per Capita não fornece uma dimensão completa da distribuição de renda em um país.

Por outro lado, um alto PIB Per Capita não significa necessariamente que todos os indivíduos tenham uma alta renda, pois a desigualdade de renda pode resultar em disparidades significativas na distribuição de riqueza e poder de compra entre os cidadãos. Portanto, é necessário considerar outros indicadores econômicos e sociais para uma análise mais completa do desenvolvimento econômico e do bem-estar da população de um país ou de um município. Abaixo, pode-se observar uma tabela, que demonstra essa relação.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto e Renda Per Capita do Município de Bonfim: 1991 a 2020

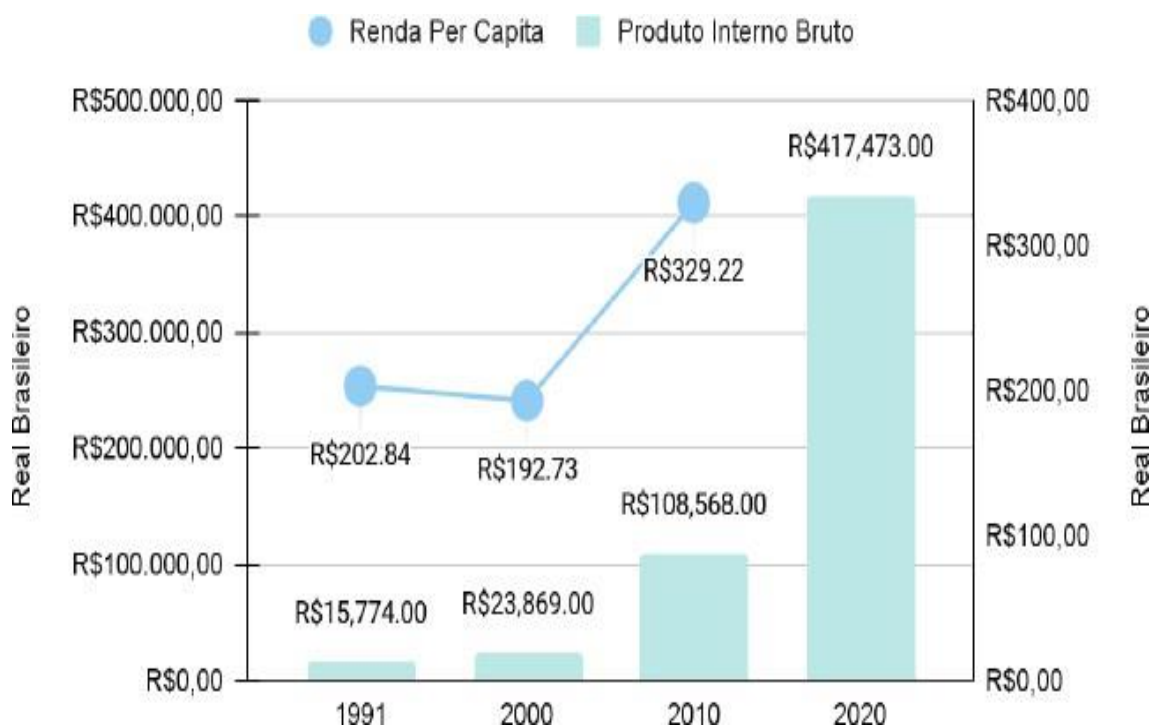
Município	Ano	PIB	Renda Per Capita (R\$)
Bonfim – RR	1991	15.774,00	202,84
	2000	23.869,00	192,73
	2010	108.568,00	329,22
	2020	417.473,00	

⁹²⁸ INFOSANBAS, *Políticas Públicas de Saneamento Básico – Bonfim*.

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹²⁹

A partir do exposto, pode-se perceber que na década de 1990 tanto o PIB quanto a renda Per Capita apresentaram valores positivos. Entretanto, as variáveis se desencontram no processo de desenvolvimento nos anos 2000, onde há uma considerável elevação do Produto Interno Bruto, mais precisamente, 51,32%. Já no caso da Renda Per Capita, o valor se apresenta em declínio de 4,98%, contrariando a lógica do PIB. Por sua vez, na década de 2010, apresentou-se uma acentuada curva de desenvolvimento, perceptível na tabela acima para ambas as variáveis. O gráfico abaixo apresenta os indicadores desta relação:

Gráfico 14 – Renda Per Capita e PIB em Real Brasileiro – Bonfim: 1991 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹³⁰

⁹²⁹ Dados recuperados do SIDRA-IBGE, referentes aos Censos realizados entre os anos de 1991, 2000, 2010 e 2020.

⁹³⁰ Dados recuperados do SIDRA-IBGE, referentes aos Censos realizados entre os anos de 1991, 2000, 2010 e 2020.

No tocante à relação entre o PIB e o IDH deste município, ressalta-se que esses indicadores estão ligados historicamente, com base na geração de processos de indicadores sociais, como apontado por Guimarães e Jannuzzi entre as décadas de 1950 e 1990.⁹³¹

Na continuidade do argumento apresentado pelos autores em tela, o Índice de Desenvolvimento Humano se estabeleceu como um indicador quantitativo eficaz para avaliar o nível de desenvolvimento da população. O IDH, foi designado pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento das Nações Unidas como um dos principais Indicadores de Segunda Geração e passou a ser considerado um representante abrangente para substituir o PIB Per Capita. Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publica anualmente os relatórios desses indicadores, abrangendo diversas dimensões do desenvolvimento humano.⁹³²

No que diz respeito à sua relação com o PIB, o IDH revela indicadores como: longevidade, expectativa de vida ao nascer, educação, analfabetismo e número de matrícula nos sistemas de ensino. Assim, é possível computar e restringir a possibilidade de erro no processamento de dados do PIB Per Capita. Nestes termos, o IDH se classifica da seguinte forma: IDH entre 0 e 0,499: considerado baixo, país subdesenvolvido; IDH entre 0,500 e 0,799: considerado médio, país em desenvolvimento; IDH entre 0,800 e 0,899: considerado alto, país em elevado desenvolvimento; IDH entre 0,900 e 1: considerado muito elevado, país desenvolvido.

Por outro lado, um PIB maior, pode contribuir para melhorias no IDH. O crescimento econômico sustentado pode fornecer recursos adicionais para investimentos em educação, saúde e infraestrutura, resultando em melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano. “Pode-se, no entanto, afirmar que a influência de Bonfim é significativa para Lethem (Guiana), tanto na área de saúde como na de educação, embora na área comercial a cidade guianense tenha mais influência.”⁹³³

Da mesma forma, um IDH mais alto também pode influenciar o PIB. Regiões com um IDH elevado tendem a ter uma mão de obra mais qualificada, saudável e produtiva. Esses fatores podem impulsionar a produtividade, a inovação e o crescimento econômico desses locais.

⁹³¹ GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.7, n.1, maio /2005, p. 74. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136/120>. Acesso em: 14 jan. 2024.

⁹³² GUIMARÃES; JANNUZZI, *IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas...*, p. 75.

⁹³³ SEPLAN-RR. *Estudos Temáticos do Diagnóstico Socioeconômico para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima (ZEE-RR)*, 2017, p. 35.

Nesse sentido, o IDH de Bonfim apresenta ao longo do período pesquisado nos dados censitários coletados e analisados uma evolução. Progressivamente, saindo de 0,340 em 1991, para 0,458 em 2000 e 0,626 em 2010.

Outrossim, os dados censitários dos anos de 1991, 2000 e 2010, demonstram uma relação de crescimento entre o Produto Interno Bruto e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Bonfim, como pode-se observar no quadro abaixo:

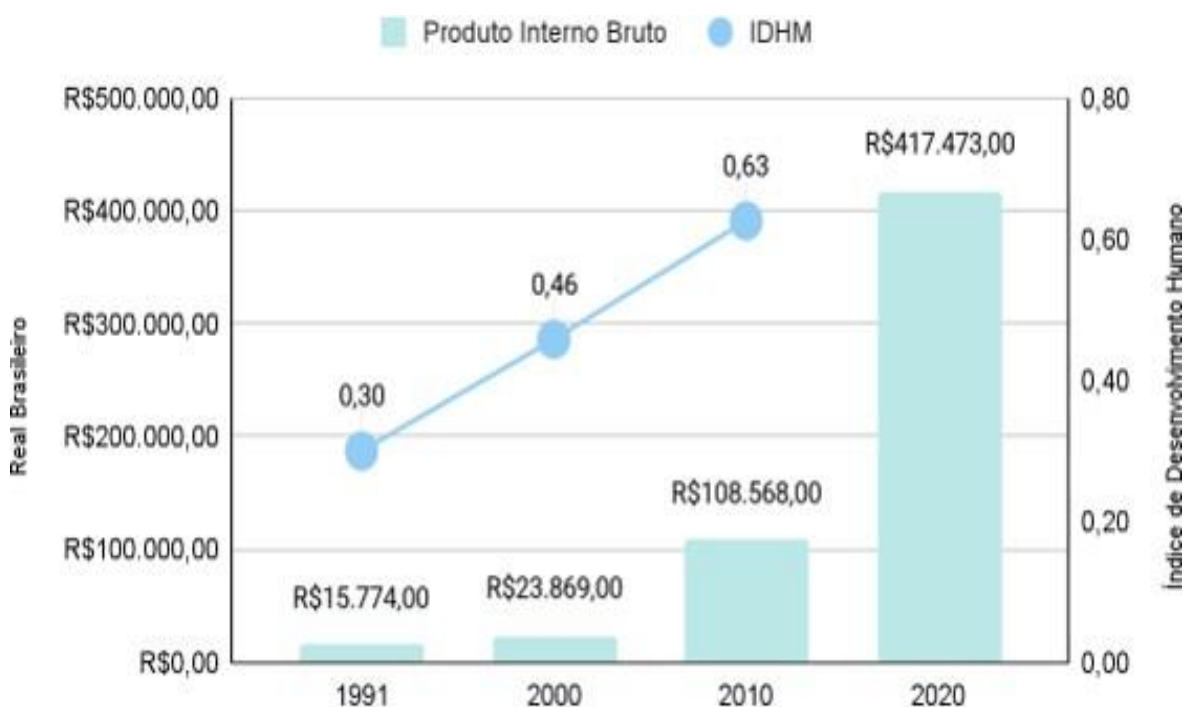
Quadro 16 - PIB e IDMH de Bonfim: 1991 a 2010

Município	Ano	PIB	IDHM
Bonfim	1991	R\$15.774,00	0,30
	2000	R\$23.869,00	0,46
	2010	R\$108.568,00	0,63

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹³⁴

Esses indicadores também podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 15 - PIB em Real Brasileiro e IDMH - Bonfim: 1991 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹³⁵

⁹³⁴ Com base nos dados censitários dos anos de 1991, 2000 e 2010.

⁹³⁵ Dados recuperados do SIDRA-IBGE, referentes aos Censos realizados entre os anos de 1991, 2000, 2010 e 2020.

Acrescendo-se o ano de 2020 a análise, é mister salientar, o notável crescimento do PIB do município de Bonfim entre os anos de 2010 e 2020, passando de R\$108.568,00 milhões para R\$417.473,00 milhões, representando um aumento de 284,46% durante o período.

Contudo, alguns indicadores específicos referentes ao IDMH de Bonfim nos chamaram a atenção, sobretudo, nos censos realizados entre os anos de 1991, 2000 e 2010. Trata-se de dados relacionados a uma visão geral do IDMH neste período, seguidos de indicadores de educação, longevidade e renda, representados no quadro abaixo:

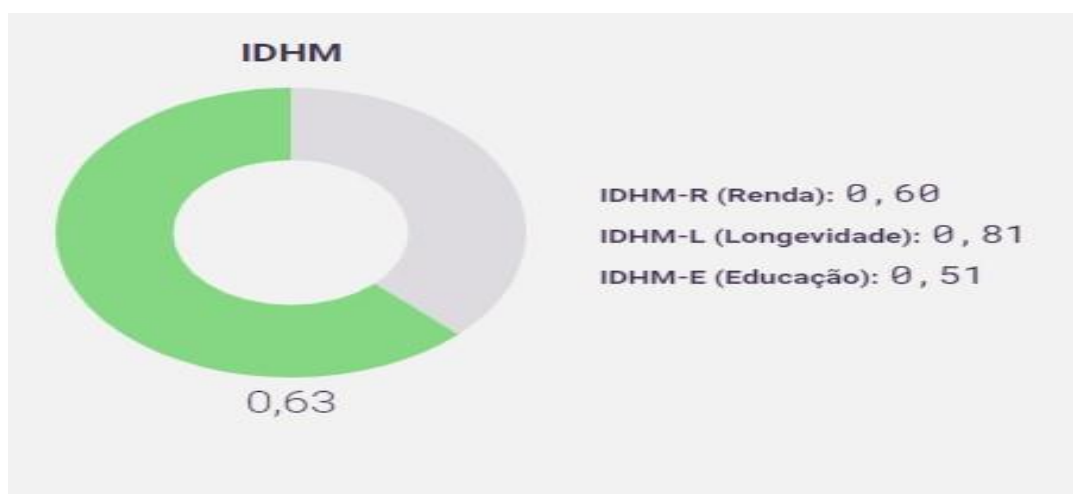
Quadro 17 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Bonfim: 1991 a 2010

Detalhamento	1991	2000	2010
IDHM (Geral)	0,340	0,458	0,626
IDHM-E (Educação)	0,128	0,269	0,509
IDHM-L (Longevidade)	0,591	0,698	0,809
IDHM-R (Renda)	0,520	0,511	0,597

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹³⁶

“A partir da média geométrica das três dimensões do IDHM (renda, longevidade e educação) é calculado o Índice de Desenvolvimento Humano do Município. O IDHM de Bonfim é 0,63, o que é considerado médio.”⁹³⁷ A imagem abaixo exemplifica este resultado, demonstrando também as métricas de renda, longevidade e educação.

Imagem 33 - IDMH de Bonfim: 2020



Fonte: Atlas Brasil, 2020.⁹³⁸

⁹³⁶ Com base nos dados do Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IBGE; SEPLAN-RR/CGEES.

⁹³⁷ ATLAS BRASIL. *IDMH do Município de Bonfim-RR, 2020*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/bonfim-rr/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

⁹³⁸ ATLAS BRASIL, *IDMH do Município de Bonfim-RR, 2020*.

O IDHM segue, conforme o IDH, a mesma medida de desenvolvimento proposta. Diante dos dados apresentados no quadro e na imagem acima, percebe-se que no período de 1991 e 2010, esses indicadores conferem a Bonfim uma classificação abaixo da média, ou seja, menor ou igual a 0,499. O PIB do município apresentou uma leve alteração, sendo justificável o baixo desempenho do IDHM. Somente em 2010, percebe-se um relevante índice de crescimento municipal, mostrando o município na categoria de desenvolvimento prevista entre 0,500 e 0,799.

É válido pontuar que, o município também apresentou um salto no que se refere ao Produto Interno Bruto. Esse crescimento pode ser justificado através desta relação entre os dois indicadores, resultando em crescimento econômico, medido pelo aumento do PIB, que por sua vez, pode contribuir para melhorias no IDHM, mas não necessariamente de forma direta.

Outrossim, a relação entre o Produto Interno Bruto e o Coeficiente de Gini, - que avalia a desigualdade de renda -, é discutida na literatura econômica. Embora não haja consenso absoluto, alguns estudos indicam uma associação entre essas variáveis.

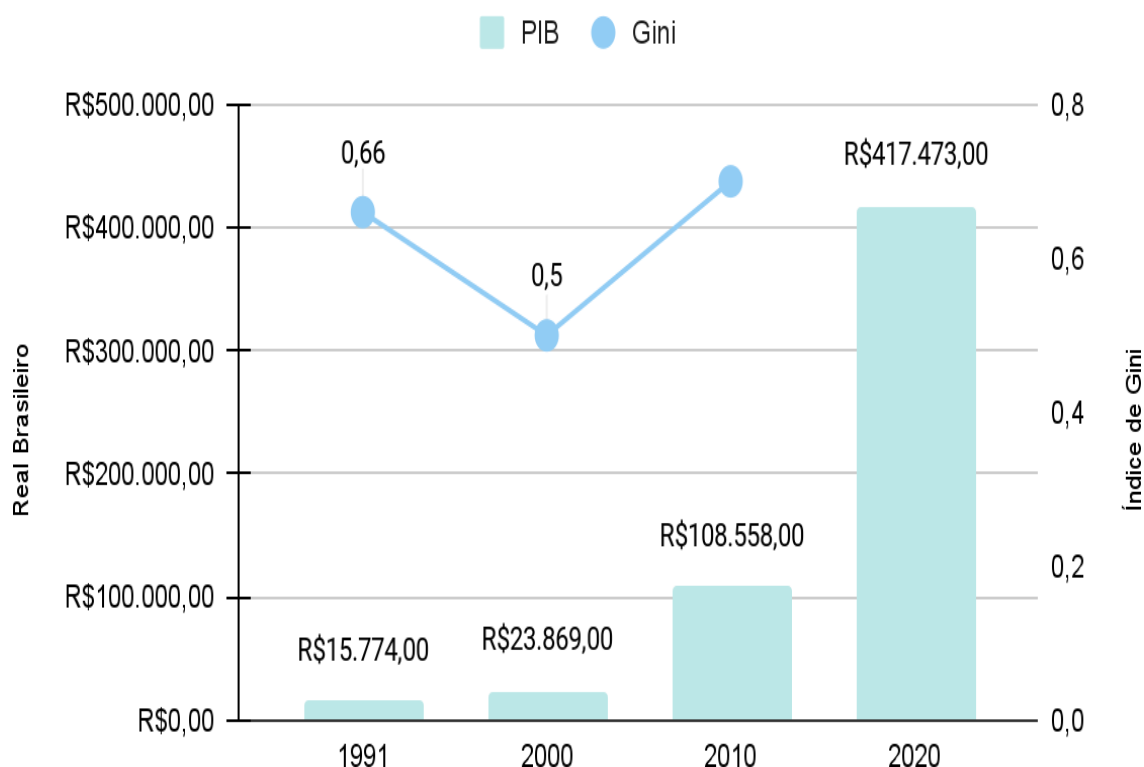
Por um lado, sugere-se que o crescimento econômico, - medido pelo aumento do PIB -, pode contribuir para a redução da desigualdade de renda. Isso ocorre, porque um PIB mais alto pode gerar mais empregos, impulsionar a demanda por trabalho, elevar salários e diminuir disparidades de renda.

Além disso, o crescimento econômico pode proporcionar recursos adicionais para investimentos em políticas sociais, como educação e saúde, melhorando o acesso a oportunidades e reduzindo desigualdades socioeconômicas.⁹³⁹

Ademais, a relação entre o PIB e a desigualdade de renda também pode ser influenciada por fatores como políticas fiscais, tributárias e trabalhistas. Essas políticas promovem uma redistribuição equitativa da renda, a partir de ações governamentais como impostos progressivos e programas de transferência de renda, que podem contrabalançar os efeitos negativos do crescimento econômico na desigualdade.

⁹³⁹ Um aumento no PIB geralmente fornece mais recursos para investimentos em educação, saúde e infraestrutura, o que pode impactar positivamente o IDHM. Portanto, se o PIB apresentou um alto índice de crescimento, houve um investimento positivo na estrutura do município que, por sua vez, mostrou um índice de desenvolvimento municipal maior no período supramencionado. Por outro lado, há argumentos contrários que enfatizam que o crescimento econômico pode aumentar a desigualdade de renda. Essa perspectiva sugere que o crescimento tende a favorecer os segmentos mais ricos da sociedade, aumentando a concentração de renda nas mãos dos ricos em detrimento das camadas mais pobres. Isso pode ocorrer devido à predominância de setores econômicos com baixa demanda por trabalho, que limitam a criação de empregos de qualidade e bem remunerados para a maioria da população.

Gráfico 16 - PIB em Real Brasileiro e Índice de Gini – Bonfim: 1991 a 2020



Fonte: elaborado pelo autor.⁹⁴⁰

A heterogeneidade dos resultados nos estudos sobre a relação entre PIB e Coeficiente de Gini no município de Bonfim destaca uma complexa interação. Contudo, é importante considerar o contexto específico de cada economia para uma análise mais ampla, pois isso demanda um estudo das características estruturais, institucionais e políticas, para entender como o crescimento econômico afeta a desigualdade de renda em um determinado local.

Adicionalmente, é válido ressaltar que, a relação entre o PIB e o Coeficiente de Gini é bidirecional, ou seja, a desigualdade de renda também pode influenciar o crescimento econômico. A desigualdade excessiva pode resultar em menor consumo e demanda agregada, limitando o potencial de crescimento a longo prazo.

Em suma, embora existam perspectivas divergentes sobre a relação entre PIB e Coeficiente de Gini em Bonfim, conforme os dados apresentados, é geralmente aceito o conceito que políticas econômicas e sociais adequadas, desempenham um papel fundamental na garantia do crescimento econômico, com resultados positivos para a sociedade, principalmente na redução da desigualdade de renda e da pobreza.

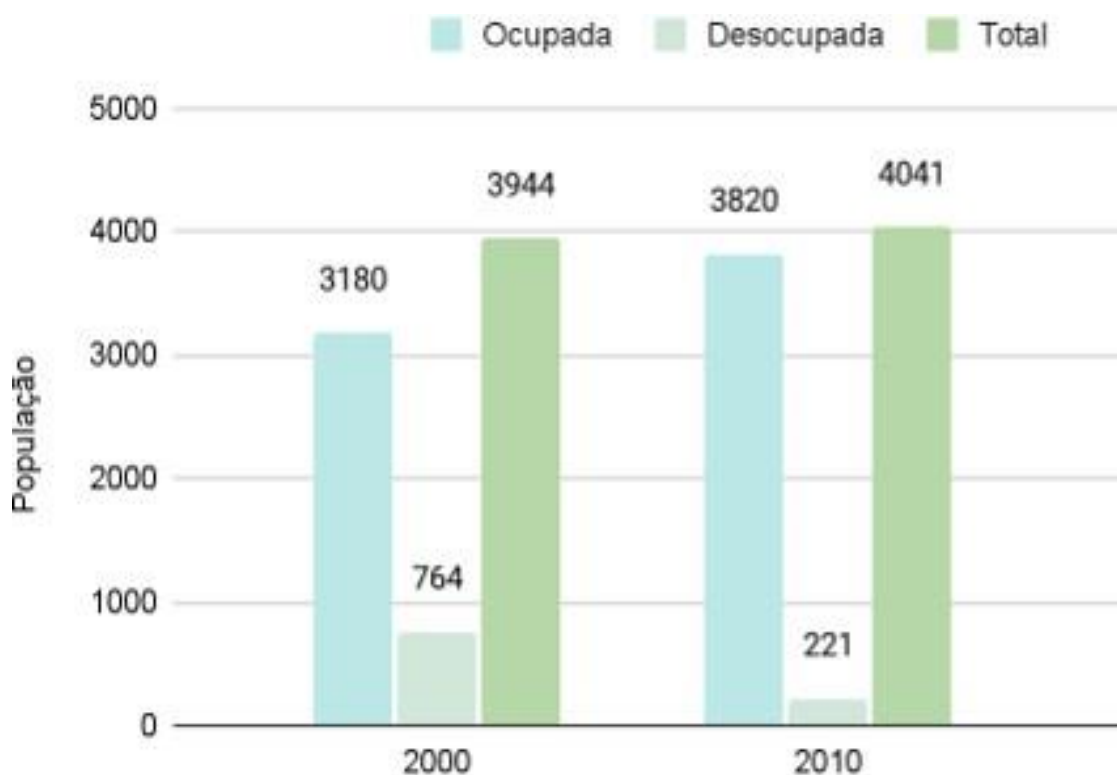
⁹⁴⁰ Recuperado do Sistema SIDRA-IBGE.

No tocante à questão entre o PIB e a Taxa de Desemprego em Bonfim, é indiscutível que há uma intrínseca relação, à medida que o número de pessoas empregadas no município, classificadas pelo IBGE como economicamente ativas, contribuem com base nas suas remunerações para o aumento do PIB local.

No que diz respeito especificamente ao desemprego, a nomenclatura utilizada para o indicador por parte do IBGE define-se enquanto “taxa de desemprego” ou “taxa de desocupação”, referentes às pessoas economicamente ativas. Os critérios de análise que fundamentam o desemprego, variam conforme o contexto de cada objeto de estudo. Muitas vezes, as causas do desemprego estão relacionadas às problemáticas externas ao mercado de trabalho.

Abaixo, pode-se observar, um gráfico que demonstra, com base nos censos realizados entre os anos de 2000 e 2010, a população economicamente ativa em Bonfim.

Gráfico 17 – População economicamente ativa - Bonfim: 2000 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁴¹

Por outro lado, no ano de 2021, neste município, o salário médio mensal foi equivalente a 1,8 salários mínimos, com uma taxa de ocupação de 7,61% da população. Em comparação

⁹⁴¹ Com base nos Censos Demográficos realizados pelo IBGE e SEPLAN-RR/CGEES.

com outros municípios de Roraima, estava bem colocado, em relação ao salário médio e à taxa de ocupação. Ao ser comparado nacionalmente, figurava nas posições 3288 e 4551, respectivamente, como apontado pelos indicadores populacionais divulgados pelo IBGE em 2022, como se pode conferir abaixo:

Em 2021, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7,61%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 6 de 15 e 5 de 15, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3288 de 5570 e 4551 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47,7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 9 de 15 dentre as cidades do estado e na posição 1779 de 5570 dentre as cidades do Brasil.⁹⁴²

No âmbito do município de Bonfim, a partir de 1991, os censos realizados pelo IBGE trouxeram à luz indicadores importantes que têm uma relação direta, como o PIB e a Expectativa de Vida. O processamento e análise destes dados contribui para o crescimento econômico local e está diretamente relacionado ao desenvolvimento na melhoria de diversos índices sociais, como saúde e educação.

O aumento da expectativa de vida acompanhou a tendência nacional, com isso, o poder público pode estabelecer ações que visam a garantia dos direitos básicos previstos na Constituição de 1988, como o combate ao analfabetismo e o acesso à educação, assim como planeja os gastos públicos com saúde, com o fornecimento de assistência médica, além de ações voltadas para o saneamento básico e outros serviços recorrentes para atender à população.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto e Longevidade da população do município de Bonfim: 1991, 2000 e 2010

Município	Ano	PIB	Longevidade
Bonfim-RR	1991	R\$ 15.774,00	591
	2000	R\$ 23.869,00	698
	2010	R\$ 108.568,00	809

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁴³

⁹⁴² IBGE. *Dados populacionais do município de Bonfim-RR, 2022*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2024.

⁹⁴³ Com base nos dados recuperados do Sistema SIDRA/IBGE, a partir dos Censos realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Os números indicam um aumento constante a cada Censo realizado. Os dados divulgados pelo IBGE em 2022 em relação ao PIB de Bonfim são de R\$ 417.473,00 milhões. Em comparação com o resultado de 1991, houve um aumento de 2542,24%.

Uma pessoa nascida no Brasil em 2022 tinha expectativa de viver, em média, até os 75,5 anos. Para os homens, esta expectativa era de 72,0 anos e para as mulheres, de 79,0 anos. Estimativas indicam que a esperança de vida caiu de 76,2 anos em 2019 para 74,8 anos em 2020 e para 72,8 anos em 2021.⁹⁴⁴

Contudo, “[...] a queda desse indicador refletiu o aumento das mortes relacionado à pandemia de COVID-19”.⁹⁴⁵ No quadro abaixo, pode-se observar uma comparação entre os dados de Bonfim (nascidos vivos e mortalidade) e os nacionais (expectativa de vida ao nascer), entre os anos de 2010 e 2022.

Quadro 18 - Nascidos Vivos e Mortalidade em Bonfim – Expectativa de Vida ao nascer no Brasil: 2010-2022

Nascidos Vivos e Mortalidade - Bonfim-RR				
Detalhamento		2010	2020	2022
Nascidos vivos por sexo	Homem	130	183	179
	Mulher	111	159	182
	Total	241	342	361
Mortalidade geral	Mortalidade	40	81	71
	Coeficiente (por 1.000 hab.)	3,7	6,5	5,6
Mortalidade infantil	Mortalidade (Óbitos de crianças com menos de 1 ano idade)	6	13	6
	Coeficiente (por 1.000 nascidos vivos)	24,9	38,0	16,6
Expectativa de vida ao nascer no Brasil: 2010-2022				
Ano	Homem	Mulher	Média total entre homens e mulheres	Diferencial entre os sexos (anos)
2010	70,2	77,6	73,9	7,4

⁹⁴⁴ AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>. Acesso em: 16 jan. 2024.

⁹⁴⁵ AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, *Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos...*, 2024.

2022	72,0	79,0	75,5	7,0

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁴⁶

Ao analisar os dados da tabela, depreende-se que o número total de nascidos vivos em Bonfim aumentou significativamente ao longo do período, passando de 241 em 2010 para 361 em 2022. Tanto para homens quanto para mulheres, houve um aumento constante.

Já o número total de óbitos do município (mortalidade geral) teve um aumento de 40 em 2010 para 71 em 2022, mas o coeficiente de mortalidade por 1.000 habitantes passou de 3,7 para 5,6 no mesmo período. No tocante à mortalidade infantil, embora o número absoluto de óbitos de crianças com menos de 1 ano tenha variado, o coeficiente de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos diminuiu de 24,9 em 2010 para 16,6 em 2022.

No Brasil, a expectativa de vida ao nascer para ambos os sexos aumentou de 73,9 anos em 2010 para 75,5 anos em 2022. Tanto homens quanto mulheres experimentaram esse aumento. O diferencial entre os sexos diminuiu ligeiramente de 7,4 anos em 2010 para 7,0 anos em 2022. Isso sugere que, ao longo do tempo, houve uma redução na discrepância na expectativa de vida entre homens e mulheres.

Já em Bonfim, o crescimento na população é evidenciado pelo aumento nos nascidos vivos. A diminuição nos coeficientes de mortalidade indica melhorias nas condições de saúde. A redução significativa na mortalidade infantil no ano de 2022, é uma indicação positiva do progresso nas condições de saúde e cuidados para as crianças da região, assim como o aumento na expectativa de vida.⁹⁴⁷

Partindo da análise da relação entre o desenvolvimento econômico e a educação (PIB e Escolaridade), essa mescla pode contribuir para o aumento da capacidade e da força trabalho através do conhecimento tanto básico quanto das novas tecnologias, com o aumento da produtividade e do desenvolvimento econômico e social através do emprego e da melhoria de renda. Ressalta-se que os municípios têm um papel fundamental no âmbito educacional, como veremos abaixo:

Gastos com educação possuem maior contribuição para melhorar a alocação de recursos e corrigir algumas falhas de mercado na provisão de serviço, sendo estes geralmente considerados mais promotores de crescimento do que outros tipos de gasto. No âmbito de atuação do poder público o município é o que tem maior peso na provisão da educação fundamental, entretanto a limitação de recursos desse ente governamental obriga os gestores a buscarem uma alternativa de gastar melhor em educação, em vez de gastar mais. Essa

⁹⁴⁶ Com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Saúde de Roraima e da Agencia IBGE Notícias em 2022.

⁹⁴⁷ É importante reconhecer que o PIB é apenas um fator entre muitos que influenciam a expectativa de vida. Outros determinantes, como políticas de saúde eficazes, acesso equitativo aos serviços de saúde, hábitos de vida saudáveis, fatores genéticos, ambiente social e cultural, também desempenham papéis importantes.

necessidade foi uma das justificativas para o processo de descentralização fiscal e administrativa do sistema educacional público iniciado com a Constituição Federal de 1988 [...].⁹⁴⁸

Na sequência, pode-se observar uma tabela com o número de matrículas, professores e escolas por nível e modalidade de ensino no município de Bonfim.

Tabela 4 - Número de Matrículas, Professores e Escolas por Nível e Modalidade de Ensino: Bonfim

	2000	2010	2020	2022
Educação Infantil	537	466	805	790
Ensino Fundamental	1.942	2.867	3.733	3.751
Ensino Médio	91	404	628	719
Ed. Jovens e Adultos	113	354	247	231
Educação Especial	0	11	75	83
Ed. Profissional	0	0	98	98
Total				
Total de matrículas	2.683	4.102	5.586	5.695
Total de professores	144	213	362	346
Total de escolas	33	34	38	41

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁴⁹

Considerando o aumento do PIB no município de Bonfim a partir das décadas de 1991 (R\$ 15.774,00), 2000 (R\$ 23.869,00), 2010 (R\$ 108.568,00) e 2020 (R\$ 417.473,00) e relacionando-o com os indicadores educacionais da tabela acima, pode-se inferir que, além do crescimento econômico no período que potencializou a economia local, também se observou que o número de matrículas, professores e escolas, também cresceu ao longo dos anos, indicando um aumento no acesso à educação na região.

Por outro lado, o aumento nas matrículas em todos os níveis educacionais (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial

⁹⁴⁸ SILVA, Evaldo José da; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. *A Influência da Escolaridade da População na Riqueza dos Municípios Brasileiros*. Anais do XII Congresso de Ciências Contábeis UFPE, 2018, pp. 6-7. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/SUCC/article/view/237118/30195>. Acesso em: 17 jan. 2024.

⁹⁴⁹ Com base nas informações da Gerência de Avaliação e Informações Educacionais de Roraima até o ano de 2009 e da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima, de 2010 até 2022.

e Educação Profissional), sugere um investimento contínuo do município na educação de diferentes faixas etárias.

Nota-se, que, o maior crescimento neste período ocorreu nas matrículas nos níveis de Ensino Fundamental e Médio, indicando um possível aumento na cobertura educacional para as camadas mais jovens da população. Observou-se que a presença de matrículas na Educação Profissional em 2020 e 2022 sugere um esforço para preparar a população para o mercado de trabalho, alinhando-se ao crescimento do PIB.

Já a associação entre o PIB e o crescimento vegetativo⁹⁵⁰ deste município, possui uma relação de influência mútua, embora essa relação seja complexa e esteja sujeita a uma variedade de fatores e contextos específicos.

É importante notar que, essas influências não são lineares e podem ser afetadas por uma série de fatores contextuais, como políticas governamentais, estrutura demográfica, cultura e outros determinantes sociais e econômicos. Portanto, a relação entre o PIB e o crescimento vegetativo pode variar ao longo do tempo, seja neste município ou em outra região, conforme os fatores elencados.

A população de Bonfim aumentou de 9.478 em 1991 para 13.897 em 2020. Esse crescimento populacional pode estar relacionado há fatores que impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico local, principalmente com o crescimento que houve na migração e na taxa de natalidade no período.

Os números do PIB e do crescimento vegetativo local, evidenciam um rápido crescimento nesses indicadores, proporcionando desafios, como a necessidade de melhorias na infraestrutura, nos serviços sociais e no planejamento urbano. Ao mesmo tempo, esse horizonte oferece oportunidades para investimentos em educação, saúde e nos setores de serviços, além de impulsionar a agricultura familiar.

Nota-se, que, essa relação de aumento nesses indicadores, impactou positivamente a economia local, mas, por outro lado, evidenciou a necessidade da melhora na oferta à população dos principais serviços públicos, como saúde e educação.

⁹⁵⁰ Ademais, o crescimento vegetativo é indicado por uma taxa de natalidade superior à taxa de mortalidade, ele exerce uma influência significativa sobre o Produto Interno Bruto local. Esse fenômeno gera um aumento na população, impulsionando a demanda interna por diversos bens e serviços. A crescente população em idade de trabalho contribui para uma força laboral expandida, fomentando a produção econômica e, por conseguinte, contribuindo para o crescimento do PIB. Além disso, o aumento na demanda por habitação, alimentos, educação e serviços de saúde, proveniente do crescimento vegetativo, estimula investimentos em diversos setores da economia, fortalecendo ainda mais esta atividade.

Essa relação entre o PIB e a oferta de serviços públicos no município, varia conforme alguns fatores, como a arrecadação de impostos, taxas de serviços e investimentos em obras em ano eleitoral. Quando há um déficit na arrecadação, geralmente se freiam os investimentos, visando garantir a saúde financeira do município.

Outros fatores também contribuíram para o aumento do PIB e da arrecadação local, que culminaram em investimentos em infraestrutura e melhora na oferta e prestação de serviços. Um exemplo disso, pode ser observado na divisão feita em 2022 pelo Governo do Estado no ICMS para os municípios, onde Bonfim se encontra em primeiro lugar, segundo dados divulgados pela Secretaria da Fazenda-RR e publicados no Jornal Folha de Boa Vista.

Dos 15 municípios de Roraima, Bonfim foi o que apresentou o maior crescimento, em índice percentual, no rateio de recursos do ICMS, que serão distribuídos em 2023. Já são quatro anos consecutivos em que o Município se destaca e cresce na distribuição dos 25% da receita total arrecadada com o tributo no Estado. De acordo com índices para repartição do ICMS em 2023, divulgados pelo Governo de Roraima, na diferença do valor adicionado de 2021, o melhor índice entre os municípios é o de Bonfim, com 0,16%, ultrapassando até mesmo a capital Boa Vista.⁹⁵¹

Um dos serviços públicos ofertados que melhorou muito no município na última década foi sem dúvida o abastecimento de água. Nas duas tabelas e no gráfico a seguir, pode-se perceber a evolução na prestação desse serviço.

Tabela 5 - Abastecimento de Água em Bonfim - 2010 a 2020

Detalhamento	2010	2020
População Total	10.943	12.557
População Abastecida	3.674	6.508
Total de Ligações	1.014	1.458
Ligações Medidas	143	456
Extensão da rede por km	24,9	32,4
Capacidade de reserva (litros).	0	190.000
Poços tubulares	0	18

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁵²

⁹⁵¹ FOLHA BV. *Índices de rateio do ICMS mostra Bonfim em primeiro lugar*, 2022. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/economia/indices-de-rateio-do-icms-mostra-bonfim-em-primeiro-lugar/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

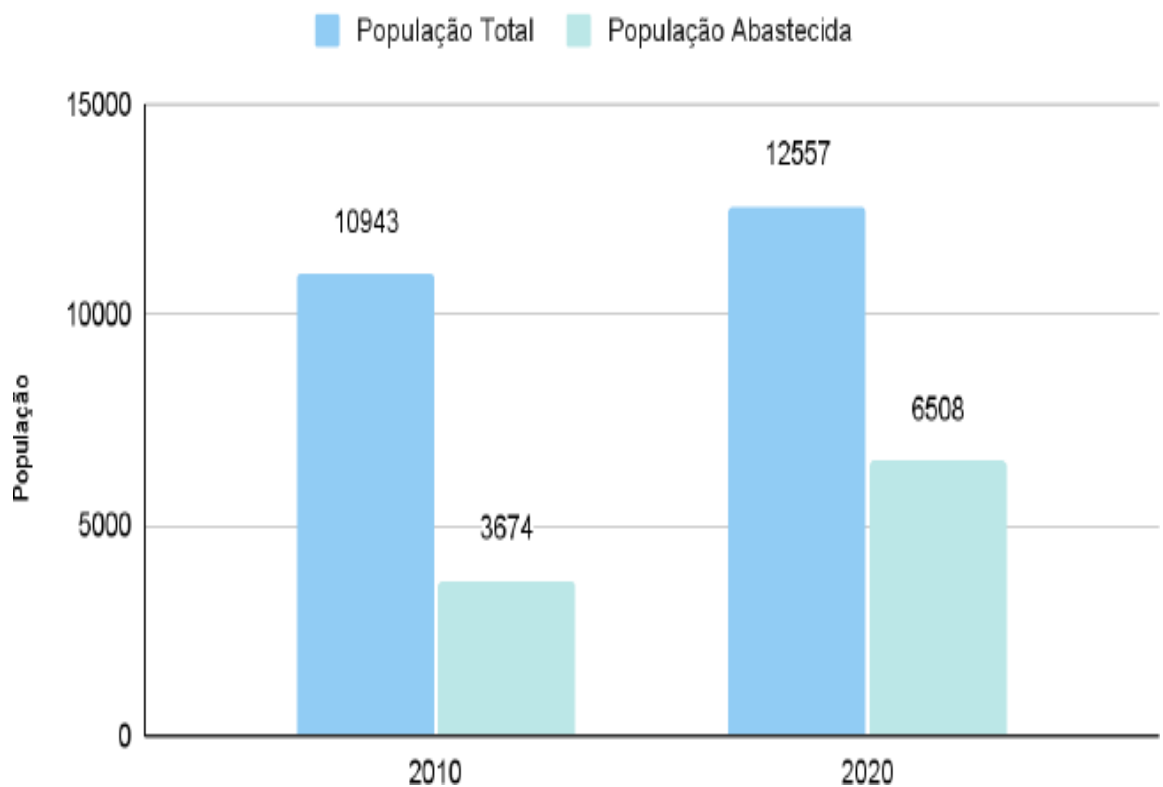
⁹⁵² Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER.

Tabela 6 - Volume de água faturado em Bonfim - 2010 a 2020

Tipo de classe em m ³	2010	2020
Residencial	122.797	191.925
Comercial	3.700	5.110
Industrial	0	336
Público	14.895	14.939

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁵³

Gráfico 18 - Abastecimento populacional de água em Bonfim - 2010 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁵⁴

Após analisar os dados apresentados, verificou-se que o aumento populacional no período impactou o abastecimento de água no município, com o poder público tendo que aumentar a oferta. Para tanto, foi necessário a extensão da rede de abastecimento, que aumentou de 24,9 km em 2010 para 32,4 km em 2020.

⁹⁵³ Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER.

⁹⁵⁴ Com base no Sistema SIDRA-IBGE.

Consequentemente, houve também um aumento no número de ligações medidas, que aumentou de 143 para 456 no mesmo período. Outrossim, a capacidade de reserva aumentou significativamente de 0 litros em 2010 para 190.000 litros em 2020, indicando a potencialização na oferta do serviço à população.

Notou-se, também, que houve um grande aumento na instalação de poços tubulares, esse fato evidenciou a estratégia da gestão municipal em ampliar a oferta do serviço, devido ao aumento da demanda no período, sobretudo no setor residencial.

Os dados analisados, sugerem um aumento da estrutura do abastecimento de água no município, principalmente a partir do aumento populacional do período, assim como a criação de medidas que visaram garantir a segurança hídrica e a melhoria no controle do consumo. Além disso, a oferta e a melhora de outros serviços ganharam destaque no mesmo período, como a coleta de lixo, ampliação da rede elétrica e de esgoto.

Relacionando isso ao crescimento do PIB no município, podemos inferir que o desenvolvimento da infraestrutura básica e a melhoria dos serviços públicos criaram condições propícias para o crescimento econômico. O aumento da oferta de água, a coleta eficiente de resíduos e a disponibilidade de eletricidade são fatores que impulsionaram diversos setores da economia, como agricultura, comércio, indústria e serviços.

4.2 Contextualização Territorial: Pacaraima

O município de Pacaraima foi emancipado por meio da lei n.º 96, de 17 de outubro de 1995, desmembrado naquele ano da cidade de Boa Vista. Esse fato está ligado ao processo de demarcação fronteira com a Venezuela, realizado pelo Exército Brasileiro, já que o município faz fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén, localizada no Estado de Bolívar.⁹⁵⁵

Sua origem rememora o entorno da Vila Pacaraima e, posteriormente, o marco BV-8, porta de entrada do Brasil a partir da Venezuela.⁹⁵⁶ Sua abrangência territorial se encontra 90% na Reserva Indígena de São Marcos e na Raposa Serra do Sol, contudo, após a sua emancipação, sua instalação só ocorreu em meados de 1997, depois da primeira eleição municipal.⁹⁵⁷

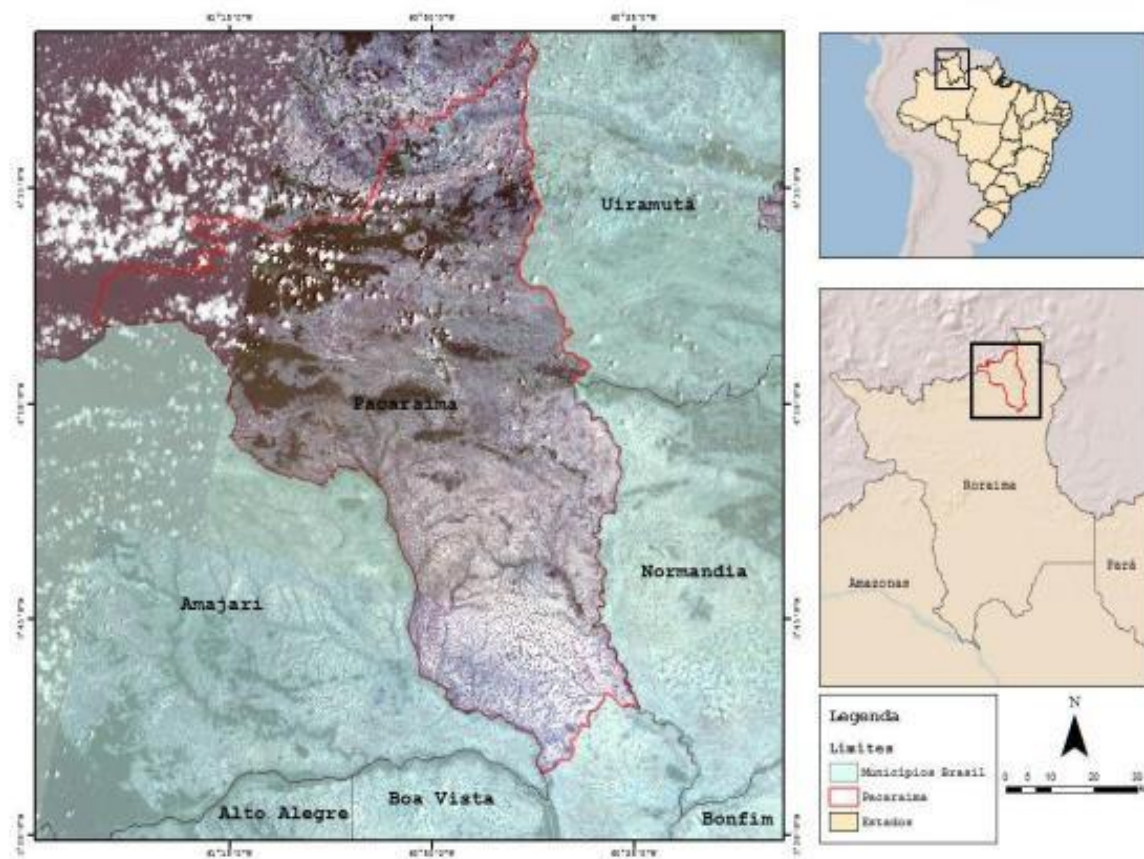
⁹⁵⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE PACARAIMA. *A história do município de Pacaraima*. Disponível em: <https://www.pacaraima.r.r.leg.br/institucional/historia/a-historia-do-municipio-de-pacaraima>. Acesso em: 18 jan. 2024.

⁹⁵⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE PACARAIMA. *A história do município de Pacaraima*, 2024.

⁹⁵⁷ NETO, Pedro Fernandes. *A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/ Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/ Lethem (Guiana)*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005, p. 4819 –

Segundo dados divulgados pelo Censo realizado pelo IBGE em 2022, o município tem 19.305 pessoas, com uma Densidade demográfica de 2,41 habitante por quilômetro quadrado.⁹⁵⁸

Imagem 34 – Mapa de localização do Município de Pacaraima



Fonte: Aranha (2015, p. 15).⁹⁵⁹

Encontra-se instalado no município o 3.º Pelotão Especial de Fronteira, que para além das suas atribuições de defesa do espaço fronteiriço, também faz o ordenamento da fronteira com a Venezuela, principalmente, devido ao aumento do fluxo migratório, em decorrência da crise humanitária que passa o país vizinho, sendo este pelotão, um Braço Forte da Operação Acolhida.

Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrr.br/wp-content/uploads/12.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

⁹⁵⁸ IBGE. *Dados populacionais do município de Pacaraima-RR, 2022*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 18 jan. 2024.

⁹⁵⁹ ARANHA, Ricardo Eller. *Análise de Curvas Fenológicas obtidas a partir de Séries Temporais NDVI-MODIS em escalas Interanuais e Intra-anuais no Município de Pacaraima, Roraima*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia, 2015, p. 15.

4.2.1 Indicadores Demográficos do Município de Pacaraima: Produto Interno Bruto (PIB), Renda Per Capita, IDH e IDHM, Coeficiente de Gini, Taxa de Desemprego, Expectativa de Vida, Escolaridade, Crescimento Vegetativo, Oferta de Serviços Públicos

Com base nos dados do IBGE do final da década de 1990 até meados de 2020, apresentados no gráfico abaixo, observa-se uma notável trajetória de crescimento exponencial do PIB do município de Pacaraima. Este desenvolvimento alcançou seu auge em 2020, evidenciando resultados positivos desde o estabelecimento da jurisdição municipal, mesmo sendo uma localidade jovem. Com exceção de uma leve queda no início dos anos 2000, quando a cidade experimentou uma redução nos índices do PIB, houve uma retomada consistente de crescimento, elevando-o gradualmente a um patamar destacado. Em 2020, o PIB atingiu a marca de R\$ 261.537,00, consolidando a expressiva trajetória de desenvolvimento econômico deste município.

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 16.366,22. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 14 de 15 entre os municípios do estado e na 3561 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 95,7%, o que o colocava na posição 3 de 15 entre os municípios do estado e na 646 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 24.752,42 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 21.902,96 (x1000). Isso deixa o município nas posições 9 e 9 de 15 entre os municípios do estado e na 3468 e 3469 de 5570 entre todos os municípios.⁹⁶⁰

Gráfico 19 – Evolução do PIB do município de Pacaraima a preços correntes: 1991 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁶¹

⁹⁶⁰ IBGE. *Dados econômicos do município de Pacaraima-RR: PIB Per Capita, 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 21 jan. 2024.

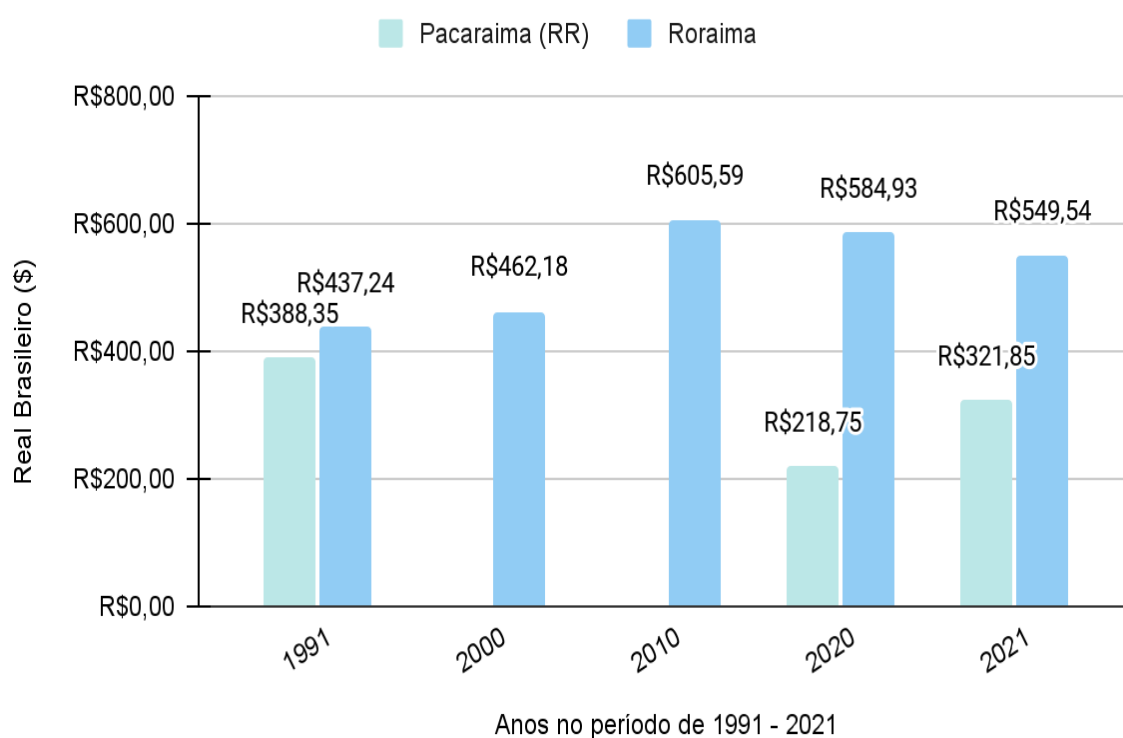
⁹⁶¹ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Segundo registros institucionais da Prefeitura de Pacaraima referentes a 2019, destaca-se que a economia do município tem no setor terciário sua principal fonte de arrecadação. O comércio e o setor público emergem como âncoras fundamentais na geração de emprego e renda na região, alinhando-se à trajetória de crescimento exponencial do PIB, evidenciada nos dados do IBGE. Essa predominância do setor terciário também se reflete no PIB Per Capita municipal, conforme apresentado acima, correspondente ao ano de 2021, consolidando a posição de destaque do município no cenário econômico local.

No gráfico a seguir, pode-se observar uma comparação entre a Renda Per Capita de Boa Vista e Pacaraima, entre os anos de 1991 e 2021.

Gráfico 20 – Comparativo entre a Renda Per Capita de Boa Vista e Pacaraima: 1991 a 2021

Renda Per Capita - Pacaraima (RR) e Roraima - Censo (1991 - 2010) e PNAD (2020 - 2021)



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁶²

A análise da renda per capita média em Pacaraima, abordada no contexto desta pesquisa, retrata uma evolução ao longo das décadas estudadas. Em 1990, observou-se uma concentração média de renda per capita de R\$ 218,75. Esse valor registrou um incremento para R\$ 321,85

⁹⁶² Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 21 jan. 2021.

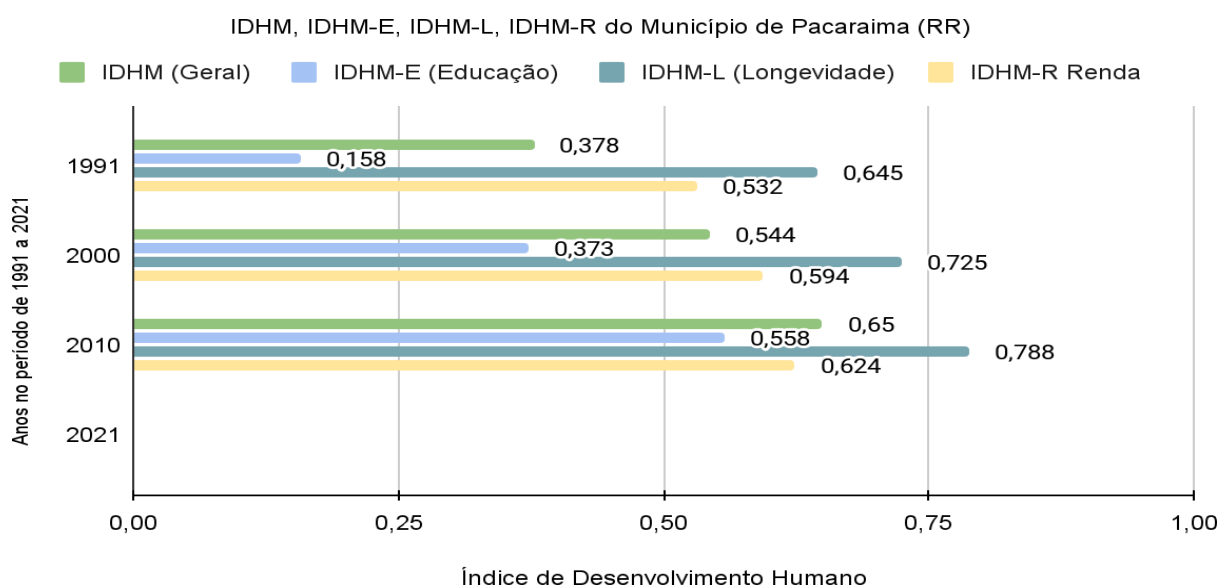
no ano 2000, refletindo um crescimento de 10,31% em relação ao período anterior. No ano de 2010, o patamar médio da renda per capita alcançou o valor de R\$ 388,35.

A taxa média anual de crescimento se apresentou como um indicador fundamental dessas mudanças econômicas. Entre os anos de 1991 e 2000, essa taxa atingiu 10,31%, destacando uma fase de crescimento acelerado. Posteriormente, no período compreendido entre 2000 e 2010, a taxa média anual de crescimento situou-se em 6,6%. Esses dados não apenas ilustram as transformações na renda per capita ao longo do tempo, mas também fornecem percepções relevantes para a compreensão dos padrões econômicos e tendências de desenvolvimento observados em Pacaraima.

O IDH deste município apresentou um aumento nos intervalos dos censos realizados entre os anos de 1991 e 2010, com aproximadamente 43,9% entre 1991 e 2000 e cerca de 19,5% entre 2000 e 2010.⁹⁶³

Já em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, de acordo com informações extraídas do SIDRA, este índice foi estimado em Pacaraima a partir das dimensões Renda, Educação e Longevidade, atribuindo a esses indicadores pesos equivalentes. No ano de 2010, o IDHM do município registrou o valor de 0,71, como exemplificado no gráfico abaixo:

Gráfico 21 - IDHM detalhado do município de Pacaraima: 1991 a 2010



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁶⁴

⁹⁶³ PNUD/2010.

⁹⁶⁴ Com base nos dados do SIDRA/IBGE.

Analisando a evolução do IDHM municipal ao longo do tempo, é possível constatar que, em 1991, o índice situava-se em 0,378. No entanto, ao transcorrer do período até 2010, houve uma notável elevação desse índice, superando inclusive a marca do Estado, alcançando o patamar de 0,65. Essa progressão coloca o município na faixa de Desenvolvimento Médio, com um IDHM situado entre 0,550 e 0,699, ressaltando, assim, um avanço substancial na qualidade de vida e nos indicadores socioeconômicos.

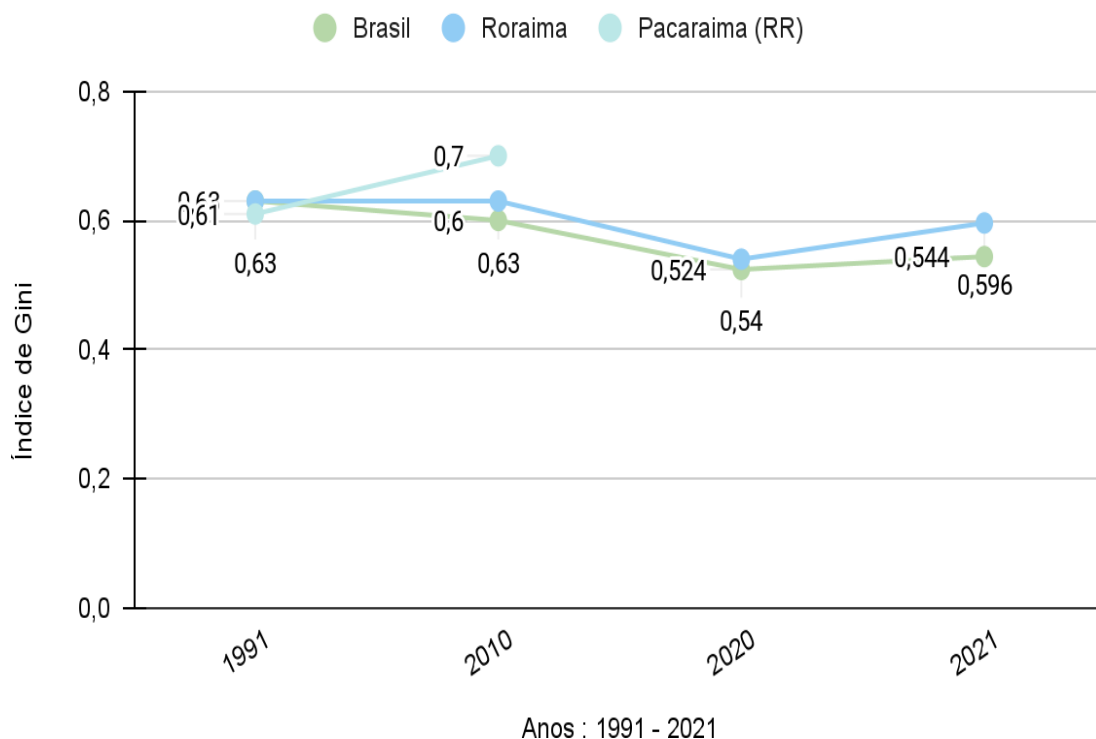
A análise da evolução cronológica dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal no período de 1991 a 2010 revela um cenário de contínuo progresso. Ao longo desses anos, o município evidenciou consistentes avanços em todos os índices considerados, culminando em índices de desenvolvimento mais elevados no ano de 2010. Essa trajetória ascendente destaca a melhoria progressiva nos indicadores socioeconômicos e na qualidade de vida, alinhando-se ao avanço substancial já observado na análise do IDHM municipal ao longo do tempo.

Em relação ao Coeficiente de Gini do município, realizou-se uma projeção comparativa entre Roraima e Pacaraima. Tornou-se perceptível, uma estabilidade no coeficiente do município em relação ao intervalo de tempo que abrange os anos de 1990 a 2000, mantendo-se em 0,61.

A partir deste ponto, ocorreu um aumento de dois pontos no índice, denotando um desenvolvimento que se manifestou após um período de relativa estagnação. Esse padrão evidenciou uma mudança significativa na trajetória de desenvolvimento de Pacaraima, caracterizada pela transição de uma fase de constância para uma fase de progresso. Quando comparado aos índices nacionais e estaduais, Pacaraima demonstrou valores superiores, atingindo um índice de 0,7, como apontam os dados do gráfico abaixo:

Gráfico 22 – Coeficiente de Gini do Município e Pacaraima: 1991 a 2021

Gini - Brasil, Roraima, Pacaraima

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁶⁵

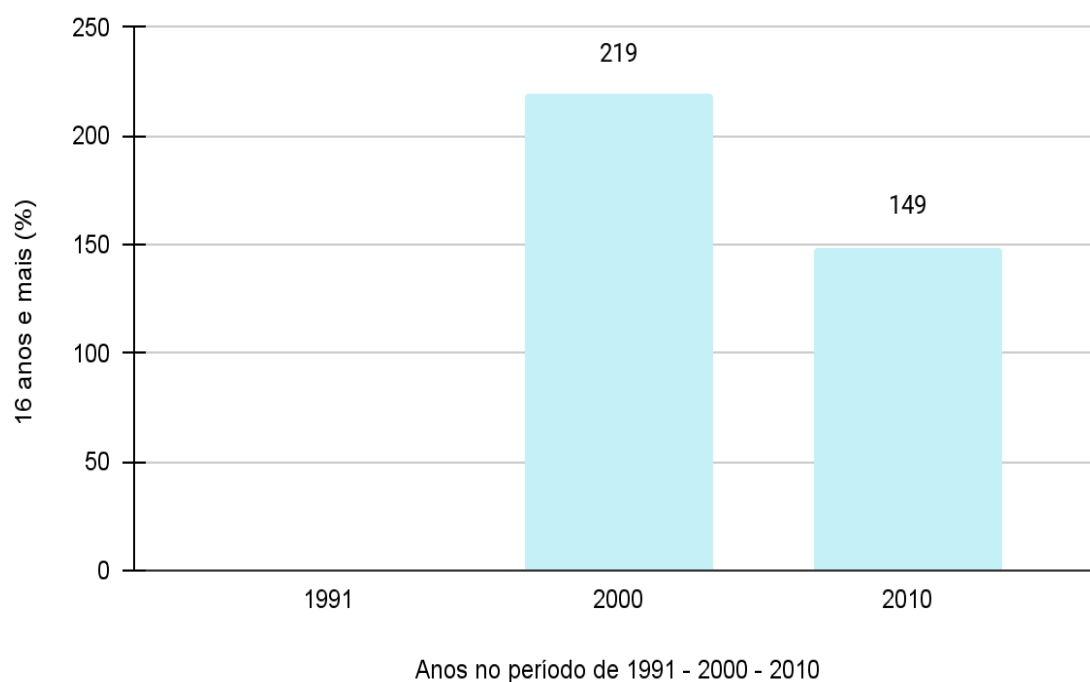
A partir do ano 2000, Pacaraima passou a dispor de registros relacionados às taxas de desemprego. No ano de 2010, na análise subsequente, foi possível constatar uma taxa de desemprego consideravelmente inferior quando comparada ao período antecedente.

Essa diminuição é notável, principalmente quando comparada ao ano de 2000, que registrou a mais elevada taxa dentre os períodos sob análise. Esse panorama denota um desenvolvimento positivo em relação às dinâmicas do mercado de trabalho local, tornando-se um elemento relevante para a compreensão das oscilações socioeconômicas em Pacaraima.

⁹⁶⁵ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Gráfico 23 - Taxa de Desemprego em Pacaraima: 2000 a 2010

Taxa de desemprego - Pacaraima (RR)

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁶⁶

No quadro a seguir, apresenta-se a evolução progressiva das variáveis relacionadas às taxas de desemprego e ocupação para indivíduos com 16 anos ou mais:

Quadro 19 – Evolução progressiva das taxas de desemprego e ocupação no município de Pacaraima e no Estado de Roraima

Unidade Federativa e Município	Taxa de Desemprego de 16 anos ou mais - Taxa de Ocupação de 16 anos ou mais					
	Ano					
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Pacaraima	-	8,58	4,66	-	219	149
Roraima	9,64	14,28	7,51	6.189	18.744	14.134

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁶⁷

Ao analisar os dados do quadro acima, emergem alguns padrões significativos. Em relação à taxa de desemprego em Pacaraima, observou-se uma redução considerável ao longo

⁹⁶⁶ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 21 jan. 2024.

⁹⁶⁷ Com base nos Censos realizados pelo IBGE, entre os anos de 1991, 2000 e 2010.

do tempo. Em 2000, a taxa era de 8,58, caindo para 4,66 em 2010. Esse declínio sugere uma tendência positiva na empregabilidade do município.

Já no Estado de Roraima, a taxa de desemprego apresentou uma trajetória inversa. Inicialmente, em 1991, era de 9,64, aumentando para 14,28 em 2000 e, posteriormente, diminuindo para 7,51 em 2010. A variação desses índices no Estado indica uma flutuação mais acentuada, com um aumento entre os anos de 1991 e 2000, mas com uma tendência de queda em 2010.

Quanto à taxa de ocupação em Pacaraima, nota-se uma diminuição significativa no número de ocupados, passando de 219 em 2000 para 149 em 2010. Isso sugere uma possível redução nas oportunidades de emprego no município ao longo do período analisado.

No Estado de Roraima, a taxa de ocupação também experimentou uma variação, mas de forma menos acentuada. Em 1991, a taxa de ocupação era de 6.189, passando para 18.744 em 2000 e chegando a 14.134 em 2010. Apesar da variação, Roraima manteve uma taxa de ocupação mais elevada do que Pacaraima. “Atualmente, o município acumula mais admissões que demissões, com um saldo de 549 funcionários. Além disso, houve incremento de 32 novas empresas na cidade.”⁹⁶⁸

Entre 2011 e 2016, a movimentação dos venezuelanos no mercado de trabalho formal era realizada praticamente na capital do estado, no município de Boa Vista, ainda que os saldos migratórios não superassem a casa das dezenas. Nesse período, os outros municípios não apresentavam movimentação de imigrantes e, quando tinham, era próxima a zero. A partir de 2017, houve um aumento considerável da contratação de venezuelanos em Boa Vista, além de movimentações em outros municípios, como Pacaraima [...].⁹⁶⁹

A afirmação acima também pode ser evidenciada na imagem a seguir:

⁹⁶⁸ CARAVELA. *Crescimento econômico do município de Pacaraima*. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/pacaraima---rr>. Acesso em: 21 jan. 2024.

⁹⁶⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas*. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro: FGV - DAPP, 2020, p. 77. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

Imagem 35 - Movimentação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho formal, por ano, nos municípios de Roraima e Pacaraima, entre 2017 a 2019

Municípios	2017			2018			2019*		
	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo	Adm	Desl	Saldo
Boa Vista	1.244	567	677	2.078	1.067	1.011	1.996	1.365	631
Pacaraima	10	4	6	47	9	38	155	52	103

Fonte: FGV, 2020, p. 77.⁹⁷⁰

Com o aumento significativo do fluxo migratório proveniente da Venezuela para Pacaraima, observou-se uma correspondente elevação na contratação de venezuelanos na região. O incremento na chegada de migrantes impulsionou a demanda por força de trabalho em diversos setores da economia local. Empresas e estabelecimentos comerciais, diante desse contexto, têm buscado integrar esses novos membros à sua força laboral, reconhecendo as habilidades e contribuições que os venezuelanos podem oferecer.

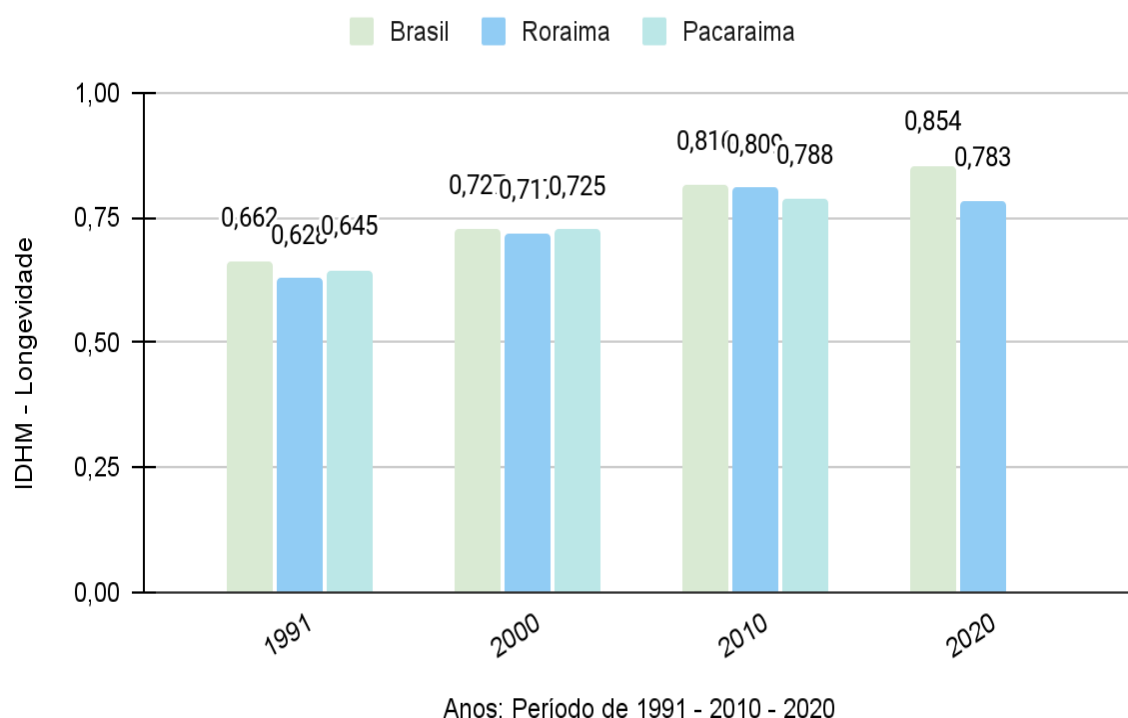
No tocante à Expectativa de Vida no município, a dimensão de longevidade presente no IDHM reflete os níveis de progresso ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, abrangendo os valores nacional, estadual e municipal. Nesse sentido, Pacaraima acompanhou a trajetória ascendente desse índice, alinhando-se às tendências observadas nos índices estaduais e nacionais.

No ano de 1991, o município apresentou um IDHM de 0,645 na categoria de longevidade, experimentando um acréscimo para 0,725 em 2000 e de 0,788 em 2010, como se observa no gráfico abaixo:

⁹⁷⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano...*, p. 77.

Gráfico 24 – Expectativa de Vida no município de Pacaraima: 1991 a 2010

Brasil, Roraima e Pacaraima

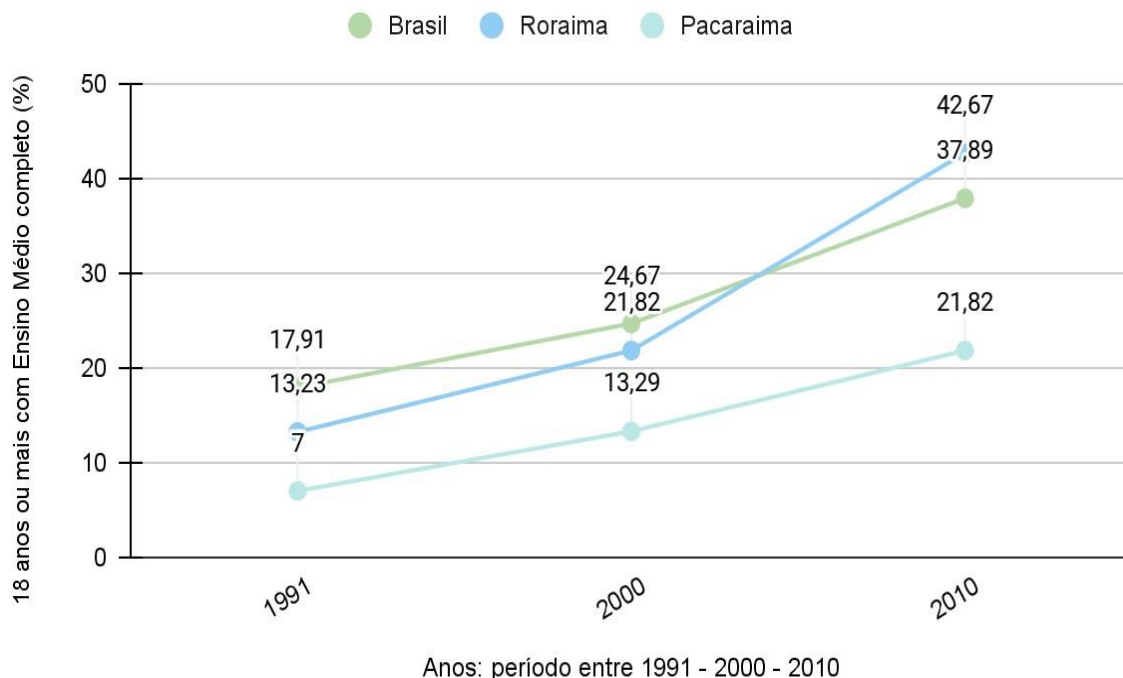
Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁷¹

Essa evolução do IDHM municipal no período supramencionado, reafirma o aumento nos indicadores de longevidade e nas condições de vida e bem-estar neste município. Os dois próximos gráficos, evidenciam as taxas de conclusão do Ensino Médio e Superior, segmentadas por faixa etária, entre 18 e 25 anos, entre os anos de 1991 e 2010.

⁹⁷¹ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Gráfico 25 - Taxa de Escolaridade no Brasil, Roraima e Pacaraima, 18 anos ou mais com Ensino Médio completo: 1991 a 2010

Escolaridade - Brasil, Roraima e Pacaraima



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁷²

Em comparação com as médias nacionais e estaduais, no ano de 1991, Pacaraima, de maneira semelhante a Bonfim, apresentou um índice inferior à média nacional de 17,91% e estadual de 13,237%, totalizando 7% de pessoas com ensino médio completo. Em 2010, Pacaraima registrou um crescimento, assim como o Brasil e Roraima, com um total de 13,29% das pessoas detentoras de ensino médio completo.

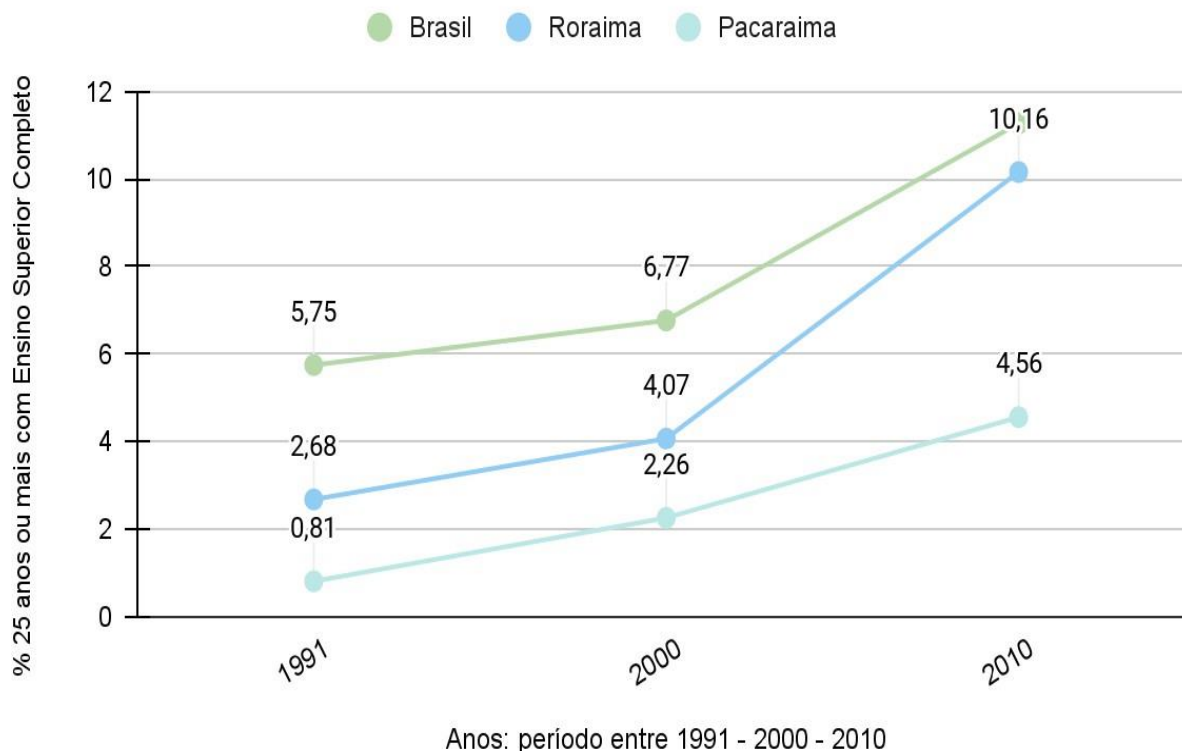
Segundo o IBGE, com base no Censo realizado em 2010, a taxa de escolarização do município na faixa de 6 a 14 anos de idade era 93%. “Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 6 de 15. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 5332 de 5570.”⁹⁷³

⁹⁷² Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁷³ IBGE. *Indicadores educacionais do município de Pacaraima, 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Gráfico 26 - Taxa de Escolaridade no Brasil, Roraima e Pacaraima, 25 anos ou mais com Ensino Superior completo: 1991 a 2010

Escolaridade - Brasil, Roraima e Pacaraima



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁷⁴

Já em relação ao Ensino Superior, no mesmo período, Pacaraima acompanhou a tendência de aumento nos índices estaduais e nacionais, saindo de 0,81% em 1991 para 4,56% em 2010. Na educação básica, os dados divulgados pelo IBGE em 2022, referentes ao ano de 2021, indicam 4.825 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 846 no Ensino Médio. No tocante aos docentes, 372 atuavam no Ensino Fundamental e 138 no Ensino Médio.⁹⁷⁵

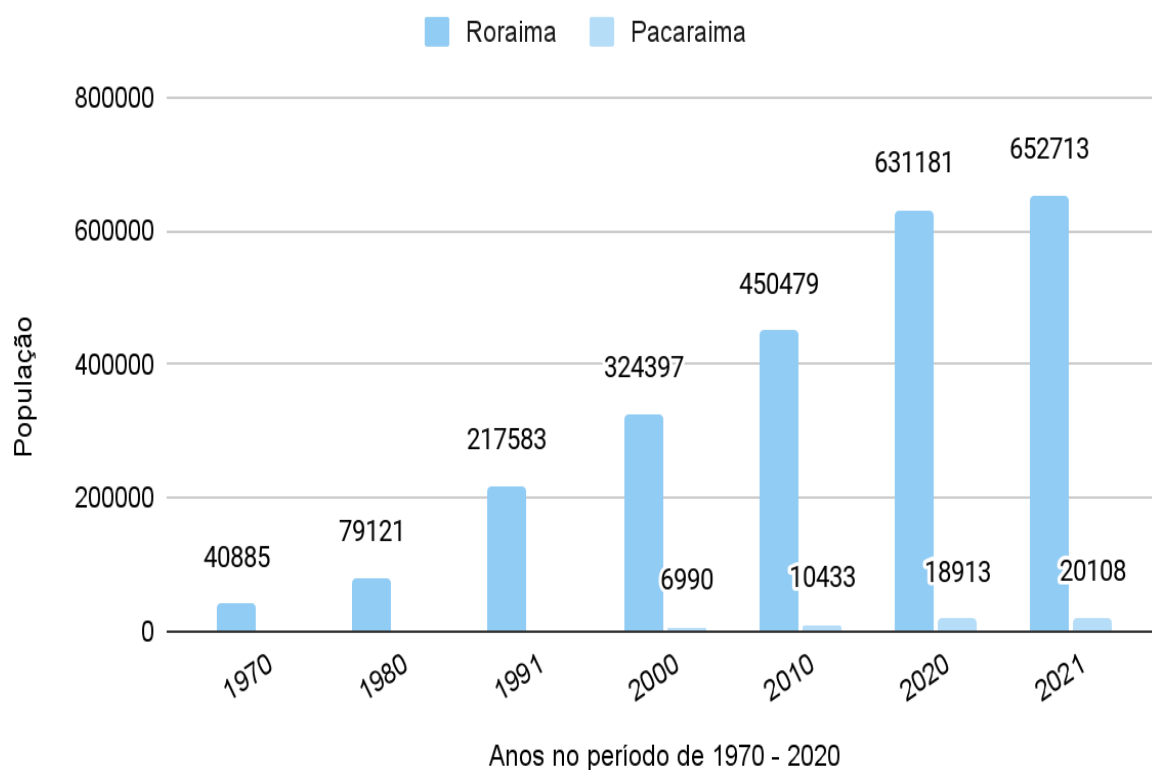
No que se refere ao Crescimento Vegetativo do município, os dados deste indicador foram divulgados pela primeira vez no Censo realizado pelo IBGE em 1991. A partir disso, foi possível comparar esses índices com os índices estaduais, como se pode verificar no gráfico abaixo:

⁹⁷⁴ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁷⁵ IBGE. *Indicadores educacionais do município de Pacaraima, 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Gráfico 27 – Crescimento Vegetativo de Roraima (1970-2021) e Pacaraima (1991-2021)

Crescimento Vegetativo - Roraima e Pacaraima



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁷⁶

Ao comparar os índices municipais com os de Roraima, ficou evidente que eles se mantiveram muito aquém dos valores estaduais. No ano de 2000, Pacaraima registrou a presença de 6.990 indivíduos em comparação com os 324.397 do Estado, apontando para uma diferença notável. Essa diferença se manteve em crescimento, entre os anos de 2010⁹⁷⁷ a 2020, chegando a 20.108 indivíduos em Pacaraima no ano de 2021, em comparação ao Estado de Roraima no mesmo ano, onde foram divulgados pelo IBGE, 652.713 indivíduos.

Em relação à Oferta de Serviços Públicos no município, a análise se concentrou similantemente a Bonfim, em informações referentes à coleta de resíduos sólidos, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico.

⁹⁷⁶ Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁷⁷ Em 2010, os números sofreram alterações significativas. O Estado de Roraima testemunhou um incremento desse índice, chegando ao patamar de 450.479 indivíduos, enquanto Pacaraima contou com 10.433 indivíduos em seu registro de crescimento vegetativo.

De maneira análoga a Bonfim, a Prefeitura de Pacaraima declarou que até o ano de 2010 não havia um Plano Municipal de Saneamento Básico para o município.⁹⁷⁸ No entanto, no ano de 2018, foi elaborado um Termo de Execução, por meio de uma cooperação técnica entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a Universidade Federal de Roraima - UFRR e o Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica - NICT, ligado à Fundação Evaldo Correia, com o objetivo da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB do Município de Pacaraima.⁹⁷⁹

Além disso, existem empresas públicas que gerenciam a oferta de serviços ligados ao saneamento básico do município, como nos casos da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, que gerencia e fornece água para a população e a própria Prefeitura de Pacaraima, com a gestão do esgotamento sanitário e dos resíduos sólidos.

O manejo dos resíduos sólidos deveria ser realizado no município com base na lei n.º 12.305/2010, que trata da política nacional de resíduos sólidos. Contudo, Pacaraima não possui um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, fato que dificulta a regularidade da coleta de lixo no município, conforme dados divulgados pela SNIS e o Ministério das Cidades em 2020.⁹⁸⁰

No que concerne ao fornecimento de energia elétrica no município, o serviço ainda é precário e necessita da geração por meio da Usina Termoelétrica UTX, com base em um sistema de geração de energia independente, com a utilização de óleo diesel como combustível, com um potencial de geração de energia em torno de 4.200 kW.⁹⁸¹ No gráfico abaixo, é possível observar informações referentes à coleta de lixo e ao fornecimento de energia elétrica no município, conforme dados divulgados pelo IBGE em 2010.

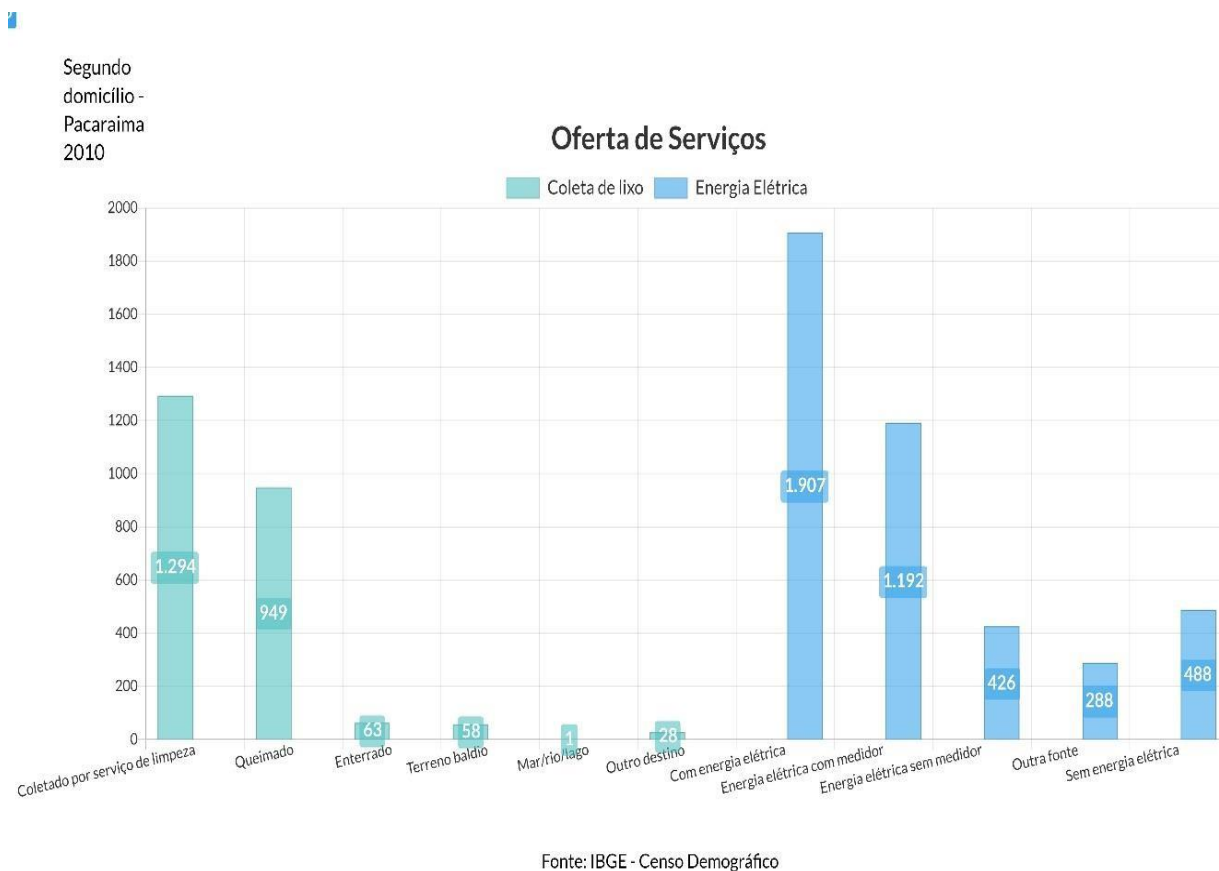
⁹⁷⁸ INFOSANBAS. *Políticas Públicas de Saneamento Básico – Pacaraima*. Disponível em: https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#politicas_publicas_saneamento. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁷⁹ PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PACARAIMA. Pacaraima-RR, 2018, p. 4. Disponível em: <https://app.rios.org.br/index.php/s/L2L5xgdpN7a4MBn?dir=undefined&path=%2Fpacaraima-rr&openfile=4423308>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁸⁰ SNIS/Ministério das Cidades. *Coleta regular de lixo em Pacaraima, 2020*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-residuos-solidos>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁸¹ ANEEL. *Alteração de características técnicas das Usinas Termelétricas – UTEs UTX Amajari e UTX Pacaraima, localizadas, respectivamente, nos municípios de Amajari e Pacaraima, estado de Roraima*, 2023, pp. 1; 10. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/cedoc/area202314195_1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

Gráfico 28 – Coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica em Pacaraima - 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁸²

No o ano de 2019, a Prefeitura apresentou um Projeto de Eletrificação Urbana,⁹⁸³ sob a responsabilidade da Secretaria de Obras, com o objetivo de substituir os postes de madeira por postes de concreto e as luzes tradicionais por luzes de LED.⁹⁸⁴

Quanto ao abastecimento de água, a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima é responsável pelo abastecimento de água na região. O consumo médio de água por habitante é de 129,90 litros por dia. No entanto, enfrenta um desafio significativo, com um índice médio de perdas alarmante de 82,73%, indicando uma considerável quantidade de água perdida durante o processo. O custo do serviço de abastecimento é de R\$ 4,07 por metro cúbico (m³), enquanto a tarifa média de água é de R\$ 3,36 por m³. Quanto à infraestrutura domiciliar, a

⁹⁸² Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010.

⁹⁸³ PREFEITURA DE PACARAIMA. *O Projeto de Eletrificação Urbana continua sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Pacaraima nas ruas do centro da cidade, 2019*. Disponível em: <http://www.pacaraima.rr.gov.br/noticias/972>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁸⁴ LED é a sigla para *Light Emitting Diode*, que significa “diodo emissor de luz”.

maioria dos domicílios (64,24%) possui canalização interna em pelo menos um cômodo, seguido por 19,14% com canalização interna apenas no terreno.⁹⁸⁵

No entanto, 15,87% dos domicílios não possuem canalização interna. Esses dados refletem desafios na eficiência do sistema de abastecimento e na distribuição da infraestrutura domiciliar em Pacaraima, evidenciando a necessidade de um maior investimento neste setor por parte do poder público.⁹⁸⁶

Em relação ao saneamento básico do município, é possível apontar, com base nos dados coletados e analisados do SNIS e do Ministério das Cidades em 2020, algumas questões que impactam diretamente este serviço na cidade. Dito isto, notou-se que a responsabilidade pelo serviço de esgotamento sanitário é da própria Prefeitura, que segundo os dados consultados, não aponta uma tarifa média por m³ de água, indicando que, aparentemente, não há uma tarifa aplicada para o serviço de esgoto.⁹⁸⁷

Por outro lado, os índices de coleta e tratamento de esgoto são de 0,00%, sugerindo que não há uma coleta organizada de esgoto na área ou que essa coleta é extremamente limitada e indica a ausência ou uma cobertura mínima do sistema de tratamento de esgoto na região. Esses aspectos ressaltados, apontam para a necessidade de uma avaliação e maiores investimentos na infraestrutura de esgotamento sanitário do município.⁹⁸⁸

No gráfico abaixo, é possível verificar a distribuição do esgotamento sanitário nas áreas urbanas e rurais de Pacaraima.

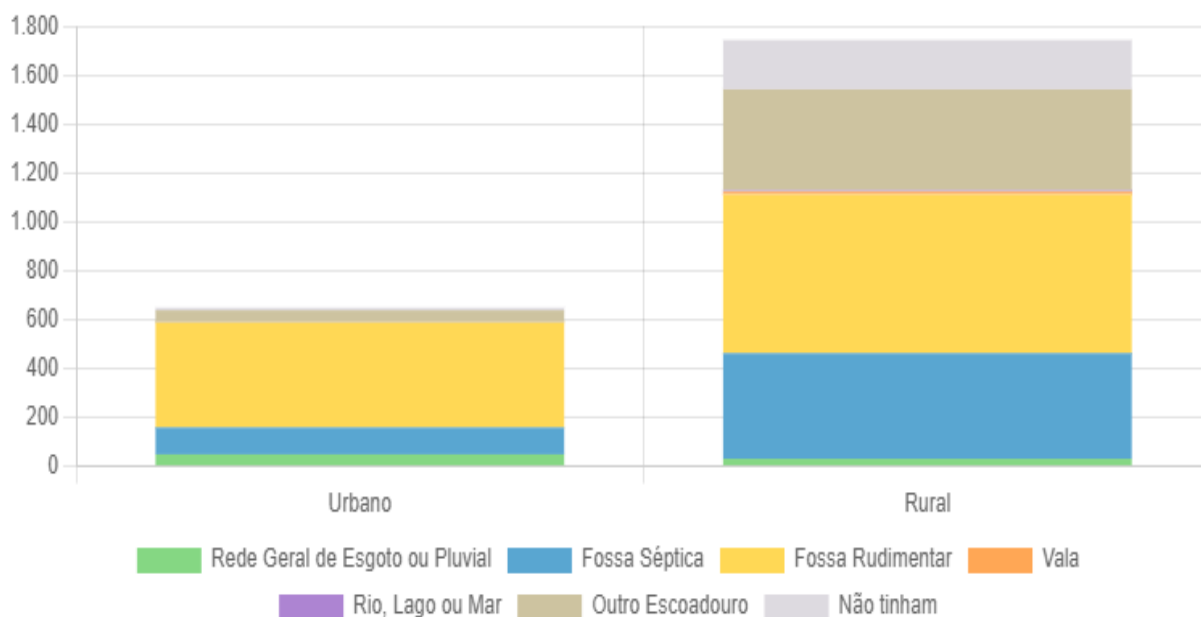
⁹⁸⁵ INFOSANBAS. *Detalhamento do serviço de abastecimento de água em Pacaraima, 2010*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#modalidades-abastecimento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁸⁶ INFOSANBAS, *Detalhamento do serviço de abastecimento de água em Pacaraima...*, 2010.

⁹⁸⁷ SNIS/Ministério das Cidades. *Serviço de esgotamento sanitário – Pacaraima, 2020*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-esgotamento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

⁹⁸⁸ INFOSANBAS. *Aspectos do saneamento básico em Pacaraima*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-esgotamento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Gráfico 29 - Distribuição das áreas urbanas e rurais de esgotamento sanitário do município de Pacaraima



Fonte: IBGE, 2010.⁹⁸⁹

Os dados apresentados neste tópico, acerca do município de Pacaraima, sugerem um avanço nos indicadores econômicos e sociais do município, no âmbito do recorte cronológico da pesquisa, principalmente, com os aumentos do PIB, Renda Per Capita, IDH e IDHM que ocorreram no período. Por outro lado, é notória a necessidade de investimentos por parte da gestão municipal, para a melhoria na oferta de serviços públicos, como nos casos da coleta de resíduos sólidos, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e no saneamento básico.

4.2.2 Análise associativa qualitativa de dados quantitativos: PIB e indicadores socioeconômicos - Pacaraima

A análise associativa qualitativa referente aos dados quantitativos do município de Pacaraima neste trabalho, corresponde aos seguintes indicadores: PIB e Renda Per Capita; PIB e IDH; PIB e IDHM; PIB e Coeficiente de Gini (Índice de Gini); PIB e Taxa de Desemprego;

⁹⁸⁹ INFOSANBAS. *Distribuição do esgotamento sanitário em Pacaraima: áreas urbanas e rurais*, 2010. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-esgotamento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PIB e Expectativa de Vida; PIB e Escolaridade; PIB e Crescimento Vegetativo; PIB e Oferta de Serviços Públicos.

Debruçando-se na relação entre o PIB e a Renda Per Capita deste município entre os anos de 1991 e 2010, nota-se que o PIB alcançou um crescimento expressivo ao longo das últimas décadas, como se observa no quadro abaixo:

Quadro 20 - PIB e Renda Per Capita do município de Pacaraima: 1991 a 2010

Município	Ano	PIB	Renda Per Capita
Pacaraima	1991	R\$ 16.244,00	218,75
	2000	R\$ 22.494,00	321,85
	2010	R\$ 102.314,00	388,35

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁹⁰

Em 1991, o PIB estava em 16.244,00 e até 2010, esse número aumentou consideravelmente para 102.314,00. Esse crescimento indica um desenvolvimento econômico substancial durante esse período. Por outro lado, a Renda Per Capita também demonstrou uma tendência de aumento ao longo dos anos. Em 1991, a Renda Per Capita no município era de 218,75, subindo para 321,85 em 2000 e alcançando 388,35 em 2010. Esse aumento sugere que a prosperidade econômica não apenas se refletiu no PIB total, mas também beneficiou a população em termos de renda individual.

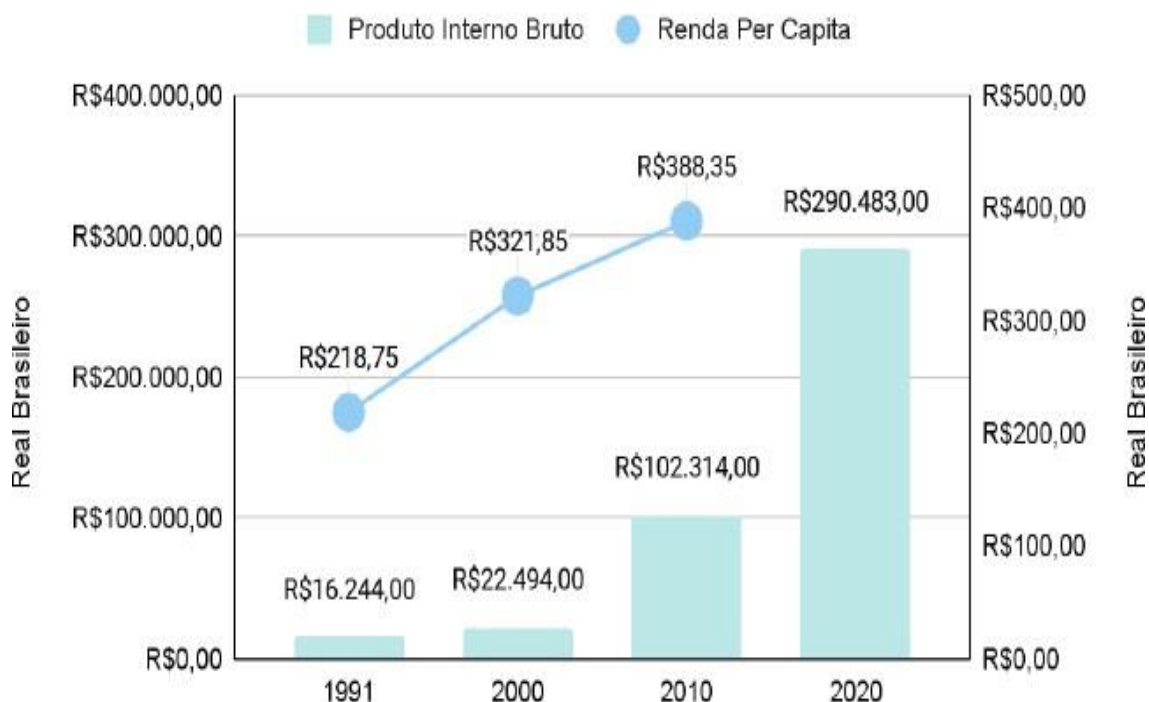
Nesse cenário, os dados indicam um crescimento econômico no município de Pacaraima ao longo das últimas décadas, refletido tanto no aumento do PIB quanto na melhoria da Renda Per Capita da população. Seguindo a tendência do crescimento econômico do município nas últimas décadas, o PIB de Pacaraima atingiu o patamar de R\$ 290.483,00 milhões em 2020, chegando a um PIB Per Capita de R\$ 16.366,22 milhões em 2021, segundo dados divulgados pelo Censo realizado pelo IBGE em 2022.⁹⁹¹

O gráfico abaixo, reforça essa ascensão do PIB do município, entre as décadas de 1991, 2000, 2010 e 2020.

⁹⁹⁰ Com base no SIDRA/IBGE.

⁹⁹¹ IBGE. *PIB Per Capita do município de Pacaraima, 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Gráfico 30 – PIB e Renda Per Capita de Pacaraima: 1991 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁹²

Na esfera da relação entre o PIB e o IDH deste município, observou-se que o PIB de Pacaraima aumentou significativamente de 0,378 em 1991 para 0,544 em 2020, chegando a 0,650 em 2010, indicando uma tendência do crescimento econômico local. Por outro lado, o IDH também apresentou um aumento constante ao longo dos anos, indicando uma melhoria na qualidade de vida deste município.⁹⁹³

Por sua vez, essa associação sugere melhorias nas condições de vida da população, já que o aumento do PIB reflete em possíveis investimentos em áreas como educação e saúde, contribuindo para a melhoria do desenvolvimento humano, refletido pelo IDH.

Tomando como premissa os dados acima, a relação entre o PIB e o IDHM demonstrou-se promissora, à medida que associação do aumento simultâneo desses indicadores, indicaram no período pesquisado um desenvolvimento econômico e social equilibrado.

Já a análise da relação entre o PIB a preços correntes e o Índice de Gini do município de Pacaraima revela alguns aspectos interessantes sobre a distribuição de renda e o crescimento econômico ao longo do tempo. Para esse exemplo, tomou-se como parâmetro os dados coletados e analisados dos Censos realizados pelo IBGE nos anos de 1991 e 2010.

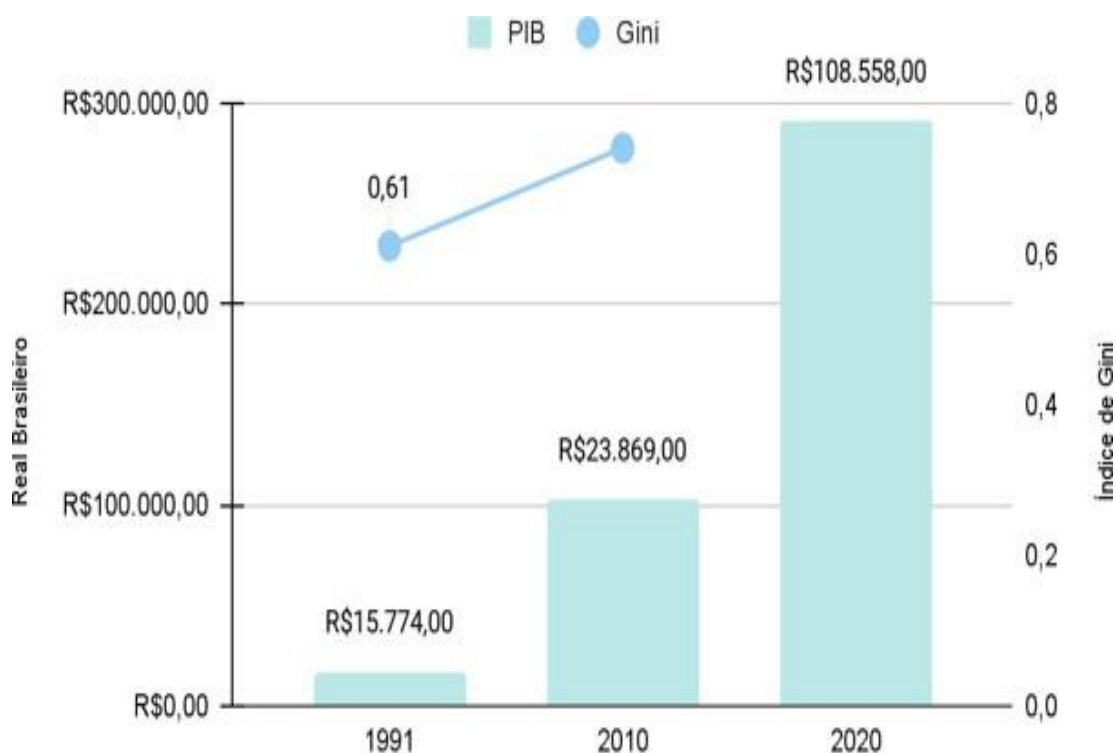
⁹⁹² Com base no SIDRA/IBGE.

⁹⁹³ PNUD/2010.

Observou-se, nesse período que, o PIB de Pacaraima saltou de R\$ 16.244,00 milhões em 1991 para R\$ 102.314,00 milhões em 2010,⁹⁹⁴ indicando um crescimento econômico considerável durante esse período. Concomitante a isso, o Índice de Gini aumentou de 0,61 em 1991 para 0,74 em 2010. Contudo, esse aumento sugere que a desigualdade de renda no município aumentou ao longo do período analisado.

No bojo dessa relação entre o crescimento do PIB e o aumento do Índice de Gini em Pacaraima, destaca-se a importância da abordagem não apenas no crescimento econômico local, mas, também, na distribuição de seus benefícios para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo no município. O gráfico abaixo, demonstra essa relação de crescimento entre os indicadores, seguindo a tendência de crescimento em 2020.

Gráfico 31 – Relação entre o PIB e o Índice de Gini – Pacaraima: 1991 - 2010



Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁹⁵

Em relação à Taxa de Desemprego no município, o IBGE não forneceu dados referentes ao Censo de 1991. Contudo, nos Censos seguintes de 2000 e 2010, observou-se os dados

⁹⁹⁴ IBGE. *PIB do município de Pacaraima: 1991 - 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/pesquisa/38/0?ano=2020>. Acesso em: 23 jan. 2024.

⁹⁹⁵ SIDRA/IBGE, 2010.

referentes à População Economicamente Ativa, por sexo e situação de ocupação no município, conforme a tabela abaixo:

Tabela 7 - População Economicamente Ativa, por sexo e situação de ocupação em Pacaraima: 2000 a 2010

		Ano					
		2000			2010		
Classificação:	Ocupada	Desocupada	Total	-	Ocupada	Desocupada	Total
Homem	1.734	140	1.874		1.975	88	2.063
Mulher	1.005	141	1.146		1.471	64	1.536
Total	2.739	281	3.020		3.447	152	3.599

Fonte: Elaborada pelo autor.⁹⁹⁶

Com base nas informações da tabela acima, é possível inferir que, em 2000 a População Economicamente Ativa total em Pacaraima, era de 3.020 pessoas, sendo 1.874 homens e 1.146 mulheres. Um total de 281 pessoas estavam desocupadas, enquanto 2.739 estavam ocupadas.

Observou-se também que, a População Economicamente Ativa total aumentou para 3.599 pessoas em 2010, com 2.063 homens e 1.536 mulheres. No decorrer dos dois períodos, houve uma redução na população desocupada, passando de 281 em 2000 para 152 em 2010.

É mister salientar, que o aumento na População Economicamente Ativa total de 3.020 pessoas em 2000 para 3.599 pessoas em 2010, sugere um possível crescimento econômico e uma maior participação da população no mercado de trabalho em Pacaraima. No entanto, também nos chamou a atenção, a participação feminina neste mesmo intervalo, que aumentou de 1.146 em 2000 para 1.536 em 2010. Esse aumento indica uma maior integração e participação das mulheres no mercado de trabalho local.

Ademais, a redução na população desocupada de 281 em 2000 para 152 em 2010 é um sinal positivo que refletiu melhorias nas oportunidades de emprego do município. Em ambos os anos, o número de homens ocupados foi bem maior do que o número de mulheres ocupadas, indicando uma tendência maior na contratação do gênero masculino no município durante o período analisado.

Mesmo assim, os dados apontam para um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, além de uma redução na população desocupada no município entre os anos de 2000 e 2010. Outrossim, dados mais recentes divulgados pelo IBGE em 2022, referentes ao ano

⁹⁹⁶ Dados dos Censos realizados pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010.

anterior, relatam um total de 1.119 pessoas ocupadas, que corresponde a um percentual de 5,56% da população ocupada do município.⁹⁹⁷

Nota-se que, houve uma variação na dinâmica econômica do município, entre os anos 2000 e 2021, principalmente, pelo aumento do PIB no período, mesmo com a diminuição mais recente no número total de pessoas ocupadas.

No que diz respeito à relação entre o PIB e a Expectativa de Vida no município, os dados do Censo do IBGE em 2010, indicam uma associação positiva, à medida que o índice de 72,2 relacionado à expectativa de vida, tem uma relação com o aumento do PIB do município no período, que passou de R\$ 22.494,00, milhões em 2000 para R\$ 102.314,00 milhões em 2010. Com o aumento do PIB em 2020 para R\$ 290.483,00 milhões, espera-se que a expectativa de vida no município também acompanhe esse crescimento.

Em Pacaraima, essa relação entre o PIB e a Expectativa de Vida desempenha um papel importante para o bem-estar da população. Nesse sentido, o PIB emerge como um indicador da atividade econômica local. Contudo, a expectativa de vida ao nascer e a taxa de mortalidade, fornecem informações importantes sobre a qualidade de vida da população, como veremos abaixo:

Quadro 21 - Nascidos vivos e Mortalidade - Pacaraima: 2010 a 2022

Detalhamento		2010	2020	2022
Nascidos vivos por sexo	Masculino	126	183	235
	Feminino	139	189	241
	Total	265	372	476
Mortalidade geral	Mortalidade	41	97	95
	Coeficiente (por 1.000 hab.)	3,9	5,1	4,7
Mortalidade infantil	Mortalidade (Óbitos de crianças com menos de um ano de idade)	3	8	14
	Coeficiente (por 1.000 nascidos vivos)	11,3	21,5	29,4

Fonte: Elaborado pelo autor.⁹⁹⁸

⁹⁹⁷ Mesmo não sendo o objeto principal desta pesquisa, a título de hipótese, é possível que a queda no nível de empregos em Pacaraima seja decorrente dos impactos causados pela pandemia do Covid-19, que afetou significativamente a economia local, com redução nas oportunidades de emprego, além de restrições e do fechamento de empresas, as incertezas econômicas podem ter contribuído para a diminuição da população ocupada total, mais recentemente, como indicam os dados analisados.

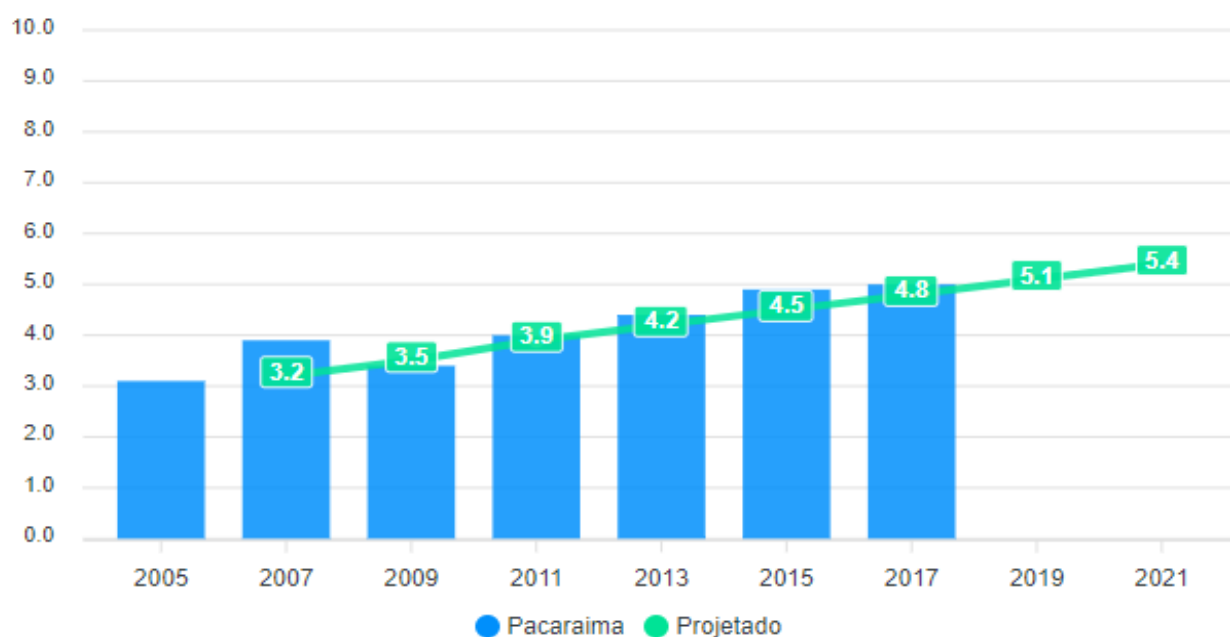
⁹⁹⁸ Com dados da Secretaria de Saúde-SESAU-RR/SINASC - Sistema de nascidos vivos/Coordenação de Vigilância em Saúde/TABNET; SEPLAN-RR/CGEES.

Pelos dados analisados, observou-se que houve um aumento no número dos nascidos vivos, ocasionado em um crescimento populacional. Por outro lado, a redução no coeficiente de mortalidade geral em 2022 é positiva, mas a persistência da elevação dos índices de mortalidade infantil indica desafios à gestão municipal, com a necessidade de novas estratégias que possibilitem um maior êxito na saúde materno-infantil do município.

No aspecto educacional, a relação entre o PIB e a Escolaridade pode ser compreendida a partir dos consecutivos aumentos do PIB deste município e os reflexos para os índices educacionais alcançados ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, destacou-se uma evolução no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sobretudo no intervalo que correspondeu entre os anos de 2007 e 2017, onde esse indicador passou de 3,2 para 4,8, conforme dados analisados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2021.⁹⁹⁹

Abaixo, pode-se observar essa evolução, com base nas informações dispostas no gráfico.

Gráfico 32 - Evolução do IDEB em Pacaraima nos anos iniciais do Ensino Fundamental: 2007 a 2017



Fonte: IDEB 2021/ INEP.¹⁰⁰⁰

⁹⁹⁹ É válido ressaltar que, os dados atuais referentes ao IDEB do município ainda não foram divulgados pelo IBGE, mas existe uma projeção da divulgação da continuidade deste crescimento por parte do IBGE, com perspectiva de o município ter alcançado a nota 5.1 em 2019 e 5,4, em 2021.

¹⁰⁰⁰ Dados do INEP em 2021, referente ao IDEB dos anos iniciais do Ensino fundamental no município de Pacaraima, no período entre os anos de 2007 e 2017.

Já em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, manteve-se a tônica de crescimento e da projeção do mesmo, como veremos abaixo:

Gráfico 33 - Evolução do IDEB em Pacaraima nos anos finais do Ensino Fundamental: 2007 a 2017



Fonte: IDEB 2021/ INEP.¹⁰⁰¹

No mesmo período, as médias das notas atribuídas aos alunos do município pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, referentes às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, saltaram de 179,26 em Matemática no ano de 2007 para 198,86 em 2017. Já na disciplina de Língua Portuguesa, a média saltou de 167,81 em 2007 para 190,68 em 2017. Portanto, as médias das notas em Matemática aumentaram aproximadamente 10,89%, enquanto as médias em Língua Portuguesa aumentaram cerca de 13,64% no período de 2007 a 2017.¹⁰⁰²

Outros dados importantes, também ajudaram a evidenciar o crescimento nos índices dos diferentes sistemas de ensinos do município, assim como nos casos dos aumentos que ocorreram nos números de matrículas, contratação de professores e no número de escolas.

¹⁰⁰¹ Dados do INEP em 2021, referente ao IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Pacaraima, no período entre os anos de 2007 e 2017.

¹⁰⁰² FUNDAÇÃO LEMANN. *Indicadores educacionais de Pacaraima*. Disponível em: <https://gedu.org.br/municipio/1400456-pacaraima/ideb>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Quadro 22 - Número de matrículas, professores e escolas por nível e modalidade de Ensino – Pacaraima: 2000 a 2020

Detalhamento		2000	2010	2020
Total Geral	Educação Infantil	584	600	1.300
	Ensino Fundamental	2.089	2.980	4.609
	Ensino Médio	466	505	680
	Ed. Jovens e Adultos	103	361	500
	Educação Especial	0	22	71
	Ed. Profissional	0	29	14
	Total de Matrículas	3.242	4.497	7.174
	Total de Professores	144	269	486
	Total de Escolas	42	43	55

Fonte: Elaborado pelo autor.¹⁰⁰³

Ao analisar os dados do quadro acima, com a exceção que houve apenas na oscilação da oferta da Educação Profissional, depreende-se que a correlação entre o crescimento do PIB e a melhoria dos demais índices educacionais no município são evidentes, pois, sugere-se que o fortalecimento da base econômica, proveniente do aumento do PIB, proporcionou recursos essenciais para aprimorar a qualidade, a acessibilidade e a equidade nos sistemas educacionais de Pacaraima.

Outrossim, a associação entre o PIB e o Crescimento Vegetativo no município estão relacionadas à dinâmica econômica e demográfica local. O crescimento do PIB do município nas últimas décadas, influenciou setores como saúde, educação e urbanização.

Nos dados estimativos produzidos pelo IBGE em 2022, a cidade de Pacaraima tinha 19.305 habitantes, isso representou um aumento de 85,04% em comparação com o Censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. A pesquisa também evidenciou a amostragem da densidade demográfica da cidade de Pacaraima, que é de 2,41 habitantes por km², em média, também de acordo com dados do IBGE.

Tabela 8 - Produto Interno Bruto e População do Município de Pacaraima: 2000 a 2022

Município	Ano	PIB	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total
Pacaraima	2000	47.848	3.643	3.347	2.760	4.230	6.990
	2010	102.814	5.408	5.025	4.514	5.919	10.433
	2022	290.483	-	-	-	-	19.305

Fonte: Elaborado pelo autor.¹⁰⁰⁴

¹⁰⁰³ Com base nos dados fornecidos pela SEED/RR - Gerência de Avaliação e Informações Educacionais/GAIE até 2009 e a partir de 2010 INEP- Censo Educação Básica e SEPLAN - RR/CGEES.

¹⁰⁰⁴ SIDRA/IBGE Censos Demográficos (2000, 2010 e 2022).

Ao analisar os dados da tabela acima, observou-se que tanto o PIB quanto a população aumentaram ao longo do período, com exceção do ano de 2022, pois em relação ao quantitativo de homens e mulheres, o IBGE ainda não havia divulgado esses dados até o momento da coleta realizada para essa pesquisa.

Por outro lado, o crescimento expressivo do PIB, sugere um aumento no fluxo de caixa do município, com um potencial de investimentos diversificados, que contribuíram para a dinamização da economia local em diversos setores durante o período analisado, principalmente, o setor de educação, como vimos anteriormente neste estudo.

Destarte, a associação entre o PIB e a Oferta de Serviços Públicos em Pacaraima, pode ser compreendida, pela relação entre os investimentos feitos pela gestão municipal com o aumento da arrecadação, e a qualidade na oferta desses serviços à população.

Nesse sentido, os dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, nos ajudaram a entender a ofertas de serviços importantes para este município, como água, esgoto e resíduos sólidos. No caso da oferta de água, o serviço é prestado pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, com uma extensão rede de 15,80 m/lig.¹⁰⁰⁵

Contudo, essa extensão da rede de água contempla apenas 43,29% da população. Além disso, as perdas na distribuição do serviço são grandes, totalizando 85,16%.¹⁰⁰⁶ Em relação à prestação do serviço de esgoto, a responsável é a própria Prefeitura, que está desde o ano de 2017, segundo dados do IBGE, elaborando um Plano Municipal de Saneamento.¹⁰⁰⁷

Notou-se, também, a ausência de um órgão específico para tratar essa questão, como em outros municípios do Brasil, onde existem Conselhos Municipais de Saneamentos. Tampouco, foi constatado um Fundo Municipal para este fim, nem a realização de audiências públicas,¹⁰⁰⁸ já que o município consta na lista dos mais suscetíveis às ocorrências de deslizamentos, enxurradas e inundações, segundo dados do SNIS.¹⁰⁰⁹

O município forneceu ao SNIS informações sobre a oferta de água, drenagem e resíduos sólidos, mas não forneceu informações sobre o esgoto, fato que sugere a precariedade na oferta

¹⁰⁰⁵ SNIS/Ministério das Cidades. *Painel de indicadores: água Pacaraima*. Disponível em: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores-hmg/web/agua_esgoto/mapa-agua?codigo=1400456. Acesso em: 26 jan. 2024.

¹⁰⁰⁶ SNIS/Ministério das Cidades. *Painel de indicadores: água Pacaraima*. Disponível em: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores-hmg/web/agua_esgoto/mapa-agua?codigo=1400456. Acesso em: 26 jan. 2024.

¹⁰⁰⁷ INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. *Saneamento Básico em Pacaraima*. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rr/pacaraima>. Acesso em: 26 jan. 2024.

¹⁰⁰⁸ INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO, *Saneamento Básico em Pacaraima...*, 2024.

¹⁰⁰⁹ Conforme a Nota Técnica n.º 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR.

deste serviço à população. Em relação ao manejo de resíduos sólidos no município, existe uma legislação específica que trata da oferta deste serviço à população:

Os serviços de limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos são constituídos pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de: coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final adequados do lixo doméstico e dos serviços de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, incluindo triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços da limpeza pública urbana.¹⁰¹⁰

Ainda, segundo o NSIS, em 2021, cerca de 8.700 pessoas foram atendidas pela coleta de resíduos sólidos domiciliares em Pacaraima. Isso resultou em um percentual de atendimento de 43,27%, do universo desta população. Em comparação com as médias estadual e nacional, o município ficou bem abaixo, já que no mesmo ano, Roraima conseguiu atingir um percentual de 84,73% da população, e o Brasil, chegou a 89,93%.¹⁰¹¹

Verificou-se, também, que esse serviço não é cobrado pela prefeitura aos usuários atendidos. No entanto, os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos no município, não dispõem de coleta seletiva. Além disso, não foram disponibilizados dados sobre a coleta de resíduos sólidos nas áreas rurais, fato que sugere uma precariedade na oferta deste serviço aos moradores dessas regiões.

Em relação à associação do crescimento do PIB e os indicadores de saúde deste município, observou-se que este aumento impactou positivamente o IDHM de Pacaraima, inclusive, superando o índice de Boa Vista ano de 2010, quando Pacaraima atingiu uma marca acima da capital.

Já no que consiste na oferta do serviço de energia elétrica no município, constatou-se uma precariedade, pois a geração de energia ainda é por meio de uma usina termoeletrica. Contudo, apesar do crescimento que houve no PIB, verificado entre as décadas de 1990 e 2020, é possível que esse crescimento, esteja limitado pela disponibilidade e confiabilidade da oferta de energia elétrica. Portanto, constatou-se a necessidade de investimentos na melhoria da infraestrutura energética local, para sustentar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento sustentável no município.

¹⁰¹⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 7.º. *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico do município de Pacaraima*. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-norma-atualizada-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-norma-549031-norma-atualizada-pl.html). Acesso em: 26 jan. 2024.

¹⁰¹¹ INSTITUTO ÁGUA e SANEAMENTO. *Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos em Pacaraima*. Disponível em: <https://www.aguasaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rr/pacaraima>. Acesso em: 26 jan. 2024.

4.3 As Contribuições econômicas e sociais do 1.º e do 3.º PEF para as populações dos municípios de Bonfim e Pacaraima

Os Pelotões Especiais de Fronteira têm um papel crucial, não apenas na segurança da faixa de fronteira de Roraima, mas na influência que exercem na economia, saúde e em questões sociais locais. Não obstante, a presença militar em Bonfim, onde está situado o 1.º PEF, e Pacaraima, onde está o 3.º PEF, não apenas contribui para a segurança local, mas, também, geram impactos econômicos e sociais positivos nestes municípios.

Isso inclui a criação de empregos, estímulo ao comércio, com o fortalecimento da economia local, além da oferta de serviços médicos à população civil e indígena. Outrossim, essa presença militar, ressalta a importância estratégica dessas unidades militares na promoção do desenvolvimento regional e na melhoria da qualidade de vida da população na faixa de fronteira e no seu entorno.

Com base na tríade da soberania dessas Organizações Militares, pautadas nos elementos Vida, Combate e Trabalho, e após a análise dos principais indicadores socioeconômicos dos municípios de Bonfim e Pacaraima, constatou-se que em ambos os municípios, houve um crescimento do PIB. No caso específico de Pacaraima, também ocorreram aumentos na Renda Per Capita, IDH e IDHM.

Nesse sentido, observou-se com base no soldo recebido pelos militares lotados nos dois municípios entre os anos de 2020 a 2021, foi superior à média salarial dos trabalhadores locais com base na média dos valores dos salário mínimo recebido no período, como veremos abaixo:

Quadro 23 - Média salarial dos militares lotados nos PEFs de Bonfim e Pacaraima em relação aos trabalhadores formais - 2020 a 2021

Lotação	Cargo	Média salarial dos militares no período	Salário mínimo em 2020	Média salarial dos trabalhadores formais em 2020 e 2021
1.º PEF - Bonfim	Subtenente	R\$ 6.169,00	1.039,00	2020 - 1,6 salários mínimos
	1.º Sargento	R\$ 5.483,00	Salário mínimo em 2021	
	3.º Sargento	R\$ 3.825,00	1.100,00	
	Cabo	R\$ 2.627,00		
	Soldado (considerando a média entre Soldado Engajado	R\$ 1.856,00		

	Especializado e Soldado Engajado não Especializado)	Total R\$ 4.193,00		
3.º PEF Pacaraima -	1.º Tenente	R\$ 8.245,00		2021 – 1,9 salários mínimos Média dos salários mínimos entre os anos de 2020 e 2021 R\$ 1.069,50.
	1.º Sargento	R\$ 5.483,00		
	2.º Sargento	R\$ 4.770,00		
	3.º Sargento	R\$ 3.825,00		
	Cabo	R\$ 2.627,00		
	Soldado (considerando a média entre Soldado Engajado Especializado e Soldado Engajado não Especializado)	R\$ 1.856,00		
		Total R\$ 4.467,67		

Fonte: Elaborado pelo autor.¹⁰¹²

Levando-se em consideração que a média salarial dos militares lotados no referido período em Bonfim foi de R\$ 4.193,00 e R\$ 4.467,67 em Pacaraima, e fazendo uma projeção no impacto disso no PIB Per Capita de cada um deles, tomando como base anos de 2020 e 2021 (PIB Per Capita de Bonfim em 2020= 416.439,876; PIB Per Capita de Bonfim em 2021= 522.405,211; PIB Per Capita de Pacaraima em 2020= 290.184,392; PIB Per Capita de Pacaraima em 2021= 329.091,961).¹⁰¹³ O percentual de contribuição da média salarial dos militares do 1.º PEF, correspondeu a 1,01% do PIB Per Capita de Bonfim, conforme o cálculo abaixo:

¹⁰¹² Com base na tabela do soldo dos militares informado pelas Forças Armadas entre os anos de 2016 a 2019 e nos dados do IBGE (2021), referente à média dos salários recebidos pela população naquele ano.

¹⁰¹³ IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios de Bonfim e Pacaraima entre os anos de 2020 e 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2021>. Acesso em: 15 abr. 2024.

$$\text{Percentual} = \left(\frac{4.193,00}{416439,876} \right) \times 100\%$$

$$\text{Percentual} = \left(\frac{0,010067}{1} \right) \times 100\%$$

$$\text{Percentual} = 1,01\%$$

Já em Pacaraima, esse percentual, referente à média salarial dos militares do 3.º PEF, correspondeu a 1,54% do PIB Per Capita local no período, como veremos abaixo:

$$\text{Percentual} = \left(\frac{4.467,67}{290184,392} \right) \times 100\%$$

$$\text{Percentual} = \left(\frac{0,01539}{1} \right) \times 100\%$$

$$\text{Percentual} = 1,54\%$$

Essas projeções, confirmam a importância dessas Organizações Militares para o desenvolvimento econômicos desses municípios, à medida que parte da população masculina local em idade de alistamento, acaba tendo, posteriormente, no serviço militar, sua fonte de renda pessoal e familiar, visto que, as médias salariais descritas no quadro em ambos os municípios, ficaram acima da média do salário mínimo no período que foi de R\$ 1.069,50.

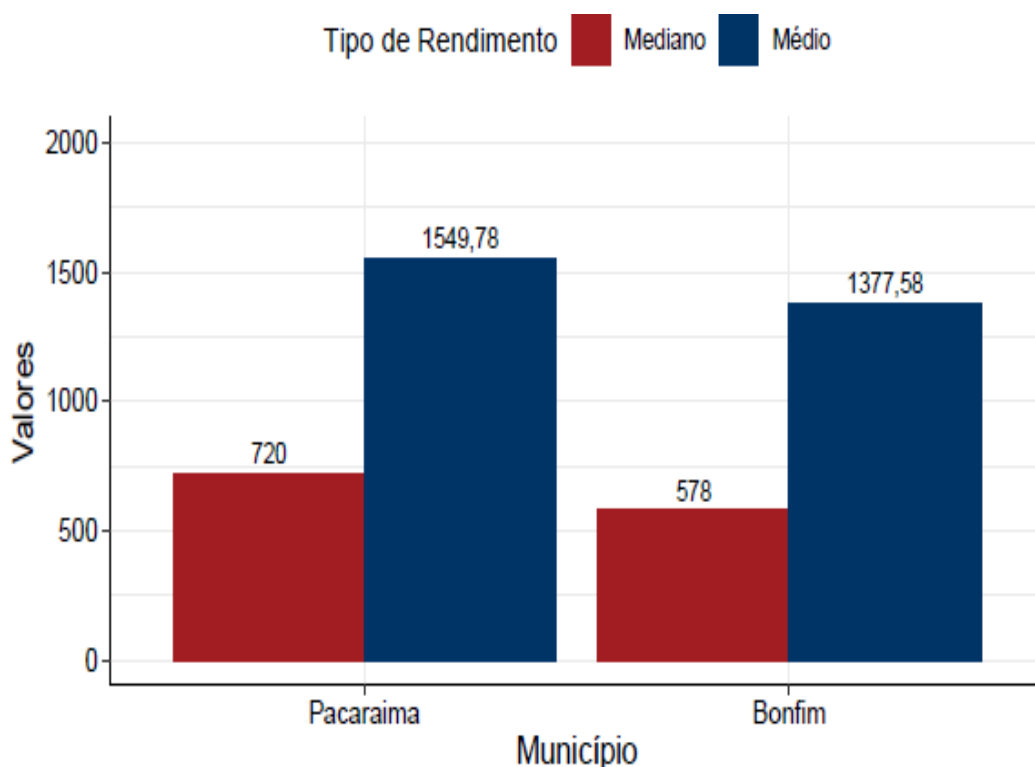
À guisa de esclarecimento, no ano de 2019, a lei 13.954,¹⁰¹⁴ proporcionou uma reestruturação na carreira militar, com base em uma ampla discussão no Congresso Nacional, a fim de equiparar a carreira militar com as demais carreiras de Estado, além da melhoria nas condições de trabalho e na modernização das Forças Armadas. A lei visa atrair os jovens para o serviço militar, tornando a carreira mais atrativa, além disso, ela também regula aspectos como remuneração, promoções e regras de aposentadoria.

Já com base na nova lei, houve a majoração dos valores recebidos pelos militares, fato que continua impactando positivamente em termos percentuais o PIB Per Capita de ambos os municípios, como visto anteriormente. Observou-se, também, que a média salarial dos militares nesses municípios é maior que a média salarial dos trabalhadores formais, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, conforme os dados apresentados no quadro 23.

¹⁰¹⁴ BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. *Reestrutura a carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/13954.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

Os empregos proporcionados por esses PEFs têm um impacto direto no sustento das famílias locais, como apontado desde o Censo realizado pelo IBGE em 2010. Principalmente em relação ao rendimento nominal, nesse caso, Pacaraima têm valores médios e medianos melhores que Bonfim,¹⁰¹⁵ porém, existe uma diferença de população entre ambos, mas em termos proporcionais essa diferença pode não ser tão grande, em seu caráter exclusivamente proporcional.

Gráfico 34 - Rendimento nominal mensal domiciliar: Bonfim e Pacaraima - 2010



Fonte: Elaborado pelo autor.¹⁰¹⁶

Nota-se haver uma diferença representativa entre os municípios quanto ao objeto de análise, porém ressalta-se também que as populações dos estados são diferentes, sendo assim, outras variáveis podem influenciar na diferenciação de rendimentos médios e medianos entre esses municípios, como o nível educacional, taxa de desemprego, IDH, IDHM, entre outros.

¹⁰¹⁵ O valor médio é calculado somando todos os valores em um conjunto de dados e dividindo pelo número total de valores. Já o valor mediano, é calculado com base na divisão do conjunto de dados ao meio, quando os dados estão ordenados em ordem crescente ou decrescente.

¹⁰¹⁶ Com base nos dados do Censo realizado pelo IBGE em 2010.

Outrossim, constatou-se que em ambos os municípios, essas Organizações Militares geram aportes de rendas para a população não apenas de forma direta, mas, também, de forma indireta. No caso da renda direta, há um impacto na economia local, principalmente por meio de elementos distintos como: salários, impostos, compras, contratações de serviços e do fomento ao ensino, feito pela Rede Tecnológica Federal em ambos os municípios.¹⁰¹⁷

Nesse sentido, o rendimento mensal dos militares de carreira, que circula na economia local,¹⁰¹⁸ ajuda no desenvolvimento socioeconômico desses municípios. Além disso, em termos de arrecadação, essas Organizações Militares e os seus subordinados, contribuem para o fortalecimento dos cofres de ambos os municípios, por meio de pagamento do Imposto Territorial Urbano - IPTU e do Imposto Territorial Rural - ITR.

No que diz respeito às compras realizadas por essas organizações, as maiores, dependem de licitação, realizadas pelo Comando Militar da Amazônia e autorizadas posteriormente, para a 1.ª Bda Inf SI fazer os repasses aos PEFs.¹⁰¹⁹ Em casos específicos, quando há autonomia para essas aquisições, medidas de aprovisionamento são feitas pelas próprias unidades, para a aquisição de itens básicos para o funcionamento dos PEFs, como mantimentos e produtos de limpeza, além da manutenção dos serviços de água, luz, comunicação e serviços médicos.

Por outro lado, existe toda uma movimentação econômica feita de forma indireta nesses municípios, principalmente pelas famílias desses militares, tanto as que residem nos Próprios Nacionais Residenciais quanto as que se estabeleceram no entorno dos PEFs. Isso consiste em compras e serviços feitos por essas famílias, que movimentam o comércio local, com demandas que variam de alimentação, aquisição de serviços e em determinados casos, a busca por moradia.¹⁰²⁰

Outro setor indiscutível que esses PEFs contribuem para esses municípios é a segurança. Em conversas realizadas com civis e militares durante as pesquisas de campo nos pelotões de

¹⁰¹⁷ PÊGO, Bolívar. *Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas*. Volume 6, Brasília: Ipea, MI, 2021, p. 253.

¹⁰¹⁸ Esse grupo é composto por Oficiais e Praças, divididos hierarquicamente entre: Tenentes, Subtenentes, Sargentos, Cabos, Soldados e Recrutas.

¹⁰¹⁹ Esse processo de compras para pôr um rígido planejamento externo e interno, com base no orçamento disponibilizado pelo MD, e repassado ao CMA, para contemplar as necessidades de equipamentos, suprimentos e serviços dessas unidades para garantir as operações na fronteira. A fase seguinte é a de licitação e contratação dos produtos e serviços. Em todas as fases, há um rigoroso procedimento de segurança, devido à natureza sensível das operações militares.

¹⁰²⁰ Outros fatores também movimentam as economias de Bonfim e Pacaraima, mas que não foram objeto de análise desta pesquisa, como no caso do Comércio Formiga. A esse respeito Cf. FERREIRA, Max André de Araújo. *Comércio Formiga fronteiriço entre Brasil e Venezuela (2010-2014)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Boa Vista-RR, 2015, pp. 18-177. Cf. SIMÕES, Sulamita Oliveira; SENHORAS, Elói Martins. A dinâmica fronteiriça do comércio formiga na fronteira Guyana-Brasil. In: RODRIGUES, Francilene dos Santos; FERNANDES, Maria Luiza. (Org.). *Fronteiras e Interdisciplinaridade: limites e desafios*. Coletânea Sociedade e Fronteiras, v.1, Editora da UFRR, 2016, pp. 2-23.

Bonfim e Pacaraima, houve uma unanimidade na opinião de todos, que a sensação de segurança nas regiões no entorno desses PEFs é grande, demonstrando confiança tanto de militares quanto de civis nas ações dessas Organizações Militares em ambos os municípios.¹⁰²¹

Essas respostas dadas por essas duas categorias, se justificam, à medida que ambas as fronteiras têm características de porosidade, com a facilidade no tráfego de indivíduos, mercadorias e informações que cruzam esses espaços fronteiriços de maneira não regularizada, corroborando para o aumento de atividades ilícitas, como contrabando, migração irregular, atividades de garimpo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes ambientais, como reforça o pesquisador Carlos Moraes abaixo:

As fronteiras terrestres do Brasil, particularmente aquelas onde se localizam os PEFs, apresentam diversas ameaças internas e transnacionais que comprometem a segurança e a soberania nacional. Dentre esses óbices, cabe destacar o narcotráfico, as ações de facções criminosas, a instabilidade dos países limítrofes, o contrabando, o descaminho, o tráfico de armas e de seres humanos, a imigração ilegal, a presença de grupos paramilitares e de guerrilha, o garimpo ilegal, a ação de Organizações Não Governamentais (ONG), os crimes ambientais e a biopirataria.¹⁰²²

Essa sensação de segurança relatada, pode ser um reflexo do resultado das operações que são realizadas por esses PEFs nas faixas de fronteiras desses municípios, com a colaboração da Polícia Federal, Receita Federal, agentes das polícias civis, corpo de bombeiros e militares locais, guardas municipais, órgãos de fiscalização e controle aduaneiros, além das cooperações internacionais.

¹⁰²¹ Essa percepção coletiva é reforçada pelo resultado das inúmeras operações que são realizadas na região da Tríplice Fronteira. Ademais, Operações mais recentes, realizadas pela Polícia Federal em 2021, como no caso das Operações Tabuleiro e Presente de Grego, corroboraram para desarticular organizações criminosas, sobretudo na fronteira, com a Venezuela e a Guiana, reforçando a sensação de segurança pelos moradores locais. Cf. MAGALHÃES, Cândida Alzira Bentes de; CARMO, Simone Arruda do. Tríplice Fronteira: aspectos do crime organizado em Roraima. *Boletim de Conjuntura*, ano IV, vol. 12, n. 36, Boa Vista, 2022, p. 91. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/789/535>. Acesso em: 15 abr. 2024.

¹⁰²² MORAES, Carlos Henrique Arantes de. A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira. *Revista Agulhas Negras*, Resende, v. 5, n.º 6, 2021, p. 107. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman/article/view/7750/7320>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Imagem 36 - Operação Centro Legal (fiscalização interagências) Terminal Rodoviário Rubens Cabral de Macêdo - Pacaraima



Fonte: Silva, 2020, p. 22.¹⁰²³

A atuação desses PEFs em Bonfim e Pacaraima vai além da defesa, estendendo-se à preservação da ordem pública, especialmente no combate aos crimes ambientais e transfronteiriços, bem como salvaguardar as pessoas. Além de desempenhar um papel crucial nessas áreas, os PEFs contribuem para promover a dignidade das populações locais ao fornecer serviços diversos, incluindo saúde e educação, à comunidade civil nas proximidades.

Conforme aponta o pesquisador Carlos Wellington Leite de Almeida, a oferta de serviços como educação e saúde no âmbito desses Pelotões. Esta oferta está ligada à política de defesa, com base no entendimento de políticas públicas para o tratamento de problemas específicos, que não possam ser transferidos para a iniciativa privada ou governamental, visando soluções efetivas para esses problemas.¹⁰²⁴

Dessa forma, oferecem suporte essencial às comunidades locais, compreendendo brasileiros indígenas, caboclos e ribeirinhos, e cultivam um sentimento de orgulho e pertencimento à nação.¹⁰²⁵

¹⁰²³ SILVA, Igor de Souza e. *A importância Geoestratégica da linha de fronteira Brasil/Venezuela – uma análise das expressões do Poder Nacional em contribuição para cooperação civil-militar no âmbito da Op. Acolhida e Op. Controle na cidade de Pacaraima em 2019*. Especialização em Ciências Militares. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020, p. 22.

¹⁰²⁴ ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 16, nº 1, Jun., 2010, p. 222. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/s7rPSmQTzWxwS6vKzYMwjtN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2024.

¹⁰²⁵ RODRIGUES, Caio César de Almeida. *A atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia no tocante ao narcotráfico e outros crimes transfronteiriços no período de 2015 a 2017*. Graduação em Ciências Militares - Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN - RJ, 2019, p. 9.

Portanto, é imperativo que os militares destacados nessas regiões recebam treinamento específico, voltado para assegurar sua própria segurança e combater eficazmente os crimes transfronteiriços.¹⁰²⁶ Essa preparação é essencial para manter a hegemonia sobre a região, afastando ameaças conforme estabelecido pelos princípios delineados no Art. 17-A, inciso IV, da Lei Complementar n.º 97, de 09 de junho de 1999.¹⁰²⁷ Esta legislação confere à Força Terrestre a competência para o uso do poder de polícia na faixa de fronteira terrestre do país, seja de maneira independente ou em cooperação com outros órgãos do Poder Executivo.¹⁰²⁸

Alguns trabalhos analisados trouxeram subsídios importantes para este estudo, no tocante à presença militar e a sua contribuição socioeconômica para a faixa de fronteira da região Norte, como a pesquisa realizada por Carlos Moraes, Dan Pereira e Tássio Franchi, a respeito da influência socioeconômica da presença militar em Barcelos no Amazonas.¹⁰²⁹

Somam-se a isso, exemplos pesquisados acerca das questões de renda e desenvolvimento socioeconômico, sobretudo na região Norte, encontrados e analisados nos trabalhos de pesquisadores como: José Alcides Figueiredo Santos¹⁰³⁰ e Paulo Rogério de Freitas Silva.¹⁰³¹ Contudo, o diferencial desta Tese, se configura pelo seu ineditismo, em analisar as contribuições socioeconômicas desses PEFs, com ênfase nos municípios de Bonfim e Pacaraima, pois, na Literatura analisada, não foram encontrados trabalhos com esta finalidade específica.

¹⁰²⁶ Miguel Patrice Philippe Dhenin alerta para os desafios que as Forças Armadas enfrentam para a preservação da Amazônia. Cf. DHENIN, Miguel Patrice Philippe. *Transformações do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira: a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado do Acre e no Estado de Roraima (1985-2016)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência Política, Niterói - RJ, 2017, p. 74. Para tanto, a fim de prepará-los para esse desafio, sargentos e oficiais passam pelo curso de Operações na Selva.

¹⁰²⁷ BRASIL. Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2097%2C%20DE%209%20DE%20JUNHO%20DE%201999&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20normas%20gerais,o%20emprego%20das%20For%C3%A7as%20Armadas. Acesso em: 17 out. 2023.

¹⁰²⁸ RODRIGUES, A *atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia...*, p. 10.

¹⁰²⁹ MORAES, Carlos Henrique Arantes de; PEREIRA, Dan Milli; FRANCHI, Tássio. O reflexo socioeconômico da presença militar na fronteira norte: Barcelos-AM e o 3.º Batalhão de Infantaria de Selva. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 55, janeiro/abril, 2022, pp. 107-132. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/8515>. Acesso em: 28 jan. 2024.

¹⁰³⁰ SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, n.º 1, 2015, pp. 79 a 110. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/psKB6mWgLXW7WSJSrhTZYFF/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2024.

¹⁰³¹ SILVA, Paulo Rogério de Freitas; ROCHA, Valcléia Barros. Pacaraima no contexto regional fronteiriço: Brasil - Venezuela. In: VERAS, Antonio Tolrino de Resende. SENHORAS, Elói Martins. (Org.). *Pacaraima: um olhar geográfico*. Coleção: comunicações e políticas públicas. 1ª Ed. Boa Vista: EDUFRR, 2012, v. 1, pp. 40-60.

Ressalta-se, também, a importância desses pelotões tanto no âmbito da assistência à saúde desses municípios, quanto nas intervenções educativas e sociocomunitárias, como indica Vagner Ferreira em sua pesquisa a respeito das ações do 3.º PEF.¹⁰³²

Em síntese, após a minuciosa análise feita nos indicadores socioeconômicos dos municípios de Bonfim e Pacaraima neste capítulo, constatou-se que a presença militar nessas regiões vai além da contribuição para a segurança local; pois os dados sugerem que ela também tem impactos econômicos e sociais positivos.

Essa presença resulta na criação de empregos diretos e indiretos, além do estímulo ao comércio e da oferta de serviços médicos à população civil e aos povos indígenas. Observou-se, também, a importância estratégica dessas unidades militares no âmbito da promoção do desenvolvimento regional e na melhoria da qualidade de vida na faixa de fronteira e seus arredores.

Os dados apresentados no trabalho indicam avanços nos indicadores econômicos e sociais desses municípios, especialmente na temporalidade da pesquisa. Isso foi destacado por meio dos aumentos que ocorreram no PIB, Renda Per Capita, IDH e IDHM durante o período analisado. Em suma, evidenciou-se que a presença militar nessas regiões desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico tanto em Bonfim quanto em Pacaraima, com destaque para a geração de emprego e renda e do bem-estar da população.

Conclusão

A Estratégia da Presença Militar na Amazônia ampara-se na premissa das ameaças externas. Para os militares, a garantia da Defesa Nacional é encarada como uma missão. Para tanto, eles exaltam as estratégias militares e geopolíticas utilizadas pelos colonizadores portugueses, mitificadas em analogia à perspectiva aplicada no direito romano ao seu Exército, às práticas castrenses no Exército Brasileiro.

Nesse contexto, criou-se uma narrativa que elevou Caxias ao panteão dos heróis da pátria, conduzindo-o ao patronato militar. Não obstante, essa tradição foi aplicada a muitas Organizações Militares, que a mantém viva até os dias de hoje.

No caso específico dos Pelotões Especiais de Fronteira, objeto desta Tese, segundo à premissa militar, eles têm a missão - enquanto força militar terrestre -, de proteger e ordenar a

¹⁰³² FERREIRA, Vagner. *Exército Brasileiro e Amazônia: intervenções educativas sociocomunitárias, intersubjetividade e tecnologias sociais no 3.º Pelotão Especial de Fronteira - 3.º PEF, em Pacaraima-RR*. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, São Paulo, 2016, pp. 29-112.

faixa de fronteira brasileira. Soma-se a isso, a vigilância, o patrulhamento e o controle das áreas de fronteira.

Para além dessas ações, constatou-se que os PEFs instalados em Bonfim e Pacaraima, também contribuem com atribuições fora da sua natureza militar, com a prestação de serviços médicos e odontológicos à população.

Contudo, a pergunta central desta pesquisa buscou preencher uma lacuna sobre o possível desenvolvimento socioeconômico desses municípios, entre os anos de 1991 e 2022, com base na presença militar do 1.º e 3.º PEF. Chegou-se à seguinte indagação: como a presença militar nos 1.º e 3.º Pelotões Especiais de Fronteira contribuiu para os municípios de Bonfim e Pacaraima em termos socioeconômicos? Para isso, utilizou-se uma metodologia quali-quantitativa, que permitiu uma visão mais abrangente e detalhada do desenvolvimento socioeconômico local e dos impactos da presença militar nesses municípios.

Outrossim, a pesquisa traz questões relevantes que podem suscitar reflexões e ações futuras por parte do poder público, evidenciando não apenas a importância dessas Organizações Militares nesses municípios, mas detalhando aspectos relacionados à diferença salarial entre trabalhadores formais e militares, influência do soldo militar para o crescimento do PIB local, além das melhoras no IDM, IDHM e dos indicadores educacionais municipais.

Por outro lado, observou-se que alguns serviços ofertados à população são precários, nos casos da coleta de resíduos sólidos, esgoto, abastecimento de água e energia elétrica. Portanto, este estudo, além de contribuir por meio da presença militar desses pelotões para evidenciar os benefícios socioeconômicos às populações desses municípios, também serviu para descortinar os problemas existentes na infraestrutura desses municípios, fato que pode servir de base para a geração de futuras políticas públicas para ambos.

No que concerne aos objetivos propostos nesta pesquisa, no primeiro capítulo, constatou-se a partir de análises realizadas, que houve um aumento da presença militar terrestre na Amazônia ao longo dos séculos, principalmente, com base em estratégias geopolíticas, utilizadas por militares luso-brasileiros, com ênfase no processo de colonização da Amazônia, notadamente com a construção de fortificações pela região.

Já no segundo capítulo, se evidenciou com êxito o processo de delimitação fronteiriça do território amazônico, sobretudo do Arco norte, assim como explicitou-se a construção da legislação da faixa de fronteira brasileira e os inúmeros conflitos e disputas existentes, desde o período colonial, até o tempo presente, ratificando a presença militar, inicialmente, por meio da instalação de Colônias Militares e, posteriormente, da instalação dos Pelotões Especiais de Fronteira.

O objetivo do terceiro capítulo teve um caráter emblemático para esta Tese, pois ele versou sobre o pensamento e as ações desenvolvimentistas militares para o Brasil e para a Amazônia, com ênfase em Roraima. Este objetivo, também foi analisado e concluído com êxito, mas traz reflexões importantes e necessárias, para além dos planos de desenvolvimentos analisados neste trabalho, pois as respostas encontradas acerca da presença militar em Roraima, fora da faixa de fronteira onde os PEFs estão localizados, traz questionamentos importantes, principalmente, no caso da construção da BR 174, que quase dizimou a etnia Waimiri-Atroari durante a ditadura civil-militar, deixo registrado amiúde nesta Tese, a necessidade de reparação para este povo por parte do Estado Brasileiro.

Objetivo do quarto capítulo também foi alcançado, pois foi possível, a partir dos dados coletados e analisados, da pesquisa de campo e das fontes empíricas, chegar aos resultados apresentados neste trabalho.

Outrossim, a validação das hipóteses levantadas na pesquisa foram fundamentais para a confiabilidade dos resultados obtidos. Nesse sentido, a primeira hipótese levantada neste trabalho foi confirmada durante as observações realizadas nas pesquisas de campo, onde foi descrito por militares e civis a sensação de segurança que esses PEFs passam para a população em seu entorno.

Já a segunda hipótese, também foi confirmada, acerca da queda de ilícitos cometidos na faixa de fronteira, sobretudo com a apresentação de informações e dados das operações realizadas pelas Forças Armadas e pelos PEFs, com apoio das polícias Federal, Civil e Militar e da cooperação interagências.

A terceira hipótese também foi confirmada pelos dados apresentados na pesquisa, à medida que, esses dados reforçam que as ações implementadas por essas Organizações Militares nesses municípios, trouxeram resultados positivos em áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico local, como na saúde, educação, segurança e dinamização econômica. Ressalta-se, contudo, que, em um espectro mais amplo - principalmente em relação ao genocídio imposto ao povo Waimiri-Atroari pelo Estado brasileiro -, a presença militar em Roraima tem também outra face.

Já a quarta hipótese esbarrou na situação do povo indígena Yanomami, em que pese o foco da pesquisa incidir na análise da presença militar nos municípios de Bonfim e Pacaraima, por meio das ações do 1.º e do 3.º PEF, sua verticalização acendeu um importante alerta, acerca da efetividade das ações militares desenvolvidas em outros PEFs, como nos casos do 4.º PEF, localizado em Surucucu e no 5.º PEF, localizado em Maturacá e Auaris, ambos TI Yanomami.

Apesar da presença militar nesses territórios tradicionais há muitos anos, o garimpo ilegal continua sendo um problema clássico. Mesmo com as recentes ações do governo federal para a desintrusão dos invasores, a questão persiste e demanda ações mais energéticas por parte do Poder Público para seu enfrentamento.

Mesmo com essa questão relatada acima, que merece dos três poderes da República, sociedade civil e das Forças Armadas, toda a atenção possível, a quarta hipótese levantada neste trabalho, acabou se concretizando, pois se constatou a partir dos dados analisados, a importância desses PEFs para às populações de Bonfim e Pacaraima, principalmente, no tocante à geração de emprego e renda, assistência médica, segurança e preservação ambiental.

No que diz respeito à metodologia utilizada nesta pesquisa, optou-se pela abordagem quali-quantitativa, que nos permitiu uma compreensão mais abrangente do nosso objeto de estudo. Essa avaliação multimétodo nos levou a uma análise metodológica triangular, complementando os resultados empíricos aos dados quantitativos e as fontes consultadas, fato que nos permitiu uma análise qualitativa mais ampla e confiável desses dados, possibilitando a validação das hipóteses e abrindo possibilidades para a formulação de políticas públicas para esses municípios, com base nesses resultados.

Por outro lado, faz-se necessário o registro das dificuldades encontradas durante o percurso. Principalmente, no início da pesquisa, onde as restrições de mobilidade e distanciamento social, dificultaram o início da coleta de dados presencial e da pesquisa de campo. Além disso, a necessidade de adaptação a uma nova realidade que exigiu novas habilidades para lidar com os desafios do trabalho remoto e do fechamento das instituições de ensino e de custódia das fontes, foram outros desafios que tiveram que ser superados.

A dependência de plataformas *on-line* para cursar as disciplinas, foi outro entrave inicial, pois esbarrou na precariedade da prestação do serviço de internet em Boa Vista durante a fase mais crítica da pandemia, entre os anos de 2021 e 2022, dificultando e atrasando algumas participações necessárias em eventos e disciplinas nos dois primeiros anos do doutorado.

Registra-se amiúde, também, o negacionismo do governo federal na época, que refutava a confiabilidade dos estudos científicos e os resultados das primeiras vacinas que foram desenvolvidas para conter o avanço da pandemia. Além da drástica diminuição de recursos para o fomento de pesquisas científicas no país, fato que impossibilitou, inicialmente, a concessão de uma bolsa de estudos por parte das agências de fomento nos primeiros dois anos de curso para o desenvolvimento da pesquisa.

Outros dois momentos difíceis também tiveram que ser superados. O primeiro deles, trata-se da demora institucional para sair a portaria de liberação para cursar a Pós-Graduação.

Isso, devido à burocracia institucional e da necessidade de se refazer a comissão que deliberou pela anuência da liberação.

Já o outro motivo, refere-se igualmente à burocracia para a obtenção de informações por parte das Forças Armadas, que durante o percurso da pesquisa demonstrou uma postura fechada em relação aos pedidos feitos por este pesquisador civil, sendo necessário, fazê-los via lei de acesso à informação.¹⁰³³

Outro entrave, foi a demora que houve na liberação por parte do IBGE, dos dados do Censo que deveria ter sido realizado em 2020 e por questões de restrições orçamentárias, problemas logísticos e da própria pandemia, esses dados só foram parcialmente divulgados em 2022, fato que atrasou o início do processo da coleta e da análise desses dados.

Mesmo com todas essas dificuldades relatadas acima, a pesquisa foi concluída com êxito, e esperamos que a apresentação futura deste trabalho para a comunidade acadêmica e a sociedade, se ratifique como uma contribuição inédita à ciência e ao campo da história militar e para a historiografia amazônica.

Consideramos, também, sua relevância para consulta, planejamento e desenvolvimento de políticas públicas para os municípios de Bonfim e Pacaraima, com base nos resultados apresentados.

Ressalta-se que este estudo teve suas dificuldades e limitações; porém, poderá abrir novos caminhos para que outros pesquisadores se debrucem na temática abordada e contribuam com novas análises e percepções.

Em síntese, ao abordar as vicissitudes da presença militar na Amazônia, especificamente, no 1.º e no 3.º PEF nos municípios de Bonfim e Pacaraima, este trabalho procurou evidenciar os reflexos socioeconômicos desta presença, onde os dados analisados, apresentaram indicadores positivos associados à presença militar nesses municípios.

Contudo, este estudo também serve de alerta para as autoridades locais, estaduais e federais, por conta das evidências na precariedade de determinados serviços ofertados às populações de ambos os municípios. Além disso, é imperiosa a necessidade de uma revisão do papel das Forças Armadas nas terras indígenas de Roraima, onde a presença militar, infelizmente, ainda não obteve o efeito necessário.

¹⁰³³ BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Lei de Acesso à Informação*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

Instituições e Sítios Eletrônicos

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>. Acesso em: 16 jan. 2024.

AMAZÔNIA LATITUDE. *Como a Ditadura usou bancos, estradas e decretos para ocupar a Amazônia*, 2023, p. 1. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/>. Acesso em: 21 out. 2024.

ANEEL. *Alteração de características técnicas das Usinas Termelétricas - UTEs UTX Amajari e UTX Pacaraima, localizadas, respectivamente, nos municípios de Amajari e Pacaraima, estado de Roraima*, 2023. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/cedoc/area202314195_1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

ASCOM/MPF-AM. *Locais de memória do povo Waimiri-Atroari em decorrência das mortes durante a abertura da BR-174*, Manaus, 2018.

ATLAS BRASIL. *IDMH do Município de Bonfim-RR*, 2020. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/bonfim-rr/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BNDES, Fundo Amazônia. *Relatório de Atividade*, 2010.

BNDES, Fundo Amazônia. *Relatório de Atividade*, 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE PACARAIMA. *A história do município de Pacaraima*. Disponível em: <https://www.pacaraima.rr.leg.br/institucional/historia/a-historia-do-municipio-de-pacaraima>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, art. 7.º. *Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico do município de Pacaraima*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.

CENSIPAM. *Infraestrutura Tecnológica do Censipam*. Disponível em: <https://panorama.sipam.gov.br/panorama/pages/painel.html#>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CENSIPAM. *Relatório de Atividades (2015-2022)*. Disponível em: <https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/relatorios/arquivos/relatorio-de-atividades-2019.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FUNAI. *Índios: Quem São*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 01 jan. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Atlas Histórico: Tratados de Fixação de Limites Territoriais*, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/tratados-de-fixacao-de-limites-territoriais>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas*. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. - Rio de Janeiro: FGV - DAPP, 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Indicadores educacionais de Pacaraima*. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/1400456-pacaraima/ideb>. Acesso em: 24 jan. 2024.

IBGE. *Contas Regionais, Bonfim, 2022*. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1-3R9kw5kg9rzzxTTI61PWjPqbbZti2AA>. Acesso em: 12 jan. 2024.

IBGE. *Dados econômicos do município de Bonfim-RR: população ocupada, 2022*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2024.

IBGE. *Dados econômicos do município de Pacaraima-RR: PIB Per Capita, 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IBGE. *Dados educacionais do município de Bonfim, 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2024.

IBGE. *Dados populacionais do município de Bonfim-RR, 2022*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IBGE. *Dados populacionais do município de Pacaraima-RR, 2022*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 18 jan. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Faixa de Fronteira internacional do Brasil: cidades gêmeas de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, malha municipal de Pacaraima, 2021*. Adaptado por OLIVEIRA, Lucas Migliorini de, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

IBGE. *Indicadores educacionais do município de Pacaraima, 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 22 jan. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Mapa de localização do município de Bonfim-RR e a fronteira com a Guiana, malha municipal de Bonfim, 2021*. Adaptado por OLIVEIRA, Lucas Migliorini de, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

IBGE. *PIB Per Capita do município de Pacaraima, 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama>. Acesso em: 23 jan. 2024.

IBGE. *PIB do município de Pacaraima: 1991 - 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/pesquisa/38/0?ano=2020>. Acesso em: 23 jan. 2024.

IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios de Bonfim e Pacaraima entre os anos de 2020 e 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2021>. Acesso em: 15 abr. 2024.

IBGE. Cidades e Estados. *População residente e área territorial de Bonfim, 2022*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/bonfim.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

INFOSANBAS. *Abastecimento de água no município de Bonfim*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/bonfim-rr/#Abastecimento-de-%C3%A1gua>. Acesso em: 22 jan. 2024.

INFOSANBAS. *Aspectos do saneamento básico em Pacaraima*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-esgotamento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

INFOSANBAS. *Detalhamento do serviço de abastecimento de água em Pacaraima, 2010*. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#modalidades-abastecimento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

INFOSANBAS. *Distribuição do esgotamento sanitário em Pacaraima: áreas urbanas e rurais, 2010*.

Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-esgotamento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

INFOSANBAS. *Políticas Públicas de Saneamento Básico – Bonfim*. Disponível em: https://infosanbas.org.br/municipio/bonfim-rr/#politicas_publicas_saneamento. Acesso em: 22 jan. 2024.

INFOSANBAS. *Políticas Públicas de Saneamento Básico – Pacaraima*. Disponível em: https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#politicas_publicas_saneamento. Acesso em: 22 jan. 2024.

INSTITUTO ÁGUA e SANEAMENTO. *Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos em Pacaraima*. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rr/pacaraima>. Acesso em: 26 jan. 2024.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. *Saneamento Básico em Pacaraima*. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rr/pacaraima>. Acesso em: 26 jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. *Incrementos de desmatamento na Amazônia (1988-2023)*. Disponível em: <http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 26 dez. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. *Monitoramento dos Focos Ativos por Bioma: Amazônia (1988-2023)*. Disponível em: http://terrabilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/. Acesso em: 26 dez. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *O que é? - Índice de Gini?* Ano 1. Edição 4, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 jan. 2024.

IPHAN. *História - Manaus (AM)*, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1214/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

IPHAN. *Patrimônio Material - AP*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/522/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ITERAIMA - Instituto de Terras e Colonização de Roraima. *Mapa das Terras Indígenas de Bonfim-RR*, 2007.

ITERAIMA - Instituto de Terras e Colonização de Roraima. *Mapa das Terras Indígenas de Pacaraima-RR*, 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e Bases para Ação de Governo*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

PREFEITURA DE PACARAIMA. *O Projeto de Eletrificação Urbana continua sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Pacaraima nas ruas do centro da cidade*, 2019. Disponível em: <http://www.pacaraima.rr.gov.br/noticias/972>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SEPLAN-RR. *Estudos Temáticos do Diagnóstico Socioeconômico para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima (ZEE-RR)*, 2017.

SNIS/Ministério das Cidades. *Coleta regular de lixo em Pacaraima*, 2020. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-residuos-solidos>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SNIS/Ministério das Cidades. *Painel de indicadores: água Pacaraima*. Disponível em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores-hmg/web/agua_esgoto/mapa-agua?codigo=1400456. Acesso em: 26 jan. 2024.

SNIS/Ministério das Cidades. *Serviço de esgotamento sanitário - Pacaraima*, 2020. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pacaraima-rr/#servico-esgotamento>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SPVEA. *Perspectivas do I Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Belém-PA, 1954.

SUDAM. Informações institucionais. *Relação de Superintendentes e Diretores*, s/d. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/relacao-superintendentes-e-diretores-desde-fundacao.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SUDAM. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Histórico da SUDAM*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SUDAM. Ministério do Interior. *Esquema de Trabalho do Ministério para a elaboração do III Plano Nacional de Desenvolvimento*. Pré-Projeto Minter I. Brasília, junho de 1978.

SUDAM. Ministério do Interior. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém, 1971.

SUDAM. Ministério do Interior. *II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo para a Amazônia (1975-1979)*. Belém, 1976.

SUDAM. *Planos e Metas do Governo: O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*, Manaus, Amazonas, julho de 1971.

SUDAM, *Relatório de Avaliação Sudam nos Estados, 2021*. Disponível em: https://www.gov.br/sudam/ptbr/RelatorioSudamnosEstados.cdrRelatorio_Sudam_nos_Estados_compressed_compressed1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *Levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas institucionais norteadores dos planos de desenvolvimento da Amazônia*. – Belém: SUDAM, 2019.

Fontes

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Parecer: Interpretação do art. 142 da Constituição Federal. Papel das Forças Armadas num Estado Democrático de Direito*. Brasília, 3 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/06/parecer.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados - Projeto de Lei – PL 7388/2010. *Dá nova redação e acresce dispositivo à Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para instituir o Comitê de Articulação Federativa - CAF*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/478524>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Brasília: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*; v. 1, CNV, 2014, 402 p. Tomo II.

BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 94.159 de 31 de março de 1987. *Altera a denominação, a estrutura básica e a competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94159-31-marco-1987-444625-norma-pe.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 6.703, de 18 de dezembro de 2008. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. 19/12/2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.276, de 25 de agosto de 2010. *Aprova a Estrutura Militar de Defesa e dá outras providências*. Diário Oficial da União. 26/08/2010, p. 10. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7276.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 60.296, de 3 de março de 1967. *Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967, 1971*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60296-3-marco-1967-401136-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 2.249 - de 29 de abril de 1910. *Aprova o Tratado concluído no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1910 entre o Brasil e o Peru, completando a determinação das fronteiras entre os dois países e estabelecendo princípios gerais sobre o seu comércio e navegação na bacia do Amazonas*. [sic]. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/173042-aprova-o-tratado-concluido-no-rio-de-janeiro-a-8-de-setembro-de-1910-entre-o-brasil-e-o-peru-completando-a-determinacao-das-fronteiras-entre-os-dois-paises-e-estabelecendo-principios-gerais-sobr.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. *Autoriza o Presidente da República a administrar provisoriamente o território reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia, e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/2/1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1181-25-fevereiro-1904-583573-norma-pl.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 60.606, de 20 de abril de 1967. *Cria a Colônia Militar de Tabatinga*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/4/1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60606-20-abril-1967-401505-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 68.907, de 13 de julho de 1971. *Cria a Reserva Waimiri-Atroari*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68907-13-julho-1971-411391-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 64.497, de 13 de maio de 1969. *Cria o Comando de Fronteira de Roraima*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/5/1969, p. 4065. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64497-13-maio-1969-405979-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 50.480, de 20 de abril de 1961. *Cria a 9.ª Companhia de Fronteira com sede em Boa Vista - Território Federal do Rio Branco subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50480-20-abril-1961-390114-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 63.975, de 10 de janeiro de 1969. *Cria o Comando de Fronteira do Solimões, transforma a 7ª Companhia de Fronteira em 1º Batalhão Especial de Fronteira e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/1/1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63975-10-janeiro-1969-405561-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 40.179, de 27 de outubro de 1956. *Cria o Comando Militar da Amazônia*. Diário Oficial da União - seção 1 - 27/10/1956. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1956/D40179.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 63.184, de 27 de agosto de 1968. *Cria o 6º Batalhão de Engenharia de Construção*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/8/1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63184-27-agosto-1968-404479-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 39.863, de 28 de agosto de 1956. *Cria os Exércitos constitutivos das Forças Terrestres*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/8/1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39863-28-agosto-1956-333390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 9.784, de 7 de maio de 2019. *Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm#art1. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 86.630, de 23 novembro de 1981. *Declara interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas, área que discrimina nos Municípios de Novo Airão e Itapiranga, no Estado do Amazonas, e Caracaraí, no Território Federal de Roraima, e da outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86630-23-novembro-1981-436058-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 892, de 12 de agosto de 1993. *Define orientação para o processo de implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0892.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.424, de 5 de janeiro de 2011. *Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2011/decreto/D7424.htm. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 431, de 2 de julho de 1891. *Divide em sete districtos militares o territorio da Republica e extingue os lugares de commandante de armas e de brigada*. Coleção de Leis do Brasil - 1891, página 1, vol. 2. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-431-2-julho-1891-525018->

[publicacaooriginal1pe.html#:~:text=Divide%20em%20sete%20districtos%20militares,de%20armas%20e%20de%20brigada](#). Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Decreto de 08 de setembro de 2010. *Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF*. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=08/091&ano=2010&ato=64coXRE1keVpWT9e1>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 9.810, de 30 de maio de 2019. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Decreto de 24 de março de 1994. *Institui o "Dia do Exército Brasileiro"*. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1994/decreto-42659-24-marco-1994-579403-publicacaooriginal-102296-pe.html. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 6.181, de 3 de agosto de 2007. *Institui o Comitê de Articulação Federativa - CAF*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6181.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.496, de 8 de junho de 2011. *Institui o Plano Estratégico de Fronteiras*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7496.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 8.903, de 16 de novembro de 2016. *Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 5.161, de 10 de março de 1904. *Manda executar o Tratado de permuta de territorios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1900-1909/d05161.html. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto de 18 de outubro de 1810. *Manda que só paguem 15% de direitos de entrada os generos e mercadorias inglezas importadas por conta de portugezes*. Collecção das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891, pp. 216 - 217. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/Legimp-B1_58.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 5.188, de 7 de Abril de 1904. *Organiza o territorio do Acre*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/4/1904, p. 1676. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-republicacao-107275-pe.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 44.359, de 23 de agosto de 1958. *Organização e instalação de Colônias Militares de Fronteira na Amazônia*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/9/1958, p. 19513. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44359-23-agosto-1958-383469-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 4.280, de 28 de novembro de 1868. *Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação, Celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolivia*. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1868, p. 583, vol. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, art. 3.º. *Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6759.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 85.064, de 26 de agosto de 1980. *Regulamenta a Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira*. Diário Oficial da União, 27/08/1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d85064.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 4.200, de 17 de abril de 2002. *Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM*, altera sua denominação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4200.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.200%2C%20DE%2017%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Transfere%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Defesa,denomina%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 65.133, de 11 de setembro de 1969. *Transforma Organização Militar na Amazônia e dá outras providências*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/9/1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65133-11-setembro-1969-406343-norma-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967. *Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-288-28-fevereiro-1967-376805publicacaooriginal1pe.html#:~:text=Altera%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20da%20Lei,a%20Zona%20Franca%20de%20Manaus>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970. *Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943. *Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú*. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*. Diário Oficial da União, 6/09/1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 728, de 6 de agosto de 1969. *Institui o Código de Vencimentos dos Militares, dispõe sobre indenizações, proventos, outros direitos e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-728-6-agosto-1969-376267-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.265, de 11 de junho de 2014. *Regulamenta a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, no tocante às aeronaves sujeitas à medida de destruição, no período de 12 de junho a 17 de julho de 2014*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2014/decreto/d8265.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%207.565,17%20de%20julho%20de%202014. Acesso em: 114 abr. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. EB20-MF-10.102. *Doutrina Militar Terrestre*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4760>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. *Histórico do 1.º PEF – Bonfim*, 2017. Disponível em: https://7bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. *Histórico do 3.º PEF – Pacaraima*, 2017. Disponível em: https://7bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. *Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras*. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. *Exposição de Motivos Interministerial /MRE/MI/SRI-PR de 22 de julho de 2010*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. *Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)*, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República: 1986-1989*. SEPLAN/PR, Brasília-DF, 1986.

BRASIL. Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998. *Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese destruição de aeronave*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9614.htm. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.486, de 6 de junho de 1986. *Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7486-6-junho-1986-368175-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. Lei n.º 5.447, de 4 de junho de 1968. *Concede isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementos, destinados a empresas que exploram serviços aerofotogramétricos.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5447.htm. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Lei n.º 5.365, de 1º de dezembro de 1967. *Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO, e dá outras providências.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5365.htm. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. *Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 3.692, de 15 de dezembro de 1959. *Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.* Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-norma-pl.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Lei de Acesso à Informação.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. *Reestrutura a carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/13954.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010. *Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2097%2C%20DE%20JUNHO%20DE%201999&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20normas%20gerais,o%20emprego%20das%20For%C3%A7as%20Armadas. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Lei Federal n.º 6.634, de 2 de maio de 1979. *Dispões sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto n.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970 e dá outras providências*. Diário Oficial da União – 03/05/1979, reificado em 11/05/1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS). Histórico*. Portal eletrônico do CFR/7º BIS, 2019, p. 1. Disponível em: <https://7bis.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Informativo Estratégico. *Estratégia da presença: Antigos conceitos, novas ideias*. Ano 1. Número 1, abril 2015. Brasília. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército - CEEEx. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEExIE/article/view/1145/1142>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Garantia da Lei e da Ordem*, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Campanha Estratégia C-124-1*. 3ª Edição, 2001. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/115/1/C-124-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Fundamentos: Estratégia: EB20-MF-03.106*, 5ª Edição, 2020. Disponível em: https://12cgcfex.eb.mil.br/images/1secao/2020/Mnl_Estratgia_-_AGO_20.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Orçamento de Defesa*, 2010-2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Histórico da SUDAM*. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *MDR lança programa para fortalecer desenvolvimento nas cidades localizadas na faixa de fronteira*, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/mdr-lanca-programa-para-fortalecer-desenvolvimento-nas-cidades-localizadas-na-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços. *Arquivo Nacional – Memórias Reveladas*, CNV, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixaFronteira.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programas e Ações - *Plano Estratégico de Fronteiras - PEF 2011*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais - SPR. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais (SPR/MI). *Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais: PROMESO - II Relatório de Gestão*. Brasília, 2009. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/acessoainformacao/relatoriodegestao/2009/Relatorio-de-Gesto---EX-SPR---Exerccio-2009.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *1.ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – CBDL*, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/ResumoHistoricoGUIANA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *1.ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Descrição de Limites*, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/QuadroResumoGUIANA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *1.ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Documentos oficiais, atas das comissões mistas e de densificação*, 2022, pp. 1-3. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/ListagemdaDocumentaoOficialGUIANA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *1.ª PCBDL e 2.ª SCBDL*. Brasil, Fronteiras terrestres. Adaptado de Eduardo Pereira de Castilho. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, Brasília, 2023, pp. 1-2. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/fronteiras-terrestres-brasil-13052015.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *1.ª e 2.ª CBDL/PCDL/SCDL. Brasil: Fronteiras terrestres*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de-limites/atividades-da-coordenacao-geral-de-demarcacao-de-limites-1>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, PCDL*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/demarcacao-de>

[limites/primeira-comissao-demarcadora-de-limites/IntroducaoFRANA.pdf](#). Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Fronteiras brasileiras*. Disponível em: <http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – Fronteiras brasileiras*. Disponível em: <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Tratado entre o Brasil e a Bolívia, concluído em Petrópolis aos 17 de novembro de 1903*. Disponível em: https://www.gov.br/iphane/pt-br/superintendencias/acre/BRASBOLI_TratadoPetrpolis.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. *O tratado de limites Brasil-Peru*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243216>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Portaria n.º 29 de 30/08/2010 / SNSP - Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Dispõe sobre a paridade entre INC/Força Nacional e a INC específica de Policiamento Especializado de Fronteiras*. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/215103-policiamento-especializado-de-fronteiras-dispoe-sobre-a-paridade-entre-inc-forua-nacional-e-a-inc-especifica-de-policiamento-especializado-de-fronteiras.html>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. *Relatório da participação dos negócios da guerra*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1888_00001.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Resolução n.º 01, de 20 de maio de 1980. *Aprova as partes reformuladas do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para os exercícios de 1980 a 1985*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescon/1980-1987/resolucao-1-20-maio-1980-534686-publicacaooriginal-20686-pl.html>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. *III Plano Nacional de Desenvolvimento*, 1980.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais - SRI. Resolução CAF n.º 8, de 19 de novembro de 2008. *Propõe a criação de Grupo de Trabalho Interfederativo para elaborar propostas que visem ao desenvolvimento e à articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, bem como à coordenação federativa dessas ações*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais – SRI. Resolução CAF nº 10, de 17 de novembro de 2009. *Propõe a inclusão de novos órgãos para compor o Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CARAVELA. *Crescimento econômico do município de Pacaraima*. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/pacaraima---rr>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIRCULAR n.º 04, de 12 de fevereiro de 1987. *Campanha Waimiri-Atroari*. CIMI, Brasília-DF, 1987.

CIRCULAR n.º 03, de 20 de janeiro de 1987. *Carta dos missionários Egydio e Doroti Schwade, expulsos da Aldeia Waimiri-Atroari*. CIMI, Brasília-DF, 1987.

COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. *A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: “por que kamña matou kiña”?* Campinas, São Paulo: Curt Nimuendajú, 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. *Carta do jornalista José de Queiroz Campos, ex-presidente da Funai, esclarecendo episódios relacionados com sua exoneração do cargo*. Brasília - DF, 1970.

DESENHOS E DOCUMENTOS KIÑA. Acervo Egydio Schwade, Aldeia Yawará, 1985/1986.

FOLHA BV. *Índices de rateio do ICMS mostra Bonfim em primeiro lugar*, 2022. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/economia/indices-de-rateio-do-icms-mostra-bonfim-em-primeiro-lugar/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FOLHA BV. *Mapeamento e afirmação da cultura de Roraima 4: Bonfim*, 2023. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/opiniao/mapeamento-e-afirmacao-da-cultura-de-roraima-4-bonfim/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FOLHA BV. *Moradores do Bonfim denunciam falta de energia*, 2015. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/moradores-do-bonfim-denunciam-falta-de-energia/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FOLHA BV. *Roraima possui a maior população indígena do país*. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/roraima-possui-a-maior-populacao-indigena-do-pais/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

FOLHA BV. *RR tem 11 etnias em 32 Terras Indígenas*. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/rr-tem-11-etnias-em-32-terras-indigenas/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

INFORMATIVO ESTRATÉGICO. Brasília. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Estratégia da Presença Antigos Conceitos, Novas Ideias*. Ano 1, n.º 1, abr, 2015. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEExIE/article/view/1145/1142>. Acesso em: 04 jan. 2024.

JORNAL DO COMMERCCIO. *Pelotões Especiais de Fronteira: defesa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental*. Manaus, s/d. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/colunas/pelotoes-especiais-de-fronteira-defesa-e-desenvolvimento-na-amazonia-ocidental/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO III: *questões de limites Guiana francesa primeira memória*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

O PODER JUDICIÁRIO NA HISTÓRIA DO AMAZONAS. *Justiça e política no Amazonas*

Imperial, 2022. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/images/2018/documentos/historia02.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2023.

PCN. Ministério da Defesa. *Programa Calha Norte*, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte. Acesso em: 13 dez. 2023.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE PACARAIMA. Pacaraima-RR, 2018. Disponível em: <https://app.rios.org.br/index.php/s/L2L5xgdpN7a4MBn?dir=undefined&path=%2Fpacaraima-rr&openfile=4423308>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PODER 360. *Com Bolsonaro, peso da Defesa no investimento federal cresce 33%*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/com-bolsonaro-peso-da-defesa-no-investimento-federal-cresce-33-dw/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

PROGRAMA CALHA NORTE. Relatório n.º 008/3ª SC/87. *Análise dos Projetos Especiais do Projeto Calha Norte*, 1987.

PROGRAMA CALHA NORTE. *Manual de Convênios e Contratos de Repasse*. Brasília, Ministério da Defesa, 2022.

RELATÓRIO. *Operação Amazônia*: apresentado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais - MECOR, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias ao Presidente Castelo Branco, 1966.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. *Programa Waimiri-Atroari*: referente ao exercício do ano de 2012. Convênio FUNAI/Eletronorte. Janeiro de 2013.

1º RELATÓRIO DO COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE do AMAZONAS. *O genocídio do povo Waimiri-Atroari*, 2012.

TRATADO, *Anulatório de El Pardo*, 1761, Art. II. Disponível em <http://info.lncc.br/pardo.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

VERDE OLIVA. *Pelotões Especiais de Fronteira*. ANO XXXIII – n.º 189 – pp. 40-43, jul/ago/set., 2006. Disponível em: <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/read/00123820643e6e0b8ee6a>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Bibliografia

ABREU, Caio Guilherme de Souza. *A garimpagem ilegal na faixa de fronteira oeste de Roraima*. Especialização em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História colonial: 1500-1800*. - Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ACUÑA, Christóbal de. *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*. Edição, tradução e introdução: Antônio R. Esteves. Edição bilíngue. Coedição: Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil. Asesoría Lingüística. Oltaver S.A. Buenos Libros Activos. Uruguay, 1994.

AGUIAR, Paloma Silva de Oliveira. *Essequibo em foco*: Um estudo de caso de um Contencioso Sul-americano. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, UFRR, Boa Vista-RR, 2016.

ALBUQUERQUE, José Figueiredo de. Colônia Militar do Oiapoque. *A Defesa Nacional*, v. 51, n.º 600, 1965. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4895>. Acesso em: 03 fev. 2023.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Charles Paulo Araújo de. *Estudo sobre a reestruturação dos Pelotões Especiais de Fronteira no âmbito do Comando Militar da Amazônia*. Especialização em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

ALMEIDA, Júlia Maria Corrêa; SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. Mobilidade humana e trabalho: o caso de brasileiros em Lethem na Guiana Inglesa. *Canoa do Tempo*, v. 11 n. 01, 2019 Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/5305/4657. Acesso em: 16 set. 2023.

AMORIM, Anny Reis Andrade. *Vocabulário Internacional de Termos de Fronteira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2016.

ANCONA LOPEZ, André Porto. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. *Diálogos*, UEM, 01: 219 - 226, 1997. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37431/19402>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ANDRADE, José Henrique Fischel de; LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v. 46, n.1, pp. 94-117, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/tC8P4CV9YqJL94F4QtCFnLc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

ARANHA, Ricardo Eller. *Análise de Curvas Fenológicas obtidas a partir de Séries Temporais NDVI-MODIS em escalas Interanuais e Intra-anuais no Município de Pacaraima, Roraima*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia, 2015, p. 15.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1992.

ARAÚJO NETO; José Carlos de; BARP, Wilson José; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Modelo Brasileiro do Ambiente Interagências para Operações na Fronteira. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 4, n.º 2, pp. 241-262, jul./dez., 2017, pp. 242-243. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/74656/42064>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ARRAES, Virgílio Caixeta. A presença britânica na ilha da Trindade: a reação do Parlamento brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília - DF, v. 39, n.153, pp. 241-253, 2002. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/760/R153-18.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 04 fev. 2023.

AZEVÊDO, Gregório Thaumaturgo de. *O Acre: limites com a Bolívia*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & Comp., 1901.

BAINES, Stephen Grant. A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção da "Autodeterminação Indígena" Dirigida. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.36, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111395/109580>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BAINES, Stephen Grant. “É a FUNAI que sabe”: A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991.

BAINES, Stephen Grant. O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, pp. 33-44, jan/abr., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19330/12526>. Acesso em: 16 set. 2023.

BAINES, Stephen Grant. *O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial*. Série Antropologia, Brasília, n.º 138, 1993.

BAINES, Stephen Grant. *Uma tradição indígena no contexto de grandes projetos: os Waimiri-Atroari*. Anuário Antropológico, v. 21 n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6660/7524>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BANDEIRA, Alípio. *A Cruz Indígena*. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1926.

BANDEIRA, Alípio. *Jauapery*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BARBOSA DA SILVA, Altiva. *Geopolítica na fronteira Norte do Brasil: o papel das Forças Armadas nas transformações socioespaciais do Estado de Roraima*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2007.

BARBOSA, Tania Maria Sena; FILHO, Artur Rosa. As pequenas cidades da Amazônia Setentrional: um estudo sobre Bonfim – RR. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.9, n.19, pp. 36-61, jan./abr., 2015. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/2759/1556>. Acesso em: 16 set. 2023.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação Humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série

Antropologia, vol. 9, n.º 1, 1993. Disponível em:

http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/1993Ocup%20Humana_I_BMPEG.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

BARBOZA RODRIGUES, João. *Pacificação dos Crichanás*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1885.

BARCELOS, Giovani da Silva. *Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação*. Dissertação de Mestrado – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *O tempo dos historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, Nilson Crocia de. Mobilidade populacional, fronteira e dinâmica das paisagens na Amazônia: o caso de Roraima, Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife. v. 12, n. 2, pp. 237-284, jul/dez., 1996. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1187>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. 1. reimpr. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BASTOS, Carlos Augusto. Demarcações de limites e circulações nas fronteiras da Amazônia ibérica (c.1780-c.1790). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.16, pp. 147-168, jan/jun., 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/27128/19595>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BENTO, Cláudio Moreira. *A conquista da Amazônia por Pedro Teixeira em 1º de agosto de 1639*. Rio de Janeiro: DNER, 1973. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/A%20CONQUISTA%20DA%20AMAZ%C3%95NIA.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BENTO, Cláudio Moreira. *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)*. Barra Mansa/RJ: Gráfica Drumond, 2017.

BENTO, Cláudio Moreira. *As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar*. 2.ed. - Porto Alegre: Gênese, 2004.

BENTO, Cláudio Moreira. *As guerras holandesas 1624-1654 na história do Exército em 1972*. Boletim Especial da AMAN, n.º 002, de 17 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/BOLETIM%20ESPECIAL%20N%C2%BA%20002%20de%2017%20NOV%202014%20DOA%20C3%87%C3%82O%20ACERVOA%20DA%20FAHIMTB%20A%20AMAN.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

BEZERRA, Maria José. *Invenções do Acre: de território a Estado – um olhar social*. Tese de Doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: USP, 2006.

BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará - 1840/1860. *Topoi*, Rio de Janeiro, pp. 73-112 mar., 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/5jpPD9NrRJ3z3ghyqHrF4DQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BIZERRA, Antônio José de Araújo. Demarcação de fronteiras e os estudos em geociências. In: CATELLI, Armando Márcio; MOURA, Rodrigo Leão de; BIZERRA, Antônio José de Araújo (Org.). *Geociências e Sociedade*. Rio de Janeiro: CPRM, 2015.

BOLLE, Willi. O caráter exemplar da obra de Alexander von Humboldt. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 81, pp. 18-41, abr. 2022, p. 27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/hS47cTjSFT7NjWqYwHwLzmB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

BORBA, Vanderlei. Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa. *Revista Historiæ*, Rio Grande, v. 4, n. 2, pp. 59-78, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131/2524>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BORGES, Guilherme de Freitas; RAJÃO, Raoni Guerra Lucas. Projeto Radam: (Re)Descobrimos o Projeto de Sensoriamento Remoto Aplicado ao Mapeamento da Amazônia. *Revista FSA*, Teresina PI, v. 13, n. 6, nov./dez. 2016. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1182>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols., São Paulo, Martins Fontes, 1984.

BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. IN BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRITO, Daniel Chaves de. A SUDAM e a crise institucional do desenvolvimento na Amazônia. *Papers do NAEA*, n.º 096, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11869>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMARGO, Fernando. *A pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso*. In: XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 2003, Curitiba. Anais da XXIII Reunião. Curitiba: SBPH, vol. 1, pp. 235-240, 2003, p. 236.

CAMPOS, José de Queiroz. *Nós, os assassinos dos índios*, 1969.¹⁰³⁴

¹⁰³⁴ * Obra proibida de ser lançada pela ditadura civil-militar.

CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de & ACUÑA, Cristobal. *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVAJAL, Fray G. de. *Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas*. Edición y notas de Nieves Pinillos Iglesias, realizada para Babelia, Madrid, 2011.

CARVAJAL, Gaspar de. *Relatório do novo descobrimento do famoso Rio Grande descoberto pelo capitão Francisco Orellana*. Rio de Janeiro: Scritta, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República*. Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Porfírio Fontenele de. *Waimiri-Atroari a história que ainda não foi contada*. Brasília, 1982.

CASTRO, A. H. F. *Estudos históricos sobre o forte de São Joaquim do Rio Branco*. Parecer Proteção/DEPAM. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana. *A defesa militar da Amazônia*. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Londrina, Paraná, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206372_0453d58e8f3e1ef3d75b458217815aee.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio. *Formação Socioeconômica da Amazônia*. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2). Belém: NAEA, 2015.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. *Introdução à Defesa da Amazônia*. Carta Internacional, Funag-USP, ano X, n.º 107/108, pp. 19-21, jan/fev., 2002. Disponível em: <https://xoomer.virgilio.it/leonildoc/pdf/amazonia.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CAVALCANTI, Mário de Barros. *Da SPVEA à SUDAM: (1964-1967)*. Belém: Sudam, 1967.

CERINO, Pedro de Jesus. *Elite e Poder: Geopolítica de Roraima (Período de 1943 a 1994)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2015.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4.^a ed - Brasília: EdUnB, 2002.

CESCO, Andréa; NASCIMENTO, Cristina Barata Pereira. Desafios tradutórios em um relato de viagem do século XVI, de Toribio de Ortiguera. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 42, n° esp. 1, pp. 15-41, set/dez, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/90689/52044>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, EHESS, Paris - FRANÇA, v. 6, p. 2260, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/2260?lang=en>. Acesso em: 01 jan. 2023.

COELHO, George Leonardo Seabra. A Amazônia euclidiana e os programas de integração da hileia durante o governo Geisel (1974-1979). *Revista Tempo*, Niterói, v. 26, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/fGLVmhjwrM85mNvXrWhQcFp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. O retorno de Fernando VII ao trono: repercussão na América Espanhola e Portuguesa. *Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF*, v. 18, n. 3, pp. 102 - 115, dez, 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10503/114114957>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CORTESAO Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*: tomo II. Brasília, DF: FUNAG, 2022.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos Pré-Colombianos dos Portugueses*. Lisboa, 1967.

CORTESÃO, Jaime. *Pauliceae lusitana monumenta historica*, 3 vols. (Lisboa: Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, 1956), v. 1-2.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

COSME, Alexandre da Silva. *O Viver em Bonfim-RR: a percepção de uma área fronteiriça*. Dissertação de Mestrado em Geografia, PPG-GEO, UFRR, Boa Vista-RR, 2017.

COSTA, Graciete Guerra da. Cartografia das Fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, pp. 116-133, jan./jun. 2016, p. 117. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/664/694>. Acesso em: 21 out. 2024.

COSTA, Alex Vander Lima. *A demarcação de terras indígenas na Amazônia e a Defesa Nacional: o caso de Roraima (1988/2018)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

COSTA, João Craveiro. *A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre*. Edição Ilustrada. Introdução e notas de Abguar Bastos. Companhia Editora Nacional: São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre, 1940.

COSTA, Cláudio Rafael Mendes. *Programa Calha Norte: guardião das fronteiras amazônicas e tentativa de implantação de uma política pública de desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, FGV, Rio de Janeiro, 2022.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto. Ed. USP. Coleção Repensando a Geografia, 1988.

CUNHA, Marco Antonio. *A Chama da Nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. Descrição relativa ao rio Branco e seu território (1787) *In: COSTA, Clovis Nova da. O vale do rio Branco: suas realidades e perspectivas*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DEMARCO, Stefano Moraes; MAIA, Claudio Machado. O programa de promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais: um estudo de caso sobre a mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*. - Faccat - Taquara/RS - v. 12, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/228>. Acesso em: 21 mar. 2023.

DAMASCENO, Alberto; MIRANDA, Joaquina Ianca. Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder. *Novos Cadernos NAEA*. v. 24, n. 2, pp. 37-61, maio-ago., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8811/7509>. Acesso em: 24 jan. 2023.

DAVIS, Shelton H. *Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DESTRO, Marcio Antonio. *Soberania no Rio Branco e a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. UnB, Brasília, 2006.

DEVES, Otávio Diel; RAMBO, Anelise Graciele; MIGUEL, Lovois de A. *A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL: uma análise dos sistemas agrários e das políticas de desenvolvimento neste território*. *In: Encontro de Economia Gaúcha*, 2008, Porto Alegre. 4.º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: PUCRS e FEE, v. 1. pp. 1-27, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30350/000676329.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 mar. 2023.

DHENIN, Miguel Patrice Philippe. Do SIPAM ao SISFRON: a questão da segurança da faixa de fronteira na doutrina militar brasileira. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rabelo. *Fronteiras em Perspectiva Comparada e Temas de Defesa e Segurança da Amazônia*. Belém, NAEA, 2013.

DHENIN, Miguel Patrice Philippe. *Transformações do Exército Brasileiro na Faixa de Fronteira: a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado do Acre e no Estado de Roraima (1985-2016)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência Política, Niterói - RJ, 2017.

DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7, n. 3 (set./dez. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5654/3587>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DORFMAN, Adriana.; FRANÇA, Arthur Borba Colen; ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. Fronteiras Sul-americanas: História, formas e processos contemporâneos. *Anuário UNBRAL das Fronteiras Brasileiras*, v. 2, pp. 97-123, 2015. Disponível em: <https://www.editoraetela1.com.br/epub/2525-913X/2015-2/10218262525-913x-2015-2p97-123.pdf#page=1/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DOSSE, François. O recurso geográfico dos historiadores. In: Dosse, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2004.

DUARTE, Teresinha Maria. O projeto de desenvolvimento do regime militar e o Estado de Goiás. *OPIS*, Catalão, v. 9, n. 12, jan-jun 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opis/article/view/9446/6534>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ESCORREGA, Luís Carlos Falcão. A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar*, n.º 2491/2192 - ago/set., 2009. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/499>. Acesso em: 20 abr. 2023.

EUZÉBIO, Emerson Flávio. A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). *Cuadernos de Geografía*. Revista Colombiana de Geografía. Vol. 23, n.º 1, jan/jun. del 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270123812_A_porosidade_territorial_na_frenteira_da_Amazonia_as_cidades_gemeas_Tabatinga_Brasil_e_Leticia_Colombia. Acesso em: 14 fev. 2023.

FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. *As Políticas de Segurança e Defesa para a Fronteira Brasileira como Estratégia Territorial Estatal: uma abordagem interinstitucional de seu processo decisório*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2018.

FALCON, Francisco. J. C. *Mercantilismo e transição*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

FALCONI, Paulo Gustavo. A modernização da FAB pelo SIVAM. *Textos & Debates*, n.º 8, pp. 43-59, jul. 2005. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2829/1620>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1986.

FARIA, Maria Dulce de; OLIVEIRA, Uilton dos Santos. *A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional*. In: Anais do 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte - MG, pp. 86-95, 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFariaUiltonOliveira3SBCH.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

FEARNSIDE, Philip Martin. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Tradução: Maria Lúcia Machado; tradução dos trechos em latim: José Eduardo dos Santos Lohner - São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERNANDES, Gabriel Machado. *O Exército Brasileiro na defesa da integridade nacional: das Batalhas dos Guararapes à Revolução Farroupilha*. Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Resende-RJ, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/6364/1/6277.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. *Revista Perspectiva Geográfica*. Unioeste, vol. 9, n. 10, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161/7550>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FERRARI, Maristela. Como pensar a identidade nacional em zonas de fronteira? uma análise a partir de dois conjuntos de cidades-gêmeas brasileiro-argentinas. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, pp. 1-18, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55900/33387>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FERREIRA, Max André de Araújo. *Comércio formiga fronteiriço entre Venezuela e Brasil, 2010-2014*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, UFRR, Boa Vista, 2015.

FERREIRA, Vagner. *Exército Brasileiro e Amazônia: intervenções educativas sociocomunitárias, intersubjetividade e tecnologias sociais no 3.º Pelotão Especial de Fronteira - 3.º PEF, em Pacaraima-RR*. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, São Paulo, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FERREIRA, Luís Fernando Tavares. *A questão da segurança fronteiriça na Amazônia Ocidental e suas consequências políticas e militares para a defesa da região amazônica - 1985 a 2015*. IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), Florianópolis, 2016.

FERRERO, Mônica. *Comissão da Verdade recebe as recomendações sobre violações aos povos indígenas*. Alesp, 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=360823>. Acesso em: 01 dez. 2023.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, pp. 43-59, junho, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDbYn755mZRVGq3vGx/?lang=pt>. Acesso em 08 de out. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, jul/set, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

FILHO, Camilo Pereira Carneiro; CAMARA, Lisa Belmiro. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas territoriais. *CONFINS* - Paris [online], n. 41, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/22262>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FILHO, Gregório Ferreira Gomes. *O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo Norte: ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco (1775-1800)*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande do Sul, 2012.

FILHO, José Eduardo Mesquita B. Habsburgos: a mais particular das Dinastias. *Revista de Villegagnon*, Revista Acadêmica da Escola Naval, ano VII, número 7, pp. 83-93, 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/villegagnon/article/view/2094/2040>. Acesso em: 31 dez. 2022.

FILHO, João Roberto Martins. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. *Revista Olhar*, ano 2, n.º 4, UFSCar, São Carlos, SP, dez. 2000. Disponível em: <https://www.revistaolhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/view/54/46>. Acesso em: 22 dez. 2023.

FRANCHI, Tássio. *Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX*. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013.

FRANCHI, Tássio. Medo e miscigenação: a visão dos povos da floresta nos relatos dos militares brasileiros no século XX. *Revista Silva*, v. 1, pp. 48-65, 2017. Disponível em: <http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/pt/silva/2-uncategorised/24-medo-e-miscigenacao-a-visao-dos-povos-da-floresta-nos-relatos-dos-militares-brasileiros-no-seculo-xx>. Acesso em: 03 fev. 2023.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX: leituras da correspondência bolivariana. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, pp. 293-314, jul/dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/wMQ3yWQyJQzDbKJD7vy9TQN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2023.

FREIRE, J.R.B. Tradução e interculturalidade: o passarinho, a gaiola e o cesto. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp. 321-340, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/6wDfTTz67mK9VZyNdjJDc9Q/>. Acesso em: 30 dez. 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREITAS SILVA, Paulo Rogério de. *A fronteira em Roraima: marco de integração regional*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP-SP, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/26.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FREYRE, Gilberto. *Nação e Exército*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

FURTADO, Everaldo Bastos; FRANCHI, Tássio. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM): uma estratégia de monitoramento ambiental e dissuasão para a Amazônia brasileira. *Revista de Geopolítica*, v. 14, n.º 4, pp. 1-15, out/dez. 2023. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/481/357>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Revista Topoi*. Vol. 12, nº 23, pp. 66-83, jul/dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/xkDVWhJgfGfdn49QDnMB4HP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FURTADO, Renata de S. As fronteiras no âmbito do Mercosul: apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça. *Universitas: Relações Internacionais*, Brasília, v. 9, n. 1, pp. 371-381, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://uniceub.emnuvens.com.br/relacoesinternacionais/article/view/1368/1344>. Acesso em: 18 set. 2023.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. *O pensamento geopolítico brasileiro: a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2012.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Revista Estudos Avançados*, 16, (45), pp. 63-80, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9869>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro, ed. Campus, 2003.

GAMA E SILVA, Roberto. A Epopeia do Acre. *A Defesa Nacional*, v. 90, n. 798, pp. 53-70, 2004. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5934/5150>. Acesso em: 16 set. 2023.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIGOLOTTI, João Carlos J. *Estudo da História Militar*. Vol. II: idade contemporânea da fase revolucionário ao século XX. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Territórios e fronteiras ou porque o Brasil ficou tão grande. In: Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). *Temas da História Diplomática: Fronteiras*. Cadernos do CHDD. Editora FUNAG, 1ª Edição, ano 21, n.º Especial, pp. 63-101, 2.º Semestre de 2022, p. 66. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/1200/cadernos_do_chdd_-_ano_21_.numero_especial_.segundo_semestre_de_2022. Acesso em: 23 fev. 2023.

GOMES, Flavio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e Mocambos no Brasil* (Sécs. XVII-XIX). (Tese de Doutorado). Unicamp, Campinas, 1997.

GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins. *Poder militar na Amazônia: Estudo de caso da 1.ª Brigada de Infantaria de Selva*. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins. *Geopolítica e geohistória militar: da Amazônia a Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

GOMES, Vítor Moreira Aguiar. *A atuação estratégica do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental em prol do desenvolvimento sustentável e da integração nacional*. Especialização em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. A identidade nacional nas Batalhas dos Guararapes. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 31, nº 1, pp. 189-204, jan-jun., 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/14807>. Acesso em: 18 jan. 2023.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Ed. Marco Zero, 1994.

GUAITA, Humberto André Prazeres. *A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira da Calha Norte do Rio Amazonas para a integração nacional, a partir da década de 1980*. Especialização em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.7, n.1, maio /2005. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136/120>. Acesso em: 14 jan. 2024.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HÉBETTE, Jean. *A Amazônia no Processo de Integração Nacional*. Coleção NAEA/FIPAM, UFPA, Belém, 1974.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 53. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10057/11629>. Acesso em: 02 dez. 2023.

HEMMING, John. Roraima: *Brazil's Northernmost frontier*. University of London, 1. of Latin American Studies, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6ª ed.; tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo – Paz e Terra, 2013.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. 1ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JÚNIOR, José Cretella. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

KÄMPF, Martin Normann. *Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)*. Coleção relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LANGER, J. O mito de Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI). *Revista de História*, [S. l.], n. 136, pp. 25-40, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18809/20872>. Acesso em: 29 dez. 2022.

LARAIA, Roque de Barros. Histórias ainda não contadas. *Anuário Antropológico*, v. 7, n.º 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6270/7730>. Acesso em: 01 dez. 2023.

LAURINO, Ângela Antonieta Athanázio. *Um projeto para conhecer e mapear o Brasil*. Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, 2021, p. 1. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/um-projeto-para-conhecer-e-mapear-o-brasil-37>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LEITE, Anderson dos Santos. *O nascimento do Exército Brasileiro: o duelo entre a História e a Memória*. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar – Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2007.

LEITE, Miguel Crisóstomo Brito. *Alinhamento Estratégico do CENSIPAM - Parceria, Eficiência e Eficácia na Gestão Pública*. Brasília-DF, 2004.

LIMA, Bruno Teixeira. *BR-174 e BR-364: a Engenharia Militar integrando a Amazônia*. Especialização em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

LIMA, Luiz Octavio. *Os anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2020.

LINHARES, Erick; GEHRE, Thiago. *Brasil e Guiana em tempos de Guerra Fria (1966-1991)*. In: Anais do I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. Boa Vista: UFRR, 2012. Disponível em: <https://ufrr.br/ppgsof/index.php/component/phocadownload/category/4anaiscomunicacao.html?download=122:023>. Acesso em: 16 set. 2023.

LINS, Álvaro de Barros. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. *Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2005.

LOBATO, Sidney da Silva. Estado, Nação e Região na obra de Arthur Cézar Ferreira Reis. *Revista Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, pp. 625-642, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diálogos/article/view/36722>. Acesso em: 18 fev. 2023.

LOSADA, Paula Ravanelli. *O Comitê de Articulação Federativa: instrumento de coordenação e cooperação intergovernamental de políticas públicas no Brasil*. XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/CLAD_CP_Paula_Ravanelli.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

LOURENÇÃO, Humberto José. *A Defesa Nacional e a Amazônia: O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)*. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2003.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v.5, n. 8, pp. 9-29, jan./jun. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323548220_Limites_e_fronteras_da_alta_diplomacia_aos_circuitos_da_ilegalidade. Acesso em: 12 ago. 2023.

MACIEL, Fabrício. *O Brasil Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da Identidade Nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MAGALHÃES, Durval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1986.

MAGALHÃES, Cândida Alzira Bentes de; CARMO, Simone Arruda do. Tríplice Fronteira: aspectos do crime organizado em Roraima. *Boletim de Conjuntura*, ano IV, vol. 12, n. 36, Boa Vista, 2022, p. 91. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/789/535>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MAHAR, J. Dennis. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARCARINI, José Pedro. *Crise e política econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984)*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n.º 144, junho 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARQUES, Alessandro Lima. *A contribuição do Exército Brasileiro, no contexto do Programa Calha Norte, para o desenvolvimento da Amazônia Legal*. Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

MARQUES, Gilberto, S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.º 34, pp. 163-198, fevereiro 2013. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/6>. Acesso em: 08 nov. 2023.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, [S. l.], n. 146, pp. 11-27, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18929/20992>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MARTINS, Aurilene Ferreira. *Dinâmica institucional nas políticas para a faixa de fronteira Norte: PDFF e ENAFRON*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, vol. 3, tomo I, 1988.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. Editora Hucitec, São Paulo, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. Brasil: geopolítica e destino. In: MATTOS, C. M. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: Bibliex; FGV Editora, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Coleção documentos brasileiros, 1980.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 14, n. 49, pp. 77-97, 21 jan., 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/2965>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)*. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015.

MELO, Patrícia. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, século XIX. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, pp. 1-12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79516/45979>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Prefácio de Miguel Franchini Netto à 1.^a edição. 14^a Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A Questão do Rio Pirara (1829-1904)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do "Brasil grande"*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF, 2007.

MESQUITA, José de. *O Exército, Fator de Brasilidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

MIRANDA, Camila Barbosa Moção. *Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário*. In: Anais do XXIX Encontro Nacional de História, Brasília, 2017. Disponível em: https://snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488736405_ARQUIVO_textocompletoST.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MODERNELL, Bárbara Daniella Lago. *Danos socioambientais em terras indígenas: o estudo de caso da Terra Indígena São Marcos em Roraima*. Dissertação (Mestrado em Direito Público e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

MONTE, Paulo Pinto. *Etno-História Waimiri-Atroari (1663-1962)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, 1992.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. O Programa Calha Norte: redefinições das políticas de segurança e defesa nas fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 13, n. 2, nov/2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/398/374>. Acesso em: 21 out. 2024.

MONTEIRO, E. W. Q; LAROQUE, L. F. S. A abertura da rodovia BR 174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o Estado de Roraima. *Revista Presença Geográfica*, v. 5, n.º 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/3848>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de. A importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira. *Revista Agulhas Negras, Resende*, v. 5, n.º 6, 2021. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/aman/article/view/7750/7320>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de. *A influência da Estratégia da Presença Militar para atual ocupação da faixa de fronteira na região da Amazônica Brasileira*. Dissertação De Mestrado em Ciências Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

MORAES, Carlos Henrique Arantes de; PEREIRA, Dan Milli; FRANCHI, Tássio. O reflexo socioeconômico da presença militar na fronteira norte: Barcelos-AM e o 3.º Batalhão de Infantaria de Selva. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 55, pp. 107-132, janeiro/abril, 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/8515>. Acesso em: 06 jan. 2024.

MUXFELDT, Virgílio Ribeiro; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Raízes do Exército Brasileiro: Período Colonial: 1500-1822*. Porto Alegre: Renascença, 1ª Edição, 2019.

NAHUM, João Santos. Região, Discurso e Representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 29, n.º 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/11001/9033>. Acesso em: 22 dez. 2023.

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a Defesa no século XXI. *Portal Eletrônico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*, v. 18, n. 1, pp. 1-17, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11395/7855>. Acesso em: 09 fev. 2023.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea*. Tese de Doutorado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2005.

NASCIMENTO, Messias Luiz do; SÁ, Alcindo José de. Pelotão Especial de Fronteira: territorialidades e temporalidades na "Cabeça do Cachorro-AM". *Revista de Geografia*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Recife, v. 23, n. 2, pp. 34-54, 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228661/23083>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NERY, Vanderlei Elias. A campanha Diretas Já e a transição brasileira. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18, n.32, pp. 240-253, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25706/18339>. Acesso em: 13 dez. 2023.

NETO, Manuel Alves; SILVA, Luiz Edson Fachin da. *Dicionário de termos geográficos*. 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

NETO, Thiago Oliveira. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, v.7, n.1, pp. 282-298, 2013. Disponível em:

<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1166/1057>.

Acesso em: 22 nov. 2023.

NETO, Pedro Fernandes. *A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/ Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/ Lethem (Guiana)*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/12.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

NEWMAN, David; Chapter: Boundaries. In: *A companion to Political Geography*. Blackwell Publishing Ltd, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (São Paulo). n.10, pp. 1-178, dez. 1993.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império: Povoamento, Segurança, Defesa do Território e Conflitos. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III – n.º 07, pp. 6-24, abril, 2012. Disponível em:

<http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-III-07.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

NUNES, Rogério Marques. A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil. *A Defesa Nacional*, v. 105, n.º 836, pp. 29-42, 2º quadrimestre de 2018. Disponível em:

<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/2580/2044>. Acesso em: 17 mar. 2023.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *As Colônias Militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300216724_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf. Acesso em: 04 fev. 2023.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2012.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia* (ANPEGE), v. 11, n. 15, pp. 233-256, jan-jun., 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6454/3400>. Acesso em: 06 mar. 2023.

OSÉS, Mariana Ladeira. “Do ponto de vista dos nossos Annales”: a Revista dos Annales e a produção da história econômica e social (1929-1944). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, pp. 435-463, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1716/957>. Acesso em: 12 ago. 2023.

PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tássio. Colônias militares na região norte do Brasil: colonização, povoamento e seu arcabouço jurídico ao longo dos anos. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, pp. 705-738, setembro/dezembro, 2020. Disponível em: <https://www.revistadaegn.com.br/index.php/revistadaegn/article/view/986/908>. Acesso em: 03 fev. 2023.

PAIM, Rodrigo de Almeida. Segurança e Defesa na faixa de fronteira amazônica: contribuição do Programa Calha Norte. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 36, n. 78, pp. 40-65, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1213/1017>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PAIXÃO, Shigeaki Ueki Alves da. *Dinâmica fronteiriça entre Guiana e Brasil: um estudo sobre o comércio-formiga*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

PAVANI, J. D; MATTIONI, José Victor (Org). *Memórias de um fotógrafo topógrafo: a história de Luiz Mário Severo Ávila e a construção da BR-174*. Boa Vista: Mogiana, 2020.

PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa. Apresentação da Atividade: o Arco Norte, a Pesquisa Fronteira e o Trabalho em Grupo. In: PÊGO, Bolívar; et al. *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Norte*. Rio de Janeiro: IPEA, MI, 2018.

PÊGO, Bolívar; et al. *Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*. V. 2 – Brasília: IPEA: MI, 2017.

PÊGO, Bolívar. *Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas*. Volume 6, Brasília: Ipea, MI, 2021.

PEREGRINO, Umberto. Origem e Fixação dos Órgãos Básicos da Organização Militar no Brasil. *Revista do Serviço Público*, n. 66, v. (1), pp. 54-64, 1955. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5283/2836>. Acesso em: 04 ago. 2023.

PEREIRA, Mariana Cunha. A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do Rupununi na fronteira Brasil – Guiana. *Textos e Debates*, Boa Vista, n. 28, pp. 223-234, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/3393/1905>. Acesso em: 04 fev. 2023.

PEREIRA, Mariana Cunha. *A ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre América Latina e Caribe (CEPPAC), Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). *Revista del CESLA*. Uniwersytet Warszawski- Polónia, núm. 8, pp. 9-19, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243321208002>. Acesso em: 18 fev. 2023.

PETIT, Pere. Políticas Públicas do Governo Federal no Estado do Pará da SPVEA à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosfronteiras/index.php/v03n02/article/view/852>. Acesso em: 13 nov. 2023.

PILETTI, José Felipe. *Segurança e Defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não-tradicionais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre - RS, 2008.

PINHO, Alessandro Paiva de. *O Exército Brasileiro na Operação Acolhida*. Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) -- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

PITALUGA, André Luiz Oliveira Guimarães. *O processo decisório da anexação do Acre sob a ótica de uma análise de política externa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2015.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. (Rio de Janeiro). v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

PORRO, Antonio. *Dicionário etno-histórico da Amazônia Colonial*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2007.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. *História das políticas regionais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2020.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs). *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4, 2ª ed, Civilização Brasileira, RJ, 2007.

PROST, Catherine. Forças Armadas, Geopolítica e Amazônia. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). *Papers do NAEA*, n.º 156, vol. 1, n. 1. Belém, pp. 1-39, dezembro de 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11675>. Acesso em: 20 abr. 2023.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. *Centralidade periférica e integração relativizada: uma leitura de Tefé no Amazonas*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, São Paulo, 2015.

RABELO, Lucas Montalvão. *A Representação do Rio das Amazonas na Cartografia Quinhentista: entre a tradição e a experiência*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira In: OLIVEIRA, T.C.M (Org). *Território sem Limites* – Estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, pp. 9-15, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, série temas, v. 29, 1993.

RAMALHO, Moisés. *Como Bolsonaro lançou os Yanomami ao inferno*. Congresso em foco, 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/como-bolsonaro-lancou-os-yanomami-ao-inferno/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

RAMALHO, Paulina Onofre; RAMALHO, Carla Onofre. *Forte São Joaquim: Patrimônio Cultural do Brasil*. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores, velhos e novos desafios. Florianópolis – SC, pp. 1-14, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945018_31d8bc5ae9600e5de268d8f4f232c292.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

RAMOS, Alan Robson Alexandrino; RODRIGUES, Francilene dos Santos. O Garimpo Ilícito na Terra Indígena Yanomami entre a Cosmovisão Indígena e Ações Estatais. *Unisul de Fato e de Direito: Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*, v. 9, n. 16, pp. 25-35, 2018. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/U_Fato_Direito/article/view/19827/13316. Acesso em: 08 dez. 2023.

RANGEL, Ignacio. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

RAPOSO, Tácio José Natal. *A (Re) Produção do espaço urbano no município de Pacaraima – 1995 - 2013*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRR, Boa Vista-RR, 2015.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Imprensa Oficial, 1940.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. 2 ed. Belém: SECULT, 1993, vol. 1.

REIS, Arthur César Ferreira. *Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1966.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, pp. 171-186, janeiro-junho de 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. A política desenvolvimentista para a Amazônia: implementação, objetivos e o revés da SPVEA (1953-1966). *Sæculum – Revista de História*, n.º 40, pp. 85-107, jan/jun, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/43433/22884>. Acesso em: 07 nov. 2023.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. *A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2017.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Guilherme. *Fernand Braudel, Geohistória e Longa Duração: críticas e virtudes de um projeto historiográfico*. São Paulo: Annablume, 2017.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Edições do Senado Federal, 64. Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1112>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: MRE, 2 v, 1954.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. colaboradores José Augusto de Souza Peres, (et al.). 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

RIO BRANCO, Miguel Paranhos. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750: a tormentosa nomeação do Jovem Rio Branco para o Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 2010.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Questões de Limites: Guiana Francesa*. Brasília, Senado Federal – Vol. 97, Conselho Editorial, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/188908>. Acesso em: 14 abr. 2023.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do tempo presente? In: CHAUVEAU, Agnès; RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ [Dir.]. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 13-36.

ROCHA, Antonio Penalves. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo, Editora 34, 2001.

ROCHA, Rafael Ale. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). *Revista Tempo*, vol. 23, núm. 3, pp. 528-545, set/dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/BWXpWfq7n8vGDf5Tr6cFXcw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jan. 2023.

RODRIGUES, Caio César de Almeida. *A atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia no tocante ao narcotráfico e outros crimes transfronteiriços no período de 2015 a 2017*. Graduação em Ciências Militares - Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN – RJ, 2019.

RODRIGUES, Fernando da Silva. A Estratégia da Presença no contexto da transformação militar como peculiaridade de defesa do Brasil. *Revista Artigos Estratégicos*, Brasília, v. 8, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExArE/article/view/4844>. Acesso em: 13 fev. 2023.

RODRIGUES, Fernando da Silva. As Ameaças no Arco Norte da Faixa de Fronteira brasileira e sua relação com segurança integrada. *Análise Estratégica*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército-CEEEEx. Vol. 27, n.º 5, set/nov., 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/11159/8953>. Acesso em: 23 fev. 2023.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Estratégia da Presença e Evolução Militar no Brasil: Passado e Presente. *Análise Estratégica*. Vol. 15 n. (1), Dez/Fev, 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/3403>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O conceito de “Segurança Nacional” frente ao amplo espectro de ameaças na faixa de fronteira brasileira. *Análise Estratégica*, vol. 25 n. 3, Jun/Ago. 2022. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/10648>. Acesso em: 06 jan. 2024.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Ocupar, povoar e defender: o projeto de Estado para a colonização militar da Amazônia nos oitocentos. In: VANIN, Alex Antônio; TEDESCO, João Carlos. (Orgs.). *As Sentinelas dos Sertões: as colônias militares do Império do Brasil*. Passo Fundo, Acervus, 2024, p. 17.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O Estado Imperial brasileiro e a colonização militar da Amazônia (1840-1867). *Tempo*, Niterói, vol. 28 n. 3, set./dez., 2022. Disponível em: www.scielo.br/j/tem/a/c73CF8tk9KLgx5zCdfRBtK/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

RODRIGUES, Gabriela Oliveira; et al. *A Porosidade das Fronteiras Norte do Brasil e os Mecanismos de Vigilância*: SIPAM, SIVAM, SISFRON e Operações Ágata. In: Brasília: Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, pp. 1-15, 2016. Disponível em:

www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/a_porosidade_das_fronteras_norte_do_brasil_e_os_mecanismos_de_vigilancia_sipam_siva_m_sisfron_e_operacoes_agata.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

ROLIM, Hiago Brasil Barros. *Batalha de Guararapes e a formação do Exército Brasileiro*. Monografia - Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende-RJ, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/7697/1/7448%20Hiago%20Barros.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

RUDZIT, Gunther. NOGAMI, Otto. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.53, v. 1, pp. 5 - 24, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/VxLnyTqsYNHYnrZ3fxTjwRg/?lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2024.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teorias da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SABATINI, Silvano. *Massacre*. São Paulo: Edições Loyola; Brasília: CIMI, 1998.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775): Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro; Apêndice ao Diário da Viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa*. Manaus, ACA- Fundo Editorial, 1985.

SANTILLI, Paulo. *Fronteiras da República: História e Política entre os Macuxi no vale do rio Branco. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – NHII, FAPESP, 1994.*

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Entre barcos e telegramas: a crise do asilo diplomático depois do fim da Revolta da Armada (1894). *Revista Antíteses*, v. 7, n. 13, pp. 134-157, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/16551>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, n.º 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/psKB6mWgLXW7WSJSrhTZYFF/?lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2024.

SANTOS, Adriana Gomes. *Controle e repressão aos Waimiri-Atroari na fronteira Amazonas-Roraima no período da ditadura brasileira (1964-1985): uma faceta da parceria entre Estado e o mundo empresarial (Paranapanema-Sacopã)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Diplomacia e História Territorial. In: Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). *Temas da História Diplomática: Fronteiras*. Cadernos do CHDD. Editora FUNAG, 1ª Edição, ano 21, n.º Especial, pp. 103-123, 2.º Semestre de 2022.

SANTOS, Jean Carlo Silva Dos. *Gestão Estratégica da Informação como Fator Condicionante para a Definição e Implementação de Políticas de Defesa e Segurança*

Nacional no Contexto da Amazônia Legal: o Caso SIPAM/SIVAM. Dissertação (Mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SANTOS, Maria Aparecida dos. O pesquisador de fronteira e outras subjetivações: uma questão de método. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro v. 15 n. 4 pp. 1160-1180 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v15nspe/v15n4a03.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL: *Observatório Social de América Latina*. Año 6 n.º. 16, jun, 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. *Pecuária, memória e política em Roraima nas décadas de 1970 e 1980*. In: Anais do X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política. Recife, 15 pp. - 26 a 30 de abril de 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270431729_ARQUIVO_MemoriadaPecuariaXEncNHOral.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHULTZ, B. S. O léxico do português sob o olhar de Gaetano Osculati: elementos da fauna e flora. *Revista de Italianística*, [S. l.], n. 35, pp. 125-149, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/141896>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes. A estratégia da presença à luz do conceito de estratégia e suas raízes no imaginário do Exército. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. esp., pp. 1-13, dezembro 2021. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/7343/7678>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SILVA, Ana Regina Ferreira da; RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Políticas Públicas Face à Realidade da Faixa de Fronteira Brasileira: O Caso de uma Sub-região do Arco Norte. *Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon*, Ed. Especial, v.11, n.15, pp. 46-54, jul.-dez., 2016. Disponível em: <https://e->

revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/16317/11077. Acesso em: 21 mar. 2023.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. *A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP – Campinas-SP, 2005.

SILVA, Evaldo José da; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. *A Influência da Escolaridade da População na Riqueza dos Municípios Brasileiros*. Anais do XII Congresso de Ciências Contábeis UFPE, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/SUCC/article/view/237118/30195>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. A atuação do Exército no espaço transfronteiriço em Roraima: ações dos Pelotões Especiais de Fronteira e da Operação Acolhida. In: *Anais do 31º Simpósio Nacional de História* [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia /organização Márcia Maria Menendes Motta. - 1. ed. - São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628559101_ARQUIVO_7203f4e48a5fc723c4b0aba3c07305e4.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. A escrita Waimiri-Atroari, uma etnografia da etnologia indígena: memórias e a construção social da resistência. *Muiraquitã*, UFAC, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/730/379>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. A verdade revelada: índios, militares e a BR 174, uma cartografia dos cemitérios indígenas Waimiri-Atroari. In: SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.). *Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. *Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História, Manaus-AM, 2015.

SILVA, Gutemberg Vilhena; SUPERTI, Eliane. Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. *Revista Intellector*, ano XI, volume XI, n.º 22, pp. 129-147. Rio de Janeiro, jan/jun, 2015. Disponível em: <https://revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/278/221>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SILVA, Halline Mariana Santos; SILVA, Suely dos Santos. Fronteira: uma categoria histórica. *Itinerarius Reflectionis* – Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG. Vol. II, n. 5, pp. 1-10, jul/dez., 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20421/19179>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, Igor de Souza e. *A importância Geoestratégica da linha de fronteira Brasil/Venezuela – uma análise das expressões do Poder Nacional em contribuição para cooperação civil-militar no âmbito da Op. Acolhida e Op. Controle na cidade de Pacaraima em 2019*.

Especialização em Ciências Militares. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, José Bittencourt da; BATISTA, Iane Maria Silva. O 1.º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 15, n.º 66, pp. 56-72, dez/2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643702/11218>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As condições espaço-temporais das fronteiras dos estados. *Geosul*, Florianópolis, v. 33, n. 68, p. 313-334, set./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n68p313/37370>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; MARQUES, Renato de Oliveira. O papel das cidades-gêmeas da região norte brasileira na articulação do comércio exterior. *Caderno de Geografia*, v. 30, n. 60, pp. 128-151, jan./mar., 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20743/16398>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SILVA, Luiz Otavio Maciel da; MENEZES, Márcio José Pereira. *Projeto SIPAM como Sistema de Informação*. XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, São Paulo, 2008. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/30/4327/SNBU2008_176.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

SILVA, Marcos Valle Machado da; FOLY, Fernanda Martins. Força Expedicionária Brasileira: 70 Anos. Uma Análise Política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano IV – n.º 11, ago., 2013. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-IV-11.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SILVA, Nayara Cristhina dos Santos. Conhecer a história e o modo de vida dos povos indígenas de Roraima: etnias Macuxi e Wapichana. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v.3, n.º 2, jan./jun., 2019. Disponível em: https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/casa_de_makunaima/article/view/444/250. Acesso em: 01 jan. 2024.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas; ROCHA, Valcléia Barros. Pacaraima no contexto regional fronteiriço: Brasil - Venezuela. In: VERAS, Antonio Tolrino de Resende. SENHORAS, Elói Martins. (Org.). *Pacaraima: um olhar geográfico*. Coleção: comunicações e políticas públicas. 1ª Ed. Boa Vista: EDUFRR, 2012.

SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF, N° 26, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Amazônica, UFPA, Belém, pp. 2-14, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XR20uvuO915mZudv5600g-3u5M5IER4X/view>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2013.

SILVA, Tiago Luedy; RIBEIRO, Daniel Santiago Chaves. Defesa, desenvolvimento e securitização na fronteira setentrional da Amazônia brasileira: preocupações, atores e conexões regionais. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 9, n. 3, pp. 225-238, dez., 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2833>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SIMÕES, Sulamita Oliveira; SENHORAS, Elói Martins. A Dinâmica fronteiriça do comércio formiga na fronteira Guyana-Brasil. In: RODRIGUES, Francilene dos Santos; FERNANDES, Maria Luiza. *Fronteiras e Interdisciplinaridade: limites e desafios*. Boa Vista - Coletânea Sociedade e Fronteiras, v. 1, Editora da UFRR, 2016.

SOARES, Felipe Menezes. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

SOBRINHO, Antonio Ferreira; FERREIRA, Maristela da Silva. A atuação de Cordeiro de Farias nos governos pré-64 e nos primeiros anos do governo Castello Branco. In: SOBRINHO, Antonio Ferreira; FERREIRA, Maristela da Silva. *Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias: um líder estratégico e militar*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2021.

SOUZA, Antônio Ferreira de. *Roraima fatos e lendas*. Boa Vista: Governo do Território Federal de Roraima, 1979.

SOUZA, Deywisson Ronaldo Oliveira de; GARCIA, Stephanie Queiroz. A Abordagem Interagência dos Sistemas Proteger e de Monitoramento das Fronteiras Terrestres (SISFRON). *Revista Hegemonia*, n. 14, v. 18, 2014. Disponível em: <https://revistahegemonia.emnuvens.com.br/hegemonia/article/view/120/89>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SOUZA, Matilde de. Transamazônica: integrar para não entregar. *Nova Revista Amazônica*, v. VIII, n.º 01, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624/6189>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SOUZA, Nádia Simas. *A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta*. Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília-DF, ano 9 – Números 32/33 – jan/dez, 2010.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *Exército e Nação*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

VAINFAS, Ronaldo. Org. *Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VALE, Ana Lia Farias; PAZ, Sandra Elaine Trindade da, VERAS, Antonio Tolrino de Resende. Produção do espaço urbano em área de fronteira: Pacaraima / Roraima / Brasil. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 10, n. 23, mai./ago., pp. 18-37, 2016. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/3557/2050>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VALENTE, Rubens. *Funai espionou missionários na ditadura*. Folha de São Paulo, 24 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2402200908.htm>. Acesso em: 25 nov. 2023.

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: FUNAG, 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – Antes da sua separação e independência de Portugal*; revisão e notas de J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. Vol. 1. Tomo I e II. 10ª edição integral. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

VIANA FILHO, Luís. *Três Estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

VIEIRA, Jaci Guilherme; FILHO, Gregório F. Gomes. Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX. *Revista Textos e Debates*, Boa Vista, n.28, pp. 117-136, jul./dez, 2015. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/3390>. Acesso em: 05 fev. 2023.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. 2ª ed. Revisada e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VILLAS BÔAS, E. D. C. Meira Mattos, a Amazônia e o livro. *Cadernos de Estudos Estratégicos*, n. 12, dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEE/article/view/1257>. Acesso em: 09 fev. 2023.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Apêndices

Apêndice A - Entrada do 1.º PEF - Bonfim



Apêndice B - Ponte sobre o rio Tacutu: Fronteira Brasil/Guiana



Apêndice C - Guarita do 3.º PEF - Pacaraima

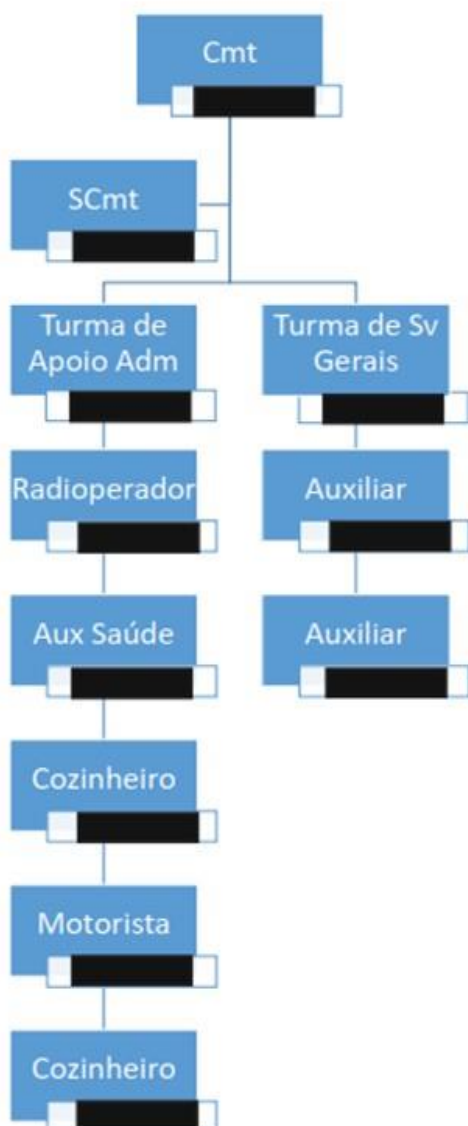


Apêndice D - Entrada do 6.º BEC



Apêndice E – Organograma do 1.º PEF - Bonfim-RR, disponibilizado pelo CMA

Organograma Base de Operações do 1º Pelotão Especial de Fronteira (Bonfim) – 1º PEF

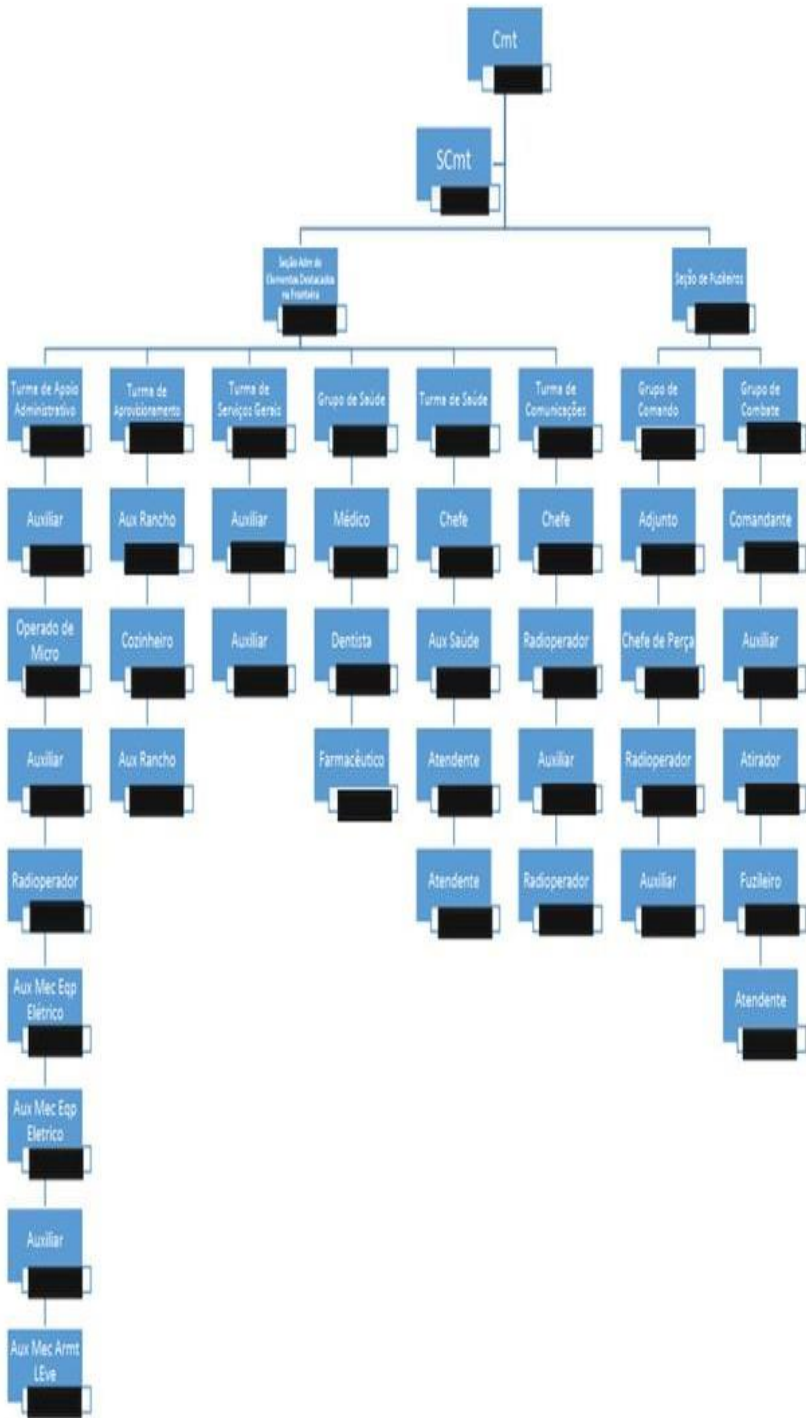


Quantitativo	
Sten	
3º Sgt	
Cb	
Sd	
Total	

Legenda	
Sten	Subtenente
3º Sgt	3º Sargento
Cb	Cabo
Sd	Soldado

Apêndice F – Organograma do 3.º PEF - Pacaraima-RR, disponibilizado pelo CMA

Organograma 3º Pelotão Especial de Fronteira – 3º PEF



Quantitativo	
1º Ten	
2º Sgt	
3º Sgt	
Cb	
Sd	
Total	

Legenda	
1º Ten	1º Tenente
2º Sgt	2º Sargento
3º Sgt	3º Sargento
Cb	Cabo
Sd	Soldado

Anexos

Anexo A - Carta de apresentação e solicitação de autorização para pesquisa



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARTA DE APRESENTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Prezados comandantes responsáveis pelo 1.º Pelotão Especial de Fronteira, Bonfim – RR e 3.º Pelotão Especial de Fronteira, Pacaraima - RR , através do presente documento, informo que **Eduardo Gomes da Silva Filho**, está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH/UNIVERSO), onde cursa o Doutorado em História com o projeto: **Braço forte mão amiga: história, memória e os impactos socioeconômicos nos espaços transfronteiriços com a presença do 1.º e 3.º Pelotões Especiais de Fronteira em Roraima, 1991 – 2022.**

Considerando os trabalhos necessários para o desenvolvimento da tese, solicitamos vossa autorização para a realização de pesquisas, reforçando a importância de seu acervo para a finalidade exposta.

Niterói, 15 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente
VIVIAN CRISTINA DA SILVA ZAMPA
Data: 16/08/2023 11:38:33-0300
Assinatura em: <https://portal.tri.gov.br>

Profa. Dra. Vivian Cristina da Silva Zampa
Coordenadora do PPGH - UNIVERSO

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História
Rua Marechal Doodson, 217 - 2º andar
Centro - Niterói - RJ - CEP: 24.030-060
E-mail: pghistoria@ri.universo.edu.br
Telefone: (21) 2138-4926

Anexo B - Pedido de acesso à informação junto à 1.^a Brigada de Infantaria de Selva de Roraima sobre a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira e da Operação Acolhida

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação
Esfera: Federal

NUP: 60110.000400/2021-32
Órgão Destinatário: CEX – Comando do Exército
Órgão de Interesse:
Assunto: Acesso à Informação
Subassunto:
Data de Cadastro: 01/02/2021
Situação: Concluída
Data limite para resposta: 04/03/2021
Canal de Entrada: Internet
Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)
Registrado Por: EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO
Tipo de formulário: Acesso à Informação
Serviço:
Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Informações junto à 1ª Brigada de Infantaria de Selva de Roraima sobre a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira e da Operação Acolhida

Extrato: * Histórico da criação dos Pelotões Especiais de Fronteira em Roraima: (1º PEF - Bonfim, 2º PEF - Normandia, 3º PEF - Pacaraima, 4º PEF - Surucucu, 5º PEF - Auaris, 6º PEF - Uiramutã).
* Boletins Internos de comunicação dos seis Pelotões Especiais de Fronteira de Roraima;
* Relatórios de Atividades dos seis Pelotões Especiais de Fronteira de Roraima;
* Imagens das ações desenvolvidas pelos seis Pelotões Especiais de Fronteira de Roraima;
* Relação de serviços oferecidos à sociedade civil pelos Pelotões Especiais de Fronteira de Roraima;
* Nomes das equipes responsáveis em cada Pelotão (chefes e subordinados);
* Dados Referentes à Operação Acolhida em Roraima;
* Quantidade de imigrantes venezuelanos atendidos pelas ações de interiorização;
* Localização dos abrigos na cidade de Boa Vista-RR;
* Estimativa de imigrantes atendidos nos abrigos pelo Exército;
* Nomes dos integrantes do Exército participantes das ações (chefes e subordinados);
* Relação de serviços e ações executadas pelo Exército junto aos imigrantes;
* Histórico da Operação Acolhida.

Anexo C - Pedido de acesso à informação sobre a Operação Acolhida em Roraima – Dados migratórios

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação
 Esfera: Federal
 NUP: 71003.006363/2021-18
 Órgão Destinatário: MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
 Órgão de Interesse:
 Assunto: Acesso à Informação
 Subassunto:
 Data de Cadastro: 01/02/2021
 Situação: Concluída
 Data limite para resposta: 04/03/2021
 Canal de Entrada: Internet
 Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)
 Registrado Por: EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO
 Tipo de formulário: Acesso à Informação
 Serviço:
 Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Informações sobre a Operação Acolhida em Roraima
 Extrato: * Estimativa de Imigrantes venezuelanos e Indígenas atendidos pela Operação Acolhida em Roraima;
 * Dados das ações de Interiorização da Operação Acolhida em Roraima;
 * Localização dos abrigos na cidade de Boa Vista-RR;
 * Nomes dos integrantes das equipes do Exército participantes das ações da Operação Acolhida;
 * Relação dos serviços e ações executadas pelo Exército, no âmbito da Operação acolhida em RR;
 * Histórico da Operação Acolhida;
 * Relatórios Técnicos da Operação Acolhida.

Anexo D - Pedido de acesso à informação sobre as ações dos Pelotões Especiais de Fronteira no Estado de Roraima - Comando do Exército

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Vimos por meio deste, solicitar junto ao Serviço de Informações ao Cidadão do Exército, informações sobre as ações desenvolvidas pelos Pelotões Especiais de Fronteira de Roraima. Tal pedido, visa atender a uma demanda de coleta de dados para pesquisa científica (Tese de Doutorado), baseada na análise das ações desses Pelotões em áreas de Fronteira, com escopo na Defesa Nacional e atuação frente à questão migratória. A pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira e Coordenador assistente do projeto Defesa Nacional, Fronteiras e Migrações: estudos sobre Ajuda Humanitária e Segurança Integrada do PROCAD-DEFESA-CAPEs, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos do Exército e coorientada pelo Prof. Dr. Tássio Franchi da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME.

Seguem abaixo as solicitações de informações:

- Histórico Oficial da criação dos Pelotões Especiais de Fronteira em Roraima (1º PEF – Bonfim; 2º PEF - Normandia; 3º PEF – Pacaraima; 4º PEF – Surucucu; 5º PEF – Auaris; 6º PEF – Uiramutã);
- Boletins Internos com informações sobre a atuação das operações realizadas desses PEF nas áreas de fronteira nos últimos 2 anos;
- Relatórios de atividades e dados das ações de saúde, (assistência médica e odontológica, vacinação contra COVID-19/SESAU-RR, nos últimos 3 anos);
- Registros fotográficos das ações desenvolvidas pelos PEF nas áreas de fronteira;
- Relatórios dos serviços oferecidos à população no entorno dos PEF (indígenas e civis, nas regiões de fronteira e no na triagem de Pacaraima);
- Atividades esportivas desenvolvidas (dos PEF);
- Documentos e relatórios ostensivos das Operações feitas com órgãos parceiros, ex: PF, ICMBio, no combate ao garimpo (Operações em áreas de fronteira e indígena);
- Relatórios das atividades dos programas e projetos esportivos oferecidos pelos PEF;
- Relatórios ostensivos das missões dos PEF em áreas de Fronteira (Brasil/Venezuela);
- Organograma com a estrutura organizacional do 7º BIS/RR;
- Relatório das atividades desenvolvidas nos postos de triagem dos PEF em cooperação com a Operação Acolhida e agências colaboradoras;
- Relação de Serviços que são oferecidos e/ou ações executadas pelos PEF;
- Boletins e Relatórios de atendimento logístico, alimentar e de saúde dos PEF;
- Dados estatísticos dos resultados das operações, ex: gráficos, planilhas e tabelas.
- Dados e relatórios das Operações: Agata, Controle e Covid.

Anexo E - Pedido de acesso à informação sobre a Operação Acolhida em Roraima - Relatórios dos Postos de Triagem e dados estatísticos

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação
 Esfera: Federal
 NUP: 00137.014102/2021-08
 Órgão Destinatário: MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
 Órgão de Interesse:
 Assunto: Acesso à Informação
 Subassunto:
 Data de Cadastro: 09/08/2021
 Situação: Concluída
 Data limite para resposta: 09/09/2021
 Canal de Entrada: Internet
 Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)
 Registrado Por: EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO
 Tipo de formulário: Acesso à Informação
 Serviço:
 Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Informações sobre a Operação Acolhida em Roraima

Extrato:

- Relatórios dos postos de triagem (Pacaraima) 2018-2021 referente à entrada de Imigrantes (Indígenas, Imigrantes e refugiados;
- Dados da quantidade de Imigrantes venezuelanos atendidos nos abrigos e interiorizados do início da operação em 2018 até a presente data, com ênfase nos Estados e locais/empresas que receberam os Imigrantes;
- Relação e localização dos abrigos na cidade de Boa Vista e Pacaraima;
- Boletins Internos e relatórios ostensivos que contenham informações sobre a operação, do início em 2018 até a presente data;
- Relação de Serviços que são oferecidos e/ou ações executadas aos Imigrantes e refugiados;
- Relação das agências, entidades governamentais, não governamentais e sociais que estão trabalhando em parceria com o Exército;
- Dados de imunização contra a Covid-19 e outras doenças (Indígenas, Imigrantes e refugiados);
- Boletins e Relatórios de atendimento logístico, alimentar e de saúde (2018-2021);
- Histórico da Operação Acolhida.

Anexo F - Pedido de acesso à informação - Remuneração dos Militares nos
Pelotões Especiais de Fronteira em Bonfim e Pacaraima,
Roraima

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação
Esfera: Federal
NUP: 60110.002038/2023-04
Órgão Destinatário: CEX – Comando do Exército
Órgão de Interesse:
Assunto: Recursos Humanos
Subassunto:
Data de Cadastro: 29/06/2023
Situação: Concluída
Data limite para resposta: 19/07/2023
Canal de Entrada: Internet
Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)
Registrado Por: EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO
Tipo de formulário: Acesso à Informação
Serviço:
Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Pedido de Informações - Remuneração dos Militares nos Pelotões Especiais de Fronteira em Bonfim e Pacaraima, Roraima.

Extrato: Especificamente, gostaria de solicitar as seguintes informações:
Estrutura remuneratória: fornecimento de uma tabela ou documento contendo as faixas salariais, gratificações e outros benefícios pertinentes à carreira dos militares que servem nos Pelotões Especiais de Fronteira em Bonfim e Pacaraima, no estado de Roraima. Os vencimentos específicos concedidos aos militares destacados nesses Pelotões Especiais de Fronteira, incluindo possíveis adicionais de fronteira, bonificações ou qualquer outro benefício financeiro relacionado à atuação nestas regiões. Por favor, informe se existem benefícios adicionais ou vantagens peculiares concedidas como: auxílio-moradia, assistência médica, entre outros. Essas informações são para fins de pesquisa científica a nível Stricto sensu.

Anexo G - Pedido de acesso à informação - Organograma de oficiais e praças
lotados no 1.º PEF/Bonfim-RR e no 3.º PEF/Pacaraima-RR

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação Detalhes da Manifestação

Dados Básicos da Manifestação

Tipo de Manifestação: Acesso à Informação
 Esfera: Federal
 NUP: 60143.005393/2023-40
 Órgão Destinatário: CEX – Comando do Exército
 Órgão de Interesse:
 Assunto: Acesso à Informação
 Subassunto:
 Data de Cadastro: 05/09/2023
 Situação: Concluída
 Data limite para resposta: 09/10/2023
 Canal de Entrada: Internet
 Modo de Resposta: Pelo sistema (com avisos por email)
 Registrado Por: EDUARDO GOMES DA SILVA FILHO
 Tipo de formulário: Acesso à Informação
 Serviço:
 Outro Serviço:

Teor da Manifestação

Resumo: Pedido de Informações - Organograma de oficiais e praças lotados no 1º PEF/Bonfim-RR e no 3º PEF/Pacaraima-RR

Extrato: Gostaria de solicitar para fins de pesquisa acadêmica (Tese de Doutorado), o organograma dos cargos que compõem os oficiais e praças lotados nos Pelotões Especiais de Fronteira dos municípios de Bonfim (1º PEF) e Pacaraima (3º PEF), localizados no Estado de Roraima.